ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 145 Brasília - DF, terça-feira, 2 de agosto de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 66
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 72
Ministério das Comunicações 72
Ministério da Defesa 79
Ministério do Desenvolvimento Regional 96
Ministério da Economia 96
Ministério da Educação 103
Ministério da Infraestrutura 105
Ministério da Justiça e Segurança Pública 113
Ministério de Minas e Energia 123
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 157
Ministério da Saúde 163
Ministério do Trabalho e Previdência 167
Ministério do Turismo 169
Ministério Público da União 173
Tribunal de Contas da União 175
Poder Judiciário 258
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 258

Esta edição é composta de 258 páginas

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.429, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Denomina Passarela Jardim Mimás - Embu das Artes a passarela localizada no Km 275,5 da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP/PR, no Município de Embu das Artes, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Passarela Jardim Mimás - Embu das Artes a passarela construída no Km 275,5 da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP/PR, no Município de Embu das Artes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de agosto de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Sampaio Cunha Filho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 426, de 1º de agosto de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.192-DF.

Nº 427, de 1º de agosto de 2022. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.429, de 1º de agosto de 2022.

Nº 428, de 1º de agosto de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a Corte Permanente de Arbitragem, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2017.

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 137, DE 27 DE JULHO DE 2022 (*)

Dispõe sobre o detalhamento das unidades administrativas constantes do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança da estrutura regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Esta portaria estabelece, na forma do Anexo, a denominação, a sigla e a hierarquia das unidades administrativas constantes do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança da estrutura regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República, aprovada pelo Decreto nº 11.144, de 21 de julho de 2022.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SG/PR nº 126, de 10 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

ANEXO

UNIDADE	SIGLA
SECRETARIA-GERAL	SG
GABINETE	GAB
I - Coordenação-Geral de Agenda	CGAG
II - Coordenação-Geral de Cerimonial	CGCER
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Ascom
SECRETARIA-EXECUTIVA	SE
GABINETE DA SECRETARIA-EXECUTIVA	GAB
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA	DGI
DIRETORIA DE GOVERNANÇA	DGO
I - Coordenação-Geral de Informações	Cginfo
II - Coordenação-Geral de Gestão de Riscos e Conformidade	CGRIC
a) Coordenação de Gestão da Integridade	Coint
III - Coordenação-Geral de Estratégia	CGE
SECRETARIA ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO	SEME
I - Gabinete	GAB
SECRETARIA DE MONITORAMENTO DE PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO	SMPME
I - Coordenação da Política Nacional de Modernização do Estado	CPNME
a) Divisão de Padronização e Monitoramento de Projetos	DPMP
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	Semaf
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REGIONAL	Semir
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO	SA
I - Gabinete	GAB
a) Divisão de Apoio Administrativo	DAA
II - Coordenação-Geral de Relações Públicas	Corep
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	Dirof
I - Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças	Copla
a) Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças	Cpof
1. Divisão de Monitoramento e Planejamento	Dimp
2. Divisão de Planejamento e Orçamento	Dpo
3. Divisão de Programação Financeira	Dpof
II - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	Cofin
a) Coordenação de Pagamento	Copag
b) Coordenação de Empenho	Coemp
c) Coordenação de Passagens e Diárias	Copad
d) Coordenação de Conformidade	Cconf
III - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos	Cgcont
a) Coordenação de Contabilidade e Custos	Ccont
1. Divisão de Contabilidade	Dcont
2. Divisão de Custos	Divct
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Digep
I - Coordenação-Geral de Saúde	Cosau
a) Coordenação de Promoção da Saúde	Copsa
1. Serviço de Preparação Física	SPF
b) Coordenação de Apoio à Saúde	Coasa
II - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas	Codep
a) Divisão de Biblioteca e Acervo Digital	Dibib
b) Coordenação de Ações de Desenvolvimento de Pessoas	Coade
1. Divisão de Desenvolvimento de Pessoas	Dipad
2. Divisão de Desenho Instrucional e Estágios	Didie
c) Coordenação de Pesquisas em Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional	COPED
1. Divisão de Apoio a Programas de Gestão e Desenvolvimento Organizacional	DIAPRO
2. Divisão de Pesquisas em Gestão de Pessoas e Bem-Estar no Trabalho	Dipes
III - Coordenação-Geral de Gestão de Informações Funcionais	Cogif
a) Coordenação de Pagamento e Benefícios	Copab
1. Divisão de Direitos, Vantagens e Benefícios	Didvb
2. Divisão de Pagamento	Dipag
b) Coordenação de Cadastro e Atendimento ao Servidor	Cocat
1. Divisão de Cadastro	Dicad
2. Divisão de Atendimento ao Servidor	Diats
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS	Dilog
I - Coordenação de Documentação	Codoc
a) Divisão de Publicação de Atos Oficiais	Dipubl
b) Divisão de Arquivo	Diarq
II - Coordenação de Planejamento Logístico	Coplog
III - Coordenação-Geral de Licitação e Contrato	Colic
a) Divisão de Apoio e Análise de Processos de Descumprimento de Obrigações	Diado
b) Coordenação de Licitações	Colit
c) Coordenação de Contratos	Contr
d) Coordenação de Contratação Direta	Codir
IV - Coordenação-Geral de Transporte	Cotran
a) Coordenação de Locomoção	Coloc
1. Divisão de Manutenção e Abastecimento	Dimab
V - Coordenação-Geral de Administração Geral	Coage
a) Coordenação de Serviços Gerais	Coseg
1. Divisão de Atividades Auxiliares	Diaux
2. Divisão de Gestão de Contratos	Dicont
b) Coordenação de Subsistência	Cosub
1. Divisão de Administração de Restaurantes	Diare
DIRETORIA DE TECNOLOGIA	Ditec
I - Coordenação de Ciência de Dados e Inteligência da Informação	CODIN
II - Coordenação de Gestão da Segurança da Informação em Meios Tecnológicos	Cosit
a) Divisão de Apoio Tecnológico nos Deslocamentos e Eventos Presidenciais	DIDEP

AVISO

Foram publicadas em 1/8/2022 as edições extras nºs 144-A, 144-B e 144-C do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

III - Coordenação de Governança e Projetos de Tecnologia da Informação	CGOTI
a) Divisão de Projetos	DIPRO
IV - Coordenação-Geral de Atendimento a Usuários e Telecomunicações	CGATE
a) Coordenação de Atendimento de Tecnologia da Informação	COTIN
b) Coordenação de Gestão de Telecomunicações	COTEL
V - Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas	Cgdes
a) Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas e Administração de Dados	COSAD
b) Coordenação de Arquitetura e Operações	COAOP
c) Coordenação de Sistemas Adquiridos e Implantação de Aplicações	COSAI
VI - Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica	Cgint
a) Coordenação de Segurança e Administração de Serviços	COSAS
b) Coordenação de Centro de Dados	COCED
c) Coordenação de Redes e Infraestrutura	COREI
DIRETORIA DE ENGENHARIA E PATRIMÔNIO	Dienp
I - Divisão de Apoio Administrativo	DAA
II - Coordenação-Geral de Engenharia	Coenge
a) Divisão de Planejamento e Gestão de Ativos	Dpga
b) Coordenação de Manutenção Civil	Comac
1. Divisão de Gestão de Imóveis Funcionais	Dgif
c) Coordenação de Engenharia e Manutenção	Coman
d) Coordenação de Projetos de Arquitetura e Engenharia	Copae
III - Coordenação-Geral de Gestão Patrimonial	Cgpat
e) Coordenação de Patrimônio	Copat
1. Divisão de Patrimônio	Dipat
f) Coordenação de Material	Comat
1. Divisão de Compras	Dicom
2. Divisão de Almoxarifado	Almox
g) Coordenação de Preservação de Bens Históricos e Artísticos	COPRE
1. Divisão de Conservação de Bens Históricos e Artísticos	DIPRE
DIRETORIA DE APOIO ÀS RESIDÊNCIAS OFICIAIS	DIARO
I - Coordenação de Apoio Especial	Capesp
II - Coordenação de Apoio Geral	CAPG
III - Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais	CGARO
a) Coordenação de Administração do Palácio da Alvorada	COAPA
b) Coordenação de Administração da Granja do Torto	COATO
IV - Coordenação-Geral de Apoio Administrativo	CGAAD
a) Coordenação de Logística	COL
b) Coordenação de Gestão Administrativa	COGAD
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURIDICOS	SAJ
I - Gabinete	GAB
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS	Sasoc
I - Coordenação-Geral de Políticas Sociais	CGPS
SUBCHEFIA ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA	Sainf
I - Coordenação-Geral de Infraestrutura	CGINF
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICA ECONÔMICA	Saeco
I - Coordenação-Geral de Política Econômica	CGPE
SUBCHEFIA ADJUNTA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	Saainst
I - Coordenação-Geral de Assuntos Institucionais e Contencioso	CGAINTC
II - Coordenação-Geral de Atos Internacionais e Informações	CGAII
SUBCHEFIA ADJUNTA DE GESTÃO PÚBLICA	Sagep
I - Coordenação-Geral de Gestão Pública	CGGEP
SUBCHEFIA ADJUNTA PARA ESTUDOS JURÍDICOS, REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA	SAERC
I - Coordenação-Geral de Revisão de Atos Normativos	CGRAN
a) Coordenação de Revisão de Atos Normativos	CRAN
II - Coordenação-Geral de Técnica Legislativa	CGTL
III - Coordenação-Geral do Centro de Estudos Jurídicos	CGCEJ
a) Coordenação de Divulgação de Normas	CDN
b) Coordenação do Centro de Estudos Jurídicos	CEJ
IV - Coordenação-Geral de Consolidação Normativa	CGCN
SUBCHEFIA ADJUNTA DE ASSUNTOS INTERNOS	Saai
I - Coordenação-Geral de Assuntos Internos	CGAI
a) Coordenação de Licitações e Contratos	CLC
b) Coordenação de Processos Disciplinares	CPD
SUBCHEFIA ADJUNTA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS	Saal
I - Coordenação-Geral de Assuntos Legislativos	CGAL
SUBCHEFIA ADJUNTA PARA ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL	Saap
I - Coordenação-Geral de Análise de Atos de Pessoal	CGAAP
a) Coordenação de Pesquisa Referencial	CPR
b) Coordenação de Revisão de Atos de Pessoal	CRA
1. Divisão de Revisão de Atos de Pessoal	DRA
2. Divisão de Análise de Conformidade Legal	DCL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	CISET
I - Gabinete	GAB
II - Coordenação de Planejamento e Melhoria da Qualidade	CPLA
a) Divisão de Gestão Administrativa	DIVGA
III - Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão e Orientações Institucionais	CGAG
a) Divisão de Informações Gerenciais	Dinfo
IV - Coordenação-Geral de Auditoria Contínua e Assessoramento Técnico	CGAC
V - CORREGEDORIA-GERAL	CORPR
VI - OUVIDORIA-GERAL	OUVPR
a) Coordenação de Tratamento de Manifestações	CTRAT
b) Coordenação-Geral de Acesso à Informação	CGAI
VII - SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA	Secep
a) Coordenação-Geral de Análise de Processo Ético	CGAPE
b) Coordenação-Geral de Análise de Conflito de Interesses	CGACI
c) Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal	CGSGE
IMPRENSA NACIONAL	IN
I - Coordenação de Governança	CGOV
II - Coordenação de Apoio	CADIN
III - Coordenação-Geral de Administração	CGAD
a) Divisão de Acompanhamento e Avaliação Contábil	DIAAC
b) Coordenação de Gestão de Pessoas	COGEP
1. Divisão de Pagamentos	DIPAG
2. Divisão de Promoção da Saúde e do Bem-Estar no Trabalho	DISAU
3. Divisão de Informações Funcionais e Aposentadoria	DIFAP
c) Coordenação de Orçamento e Finanças	COFIN
1. Divisão de Faturamento	DIFAT
2. Divisão de Orçamento e Finanças	DIOFI
d) Coordenação de Recursos Logísticos	COLOG
1. Divisão de Documentação	DIDOC
2. Divisão de Almoxarifado e Patrimônio	DIALP
3. Divisão de Serviços Gerais	DISEG
e) Coordenação de Licitação e Contratos Administrativos	COLIC
1. Divisão de Licitações	DILIC
2. Divisão de Contratos e Convênios	DCONT
3. Divisão de Fiscalização Administrativa	DFISC
IV - Coordenação-Geral de Publicação, Produção e Preservação	CGPPP
a) Coordenação de Publicação do Diário Oficial da União	CODOU
1. Divisão de Análise e Liberação de Matérias	DIAL
2. Divisão de Paginação e Publicação	DIPAP
b) Coordenação de Gestão do Acervo e Relacionamento Externo	COGAR
1. Divisão de Gestão do Museu e Biblioteca	DIMAB
2. Divisão de Atendimento e Gestão de Negócios	DIANE
c) Coordenação de Produção Gráfica	COGRAF
1. Divisão de Acabamento e Expedição	DIAE
2. Divisão de Impressão Digital e *Offset*	DIMP
V - Coordenação-Geral de Tecnologia	CGTI
a) Coordenação de Infraestrutura e Governança de TI	COING
1. Divisão de Infraestrutura e Segurança de TI	DINFS
2. Divisão de Governança de TI	DGTI
b) Coordenação de Sistemas, Dados e Inovação	COSIS
1. Divisão de Desenvolvimento de Sistemas	DSIST
2. Divisão de Dados e Inovação	DINOV

(*) Republicação da Portaria nº 137, de 27 de julho de 2022, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição 142, Seção 1 página 2 do Diário Oficial da União de 28 de julho de 2022.

Ministério da Agricultura, ecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MAPA Nº 2, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, considerando o disposto no §2º do art. 3º da Portaria MAPA nº 319, de 20 de outubro de 2021, no art. 10 da Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, bem como nas competências previstas nos arts. 10 a 14 do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e o que consta do Processo SEI 21000.041293/2022-79, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I da Portaria SE/MAPA nº 2, de 1º de junho de 2022, que descreveu as atividades passíveis de execução no Programa de Gestão desta Secretaria-Executiva, fazendo constar a seguinte informação, sem prejuízo das demais:

UNIDADE: COORDENAÇÃO-GERAL DE SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO - CGSTA/GAB-SE

Atividade	Entregas esperadas	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial	Tempo de execução da atividade em regime teletrabalho	Ganho de percentual de produtividade
Coordenação, suporte técnico e monitoramento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP	SCDP coordenado e monitorado	B	40h	40h	0%
Gestão e monitoramento do SINC - Sistema Integrado de Nomeações e Consultas	SINC gerido e monitorado	B	40h	40h	0%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 8 de agosto de 2022.

MÁRCIO ELI ALMEIDA LEANDRO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

PORTARIA Nº 86, DE 29 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa n° 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do Processo 21012.006540/2022-51, resolve:

Art. 1º Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) ROMULO MENEZES AMORIM inscrito(a) no CRMV/ BA sob o número 07583, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado da Bahia;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUELENE SANTOS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 40, DE 29 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.009027/2016-16, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0617, a empresa ARAUPEL S/A - FILIAL GUARAPUAVA, inscrita sob o CNPJ: 87.102.810/0032-33, localizada na Rodovia PR 466, S/N, KM 05 Guarapuava- PR, CEP: 85050-290, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - Secagem em estufa

Art. 2º Revogar a Portaria nº 131 de 12/01/2018, publicada no Diário Oficial da União de 18/01/2018.

Art. 3º A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 4º A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 5º A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 6º O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BRESSAN

CORREGEDORIA

DECISÃO DE 1º DE AGOSTO DE 2022

TERMO DE JULGAMENTO nº 229/2022/CORREG/MAPA
Referência: Processo Administrativo de Responsabilização de Ente Privado - PAR 21000.053047/2020-06.
Interessados: Corregedoria do MAPA
Assunto: Julgamento de Processos Administrativos de Responsabilização de Entes Privados - PAR

O CORREGEDOR do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da competência delegada através da Portaria MAPA nº 381, de 23 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2021, seção 1, página 10, prevista no art. 8º, §1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, considerando o que consta dos autos epigrafados, notadamente o conteúdo dos Relatórios Finais dos colegiados processantes, pelos fundamentos de fato e de direito apresentados pela Corregedoria, conforme Nota Técnica CORREG/MAPA (SEI nº (15331412), pela Consultoria Jurídica, conforme Parecer n. 00293/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (23049698), acolhido pelos DESPACHOS DE APROVAÇÃO n. 00777/2022/CONJUR-MAPA/CGUAGU (23049728) e nº 13195/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (23049751), os quais adoto, na forma do descrito no Despacho nº 58/CORREG (23069196), sem necessidade de nova fundamentação, nos termos do art. 50, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e sob o fundamento no art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no art. 14 do Decreto nº 11.129/2022, resolve:

Art. 1º - REJEITAR o RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE, que afastou-se dos fatos e provas carreadas aos autos, para reconhecer a responsabilidade da entidade pelo cometimento das infrações previstas no art. 5º, inciso V, da Lei n.º 12.846, de 2013, ante a comprovação, após compartilhamento de provas da Operação Enredados, deflagrada pela Polícia Federal em 2015, de interferência na atividade fiscalizatória do extinto Ministério da Pesca para emissão de licença irregular, para aplicar ao Ente Privado BLAZE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: 04.935.792/0001-47, nos termos do art. 6º, I e II da citada Lei nº 12.846/2013, as seguintes penalidades:

a) multa pecuniária ao Ente Privado BLAZE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: 04.935.792/0001-47, no valor de R$ 294.642,88 (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), que corresponde nos termos do inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, arts. 22 e 23 do Decreto nº 11.129/2022, em razão do reconhecimento da responsabilidade objetiva pela prática de ato lesivo à Administração Pública Federal, previsto no inciso V do art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

Art. 2º - DETERMINAR a publicação extraordinária desta decisão, nos termos do art. 19, inciso II do Decreto nº 11.129/2022, combinado com art. 6º, inciso II e parágrafo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, na forma de extrato de sentença, conforme anexo, às expensas do Ente Privado apenado, cumulativamente:

Em uma edição de um dos quatro jornais de maior tiragem e circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil), à escolha da empresa, no espaço mínimo de 1/4 (um quarto) de uma página do primeiro caderno, e em fonte idêntica ou maior ao padrão das matérias do veículo. Ou, alternativamente, na página principal do portal da internet desses veículos.

Em edital afixado pelo prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para os Entes apenados, no próprio estabelecimento ou no local de exercício das atividades, em posição que permita a visibilidade pelo público, em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto.

No sítio eletrônico do Ente Privado, acessível mediante link disponibilizado em banner fixo, contendo o título do extrato, exibido por, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias, na página principal da empresa na internet, em local de fácil visualização e em destaque, antes do início da rolagem da barra lateral do navegador em acesso por computador, com tamanho não inferior a 300 × 250px, ou, na sua ausência, na página de redes sociais vinculada ao Ente Privado, caso possua.

Art. 3º - Após publicação desta decisão, deve a Coordenação-Geral Técnica-Jurídico Correcional:

a) notificar os Órgãos de Controle, de Fiscalização e de Persecução Penal quanto ao desfecho da presente ação disciplinar, dando ciência do inteiro teor do Relatório Final, dos Pareceres Jurídicos e do Termo de Julgamento, com remessa de demais documentos pertinentes ao caso, ou através de concessão de "acesso externo" do Sistema SEI;

b) acompanhar o eventual pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, nos termos do art. 15 do Decreto nº 11.129/2022.

c) após o referido prazo, realizar a alimentação do Sistema CGUPJ/SISCOR, com os dados desenvolvidos nos autos do Processo Administrativo em questão, a fim de dar ciência à Corregedoria-Geral da União quanto ao deslinde do feito disciplinar;

d) no caso de não apresentação da referida impugnação, no prazo legal, inserir no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) as sanções ora aplicadas, bem como promover as cobranças administrativas, conforme determina a legislação.

e) certificar o cumprimento ou não das sanções ora imputadas, com os encaminhamentos de praxe.

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR
Corregedor

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO PELO ENTE PRIVADO
BLAZE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: 04.935.792/0001-47:
"MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013
Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização
PAR 21000.053047/2020-06.

Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa de R$ 294.642,88 (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos) e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:

BLAZE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: 04.935.792/0001-47

ante a comprovação, após compartilhamento de provas da Operação Enredados, deflagrada pela Polícia Federal em 2015, de interferência na atividade fiscalizatória do extinto Ministério da Pesca para emissão de licença irregular, infringindo o disposto no inciso V, do artigo 5º da Lei n° 12.846, de 2013."

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 632, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de amor-perfeito (Viola x Wittrockiana) com origem do Chile.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, considerando o resultado da análise de risco de pragas e o que consta nos autos do processo nº 21000.063507/2021-87, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4) de amor-perfeito (Viola × Wittrockiana) produzidas no Chile.

Art. 2º O envio deve estar acompanhado de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela - ONPF do Chile, com a seguinte Declaração Adicional:

I - "O envio encontra-se livre de Mycocentrospora acerina e Tobacco rattle virus de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório Nº ( )".

Art. 3º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 4º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Chile será notificada, podendo a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil suspender as importações de sementes de amor-perfeito até a revisão da Análise de Risco de Pragas correspondente.

Art. 5º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 36, DE 27 DE JULHO DE 2022

1. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador/manipulador Arcad Industrialização Química Ltda - Paulínia/SP, no produto CHRYSOGEN, registro nº 15418, conforme processo nº 21000.062623/2022-60.

2. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ningxia Yongnong Biosciences Co., Ltd., endereço The South of Guangfu Road, and the North of Taizhongyin Railway, Ningdong Base Chemical New Material Zone, Yinchuan City, Ningxia Hui Autonomous Region China, no produto EGAN, registro nº 19417, conforme processo nº 21000.063176/2022-66.

3. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Albaugh Agro Brasil Ltda - Resende/RJ, no produto BELLUM 480 SC, registro nº 21719, conforme processo nº 21000.063167/2022-75.

4. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico MESOTRIONE TÉCNICO ALBAUGH BN, registro nº TC07920, no produto formulado BELLUM 480 SC, registro nº 21719, conforme processo nº 21000.063153/2022-51.

5. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area, Weifang City, Shandong Province3, 262737, China, no produto BRION, registro nº 00921, conforme processo nº 21000.062926/2022-82.

6. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area Weifang City, Shandong Province, 262737, China, no produto CLOMAMAX, registro nº 12720, conforme processo nº 21000.062921/2022-50.

7. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area Weifang City, Shandong Province, 262737, China, no produto GAMEOVER, registro nº 30621, conforme processo nº 21000.062909/2022-45.

8. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area Weifang City, Shandong Province, 262737, China, no produto GLIFOSATO CHDS, registro nº 03812, conforme processo nº 21000.062837/2022-36.

9. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos PICLORAM ÁCIDO TÉCNICO, registro nº 3088898, PICLORAM TÉCNICO IHARA I, registro nº TC08522, no produto formulado INVERNADA, registro nº 04411, conforme processo nº 21000.062183/2022-41.

10. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto DIQUAT TÉCNICO RAINBOW, registro nº 12015, no produto formulado MACROQUAT 200 SL, registro nº 25321, conforme processo nº 21000.062822/2022-78.

11. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area, Weifang City, Shandong Province, 262737, China, no produto MACROQUAT 200 SL, registro nº 25321, conforme processo nº 21000.062814/2022-21.

12. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador/manipulador Arcad Industrialização Química Ltda - Paulínia/SP, no produto SURTIVO SOJA, registro nº 23218, conforme processo nº 21000.062645/2022-20.

13. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador/manipulador Arcad Industrialização Química Ltda - Paulínia/SP, no produto CARTUGEN, registro nº 15918, conforme processo nº 21000.062618/2022-57.

14. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos PICLORAM ÁCIDO TÉCNICO, registro nº 3088898, PICLORAM TÉCNICO IHARA I, registro nº TC08522, no produto formulado PALANQUE, registro nº 05822, conforme processo nº 21000.062184/2022-95.

15. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Shanghai Psyche Chemicals Co. Ltd., endereço No. 1133 Changning Road, Shanghai, China, Jiangsu Corechem Co. Ltd., endereço 18, Shilian Avenue, Huaian City, Jiangsu, China, no produto PANZER MAX 750 WG, registro nº 08721, conforme processo nº 21000.062234/2022-34.

16. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Shanghai Psyche Chemicals Co. Ltd., endereço No. 1133 Changning Road, Shanghai, China, Jiangsu Corechem Co. Ltd., endereço 18, Shilian Avenue, Huaian City, Jiangsu, China, no produto LIVENKO 500 SC, registro nº 00321, conforme processo nº 21000.062192/2022-31.

17. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Bio Controle Métodos de Controle de Pragas Ltda - Indaiatuba/SP, no produto FEROCITRUS FURÃO, registro nº 07201, conforme processo nº 21000.062677/2022-25.

18. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial NEMATROP, no produto formulado FURATROP, registro nº 15220, conforme processo nº 21000.062795/2022-33.

19. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area Weifang City, Shandong Province 262737, China, no produto METOMIL CHDS, registro nº 27620, conforme processo nº 21000.062811/2022-98.

20. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado CALARIS, registro nº 9419, conforme processo nº 21000.062718/2022-83.

21. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos CIPROCONAZOLE SC TÉCNICO HELM, registro nº TC13121, CIPROCONAZOL TÉCNICO AGROLEAD, registro nº TC06422, CYPROCONAZOLE TÉCNICO NGC, registro nº TC13021, CYPROCONAZOLE TÉCNICO ZY, registro nº TC05121, no produto formulado HERMION, registro nº 36521, conforme processo nº 21000.062271/2022-42.

22. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado PRIMESTRA GOLD, registro nº 8399, conforme processo nº 21000.062331/2022-27.

23. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado PRIMATOP SC, registro nº 1578303, conforme processo nº 21000.062721/2022-05.

24. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado CALIPEN, registro nº 11822, conforme processo nº 21000.062711/2022-61.

25. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area Weifang City, Shandong Province 262737, China, no produto STATION 240 SL, registro nº 14718, conforme processo nº 21000.062808/2022-74.

26. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado CALIPEN SC, registro nº 17019, conforme processo nº 21000.062707/2022-01.

27. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado PRIMAIZ GOLD, registro nº 700, conforme processo nº 21000.062676/2022-81.

28. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos DIQUAT TÉCNICO CROPCHEM, registro nº 26318, DIQUAT TÉCNICO CROPCHEM II, registro nº TC07720, no produto formulado GOPAN, registro nº 38918, conforme processo nº 21000.068948/2020-94.

29. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador/manipulador Arcad Industrialização Química Ltda - Paulínia/SP, no produto ARMIGEN, registro nº 7815, conforme processo nº 21000.062653/2022-76.

30. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado GESAPRIM GRDA, registro nº 5496, conforme processo nº 21000.062389/2022-71.

31. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shanghai Psyche Chemicals Co. Ltd., endereço No. 1133 Changning Road, Shanghai, China, no produto ZEST 750 WG, registro nº 9710, conforme processo nº 21000.062239/2022-67.

32. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos SULFENTRAZONE TÉCNCIO PROVENTIS, registro nº 29818, SNT TÉCNICO, registro nº 37818, no produto formulado SHODAN, registro nº 12822, conforme processo nº 21000.063359/2022-81.

33. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, no produto PALANQUE, registro nº 5822, conforme processo nº 21000.062360/2022-99.

34. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto ACETAMIPRID TÉCNICO SAU, registro nº TC05822, no produto formulado REINUS, registro nº 9619, conforme processo nº 21000.069984/2022-37.

35. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto ACETAMIPRID TÉCNICO SAU, registro nº TC05822, no produto formulado AUTENTICOBR, registro nº 21717, conforme processo nº 21000.069966/2022-55.

36. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Iprochem Co. Ltd., endereço 35 F, Guomao Business Mansion, 3005 Nanhu Road, Luohu District, Shenzhen China, no produto BINGO 800 WG, registro nº 36121, conforme processo nº 21000.069978/2022-80.

37. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado GESAPRIM 500 CIBA-GEIGY, registro nº 378599, conforme processo nº 21000.062344/2022-04.

38.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado PRIMOLEO, registro nº 2308794, conforme processo nº 21000.062341/2022-62.

39. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos CIPROCONAZOLE SC TÉCNICO HELM, registro nº TC13121, CIPROCONAZOL TÉCNICO AGROLEAD, registro nº TC06422, CYPROCONAZOLE TÉCNICO NGC, registro nº TC13021, CYPROCONAZOLE TÉCNICO ZY, registro nº TC05121, no produto formulado REBRON, registro nº 22721, conforme processo nº 21000.062275/2022-21.

40.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado PROOF, registro nº 2999, conforme processo nº 21000.062261/2022-15.

41. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shanghai Psyche Chemicals Co. Ltd., endereço no. 1133 Changning Road, Shamghai, China, no produto KANTOR 1000 EC, registro nº 02521, conforme processo nº 21000.062211/2022-20.

42. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FORWARD ATRAZINE TÉCNICO, registro nº TC07122, no produto formulado PRIMAGRAM GOLD, registro nº 800, conforme processo nº 21000.062272/2022-97.

43. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Shanghai Psyche Chemicals Co. Ltd., endereço no. 1133 Changning Road, Shamghai, China, Jiangsu Corechem Co. Ltd., endereço 18, Shilian Avenue, Huaian City, Jiangsu, China, no produto GLI UP 480 SL, registro nº 013507, conforme processo nº 21000.062248/2022-58.

44. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RANMAN, registro nº 05105, conforme processo nº 21016.003435/2022-21.

45. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto HANAMI, registro nº 06511, conforme processo nº 21016.003439/2022-17.

46. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores PT Corteva Agriscience Manufacturing Indonesia, endereço Sisingamangaraja Street, km 9,5, North Sumatera 20148, Medan, Indonesia, Corteva Agriscience Argentina SRL, endereço Hipolito Yrigoyen, 2900 Puerto General San Martin, Santa Fe, S2202DRA, Argentina, Corteva Agriscience de Colombia S.A.S., endereço Mamonal km 14, Bolivar Apartado, 2888, Cartagena, Bolivar, Colômbia, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto DETONAN, registro nº 16221, conforme processo nº 21000.059177/2022-14.

47. De acordo com o Art. 22, §1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos CIPROCONAZOLE SC TÉCNICO HELM, registro nº TC13121, CIPROCONAZOL TÉCNICO AGROLEAD, registro nº TC06422, CYPROCONAZOLE TÉCNICO NGC, registro nº

TC13021, CYPROCONAZOLE TÉCNICO ZY, registro nº TC05121, no produto formulado VERDADERO 600 WG, registro nº 5003, conforme processo nº 21000.062266/2022-30.

48. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hebei Lanrun Plant Protection Technology Co. Ltd., endereço East side of the Nanjing third road, Chemical Avenue, Lingang Development Zone, Hebei Province Cangshou City, China, no produto VIANCE, registro nº 28917, conforme processo nº 21000.070232/2022-19.

49. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ nº 05.280.269/0001-92 -Foz do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 05.280.269/0006-05 - Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0005-16 -Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280269/0004-35 - Paulínia/SP, a importar o produto YANG, registro nº 6518, conforme processo nº 21000.056799/2022-82.

50. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Helm do Brasil Mercantil Ltda, CNPJ Nº 47.176.755/0001-05 - São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.176.755/0008-81 - Paulínia/SP, CNPJ Nº47.176.755/0003-77-Ibiporã/PR, a importar o produto SULFENTRAZONE 500 SC PROVENTIS, registro nº 20520, conforme processo nº21000.070801/2022-26.

51.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico GLIFOSATO G TÉCNICO RAINBOW, registro nº01213, no produto formulado GLIFOSATO CHD'S, registro nº03821, conforme processo nº 21000.062905/2022-67.

52. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico SULFENTRAZONE TÉCNICO RAINBOW, registro nº46019, no produto formulado GAMEOVER, registro nº 30621, conforme processo nº 21000.062915/2022-50.

53. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D TÉCNICO RAINBOW, registro nº 15921, no produto formulado BRION, registro nº 11708, conforme processo nº 21000.062938/2022-15.

54. Tornamos sem efeito o item 51, Seção 1, do Ato nº 36, publicado no DOU de 19 de agosto de 2021, conforme processo nº 21000.003276/2012-61.

55. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto CEVYA, registro nº 17722, para marca comercial BELANTY, conforme processo nº 21016.003608/2022-19.

56. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Alternaria solani* na cultura da Batata, *Xanthomonas vesicatoria* (*Xanthomonas campestris* pv. *vesicatoria*) na cultura do Tomate, sem aumento de dose, no produto KENTAN 40 WG, registro nº 7309, conforme processo nº 21016.003549/2022-71.

57. De acordo com o Artigo 22, § 4º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto TARGA MAX, registro nº 12117, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Eucalipto, Pinus e Acácia Negra, conforme processo nº 21000.091472/2019-51.

58. Tornamos sem efeito o item 163, do Ato nº 08, Seção 1, publicado no DOU de 23 de fevereiro de 2021.

59. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda - CNPJ Nº 05.280.269/0001-92-Foz do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 05.280.269/0003-54 - Cuiabá/Mt, CNPJ Nº 05.280.269/0002-73-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 05.280.269/0005-16-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0004-35-Paulínia/SP, CNPJ Nº05.280.269/0006-05 - Ibiporã/PR, a importar o produto HURON, registro nº 10622, conforme processo nº 21000.071729/2022-54.

60. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shangai Huikwang Corporation, endereço Hangtang Road, Tairi Town, Fengxian District, Shangai City, P.R. China, no produto BRADDOCK ULTRA, registro nº 34121, conforme processo nº 21000.059942/2022-98.

61. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd., endereço Binhai Economic Development area, Weifang, Shandong China, 262737, no produto WILURON, registro nº 13519, conforme processo nº 21000.051510/2022-39.

62. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Bio Controle Métodos de Controle de Pragas Ltda - Indaiatuba/SP, no produto FEROCITRUS FURÃO, registro nº 07201, conforme processo nº 21000.062677/2022-25.

63. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Zhongshan Química do Brasil Ltda, CNPJ Nº 28.514.525/0001-64-Sorocaba/SP, Filiais: CNPJ Nº 28.514.525/0002-45 - Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 28.514.525/0006-79-Cuiabá/MT, CNPJ nº 28.514.525/0007-50 - Carazinho/RS, CNPJ Nº 28.514.525/0005-98 -Ibiporã/PR, CNPJ Nº 28.514.525/0003-26 Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº 28.514.525/0004-07 -Paulínia/SP, a importar o produto CYPER COPA 250 EC, registro nº 3915, conforme processo nº 21000.051517/2022-51.

64. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso IX, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração de composição do processo de síntese do produto técnico com aumento do teor de ativo para 940 g/kg, e ajuste dos teores das impurezas, PROFOXYDIM TÉCNICO, registro nº 0407, conforme processo nº 21000.052319/2018-28.

65.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico caruru palmeri (*Amaranthus palmeri*), sem aumento de dose, e redução de dose para controle dos alvos Capim-colchão (*Digitaria horizontalis*) e Capim-pé-de-galinha (*Eleusine indica*), na cultura da Soja, no produto APRESA, registro nº 8522, conforme processo nº 21000.068775/2022-76.

66. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com redução de dose na cultura da Soja, alvo biológico Ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*), no produto AIRONE SCUDO, registro nº 7119, conforme processo nº 21016.003739/2022-98.

67. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com redução de dose para controle do alvo biológico *Bemisia tabaci* raça B, indicado em qualquer cultura com a ocorrência do alvo, no produto ÁLAABO, registro nº 40719, conforme processo nº 21016.003666/2022-34.

68. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso IV, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço da empresa Fosfoquim Brasil Aluguel de Equipamentos de Fumigação Ltda., CNPJ Nº 31.456.731/0001-70, Rua Nestor Victor, 995, sala 02, CEP: 83203-540, Paranaguá/PR, para endereço Rua João Zarpelon, 800 - armazém nº 100, sala 01, Bairro Costeira, CEP: 83015210 - São José dos Pinhais/PR, esta alteração contempla os registros dos produtos onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.025293/2022-21.

69. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VI, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão da modalidade de aplicação em pós-emergência das plantas daninhas e da cultura da Soja, no produto OSBAR 500 WP, registro nº 23221, conforme processo nº 21000.068281/2022-91.

70. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto POLECI EC, processo nº 21000.014316/2019-77, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.070916/2022-11.

71. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, reconsideramos o indeferimento do pleito de registro do produto UTILON 500 SC, processo nº 21000.003276/2012-61, publicado no DOU de 19 de agosto de 2021, Ato nº 36, Seção 1, item 51.

72. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos lagarta-das-folhas (*Spodoptera eridania*) e lagarta-militar (*Spodoptera frugiperda*) na cultura da Soja, sem aumento de dose, e redução de dose para controle das pragas lagarta-falsa-medideira (*Chrysodeixis includens*) na cultura da Soja, no produto HAYATE, registro nº 24221, conforme processo nº 21016.006978/2021-19.

73. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de culturas Milheto e Pastagem no produto ATRAZINA NORTOX 500 SC, registro nº 0596, conforme processo nº 21016.003485/2021-27.

74. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto DURANCE, registro nº 02604, da empresa Bayer S.A., CNPJ Nº 18.459.628/0001-15, sito à Rua Domingos Jorge, 1100, CEP: 04779-900, Socorro, São Paulo/SP, para a empresa Basf S.A., CNPJ Nº 48.539.407/0001-18, sito à Avenida das Nações Unidas, 14171, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, conforme processo nº 21016.003917/2022-81.

75. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de culturas Milho, Algodão, Cebola, Morango, Alho, Chalota e Duboisia, no produto ZIGNAL, registro Nº 16108, conforme processo nº 21000.082397/2020-71.

76. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Alternaria porri* na cultura do Alho, *Pseudocercospora personata* na cultura do Amendoim, *Pyricularia grisea* na cultura do Arroz, *Mycosphaerella fijensis* na cultura da Banana, *Ascochyta coffeae,* P*homa costaricensis* e *Cercospora coffeicola* na cultura do Café, *Alternaria alternata* e *Uromyces appendiculatus* na cultura do Feijão, *Oidium mangiferae* na cultura da Manga, *Cladosporium herbarum* na cultura do Maracujá, *Didymella bryoniae* e *Colletotrichum orbiculare* na cultura da Melancia, *Didymella bryoniae* na cultura do Melão, *Puccinia sorghi* e *Cercospora zeae-maydis* na cultura do Milho, *Cercospora kikuchii* e *Septoria glycine* na cultura da Soja, *Septoria lycopersici* na cultura do Tomate, *Blumeria graminis* f.sp. *tritici, Puccinia graminis, Fusarium graminearum* e *Pyricularia grisea* na cultura do Trigo, *Colletotrichum gloeosporioides* e *Phakopsora euvitis* na cultura da Uva, sem aumento de dose, no produto LOUSAL, registro nº 9719, conforme processo nº 21000.101828/2021-97.

77. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Diaphania hylinata*, indicado em qualquer cultura com ocorrência do alvo, sem aumento de dose, no produto BTCONTROL, registro nº 4816, conforme processo nº 21000.075706/2021-38.

78. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a redução de dose para controle da praga *Anthonomus grandis* na cultura do Algodão, no produto CURBIX 200 SC, registro nº 10806, conforme processo nº 21016.003879/2022-66.

79. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o registro do produto FERRAMOL, registro nº 03107, conforme processo nº 21016.003947/2022-97.

80. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Sternechus subsignatus na cultura da Soja, sem aumento de dose, no produto BOLD, registro nº 08017, conforme processo nº 21000.067563/2022-71.*

81. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Colletotrichum gloeosporioides na cultura da Maçã, sem aumento de dose, no produto APPROVE, registro nº 11516, conforme processo nº 21000.068467/2022-41.*

82. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Colletotrichum gloeosporioides na cultura da Maçã, sem aumento de dose, no produto APPROVE WG, registro nº 30717, conforme processo nº 21000.068472/2022-53.*

83. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Sternechus subsignatus na cultura da Soja sem aumento de dose, no produto CONVENCE FS, registro nº 13019, conforme processo nº 21000.066883/2022-12.*

84. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Ballagro Agro Tecnologia Ltda, CNPJ Nº 06.789.993/0001-09 - Bom Jesus dos Perdões/SP, Filial: CNPJ Nº 06.789.993/0004-51 - Piracaia/SP, a importar o produto AMYLO-X SL, registro nº 27021, conforme processo nº 21000.072201/2022-01.

85. De acordo com o Artigo 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ballagro Agro Tecnologia Ltda - Bom Jesus dos Perdões/SP, Ballagro Agro Tecnologia Ltda - Piracaia/SP, no produto AMYLO-X SL, registro nº 27021, conforme processo nº 21000.072201/2022-01.

86. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PICLORAM TÉCNICO UPL BR, registro nº 0311, no produto formulado NAVIGATOR, registro nº 06008, conforme processo nº 21000.072148/2022-30.

87. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PICLORAM TÉCNICO UPL BR, registro nº 0311, no produto formulado LEOPARD, registro nº 05808, conforme processo nº 21000.072144/2022-51.

88. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PICLORAM TÉCNICO UPL BR, registro nº 0311, no produto formulado BROWSER, registro nº 05908, conforme processo nº 21000.072136/2022-13.

89. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico IMIDACLOPRIDO TÉCNICO OF, registro nº TC05222, no produto formulado VIGORBR, registro nº 07422, conforme processo nº 21000.071677/2022-16.

90. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Lallemand Soluções Biológicas Ltda - Piracicaba/SP, Lallemand Soluções Biológicas Ltda, CNPJ Nº 27.268.763/0002-55 - Patos de Minas/MG, Lallemand Soluções Biológicas Ltda, CNPJ Nº 27.268.763/0003-36 - Patos de Minas/MG, no produto LALNIX RESIST, registro nº 20518, conforme processo nº 21000.071568/2022-07.

91. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto PROTECTION, registro nº 19422, para marca comercial BIO INCLUSION S.F., conforme processo nº 21000.071626/2022-94.

92. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Lallemand Soluções Biológicas Ltda - Piracicaba/SP, Lallemand Soluções Biológicas Ltda, CNPJ Nº 27.268.763/0002-55 - Patos de Minas/MG, Lallemand Soluções Biológicas Ltda, CNPJ Nº 27.268.763/0003-36 - Patos de Minas/MG, no produto LALNIX RESIST, registro nº 20518, conforme processo nº 21000.071568/2022-07.

93. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial TECNUS, no produto formulado ECOTRICH, registro nº. 04213, conforme processo nº 21000.052510/2022-56.

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 10 de maio de 2019, em Ato nº 31, Seção 1, item 30, onde se lê: [....] Nome: Bayer Cropscience LP - Endereço: 8400 Hawthorn Road - PO Box 4913 - Kansas City - Missouri - Estados Unidos. Produto Técnico (Tebuconazole Técnico Sumitomo BR), leia-se: [....] Nome: Bayer Cropscience LP - Endereço: 8400 Hawthorn Road - 64120 - Kansas City - Missouri - USA.

No DOU de 20 de junho de 2022, em Ato nº 27, Seção 1, item 160, onde se lê: ...no produto COMISSÁRIO, registro nº 10119, foi aprovada a inclusão de culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI): Aveia, Centeio, Cevada e Triticale, e inclusão da modalidade de aplicação aérea na cultura do Café, conforme processo nº 21000.033038/2019-57., leia-se: ...no produto RIMON SUPRA, registro nº 14511, foi aprovada a inclusão de culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI): Aveia, Centeio, Cevada e Triticale, e inclusão da modalidade de aplicação aérea na cultura do Café, conforme processo nº 21000.033038/2019-57.

No DOU de 20 de junho de 2022, em Ato nº 27, Seção 1, item 76, onde se lê: ...no produto U 46 PRIME, registro nº 04118103, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão arroz irrigado, aveia, pastagem e sorgo, inclusão de alvos biológicos nas culturas do arroz (*Gossypium hirsutum, Aeschinomene rudis, Alternathera tenella, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Emilia sonchifolia, Glycine max), da cana-de-açúcar (Aeschinomene rudis, Alternathera tenella, Emilia sonchifolia, Cyperus rotundus, Portulaca oleracea, Amaranthus viridis, Emilia sonchifolia, Galinsoga parviflora e Bidens pilosa), do milho (Gossypium hirsutum, Aeschinomene rudis, Alternanthera tenella, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Amaranthus retroflexus, Emilia sonchifolia e Glycine max), da soja (Gossypium hirsutum, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Ipomoea purpurea, Spermacoce latifolia, Glycine max) e do trigo (Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis e Ipomoea purpurea), inclusão de dessecação de plantas voluntárias de algodão e soja (manejo outonal); dessecação pós colheita para controle de soqueira de algodão rebrotado após roçada mecânica; inclusão de modalidade de aplicação aérea nas culturas arroz, arroz irrigado, aveia, cana-de-açúcar, milho, pastagem, trigo, soja e sorgo; e inclusão da aplicação através de equipamento costal (manuais ou motorizados) nas culturas cana-de-açúcar, café, milho, pastagem e sorgo, conforme processo nº 21000.057315/2020-51, leia-se: ...no produto U 46 PRIME, registro nº 2704, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão arroz irrigado, aveia, pastagem e sorgo, inclusão de alvos biológicos nas culturas do arroz (Gossypium hirsutum, Aeschinomene rudis, Alternathera tenella, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Emilia sonchifolia, Glycine max), da cana-de-açúcar (Aeschinomene rudis, Alternathera tenella, Emilia sonchifolia, Cyperus rotundus, Portulaca oleracea, Amaranthus viridis, Emilia sonchifolia, Galinsoga parviflora e Bidens pilosa), do milho (Gossypium U 46 Prime Aeschinomene rudis, Alternanthera tenella, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis Amaranthus retroflexus, Emilia sonchifolia e Glycine max), da soja (Gossypium hirsutum, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Ipomoea purpurea, Spermacoce latifolia, Glycine max) e do trigo (Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis e Ipomoea purpurea), inclusão de modalidade de aplicação dessecação pré-semeadura de trigo, arroz e milho; inclusão de dessecação de plantas voluntárias de algodão e soja (manejo outonal); dessecação pós colheita para controle de soqueira de algodão rebrotado após roçada mecânica; inclusão de modalidade de aplicação aérea nas culturas arroz, arroz irrigado, aveia, cana-de-açúcar, milho, pastagem, trigo, soja e sorgo; e inclusão da aplicação através de equipamento costal (manuais ou motorizados) nas culturas cana-de-açúcar, café, milho, pastagem e sorgo, conforme processo nº 21000.057315/2020-51.*

No DOU de 01 de julho de 2022, em Ato nº 31, Seção 1, item 9.d, onde se lê: Fabricante Produto Técnico (Fomesafen Técnico Syn): Nome: Zhongzha Branch Jiangsu Changqing Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: Chemistry Development Zone, Daqiao Town - Jiangsu City, Jiangsu - China. Produto Técnico (Fomesafen Pré-Mistura): Nome: Zhongzha Branch Jiangsu Changqing Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: Chemistry Development Zone, Daqiao Town - Jiangsu City, Jiangsu - China.Nome: Jiangsu Changging Agrochemical Co. Ltd. - Endereço: Puto Town, Jiangdu, Jiangsu -China. Produto Técnico (Fomesafen Técnico LNH): Nome: Jiangsu Lianhe Chemical Technology Co., Ltd. - Endereço: Weisan RD, Chenjiagang, Xiangshui, Jiangsu, 224631 - China, leia-se: ...Fabricante Produto Técnico (Fomesafen Técnico Syn): Nome: Zhongzha Branch Jiangsu Changqing Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: No. 8 Sanjiang Road, Chemistry Development Zone, Daqiao Town 225215, Jiangdu City, Jiangsu - China. [...] Produto Técnico (Fomesafen Pré-Mistura): Nome: Zhongzha Branch Jiangsu Changqing Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: No. 8 Sanjiang Road, Chemistry Development Zone, Daqiao Town 225215, Jiangdu City, Jiangsu - China. Nome: Jiangsu Changqing Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: nº1 Jiangling Road, Putou Town, Jiangdu District, Yangzhou City, Jiangsu Province, 225218 - China. Produto Técnico (Fomesafen Técnico LNH): Nome: Jiangsu Lianhe Chemical Technology Co., Ltd. - Endereço: Chenjiagang Chemical Park, Chenjiagang, Xiangshui, Jiangsu, 224631 - China.

No DOU de 01 de julho de 2022, em Ato nº 31, item 10-a, onde se lê: .... Fabricante do produto técnico (Mancozeb Técnico Indofil): Nome: Indofil Industries Limited - Endereço: Azad Nagar Sandoz Baug P.O. Off Ghodbunder Road, Near Chitalsar Manpada, 400 607 Thane - Índia, leia-se: ...Fabricante do produto técnico (Mancozeb Técnico Indofil): Nome: Indofil Industries Limited - Endereço: Azad Nagar Sandoz Baug P.O. Off Ghodbunder Road, Near Chitalsar Manpada, 400 607 Thane - Índia; Nome: Indofil Industries Limited - Endereço: Plot No. Z7-1/Z8, Sez Dahej Limited, Sez Dahej, Taluka: Vagra, Dist-Bharuch, Gujarat - 392 130 - Índia.

No DOU de 01 de julho de 2022, em Ato nº 31, Seção 1, item 46-a, d.Fabricante do produto técnico: onde se lê: ...BASF Española S.L. - Carretera Nacional 340, km 1156 - 43006 - Terragona - Cataluña - Espanha, leia-se: ...BASF Española S.L. - Carretera Nacional 340, km 1156 - 43006 - Tarragona - Cataluña - Espanha.

No DOU de 12 de julho, em Ato nº 32, Seção 1, item 52, onde se lê: ...foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Alho, Amendoim, Aveia, Café, Cevada, Feijão, Gladíolo, Seringueira e Soja, inclusão de culturas de suporte fitossanitário insuficiente: Centeio, Ervilha, Feijões, Grãode-bico, Lentilha, Sorgo e Triticale; inclusão de alvos biológicos Mycosphaerella fijiensis na cultura da Banan, e Blumeria graminis f.sp. tritici, Drechslera tritici-repentis, Stagonospora nodorum, Puccinia triticina e Septoria tritici na cultura do Trigo, no produto TINO, registro nº 088, conforme processo nº21000.004239/2021-61, leia-se: ..., foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Alho, Amendoim, Aveia, Café, Cevada, Feijão, Gladíolo, Seringueira e Soja, inclusão de culturas de suporte fitossanitário insuficiente: Centeio, Ervilha, Feijões, Grãode-bico, Lentilha, Milheto, Sorgo e Triticale; inclusão de alvos biológicos *Mycosphaerella fijiensis na cultura da Banana, e Blumeria graminis f.sp. tritici, Drechslera tritici-repentis, Stagonospora nodorum, Puccinia triticina e Septoria tritici na cultura do Trigo, no produto TINO, registro nº 08811, conforme processo nº 21000.004239/2021-61.*

No DOU de 22 de julho de 2022, em Ato nº 35, Seção 1, item 33, onde se lê: ...produto LALSTOP 132, leia-se: ... LALSTOP I32 SC.

No DOU de 22 de julho de 2022, em Ato nº 35, Seção 1, item 54, onde se lê: ..."transferência de titularidade dos produtos [....] da empresa Lallemand Soluções Agrobiológicas Ltda, CNPJ Nº 07.983.734/0001-87, sito à Avenida Júlia Fernandes Caixeta, nº 555-A, Bairro Cidade Nova, CEP: 38706-420, Patos de Minas/MG, para a empresa Lallemand Soluções Biológicas Ltda, CNPJ Nº 27.268.763/0001-74, sito à Estrada Professor Messias José Baptista, 2007, parte, Bairro Itaperu, CEP: 13432-700, Piracicaba/SP, conforme processo nº 21000.069417/2022-81, leia-se: ... "transferência de titularidade dos produtos LALNIX ONIX 1,5 SC, registro nº 3021, LALNIX ONIX SC, registro nº 3121, ONIX, registro nº 2921, QUALITY WG, registro nº 2921, QUALITY WG, registro nº 2621, LALSTOP QUALITY 28 WG, registro nº 2721, LALSTOP QUALITY WG, registro nº 2821, LALNIX RIZOS SC, registro nº 3221, LALSTOP ORGANIC DS, registro nº 10322, da empresa Lallemand Soluções Agrobiológicas Ltda, CNPJ Nº 07.983.734/0001-87, sito à Avenida Júlia Fernandes Caixeta, nº 555-A, Bairro Cidade Nova, CEP: 38706-420, Patos de Minas/MG, para a empresa Lallemand Soluções Biológicas Ltda, CNPJ Nº 27.268.763/0001-74, sito à Estrada Professor Messias José Baptista, 2007, parte, Bairro Itaperu, CEP: 13432-700, Piracicaba/SP, conforme processo nº 21000.069417/2022-81".

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INSTRUÇÃO ESPECIAL Nº 5, DE 29 DE JULHO DE 2022(*)

Dispõe sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para o cálculo do módulo rural.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o artigo 110, inciso XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no D.O.U. de 24 de março de 2020, e considerando o disposto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no Decreto n° 72.106, de 18 de abril de 1973, na Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979 e na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e ainda pelo que consta nos autos do Processo Administrativo nº 54000.119984/2021-63, resolve dispor sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para cálculo do módulo rural, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º Esta Instrução Especial fixa, em âmbito nacional e por município, os índices básicos cadastrais utilizados para dimensionar, classificar e caracterizar os imóveis rurais, e os módulos de exploração utilizados para o cálculo do número de módulos rurais, conforme o zoneamento agrário definido em conformidade com as zonas típicas de módulo e zonas de pecuária.

CAPÍTULO II
DOS ÍNDICES BÁSICOS CADASTRAIS
Seção I
Das definições gerais

Art. 2º Os índices básicos cadastrais fixam para cada município parâmetros que possibilitam caracterizar e classificar o imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional.

Art. 3º São índices básicos cadastrais do Incra:
I - a zona típica de módulo - ZTM;
II - o módulo de exploração rural - MR;
III - a zona de pecuária - ZP;
IV - a fração mínima de parcelamento - FMP;
V - o módulo fiscal - MF; e
VI - o limite livre de autorização para a aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros.

Parágrafo único. À exceção do módulo de exploração rural de que trata o inciso II do caput, classificado e dimensionado na forma do anexo II, os demais índices básicos cadastrais de que tratam os I, III, IV, V e VI do caput deste artigo estão discriminados por município no Anexo IV desta Instrução Especial.

Seção II
Das Zonas Típicas de Módulo

Art. 4º As zonas típicas de módulo - ZTM são regiões geográficas delimitadas, com características ecológicas e econômicas homogêneas, baseadas na divisão de regiões geográficas imediatas - RGI, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de acordo com as influências demográficas e econômicas de grandes centros urbanos regionais.

§ 1º As zonas típicas de módulo estão classificadas de acordo com o critério de concentração demográfica, na forma do Anexo I.

§ 2º De acordo com a classificação da zona típica de módulo, estabelecida pelas características ecológicas e econômicas homogêneas, e os tipos de exploração rural dominantes em cada zona típica de módulo, é fixada a dimensão do módulo rural por tipo de exploração, na forma do Anexo II.

§ 3º Os municípios que caracterizam cada uma das regiões geográficas imediatas estão identificados pelo código do IBGE e classificados de acordo com a correspondente zona típica de módulo a que pertencem, na forma do Anexo III.

§ 4º Cada região geográfica imediata corresponde a uma única zona típica de módulo.

Seção III
Dos Módulos de Exploração Rural

Art. 5º Os tipos de exploração rural a que se referem o art. 5º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e o inciso II do art. 24 do Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973, são enquadrados nas seguintes classes:
I - atividade hortigranjeira;
II - cultura permanente;
III - cultura temporária;
IV - exploração pecuária; e
V - exploração florestal.

§ 1º Para o enquadramento dos tipos de exploração rural nas classes indicadas no caput deverá ser utilizada a lista de produtos e serviços da agropecuária e pesca - PRODLIST-Agro/Pesca da Comissão Nacional de Classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º Para os fins desta Instrução Especial, integram a atividade hortigranjeira as seguintes modalidades de exploração rural:
I - horticultura;
II - floricultura;
III - apicultura;
IV - estrutiocultura;

V - avicultura;
VI - carcinicultura;
VII - cunicultura;
VIII - piscicultura;
IX - ranicultura;
X - sericicultura; e
XI - suinocultura.

§ 3º Será considerada como atividade pecuária a exploração de animais:

I - de médio porte:
a) ovinos;
b) suínos; e
c) caprinos.

II - de grande porte:
a) asininos;
b) bovinos;
c) bufalinos;
d) equinos; e
e) muares.

Art. 6º A definição da dimensão do módulo padrão de cada zona típica para a exploração nas modalidades hortigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária, florestal e indefinida ou área não explorada, constante do Anexo II desta Instrução Especial, leva em consideração os tipos de exploração agropecuária ou extrativa dominantes e adota valores médios que conduzem à maior dimensão do módulo para o respectivo tipo de exploração, admitindo-se a tecnologia adequada àquela zona típica.

Parágrafo único. Os imóveis rurais inexplorados ou cujos tipos de exploração não sejam caracterizados terão as dimensões dos respectivos módulos fixados como exploração indefinida ou área não explorada na forma do Anexo II.

Art. 7º O número total de módulos para cada tipo de exploração do imóvel será igual à soma das áreas utilizadas referentes às atividades de que trata o art. 5º, dividida pelo módulo do tipo de exploração do Anexo II, calculado com precisão de centésimos.

Art. 8º O número total de módulos rurais do imóvel, nos termos do art. 29 do Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973, será igual à soma dos números de módulos das áreas exploradas com atividades hortigranjeiras, culturas permanentes, culturas temporárias, exploração pecuária, exploração florestal, e da área aproveitável não utilizada, obtidos na forma do art. 7º.

Seção IV

Das Zonas de Pecuária

Art. 9º As zonas de pecuária - ZP são regiões geográficas delimitadas com base nas condições de aproveitamento das áreas destinadas à exploração pecuária, servem de referência para o estabelecimento do índice de lotação e rendimentos, e estão identificadas por código numérico na forma do anexo IV desta Instrução Especial.

Parágrafo único. A classificação de que trata o caput será regulamentada por norma complementar.

Seção V

Da Fração Mínima de Parcelamento

Art. 10. A fração mínima de parcelamento corresponde a menor área, em hectares, em que um imóvel rural pode ser desmembrado ou dividido para constituição de novo imóvel rural.

§ 1º A área remanescente do imóvel rural desmembrado ou dividido para constituição de novo imóvel deve ser igual ou superior a fração mínima de parcelamento.

§ 2º A fração mínima de parcelamento será definida por município e corresponderá ao menor módulo de exploração admitido para a zona típica de módulo, na forma do Anexo II.

§ 3º Fica estendida ao município a Fração Mínima de Parcelamento correspondente ao módulo de atividade hortigranjeira da capital da respectiva unidade da federação a que pertence o município, desde que ambos estejam classificados na mesma Zona Típica de Módulo "A", "B" ou "C", conforme valores fixados no Anexo IV desta Instrução Especial.

Seção VI

Do Módulo Fiscal

Art. 11. O Módulo Fiscal expresso em hectares considera os seguintes fatores:

I - o tipo de exploração predominante no município:
a) hortifrutigranjeira;
b) cultura permanente;
c) cultura temporária;
d) pecuária; e
e) florestal.

II - a renda obtida no tipo de exploração predominante;

III - outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

IV - o conceito de propriedade familiar, definido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 4.504, de 1964.

Art. 12. O número de módulos fiscais do imóvel rural será calculado com precisão de centésimos, sendo resultado da divisão da área total do imóvel pelo Módulo Fiscal fixado para o município de localização, constante no Anexo IV, resultando na seguinte classificação por dimensão:

I - pequena propriedade - imóvel rural de área até 4 (quatro) Módulos Fiscais, respeitada a fração mínima de fracionamento;

II - média propriedade - imóvel rural de área superior a 4 (quatro) até 15 (quinze) Módulos Fiscais; e

III - grande propriedade - imóvel rural de área superior a 15 (quinze) Módulos Fiscais.

Seção VII

Do limite livre de autorização para aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoa estrangeira

Art. 13. O limite livre de autorização do Incra para a aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira corresponderá ao triplo da área do módulo de exploração indefinida - MEI, fixado, em hectares, de acordo com a zona típica de módulo do município, na forma dos Anexos III e IV.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Revogam-se os seguintes normativos:

I - Instrução Especial Incra nº 5A, de 6 de junho de 1973;
II - Instrução Especial Incra nº 16, de 24 de junho de 1976;
III - Instrução Especial Incra nº 20, de 28 de maio de 1980;
IV - Instrução Especial Incra nº 23, de 25 de março de 1982;
V - Instrução Especial Incra nº 26, de 21 de junho de 1982;
VI - Instrução Especial Incra nº 27, de 6 de maio de 1983;
VII - Instrução Especial Incra nº 29, de 8 de fevereiro de 1984;
VIII - Instrução Especial Incra nº 32, de 23 de janeiro de 1985;
IX - Instrução Especial Incra nº 33, de 29 de janeiro de 1992;
X - Instrução Especial Incra nº 39, de 5 de fevereiro de 1990;
XI - Instrução Especial Incra nº 50, de 26 de agosto de 1997;
XII - Instrução Especial Incra nº 51, de 26 de agosto de 1997;
XIII - Instrução Especial Incra nº 1, de 14 de novembro de 2001; e
XIV - Instrução Especial Incra nº 3, de 11 de abril de 2005.

Art. 15. Esta Instrução Especial entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA TÍPICA DE MÓDULO - ZTM

Quantidade de habitantes em núcleos urbanos	Potencial Demográfico Médio (habitantes por quilômetro)			
	Superior a 100mil	Entre 60mil até 100mil	Entre 30mil até menos de 60mil	Menos que 30mil
Mais de 500mil	A1	B1	C1	D
Mais de 50mil a menos de 500mil	A2	B2	C1	D
Mais de 5mil até 50mil	A3	B3	C1	D
5mil e menos	A3	B3	C2	D

ANEXO II

DIMENSÃO DO MÓDULO POR TIPO DE EXPLORAÇÃO (EM HECTARE)

ZTM	Hortigranjeira	Cultura		Pecuária	Florestal	Indefinida ou área não explorada
		Permanente	Temporária			
A1	2	10	13	30	45	5
A2	2	13	16	40	60	10
A3	3	15	20	50	60	15
B1	3	16	20	50	80	20
B2	3	20	25	60	85	25
B3	4	25	30	70	90	30
C1	4	30	35	90	110	55
C2	5	35	45	110	115	70
D	5	40	50	110	120	100

ANEXO III

ZONAS TÍPICAS DE MÓDULO POR REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA
(Ordem alfabética por município)

Unidade da Federação	Região Geográfica Imediata	Código Região Geográfica Imediata	Zona Típica de Módulo	Fração Mínima Parcelamento (ha)	Limite de Aquisição por estrangeiro (ha)
MG	Abaeté	310070	A3	2	45
PA	Abaetetuba	150003	B2	3	75
MA	Açailândia	210021	B2	3	75
CE	Acaraú	230017	B3	4	90
RN	Açu	240011	B3	4	90
SP	Adamantina - Lucélia	350019	A3	2	45
PE	Afogados da Ingazeira	260014	B3	4	90
ES	Afonso Cláudio - Venda Nova do Imigrante - Santa Maria de Jetibá	320002	A3	2	45
MT	Água Boa	510015	B3	4	90
MG	Águas Formosas	310019	A3	2	45
GO	Águas Lindas de Goiás	520020	A2	2	30
MG	Aimorés - Resplendor	310023	A3	2	45
BA	Alagoinhas	290002	A2	2	30
ES	Alegre	320008	A3	2	45
MG	Além Paraíba	310036	A2	2	30
MG	Alfenas	310042	A3	2	45
PA	Almeirim - Porto de Moz	150019	C1	4	165

MG	Almenara	310015	A3	2	45
MT	Alta Floresta	510010	B3	4	90
PA	Altamira	150018	B2	3	75
MS	Amambai	500009	A2	2	30
PI	Amarante - Água Branca - Regeneração	220002	B3	4	90
SP	Amparo	350048	A3	2	45
GO	Anápolis	520002	A2	2	30
SP	Andradina	350024	A3	2	45
RJ	Angra dos Reis	330002	A2	2	30
PR	Apucarana	410023	A2	2	30
MS	Aquidauana - Anastácio	500012	B3	4	90
SE	Aracaju	280001	A2	2	30
CE	Aracati	230008	B3	4	90
SP	Araçatuba	350022	A2	2	30
MG	Araçuaí	310017	A3	2	45
TO	Araguaína	170005	B2	3	75
TO	Araguatins	170009	B3	4	90
AL	Arapiraca	270007	A2	2	30
SC	Araranguá	420004	A3	2	45
SP	Araraquara	350036	A2	2	30
SP	Araras	350045	A2	2	30
PE	Araripina	260016	B3	4	90
MG	Araxá	310056	A2	2	30
PE	Arcoverde	260011	B3	4	90
RO	Ariquemes	110002	A2	2	30
SP	Assis	350014	A2	2	30
AL	Atalaia	270006	B3	4	90
SP	Avaré	350007	A2	2	30
MA	Bacabal	210010	B2	3	75
RS	Bagé	430010	A2	2	30
MA	Balsas	210022	B3	4	90
MG	Barbacena	310037	A2	2	30
MA	Barra do Corda	210020	B3	4	90
MT	Barra do Garças	510013	A3	2	45
PI	Barras	220005	B3	4	90
BA	Barreiras	290018	B2	3	75
MA	Barreirinhas	210006	C1	4	165
PE	Barreiros - Sirinhaém	260007	B3	4	90
SP	Barretos	350032	A2	2	30
SP	Bauru	350009	A2	2	30
PA	Belém	150001	A1	2	15
MG	Belo Horizonte	310001	A1	2	15
PE	Belo Jardim - Pesqueira	260012	A2	2	30
RS	Bento Gonçalves	430037	A2	2	30
SP	Birigui - Penápolis	350023	A2	2	30
SC	Blumenau	420019	A2	2	30
RR	Boa Vista	140001	B2	3	75
PI	Bom Jesus	220016	B3	4	90
BA	Bom Jesus da Lapa	290017	B3	4	90
SP	Botucatu	350011	A2	2	30
PA	Bragança	150005	B3	4	90
SP	Bragança Paulista	350041	A2	2	30
AC	Brasiléia	120002	C1	4	165
CE	Brejo Santo	230012	B3	4	90
PA	Breves	150020	C1	4	165
BA	Brumado	290013	B3	4	90
SC	Brusque	420021	A2	2	30
RJ	Cabo Frio	330013	A2	2	30
SC	Caçador	420014	A3	2	45
MT	Cáceres	510004	B2	3	75
RS	Cachoeira do Sul	430013	A2	2	30
ES	Cachoeiro de Itapemirim	320007	A2	2	30
RO	Cacoal	110005	C1	4	165
RN	Caicó	240007	B3	4	90
PB	Cajazeiras	250015	B3	4	90
GO	Caldas Novas-Morrinhos	520008	A2	2	30
BA	Camacan	290010	A2	2	30
RS	Camaquã	430005	A3	2	45
PA	Cametá	150002	B2	3	75
CE	Camocim	230018	B3	4	90
PB	Campina Grande	250005	A2	2	30
SP	Campinas	350038	A1	2	15
MG	Campo Belo	310048	A3	2	45
MS	Campo Grande	500001	A1	2	15
PI	Campo Maior	220003	B3	4	90
PR	Campo Mourão	410015	A2	2	30
RJ	Campos dos Goytacazes	330010	A2	2	30
RN	Canguaretama	240003	B3	4	90
CE	Canindé	230004	B3	4	90
PI	Canto do Buriti	220019	B3	4	90
PA	Capanema	150006	B3	4	90
MG	Capelinha	310014	A3	2	45
PA	Capitão Poço	150008	B3	4	90
RR	Caracaraí	140004	C1	4	165
SP	Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião	350051	A2	2	30
MG	Carangola	310034	A2	2	30
MG	Caratinga	310025	A2	2	30
RS	Carazinho	430028	A2	2	30
PE	Carpina	260006	A2	2	30
PE	Caruaru	260009	A2	2	30
PR	Cascavel	410006	A2	2	30
PA	Castanhal	150004	B2	3	75
MG	Cataguases	310032	A2	2	30
GO	Catalão	520004	A3	2	45
SP	Catanduva	350026	A2	2	30
PB	Catolé do Rocha - São Bento	250011	B3	4	90
MG	Caxambu - Baependi	310054	A3	2	45
MA	Caxias	210013	A2	2	30
RS	Caxias do Sul	430036	A2	2	30
GO	Ceres - Rialma - Goianésia	520018	A3	2	45
RS	Cerro Largo	430024	B3	4	90
MA	Chapadinha	210003	B3	4	90
SC	Chapecó	420007	A2	2	30
RS	Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo	430006	A3	2	45
PR	Cianorte	410018	A3	2	45
BA	Cícero Dantas	290027	B3	4	90

AM	Coari	130003	C1	4	165
MA	Codó	210015	B2	3	75
ES	Colatina	320005	A2	2	30
MA	Colinas	210018	B3	4	90
TO	Colinas do Tocantins	170007	B2	3	75
BA	Conceição do Coité	290032	B3	4	90
SC	Concórdia	420010	A3	2	45
MT	Confresa - Vila Rica	510014	B3	4	90
MG	Conselheiro Lafaiete	310038	A2	2	30
PR	Cornélio Procópio - Bandeirantes	410024	A3	2	45
PI	Corrente	220015	B3	4	90
MS	Corumbá	500010	B2	3	75
MS	Coxim	500004	B3	4	90
CE	Crateús	230013	B3	4	90
SC	Criciúma	420002	A2	2	30
RS	Cruz Alta	430027	A2	2	30
BA	Cruz das Almas	290004	A2	2	30
SP	Cruzeiro	350053	A2	2	30
AC	Cruzeiro do Sul	120004	C1	4	165
MT	Cuiabá	510001	A2	2	30
PB	Cuité - Nova Floresta	250006	B3	4	90
PR	Curitiba	410001	A1	2	15
SC	Curitibanos	420006	A3	2	45
RN	Currais Novos	240008	B3	4	90
MA	Cururupu	210008	C1	4	165
MG	Curvelo	310004	A3	2	45
AL	Delmiro Gouveia	270009	B3	4	90
MG	Diamantina	310016	A3	2	45
MT	Diamantino	510003	B3	4	90
TO	Dianópolis	170011	B3	4	90
DF	Distrito Federal	530001		2	15
MG	Divinópolis	310065	A2	2	30
PR	Dois Vizinhos	410012	A3	2	45
MG	Dores do Indaiá	310067	A3	2	45
MS	Dourados	500005	A2	2	30
SP	Dracena	350020	A3	2	45
AM	Eirunepé	130007	C1	4	165
RS	Encantado	430043	A3	2	45
RS	Erechim	430026	A2	2	30
PE	Escada - Ribeirão	260018	B3	4	90
PI	Esperantina	220008	B3	4	90
MG	Espinosa	310012	A3	2	45
SE	Estância	280002	B3	4	90
BA	Euclides da Cunha	290026	B3	4	90
BA	Eunápolis - Porto Seguro	290009	A2	2	30
BA	Feira de Santana	290029	A2	2	30
SP	Fernandópolis	350029	A2	2	30
GO	Flores de Goiás	520022	B3	4	90
PI	Floriano	220017	B3	4	90
SC	Florianópolis	420001	A2	2	30
MG	Formiga	310066	A3	2	45
CE	Fortaleza	230001	A1	2	15
PR	Foz do Iguaçu	410007	A2	2	30
SP	Franca	350033	A2	2	30
PR	Francisco Beltrão	410009	A3	2	45
RS	Frederico Westphalen	430029	A3	2	45
MG	Frutal	310057	A3	2	45
PE	Garanhuns	260010	A2	2	30
PE	Goiana - Timbaúba	260002	A2	2	30
GO	Goiânia	520001	A1	2	15
GO	Goiás - Itapuranga	520005	A3	2	45
MA	Governador Nunes Freire	210011	C1	4	165
MG	Governador Valadares	310020	A2	2	30
BA	Guanambi	290016	B3	4	90
MG	Guanhães	310021	A3	2	45
PB	Guarabira	250002	B3	4	90
TO	Guaraí	170006	B3	4	90
PR	Guarapuava	410004	A2	2	30
SP	Guaratinguetá	350052	A2	2	30
MG	Guaxupé	310044	A3	2	45
TO	Gurupi	170010	A2	2	30
PR	Ibaiti	410026	A3	2	45
SC	Ibirama - Presidente Getúlio	420023	A3	2	45
CE	Icó	230010	B2	3	75
CE	Iguatu	230009	B2	3	75
RS	Ijuí	430018	A2	2	30
BA	Ilhéus - Itabuna	290007	A2	2	30
MA	Imperatriz	210019	B2	3	75
GO	Inhumas - Itaberaí - Anicuns	520003	A2	2	30
MG	Ipatinga	310024	A2	2	30
BA	Ipiaú	290014	A2	2	30
GO	Iporá	520014	A3	2	45
PR	Irati	410029	A3	2	45
BA	Irecê	290020	B3	4	90
SE	Itabaiana	280004	B3	4	90
PB	Itabaiana	250004	B3	4	90
BA	Itaberaba	290031	B3	4	90
MG	Itabira	310005	A2	2	30
AM	Itacoatiara	130011	C1	4	165
PA	Itaituba	150016	B2	3	75
SC	Itajaí	420020	A2	2	30
MG	Itajubá	310052	A2	2	30
CE	Itapagé	230005	B3	4	90
MA	Itapecuru Mirim	210004	B3	4	90
RJ	Itaperuna	330011	A2	2	30
BA	Itapetinga	290015	A3	2	45
SP	Itapetininga	350006	A2	2	30
SP	Itapeva	350004	A2	2	30
CE	Itapipoca	230002	B3	4	90
PB	Itaporanga	250010	B3	4	90
MG	Ituiutaba	310060	A2	2	30
GO	Itumbiara	520007	A2	2	30
SC	Ituporanga	420024	A3	2	45
MG	Iturama	310058	A3	2	45
SP	Ituverava	350035	A3	2	45
PR	Ivaiporã	410025	A3	2	45
MT	Jaciara	510018	A2	2	30

BA	Jacobina	290030	B3	4	90
SP	Jales	350028	A3	2	45
MG	Janaúba	310007	A3	2	45
MG	Januária	310009	A3	2	45
MS	Jardim	500011	B3	4	90
RO	Jaru	110003	B2	3	75
GO	Jataí-Mineiros	520011	A2	2	30
SP	Jaú	350010	A2	2	30
BA	Jequié	290012	A2	2	30
BA	Jeremoabo	290028	B3	4	90
RO	Ji-Paraná	110004	B2	3	75
SC	Joaçaba - Herval d'Oeste	420008	A3	2	45
RN	João Câmara	240005	B3	4	90
MG	João Monlevade	310026	A2	2	30
PB	João Pessoa	250001	A2	2	30
SC	Joinville	420016	A2	2	30
MT	Juara	510012	C1	4	165
BA	Juazeiro	290022	A2	2	30
CE	Juazeiro do Norte	230011	A2	2	30
MT	Juína	510009	B3	4	90
MG	Juiz de Fora	310027	A2	2	30
SP	Jundiaí	350039	A2	2	30
AM	Lábrea	130008	C1	4	165
SE	Lagarto	280005	B3	4	90
SC	Lages	420005	A2	2	30
RS	Lagoa Vermelha	430033	A3	2	45
RS	Lajeado	430041	A3	2	45
AP	Laranjal do Jari	160002	C1	4	165
PR	Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	410011	A2	2	30
MG	Lavras	310043	A2	2	30
SP	Limeira	350042	A2	2	30
PE	Limoeiro	260004	A3	2	45
ES	Linhares	320004	A2	2	30
SP	Lins	350012	A2	2	30
PR	Loanda	410020	A2	2	30
PR	Londrina	410021	A2	2	30
GO	Luziânia	520019	A2	2	30
RJ	Macaé - Rio das Ostras	330014	A2	2	30
AP	Macapá	160001	B2	3	75
AL	Maceió	270001	A1	2	15
SC	Mafra	420017	A3	2	45
PB	Mamanguape - Rio Tinto	250003	B3	4	90
AM	Manacapuru	130004	A1	2	15
AM	Manaus	130001	A1	2	15
MG	Manhuaçu	310028	A3	2	45
AM	Manicoré	130009	C1	4	165
MG	Mantena	310022	A3	2	45
PA	Marabá	150009	B2	3	75
RS	Marau	430030	A2	2	30
SC	Maravilha	420012	A2	2	30
PR	Marechal Cândido Rondon	410013	A2	2	30
SP	Marília	350013	A2	2	30
PR	Maringá	410014	A2	2	30
TO	Miracema do Tocantins	170004	B3	4	90
MT	Mirassol D'oeste	510006	B3	4	90
SP	Mogi Guaçu	350043	A2	2	30
MG	Monte Carmelo	310061	A3	2	45
PB	Monteiro	250007	B3	4	90
RS	Montenegro	430007	A3	2	45
MG	Montes Claros	310006	A2	2	30
RN	Mossoró	240009	A2	2	30
MG	Muriaé	310031	A2	2	30
RN	Natal	240001	A1	2	15
MS	Naviraí - Mundo Novo	500006	A3	2	45
BA	Nazaré - Maragogipe	290006	A2	2	30
RS	Nonoai	430035	A3	2	45
SE	Nossa Senhora da Glória	280006	B3	4	90
MS	Nova Andradina	500007	A3	2	45
RJ	Nova Friburgo	330008	A2	2	30
RS	Nova Prata - Guaporé	430038	A3	2	45
ES	Nova Venécia	320006	A3	2	45
RS	Novo Hamburgo - São Leopoldo	430002	A1	2	15
PI	Oeiras	220011	B3	4	90
AP	Oiapoque	160003	C1	4	165
MG	Oliveira	310069	A3	2	45
PA	Oriximiná	150017	C1	4	165
SP	Ourinhos	350015	A2	2	30
RR	Pacaraima	140002	B2	3	75
PE	Palmares	260003	B3	4	90
TO	Palmas	170001	B3	4	90
RS	Palmeira das Missões	430034	A2	2	30
AL	Palmeira dos Índios	270008	B3	4	90
GO	Palmeiras de Goiás	520015	A3	2	45
AL	Pão de Açúcar - Olho d'Água das Flores - Batalha	270011	B3	4	90
MG	Pará de Minas	310068	A2	2	30
PA	Paragominas	150007	B3	4	90
TO	Paraíso do Tocantins	170003	B2	3	75
PR	Paranacity - Colorado	410019	A2	2	30
PR	Paranaguá	410002	A2	2	30
MS	Paranaíba - Chapadão do Sul - Cassilândia	500003	A3	2	45
PR	Paranavaí	410017	A2	2	30
PA	Parauapebas	150010	B3	4	90
AM	Parintins	130010	C1	4	165
PI	Parnaíba	220006	B2	3	75
RS	Passo Fundo	430025	A2	2	30
MG	Passos	310041	A2	2	30
PR	Pato Branco	410010	A3	2	45
PB	Patos	250009	B2	3	75
MG	Patos de Minas	310062	A2	2	30
MG	Patrocínio	310064	A3	2	45
RN	Pau dos Ferros	240010	B3	4	90
PI	Paulistana	220010	B3	4	90
BA	Paulo Afonso	290024	B2	3	75
MG	Pedra Azul	310018	A3	2	45
MA	Pedreiras	210012	B2	3	75
MT	Peixoto de Azevedo - Guarantã do Norte	510011	B3	4	90

RS	Pelotas	430009	A2	2	30
AL	Penedo	270003	B3	4	90
PE	Petrolina	260015	A2	2	30
RJ	Petrópolis	330007	A2	2	30
PI	Picos	220009	B3	4	90
MA	Pinheiro	210002	B3	4	90
GO	Piracanjuba	520009	A2	2	30
SP	Piracicaba	350040	A2	2	30
SP	Piraju	350017	A2	2	30
MG	Pirapora	310010	A3	2	45
GO	Pires do Rio	520006	A3	2	45
PI	Piripiri	220007	B2	3	75
PR	Pitanga	410005	A3	2	45
MG	Piumhi	310049	A3	2	45
MG	Poços de Caldas	310051	A2	2	30
PB	Pombal	250012	B2	3	75
PR	Ponta Grossa	410027	A2	2	30
MS	Ponta Porã	500008	A2	2	30
MG	Ponte Nova	310030	A3	2	45
MT	Pontes e Lacerda - Comodoro	510005	B3	4	90
GO	Porangatu	520016	B3	4	90
RS	Porto Alegre	430001	A1	2	15
AL	Porto Calvo - São Luís do Quitunde	270002	B3	4	90
AP	Porto Grande	160004	B2	3	75
TO	Porto Nacional	170002	B2	3	75
RO	Porto Velho	110001	A2	2	30
GO	Posse-Campos Belos	520021	B3	4	90
MG	Pouso Alegre	310050	A2	2	30
MA	Presidente Dutra	210016	B3	4	90
SP	Presidente Epitácio-Presidente Venceslau	350021	A2	2	30
SP	Presidente Prudente	350018	A2	2	30
MT	Primavera do Leste	510017	B3	4	90
PB	Princesa Isabel	250013	B3	4	90
SE	Propriá	280003	B3	4	90
GO	Quirinópolis	520012	A3	2	45
CE	Quixadá	230006	B3	4	90
PE	Recife	260001	A1	2	15
PA	Redenção	150012	B3	4	90
CE	Redenção-Acarape	230003	B3	4	90
SP	Registro	350005	A3	2	45
RJ	Resende	330005	A2	2	30
BA	Ribeira do Pombal	290025	B3	4	90
SP	Ribeirão Preto	350031	A2	2	30
RJ	Rio Bonito	330003	A3	2	45
AC	Rio Branco	120001	B2	3	75
SP	Rio Claro	350046	A2	2	30
RJ	Rio de Janeiro	330001	A1	2	15
SC	Rio do Sul	420022	A3	2	45
GO	Rio Verde	520010	A2	2	30
MT	Rondonópolis	510016	A2	2	30
RR	Rorainópolis	140003	C2	5	210
CE	Russas - Limoeiro do Norte	230007	B3	4	90
PE	Salgueiro	260017	B3	4	90
MG	Salinas	310008	A3	2	45
BA	Salvador	290001	A1	2	15
MG	Santa Bárbara - Ouro Preto	310003	A2	2	30
RN	Santa Cruz	240004	B3	4	90
RS	Santa Cruz do Sul	430040	A2	2	30
SP	Santa Fé do Sul	350030	A3	2	45
MA	Santa Inês	210009	B2	3	75
RS	Santa Maria	430011	A2	2	30
BA	Santa Maria da Vitoria	290019	B3	4	90
RS	Santa Rosa	430019	A3	2	45
AL	Santana do Ipanema	270010	B3	4	90
RS	Santana do Livramento	430016	B2	3	75
PA	Santarém	150015	B2	3	75
RS	Santiago	430014	B3	4	90
RS	Santo Ângelo	430020	A2	2	30
RN	Santo Antônio - Passa e Fica - Nova Cruz	240002	B3	4	90
PR	Santo Antônio da Platina	410022	A3	2	45
BA	Santo Antônio de Jesus	290003	A2	2	30
RJ	Santo Antônio de Pádua	330012	A3	2	45
SP	Santos	350002	A2	2	30
CE	São Benedito - Ipu - Guaraciaba do Norte - Tianguá	230016	B3	4	90
SC	São Bento do Sul - Rio Negrinho	420018	A3	2	45
RS	São Borja	430017	B2	3	75
SP	São Carlos	350037	A2	2	30
MG	São Francisco	310011	A3	2	45
RS	São Gabriel - Caçapava do Sul	430012	A2	2	30
AM	São Gabriel da Cachoeira	130002	C1	4	165
SP	São João da Boa Vista	350044	A2	2	30
MG	São João del Rei	310039	A2	2	30
PI	São João do Piauí	220014	B3	4	90
MA	São João dos Patos	210017	B3	4	90
MG	São João Nepomuceno - Bicas	310035	A2	2	30
SP	São Joaquim da Barra - Orlândia	350034	A3	2	45
SP	São José do Rio Pardo - Mococa	350047	A2	2	30
SP	São José do Rio Preto	350025	A2	2	30
SP	São José dos Campos	350049	A2	2	30
MG	São Lourenço	310053	A3	2	45
SC	São Lourenço do Oeste	420013	A2	2	30
MA	São Luís	210001	A2	2	30
GO	São Luís de Montes Belos	520013	A3	2	45
RS	São Luiz Gonzaga	430022	A2	2	30
ES	São Mateus	320003	A2	2	30
SC	São Miguel do Oeste	420009	A3	2	45
AL	São Miguel dos Campos	270004	B3	4	90
SP	São Paulo	350001	A1	2	15
RN	São Paulo do Potengi	240006	B3	4	90
PI	São Raimundo Nonato	220013	B3	4	90
MG	São Sebastião do Paraíso	310047	A3	2	45
BA	Seabra	290034	B3	4	90
AC	Sena Madureira	120003	C1	4	165
BA	Senhor do Bonfim	290023	B3	4	90
PE	Serra Talhada	260013	B3	4	90
BA	Serrinha	290033	B3	4	90

MG	Sete Lagoas	310002	A2	2	30
PI	Simplício Mendes	220012	B3	4	90
MT	Sinop	510007	B3	4	90
RS	Sobradinho	430042	A2	2	30
CE	Sobral	230015	B2	3	75
RS	Soledade	430031	A3	2	45
SP	Sorocaba	350003	A2	2	30
MT	Sorriso	510008	B3	4	90
PA	Soure-Salvaterra	150021	B3	4	90
PB	Sousa	250014	B2	3	75
PB	Sumé	250008	B3	4	90
PE	Surubim	260008	B3	4	90
AM	Tabatinga	130006	C1	4	165
MT	Tangará da Serra	510002	B3	4	90
RS	Tapejara - Sananduva	430032	A2	2	30
RS	Taquara - Parobé - Igrejinha	430004	A3	2	45
AC	Tarauacá	120005	C1	4	165
SP	Tatuí	350008	A2	2	30
CE	Tauá	230014	B3	4	90
SP	Taubaté - Pindamonhangaba	350050	A2	2	30
AM	Tefé	130005	C1	4	165
BA	Teixeira de Freitas	290008	A2	2	30
PR	Telêmaco Borba	410028	A2	2	30
MG	Teófilo Otoni	310013	A2	2	30
PI	Teresina	220001	A1	2	15
MA	Timon	210014	A2	2	30
TO	Tocantinópolis	170008	B3	4	90
PR	Toledo	410008	A2	2	30
RS	Torres	430008	A3	2	45
RS	Tramandaí - Osório	430003	A3	2	45
MG	Três Corações	310045	A2	2	30
RS	Três de Maio	430023	A3	2	45
MS	Três Lagoas	500002	A2	2	30
RS	Três Passos	430021	A3	2	45
MG	Três Pontas - Boa Esperança	310046	A2	2	30
RJ	Três Rios - Paraíba do Sul	330009	A2	2	30
SC	Tubarão	420003	A2	2	30
PA	Tucumã - São Félix do Xingu	150013	C1	4	165
PA	Tucuruí	150011	B3	4	90
SP	Tupã	350016	A2	2	30
MA	Tutóia - Araioses	210007	B3	4	90
MG	Ubá	310029	A2	2	30
MG	Uberaba	310055	A2	2	30
MG	Uberlândia	310059	A2	2	30
PR	Umuarama	410016	A2	2	30
MG	Unaí	310063	A3	2	45
PR	União da Vitória	410003	A3	2	45
AL	União dos Palmares	270005	B3	4	90
GO	Uruaçu - Niquelândia	520017	B3	4	90
PI	Uruçuí	220018	B3	4	90
RS	Uruguaiana	430015	B2	3	75
RS	Vacaria	430039	A3	2	45
BA	Valença	290005	A3	2	45
RJ	Valença	330006	A2	2	30
PI	Valença do Piauí	220004	B3	4	90
MG	Varginha	310040	A2	2	30
MA	Viana	210005	B3	4	90
MG	Viçosa	310033	A3	2	45
SC	Videira	420015	A3	2	45
RO	Vilhena	110006	B3	4	90
ES	Vitória	320001	A2	2	30
BA	Vitória da Conquista	290011	A2	2	30
PE	Vitória de Santo Antão	260005	A2	2	30
RJ	Volta Redonda - Barra Mansa	330004	A2	2	30
SP	Votuporanga	350027	A2	2	30
SC	Xanxerê	420011	A3	2	45
PA	Xinguara	150014	B3	4	90
BA	Xique-Xique - Barra	290021	B3	4	90

ANEXO IV

ÍNDICES BÁSICOS CADASTRAIS DO INCRA POR MUNICÍPIO
(Ordem alfabética por município)
*Municípios incorporados a Regiões Geograficamente Imediatas - RGIs que possuem predominantemente maior valor para Fração Mínima de Parcelamento - FMP, mas que tiveram seus valores de FMP mantidos.

Município	Unidade da Federação	Zona Típica de Módulo	Zona Pecuária	Módulo Fiscal (ha)	Fração Mínima Parcelamento (ha)	Módulo de Exploração Indefinida (ha)	Código do Município	Código Região Geográfica Imediata
Abadia de Goiás	GO	A1	2	24	2	5	5200050	520001
Abadia dos Dourados	MG	A3	3	40	2	15	3100104	310061
Abadiânia	GO	A2	3	40	2	10	5200100	520002
Abaeté	MG	A3	3	40	2	15	3100203	310070
Abaetetuba	PA	B2	4	70	3	25	1500107	150003
Abaiara	CE	B3	4	45	4	30	2300101	230012
Abaíra	BA	B3	4	65	4	30	2900108	290013
Abaré	BA	B2	4	65	3	25	2900207	290024
Abatiá	PR	A3	1	18	2	15	4100103	410022
Abdon Batista	SC	A3	3	20	2	15	4200051	420008
Abel Figueiredo	PA	B2	4	70	3	25	1500131	150009
Abelardo Luz	SC	A3	1	20	2	15	4200101	420011
Abre Campo	MG	A3	2	26	2	15	3100302	310028
Abreu e Lima	PE	A1	2	7	2	5	2600054	260001
Abreulândia	TO	B2	4	80	3	25	1700251	170003
Acaiaca	MG	A3	2	26	2	15	3100401	310030
Açailândia	MA	B2	4	75	3	25	2100055	210021
Acajutiba	BA	A2	3	30	2	10	2900306	290002
Acará	PA	A1	4	50	2	5	1500206	150001
Acarape	CE	B3	3	35	4	30	2300150	230003
Acaraú	CE	B3	3	55	4	30	2300200	230017
Acari	RN	B3	5	35	4	30	2400109	240008
Acauã	PI	B3	4	70	4	30	2200053	220010
Aceguá	RS	A2	2	28	2	10	4300034	430010
Acopiara	CE	B2	4	40	3	25	2300309	230009
Acorizal	MT	A2	3	80	2	10	5100102	510001
Acrelândia	AC	B2	3	100	3	25	1200013	120001

Acreúna	GO	A3	3	30	2	15	5200134	520015
Açu	RN	B3	4	55	4	30	2400208	240011
Açucena	MG	A2	3	30	2	10	3100500	310024
Adamantina	SP	A3	2	20	2	15	3500105	350019
Adelândia	GO	A2	2	22	2	10	5200159	520003
Adolfo	SP	A2	2	22	2	10	3500204	350025
Adrianópolis	PR	A1	3	30	2	5	4100202	410001
Adustina	BA	B3	3	30	4	30	2900355	290027
Afogados da Ingazeira	PE	B3	4	40	4	30	2600104	260014
Afonso Bezerra	RN	B3	5	60	4	30	2400307	240011
Afonso Cláudio	ES	A3	2	20	2	15	3200102	320002
Afonso Cunha	MA	A2	4	70	2	10	2100105	210013
Afrânio	PE	A2	4	55	2	10	2600203	260015
Afuá	PA	C1	4	70	4	55	1500305	150020
Agrestina	PE	A2	3	35	2	10	2600302	260009
Agricolândia	PI	B3	4	70	4	30	2200103	220002
Agrolândia	SC	A3	1	18	2	15	4200200	420022
Agronômica	SC	A3	1	18	2	15	4200309	420022
Água Azul do Norte	PA	B3	4	70	4	30	1500347	150014
Água Boa	MG	A3	3	30	2	15	3100609	310014
Água Boa	MT	B3	3	80	4	30	5100201	510015
Água Branca	AL	B3	4	70	4	30	2700102	270009
Água Branca	PB	B2	4	40	3	25	2500106	250009
Água Branca	PI	B3	4	70	4	30	2200202	220002
Água Clara	MS	A2	3	35	2	10	5000203	500002
Água Comprida	MG	A2	2	24	2	10	3100708	310055
Água Doce	SC	A3	2	20	2	15	4200408	420008
Água Doce do Maranhão	MA	B3	3	70	4	30	2100154	210007
Água Doce do Norte	ES	A3	2	20	2	15	3200169	320006
Água Fria	BA	A2	3	60	2	10	2900405	290029
Água Fria de Goiás	GO	B3	3	35	4	30	5200175	520022
Água Limpa	GO	A2	3	45	2	10	5200209	520008
Água Nova	RN	B3	4	50	4	30	2400406	240010
Água Preta	PE	B3	2	14	4	30	2600401	260003
Água Santa	RS	A2	1	20	2	10	4300059	430032
Aguaí	SP	A2	2	18	2	10	3500303	350044
Aguanil	MG	A3	3	30	2	15	3100807	310048
Águas Belas	PE	A2	4	40	2	10	2600500	260010
Águas da Prata	SP	A2	2	22	2	10	3500402	350044
Águas de Chapecó	SC	A2	1	20	2	10	4200507	420007
Águas de Lindóia	SP	A3	2	16	2	15	3500501	350048
Águas de Santa Bárbara	SP	A2	2	30	2	10	3500550	350007
Águas de São Pedro	SP	A2	2	18	2	10	3500600	350040
Águas Formosas	MG	A3	3	60	2	15	3100906	310019
Águas Frias	SC	A2	1	20	2	10	4200556	420007
Águas Lindas de Goiás	GO	A2	3	40	2	10	5200258	520020
Águas Mornas	SC	A2	2	18	2	10	4200606	420001
Águas Vermelhas	MG	A3	4	65	2	15	3101003	310018
Agudo	RS	A2	1	20	2	10	4300109	430011
Agudos	SP	A2	2	12	2	10	3500709	350009
Agudos do Sul	PR	A1	2	20	2	5	4100301	410001
Águia Branca	ES	A2	2	20	2	10	3200136	320005
Aguiar	PB	B3	4	60	4	30	2500205	250010
Aguiarnópolis	TO	B3	4	80	4	30	1700301	170008
Aimorés	MG	A3	2	30	2	15	3101102	310023
Aiquara	BA	A2	3	35	2	10	2900603	290012
Aiuaba	CE	A2	5	90	2	10	2300408	230011
Aiuruoca	MG	A3	2	30	2	15	3101201	310054
Ajuricaba	RS	A2	1	20	2	10	4300208	430018
Alagoa	MG	A3	2	30	2	15	3101300	310053
Alagoa Grande	PB	A2	2	30	2	10	2500304	250005
Alagoa Nova	PB	A2	2	16	2	10	2500403	250005
Alagoinha	PB	B3	2	35	4	30	2500502	250002
Alagoinha	PE	A2	3	20	2	10	2600609	260012
Alagoinha do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2200251	220009
Alagoinhas	BA	A2	3	30	2	10	2900702	290002
Alambari	SP	A2	3	22	2	10	3500758	350006
Albertina	MG	A2	2	30	2	10	3101409	310050
Alcântara	MA	A2	3	55	2	10	2100204	210001
Alcântaras	CE	B2	4	40	3	25	2300507	230015
Alcantil	PB	A2	5	60	2	10	2500536	250005
Alcinópolis	MS	B3	3	60	4	30	5000252	500004
Alcobaça	BA	A2	3	35	2	10	2900801	290008
Aldeias Altas	MA	A2	4	55	2	10	2100303	210013
Alecrim	RS	A3	1	20	2	15	4300307	430019
Alegre	ES	A3	2	24	2	15	3200201	320008
Alegrete	RS	B2	2	28	3	25	4300406	430015
Alegrete do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2200277	220009
Alegria	RS	A3	1	20	2	15	4300455	430023
Além Paraíba	MG	A2	2	30	2	10	3101508	310036
Alenquer	PA	B2	3	75	3	25	1500404	150015
Alexandria	RN	B3	4	45	4	30	2400505	240010
Alexânia	GO	A2	3	30	2	10	5200308	520002
Alfenas	MG	A3	3	26	2	15	3101607	310042
Alfredo Chaves	ES	A2	2	18	2	10	3200300	320001
Alfredo Marcondes	SP	A2	2	22	2	10	3500808	350018
Alfredo Vasconcelos	MG	A2	2	30	2	10	3101631	310037
Alfredo Wagner	SC	A2	2	18	2	10	4200705	420001
Algodão de Jandaíra	PB	A2	3	18	2	10	2500577	250005
Alhandra	PB	A2	2	10	2	10	2500601	250001
Aliança	PE	A2	2	14	2	10	2600708	260002
Aliança do Tocantins	TO	A2	4	80	2	10	1700350	170010
Almadina	BA	A2	2	20	2	10	2900900	290007
Almas	TO	B3	4	80	4	30	1700400	170011
Almeirim	PA	C1	3	70	4	55	1500503	150019
Almenara	MG	A3	3	60	2	15	3101706	310015
Almino Afonso	RN	B3	4	40	4	30	2400604	240010
Almirante Tamandaré	PR	A1	1	12	2	5	4100400	410001
Almirante Tamandaré do Sul	RS	A2	2	16	2	10	4300471	430028
Aloândia	GO	A2	2	35	2	10	5200506	520007
Alpercata	MG	A2	3	30	2	10	3101805	310020
Alpestre	RS	A3	1	20	2	15	4300505	430035

Alpinópolis	MG	A2	3	26	2	10	3101904	310041
Alta Floresta	MT	B3	3	100	4	30	5100250	510010
Alta Floresta D'Oeste	RO	C1	3	60	4	55	1100015	110005
Altair	SP	A2	1	28	2	10	3500907	350025
Altamira	PA	B2	3	75	3	25	1500602	150018
Altamira do Maranhão	MA	B2	4	60	3	25	2100402	210010
Altamira do Paraná	PR	A2	2	20	2	10	4100459	410015
Altaneira	CE	A2	4	50	2	10	2300606	230011
Alterosa	MG	A3	3	26	2	15	3102001	310042
Altinho	PE	A2	3	40	2	10	2600807	260009
Altinópolis	SP	A2	2	22	2	10	3501004	350031
Alto Alegre	RR	B2	3	80	3	25	1400050	140001
Alto Alegre	RS	A2	2	18	2	10	4300554	430025
Alto Alegre	SP	A2	2	30	2	10	3501103	350023
Alto Alegre do Maranhão	MA	B2	4	70	3	25	2100436	210010
Alto Alegre do Pindaré	MA	B2	4	60	3	25	2100477	210009
Alto Alegre dos Parecis	RO	C1	3	60	4	55	1100379	110005
Alto Araguaia	MT	A2	3	60	2	10	5100300	510016
Alto Bela Vista	SC	A3	2	18	2	15	4200754	420010
Alto Boa Vista	MT	B3	3	80	4	30	5100359	510014
Alto Caparaó	MG	A3	2	24	2	15	3102050	310028
Alto do Rodrigues	RN	B3	4	65	4	30	2400703	240011
Alto Feliz	RS	A2	1	18	2	10	4300570	430036
Alto Garças	MT	A2	3	60	2	10	5100409	510016
Alto Horizonte	GO	B3	4	60	4	30	5200555	520017
Alto Jequitibá	MG	A3	2	24	2	15	3153509	310028
Alto Longá	PI	A1	4	55	2	5	2200301	220001
Alto Paraguai	MT	B3	3	80	4	30	5100508	510003
Alto Paraíso	PR	A2	1	20	2	10	4128625	410016
Alto Paraíso	RO	A2	3	60	2	10	1100403	110002
Alto Paraíso de Goiás	GO	B3	4	70	4	30	5200605	520022
Alto Paraná	PR	A2	1	20	2	10	4100608	410017
Alto Parnaíba	MA	B3	5	75	4	30	2100501	210022
Alto Piquiri	PR	A2	1	22	2	10	4100707	410016
Alto Rio Doce	MG	A2	2	28	2	10	3102100	310037
Alto Rio Novo	ES	A2	2	20	2	10	3200359	320005
Alto Santo	CE	B3	4	55	4	30	2300705	230007
Alto Taquari	MT	A2	3	60	2	10	5100607	510016
Altônia	PR	A2	1	20	2	10	4100509	410016
Altos	PI	A1	3	30	2	5	2200400	220001
Alumínio	SP	A2	2	12	2	10	3501152	350003
Alvarães	AM	C1	3	100	4	55	1300029	130005
Alvarenga	MG	A2	2	30	2	10	3102209	310025
Álvares Florence	SP	A2	1	28	2	10	3501202	350027
Álvares Machado	SP	A2	2	22	2	10	3501301	350018
Álvaro de Carvalho	SP	A2	2	14	2	10	3501400	350013
Alvinlândia	SP	A2	2	14	2	10	3501509	350013
Alvinópolis	MG	A3	2	20	2	15	3102308	310030
Alvorada	RS	A1	1	7	2	5	4300604	430001
Alvorada	TO	A2	4	80	2	10	1700707	170010
Alvorada D'Oeste	RO	B2	3	60	3	25	1100346	110004
Alvorada de Minas	MG	A3	3	30	2	15	3102407	310016
Alvorada do Gurguéia	PI	B3	4	70	4	30	2200459	220016
Alvorada do Norte	GO	B3	4	70	4	30	5200803	520021
Alvorada do Sul	PR	A2	1	16	2	10	4100806	410021
Amajari	RR	B2	3	80	3	25	1400027	140002
Amambai	MS	A2	2	45	2	10	5000609	500009
Amapá	AP	C1	3	70	4	55	1600105	160003
Amapá do Maranhão	MA	C1	4	75	4	55	2100550	210011
Amaporã	PR	A2	1	24	2	10	4100905	410017
Amaraji	PE	B3	2	14	4	30	2600906	260018
Amaral Ferrador	RS	A3	2	35	2	15	4300638	430005
Amaralina	GO	B3	4	60	4	30	5200829	520017
Amarante	PI	B3	4	70	4	30	2200509	220002
Amarante do Maranhão	MA	B2	4	75	3	25	2100600	210019
Amargosa	BA	A2	3	35	2	10	2901007	290003
Amaturá	AM	C1	3	100	4	55	1300060	130006
Amélia Rodrigues	BA	A2	2	30	2	10	2901106	290029
América Dourada	BA	B3	4	65	4	30	2901155	290020
Americana	SP	A1	1	12	2	5	3501608	350038
Americano do Brasil	GO	A2	2	22	2	10	5200852	520003
Américo Brasiliense	SP	A2	2	12	2	10	3501707	350036
Américo de Campos	SP	A2	1	30	2	10	3501806	350027
Ametista do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4300646	430029
Amontada	CE	B3	4	50	4	30	2300754	230002
Amorinópolis	GO	A3	2	20	2	15	5200902	520014
Amparo	PB	B3	5	55	4	30	2500734	250008
Amparo	SP	A3	2	20	2	15	3501905	350048
Amparo de São Francisco	SE	B3	3	45	4	30	2800100	280003
Amparo do Serra	MG	A3	2	26	2	15	3102506	310030
Ampére	PR	A3	1	20	2	15	4101002	410009
Anadia	AL	B3	3	35	4	30	2700201	270004
Anagé	BA	A2	3	35	2	10	2901205	290011
Anahy	PR	A2	1	18	2	10	4101051	410006
Anajás	PA	C1	4	70	4	55	1500701	150020
Anajatuba	MA	B3	3	55	4	30	2100709	210004
Analândia	SP	A2	2	18	2	10	3502002	350046
Anamã	AM	A1	3	100	2	5	1300086	130004
Ananás	TO	B2	4	80	3	25	1701002	170005
Ananindeua	PA	A1	3	7	2	5	1500800	150001
Anápolis	GO	A2	2	16	2	10	5201108	520002
Anapu	PA	B2	4	70	3	25	1500859	150018
Anapurus	MA	B3	3	70	4	30	2100808	210003
Anastácio	MS	B3	3	90	4	30	5000708	500012
Anaurilândia	MS	A3	2	45	2	15	5000807	500007
Anchieta	ES	A2	2	16	2	10	3200409	320001
Anchieta	SC	A3	1	18	2	15	4200804	420009
Andaraí	BA	B3	4	65	4	30	2901304	290031
Andirá	PR	A3	1	18	2	15	4101101	410022
Andorinha	BA	B3	4	65	4	30	2901353	290023
Andradas	MG	A2	2	26	2	10	3102605	310051
Andradina	SP	A3	1	30	2	15	3502101	350024
André da Rocha	RS	A3	3	25	2	15	4300661	430038
Andrelândia	MG	A2	2	30	2	10	3102803	310027
Angatuba	SP	A2	3	22	2	10	3502200	350006
Angelândia	MG	A3	3	40	2	15	3102852	310014

Angélica	MS	A3	2	35	2	15	5000856	500007
Angelim	PE	A2	3	40	2	10	2601003	260010
Angelina	SC	A2	2	18	2	10	4200903	420001
Angical	BA	B2	4	65	3	25	2901403	290018
Angical do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2200608	220002
Angico	TO	B2	4	80	3	25	1701051	170005
Angicos	RN	B3	5	60	4	30	2400802	240011
Angra dos Reis	RJ	A2	3	16	2	10	3300100	330002
Anguera	BA	A2	3	60	2	10	2901502	290029
Ângulo	PR	A2	1	16	2	10	4101150	410014
Anhanguera	GO	A3	3	45	2	15	5201207	520004
Anhembi	SP	A2	2	30	2	10	3502309	350011
Anhumas	SP	A2	2	24	2	10	3502408	350018
Anicuns	GO	A2	2	22	2	10	5201306	520003
Anísio de Abreu	PI	B3	4	70	4	30	2200707	220013
Anita Garibaldi	SC	A2	3	20	2	10	4201000	420005
Anitápolis	SC	A2	2	18	2	10	4201109	420001
Anori	AM	C1	3	100	4	55	1300102	130003
Anta Gorda	RS	A3	1	20	2	15	4300703	430043
Antas	BA	B3	3	30	4	30	2901601	290027
Antonina	PR	A2	3	16	2	10	4101200	410002
Antonina do Norte	CE	A2	4	50	2	10	2300804	230011
Antônio Almeida	PI	B3	4	70	4	30	2200806	220018
Antônio Cardoso	BA	A2	3	60	2	10	2901700	290029
Antônio Carlos	MG	A2	2	22	2	10	3102902	310037
Antônio Carlos	SC	A2	2	18	2	10	4201208	420001
Antônio Dias	MG	A2	2	20	2	10	3103009	310024
Antônio Gonçalves	BA	B3	4	65	4	30	2901809	290023
Antônio João	MS	A2	3	45	2	10	5000906	500008
Antônio Martins	RN	B3	4	50	4	30	2400901	240010
Antônio Olinto	PR	A3	1	16	2	15	4101309	410003
Antônio Prado	RS	A2	2	12	2	10	4300802	430036
Antônio Prado de Minas	MG	A2	2	28	2	10	3103108	310031
Aparecida	PB	B2	4	55	3	25	2500775	250014
Aparecida	SP	A2	3	24	2	10	3502507	350052
Aparecida d'Oeste	SP	A3	1	30	2	15	3502606	350028
Aparecida de Goiânia	GO	A1	3	22	2	5	5201405	520001
Aparecida do Rio Doce	GO	A2	3	40	2	10	5201454	520010
Aparecida do Rio Negro	TO	B3	4	80	4	30	1701101	170001
Aparecida do Taboado	MS	A3	3	40	2	15	5001003	500003
Aperibé	RJ	A3	2	35	2	15	3300159	330012
Apiacá	ES	A3	2	30	2	15	3200508	320008
Apiacás	MT	B3	3	100	4	30	5100805	510010
Apiaí	SP	A2	3	16	2	10	3502705	350004
Apicum-Açu	MA	C1	3	55	4	55	2100832	210008
Apiúna	SC	A2	1	12	2	10	4201257	420019
Apodi	RN	A2	4	55	2	10	2401008	240009
Aporá	BA	A2	3	30	2	10	2901908	290002
Aporé	GO	A2	3	40	2	10	5201504	520011
Apuarema	BA	A2	3	35	2	10	2901957	290012
Apucarana	PR	A2	1	14	2	10	4101408	410023
Apuí	AM	C1	3	100	4	55	1300144	130009
Apuiarés	CE	B3	4	50	4	30	2300903	230005
Aquidabã	SE	B3	4	40	4	30	2800209	280003
Aquidauana	MS	B3	5	90	4	30	5001102	500012
Aquiraz	CE	A1	2	10	2	5	2301000	230001
Arabutã	SC	A3	2	18	2	15	4201273	420010
Araçagi	PB	B3	2	35	4	30	2500809	250002
Araçaí	MG	A2	3	20	2	10	3103207	310002
Aracaju	SE	A2	2	7	2	10	2800308	280001
Araçariguama	SP	A2	2	12	2	10	3502754	350003
Araçás	BA	A2	3	30	2	10	2902054	290002
Aracati	CE	B3	4	45	4	30	2301109	230008
Aracatu	BA	B3	4	65	4	30	2902005	290013
Araçatuba	SP	A2	1	30	2	10	3502804	350022
Araci	BA	B3	3	50	4	30	2902104	290033
Aracitaba	MG	A2	2	24	2	10	3103306	310027
Aracoiaba	CE	B3	3	40	4	30	2301208	230003
Araçoiaba	PE	A1	2	14	2	5	2601052	260001
Araçoiaba da Serra	SP	A2	2	12	2	10	3502903	350003
Aracruz	ES	A2	2	20	2	10	3200607	320004
Araçu	GO	A2	2	22	2	10	5201603	520003
Araçuaí	MG	A3	4	65	2	15	3103405	310017
Aragarças	GO	A3	3	45	2	15	5201702	520014
Aragoiânia	GO	A1	3	24	2	5	5201801	520001
Aragominas	TO	B2	4	80	3	25	1701309	170005
Araguacema	TO	B2	4	80	3	25	1701903	170003
Araguaçu	TO	A2	4	70	2	10	1702000	170010
Araguaiana	MT	A3	3	80	2	15	5101001	510013
Araguaína	TO	B2	4	80	3	25	1702109	170005
Araguainha	MT	A2	3	60	2	10	5101209	510016
Araguanã	MA	B2	4	60	3	25	2100873	210009
Araguanã	TO	B2	4	80	3	25	1702158	170005
Araguapaz	GO	A3	3	45	2	15	5202155	520005
Araguari	MG	A2	2	30	2	10	3103504	310059
Araguatins	TO	B3	4	80	4	30	1702208	170009
Araioses	MA	B3	3	70	4	30	2100907	210007
Aral Moreira	MS	A2	2	35	2	10	5001243	500008
Aramari	BA	A2	3	30	2	10	2902203	290002
Arambaré	RS	A3	2	16	2	15	4300851	430005
Arame	MA	B3	4	70	4	30	2100956	210020
Aramina	SP	A3	1	20	2	15	3503000	350035
Arandu	SP	A2	2	22	2	10	3503109	350007
Arantina	MG	A2	2	30	2	10	3103603	310027
Arapeí	SP	A2	3	24	2	10	3503158	350053
Arapiraca	AL	A2	3	15	2	10	2700300	270007
Arapoema	TO	B2	4	80	3	25	1702307	170005
Araponga	MG	A3	2	28	2	15	3103702	310033
Arapongas	PR	A2	1	12	2	10	4101507	410021
Araporã	MG	A2	3	20	2	10	3103751	310059
Arapoti	PR	A2	2	20	2	10	4101606	410027
Arapuá	MG	A2	3	40	2	10	3103801	310062
Arapuã	PR	A3	1	18	2	15	4101655	410025
Araputanga	MT	B3	3	80	4	30	5101258	510006
Araquari	SC	A2	1	12	2	10	4201307	420016
Arara	PB	B3	2	30	4	30	2500908	250002

Araranguá	SC	A3	2	20	2	15	4201406	420004
Araraquara	SP	A2	2	12	2	10	3503208	350036
Araras	SP	A2	1	10	2	10	3503307	350045
Ararendá	CE	B3	4	70	4	30	2301257	230013
Arari	MA	B3	3	55	4	30	2101004	210005
Araricá	RS	A1	1	14	2	5	4300877	430002
Araripe	CE	A2	4	65	2	10	2301307	230011
Araripina	PE	B3	4	70	4	30	2601102	260016
Araruama	RJ	A2	2	14	2	10	3300209	330013
Araruna	PB	B3	3	40	4	30	2501005	250002
Araruna	PR	A2	1	20	2	10	4101705	410015
Arataca	BA	A2	2	20	2	10	2902252	290010
Aratiba	RS	A2	1	20	2	10	4300901	430026
Aratuba	CE	B3	3	20	4	30	2301406	230003
Aratuípe	BA	A2	2	30	2	10	2902302	290006
Arauá	SE	B3	3	30	4	30	2800407	280002
Araucária	PR	A1	1	12	2	5	4101804	410001
Araújos	MG	A2	3	35	2	10	3103900	310065
Araxá	MG	A2	3	35	2	10	3104007	310056
Arceburgo	MG	A3	2	28	2	15	3104106	310044
Arco-Íris	SP	A2	2	20	2	10	3503356	350016
Arcos	MG	A3	3	35	2	15	3104205	310066
Arcoverde	PE	B3	4	40	4	30	2601201	260011
Areado	MG	A3	3	26	2	15	3104304	310042
Areal	RJ	A2	3	28	2	10	3300225	330007
Arealva	SP	A2	2	14	2	10	3503406	350009
Areia	PB	A2	2	25	2	10	2501104	250005
Areia Branca	RN	A2	4	65	2	10	2401107	240009
Areia Branca	SE	B3	2	35	4	30	2800506	280004
Areia de Baraúnas	PB	B2	4	60	3	25	2501153	250009
Areial	PB	A2	3	16	2	10	2501203	250005
Areias	SP	A2	3	35	2	10	3503505	350053
Areiópolis	SP	A2	2	16	2	10	3503604	350011
Arenápolis	MT	B3	3	80	4	30	5101308	510003
Arenópolis	GO	A3	3	50	2	15	5202353	520014
Arês	RN	B3	2	20	4	30	2401206	240003
Argirita	MG	A2	2	30	2	10	3104403	310032
Aricanduva	MG	A3	3	40	2	15	3104452	310014
Arinos	MG	A3	4	65	2	15	3104502	310063
Aripuanã	MT	B3	3	100	4	30	5101407	510009
Ariquemes	RO	A2	3	60	2	10	1100023	110002
Ariranha	SP	A2	2	16	2	10	3503703	350026
Ariranha do Ivaí	PR	A3	1	18	2	15	4101853	410025
Armação dos Búzios	RJ	A2	2	14	2	10	3300233	330013
Armazém	SC	A2	1	14	2	10	4201505	420003
Arneiroz	CE	B3	5	90	4	30	2301505	230014
Aroazes	PI	B3	4	70	4	30	2200905	220004
Aroeiras	PB	A2	5	60	2	10	2501302	250005
Aroeiras do Itaim	PI	B3	4	70	4	30	2200954	220009
Arraial	PI	B3	4	70	4	30	2201002	220017
Arraial do Cabo	RJ	A2	2	14	2	10	3300258	330013
Arraias	TO	B3	4	80	4	30	1702406	170011
Arroio do Meio	RS	A3	1	18	2	15	4301008	430041
Arroio do Padre	RS	A2	2	16	2	10	4301073	430009
Arroio do Sal	RS	A3	2	18	2	15	4301057	430008
Arroio do Tigre	RS	A2	1	20	2	10	4301206	430042
Arroio dos Ratos	RS	A1	2	14	2	5	4301107	430001
Arroio Grande	RS	A2	2	40	2	10	4301305	430009
Arroio Trinta	SC	A3	2	18	2	15	4201604	420015
Artur Nogueira	SP	A1	1	10	2	5	3503802	350038
Aruanã	GO	A3	3	50	2	15	5202502	520005
Arujá	SP	A1	1	5	2	5	3503901	350001
Arvoredo	SC	A2	2	20	2	10	4201653	420007
Arvorezinha	RS	A3	1	20	2	15	4301404	430031
Ascurra	SC	A2	1	12	2	10	4201703	420019
Aspásia	SP	A3	1	26	2	15	3503950	350028
Assaí	PR	A2	1	18	2	10	4101903	410021
Assaré	CE	A2	4	50	2	10	2301604	230011
Assis	SP	A2	2	20	2	10	3504008	350014
Assis Brasil	AC	C1	3	100	4	55	1200054	120002
Assis Chateaubriand	PR	A2	1	18	2	10	4102000	410008
Assunção	PB	A2	5	55	2	10	2501351	250005
Assunção do Piauí	PI	B3	4	60	4	30	2201051	220003
Astolfo Dutra	MG	A2	2	30	2	10	3104601	310032
Astorga	PR	A2	1	16	2	10	4102109	410014
Atalaia	AL	B3	3	16	4	30	2700409	270006
Atalaia	PR	A2	1	16	2	10	4102208	410014
Atalaia do Norte	AM	C1	3	100	4	55	1300201	130006
Atalanta	SC	A3	1	18	2	15	4201802	420022
Ataléia	MG	A2	3	50	2	10	3104700	310013
Atibaia	SP	A2	2	16	2	10	3504107	350041
Atilio Vivacqua	ES	A2	2	16	2	10	3200706	320007
Augustinópolis	TO	B3	4	80	4	30	1702554	170009
Augusto Corrêa	PA	B3	3	55	4	30	1500909	150005
Augusto de Lima	MG	A3	3	40	2	15	3104809	310004
Augusto Pestana	RS	A2	1	20	2	10	4301503	430018
Áurea	RS	A2	1	20	2	10	4301552	430026
Aurelino Leal	BA	A2	2	20	2	10	2902401	290007
Auriflama	SP	A2	1	35	2	10	3504206	350022
Aurilândia	GO	A3	2	28	2	15	5202601	520013
Aurora	CE	A2	4	45	2	10	2301703	230011
Aurora	SC	A3	1	18	2	15	4201901	420022
Aurora do Pará	PA	B3	4	55	4	30	1500958	150007
Aurora do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1702703	170011
Autazes	AM	A1	3	80	2	5	1300300	130001
Avaí	SP	A2	2	14	2	10	3504305	350009
Avanhandava	SP	A2	2	30	2	10	3504404	350023
Avaré	SP	A2	2	30	2	10	3504503	350007
Aveiro	PA	B2	3	75	3	25	1501006	150016
Avelino Lopes	PI	B3	4	75	4	30	2201101	220015
Avelinópolis	GO	A2	2	20	2	10	5202809	520003
Axixá	MA	A2	3	70	2	10	2101103	210001
Axixá do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1702901	170009
Babaçulândia	TO	B2	4	80	3	25	1703008	170005
Bacabal	MA	B2	3	60	3	25	2101202	210010
Bacabeira	MA	A2	3	30	2	10	2101251	210001

Bacuri	MA	C1	3	55	4	55	2101301	210008
Bacurituba	MA	B3	3	55	4	30	2101350	210002
Bady Bassitt	SP	A2	2	16	2	10	3504602	350025
Baependi	MG	A3	2	30	2	15	3104908	310054
Bagé	RS	A2	2	28	2	10	4301602	430010
Bagre	PA	C1	4	70	4	55	1501105	150020
Baía da Traição	PB	B3	2	16	4	30	2501401	250003
Baía Formosa	RN	B3	2	20	4	30	2401404	240003
Baianópolis	BA	B2	4	65	3	25	2902500	290018
Baião	PA	B3	4	70	4	30	1501204	150011
Baixa Grande	BA	A2	4	60	2	10	2902609	290029
Baixa Grande do Ribeiro	PI	B3	5	75	4	30	2201150	220018
Baixio	CE	B2	4	40	3	25	2301802	230010
Baixo Guandu	ES	A2	2	26	2	10	3200805	320005
Balbinos	SP	A2	2	20	2	10	3504701	350009
Baldim	MG	A2	3	20	2	10	3105004	310002
Baliza	GO	A3	3	45	2	15	5203104	520014
Balneário Arroio do Silva	SC	A3	2	20	2	15	4201950	420004
Balneário Barra do Sul	SC	A2	1	12	2	10	4202057	420016
Balneário Camboriú	SC	A2	1	12	2	10	4202008	420020
Balneário Gaivota	SC	A3	2	20	2	15	4202073	420004
Balneário Piçarras	SC	A2	1	12	2	10	4212809	420020
Balneário Pinhal	RS	A3	2	18	2	15	4301636	430003
Balneário Rincão	SC	A2	2	20	2	10	4220000	420002
Balsa Nova	PR	A1	1	12	2	5	4102307	410001
Bálsamo	SP	A2	2	20	2	10	3504800	350025
Balsas	MA	B3	5	75	4	30	2101400	210022
Bambuí	MG	A3	3	35	2	15	3105103	310066
Banabuiú	CE	B3	4	50	4	30	2301851	230006
Bananal	SP	A2	3	24	2	10	3504909	350053
Bananeiras	PB	B3	2	25	4	30	2501500	250002
Bandeira	MG	A3	3	60	2	15	3105202	310015
Bandeira do Sul	MG	A2	2	26	2	10	3105301	310051
Bandeirante	SC	A3	1	20	2	15	4202081	420009
Bandeirantes	MS	A1	3	40	2	5	5001508	500001
Bandeirantes	PR	A3	1	18	2	15	4102406	410024
Bandeirantes do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1703057	170007
Bannach	PA	B3	3	75	4	30	1501253	150012
Banzaê	BA	B3	3	30	4	30	2902658	290025
Barão	RS	A2	1	18	2	10	4301651	430037
Barão de Antonina	SP	A2	3	20	2	10	3505005	350004
Barão de Cocais	MG	A2	2	20	2	10	3105400	310003
Barão de Cotegipe	RS	A2	1	20	2	10	4301701	430026
Barão de Grajaú	MA	B3	4	70	4	30	2101509	210017
Barão de Melgaço	MT	A2	3	80	2	10	5101605	510001
Barão de Monte Alto	MG	A2	2	28	2	10	3105509	310031
Barão do Triunfo	RS	A1	2	14	2	5	4301750	430001
Baraúna	PB	B3	5	30	4	30	2501534	250006
Baraúna	RN	A2	4	70	2	10	2401453	240009
Barbacena	MG	A2	2	22	2	10	3105608	310037
Barbalha	CE	A2	4	26	2	10	2301901	230011
Barbosa	SP	A2	2	30	2	10	3505104	350023
Barbosa Ferraz	PR	A2	1	20	2	10	4102505	410015
Barcarena	PA	A1	4	70	2	5	1501303	150001
Barcelona	RN	B3	4	30	4	30	2401503	240006
Barcelos	AM	C1	3	100	4	55	1300409	130002
Bariri	SP	A2	2	16	2	10	3505203	350010
Barra	BA	B3	4	65	4	30	2902708	290021
Barra Bonita	SC	A3	1	20	2	15	4202099	420009
Barra Bonita	SP	A2	2	14	2	10	3505302	350010
Barra D'Alcântara	PI	B3	4	70	4	30	2201176	220004
Barra da Estiva	BA	A2	4	65	2	10	2902807	290011
Barra de Guabiraba	PE	A2	3	30	2	10	2601300	260009
Barra de Santa Rosa	PB	B3	3	30	4	30	2501609	250006
Barra de Santana	PB	A2	5	60	2	10	2501575	250005
Barra de Santo Antônio	AL	A1	3	18	2	5	2700508	270001
Barra de São Francisco	ES	A3	2	20	2	15	3200904	320006
Barra de São Miguel	AL	A1	2	30	2	5	2700607	270001
Barra de São Miguel	PB	A2	5	60	2	10	2501708	250005
Barra do Bugres	MT	B3	3	80	4	30	5101704	510002
Barra do Chapéu	SP	A2	3	16	2	10	3505351	350004
Barra do Choça	BA	A2	3	35	2	10	2902906	290011
Barra do Corda	MA	B3	4	70	4	30	2101608	210020
Barra do Garças	MT	A3	3	80	2	15	5101803	510013
Barra do Guarita	RS	A3	1	20	2	15	4301859	430021
Barra do Jacaré	PR	A3	1	18	2	15	4102703	410022
Barra do Mendes	BA	B3	4	65	4	30	2903003	290020
Barra do Ouro	TO	B2	4	80	3	25	1703073	170005
Barra do Piraí	RJ	A2	3	20	2	10	3300308	330004
Barra do Quaraí	RS	B2	2	28	3	25	4301875	430015
Barra do Ribeiro	RS	A1	1	14	2	5	4301909	430001
Barra do Rio Azul	RS	A2	1	20	2	10	4301925	430026
Barra do Rocha	BA	A2	2	20	2	10	2903102	290014
Barra do Turvo	SP	A3	3	16	2	15	3505401	350005
Barra dos Coqueiros	SE	A2	2	5	2	10	2800605	280001
Barra Funda	RS	A2	1	20	2	10	4301958	430028
Barra Longa	MG	A3	2	26	2	15	3105707	310030
Barra Mansa	RJ	A2	3	26	2	10	3300407	330004

Barra Velha	SC	A2	1	12	2	10	4202107	420020
Barracão	PR	A3	1	20	2	15	4102604	410009
Barracão	RS	A3	1	20	2	15	4301800	430033
Barras	PI	B3	4	60	4	30	2201200	220005
Barreira	CE	B3	3	35	4	30	2301950	230003
Barreiras	BA	B2	4	65	3	25	2903201	290018
Barreiras do Piauí	PI	B3	4	75	4	30	2201309	220015
Barreirinha	AM	C1	3	80	4	55	1300508	130010
Barreirinhas	MA	C1	3	70	4	55	2101707	210006
Barreiros	PE	B3	2	14	4	30	2601409	260007
Barretos	SP	A2	1	22	2	10	3505500	350032
Barrinha	SP	A2	1	12	2	10	3505609	350031
Barro	CE	B3	4	45	4	30	2302008	230012
Barro Alto	BA	B3	4	65	4	30	2903235	290020
Barro Alto	GO	A3	2	30	2	15	5203203	520018
Barro Duro	PI	B3	4	70	4	30	2201408	220002
Barro Preto	BA	A2	2	20	2	10	2903300	290007
Barrocas	BA	B3	3	50	4	30	2903276	290033
Barrolândia	TO	B2	4	80	3	25	1703107	170003
Barroquinha	CE	B3	3	55	4	30	2302057	230018
Barros Cassal	RS	A3	2	18	2	15	4302006	430031
Barroso	MG	A2	2	22	2	10	3105905	310037
Barueri	SP	A1	1	7	2	5	3505708	350001
Bastos	SP	A2	2	16	2	10	3505807	350016
Bataguassu	MS	A2	2	45	2	10	5001904	500002
Batalha	AL	B3	3	70	4	30	2700706	270011
Batalha	PI	B3	4	60	4	30	2201507	220008
Batatais	SP	A2	2	22	2	10	3505906	350031
Bataypor㣠	MS	A3	2	40	2	15	5002001	500007
Baturité	CE	B3	3	40	4	30	2302107	230003
Bauru	SP	A2	2	12	2	10	3506003	350009
Bayeux	PB	A2	2	12	2	10	2501807	250001
Bebedouro	SP	A2	1	14	2	10	3506102	350032
Beberibe	CE	A1	3	28	2	5	2302206	230001
Bela Cruz	CE	B3	3	40	4	30	2302305	230017
Bela Vista	MS	B3	3	50	4	30	5002100	500011
Bela Vista da Caroba	PR	A3	1	20	2	15	4102752	410009
Bela Vista de Goiás	GO	A1	3	35	2	5	5203302	520001
Bela Vista de Minas	MG	A2	2	20	2	10	3106002	310026
Bela Vista do Maranhão	MA	B2	3	60	3	25	2101772	210009
Bela Vista do Paraíso	PR	A2	1	16	2	10	4102802	410021
Bela Vista do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2201556	220012
Bela Vista do Toldo	SC	A3	2	16	2	15	4202131	420017
Belágua	MA	B3	4	70	4	30	2101731	210003
Belém	AL	B3	3	35	4	30	2700805	270008
Belém	PA	A1	3	5	2	5	1501402	150001
Belém	PB	B3	2	35	4	30	2501906	250002
Belém de Maria	PE	B3	2	16	4	30	2601508	260003
Belém do Brejo do Cruz	PB	B3	4	60	4	30	2502003	250011
Belém do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2201572	220009
Belém do São Francisco	PE	B3	4	55	4	30	2601607	260017
Belford Roxo	RJ	A1	2	10	2	5	3300456	330001
Belmiro Braga	MG	A2	2	24	2	10	3106101	310027
Belmonte	BA	A2	2	20	2	10	2903409	290009
Belmonte	SC	A3	1	18	2	15	4202156	420009
Belo Campo	BA	A2	3	35	2	10	2903508	290011
Belo Horizonte	MG	A1	1	5	2	5	3106200	310001
Belo Jardim	PE	A2	3	20	2	10	2601706	260012
Belo Monte	AL	B3	3	70	4	30	2700904	270011
Belo Oriente	MG	A2	3	24	2	10	3106309	310024
Belo Vale	MG	A2	2	20	2	10	3106408	310038
Belterra	PA	B2	3	75	3	25	1501451	150015
Beneditinos	PI	A1	3	30	2	5	2201606	220001
Benedito Leite	MA	B3	4	75	4	30	2101806	210017
Benedito Novo	SC	A2	1	12	2	10	4202206	420019
Benevides	PA	A1	3	7	2	5	1501501	150001
Benjamin Constant	AM	C1	3	100	4	55	1300607	130006
Benjamin Constant do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4302055	430026
Bento de Abreu	SP	A2	1	30	2	10	3506201	350022
Bento Fernandes	RN	A1	4	50	2	5	2401602	240001
Bento Gonçalves	RS	A2	2	12	2	10	4302105	430037
Bequimão	MA	B3	3	55	4	30	2101905	210002
Berilo	MG	A3	3	40	2	15	3106507	310017
Berizal	MG	A3	4	65	2	15	3106655	310008
Bernardino Batista	PB	B2	4	55	3	25	2502052	250014
Bernardino de Campos	SP	A2	2	20	2	10	3506300	350015
Bernardo do Mearim	MA	B2	3	60	3	25	2101939	210012
Bernardo Sayão	TO	B2	4	80	3	25	1703206	170007
Bertioga	SP	A2	3	10	2	10	3506359	350002
Bertolínia	PI	B3	4	70	4	30	2201705	220018
Bertópolis	MG	A3	3	60	2	15	3106606	310019
Beruri	AM	C1	3	80	4	55	1300631	130003
Betânia	PE	B3	4	65	4	30	2601805	260013
Betânia do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2201739	220010
Betim	MG	A1	1	7	2	5	3106705	310001
Bezerros	PE	A2	3	20	2	10	2601904	260009
Bias Fortes	MG	A2	2	24	2	10	3106804	310027
Bicas	MG	A2	2	24	2	10	3106903	310035
Biguaçu	SC	A2	1	12	2	10	4202305	420001
Bilac	SP	A2	2	30	2	10	3506409	350023
Biquinhas	MG	A3	3	40	2	15	3107000	310070
Birigui	SP	A2	2	30	2	10	3506508	350023
Biritiba-Mirim	SP	A1	1	5	2	5	3506607	350001
Biritinga	BA	B3	3	50	4	30	2903607	290033
Bituruna	PR	A3	2	24	2	15	4102901	410003
Blumenau	SC	A2	1	12	2	10	4202404	420019
Boa Esperança	ES	A2	2	20	2	10	3201001	320003
Boa Esperança	MG	A2	3	26	2	10	3107109	310046
Boa Esperança	PR	A2	1	20	2	10	4103008	410015
Boa Esperança do Iguaçu	PR	A3	1	20	2	15	4103024	410012
Boa Esperança do Sul	SP	A2	2	12	2	10	3506706	350036
Boa Hora	PI	B3	4	60	4	30	2201770	220005
Boa Nova	BA	A2	3	35	2	10	2903706	290011
Boa Ventura	PB	B3	4	55	4	30	2502102	250010
Boa Ventura de São Roque	PR	A3	2	20	2	15	4103040	410005
Boa Viagem	CE	B3	4	50	4	30	2302404	230004

Boa Vista	PB	A2	3	12	2	10	2502151	250005
Boa Vista	RR	B2	3	80	3	25	1400100	140001
Boa Vista da Aparecida	PR	A2	1	20	2	10	4103057	410006
Boa Vista das Missões	RS	A3	2	16	2	15	4302154	430029
Boa Vista do Buricá	RS	A3	1	20	2	15	4302204	430023
Boa Vista do Cadeado	RS	A2	2	20	2	10	4302220	430027
Boa Vista do Gurupi	MA	C1	4	75	4	55	2101970	210011
Boa Vista do Incra	RS	A2	2	20	2	10	4302238	430027
Boa Vista do Ramos	AM	C1	3	80	4	55	1300680	130010
Boa Vista do Sul	RS	A2	2	12	2	10	4302253	430037
Boa Vista do Tupim	BA	B3	4	60	4	30	2903805	290031
Boca da Mata	AL	B3	2	30	4	30	2701001	270004
Boca do Acre	AM	C1	3	100	4	55	1300706	130008
Bocaina	PI	B3	4	70	4	30	2201804	220009
Bocaina	SP	A2	2	16	2	10	3506805	350010
Bocaina de Minas	MG	A2	2	30	2	10	3107208	310027
Bocaina do Sul	SC	A2	3	20	2	10	4202438	420005
Bocaiúva	MG	A2	4	40	2	10	3107307	310006
Bocaiúva do Sul	PR	A1	1	20	2	5	4103107	410001
Bodó	RN	B3	5	60	4	30	2401651	240008
Bodocó	PE	B3	4	70	4	30	2602001	260016
Bodoquena	MS	B3	3	90	4	30	5002159	500012
Bofete	SP	A2	2	20	2	10	3506904	350011
Boituva	SP	A2	2	18	2	10	3507001	350003
Bom Conselho	PE	A2	3	40	2	10	2602100	260010
Bom Despacho	MG	A3	3	35	2	15	3107406	310067
Bom Jardim	MA	B2	4	60	3	25	2102002	210009
Bom Jardim	PE	A3	3	22	2	15	2602209	260004
Bom Jardim	RJ	A2	3	25	2	10	3300506	330008
Bom Jardim da Serra	SC	A2	3	20	2	10	4202503	420005
Bom Jardim de Goiás	GO	A3	3	45	2	15	5203401	520014
Bom Jardim de Minas	MG	A2	2	30	2	10	3107505	310027
Bom Jesus	PB	B3	4	55	4	30	2502201	250015
Bom Jesus	PI	B3	4	70	4	30	2201903	220016
Bom Jesus	RN	A1	3	35	2	5	2401701	240001
Bom Jesus	RS	A3	3	25	2	15	4302303	430039
Bom Jesus	SC	A3	1	20	2	15	4202537	420011
Bom Jesus da Lapa	BA	B3	4	65	4	30	2903904	290017
Bom Jesus da Penha	MG	A2	2	28	2	10	3107604	310041
Bom Jesus da Serra	BA	A2	3	35	2	10	2903953	290011
Bom Jesus das Selvas	MA	B2	4	60	3	25	2102036	210021
Bom Jesus de Goiás	GO	A2	2	22	2	10	5203500	520007
Bom Jesus do Amparo	MG	A2	2	20	2	10	3107703	310005
Bom Jesus do Araguaia	MT	B3	3	80	4	30	5101852	510014
Bom Jesus do Galho	MG	A2	2	20	2	10	3107802	310025
Bom Jesus do Itabapoana	RJ	A2	2	30	2	10	3300605	330011
Bom Jesus do Norte	ES	A3	2	20	2	15	3201100	320008
Bom Jesus do Oeste	SC	A2	1	20	2	10	4202578	420012
Bom Jesus do Sul	PR	A3	1	20	2	15	4103156	410009
Bom Jesus do Tocantins	PA	B2	4	70	3	25	1501576	150009
Bom Jesus do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1703305	170006
Bom Jesus dos Perdões	SP	A2	2	16	2	10	3507100	350041
Bom Lugar	MA	B2	3	60	3	25	2102077	210010
Bom Princípio	RS	A1	1	18	2	5	4302352	430002
Bom Princípio do Piauí	PI	B2	3	55	3	25	2201919	220006
Bom Progresso	RS	A3	1	20	2	15	4302378	430021
Bom Repouso	MG	A2	2	30	2	10	3107901	310050
Bom Retiro	SC	A2	3	20	2	10	4202602	420005
Bom Retiro do Sul	RS	A3	1	18	2	15	4302402	430041
Bom Sucesso	MG	A2	3	30	2	10	3108008	310043
Bom Sucesso	PB	B3	4	60	4	30	2502300	250011
Bom Sucesso	PR	A2	1	16	2	10	4103206	410023
Bom Sucesso de Itararé	SP	A2	3	20	2	10	3507159	350004
Bom Sucesso do Sul	PR	A3	1	18	2	15	4103222	410010
Bombinhas	SC	A2	1	12	2	10	4202453	420020
Bonfim	MG	A3	2	20	2	15	3108107	310069
Bonfim	RR	B2	3	80	3	25	1400159	140001
Bonfim do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2201929	220013
Bonfinópolis	GO	A1	3	16	2	5	5203559	520001
Bonfinópolis de Minas	MG	A3	4	50	2	15	3108206	310063
Boninal	BA	B3	4	65	4	30	2904001	290034
Bonito	BA	B3	4	65	4	30	2904050	290020
Bonito	MS	B3	3	60	4	30	5002209	500011
Bonito	PA	B3	3	55	4	30	1501600	150006
Bonito	PE	A2	3	28	2	10	2602308	260009
Bonito de Minas	MG	A3	4	65	2	15	3108255	310009
Bonito de Santa Fé	PB	B3	4	50	4	30	2502409	250015
Bonópolis	GO	B3	4	60	4	30	5203575	520016
Boqueirão	PB	A2	5	60	2	10	2502508	250005
Boqueirão do Leão	RS	A3	1	18	2	15	4302451	430041
Boqueirão do Piauí	PI	B3	4	55	4	30	2201945	220003
Boquim	SE	B3	3	30	4	30	2800670	280002
Boquira	BA	B3	4	65	4	30	2904100	290017
Borá	SP	A2	2	20	2	10	3507209	350014
Boracéia	SP	A2	2	16	2	10	3507308	350010
Borba	AM	A1	3	100	2	5	1300805	130001
Borborema	PB	B3	2	20	4	30	2502706	250002
Borborema	SP	A2	2	16	2	10	3507407	350036
Borda da Mata	MG	A2	2	30	2	10	3108305	310050
Borebi	SP	A2	2	12	2	10	3507456	350009
Borrazópolis	PR	A2	1	18	2	10	4103305	410023
Bossoroca	RS	A2	2	20	2	10	4302501	430022
Botelhos	MG	A2	2	26	2	10	3108404	310051
Botucatu	SP	A2	2	20	2	10	3507506	350011
Botumirim	MG	A2	4	50	2	10	3108503	310006
Botuporã	BA	B3	4	65	4	30	2904209	290016
Botuverá	SC	A2	1	12	2	10	4202701	420021
Bozano	RS	A2	1	20	2	10	4302584	430018
Braço do Norte	SC	A2	1	14	2	10	4202800	420003
Braço do Trombudo	SC	A3	1	18	2	15	4202859	420022
Braga	RS	A3	1	20	2	15	4302600	430021
Bragança	PA	B3	3	55	4	30	1501709	150005
Bragança Paulista	SP	A2	2	16	2	10	3507605	350041
Braganey	PR	A2	1	18	2	10	4103354	410006
Branquinha	AL	B3	3	16	4	30	2701100	270005
Brás Pires	MG	A2	2	22	2	10	3108701	310029

Brasil Novo	PA	B2	3	75	3	25	1501725	150018
Brasilândia	MS	A2	3	35	2	10	5002308	500002
Brasilândia de Minas	MG	A2	4	65	2	10	3108552	310062
Brasilândia do Sul	PR	A2	1	22	2	10	4103370	410016
Brasilândia do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1703602	170007
Brasiléia	AC	C1	3	100	4	55	1200104	120002
Brasileira	PI	B2	4	60	3	25	2201960	220007
Brasília	DF		3	5	2	5	5300108	530001
Brasília de Minas	MG	A2	4	50	2	10	3108602	310006
Brasnorte	MT	B3	3	100	4	30	5101902	510002
Braúna	SP	A2	2	30	2	10	3507704	350023
Braúnas	MG	A2	3	30	2	10	3108800	310024
Brazabrantes	GO	A1	2	20	2	5	5203609	520001
Brazópolis	MG	A2	2	30	2	10	3108909	310052
Brejão	PE	A2	3	40	2	10	2602407	260010
Brejetuba	ES	A3	2	20	2	15	3201159	320002
Brejinho	PE	B3	4	40	4	30	2602506	260014
Brejinho	RN	A1	3	35	2	5	2401800	240001
Brejinho de Nazaré	TO	B2	4	80	3	25	1703701	170002
Brejo	MA	B3	3	70	4	30	2102101	210003
Brejo Alegre	SP	A2	2	30	2	10	3507753	350023
Brejo da Madre de Deus	PE	A2	3	20	2	10	2602605	260009
Brejo de Areia	MA	B2	4	60	3	25	2102150	210010
Brejo do Cruz	PB	B3	4	60	4	30	2502805	250011
Brejo do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2201988	220019
Brejo dos Santos	PB	B3	4	60	4	30	2502904	250011
Brejo Grande	SE	B3	3	18	4	30	2800704	280003
Brejo Grande do Araguaia	PA	B2	4	70	3	25	1501758	150009
Brejo Santo	CE	B3	4	45	4	30	2302503	230012
Brejões	BA	A2	3	35	2	10	2904308	290003
Brejolândia	BA	B2	4	65	3	25	2904407	290018
Breu Branco	PA	B3	4	70	4	30	1501782	150011
Breves	PA	C1	4	70	4	55	1501808	150020
Britânia	GO	A3	3	50	2	15	5203807	520005
Brochier	RS	A3	1	18	2	15	4302659	430007
Brodowski	SP	A2	2	22	2	10	3507803	350031
Brotas	SP	A2	2	18	2	10	3507902	350010
Brotas de Macaúbas	BA	B3	4	65	4	30	2904506	290021
Brumadinho	MG	A1	2	20	2	5	3109006	310001
Brumado	BA	B3	4	65	4	30	2904605	290013
Brunópolis	SC	A3	3	20	2	15	4202875	420006
Brusque	SC	A2	1	12	2	10	4202909	420021
Bueno Brandão	MG	A2	2	30	2	10	3109105	310050
Buenópolis	MG	A3	3	40	2	15	3109204	310004
Buenos Aires	PE	A2	2	14	2	10	2602704	260006
Buerarema	BA	A2	2	20	2	10	2904704	290007
Bugre	MG	A2	2	20	2	10	3109253	310024
Buíque	PE	B3	4	35	4	30	2602803	260011
Bujari	AC	B2	3	70	3	25	1200138	120001
Bujaru	PA	A1	4	55	2	5	1501907	150001
Buri	SP	A2	3	20	2	10	3508009	350004
Buritama	SP	A2	2	30	2	10	3508108	350023
Buriti	MA	B3	3	70	4	30	2102200	210003
Buriti Alegre	GO	A2	2	40	2	10	5203906	520007
Buriti Bravo	MA	A2	3	70	2	10	2102309	210014
Buriti de Goiás	GO	A3	2	22	2	15	5203939	520013
Buriti do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1703800	170009
Buriti dos Lopes	PI	B2	3	55	3	25	2202000	220006
Buriti dos Montes	PI	B3	4	60	4	30	2202026	220003
Buriticupu	MA	B2	4	60	3	25	2102325	210021
Buritinópolis	GO	B3	4	70	4	30	5203962	520021
Buritirama	BA	B3	4	65	4	30	2904753	290021
Buritirana	MA	B2	4	75	3	25	2102358	210019
Buritis	MG	A3	4	65	2	15	3109303	310063
Buritis	RO	A2	3	60	2	10	1100452	110002
Buritizal	SP	A3	1	22	2	15	3508207	350035
Buritizeiro	MG	A3	4	70	2	15	3109402	310010
Butiá	RS	A3	2	20	2	15	4302709	430006

Caapiranga	AM	A1	3	80	2	5	1300839
Caaporã	PB	A2	2	10	2	10	2503001
Caarapó	MS	A2	2	40	2	10	5002407
Caatiba	BA	A2	3	35	2	10	2904803
Cabaceiras	PB	A2	5	60	2	10	2503100
Cabaceiras do Paraguaçu	BA	A2	2	30	2	10	2904852
Cabeceira Grande	MG	A3	4	65	2	15	3109451
Cabeceiras	GO	A2	3	45	2	10	5204003
Cabeceiras do Piauí	PI	B3	4	60	4	30	2202059
Cabedelo	PB	A2	2	10	2	10	2503209
Cabixi	RO	B3	3	60	4	30	1100031
Cabo de Santo Agostinho	PE	A1	2	7	2	5	2602902
Cabo Frio	RJ	A2	2	14	2	10	3300704
Cabo Verde	MG	A3	2	28	2	15	3109501
Cabrália Paulista	SP	A2	2	12	2	10	3508306
Cabreúva	SP	A2	2	12	2	10	3508405
Cabrobó	PE	B3	4	55	4	30	2603009
Caçador	SC	A3	2	18	2	15	4203006
Caçapava	SP	A2	3	16	2	10	3508504
Caçapava do Sul	RS	A2	2	35	2	10	4302808
Cacaulândia	RO	A2	3	60	2	10	1100601
Cacequi	RS	A2	2	28	2	10	4302907
Cáceres	MT	B2	3	80	3	25	5102504
Cachoeira	BA	A2	2	30	2	10	2904902
Cachoeira Alta	GO	A2	2	24	2	10	5204102
Cachoeira da Prata	MG	A2	3	20	2	10	3109600
Cachoeira de Goiás	GO	A3	2	30	2	15	5204201
Cachoeira de Minas	MG	A2	2	30	2	10	3109709
Cachoeira de Pajeú	MG	A3	4	65	2	15	3102704
Cachoeira do Arari	PA	B3	5	65	4	30	1502004
Cachoeira do Piriá	PA	B3	3	75	4	30	1501956
Cachoeira do Sul	RS	A2	2	20	2	10	4303004
Cachoeira dos Índios	PB	B3	4	50	4	30	2503308
Cachoeira Dourada	GO	A2	2	24	2	10	5204250
Cachoeira Dourada	MG	A2	2	30	2	10	3109808
Cachoeira Grande	MA	A2	3	70	2	10	2102374

Cachoeira Paulista	SP	A2	3	24	2	10	3508603
Cachoeiras de Macacu	RJ	A3	3	14	2	15	3300803
Cachoeirinha	PE	A2	3	26	2	10	2603108
Cachoeirinha	RS	A1	1	7	2	5	4303103
Cachoeirinha	TO	B3	4	80	4	30	1703826
Cachoeiro de Itapemirim	ES	A2	2	16	2	10	3201209
Cacimba de Areia	PB	B2	4	55	3	25	2503407
Cacimba de Dentro	PB	B3	3	30	4	30	2503506
Cacimbas	PB	B2	4	40	3	25	2503555
Cacimbinhas	AL	B3	3	35	4	30	2701209
Cacique Doble	RS	A3	1	20	2	15	4303202
Cacoal	RO	C1	3	60	4	55	1100049
Caconde	SP	A2	2	22	2	10	3508702
Caçu	GO	A2	2	35	2	10	5204300
Caculé	BA	B3	4	65	4	30	2905008
Caém	BA	B3	4	60	4	30	2905107
Caetanópolis	MG	A2	3	20	2	10	3109907
Caetanos	BA	A2	3	35	2	10	2905156
Caeté	MG	A1	1	7	2	5	3110004
Caetés	PE	A2	3	35	2	10	2603207
Caetité	BA	B3	4	65	4	30	2905206
Cafarnaum	BA	B3	4	65	4	30	2905305
Cafeara	PR	A2	1	16	2	10	4103404
Cafelândia	PR	A2	1	18	2	10	4103453
Cafelândia	SP	A2	2	20	2	10	3508801
Cafezal do Sul	PR	A2	1	20	2	10	4103479
Caiabu	SP	A2	2	22	2	10	3508900
Caiana	MG	A2	2	24	2	10	3110103
Caiapônia	GO	A2	3	60	2	10	5204409
Caibaté	RS	A2	2	20	2	10	4303301
Caibi	SC	A2	1	20	2	10	4203105
Caiçara	PB	B3	2	35	4	30	2503605
Caiçara	RS	A3	1	20	2	15	4303400
Caiçara do Norte	RN	B3	5	60	4	30	2401859
Caiçara do Rio do Vento	RN	B3	4	50	4	30	2401909
Caicó	RN	B3	5	35	4	30	2402006
Caieiras	SP	A1	1	7	2	5	3509007
Cairu	BA	A3	2	40	2	15	2905404
Caiuá	SP	A2	2	30	2	10	3509106
Cajamar	SP	A1	1	7	2	5	3509205
Cajapió	MA	B3	3	55	4	30	2102408
Cajari	MA	B3	3	55	4	30	2102507
Cajati	SP	A3	3	16	2	15	3509254
Cajazeiras	PB	B3	4	50	4	30	2503704
Cajazeiras do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2202075
Cajazeirinhas	PB	B2	4	60	3	25	2503753
Cajobi	SP	A2	2	16	2	10	3509304
Cajueiro	AL	B3	3	16	4	30	2701308
Cajueiro da Praia	PI	B2	3	55	3	25	2202083
Cajuri	MG	A3	2	22	2	15	3110202
Cajuru	SP	A2	2	16	2	10	3509403
Calçado	PE	A2	3	35	2	10	2603306
Calçoene	AP	C1	3	70	4	55	1600204
Caldas	MG	A2	2	26	2	10	3110301
Caldas Brandão	PB	A2	3	30	2	10	2503803
Caldas Novas	GO	A2	3	45	2	10	5204508
Caldazinha	GO	A1	3	35	2	5	5204557
Caldeirão Grande	BA	B3	4	65	4	30	2905503
Caldeirão Grande do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2202091
Califórnia	PR	A2	1	16	2	10	4103503
Calmon	SC	A3	2	16	2	15	4203154
Calumbi	PE	B3	4	40	4	30	2603405
Camacan	BA	A2	2	20	2	10	2905602
Camaçari	BA	A1	2	7	2	5	2905701
Camacho	MG	A2	3	30	2	10	3110400
Camalaú	PB	B3	5	55	4	30	2503902
Camamu	BA	A3	2	20	2	15	2905800
Camanducaia	MG	A2	2	30	2	10	3110509
Camapuã	MS	A1	3	70	2	5	5002605
Camaquã	RS	A3	2	16	2	15	4303509
Camaragibe	PE	A1	2	7	2	5	2603454
Camargo	RS	A2	1	20	2	10	4303558
Cambará	PR	A3	1	18	2	15	4103602
Cambará do Sul	RS	A2	3	25	2	10	4303608
Cambé	PR	A2	1	12	2	10	4103701
Cambira	PR	A2	1	16	2	10	4103800
Camboriú	SC	A2	1	12	2	10	4203204
Cambuci	RJ	A3	2	35	2	15	3300902
Cambuí	MG	A2	2	30	2	10	3110608
Cambuquira	MG	A2	2	30	2	10	3110707
Cametá	PA	B2	4	70	3	25	1502103
Camocim	CE	B3	3	55	4	30	2302602
Camocim de São Félix	PE	A2	3	30	2	10	2603504
Campanário	MG	A2	3	30	2	10	3110806
Campanha	MG	A2	2	30	2	10	3110905
Campestre	AL	B3	3	16	4	30	2701357
Campestre	MG	A2	2	26	2	10	3111002
Campestre da Serra	RS	A2	3	25	2	10	4303673
Campestre de Goiás	GO	A3	2	20	2	15	5204607
Campestre do Maranhão	MA	B2	4	75	3	25	2102556
Campina da Lagoa	PR	A2	1	20	2	10	4103909
Campina das Missões	RS	A3	1	20	2	15	4303707
Campina do Monte Alegre	SP	A2	3	22	2	10	3509452
Campina do Simão	PR	A2	2	18	2	10	4103958
Campina Grande	PB	A2	3	12	2	10	2504009
Campina Grande do Sul	PR	A1	1	14	2	5	4104006
Campina Verde	MG	A2	2	30	2	10	3111101
Campinaçu	GO	B3	4	50	4	30	5204656
Campinápolis	MT	B3	3	80	4	30	5102603
Campinas	SP	A1	1	10	2	5	3509502
Campinas do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2202109
Campinas do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4303806
Campinorte	GO	B3	4	60	4	30	5204706
Campo Alegre	AL	B3	2	30	4	30	2701407
Campo Alegre	SC	A3	2	16	2	15	4203303
Campo Alegre de Goiás	GO	A3	3	28	2	15	5204805

Campo Alegre de Lourdes	BA	A2	4	65	2	10	2905909
Campo Alegre do Fidalgo	PI	B3	4	70	4	30	2202117
Campo Azul	MG	A2	4	50	2	10	3111150
Campo Belo	MG	A3	3	30	2	15	3111200
Campo Belo do Sul	SC	A2	3	24	2	10	4203402
Campo Bom	RS	A1	1	7	2	5	4303905
Campo Bonito	PR	A2	1	20	2	10	4104055
Campo do Brito	SE	B3	2	35	4	30	2801009
Campo do Meio	MG	A3	3	26	2	15	3111309
Campo do Tenente	PR	A1	2	20	2	5	4104105
Campo Erê	SC	A2	1	18	2	10	4203501
Campo Florido	MG	A2	2	24	2	10	3111408
Campo Formoso	BA	B3	4	65	4	30	2906006
Campo Grande	AL	A2	3	35	2	10	2701506
Campo Grande	MS	A1	3	15	2	5	5002704
Campo Grande	RN	A2	4	55	2	10	2401305
Campo Grande do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2202133
Campo Largo	PR	A1	1	12	2	5	4104204
Campo Largo do Piauí	PI	B3	3	55	4	30	2202174
Campo Limpo de Goiás	GO	A2	2	16	2	10	5204854
Campo Limpo Paulista	SP	A2	2	12	2	10	3509601
Campo Magro	PR	A1	1	12	2	5	4104253
Campo Maior	PI	B3	4	55	4	30	2202208
Campo Mourão	PR	A2	1	18	2	10	4104303
Campo Novo	RS	A3	1	20	2	15	4304002
Campo Novo de Rondônia	RO	A2	3	60	2	10	1100700
Campo Novo do Parecis	MT	B3	3	100	4	30	5102637
Campo Redondo	RN	B3	4	30	4	30	2402105
Campo Verde	MT	A2	3	60	2	10	5102678
Campos Altos	MG	A2	3	35	2	10	3111507
Campos Belos	GO	B3	4	80	4	30	5204904
Campos Borges	RS	A2	2	18	2	10	4304101
Campos de Júlio	MT	B3	3	100	4	30	5102686
Campos do Jordão	SP	A2	3	12	2	10	3509700
Campos dos Goytacazes	RJ	A2	2	12	2	10	3301009
Campos Gerais	MG	A3	3	26	2	15	3111606
Campos Lindos	TO	B2	4	80	3	25	1703842
Campos Novos	SC	A3	3	20	2	15	4203600
Campos Novos Paulista	SP	A2	2	20	2	10	3509809
Campos Sales	CE	A2	4	70	2	10	2302701
Campos Verdes	GO	A3	4	50	2	15	5204953
Camutanga	PE	A2	2	14	2	10	2603603
Cana Verde	MG	A2	3	30	2	10	3111903
Canaã	MG	A3	2	28	2	15	3111705
Canaã dos Carajás	PA	B3	4	70	4	30	1502152
Canabrava do Norte	MT	B3	3	80	4	30	5102694
Cananéia	SP	A3	3	16	2	15	3509908
Canapi	AL	B3	4	70	4	30	2701605
Canápolis	BA	B3	4	65	4	30	2906105
Canápolis	MG	A2	2	30	2	10	3111804
Canarana	BA	B3	4	65	4	30	2906204
Canarana	MT	B3	3	80	4	30	5102702
Canas	SP	A2	3	24	2	10	3509957
Canavieira	PI	B3	4	70	4	30	2202251
Canavieiras	BA	A2	2	20	2	10	2906303
Candeal	BA	A2	3	60	2	10	2906402
Candeias	BA	A1	2	7	2	5	2906501
Candeias	MG	A3	3	30	2	15	3112000
Candeias do Jamari	RO	A2	3	60	2	10	1100809
Candelária	RS	A2	1	20	2	10	4304200
Candiba	BA	B3	4	65	4	30	2906600
Cândido de Abreu	PR	A3	2	20	2	15	4104402
Cândido Godói	RS	A3	1	20	2	15	4304309
Cândido Mendes	MA	C1	4	75	4	55	2102606
Cândido Mota	SP	A2	2	20	2	10	3510005
Cândido Rodrigues	SP	A2	1	14	2	10	3510104
Cândido Sales	BA	A2	3	35	2	10	2906709
Candiota	RS	A2	2	35	2	10	4304358
Candói	PR	A2	2	18	2	10	4104428
Canela	RS	A2	1	18	2	10	4304408
Canelinha	SC	A2	2	18	2	10	4203709
Canguaretama	RN	B3	2	20	4	30	2402204
Canguçu	RS	A2	2	16	2	10	4304507
Canhoba	SE	B3	3	45	4	30	2801108
Canhotinho	PE	A2	3	35	2	10	2603702
Canindé	CE	B3	5	50	4	30	2302800
Canindé de São Francisco	SE	B3	4	70	4	30	2801207
Canitar	SP	A2	2	20	2	10	3510153
Canoas	RS	A1	1	7	2	5	4304606
Canoinhas	SC	A3	2	16	2	15	4203808
Cansanção	BA	B3	3	50	4	30	2906808
Cantá	RR	B2	3	80	3	25	1400175
Cantagalo	MG	A3	3	24	2	15	3112059
Cantagalo	PR	A2	2	18	2	10	4104451
Cantagalo	RJ	A2	2	35	2	10	3301108
Cantanhede	MA	B3	4	55	4	30	2102705
Canto do Buriti	PI	B3	4	70	4	30	2202307
Canudos	BA	B3	3	50	4	30	2906824
Canudos do Vale	RS	A3	1	18	2	15	4304614
Canutama	AM	C1	3	100	4	55	1300904
Capanema	PA	B3	3	55	4	30	1502202
Capanema	PR	A3	1	20	2	15	4104501
Capão Alto	SC	A2	3	20	2	10	4203253
Capão Bonito	SP	A2	3	16	2	10	3510203
Capão Bonito do Sul	RS	A3	3	25	2	15	4304622
Capão da Canoa	RS	A3	2	18	2	15	4304630
Capão do Cipó	RS	B3	2	35	4	30	4304655
Capão do Leão	RS	A2	2	16	2	10	4304663
Caparaó	MG	A3	2	24	2	15	3112109
Capela	AL	B3	3	16	4	30	2701704
Capela	SE	A2	3	30	2	10	2801306
Capela de Santana	RS	A1	1	18	2	5	4304689
Capela do Alto	SP	A2	2	18	2	10	3510302
Capela do Alto Alegre	BA	A2	3	50	2	10	2906857
Capela Nova	MG	A2	2	30	2	10	3112208
Capelinha	MG	A3	3	40	2	15	3112307

Capetinga	MG	A2	2	28	2	10	3112406
Capim	PB	B3	2	10	4	30	2504033
Capim Branco	MG	A2	1	7	2	10	3112505
Capim Grosso	BA	B3	4	60	4	30	2906873
Capinópolis	MG	A2	2	30	2	10	3112604
Capinzal	SC	A3	2	18	2	15	4203907
Capinzal do Norte	MA	B2	4	60	3	25	2102754
Capistrano	CE	B3	3	45	4	30	2302909
Capitão	RS	A3	1	18	2	15	4304697
Capitão Andrade	MG	A2	2	30	2	10	3112653
Capitão de Campos	PI	B2	4	60	3	25	2202406
Capitão Enéas	MG	A2	4	50	2	10	3112703
Capitão Gervásio Oliveira	PI	B3	4	70	4	30	2202455
Capitão Leônidas Marques	PR	A2	1	20	2	10	4104600
Capitão Poço	PA	B3	4	55	4	30	1502301
Capitólio	MG	A3	3	26	2	15	3112802
Capivari	SP	A2	2	10	2	10	3510401
Capivari de Baixo	SC	A2	1	14	2	10	4203956
Capivari do Sul	RS	A1	2	18	2	5	4304671
Capixaba	AC	B2	3	70	3	25	1200179
Capoeiras	PE	A2	3	26	2	10	2603801
Caputira	MG	A3	2	24	2	15	3112901
Caraá	RS	A1	2	18	2	5	4304713
Caracaraí	RR	C1	3	100	4	55	1400209
Caracol	MS	B3	3	50	4	30	5002803
Caracol	PI	B3	4	70	4	30	2202505
Caraguatatuba	SP	A2	3	16	2	10	3510500
Caraí	MG	A2	4	65	2	10	3113008
Caraíbas	BA	A2	4	65	2	10	2906899
Carambeí	PR	A2	2	16	2	10	4104659
Caranaíba	MG	A2	2	30	2	10	3113107
Carandaí	MG	A2	2	22	2	10	3113206
Carangola	MG	A2	2	28	2	10	3113305
Carapebus	RJ	A2	2	12	2	10	3300936
Carapicuíba	SP	A1	1	5	2	5	3510609
Caratinga	MG	A2	2	20	2	10	3113404
Carauari	AM	C1	3	100	4	55	1301001
Caraúbas	PB	A2	5	55	2	10	2504074
Caraúbas	RN	A2	4	55	2	10	2402303
Caraúbas do Piauí	PI	B2	3	55	3	25	2202539
Caravelas	BA	A2	3	35	2	10	2906907
Carazinho	RS	A2	2	16	2	10	4304705
Carbonita	MG	A3	3	40	2	15	3113503
Cardeal da Silva	BA	A2	3	30	2	10	2907004
Cardoso	SP	A2	1	30	2	10	3510708
Cardoso Moreira	RJ	A2	2	12	2	10	3301157
Careaçu	MG	A2	2	30	2	10	3113602
Careiro	AM	A1	3	80	2	5	1301100
Careiro da Várzea	AM	A1	3	80	2	5	1301159
Cariacica	ES	A2	1	12	2	10	3201308
Caridade	CE	B3	5	50	4	30	2303006
Caridade do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2202554
Carinhanha	BA	B3	4	65	4	30	2907103
Carira	SE	B3	4	70	4	30	2801405
Cariré	CE	B2	4	55	3	25	2303105
Cariri do Tocantins	TO	A2	4	80	2	10	1703867
Caririaçu	CE	A2	4	45	2	10	2303204
Cariús	CE	B2	4	40	3	25	2303303
Carlinda	MT	B3	3	100	4	30	5102793
Carlópolis	PR	A3	2	18	2	15	4104709
Carlos Barbosa	RS	A2	2	12	2	10	4304804
Carlos Chagas	MG	A2	3	50	2	10	3113701
Carlos Gomes	RS	A2	1	20	2	10	4304853
Carmésia	MG	A2	3	30	2	10	3113800
Carmo	RJ	A2	2	35	2	10	3301207
Carmo da Cachoeira	MG	A2	2	30	2	10	3113909
Carmo da Mata	MG	A2	3	30	2	10	3114006
Carmo de Minas	MG	A3	2	30	2	15	3114105
Carmo do Cajuru	MG	A2	2	20	2	10	3114204
Carmo do Paranaíba	MG	A2	3	40	2	10	3114303
Carmo do Rio Claro	MG	A2	3	26	2	10	3114402
Carmo do Rio Verde	GO	A3	2	20	2	15	5205000
Carmolândia	TO	B2	4	80	3	25	1703883
Carmópolis	SE	A2	3	18	2	10	2801504
Carmópolis de Minas	MG	A3	3	30	2	15	3114501
Carnaíba	PE	B3	4	40	4	30	2603900
Carnaúba dos Dantas	RN	B3	5	35	4	30	2402402
Carnaubais	RN	B3	4	70	4	30	2402501
Carnaubal	CE	B3	3	50	4	30	2303402
Carnaubeira da Penha	PE	B3	4	55	4	30	2603926
Carneirinho	MG	A3	2	30	2	15	3114550
Carneiros	AL	B3	3	70	4	30	2701803
Caroebe	RR	C2	3	100	5	70	1400233
Carolina	MA	B3	5	75	4	30	2102804
Carpina	PE	A2	2	14	2	10	2604007
Carrancas	MG	A2	2	30	2	10	3114600
Carrapateira	PB	B3	4	55	4	30	2504108
Carrasco Bonito	TO	B3	4	80	4	30	1703891
Caruaru	PE	A2	3	20	2	10	2604106
Carutapera	MA	C1	4	75	4	55	2102903
Carvalhópolis	MG	A3	2	30	2	15	3114709
Carvalhos	MG	A3	2	30	2	15	3114808
Casa Branca	SP	A2	2	18	2	10	3510807
Casa Grande	MG	A2	2	20	2	10	3114907
Casa Nova	BA	A2	4	65	2	10	2907202
Casca	RS	A2	1	20	2	10	4304903
Cascalho Rico	MG	A2	3	40	2	10	3115003
Cascavel	CE	A1	3	28	2	5	2303501
Cascavel	PR	A2	1	18	2	10	4104808
Caseara	TO	B2	4	80	3	25	1703909
Caseiros	RS	A3	3	25	2	15	4304952
Casimiro de Abreu	RJ	A2	3	18	2	10	3301306
Casinhas	PE	B3	3	26	4	30	2604155
Casserengue	PB	B3	3	16	4	30	2504157
Cássia	MG	A2	3	26	2	10	3115102
Cássia dos Coqueiros	SP	A2	2	16	2	10	3510906
Cassilândia	MS	A3	3	40	2	15	5002902
Castanhal	PA	B2	3	55	3	25	1502400
Castanheira	MT	B3	3	100	4	30	5102850
Castanheiras	RO	C1	3	60	4	55	1100908
Castelândia	GO	A2	3	30	2	10	5205059
Castelo	ES	A2	2	18	2	10	3201407
Castelo do Piauí	PI	B3	4	60	4	30	2202604
Castilho	SP	A3	1	35	2	15	3511003
Castro	PR	A2	2	16	2	10	4104907

Castro Alves	BA	A2	3	60	2	10	2907301
Cataguases	MG	A2	2	30	2	10	3115300
Catalão	GO	A3	3	40	2	15	5205109
Catanduva	SP	A2	2	16	2	10	3511102
Catanduvas	PR	A2	1	18	2	10	4105003
Catanduvas	SC	A3	2	18	2	15	4204004
Catarina	CE	B2	5	90	3	25	2303600
Catas Altas	MG	A2	2	20	2	10	3115359
Catas Altas da Noruega	MG	A2	2	20	2	10	3115409
Catende	PE	B3	2	14	4	30	2604205
Catiguá	SP	A2	2	16	2	10	3511201
Catingueira	PB	B2	4	60	3	25	2504207
Catolândia	BA	B2	4	65	3	25	2907400
Catolé do Rocha	PB	B3	4	60	4	30	2504306
Catu	BA	A1	2	7	2	5	2907509
Catuípe	RS	A2	2	20	2	10	4305009
Catuji	MG	A2	3	40	2	10	3115458
Catunda	CE	B2	5	55	3	25	2303659
Caturaí	GO	A1	2	20	2	5	5205208
Caturama	BA	B3	4	65	4	30	2907558
Caturité	PB	A2	5	60	2	10	2504355
Catuti	MG	A3	4	65	2	15	3115474
Caucaia	CE	A1	2	15	2	5	2303709
Cavalcante	GO	B3	4	70	4	30	5205307
Caxambu	MG	A3	2	30	2	15	3115508
Caxambu do Sul	SC	A2	1	20	2	10	4204103
Caxias	MA	A2	4	55	2	10	2103000
Caxias do Sul	RS	A2	2	12	2	10	4305108
Caxingó	PI	B2	3	55	3	25	2202653
Ceará-Mirim	RN	A1	2	20	2	5	2402600
Cedral	MA	C1	3	55	4	55	2103109
Cedral	SP	A2	2	20	2	10	3511300
Cedro	CE	B2	4	40	3	25	2303808
Cedro	PE	B3	4	65	4	30	2604304
Cedro de São João	SE	B3	4	40	4	30	2801603
Cedro do Abaeté	MG	A3	3	40	2	15	3115607
Celso Ramos	SC	A3	3	20	2	15	4204152
Centenário	RS	A2	1	20	2	10	4305116
Centenário	TO	B3	4	80	4	30	1704105
Centenário do Sul	PR	A2	1	12	2	10	4105102
Central	BA	B3	4	65	4	30	2907608
Central de Minas	MG	A3	2	30	2	15	3115706
Central do Maranhão	MA	C1	3	55	4	55	2103125
Centralina	MG	A2	2	20	2	10	3115805
Centro do Guilherme	MA	C1	4	75	4	55	2103158
Centro Novo do Maranhão	MA	C1	4	75	4	55	2103174
Cerejeiras	RO	B3	3	60	4	30	1100056
Ceres	GO	A3	2	20	2	15	5205406
Cerqueira César	SP	A2	2	22	2	10	3511409
Cerquilho	SP	A2	2	20	2	10	3511508
Cerrito	RS	A2	2	16	2	10	4305124
Cerro Azul	PR	A1	3	30	2	5	4105201
Cerro Branco	RS	A2	2	20	2	10	4305132
Cerro Corá	RN	B3	5	30	4	30	2402709
Cerro Grande	RS	A2	2	16	2	10	4305157
Cerro Grande do Sul	RS	A3	2	16	2	15	4305173
Cerro Largo	RS	B3	1	20	4	30	4305207
Cerro Negro	SC	A2	3	24	2	10	4204178
Cesário Lange	SP	A2	2	18	2	10	3511607
Céu Azul	PR	A2	1	18	2	10	4105300
Cezarina	GO	A3	3	22	2	15	5205455
Chã de Alegria	PE	A2	2	14	2	10	2604403
Chã Grande	PE	A2	3	20	2	10	2604502
Chã Preta	AL	B3	3	16	4	30	2701902
Chácara	MG	A2	2	24	2	10	3115904
Chalé	MG	A3	2	24	2	15	3116001
Chapada	RS	A2	2	16	2	10	4305306
Chapada da Natividade	TO	B2	4	80	3	25	1705102
Chapada de Areia	TO	B2	4	80	3	25	1704600
Chapada do Norte	MG	A3	3	40	2	15	3116100
Chapada dos Guimarães	MT	A2	3	90	2	10	5103007
Chapada Gaúcha	MG	A3	4	65	2	15	3116159
Chapadão do Céu	GO	A2	3	40	2	10	5205471
Chapadão do Lageado	SC	A3	1	18	2	15	4204194
Chapadão do Sul	MS	A3	3	40	2	15	5002951
Chapadinha	MA	B3	4	70	4	30	2103208
Chapecó	SC	A2	1	20	2	10	4204202
Charqueada	SP	A2	2	10	2	10	3511706
Charqueadas	RS	A3	2	14	2	15	4305355
Charrua	RS	A2	1	20	2	10	4305371
Chaval	CE	B3	3	55	4	30	2303907
Chavantes	SP	A2	2	20	2	10	3557204
Chaves	PA	C1	5	65	4	55	1502509
Chiador	MG	A2	2	24	2	10	3116209
Chiapetta	RS	A2	1	20	2	10	4305405
Chopinzinho	PR	A3	1	20	2	15	4105409
Choró	CE	B3	4	50	4	30	2303931
Chorozinho	CE	A1	3	16	2	5	2303956
Chorrochó	BA	B2	4	65	3	25	2907707
Chuí	RS	A2	2	40	2	10	4305439
Chupinguaia	RO	B3	3	60	4	30	1100924
Chuvisca	RS	A3	2	16	2	15	4305447
Cianorte	PR	A3	1	20	2	15	4105508
Cícero Dantas	BA	B3	3	30	4	30	2907806
Cidade Gaúcha	PR	A2	1	22	2	10	4105607
Cidade Ocidental	GO	A2	3	40	2	10	5205497
Cidelândia	MA	B2	4	75	3	25	2103257
Cidreira	RS	A3	2	18	2	15	4305454
Cipó	BA	B3	3	30	4	30	2907905
Cipotânea	MG	A2	2	22	2	10	3116308
Ciríaco	RS	A2	1	20	2	10	4305504
Claraval	MG	A2	2	28	2	10	3116407
Claro dos Poções	MG	A2	4	50	2	10	3116506
Cláudia	MT	B3	3	100	4	30	5103056
Cláudio	MG	A2	3	30	2	10	3116605
Clementina	SP	A2	2	30	2	10	3511904

Clevelândia	PR	A3	2	24	2	15	4105706
Coaraci	BA	A2	2	20	2	10	2908002
Coari	AM	C1	3	100	4	55	1301209
Cocal	PI	B2	4	60	3	25	2202703
Cocal de Telha	PI	B3	4	55	4	30	2202711
Cocal do Sul	SC	A2	1	14	2	10	4204251
Cocal dos Alves	PI	B2	4	60	3	25	2202729
Cocalinho	MT	B3	3	80	4	30	5103106
Cocalzinho de Goiás	GO	A2	3	35	2	10	5205513
Cocos	BA	B3	4	65	4	30	2908101
Codajás	AM	C1	3	100	4	55	1301308
Codó	MA	B2	4	60	3	25	2103307
Coelho Neto	MA	A2	3	70	2	10	2103406
Coimbra	MG	A3	2	28	2	15	3116704
Coité do Nóia	AL	A2	3	15	2	10	2702009
Coivaras	PI	A1	3	30	2	5	2202737
Colares	PA	A1	3	55	2	5	1502608
Colatina	ES	A2	2	18	2	10	3201506
Colíder	MT	B3	3	90	4	30	5103205
Colina	SP	A2	1	18	2	10	3512001
Colinas	MA	B3	3	70	4	30	2103505
Colinas	RS	A3	1	18	2	15	4305587
Colinas do Sul	GO	B3	4	70	4	30	5205521
Colinas do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1705508
Colméia	TO	B3	4	80	4	30	1716703
Colniza	MT	B3	3	100	4	30	5103254
Colômbia	SP	A2	1	22	2	10	3512100
Colombo	PR	A1	1	10	2	5	4105805
Colônia do Gurguéia	PI	B3	4	70	4	30	2202752
Colônia do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2202778
Colônia Leopoldina	AL	B3	3	16	4	30	2702108
Colorado	PR	A2	1	16	2	10	4105904
Colorado	RS	A2	1	20	2	10	4305603
Colorado do Oeste	RO	B3	3	60	4	30	1100064
Coluna	MG	A3	3	30	2	15	3116803
Combinado	TO	B3	4	80	4	30	1705557
Comendador Gomes	MG	A3	2	30	2	15	3116902
Comendador Levy Gasparian	RJ	A2	3	28	2	10	3300951
Comercinho	MG	A3	4	65	2	15	3117009
Comodoro	MT	B3	3	100	4	30	5103304
Conceição	PB	B3	4	60	4	30	2504405
Conceição da Aparecida	MG	A3	3	26	2	15	3117108
Conceição da Barra	ES	A2	2	20	2	10	3201605
Conceição da Barra de Minas	MG	A2	2	30	2	10	3115201
Conceição da Feira	BA	A2	2	30	2	10	2908200
Conceição das Alagoas	MG	A2	2	24	2	10	3117306
Conceição das Pedras	MG	A2	2	30	2	10	3117207
Conceição de Ipanema	MG	A3	2	30	2	15	3117405
Conceição de Macabu	RJ	A2	2	12	2	10	3301405
Conceição do Almeida	BA	A2	2	30	2	10	2908309
Conceição do Araguaia	PA	B3	4	75	4	30	1502707
Conceição do Canindé	PI	B3	4	70	4	30	2202802
Conceição do Castelo	ES	A3	2	18	2	15	3201704
Conceição do Coité	BA	B3	3	50	4	30	2908408
Conceição do Jacuípe	BA	A2	2	30	2	10	2908507
Conceição do Lago-Açu	MA	B2	3	60	3	25	2103554
Conceição do Mato Dentro	MG	A2	2	20	2	10	3117504
Conceição do Pará	MG	A2	3	35	2	10	3117603
Conceição do Rio Verde	MG	A3	2	30	2	15	3117702
Conceição do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1705607
Conceição dos Ouros	MG	A2	2	30	2	10	3117801
Conchal	SP	A2	1	12	2	10	3512209
Conchas	SP	A2	2	30	2	10	3512308
Concórdia	SC	A3	2	18	2	15	4204301
Concórdia do Pará	PA	A1	4	55	2	5	1502756
Condado	PB	B2	4	55	3	25	2504504
Condado	PE	A2	2	14	2	10	2604601
Conde	BA	A2	3	30	2	10	2908606
Conde	PB	A2	2	10	2	10	2504603
Condeúba	BA	A2	4	65	2	10	2908705
Condor	RS	A2	1	20	2	10	4305702
Cônego Marinho	MG	A3	4	65	2	15	3117836
Confins	MG	A1	1	7	2	5	3117876
Confresa	MT	B3	3	80	4	30	5103353
Congo	PB	B3	5	55	4	30	2504702
Congonhal	MG	A2	2	30	2	10	3117900
Congonhas	MG	A2	2	20	2	10	3118007
Congonhas do Norte	MG	A2	2	20	2	10	3118106
Congonhinhas	PR	A3	1	18	2	15	4106001
Conquista	MG	A2	2	24	2	10	3118205
Conquista D'Oeste	MT	B3	3	100	4	30	5103361
Conselheiro Lafaiete	MG	A2	2	20	2	10	3118304
Conselheiro Mairinck	PR	A3	2	18	2	15	4106100
Conselheiro Pena	MG	A2	2	30	2	10	3118403
Consolação	MG	A2	2	30	2	10	3118502
Constantina	RS	A2	1	20	2	10	4305801
Contagem	MG	A1	1	7	2	5	3118601
Contenda	PR	A1	1	12	2	5	4106209
Contendas do Sincorá	BA	A2	4	65	2	10	2908804
Coqueiral	MG	A2	3	26	2	10	3118700
Coqueiro Baixo	RS	A3	1	18	2	15	4305835
Coqueiro Seco	AL	A1	2	12	2	5	2702207
Coqueiros do Sul	RS	A2	2	16	2	10	4305850
Coração de Jesus	MG	A2	4	50	2	10	3118809
Coração de Maria	BA	A2	3	15	2	10	2908903
Corbélia	PR	A2	1	18	2	10	4106308
Cordeiro	RJ	A2	3	35	2	10	3301504
Cordeirópolis	SP	A2	1	10	2	10	3512407
Cordeiros	BA	A2	4	65	2	10	2909000
Cordilheira Alta	SC	A2	1	20	2	10	4204350
Cordisburgo	MG	A2	3	20	2	10	3118908
Cordislândia	MG	A2	2	30	2	10	3119005
Coreaú	CE	B2	4	55	3	25	2304004
Coremas	PB	B2	4	55	3	25	2504801
Corguinho	MS	A1	3	35	2	5	5003108
Coribe	BA	B3	4	65	4	30	2909109

Corinto	MG	A3	3	50	2	15	3119104
Cornélio Procópio	PR	A3	1	18	2	15	4106407
Coroaci	MG	A2	3	24	2	10	3119203
Coroados	SP	A2	2	30	2	10	3512506
Coroatá	MA	B2	4	70	3	25	2103604
Coromandel	MG	A3	3	40	2	15	3119302
Coronel Barros	RS	A2	1	20	2	10	4305871
Coronel Bicaco	RS	A2	2	16	2	10	4305900
Coronel Domingos Soares	PR	A3	2	24	2	15	4106456
Coronel Ezequiel	RN	B3	4	30	4	30	2402808
Coronel Fabriciano	MG	A2	2	20	2	10	3119401
Coronel Freitas	SC	A2	1	20	2	10	4204400
Coronel João Pessoa	RN	B3	4	50	4	30	2402907
Coronel João Sá	BA	B3	4	70	4	30	2909208
Coronel José Dias	PI	B3	4	70	4	30	2202851
Coronel Macedo	SP	A2	2	20	2	10	3512605
Coronel Martins	SC	A3	1	20	2	15	4204459
Coronel Murta	MG	A3	4	65	2	15	3119500
Coronel Pacheco	MG	A2	2	24	2	10	3119609
Coronel Pilar	RS	A2	2	12	2	10	4305934
Coronel Sapucaia	MS	A2	2	45	2	10	5003157
Coronel Vivida	PR	A3	1	20	2	15	4106506
Coronel Xavier Chaves	MG	A2	2	22	2	10	3119708
Córrego Danta	MG	A3	3	35	2	15	3119807
Córrego do Bom Jesus	MG	A2	2	30	2	10	3119906
Córrego do Ouro	GO	A3	2	26	2	15	5205703
Córrego Fundo	MG	A3	3	30	2	15	3119955
Córrego Novo	MG	A2	2	20	2	10	3120003
Correia Pinto	SC	A2	3	20	2	10	4204558
Corrente	PI	B3	4	75	4	30	2202901
Correntes	PE	A2	3	45	2	10	2604700
Correntina	BA	B3	4	65	4	30	2909307
Cortês	PE	B3	2	16	4	30	2604809
Corumbá	MS	B2	5	110	3	25	5003207
Corumbá de Goiás	GO	A2	3	35	2	10	5205802
Corumbaíba	GO	A2	3	45	2	10	5205901
Corumbataí	SP	A2	2	18	2	10	3512704
Corumbataí do Sul	PR	A2	1	20	2	10	4106555
Corumbiara	RO	B3	3	60	4	30	1100072
Corupá	SC	A2	1	12	2	10	4204509
Coruripe	AL	B3	2	30	4	30	2702306
Cosmópolis	SP	A1	1	10	2	5	3512803
Cosmorama	SP	A2	1	30	2	10	3512902
Costa Marques	RO	B2	3	60	3	25	1100080
Costa Rica	MS	B3	3	70	4	30	5003256
Cotegipe	BA	B2	4	65	3	25	2909406
Cotia	SP	A1	1	5	2	5	3513009
Cotiporã	RS	A2	2	12	2	10	4305959
Cotriguaçu	MT	B3	3	100	4	30	5103379
Couto de Magalhães de Minas	MG	A3	3	40	2	15	3120102
Couto Magalhães	TO	B3	4	80	4	30	1706001
Coxilha	RS	A2	2	16	2	10	4305975
Coxim	MS	B3	3	60	4	30	5003306
Coxixola	PB	B3	5	55	4	30	2504850
Craíbas	AL	A2	3	15	2	10	2702355
Crateús	CE	B3	5	80	4	30	2304103
Crato	CE	A2	4	26	2	10	2304202
Cravinhos	SP	A2	1	12	2	10	3513108
Cravolândia	BA	A2	3	35	2	10	2909505
Criciúma	SC	A2	1	14	2	10	4204608
Crisólita	MG	A3	3	60	2	15	3120151
Crisópolis	BA	A2	3	30	2	10	2909604
Crissiumal	RS	A3	1	20	2	15	4306007
Cristais	MG	A3	3	30	2	15	3120201
Cristais Paulista	SP	A2	2	16	2	10	3513207
Cristal	RS	A3	2	16	2	15	4306056
Cristal do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4306072
Cristalândia	TO	B2	4	80	3	25	1706100
Cristalândia do Piauí	PI	B3	4	75	4	30	2203008
Cristália	MG	A2	4	50	2	10	3120300
Cristalina	GO	A2	3	40	2	10	5206206
Cristiano Otoni	MG	A2	2	20	2	10	3120409
Cristianópolis	GO	A2	3	35	2	10	5206305
Cristina	MG	A3	2	30	2	15	3120508
Cristinápolis	SE	B3	3	35	4	30	2801702
Cristino Castro	PI	B3	4	70	4	30	2203107
Cristópolis	BA	B2	4	65	3	25	2909703
Crixás	GO	A3	4	60	2	15	5206404
Crixás do Tocantins	TO	A2	4	80	2	10	1706258
Croatá	CE	B3	3	45	4	30	2304236
Cromínia	GO	A2	3	35	2	10	5206503
Crucilândia	MG	A3	2	20	2	15	3120607
Cruz	CE	B3	3	55	4	30	2304251
Cruz Alta	RS	A2	2	20	2	10	4306106
Cruz das Almas	BA	A2	2	30	2	10	2909802
Cruz do Espírito Santo	PB	A2	2	10	2	10	2504900
Cruz Machado	PR	A3	2	24	2	15	4106803
Cruzália	SP	A2	2	20	2	10	3513306
Cruzaltense	RS	A2	1	20	2	10	4306130
Cruzeiro	SP	A2	3	24	2	10	3513405
Cruzeiro da Fortaleza	MG	A3	3	40	2	15	3120706
Cruzeiro do Iguaçu	PR	A3	1	20	2	15	4106571
Cruzeiro do Oeste	PR	A2	1	22	2	10	4106605
Cruzeiro do Sul	AC	C1	3	100	4	55	1200203
Cruzeiro do Sul	PR	A2	1	24	2	10	4106704
Cruzeiro do Sul	RS	A3	1	18	2	15	4306205
Cruzeta	RN	B3	5	40	4	30	2403004
Cruzília	MG	A3	2	30	2	15	3120805
Cruzmaltina	PR	A3	1	18	2	15	4106852
Cubatão	SP	A2	3	10	2	10	3513504
Cubati	PB	A2	5	28	2	10	2505006
Cuiabá	MT	A2	3	30	2	10	5103403
Cuité	PB	B3	3	35	4	30	2505105
Cuité de Mamanguape	PB	A2	2	10	2	10	2505238
Cuitegi	PB	B3	2	35	4	30	2505204
Cujubim	RO	A2	3	60	2	10	1100940

Cumari	GO	A3	3	45	2	15	5206602
Cumaru	PE	A2	3	30	2	10	2604908
Cumaru do Norte	PA	B3	3	75	4	30	1502764
Cumbe	SE	A2	4	40	2	10	2801900
Cunha	SP	A2	3	40	2	10	3513603
Cunha Porã	SC	A2	1	18	2	10	4204707
Cunhataí	SC	A2	1	18	2	10	4204756
Cuparaque	MG	A3	2	30	2	15	3120839
Cupira	PE	A2	3	35	2	10	2605004
Curaçá	BA	A2	4	65	2	10	2909901
Curimatá	PI	B3	4	75	4	30	2203206
Curionópolis	PA	B3	4	70	4	30	1502772
Curitiba	PR	A1	1	5	2	5	4106902
Curitibanos	SC	A3	3	24	2	15	4204806
Curiúva	PR	A2	2	18	2	10	4107009
Currais	PI	B3	4	70	4	30	2203230
Currais Novos	RN	B3	5	30	4	30	2403103
Curral de Cima	PB	B3	2	10	4	30	2505279
Curral de Dentro	MG	A3	4	65	2	15	3120870
Curral Novo do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2203271
Curral Velho	PB	B3	4	55	4	30	2505303
Curralinho	PA	C1	4	70	4	55	1502806
Curralinhos	PI	A1	3	30	2	5	2203255
Curuá	PA	C1	3	75	4	55	1502855
Curuçá	PA	B2	3	55	3	25	1502905
Cururupu	MA	C1	3	55	4	55	2103703
Curvelândia	MT	B2	3	80	3	25	5103437
Curvelo	MG	A3	3	40	2	15	3120904
Custódia	PE	B3	4	65	4	30	2605103
Cutias	AP	C1	3	50	4	55	1600212
Damianópolis	GO	B3	4	70	4	30	5206701
Damião	PB	B3	3	30	4	30	2505352
Damolândia	GO	A2	2	30	2	10	5206800
Darcinópolis	TO	B2	4	80	3	25	1706506
Dário Meira	BA	A2	3	35	2	10	2910008
Datas	MG	A3	3	40	2	15	3121001
David Canabarro	RS	A2	1	20	2	10	4306304
Davinópolis	GO	A3	3	30	2	15	5206909
Davinópolis	MA	B2	4	75	3	25	2103752
Delfim Moreira	MG	A2	2	30	2	10	3121100
Delfinópolis	MG	A2	3	26	2	10	3121209
Delmiro Gouveia	AL	B3	4	70	4	30	2702405
Delta	MG	A2	2	24	2	10	3121258
Demerval Lobão	PI	A1	3	30	2	5	2203305
Denise	MT	B3	3	80	4	30	5103452
Deodápolis	MS	A2	2	30	2	10	5003454
Deputado Irapuan Pinheiro	CE	B3	4	55	4	30	2304269
Derrubadas	RS	A3	1	20	2	15	4306320
Descalvado	SP	A2	2	12	2	10	3513702
Descanso	SC	A3	1	18	2	15	4204905
Descoberto	MG	A2	2	24	2	10	3121308
Desterro	PB	B2	4	40	3	25	2505402
Desterro de Entre Rios	MG	A2	2	30	2	10	3121407
Desterro do Melo	MG	A2	2	22	2	10	3121506
Dezesseis de Novembro	RS	A2	2	20	2	10	4306353
Diadema	SP	A1	1	7	2	5	3513801
Diamante	PB	B3	4	55	4	30	2505600
Diamante D'Oeste	PR	A2	1	18	2	10	4107157
Diamante do Norte	PR	A2	1	24	2	10	4107108
Diamante do Sul	PR	A2	1	20	2	10	4107124
Diamantina	MG	A3	3	40	2	15	3121605
Diamantino	MT	B3	3	100	4	30	5103502
Dianópolis	TO	B3	4	80	4	30	1707009
Dias d'Ávila	BA	A1	2	7	2	5	2910057
Dilermando de Aguiar	RS	A2	2	22	2	10	4306379
Diogo de Vasconcelos	MG	A3	2	26	2	15	3121704
Dionísio	MG	A2	2	20	2	10	3121803
Dionísio Cerqueira	SC	A3	1	20	2	15	4205001
Diorama	GO	A3	3	50	2	15	5207105
Dirce Reis	SP	A3	1	22	2	15	3513850
Dirceu Arcoverde	PI	B3	4	70	4	30	2203354
Divina Pastora	SE	A2	3	30	2	10	2802007
Divinésia	MG	A2	2	30	2	10	3121902
Divino	MG	A2	2	24	2	10	3122009
Divino das Laranjeiras	MG	A2	2	30	2	10	3122108
Divino de São Lourenço	ES	A3	2	20	2	15	3201803
Divinolândia	SP	A2	2	22	2	10	3513900
Divinolândia de Minas	MG	A3	3	24	2	15	3122207
Divinópolis	MG	A2	2	20	2	10	3122306
Divinópolis de Goiás	GO	B3	4	70	4	30	5208301
Divinópolis do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1707108
Divisa Alegre	MG	A3	4	65	2	15	3122355
Divisa Nova	MG	A3	3	26	2	15	3122405
Divisópolis	MG	A3	3	60	2	15	3122454
Dobrada	SP	A2	2	12	2	10	3514007
Dois Córregos	SP	A2	2	18	2	10	3514106
Dois Irmãos	RS	A1	1	18	2	5	4306403
Dois Irmãos das Missões	RS	A2	1	20	2	10	4306429
Dois Irmãos do Buriti	MS	A1	3	90	2	5	5003488
Dois Irmãos do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1707207
Dois Lajeados	RS	A3	1	20	2	15	4306452

Dois Riachos	AL	B3	3	70	4	30	2702504
Dois Vizinhos	PR	A3	1	20	2	15	4107207
Dolcinópolis	SP	A3	1	30	2	15	3514205
Dom Aquino	MT	A2	3	60	2	10	5103601
Dom Basílio	BA	B3	4	65	4	30	2910107
Dom Bosco	MG	A3	4	50	2	15	3122470
Dom Cavati	MG	A2	2	20	2	10	3122504
Dom Eliseu	PA	B3	4	55	4	30	1502939
Dom Expedito Lopes	PI	B3	4	70	4	30	2203404
Dom Feliciano	RS	A3	2	16	2	15	4306502
Dom Inocêncio	PI	B3	4	70	4	30	2203453
Dom Joaquim	MG	A3	3	30	2	15	3122603
Dom Macedo Costa	BA	A2	2	30	2	10	2910206
Dom Pedrito	RS	A2	2	28	2	10	4306601
Dom Pedro	MA	B3	3	70	4	30	2103802
Dom Pedro de Alcântara	RS	A3	2	18	2	15	4306551
Dom Silvério	MG	A3	2	26	2	15	3122702
Dom Viçoso	MG	A3	2	30	2	15	3122801
Domingos Martins	ES	A3	2	18	2	15	3201902
Domingos Mourão	PI	B2	4	60	3	25	2203420
Dona Emma	SC	A3	1	18	2	15	4205100
Dona Euzébia	MG	A2	2	30	2	10	3122900
Dona Francisca	RS	A2	1	20	2	10	4306700
Dona Inês	PB	B3	3	30	4	30	2505709
Dores de Campos	MG	A2	2	30	2	10	3123007
Dores de Guanhães	MG	A3	3	30	2	15	3123106
Dores do Indaiá	MG	A3	3	35	2	15	3123205
Dores do Rio Preto	ES	A3	2	20	2	15	3202009
Dores do Turvo	MG	A2	2	28	2	10	3123304
Doresópolis	MG	A3	3	35	2	15	3123403
Dormentes	PE	A2	4	55	2	10	2605152
Douradina	MS	A2	2	30	2	10	5003504
Douradina	PR	A2	1	22	2	10	4107256
Dourado	SP	A2	2	14	2	10	3514304
Douradoquara	MG	A3	3	40	2	15	3123502
Dourados	MS	A2	2	30	2	10	5003702
Doutor Camargo	PR	A2	1	16	2	10	4107306
Doutor Maurício Cardoso	RS	A3	1	20	2	15	4306734
Doutor Pedrinho	SC	A2	1	12	2	10	4205159
Doutor Ricardo	RS	A3	1	18	2	15	4306759
Doutor Severiano	RN	B3	4	50	4	30	2403202
Doutor Ulysses	PR	A1	3	30	2	5	4128633
Doverlândia	GO	A2	3	60	2	10	5207253
Dracena	SP	A3	2	20	2	15	3514403
Duartina	SP	A2	2	12	2	10	3514502
Duas Barras	RJ	A2	2	26	2	10	3301603
Duas Estradas	PB	B3	2	35	4	30	2505808
Dueré	TO	A2	4	80	2	10	1707306
Dumont	SP	A2	1	12	2	10	3514601
Duque Bacelar	MA	A2	3	70	2	10	2103901
Duque de Caxias	RJ	A1	2	10	2	5	3301702
Durandé	MG	A3	2	24	2	15	3123528
Echaporã	SP	A2	2	20	2	10	3514700
Ecoporanga	ES	A3	2	50	2	15	3202108
Edealina	GO	A2	3	30	2	10	5207352
Edéia	GO	A3	3	30	2	15	5207402
Eirunepé	AM	C1	3	100	4	55	1301407
Eldorado	MS	A3	2	45	2	15	5003751
Eldorado	SP	A3	3	16	2	15	3514809
Eldorado do Carajás	PA	B3	4	70	4	30	1502954
Eldorado do Sul	RS	A1	1	14	2	5	4306767
Elesbão Veloso	PI	B3	4	70	4	30	2203503
Elias Fausto	SP	A1	1	10	2	5	3514908
Eliseu Martins	PI	B3	4	70	4	30	2203602
Elisiário	SP	A2	2	16	2	10	3514924
Elísio Medrado	BA	A2	3	50	2	10	2910305
Elói Mendes	MG	A2	3	26	2	10	3123601
Emas	PB	B2	4	60	3	25	2505907
Embaúba	SP	A2	2	16	2	10	3514957
Embu das Artes	SP	A1	1	5	2	5	3515004
Embu-Guaçu	SP	A1	1	5	2	5	3515103
Emilianópolis	SP	A2	2	22	2	10	3515129
Encantado	RS	A3	1	18	2	15	4306809
Encanto	RN	B3	4	50	4	30	2403301
Encruzilhada	BA	A2	3	50	2	10	2910404
Encruzilhada do Sul	RS	A2	2	35	2	10	4306908
Enéas Marques	PR	A3	1	20	2	15	4107405
Engenheiro Beltrão	PR	A2	1	20	2	10	4107504
Engenheiro Caldas	MG	A2	2	20	2	10	3123700
Engenheiro Coelho	SP	A2	1	10	2	10	3515152
Engenheiro Navarro	MG	A2	4	40	2	10	3123809
Engenheiro Paulo de Frontin	RJ	A2	3	14	2	10	3301801
Engenho Velho	RS	A2	1	20	2	10	4306924
Entre Folhas	MG	A2	2	20	2	10	3123858
Entre Rios	BA	A2	3	30	2	10	2910503
Entre Rios	SC	A3	1	20	2	15	4205175
Entre Rios de Minas	MG	A2	2	30	2	10	3123908
Entre Rios do Oeste	PR	A2	1	18	2	10	4107538
Entre Rios do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4306957
Entre-Ijuís	RS	A2	2	20	2	10	4306932
Envira	AM	C1	3	100	4	55	1301506
Epitaciolândia	AC	C1	3	100	4	55	1200252
Equador	RN	B3	5	30	4	30	2403400
Erebango	RS	A2	1	20	2	10	4306973
Erechim	RS	A2	1	20	2	10	4307005
Ererê	CE	B3	4	55	4	30	2304277
Érico Cardoso	BA	B3	4	65	4	30	2900504
Ermo	SC	A3	1	18	2	15	4205191
Ernestina	RS	A2	2	16	2	10	4307054
Erval Grande	RS	A2	1	20	2	10	4307203
Erval Seco	RS	A3	1	20	2	15	4307302
Erval Velho	SC	A3	2	20	2	15	4205209
Ervália	MG	A3	2	28	2	15	3124005
Escada	PE	B3	2	14	4	30	2605202
Esmeralda	RS	A3	3	25	2	15	4307401
Esmeraldas	MG	A1	1	7	2	5	3124104

Espera Feliz	MG	A2	2	24	2	10	3124203
Esperança	PB	A2	3	12	2	10	2506004
Esperança do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4307450
Esperança Nova	PR	A2	1	20	2	10	4107520
Esperantina	PI	B3	3	55	4	30	2203701
Esperantina	TO	B3	4	80	4	30	1707405
Esperantinópolis	MA	B2	3	50	3	25	2104008
Espigão Alto do Iguaçu	PR	A2	2	20	2	10	4107546
Espigão D'Oeste	RO	C1	3	60	4	55	1100098
Espinosa	MG	A3	4	65	2	15	3124302
Espírito Santo	RN	B3	2	20	4	30	2403509
Espírito Santo do Dourado	MG	A2	2	30	2	10	3124401
Espírito Santo do Pinhal	SP	A2	2	22	2	10	3515186
Espírito Santo do Turvo	SP	A2	2	20	2	10	3515194
Esplanada	BA	A2	3	30	2	10	2910602
Espumoso	RS	A2	2	18	2	10	4307500
Estação	RS	A2	1	20	2	10	4307559
Estância	SE	B3	2	10	4	30	2802106
Estância Velha	RS	A1	1	7	2	5	4307609
Esteio	RS	A1	1	7	2	5	4307708
Estiva	MG	A2	2	30	2	10	3124500
Estiva Gerbi	SP	A2	2	18	2	10	3557303
Estreito	MA	B2	5	75	3	25	2104057
Estrela	RS	A3	1	18	2	15	4307807
Estrela d'Oeste	SP	A2	1	26	2	10	3515202
Estrela Dalva	MG	A2	2	30	2	10	3124609
Estrela de Alagoas	AL	B3	3	35	4	30	2702553
Estrela do Indaiá	MG	A3	3	35	2	15	3124708
Estrela do Norte	GO	B3	4	50	4	30	5207501
Estrela do Norte	SP	A2	2	22	2	10	3515301
Estrela do Sul	MG	A3	3	40	2	15	3124807
Estrela Velha	RS	A2	1	20	2	10	4307815
Euclides da Cunha	BA	B3	3	50	4	30	2910701
Euclides da Cunha Paulista	SP	A2	2	30	2	10	3515350
Eugênio de Castro	RS	A2	2	20	2	10	4307831
Eugenópolis	MG	A2	2	28	2	10	3124906
Eunápolis	BA	A2	3	35	2	10	2910727
Eusébio	CE	A1	2	10	2	5	2304285
Ewbank da Câmara	MG	A2	2	24	2	10	3125002
Extrema	MG	A2	2	30	2	10	3125101
Extremoz	RN	A1	2	20	2	5	2403608
Exu	PE	B3	4	70	4	30	2605301
Fagundes	PB	A2	3	20	2	10	2506103
Fagundes Varela	RS	A2	2	12	2	10	4307864
Faina	GO	A3	3	45	2	15	5207535
Fama	MG	A3	3	26	2	15	3125200
Faria Lemos	MG	A2	2	28	2	10	3125309
Farias Brito	CE	A2	4	50	2	10	2304301
Faro	PA	C1	3	75	4	55	1503002
Farol	PR	A2	1	18	2	10	4107553
Farroupilha	RS	A2	2	12	2	10	4307906
Fartura	SP	A2	2	20	2	10	3515400
Fartura do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2203750
Fátima	BA	B3	3	30	4	30	2910750
Fátima	TO	B2	4	80	3	25	1707553
Fátima do Sul	MS	A2	2	30	2	10	5003801
Faxinal	PR	A3	1	18	2	15	4107603
Faxinal do Soturno	RS	A2	1	20	2	10	4308003
Faxinal dos Guedes	SC	A3	1	20	2	15	4205308
Faxinalzinho	RS	A2	1	20	2	10	4308052
Fazenda Nova	GO	A3	2	30	2	15	5207600
Fazenda Rio Grande	PR	A1	1	12	2	5	4107652
Fazenda Vilanova	RS	A3	1	18	2	15	4308078
Feijó	AC	C1	3	100	4	55	1200302
Feira da Mata	BA	B3	4	65	4	30	2910776
Feira de Santana	BA	A2	3	30	2	10	2910800
Feira Grande	AL	A2	3	15	2	10	2702603
Feira Nova	PE	A3	3	20	2	15	2605400
Feira Nova	SE	B3	4	70	4	30	2802205
Feira Nova do Maranhão	MA	B3	5	75	4	30	2104073
Felício dos Santos	MG	A3	3	40	2	15	3125408
Felipe Guerra	RN	A2	4	55	2	10	2403707
Felisburgo	MG	A3	3	60	2	15	3125606
Felixlândia	MG	A3	3	40	2	15	3125705
Feliz	RS	A2	1	18	2	10	4308102
Feliz Deserto	AL	B3	3	60	4	30	2702702
Feliz Natal	MT	B3	3	90	4	30	5103700
Fênix	PR	A2	1	20	2	10	4107702
Fernandes Pinheiro	PR	A3	2	16	2	15	4107736
Fernandes Tourinho	MG	A2	2	20	2	10	3125804
Fernando de Noronha	PE	A1	2	14	2	5	2605459
Fernando Falcão	MA	B3	4	70	4	30	2104081
Fernando Pedroza	RN	B3	5	60	4	30	2403756
Fernando Prestes	SP	A2	1	14	2	10	3515608
Fernandópolis	SP	A2	1	26	2	10	3515509
Fernão	SP	A2	2	14	2	10	3515657
Ferraz de Vasconcelos	SP	A1	1	5	2	5	3515707
Ferreira Gomes	AP	B2	3	50	3	25	1600238
Ferreiros	PE	A2	2	14	2	10	2605509
Ferros	MG	A2	2	20	2	10	3125903
Fervedouro	MG	A2	2	28	2	10	3125952
Figueira	PR	A3	2	18	2	15	4107751
Figueirão	MS	B3	3	70	4	30	5003900
Figueirópolis	TO	A2	4	80	2	10	1707652
Figueirópolis D'Oeste	MT	B3	3	80	4	30	5103809
Filadélfia	BA	B3	4	65	4	30	2910859
Filadélfia	TO	B2	4	80	3	25	1707702
Firmino Alves	BA	A2	2	20	2	10	2910909
Firminópolis	GO	A3	2	30	2	15	5207808
Flexeiras	AL	A1	3	16	2	5	2702801
Flor da Serra do Sul	PR	A3	1	20	2	15	4107850
Flor do Sertão	SC	A3	1	20	2	15	4205357
Flora Rica	SP	A3	2	22	2	15	3515806
Floraí	PR	A2	1	16	2	10	4107801
Florânia	RN	B3	5	35	4	30	2403806
Floreal	SP	A2	1	35	2	10	3515905

Flores	PE	B3	4	40	4	30	2605608
Flores da Cunha	RS	A2	2	12	2	10	4308201
Flores de Goiás	GO	B3	4	70	4	30	5207907
Flores do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2203800
Floresta	PE	B3	4	55	4	30	2605707
Floresta	PR	A2	1	16	2	10	4107900
Floresta Azul	BA	A2	2	20	2	10	2911006
Floresta do Araguaia	PA	B3	4	75	4	30	1503044
Floresta do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2203859
Florestal	MG	A1	2	20	2	5	3126000
Florestópolis	PR	A2	1	14	2	10	4108007
Floriano	PI	B3	4	70	4	30	2203909
Floriano Peixoto	RS	A2	1	20	2	10	4308250
Florianópolis	SC	A2	1	7	2	10	4205407
Flórida	PR	A2	1	14	2	10	4108106
Flórida Paulista	SP	A3	2	22	2	15	3516002
Florínea	SP	A2	2	20	2	10	3516101
Fonte Boa	AM	C1	3	100	4	55	1301605
Fontoura Xavier	RS	A3	1	20	2	15	4308300
Formiga	MG	A3	3	30	2	15	3126109
Formigueiro	RS	A2	2	22	2	10	4308409
Formosa	GO	A2	3	40	2	10	5208004
Formosa da Serra Negra	MA	B3	4	70	4	30	2104099
Formosa do Oeste	PR	A2	1	18	2	10	4108205
Formosa do Rio Preto	BA	B2	4	65	3	25	2911105
Formosa do Sul	SC	A2	1	18	2	10	4205431
Formoso	GO	B3	4	50	4	30	5208103
Formoso	MG	A3	4	65	2	15	3126208
Formoso do Araguaia	TO	A2	4	80	2	10	1708205
Forquetinha	RS	A3	1	18	2	15	4308433
Forquilha	CE	B2	4	50	3	25	2304350
Forquilhinha	SC	A2	1	14	2	10	4205456
Fortaleza	CE	A1	2	5	2	5	2304400
Fortaleza de Minas	MG	A2	2	28	2	10	3126307
Fortaleza do Tabocão	TO	B3	4	80	4	30	1708254
Fortaleza dos Nogueiras	MA	B3	5	75	4	30	2104107
Fortaleza dos Valos	RS	A2	2	20	2	10	4308458
Fortim	CE	B3	4	45	4	30	2304459
Fortuna	MA	B3	3	70	4	30	2104206
Fortuna de Minas	MG	A2	3	20	2	10	3126406
Foz do Iguaçu	PR	A2	1	18	2	10	4108304
Foz do Jordão	PR	A2	2	18	2	10	4108452
Fraiburgo	SC	A3	2	18	2	15	4205506
Franca	SP	A2	2	16	2	10	3516200
Francinópolis	PI	B3	4	70	4	30	2204006
Francisco Alves	PR	A2	1	20	2	10	4108320
Francisco Ayres	PI	B3	4	70	4	30	2204105
Francisco Badaró	MG	A3	3	40	2	15	3126505
Francisco Beltrão	PR	A3	1	18	2	15	4108403
Francisco Dantas	RN	B3	4	55	4	30	2403905
Francisco Dumont	MG	A2	4	40	2	10	3126604
Francisco Macedo	PI	B3	4	70	4	30	2204154
Francisco Morato	SP	A1	1	7	2	5	3516309
Francisco Sá	MG	A2	4	50	2	10	3126703
Francisco Santos	PI	B3	4	70	4	30	2204204
Franciscópolis	MG	A2	3	40	2	10	3126752
Franco da Rocha	SP	A1	1	7	2	5	3516408
Frecheirinha	CE	B2	4	50	3	25	2304509
Frederico Westphalen	RS	A3	1	20	2	15	4308508
Frei Gaspar	MG	A2	3	40	2	10	3126802
Frei Inocêncio	MG	A2	3	30	2	10	3126901
Frei Lagonegro	MG	A3	3	30	2	15	3126950
Frei Martinho	PB	B3	5	30	4	30	2506202
Frei Miguelinho	PE	B3	3	35	4	30	2605806
Frei Paulo	SE	B3	4	70	4	30	2802304
Frei Rogério	SC	A3	3	24	2	15	4205555
Fronteira	MG	A3	2	30	2	15	3127008
Fronteira dos Vales	MG	A3	3	50	2	15	3127057
Fronteiras	PI	B3	4	70	4	30	2204303
Fruta de Leite	MG	A3	4	65	2	15	3127073
Frutal	MG	A3	2	30	2	15	3127107
Frutuoso Gomes	RN	B3	4	45	4	30	2404002
Fundão	ES	A2	2	20	2	10	3202207
Funilândia	MG	A2	3	20	2	10	3127206
Gabriel Monteiro	SP	A2	2	30	2	10	3516507
Gado Bravo	PB	A2	5	60	2	10	2506251
Gália	SP	A2	2	14	2	10	3516606
Galiléia	MG	A2	2	30	2	10	3127305
Galinhos	RN	B3	5	65	4	30	2404101
Galvão	SC	A2	1	20	2	10	4205605
Gameleira	PE	B3	2	14	4	30	2605905
Gameleira de Goiás	GO	A2	3	30	2	10	5208152
Gameleiras	MG	A3	4	65	2	15	3127339
Gandu	BA	A2	2	20	2	10	2911204
Garanhuns	PE	A2	3	35	2	10	2606002
Gararu	SE	B3	4	70	4	30	2802403
Garça	SP	A2	2	14	2	10	3516705
Garibaldi	RS	A2	2	12	2	10	4308607
Garopaba	SC	A2	1	12	2	10	4205704
Garrafão do Norte	PA	B3	4	55	4	30	1503077
Garruchos	RS	A2	2	20	2	10	4308656
Garuva	SC	A2	1	12	2	10	4205803
Gaspar	SC	A2	1	12	2	10	4205902
Gastão Vidigal	SP	A2	1	35	2	10	3516804
Gaúcha do Norte	MT	B3	3	90	4	30	5103858
Gaurama	RS	A2	1	20	2	10	4308706
Gavião	BA	A2	3	50	2	10	2911253
Gavião Peixoto	SP	A2	2	12	2	10	3516853
Geminiano	PI	B3	4	70	4	30	2204352
General Câmara	RS	A3	2	14	2	15	4308805
General Carneiro	MT	A3	3	60	2	15	5103908
General Carneiro	PR	A3	2	24	2	15	4108502
General Maynard	SE	A2	3	18	2	10	2802502
General Salgado	SP	A2	1	35	2	10	3516903
General Sampaio	CE	B3	5	50	4	30	2304608
Gentil	RS	A2	1	20	2	10	4308854
Gentio do Ouro	BA	B3	4	65	4	30	2911303
Getulina	SP	A2	2	22	2	10	3517000
Getúlio Vargas	RS	A2	1	20	2	10	4308904

Gilbués	PI	B3	4	75	4	30	2204402
Girau do Ponciano	AL	A2	3	15	2	10	2702900
Giruá	RS	A2	2	20	2	10	4309001
Glaucilândia	MG	A2	4	50	2	10	3127354
Glicério	SP	A2	2	30	2	10	3517109
Glória	BA	B2	4	70	3	25	2911402
Glória D'Oeste	MT	B3	3	80	4	30	5103957
Glória de Dourados	MS	A2	2	35	2	10	5004007
Glória do Goitá	PE	A2	3	20	2	10	2606101
Glorinha	RS	A1	1	10	2	5	4309050
Godofredo Viana	MA	C1	4	75	4	55	2104305
Godoy Moreira	PR	A3	1	18	2	15	4108551
Goiabeira	MG	A2	2	30	2	10	3127370
Goiana	PE	A2	2	14	2	10	2606200
Goianá	MG	A2	2	30	2	10	3127388
Goianápolis	GO	A2	2	20	2	10	5208400
Goiandira	GO	A3	3	35	2	15	5208509
Goianésia	GO	A3	2	20	2	15	5208608
Goianésia do Pará	PA	B3	4	55	4	30	1503093
Goiânia	GO	A1	2	7	2	5	5208707
Goianinha	RN	B3	2	20	4	30	2404200
Goianira	GO	A1	2	20	2	5	5208806
Goianorte	TO	B3	4	80	4	30	1708304
Goiás	GO	A3	3	45	2	15	5208905
Goiatins	TO	B2	4	80	3	25	1709005
Goiatuba	GO	A2	2	30	2	10	5209101
Goioerê	PR	A2	1	20	2	10	4108601
Goioxim	PR	A2	2	18	2	10	4108650
Gonçalves	MG	A2	2	30	2	10	3127404
Gonçalves Dias	MA	B3	3	70	4	30	2104404
Gongogi	BA	A2	2	20	2	10	2911501
Gonzaga	MG	A2	3	24	2	10	3127503
Gouveia	MG	A3	3	40	2	15	3127602
Gouvelândia	GO	A3	2	30	2	15	5209150
Governador Archer	MA	B3	3	70	4	30	2104503
Governador Celso Ramos	SC	A2	1	12	2	10	4206009
Governador Dix-Sept Rosado	RN	A2	4	55	2	10	2404309
Governador Edison Lobão	MA	B2	4	75	3	25	2104552
Governador Eugênio Barros	MA	B3	3	70	4	30	2104602
Governador Jorge Teixeira	RO	B2	3	60	3	25	1101005
Governador Lindenberg	ES	A2	2	18	2	10	3202256
Governador Luiz Rocha	MA	B3	3	70	4	30	2104628
Governador Mangabeira	BA	A2	2	30	2	10	2911600
Governador Newton Bello	MA	B2	4	60	3	25	2104651
Governador Nunes Freire	MA	C1	4	75	4	55	2104677
Governador Valadares	MG	A2	3	30	2	10	3127701
Graça	CE	B2	3	40	3	25	2304657
Graça Aranha	MA	B3	3	70	4	30	2104701
Gracho Cardoso	SE	B3	4	70	4	30	2802601
Grajaú	MA	B3	4	70	4	30	2104800
Gramado	RS	A2	1	18	2	10	4309100
Gramado dos Loureiros	RS	A3	1	20	2	15	4309126
Gramado Xavier	RS	A2	1	20	2	10	4309159
Grandes Rios	PR	A3	1	18	2	15	4108700
Granito	PE	B3	4	70	4	30	2606309
Granja	CE	B3	3	55	4	30	2304707
Granjeiro	CE	A2	4	45	2	10	2304806
Grão Mogol	MG	A2	4	50	2	10	3127800
Grão Pará	SC	A2	1	14	2	10	4206108
Gravatá	PE	A2	3	20	2	10	2606408
Gravataí	RS	A1	1	10	2	5	4309209
Gravatal	SC	A2	1	14	2	10	4206207
Groaíras	CE	B2	4	55	3	25	2304905
Grossos	RN	A2	4	70	2	10	2404408
Grupiara	MG	A3	3	40	2	15	3127909
Guabiju	RS	A3	1	20	2	15	4309258
Guabiruba	SC	A2	1	12	2	10	4206306
Guaçuí	ES	A3	2	22	2	15	3202306
Guadalupe	PI	B3	4	70	4	30	2204501
Guaíba	RS	A1	1	14	2	5	4309308
Guaiçara	SP	A2	2	22	2	10	3517208
Guaimbê	SP	A2	2	20	2	10	3517307
Guaíra	PR	A2	1	20	2	10	4108809
Guaíra	SP	A2	1	22	2	10	3517406
Guairaçá	PR	A2	1	24	2	10	4108908
Guaiúba	CE	A1	2	15	2	5	2304954
Guajará	AM	C1	3	100	4	55	1301654
Guajará-Mirim	RO	A2	3	60	2	10	1100106
Guajeru	BA	B3	4	65	4	30	2911659
Guamaré	RN	B3	4	65	4	30	2404507
Guamiranga	PR	A2	2	16	2	10	4108957
Guanambi	BA	B3	4	65	4	30	2911709
Guanhães	MG	A3	3	30	2	15	3128006
Guapé	MG	A2	3	26	2	10	3128105
Guapiaçu	SP	A2	2	16	2	10	3517505
Guapiara	SP	A2	3	16	2	10	3517604
Guapimirim	RJ	A1	2	10	2	5	3301850
Guapirama	PR	A3	2	18	2	15	4109005
Guapó	GO	A1	3	22	2	5	5209200
Guaporé	RS	A3	1	20	2	15	4309407
Guaporema	PR	A3	1	22	2	15	4109104
Guará	SP	A3	1	22	2	15	3517703
Guarabira	PB	B3	2	35	4	30	2506301
Guaraçaí	SP	A3	1	30	2	15	3517802
Guaraci	PR	A2	1	16	2	10	4109203
Guaraci	SP	A2	1	30	2	10	3517901
Guaraciaba	MG	A3	2	22	2	15	3128204
Guaraciaba	SC	A3	1	20	2	15	4206405
Guaraciaba do Norte	CE	B3	3	45	4	30	2305001
Guaraciama	MG	A2	4	40	2	10	3128253
Guaraí	TO	B3	4	80	4	30	1709302
Guaraíta	GO	A3	2	20	2	15	5209291
Guaramiranga	CE	B3	3	20	4	30	2305100
Guaramirim	SC	A2	1	12	2	10	4206504
Guaranésia	MG	A3	2	28	2	15	3128303
Guarani	MG	A2	2	30	2	10	3128402

Guarani d'Oeste	SP	A2	1	30	2	10	3518008
Guarani das Missões	RS	A2	1	20	2	10	4309506
Guarani de Goiás	GO	B3	4	70	4	30	5209408
Guaraniaçu	PR	A2	1	20	2	10	4109302
Guarantã	SP	A2	2	20	2	10	3518107
Guarantã do Norte	MT	B3	3	90	4	30	5104104
Guarapari	ES	A2	2	16	2	10	3202405
Guarapuava	PR	A2	2	18	2	10	4109401
Guaraqueçaba	PR	A2	3	20	2	10	4109500
Guarará	MG	A2	2	24	2	10	3128501
Guararapes	SP	A2	1	30	2	10	3518206
Guararema	SP	A1	1	7	2	5	3518305
Guaratinga	BA	A2	3	40	2	10	2911808
Guaratinguetá	SP	A2	3	24	2	10	3518404
Guaratuba	PR	A2	3	16	2	10	4109609
Guarda-Mor	MG	A2	4	65	2	10	3128600
Guareí	SP	A2	3	22	2	10	3518503
Guariba	SP	A2	1	14	2	10	3518602
Guaribas	PI	B3	4	70	4	30	2204550
Guarinos	GO	A3	4	50	2	15	5209457
Guarujá	SP	A2	3	10	2	10	3518701
Guarujá do Sul	SC	A3	1	20	2	15	4206603
Guarulhos	SP	A1	1	5	2	5	3518800
Guatambú	SC	A2	1	20	2	10	4206652
Guatapará	SP	A2	1	10	2	10	3518859
Guaxupé	MG	A3	2	28	2	15	3128709
Guia Lopes da Laguna	MS	B3	3	50	4	30	5004106
Guidoval	MG	A2	2	30	2	10	3128808
Guimarães	MA	C1	3	55	4	55	2104909
Guimarânia	MG	A3	3	40	2	15	3128907
Guiratinga	MT	A2	3	60	2	10	5104203
Guiricema	MG	A2	2	30	2	10	3129004
Gurinhatã	MG	A2	2	30	2	10	3129103
Gurinhém	PB	A2	2	35	2	10	2506400
Gurjão	PB	A2	5	55	2	10	2506509
Gurupá	PA	C1	4	70	4	55	1503101
Gurupi	TO	A2	4	80	2	10	1709500
Guzolândia	SP	A2	1	35	2	10	3518909

Harmonia	RS	A1	1	18	2	5
Heitoraí	GO	A2	2	20	2	10
Heliodora	MG	A2	2	30	2	10
Heliópolis	BA	B3	3	30	4	30
Herculândia	SP	A2	2	20	2	10
Herval	RS	A2	2	40	2	10
Herval d'Oeste	SC	A3	2	20	2	15
Herveiras	RS	A2	1	20	2	10
Hidrolândia	CE	B2	5	50	3	25
Hidrolândia	GO	A1	3	35	2	5
Hidrolina	GO	B3	2	35	4	30
Holambra	SP	A1	1	10	2	5
Honório Serpa	PR	A3	2	24	2	15
Horizonte	CE	A1	3	16	2	5
Horizontina	RS	A3	1	20	2	15
Hortolândia	SP	A1	1	10	2	5
Hugo Napoleão	PI	B3	4	70	4	30
Hulha Negra	RS	A2	2	28	2	10
Humaitá	AM	C1	3	100	4	55
Humaitá	RS	A3	1	20	2	15
Humberto de Campos	MA	C1	3	70	4	55
Iacanga	SP	A2	2	20	2	10
Iaciara	GO	B3	4	70	4	30
Iacri	SP	A2	2	16	2	10
Iaçu	BA	B3	3	50	4	30
Iapu	MG	A2	2	20	2	10
Iaras	SP	A2	2	30	2	10
Iati	PE	A2	3	40	2	10
Ibaiti	PR	A3	2	18	2	15
Ibarama	RS	A2	1	20	2	10
Ibaretama	CE	B3	4	50	4	30
Ibaté	SP	A2	2	12	2	10
Ibateguara	AL	B3	3	16	4	30
Ibatiba	ES	A3	2	20	2	15
Ibema	PR	A2	1	18	2	10
Ibertioga	MG	A2	2	22	2	10
Ibiá	MG	A2	3	35	2	10
Ibiaçá	RS	A2	1	20	2	10
Ibiaí	MG	A3	4	50	2	15
Ibiam	SC	A3	2	18	2	15
Ibiapina	CE	B3	3	45	4	30
Ibiara	PB	B3	4	60	4	30
Ibiassucê	BA	B3	4	65	4	30
Ibicaraí	BA	A2	2	20	2	10
Ibicaré	SC	A3	2	18	2	15
Ibicoara	BA	A2	4	65	2	10
Ibicuí	BA	A2	2	40	2	10
Ibicuitinga	CE	B3	4	55	4	30
Ibimirim	PE	B3	4	65	4	30
Ibipeba	BA	B3	4	65	4	30
Ibipitanga	BA	B3	4	65	4	30
Ibiporã	PR	A2	1	12	2	10
Ibiquera	BA	B3	4	60	4	30
Ibirá	SP	A2	2	20	2	10
Ibiracatu	MG	A2	4	50	2	10
Ibiraci	MG	A2	2	28	2	10
Ibiraçu	ES	A2	2	24	2	10
Ibiraiaras	RS	A3	3	25	2	15
Ibirajuba	PE	A2	3	35	2	10
Ibirama	SC	A3	1	18	2	15
Ibirapitanga	BA	A2	2	20	2	10

Ibirapuã	BA	A2	3	55	2	10
Ibirapuitã	RS	A3	2	18	2	15
Ibirarema	SP	A2	2	20	2	10
Ibirataia	BA	A2	2	20	2	10
Ibirité	MG	A1	1	7	2	5
Ibirubá	RS	A2	2	20	2	10
Ibitiara	BA	B3	4	65	4	30
Ibitinga	SP	A2	2	12	2	10
Ibitirama	ES	A3	2	24	2	15
Ibititá	BA	B3	4	65	4	30
Ibitiúra de Minas	MG	A2	2	26	2	10
Ibituruna	MG	A2	3	30	2	10
Ibiúna	SP	A2	3	16	2	10
Ibotirama	BA	B3	4	65	4	30
Icapuí	CE	B3	4	45	4	30
Içara	SC	A2	2	20	2	10
Icaraí de Minas	MG	A3	4	65	2	15
Icaraíma	PR	A2	1	22	2	10
Icatu	MA	A2	3	65	2	10
Icém	SP	A2	1	28	2	10
Ichu	BA	A2	3	60	2	10
Icó	CE	B2	4	40	3	25
Iconha	ES	A2	2	18	2	10
Ielmo Marinho	RN	A1	3	35	2	5
Iepê	SP	A2	2	24	2	10
Igaci	AL	B3	3	35	4	30
Igaporã	BA	B3	4	65	4	30
Igaraçu do Tietê	SP	A2	2	14	2	10
Igaracy	PB	B3	4	60	4	30
Igarapava	SP	A3	1	20	2	15
Igarapé	MG	A1	2	20	2	5
Igarapé do Meio	MA	B2	3	60	3	25
Igarapé Grande	MA	B2	3	60	3	25
Igarapé-Açu	PA	B2	3	55	3	25
Igarapé-Miri	PA	B2	4	70	3	25
Igarassu	PE	A1	2	14	2	5
Igaratá	SP	A2	3	14	2	10
Igaratinga	MG	A2	2	20	2	10
Igrapiúna	BA	A3	2	20	2	15
Igreja Nova	AL	B3	3	60	4	30
Igrejinha	RS	A3	1	18	2	15
Iguaba Grande	RJ	A2	2	14	2	10
Iguaí	BA	A2	2	30	2	10
Iguape	SP	A3	3	16	2	15
Iguaraci	PE	B3	4	40	4	30
Iguaraçu	PR	A2	1	16	2	10
Iguatama	MG	A3	3	35	2	15
Iguatemi	MS	A3	2	45	2	15
Iguatu	CE	B2	4	40	3	25
Iguatu	PR	A2	1	18	2	10
Ijaci	MG	A2	2	30	2	10
Ijuí	RS	A2	1	20	2	10
Ilha Comprida	SP	A3	3	16	2	15
Ilha das Flores	SE	B3	3	18	4	30
Ilha de Itamaracá	PE	A1	2	7	2	5
Ilha Grande	PI	B2	3	55	3	25
Ilha Solteira	SP	A3	1	30	2	15
Ilhabela	SP	A2	3	16	2	10
Ilhéus	BA	A2	2	20	2	10
Ilhota	SC	A2	1	12	2	10
Ilicínea	MG	A2	3	26	2	10
Ilópolis	RS	A3	1	20	2	15
Imaculada	PB	B2	4	40	3	25
Imaruí	SC	A2	2	16	2	10
Imbaú	PR	A2	2	20	2	10
Imbé	RS	A3	2	18	2	15
Imbé de Minas	MG	A2	2	20	2	10
Imbituba	SC	A2	2	16	2	10
Imbituva	PR	A3	2	16	2	15
Imbuia	SC	A3	1	18	2	15
Imigrante	RS	A3	1	18	2	15
Imperatriz	MA	B2	4	75	3	25
Inácio Martins	PR	A2	2	20	2	10
Inaciolândia	GO	A3	2	24	2	15
Inajá	PE	B3	4	65	4	30
Inajá	PR	A2	1	24	2	10
Inconfidentes	MG	A2	2	30	2	10
Indaiabira	MG	A3	4	65	2	15
Indaial	SC	A2	1	12	2	10
Indaiatuba	SP	A1	1	10	2	5
Independência	CE	B3	5	80	4	30
Independência	RS	A3	1	20	2	15
Indiana	SP	A2	2	22	2	10
Indianópolis	MG	A2	3	40	2	10
Indianópolis	PR	A3	1	22	2	15
Indiaporã	SP	A2	1	30	2	10
Indiara	GO	A3	3	30	2	15
Indiaroba	SE	B3	2	10	4	30
Indiavaí	MT	B3	3	80	4	30
Ingá	PB	A2	2	40	2	10
Ingaí	MG	A2	2	30	2	10
Ingazeira	PE	B3	4	40	4	30
Inhacorá	RS	A2	1	20	2	10
Inhambupe	BA	A2	3	30	2	10
Inhangapi	PA	B2	3	55	3	25
Inhapi	AL	B3	4	70	4	30
Inhapim	MG	A2	2	20	2	10
Inhaúma	MG	A2	3	20	2	10
Inhuma	PI	B3	4	70	4	30
Inhumas	GO	A2	2	24	2	10
Inimutaba	MG	A3	3	40	2	15
Inocência	MS	A3	3	40	2	15
Inúbia Paulista	SP	A3	2	22	2	15
Iomerê	SC	A3	2	18	2	15
Ipaba	MG	A2	2	20	2	10
Ipameri	GO	A3	3	40	2	15

Ipanema	MG	A3	2	30	2	15
Ipanguaçu	RN	B3	4	55	4	30
Ipaporanga	CE	B3	4	70	4	30
Ipatinga	MG	A2	2	20	2	10
Ipaumirim	CE	B2	4	40	3	25
Ipaussu	SP	A2	2	20	2	10
Ipê	RS	A2	3	25	2	10
Ipecaetá	BA	A2	3	50	2	10
Iperó	SP	A2	2	12	2	10
Ipeúna	SP	A2	2	16	2	10
Ipiaçu	MG	A2	2	30	2	10
Ipiaú	BA	A2	2	20	2	10
Ipiguá	SP	A2	2	12	2	10
Ipira	SC	A3	2	20	2	15
Ipirá	BA	A2	3	60	2	10
Ipiranga	PR	A2	2	20	2	10
Ipiranga de Goiás	GO	A3	2	20	2	15
Ipiranga do Norte	MT	B3	3	100	4	30
Ipiranga do Piauí	PI	B3	4	70	4	30
Ipiranga do Sul	RS	A2	1	20	2	10
Ipixuna	AM	C1	3	100	4	55
Ipixuna do Pará	PA	B3	4	55	4	30
Ipojuca	PE	A1	2	14	2	5
Iporá	GO	A3	2	30	2	15
Iporã	PR	A2	1	20	2	10
Iporã do Oeste	SC	A3	1	20	2	15
Iporanga	SP	A3	3	16	2	15
Ipu	CE	B3	4	50	4	30
Ipuã	SP	A3	1	22	2	15
Ipuaçu	SC	A3	1	20	2	15
Ipubi	PE	B3	4	70	4	30
Ipueira	RN	B3	5	30	4	30
Ipueiras	CE	B3	4	70	4	30
Ipueiras	TO	B2	4	80	3	25
Ipuiúna	MG	A2	2	26	2	10
Ipumirim	SC	A3	2	20	2	15
Ipupiara	BA	B3	4	65	4	30
Iracema	CE	B3	4	60	4	30
Iracema	RR	C1	3	100	4	55
Iracema do Oeste	PR	A2	1	18	2	10
Iracemápolis	SP	A2	2	10	2	10
Iraceminha	SC	A2	1	18	2	10
Iraí	RS	A3	1	20	2	15
Iraí de Minas	MG	A3	3	35	2	15
Irajuba	BA	A2	3	35	2	10
Iramaia	BA	A2	4	65	2	10
Iranduba	AM	A1	3	80	2	5
Irani	SC	A3	2	18	2	15
Irapuã	SP	A2	2	22	2	10
Irapuru	SP	A3	2	20	2	15
Iraquara	BA	B3	4	65	4	30
Irará	BA	A2	3	30	2	10
Irati	PR	A3	2	16	2	15
Irati	SC	A2	1	18	2	10
Irauçuba	CE	B3	4	55	4	30
Irecê	BA	B3	4	65	4	30
Iretama	PR	A2	1	20	2	10
Irineópolis	SC	A3	2	16	2	15
Irituia	PA	B2	4	55	3	25
Irupi	ES	A3	2	20	2	15
Isaías Coelho	PI	B3	4	70	4	30
Israelândia	GO	A3	2	30	2	15
Itá	SC	A3	2	20	2	15
Itaara	RS	A2	2	22	2	10
Itabaiana	PB	B3	3	30	4	30
Itabaiana	SE	B3	2	20	4	30
Itabaianinha	SE	B3	3	30	4	30
Itabela	BA	A2	3	35	2	10
Itaberá	SP	A2	3	20	2	10
Itaberaba	BA	B3	4	60	4	30
Itaberaí	GO	A2	2	20	2	10
Itabi	SE	B3	4	70	4	30
Itabira	MG	A2	2	20	2	10
Itabirinha	MG	A3	2	30	2	15
Itabirito	MG	A2	2	20	2	10
Itaboraí	RJ	A1	2	10	2	5
Itabuna	BA	A2	2	20	2	10
Itacajá	TO	B2	4	80	3	25
Itacambira	MG	A2	4	50	2	10
Itacarambi	MG	A3	4	65	2	15
Itacaré	BA	A2	2	20	2	10
Itacoatiara	AM	C1	3	80	4	55
Itacuruba	PE	B3	4	55	4	30
Itacurubi	RS	B3	2	28	4	30
Itaeté	BA	B3	4	65	4	30
Itagi	BA	A2	3	35	2	10
Itagibá	BA	A2	2	35	2	10
Itagimirim	BA	A2	2	40	2	10
Itaguaçu	ES	A2	2	22	2	10
Itaguaçu da Bahia	BA	B3	4	65	4	30
Itaguaí	RJ	A1	2	10	2	5
Itaguajé	PR	A2	1	16	2	10
Itaguara	MG	A3	3	30	2	15
Itaguari	GO	A2	2	20	2	10
Itaguaru	GO	A2	2	20	2	10
Itaguatins	TO	B3	4	80	4	30
Itaí	SP	A2	2	20	2	10
Itaíba	PE	B3	4	40	4	30
Itaiçaba	CE	B3	4	55	4	30
Itainópolis	PI	B3	4	70	4	30
Itaiópolis	SC	A3	2	16	2	15
Itaipava do Grajaú	MA	B3	4	70	4	30
Itaipé	MG	A2	3	40	2	10
Itaipulândia	PR	A2	1	18	2	10
Itaitinga	CE	A1	2	15	2	5
Itaituba	PA	B2	3	75	3	25

Itajá	GO	A2	2	30	2	10
Itajá	RN	B3	4	55	4	30
Itajaí	SC	A2	1	12	2	10
Itajobi	SP	A2	2	22	2	10
Itaju	SP	A2	2	16	2	10
Itaju do Colônia	BA	A2	2	50	2	10
Itajubá	MG	A2	2	30	2	10
Itajuípe	BA	A2	2	20	2	10
Italva	RJ	A2	2	12	2	10
Itamaraju	BA	A2	3	40	2	10
Itamarandiba	MG	A3	3	40	2	15
Itamarati	AM	C1	3	100	4	55
Itamarati de Minas	MG	A2	2	30	2	10
Itamari	BA	A2	2	20	2	10
Itambacuri	MG	A2	3	30	2	10
Itambaracá	PR	A3	1	18	2	15
Itambé	BA	A2	3	60	2	10
Itambé	PE	A2	2	14	2	10
Itambé	PR	A2	1	16	2	10
Itambé do Mato Dentro	MG	A2	2	20	2	10
Itamogi	MG	A3	2	28	2	15
Itamonte	MG	A3	2	30	2	15
Itanagra	BA	A1	3	30	2	5
Itanhaém	SP	A2	3	10	2	10
Itanhandu	MG	A3	2	30	2	15
Itanhangá	MT	B3	3	100	4	30
Itanhém	BA	A2	3	50	2	10
Itanhomi	MG	A2	2	30	2	10
Itaobim	MG	A2	4	65	2	10
Itaóca	SP	A2	3	16	2	10
Itaocara	RJ	A3	2	22	2	15
Itapaci	GO	A3	2	30	2	15
Itapagé	CE	B3	4	45	4	30
Itapagipe	MG	A3	2	30	2	15
Itaparica	BA	A2	2	7	2	10
Itapé	BA	A2	2	20	2	10
Itapebi	BA	A2	2	35	2	10
Itapecerica	MG	A2	3	30	2	10
Itapecerica da Serra	SP	A1	1	5	2	5
Itapecuru Mirim	MA	B3	4	55	4	30
Itapejara d'Oeste	PR	A3	1	20	2	15
Itapema	SC	A2	1	12	2	10
Itapemirim	ES	A2	2	18	2	10
Itaperuçu	PR	A1	1	14	2	5
Itaperuna	RJ	A2	2	30	2	10
Itapetim	PE	B3	4	40	4	30
Itapetinga	BA	A3	3	60	2	15
Itapetininga	SP	A2	3	22	2	10
Itapeva	MG	A2	2	30	2	10
Itapeva	SP	A2	3	20	2	10
Itapevi	SP	A1	1	5	2	5
Itapicuru	BA	A2	3	30	2	10
Itapipoca	CE	B3	4	50	4	30
Itapira	SP	A2	2	20	2	10
Itapiranga	AM	C1	3	80	4	55
Itapiranga	SC	A3	1	20	2	15
Itapirapuã	GO	A3	3	45	2	15
Itapirapuã Paulista	SP	A2	3	16	2	10
Itapiratins	TO	B2	4	80	3	25
Itapissuma	PE	A1	2	14	2	5
Itapitanga	BA	A2	2	20	2	10
Itapiúna	CE	B3	3	45	4	30
Itapoá	SC	A2	1	12	2	10
Itápolis	SP	A2	2	16	2	10
Itaporã	MS	A2	2	30	2	10
Itaporã do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30
Itaporanga	PB	B3	4	60	4	30
Itaporanga	SP	A2	3	20	2	10
Itaporanga d'Ajuda	SE	A2	2	10	2	10
Itapororoca	PB	B3	2	16	4	30
Itapuã do Oeste	RO	A2	3	60	2	10
Itapuca	RS	A3	1	20	2	15
Itapuí	SP	A2	2	14	2	10
Itapura	SP	A3	1	35	2	15
Itapuranga	GO	A3	2	20	2	15
Itaquaquecetuba	SP	A1	1	5	2	5
Itaquara	BA	A2	3	35	2	10
Itaqui	RS	B2	2	20	3	25
Itaquiraí	MS	A3	2	45	2	15
Itaquitinga	PE	A2	2	14	2	10
Itarana	ES	A3	2	20	2	15
Itarantim	BA	A3	3	60	2	15
Itararé	SP	A2	3	20	2	10
Itarema	CE	B3	3	55	4	30
Itariri	SP	A2	3	10	2	10
Itarumã	GO	A2	2	35	2	10
Itati	RS	A3	2	18	2	15
Itatiaia	RJ	A2	3	26	2	10
Itatiaiuçu	MG	A2	2	20	2	10
Itatiba	SP	A2	2	12	2	10
Itatiba do Sul	RS	A2	1	20	2	10
Itatim	BA	A2	3	50	2	10
Itatinga	SP	A2	2	30	2	10
Itatira	CE	B3	4	50	4	30
Itatuba	PB	A2	2	35	2	10
Itaú	RN	A2	4	55	2	10
Itaú de Minas	MG	A2	3	26	2	10
Itaúba	MT	B3	3	100	4	30
Itaubal	AP	B2	3	50	3	25
Itauçu	GO	A2	2	26	2	10
Itaueira	PI	B3	4	70	4	30
Itaúna	MG	A2	2	20	2	10
Itaúna do Sul	PR	A2	1	24	2	10
Itaverava	MG	A2	2	20	2	10
Itinga	MG	A3	4	65	2	15
Itinga do Maranhão	MA	B2	4	75	3	25

Itiquira	MT	A2	3	60	2	10
Itirapina	SP	A2	2	14	2	10
Itirapuã	SP	A2	2	16	2	10
Itiruçu	BA	A2	3	35	2	10
Itiúba	BA	B3	3	50	4	30
Itobi	SP	A2	2	22	2	10
Itororó	BA	A3	2	30	2	15
Itu	SP	A2	2	12	2	10
Ituaçu	BA	A2	4	65	2	10
Ituberá	BA	A3	2	20	2	15
Itueta	MG	A3	2	30	2	15
Ituiutaba	MG	A2	2	30	2	10
Itumbiara	GO	A2	2	24	2	10
Itumirim	MG	A2	2	30	2	10
Itupeva	SP	A2	2	10	2	10
Itupiranga	PA	B2	4	70	3	25
Ituporanga	SC	A3	1	18	2	15
Iturama	MG	A3	2	30	2	15
Itutinga	MG	A2	2	30	2	10
Ituverava	SP	A3	1	22	2	15
Iuiú	BA	B3	4	65	4	30
Iúna	ES	A3	2	20	2	15
Ivaí	PR	A2	2	20	2	10
Ivaiporã	PR	A3	1	18	2	15
Ivaté	PR	A2	1	20	2	10
Ivatuba	PR	A2	1	16	2	10
Ivinhema	MS	A3	2	30	2	15
Ivolândia	GO	A3	2	30	2	15
Ivorá	RS	A2	2	35	2	10
Ivoti	RS	A1	1	18	2	5
Jaboatão dos Guararapes	PE	A1	2	7	2	5
Jaborá	SC	A3	2	18	2	15
Jaborandi	BA	B3	4	65	4	30
Jaborandi	SP	A2	1	18	2	10
Jaboti	PR	A3	2	18	2	15
Jaboticaba	RS	A3	2	16	2	15
Jaboticabal	SP	A2	1	14	2	10
Jaboticatubas	MG	A1	3	20	2	5
Jaçanã	RN	B3	4	30	4	30
Jacaraci	BA	B3	4	65	4	30
Jacaraú	PB	B3	2	16	4	30
Jacaré dos Homens	AL	B3	3	70	4	30
Jacareacanga	PA	B2	3	75	3	25
Jacareí	SP	A2	3	12	2	10
Jacarezinho	PR	A3	1	18	2	15
Jaci	SP	A2	2	20	2	10
Jaciara	MT	A2	3	60	2	10
Jacinto	MG	A3	3	60	2	15
Jacinto Machado	SC	A3	1	18	2	15
Jacobina	BA	B3	4	60	4	30
Jacobina do Piauí	PI	B3	4	70	4	30
Jacuí	MG	A3	2	28	2	15
Jacuípe	AL	B3	3	16	4	30
Jacuizinho	RS	A2	2	18	2	10
Jacundá	PA	B2	4	70	3	25
Jacupiranga	SP	A3	3	16	2	15
Jacutinga	MG	A2	2	30	2	10
Jacutinga	RS	A2	1	20	2	10
Jaguapitã	PR	A2	1	16	2	10
Jaguaquara	BA	A2	3	35	2	10
Jaguaraçu	MG	A2	2	20	2	10
Jaguarão	RS	A2	2	40	2	10
Jaguarari	BA	B3	4	65	4	30
Jaguaré	ES	A2	2	20	2	10
Jaguaretama	CE	B3	4	55	4	30
Jaguari	RS	A2	2	22	2	10
Jaguariaíva	PR	A2	2	20	2	10
Jaguaribara	CE	B3	4	55	4	30
Jaguaribe	CE	B3	4	55	4	30
Jaguaripe	BA	A2	2	30	2	10
Jaguariúna	SP	A1	1	10	2	5
Jaguaruana	CE	B3	4	55	4	30
Jaguaruna	SC	A2	2	20	2	10
Jaíba	MG	A3	4	65	2	15
Jaicós	PI	B3	4	70	4	30
Jales	SP	A3	1	26	2	15
Jambeiro	SP	A2	3	30	2	10
Jampruca	MG	A2	3	30	2	10
Janaúba	MG	A3	4	50	2	15
Jandaia	GO	A3	3	30	2	15
Jandaia do Sul	PR	A2	1	16	2	10
Jandaíra	BA	A2	3	30	2	10
Jandaíra	RN	B3	4	50	4	30
Jandira	SP	A1	1	7	2	5
Janduís	RN	A2	4	55	2	10
Jangada	MT	A2	3	80	2	10
Janiópolis	PR	A2	1	20	2	10
Januária	MG	A3	4	65	2	15
Januário Cicco	RN	B3	3	35	4	30
Japaraíba	MG	A2	3	35	2	10
Japaratinga	AL	B3	3	16	4	30
Japaratuba	SE	A2	3	30	2	10

Japeri	RJ	A1	2	10	2	5
Japi	RN	B3	4	35	4	30
Japira	PR	A3	2	18	2	15
Japoatã	SE	B3	4	35	4	30
Japonvar	MG	A2	4	50	2	10
Japorã	MS	A3	2	45	2	15
Japurá	AM	C1	3	100	4	55
Japurá	PR	A3	1	22	2	15
Jaqueira	PE	B3	2	14	4	30
Jaquirana	RS	A3	3	25	2	15
Jaraguá	GO	A2	2	20	2	10
Jaraguá do Sul	SC	A2	1	12	2	10
Jaraguari	MS	A1	3	35	2	5
Jaramataia	AL	A2	3	70	2	10
Jardim	CE	A2	4	26	2	10
Jardim	MS	B3	3	50	4	30
Jardim Alegre	PR	A3	1	18	2	15
Jardim de Angicos	RN	B3	4	50	4	30
Jardim de Piranhas	RN	B3	5	30	4	30
Jardim do Mulato	PI	B3	4	70	4	30
Jardim do Seridó	RN	B3	5	30	4	30
Jardim Olinda	PR	A2	1	24	2	10
Jardinópolis	SC	A2	1	20	2	10
Jardinópolis	SP	A2	1	14	2	10
Jari	RS	A2	2	35	2	10
Jarinu	SP	A2	2	12	2	10
Jaru	RO	B2	3	60	3	25
Jataí	GO	A2	3	40	2	10
Jataizinho	PR	A2	1	18	2	10
Jataúba	PE	A2	3	20	2	10
Jateí	MS	A2	2	45	2	10
Jati	CE	B3	4	45	4	30
Jatobá	MA	B3	3	70	4	30
Jatobá	PE	B3	4	55	4	30
Jatobá do Piauí	PI	B3	4	55	4	30
Jaú	SP	A2	2	14	2	10
Jaú do Tocantins	TO	A2	4	80	2	10
Jaupaci	GO	A3	2	22	2	15
Jauru	MT	B3	3	80	4	30
Jeceaba	MG	A2	2	20	2	10
Jenipapo de Minas	MG	A3	3	40	2	15
Jenipapo dos Vieiras	MA	B3	4	70	4	30
Jequeri	MG	A3	2	26	2	15
Jequiá da Praia	AL	B3	2	30	4	30
Jequié	BA	A2	3	35	2	10
Jequitaí	MG	A2	4	50	2	10
Jequitibá	MG	A2	3	20	2	10
Jequitinhonha	MG	A3	3	60	2	15
Jeremoabo	BA	B3	4	70	4	30
Jericó	PB	B3	4	60	4	30
Jeriquara	SP	A2	2	16	2	10
Jerônimo Monteiro	ES	A2	2	30	2	10
Jerumenha	PI	B3	4	70	4	30
Jesuânia	MG	A3	2	30	2	15
Jesuítas	PR	A2	1	18	2	10
Jesúpolis	GO	A2	2	20	2	10
Ji-Paraná	RO	B2	3	60	3	25
Jijoca de Jericoacoara	CE	B3	3	55	4	30
Jiquiriçá	BA	A2	3	35	2	10
Jitaúna	BA	A2	3	35	2	10
Joaçaba	SC	A3	2	20	2	15
Joaíma	MG	A3	3	60	2	15
Joanésia	MG	A2	3	30	2	10
Joanópolis	SP	A2	2	24	2	10
João Alfredo	PE	A3	3	24	2	15
João Câmara	RN	B3	4	50	4	30
João Costa	PI	B3	4	70	4	30
João Dias	RN	B3	4	50	4	30
João Dourado	BA	B3	4	65	4	30
João Lisboa	MA	B2	4	75	3	25
João Monlevade	MG	A2	2	20	2	10
João Neiva	ES	A2	2	24	2	10
João Pessoa	PB	A2	2	7	2	10
João Pinheiro	MG	A2	4	65	2	10
João Ramalho	SP	A2	2	24	2	10
Joaquim Felício	MG	A2	3	40	2	10
Joaquim Gomes	AL	A1	3	16	2	5
Joaquim Nabuco	PE	B3	2	14	4	30
Joaquim Pires	PI	B3	3	55	4	30
Joaquim Távora	PR	A3	2	18	2	15
Joca Claudino	PB	B2	4	55	3	25
Joca Marques	PI	B3	3	55	4	30
Jóia	RS	A2	2	35	2	10
Joinville	SC	A2	1	12	2	10
Jordânia	MG	A3	3	60	2	15
Jordão	AC	C1	3	100	4	55
José Boiteux	SC	A3	1	18	2	15
José Bonifácio	SP	A2	2	30	2	10
José da Penha	RN	B3	4	50	4	30
José de Freitas	PI	A1	3	30	2	5
José Gonçalves de Minas	MG	A3	3	40	2	15
José Raydan	MG	A3	3	30	2	15
Joselândia	MA	B2	3	50	3	25
Josenópolis	MG	A2	4	50	2	10
Joviânia	GO	A2	2	26	2	10
Juara	MT	C1	3	100	4	55
Juarez Távora	PB	A2	2	35	2	10
Juarina	TO	B2	4	80	3	25
Juatuba	MG	A1	2	20	2	5
Juazeirinho	PB	A2	5	30	2	10
Juazeiro	BA	A2	4	65	2	10
Juazeiro do Norte	CE	A2	4	26	2	10
Juazeiro do Piauí	PI	B3	4	60	4	30
Jucás	CE	B2	4	40	3	25
Jucati	PE	A2	3	35	2	10
Jucuruçu	BA	A2	3	40	2	10

Jucurutu	RN	B3	5	35	4	30
Juína	MT	B3	3	100	4	30
Juiz de Fora	MG	A2	2	24	2	10
Júlio Borges	PI	B3	4	75	4	30
Júlio de Castilhos	RS	A2	2	35	2	10
Júlio Mesquita	SP	A2	2	12	2	10
Jumirim	SP	A2	2	26	2	10
Junco do Maranhão	MA	C1	4	75	4	55
Junco do Seridó	PB	A2	4	55	2	10
Jundiá	AL	B3	3	16	4	30
Jundiá	RN	A1	3	35	2	5
Jundiaí	SP	A2	2	10	2	10
Jundiaí do Sul	PR	A3	1	18	2	15
Junqueiro	AL	A2	3	35	2	10
Junqueirópolis	SP	A3	2	20	2	15
Jupi	PE	A2	3	35	2	10
Jupiá	SC	A2	1	20	2	10
Juquiá	SP	A3	3	16	2	15
Juquitiba	SP	A1	1	7	2	5
Juramento	MG	A2	4	50	2	10
Juranda	PR	A2	1	20	2	10
Jurema	PE	A2	3	35	2	10
Jurema	PI	B3	4	70	4	30
Juripiranga	PB	A2	3	30	2	10
Juru	PB	B3	4	40	4	30
Juruá	AM	C1	3	100	4	55
Juruaia	MG	A3	2	28	2	15
Juruena	MT	B3	3	100	4	30
Juruti	PA	C1	3	75	4	55
Juscimeira	MT	A2	3	60	2	10
Jussara	BA	B3	4	65	4	30
Jussara	GO	A3	3	45	2	15
Jussara	PR	A3	1	22	2	15
Jussari	BA	A2	2	20	2	10
Jussiape	BA	B3	4	65	4	30
Jutaí	AM	C1	3	100	4	55
Juti	MS	A2	2	40	2	10
Juvenília	MG	A3	4	65	2	15
Kaloré	PR	A2	1	18	2	10
Lábrea	AM	C1	3	100	4	55
Lacerdópolis	SC	A3	2	20	2	15
Ladainha	MG	A2	3	40	2	10
Ladário	MS	B2	5	110	3	25
Lafaiete Coutinho	BA	A2	3	35	2	10
Lagamar	MG	A2	4	65	2	10
Lagarto	SE	B3	3	35	4	30
Lages	SC	A2	3	20	2	10
Lago da Pedra	MA	B2	4	60	3	25
Lago do Junco	MA	B2	3	60	3	25
Lago dos Rodrigues	MA	B2	3	60	3	25
Lago Verde	MA	B2	3	60	3	25
Lagoa	PB	B2	4	60	3	25
Lagoa Alegre	PI	A1	3	30	2	5
Lagoa Bonita do Sul	RS	A2	1	20	2	10
Lagoa d'Anta	RN	B3	3	35	4	30
Lagoa da Canoa	AL	A2	3	15	2	10
Lagoa da Confusão	TO	B2	4	80	3	25
Lagoa da Prata	MG	A2	3	35	2	10
Lagoa de Dentro	PB	B3	2	35	4	30
Lagoa de Itaenga	PE	A2	2	16	2	10
Lagoa de Pedras	RN	B3	3	35	4	30
Lagoa de São Francisco	PI	B2	4	60	3	25
Lagoa de Velhos	RN	B3	4	35	4	30
Lagoa do Barro do Piauí	PI	B3	4	70	4	30
Lagoa do Carro	PE	A2	2	14	2	10
Lagoa do Mato	MA	B3	3	70	4	30
Lagoa do Ouro	PE	A2	3	45	2	10
Lagoa do Piauí	PI	A1	3	30	2	5
Lagoa do Sítio	PI	B3	4	70	4	30
Lagoa do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30
Lagoa dos Gatos	PE	A2	3	35	2	10
Lagoa dos Patos	MG	A2	4	50	2	10
Lagoa dos Três Cantos	RS	A2	1	20	2	10
Lagoa Dourada	MG	A2	2	30	2	10
Lagoa Formosa	MG	A2	3	40	2	10
Lagoa Grande	MG	A2	4	65	2	10
Lagoa Grande	PE	A2	4	55	2	10
Lagoa Grande do Maranhão	MA	B2	4	60	3	25
Lagoa Nova	RN	B3	5	35	4	30
Lagoa Real	BA	B3	4	65	4	30
Lagoa Salgada	RN	A1	3	30	2	5
Lagoa Santa	GO	A2	2	30	2	10
Lagoa Santa	MG	A1	1	7	2	5
Lagoa Seca	PB	A2	3	12	2	10
Lagoa Vermelha	RS	A3	3	25	2	15
Lagoão	RS	A2	2	18	2	10
Lagoinha	SP	A2	3	35	2	10
Lagoinha do Piauí	PI	B3	4	70	4	30
Laguna	SC	A2	2	16	2	10
Laguna Carapã	MS	A2	2	35	2	10
Laje	BA	A2	3	35	2	10
Laje do Muriaé	RJ	A2	2	28	2	10
Lajeado	RS	A3	1	18	2	15
Lajeado	TO	B3	4	80	4	30
Lajeado do Bugre	RS	A2	2	16	2	10
Lajeado Grande	SC	A2	1	20	2	10
Lajeado Novo	MA	B2	4	75	3	25
Lajedão	BA	A2	3	55	2	10
Lajedinho	BA	B3	4	60	4	30
Lajedo	PE	A2	3	40	2	10
Lajedo do Tabocal	BA	A2	3	35	2	10
Lajes	RN	B3	4	50	4	30
Lajes Pintadas	RN	B3	4	30	4	30
Lajinha	MG	A3	2	24	2	15
Lamarão	BA	A2	3	50	2	10
Lambari	MG	A3	2	30	2	15

Lambari D'Oeste	MT	B2	3	80	3	25
Lamim	MG	A2	2	28	2	10
Landri Sales	PI	B3	4	70	4	30
Lapa	PR	A1	2	16	2	5
Lapão	BA	B3	4	65	4	30
Laranja da Terra	ES	A3	2	20	2	15
Laranjal	MG	A2	2	30	2	10
Laranjal	PR	A3	2	20	2	15
Laranjal do Jari	AP	C1	3	70	4	55
Laranjal Paulista	SP	A2	2	18	2	10
Laranjeiras	SE	A2	3	30	2	10
Laranjeiras do Sul	PR	A2	2	18	2	10
Lassance	MG	A3	3	50	2	15
Lastro	PB	B2	4	55	3	25
Laurentino	SC	A3	1	18	2	15
Lauro de Freitas	BA	A1	2	7	2	5
Lauro Muller	SC	A2	1	14	2	10
Lavandeira	TO	B3	4	80	4	30
Lavínia	SP	A3	1	30	2	15
Lavras	MG	A2	2	30	2	10
Lavras da Mangabeira	CE	A2	4	40	2	10
Lavras do Sul	RS	A2	2	35	2	10
Lavrinhas	SP	A2	3	24	2	10
Leandro Ferreira	MG	A2	3	35	2	10
Lebon Régis	SC	A3	3	20	2	15
Leme	SP	A2	2	18	2	10
Leme do Prado	MG	A3	3	40	2	15
Lençóis	BA	B3	4	65	4	30
Lençóis Paulista	SP	A2	2	12	2	10
Leoberto Leal	SC	A3	2	18	2	15
Leopoldina	MG	A2	2	30	2	10
Leopoldo de Bulhões	GO	A2	3	16	2	10
Leópolis	PR	A3	1	18	2	15
Liberato Salzano	RS	A3	1	20	2	15
Liberdade	MG	A2	2	30	2	10
Licínio de Almeida	BA	B3	4	65	4	30
Lidianópolis	PR	A3	1	18	2	15
Lima Campos	MA	B2	3	60	3	25
Lima Duarte	MG	A2	2	24	2	10
Limeira	SP	A2	1	10	2	10
Limeira do Oeste	MG	A3	2	30	2	15
Limoeiro	PE	A3	3	22	2	15
Limoeiro de Anadia	AL	A2	3	35	2	10
Limoeiro do Ajuru	PA	B2	4	70	3	25
Limoeiro do Norte	CE	B3	4	55	4	30
Lindoeste	PR	A2	1	18	2	10
Lindóia	SP	A3	2	16	2	15
Lindóia do Sul	SC	A3	2	18	2	15
Lindolfo Collor	RS	A1	1	18	2	5
Linha Nova	RS	A1	1	18	2	5
Linhares	ES	A2	2	20	2	10
Lins	SP	A2	2	22	2	10
Livramento	PB	B3	5	55	4	30
Livramento de Nossa Senhora	BA	B3	4	65	4	30
Lizarda	TO	B3	4	80	4	30
Loanda	PR	A2	1	24	2	10
Lobato	PR	A2	1	16	2	10
Logradouro	PB	B3	2	35	4	30
Londrina	PR	A2	1	12	2	10
Lontra	MG	A2	4	50	2	10
Lontras	SC	A3	1	18	2	15
Lorena	SP	A2	3	24	2	10
Loreto	MA	B3	4	75	4	30
Lourdes	SP	A2	2	30	2	10
Louveira	SP	A2	2	10	2	10
Lucas do Rio Verde	MT	B3	3	100	4	30
Lucélia	SP	A3	2	20	2	15
Lucena	PB	A2	2	10	2	10
Lucianópolis	SP	A2	2	12	2	10
Luciara	MT	B3	3	80	4	30
Lucrécia	RN	B3	4	40	4	30
Luís Antônio	SP	A2	1	14	2	10
Luís Correia	PI	B2	3	55	3	25
Luís Domingues	MA	C1	4	75	4	55
Luís Eduardo Magalhães	BA	B2	4	65	3	25
Luís Gomes	RN	B3	4	45	4	30
Luisburgo	MG	A3	2	24	2	15
Luislândia	MG	A2	4	50	2	10
Luiz Alves	SC	A2	1	12	2	10
Luiziana	PR	A2	1	18	2	10
Luiziânia	SP	A2	2	30	2	10
Luminárias	MG	A2	2	30	2	10
Lunardelli	PR	A3	1	18	2	15
Lupércio	SP	A2	2	14	2	10
Lupionópolis	PR	A2	1	14	2	10
Lutécia	SP	A2	2	20	2	10
Luz	MG	A3	3	35	2	15
Luzerna	SC	A3	2	20	2	15
Luziânia	GO	A2	3	40	2	10
Luzilândia	PI	B3	3	55	4	30
Luzinópolis	TO	B3	4	80	4	30
Macaé	RJ	A2	2	12	2	10
Macaíba	RN	A1	2	12	2	5
Macajuba	BA	A2	4	60	2	10
Maçambará	RS	B2	2	20	3	25
Macambira	SE	B3	2	60	4	30
Macapá	AP	B2	3	50	3	25
Macaparana	PE	A2	2	14	2	10
Macarani	BA	A3	3	60	2	15
Macatuba	SP	A2	2	14	2	10
Macau	RN	B3	4	65	4	30
Macaubal	SP	A2	2	30	2	10
Macaúbas	BA	B3	4	65	4	30
Macedônia	SP	A2	1	30	2	10
Maceió	AL	A1	2	7	2	5
Machacalis	MG	A3	3	60	2	15

Machadinho	RS	A3	1	20	2	15
Machadinho D'Oeste	RO	B2	3	60	3	25
Machado	MG	A3	3	26	2	15
Machados	PE	A3	3	22	2	15
Macieira	SC	A3	2	18	2	15
Macuco	RJ	A2	3	35	2	10
Macururé	BA	B2	4	65	3	25
Madalena	CE	B3	4	50	4	30
Madeiro	PI	B3	3	55	4	30
Madre de Deus	BA	A1	2	5	2	5
Madre de Deus de Minas	MG	A2	2	30	2	10
Mãe d'Água	PB	B2	4	40	3	25
Mãe do Rio	PA	B3	4	55	4	30
Maetinga	BA	A2	4	65	2	10
Mafra	SC	A3	2	16	2	15
Magalhães Barata	PA	B2	3	55	3	25
Magalhães de Almeida	MA	B3	3	70	4	30
Magda	SP	A2	1	35	2	10
Magé	RJ	A1	2	10	2	5
Maiquinique	BA	A3	3	60	2	15
Mairi	BA	A2	4	60	2	10
Mairinque	SP	A2	2	12	2	10
Mairiporã	SP	A1	1	7	2	5
Mairipotaba	GO	A2	3	35	2	10
Major Gercino	SC	A2	2	18	2	10
Major Isidoro	AL	B3	3	70	4	30
Major Sales	RN	B3	4	45	4	30
Major Vieira	SC	A3	2	16	2	15
Malacacheta	MG	A2	3	40	2	10
Malhada	BA	B3	4	65	4	30
Malhada de Pedras	BA	B3	4	65	4	30
Malhada dos Bois	SE	B3	4	40	4	30
Malhador	SE	B3	2	30	4	30
Mallet	PR	A3	2	16	2	15
Malta	PB	B2	4	55	3	25
Mamanguape	PB	B3	2	10	4	30
Mambaí	GO	B3	4	70	4	30
Mamborê	PR	A2	1	20	2	10
Mamonas	MG	A3	4	65	2	15
Mampituba	RS	A3	2	18	2	15
Manacapuru	AM	A1	3	80	2	5
Manaíra	PB	B3	4	40	4	30
Manaquiri	AM	A1	3	80	2	5
Manari	PE	B3	4	65	4	30
Manaus	AM	A1	3	10	2	5
Mâncio Lima	AC	C1	3	100	4	55
Mandaguaçu	PR	A2	1	14	2	10
Mandaguari	PR	A2	1	14	2	10
Mandirituba	PR	A1	1	12	2	5
Manduri	SP	A2	2	20	2	10
Manfrinópolis	PR	A3	1	20	2	15
Manga	MG	A3	4	65	2	15
Mangaratiba	RJ	A1	2	16	2	5
Mangueirinha	PR	A3	2	24	2	15
Manhuaçu	MG	A3	2	24	2	15
Manhumirim	MG	A3	2	24	2	15
Manicoré	AM	C1	3	100	4	55
Manoel Emídio	PI	B3	4	70	4	30
Manoel Ribas	PR	A3	2	20	2	15
Manoel Urbano	AC	C1	3	100	4	55
Manoel Viana	RS	B2	2	35	3	25
Manoel Vitorino	BA	A2	3	35	2	10
Mansidão	BA	B2	4	65	3	25
Mantena	MG	A3	2	30	2	15
Mantenópolis	ES	A2	2	20	2	10
Maquiné	RS	A3	2	18	2	15
Mar de Espanha	MG	A2	2	24	2	10
Mar Vermelho	AL	B3	3	35	4	30
Mara Rosa	GO	B3	4	60	4	30
Maraã	AM	C1	3	100	4	55
Marabá	PA	B2	4	70	3	25
Marabá Paulista	SP	A2	2	30	2	10
Maracaçumé	MA	C1	4	75	4	55
Maracaí	SP	A2	2	20	2	10
Maracajá	SC	A3	2	20	2	15
Maracaju	MS	A2	2	40	2	10
Maracanã	PA	B2	3	55	3	25
Maracanaú	CE	A1	2	15	2	5
Maracás	BA	A2	3	35	2	10
Maragogi	AL	B3	3	16	4	30
Maragogipe	BA	A2	2	30	2	10
Maraial	PE	B3	2	14	4	30
Marajá do Sena	MA	B2	4	60	3	25
Maranguape	CE	A1	2	15	2	5
Maranhãozinho	MA	C1	4	75	4	55
Marapanim	PA	B2	3	55	3	25
Marapoama	SP	A2	2	22	2	10
Maratá	RS	A3	1	18	2	15
Marataízes	ES	A2	2	18	2	10
Marau	RS	A2	1	20	2	10
Maraú	BA	A2	2	20	2	10
Maravilha	AL	B3	3	70	4	30
Maravilha	SC	A2	1	20	2	10
Maravilhas	MG	A2	3	20	2	10
Marcação	PB	B3	2	16	4	30
Marcelândia	MT	B3	3	90	4	30
Marcelino Ramos	RS	A2	1	20	2	10
Marcelino Vieira	RN	B3	4	55	4	30

Marcionílio Souza	BA	B3	3	35	4	30
Marco	CE	B3	3	55	4	30
Marcolândia	PI	B3	4	70	4	30
Marcos Parente	PI	B3	4	70	4	30
Marechal Cândido Rondon	PR	A2	1	18	2	10
Marechal Deodoro	AL	A1	2	12	2	5
Marechal Floriano	ES	A3	2	18	2	15
Marechal Thaumaturgo	AC	C1	3	100	4	55
Marema	SC	A2	1	20	2	10
Mari	PB	A2	3	30	2	10
Maria da Fé	MG	A2	2	30	2	10
Maria Helena	PR	A2	1	22	2	10
Marialva	PR	A2	1	14	2	10
Mariana	MG	A2	2	20	2	10
Mariana Pimentel	RS	A1	1	14	2	5
Mariano Moro	RS	A2	1	20	2	10
Marianópolis do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25
Mariápolis	SP	A3	2	22	2	15
Maribondo	AL	A2	3	35	2	10
Maricá	RJ	A1	2	14	2	5
Marilac	MG	A2	3	24	2	10
Marilândia	ES	A2	2	18	2	10
Marilândia do Sul	PR	A2	1	18	2	10
Marilena	PR	A2	1	24	2	10
Marília	SP	A2	2	14	2	10
Mariluz	PR	A2	1	20	2	10
Maringá	PR	A2	1	14	2	10
Marinópolis	SP	A3	1	22	2	15
Mário Campos	MG	A1	1	7	2	5
Mariópolis	PR	A3	1	18	2	15
Maripá	PR	A2	1	18	2	10
Maripá de Minas	MG	A2	2	24	2	10
Marituba	PA	A1	3	7	2	5
Marizópolis	PB	B2	4	55	3	25
Marliéria	MG	A2	2	20	2	10
Marmeleiro	PR	A3	1	20	2	15
Marmelópolis	MG	A2	2	30	2	10
Marques de Souza	RS	A3	1	18	2	15
Marquinho	PR	A2	2	18	2	10
Martinho Campos	MG	A3	3	40	2	15
Martinópole	CE	B2	3	55	3	25
Martinópolis	SP	A2	2	24	2	10
Martins	RN	B3	4	55	4	30
Martins Soares	MG	A3	2	24	2	15
Maruim	SE	A2	3	35	2	10
Marumbi	PR	A2	1	18	2	10
Marzagão	GO	A2	3	45	2	10
Mascote	BA	A2	2	20	2	10
Massapê	CE	B2	4	50	3	25
Massapê do Piauí	PI	B3	4	70	4	30
Massaranduba	PB	A2	3	12	2	10
Massaranduba	SC	A2	1	12	2	10
Mata	RS	A2	2	22	2	10
Mata de São João	BA	A1	2	7	2	5
Mata Grande	AL	B3	4	70	4	30
Mata Roma	MA	B3	4	70	4	30
Mata Verde	MG	A3	3	60	2	15
Matão	SP	A2	2	12	2	10
Mataraca	PB	B3	2	10	4	30
Mateiros	TO	B3	4	80	4	30
Matelândia	PR	A2	1	18	2	10
Materlândia	MG	A3	3	24	2	15
Mateus Leme	MG	A1	2	20	2	5
Mathias Lobato	MG	A2	3	30	2	10
Matias Barbosa	MG	A2	2	24	2	10
Matias Cardoso	MG	A3	4	65	2	15
Matias Olímpio	PI	B3	3	55	4	30
Matina	BA	B3	4	65	4	30
Matinha	MA	B3	3	55	4	30
Matinhas	PB	A2	2	16	2	10
Matinhos	PR	A2	3	16	2	10
Matipó	MG	A3	2	24	2	15
Mato Castelhano	RS	A2	2	16	2	10
Mato Grosso	PB	B3	4	60	4	30
Mato Leitão	RS	A2	1	20	2	10
Mato Queimado	RS	B3	2	20	4	30
Mato Rico	PR	A3	2	20	2	15
Mato Verde	MG	A3	4	65	2	15
Matões	MA	A2	4	55	2	10
Matões do Norte	MA	B3	4	55	4	30
Matos Costa	SC	A3	2	16	2	15
Matozinhos	MG	A2	1	7	2	10
Matrinchã	GO	A3	3	50	2	15
Matriz de Camaragibe	AL	B3	3	16	4	30
Matupá	MT	B3	3	90	4	30
Maturéia	PB	B2	4	40	3	25
Matutina	MG	A2	3	40	2	10
Mauá	SP	A1	1	5	2	5
Mauá da Serra	PR	A2	1	18	2	10
Maués	AM	C1	3	80	4	55
Maurilândia	GO	A2	2	22	2	10
Maurilândia do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30
Mauriti	CE	B3	4	45	4	30
Maxaranguape	RN	A1	2	20	2	5
Maximiliano de Almeida	RS	A2	1	20	2	10
Mazagão	AP	B2	3	70	3	25
Medeiros	MG	A3	3	35	2	15
Medeiros Neto	BA	A2	3	55	2	10
Medianeira	PR	A2	1	18	2	10
Medicilândia	PA	B2	3	70	3	25
Medina	MG	A3	4	65	2	15
Meleiro	SC	A3	1	18	2	15
Melgaço	PA	C1	4	70	4	55
Mendes	RJ	A2	3	18	2	10
Mendes Pimentel	MG	A3	2	30	2	15
Mendonça	SP	A2	2	30	2	10

Mercedes	PR	A2	1	18	2	10
Mercês	MG	A2	2	24	2	10
Meridiano	SP	A2	1	26	2	10
Meruoca	CE	B2	4	40	3	25
Mesópolis	SP	A3	1	30	2	15
Mesquita	MG	A2	3	30	2	10
Mesquita	RJ	A1	2	10	2	5
Messias	AL	A1	3	16	2	5
Messias Targino	RN	A2	4	45	2	10
Miguel Alves	PI	A1	3	30	2	5
Miguel Calmon	BA	B3	4	60	4	30
Miguel Leão	PI	B3	4	70	4	30
Miguel Pereira	RJ	A2	3	16	2	10
Miguelópolis	SP	A3	1	22	2	15
Milagres	BA	A2	3	35	2	10
Milagres	CE	B3	4	45	4	30
Milagres do Maranhão	MA	B3	3	70	4	30
Milhã	CE	B3	4	55	4	30
Milton Brandão	PI	B2	4	60	3	25
Mimoso de Goiás	GO	A2	3	40	2	10
Mimoso do Sul	ES	A2	2	30	2	10
Minaçu	GO	B3	4	50	4	30
Minador do Negrão	AL	B3	3	35	4	30
Minas do Leão	RS	A3	2	20	2	15
Minas Novas	MG	A3	3	40	2	15
Minduri	MG	A3	2	30	2	15
Mineiros	GO	A2	3	60	2	10
Mineiros do Tietê	SP	A2	2	16	2	10
Ministro Andreazza	RO	C1	3	60	4	55
Mira Estrela	SP	A2	1	30	2	10
Mirabela	MG	A2	4	50	2	10
Miracatu	SP	A3	3	16	2	15
Miracema	RJ	A3	2	35	2	15
Miracema do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30
Mirador	MA	B3	4	70	4	30
Mirador	PR	A2	1	24	2	10
Miradouro	MG	A2	2	28	2	10
Miraguaí	RS	A3	1	20	2	15
Miraí	MG	A2	2	28	2	10
Miraíma	CE	B3	4	50	4	30
Miranda	MS	B3	5	90	4	30
Miranda do Norte	MA	B3	4	55	4	30
Mirandiba	PE	B3	4	65	4	30
Mirandópolis	SP	A3	1	30	2	15
Mirangaba	BA	B3	4	65	4	30
Miranorte	TO	B3	4	80	4	30
Mirante	BA	A2	3	35	2	10
Mirante da Serra	RO	B2	3	60	3	25
Mirante do Paranapanema	SP	A2	2	30	2	10
Miraselva	PR	A2	1	16	2	10
Mirassol	SP	A2	2	16	2	10
Mirassol D'Oeste	MT	B3	3	80	4	30
Mirassolândia	SP	A2	2	24	2	10
Miravânia	MG	A3	4	65	2	15
Mirim Doce	SC	A3	1	18	2	15
Mirinzal	MA	C1	3	55	4	55
Missal	PR	A2	1	18	2	10
Missão Velha	CE	A2	4	26	2	10
Mocajuba	PA	B2	4	70	3	25
Mococa	SP	A2	2	22	2	10
Modelo	SC	A2	1	18	2	10
Moeda	MG	A1	2	20	2	5
Moema	MG	A3	3	35	2	15
Mogeiro	PB	B3	3	30	4	30
Mogi das Cruzes	SP	A1	1	5	2	5
Mogi Guaçu	SP	A2	2	18	2	10
Mogi Mirim	SP	A2	2	18	2	10
Moiporá	GO	A3	2	30	2	15
Moita Bonita	SE	B3	2	20	4	30
Moju	PA	B2	4	70	3	25
Mojuí dos Campos	PA	B2	3	75	3	25
Mombaça	CE	B2	4	40	3	25
Mombuca	SP	A2	2	10	2	10
Monção	MA	B2	4	60	3	25
Monções	SP	A2	2	35	2	10
Mondaí	SC	A2	1	20	2	10
Mongaguá	SP	A2	3	10	2	10
Monjolos	MG	A3	3	40	2	15
Monsenhor Gil	PI	A1	3	30	2	5
Monsenhor Hipólito	PI	B3	4	70	4	30
Monsenhor Paulo	MG	A2	2	30	2	10
Monsenhor Tabosa	CE	B3	5	80	4	30
Montadas	PB	A2	3	12	2	10
Montalvânia	MG	A3	4	65	2	15
Montanha	ES	A2	2	60	2	10
Montanhas	RN	B3	3	35	4	30
Montauri	RS	A3	1	20	2	15
Monte Alegre	PA	B2	3	75	3	25
Monte Alegre	RN	A1	3	35	2	5
Monte Alegre de Goiás	GO	B3	4	80	4	30
Monte Alegre de Minas	MG	A2	2	20	2	10
Monte Alegre de Sergipe	SE	B3	4	70	4	30
Monte Alegre do Piauí	PI	B3	4	75	4	30
Monte Alegre do Sul	SP	A3	2	16	2	15
Monte Alegre dos Campos	RS	A3	3	25	2	15
Monte Alto	SP	A2	1	14	2	10
Monte Aprazível	SP	A2	2	30	2	10
Monte Azul	MG	A3	4	65	2	15
Monte Azul Paulista	SP	A2	1	14	2	10
Monte Belo	MG	A3	2	28	2	15
Monte Belo do Sul	RS	A2	2	12	2	10
Monte Carlo	SC	A3	3	20	2	15
Monte Carmelo	MG	A3	3	40	2	15
Monte Castelo	SC	A3	2	16	2	15
Monte Castelo	SP	A3	2	22	2	15
Monte das Gameleiras	RN	B3	4	30	4	30

Monte do Carmo	TO	B2	4	80	3	25
Monte Formoso	MG	A2	3	60	2	10
Monte Horebe	PB	B3	4	50	4	30
Monte Mor	SP	A1	1	10	2	5
Monte Negro	RO	A2	3	60	2	10
Monte Santo	BA	B3	3	50	4	30
Monte Santo de Minas	MG	A3	2	28	2	15
Monte Santo do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25
Monte Sião	MG	A2	2	30	2	10
Monteiro	PB	B3	5	55	4	30
Monteiro Lobato	SP	A2	3	14	2	10
Monteirópolis	AL	B3	3	70	4	30
Montenegro	RS	A3	1	18	2	15
Montes Altos	MA	B2	4	75	3	25
Montes Claros	MG	A2	4	40	2	10
Montes Claros de Goiás	GO	A3	3	45	2	15
Montezuma	MG	A3	4	65	2	15
Montividiu	GO	A2	3	30	2	10
Montividiu do Norte	GO	B3	4	50	4	30
Morada Nova	CE	B3	4	55	4	30
Morada Nova de Minas	MG	A3	3	40	2	15
Moraújo	CE	B2	4	55	3	25
Moreilândia	PE	B3	4	70	4	30
Moreira Sales	PR	A2	1	20	2	10
Moreno	PE	A1	2	7	2	5
Mormaço	RS	A3	2	18	2	15
Morpará	BA	B3	4	65	4	30
Morretes	PR	A2	3	16	2	10
Morrinhos	CE	B2	4	65	3	25
Morrinhos	GO	A2	2	40	2	10
Morrinhos do Sul	RS	A3	2	18	2	15
Morro Agudo	SP	A3	1	22	2	15
Morro Agudo de Goiás	GO	A3	2	30	2	15
Morro Cabeça no Tempo	PI	B3	4	75	4	30
Morro da Fumaça	SC	A2	1	14	2	10
Morro da Garça	MG	A3	3	40	2	15
Morro do Chapéu	BA	B3	4	65	4	30
Morro do Chapéu do Piauí	PI	B3	3	55	4	30
Morro do Pilar	MG	A2	2	20	2	10
Morro Grande	SC	A2	1	18	2	10
Morro Redondo	RS	A2	2	16	2	10
Morro Reuter	RS	A1	1	18	2	5
Morros	MA	A2	3	70	2	10
Mortugaba	BA	B3	4	65	4	30
Morungaba	SP	A2	2	12	2	10
Mossâmedes	GO	A3	2	22	2	15
Mossoró	RN	A2	4	70	2	10
Mostardas	RS	A1	3	25	2	5
Motuca	SP	A2	2	12	2	10
Mozarlândia	GO	A3	3	50	2	15
Muaná	PA	B3	5	65	4	30
Mucajaí	RR	B2	3	100	3	25
Mucambo	CE	B2	4	55	3	25
Mucugê	BA	B3	4	65	4	30
Muçum	RS	A3	1	18	2	15
Mucuri	BA	A2	3	35	2	10
Mucurici	ES	A2	2	60	2	10
Muitos Capões	RS	A3	3	25	2	15
Muliterno	RS	A2	1	20	2	10
Mulungu	CE	B3	3	20	4	30
Mulungu	PB	B3	2	35	4	30
Mulungu do Morro	BA	B3	4	65	4	30
Mundo Novo	BA	A2	4	60	2	10
Mundo Novo	GO	B3	4	60	4	30
Mundo Novo	MS	A3	2	45	2	15
Munhoz	MG	A2	2	30	2	10
Munhoz de Melo	PR	A2	1	14	2	10
Muniz Ferreira	BA	A2	2	30	2	10
Muniz Freire	ES	A3	2	18	2	15
Muquém de São Francisco	BA	B3	4	65	4	30
Muqui	ES	A2	2	30	2	10
Muriaé	MG	A2	2	28	2	10
Muribeca	SE	B3	4	40	4	30
Murici	AL	B3	3	16	4	30
Murici dos Portelas	PI	B2	3	55	3	25
Muricilândia	TO	B2	4	80	3	25
Muritiba	BA	A2	2	30	2	10
Murutinga do Sul	SP	A3	1	30	2	15
Mutuípe	BA	A2	3	35	2	10
Mutum	MG	A3	2	30	2	15
Mutunópolis	GO	B3	4	55	4	30
Muzambinho	MG	A3	2	28	2	15

Nacip Raydan	MG	A2	3	24	2	10	3144201	310020
Nantes	SP	A2	2	24	2	10	3532157	350018
Nanuque	MG	A2	3	50	2	10	3144300	310013
Não-Me-Toque	RS	A2	1	20	2	10	4312658	430028
Naque	MG	A2	3	30	2	10	3144359	310024
Narandiba	SP	A2	2	24	2	10	3532207	350018
Natal	RN	A1	2	7	2	5	2408102	240001
Natalândia	MG	A3	4	50	2	15	3144375	310063
Natércia	MG	A2	2	30	2	10	3144409	310050
Natividade	RJ	A2	2	30	2	10	3303104	330011
Natividade	TO	B2	4	80	3	25	1714203	170002
Natividade da Serra	SP	A2	3	40	2	10	3532306	350050
Natuba	PB	B3	5	35	4	30	2509909	250004
Navegantes	SC	A2	1	12	2	10	4211306	420020
Naviraí	MS	A3	2	45	2	15	5005707	500006
Nazaré	BA	A2	2	30	2	10	2922508	290006
Nazaré	TO	B3	4	80	4	30	1714302	170008
Nazaré da Mata	PE	A2	2	14	2	10	2609501	260006
Nazaré do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2206704	220017
Nazaré Paulista	SP	A2	2	16	2	10	3532405	350041
Nazareno	MG	A2	2	30	2	10	3144508	310039
Nazarezinho	PB	B2	4	55	3	25	2510006	250014
Nazária	PI	A1	3	15	2	5	2206720	220001
Nazário	GO	A3	2	22	2	15	5214408	520015

Neópolis	SE	B3	3	35	4	30	2804409	280003
Nepomuceno	MG	A2	3	26	2	10	3144607	310043
Nerópolis	GO	A1	2	20	2	5	5214507	520001
Neves Paulista	SP	A2	2	26	2	10	3532504	350025
Nhamundá	AM	C1	3	80	4	55	1303007	130010
Nhandeara	SP	A2	2	35	2	10	3532603	350027
Nicolau Vergueiro	RS	A2	1	20	2	10	4312674	430025
Nilo Peçanha	BA	A3	2	20	2	15	2922607	290005
Nilópolis	RJ	A1	2	10	2	5	3303203	330001
Nina Rodrigues	MA	B3	4	70	4	30	2107209	210004
Ninheira	MG	A3	4	65	2	15	3144656	310008
Nioaque	MS	B3	3	50	4	30	5005806	500011
Nipoã	SP	A2	2	30	2	10	3532702	350025
Niquelândia	GO	B3	4	60	4	30	5214606	520017
Nísia Floresta	RN	A1	2	20	2	5	2408201	240001
Niterói	RJ	A1	2	5	2	5	3303302	330001
Nobres	MT	A2	3	90	2	10	5105903	510001
Nonoai	RS	A3	1	20	2	15	4312708	430035
Nordestina	BA	B3	3	50	4	30	2922656	290032
Normandia	RR	B2	3	80	3	25	1400407	140002
Nortelândia	MT	B3	3	80	4	30	5106000	510003
Nossa Senhora Aparecida	SE	B3	4	70	4	30	2804458	280004
Nossa Senhora da Glória	SE	B3	4	70	4	30	2804508	280006
Nossa Senhora das Dores	SE	A2	4	40	2	10	2804607	280001
Nossa Senhora das Graças	PR	A2	1	16	2	10	4116406	410019
Nossa Senhora de Lourdes	SE	B3	3	60	4	30	2804706	280003
Nossa Senhora de Nazaré	PI	B3	4	55	4	30	2206753	220003
Nossa Senhora do Livramento	MT	A2	3	80	2	10	5106109	510001
Nossa Senhora do Socorro	SE	A2	2	10	2	10	2804805	280001
Nossa Senhora dos Remédios	PI	B3	3	55	4	30	2206803	220005
Nova Aliança	SP	A2	2	20	2	10	3532801	350025
Nova Aliança do Ivaí	PR	A2	1	24	2	10	4116505	410017
Nova Alvorada	RS	A2	1	20	2	10	4312757	430030
Nova Alvorada do Sul	MS	A1	2	30	2	5	5006002	500001
Nova América	GO	A3	2	30	2	15	5214705	520018
Nova América da Colina	PR	A3	1	18	2	15	4116604	410024
Nova Andradina	MS	A3	2	40	2	15	5006200	500007
Nova Araçá	RS	A3	1	20	2	15	4312807	430038
Nova Aurora	GO	A3	3	45	2	15	5214804	520004
Nova Aurora	PR	A2	1	18	2	10	4116703	410006
Nova Bandeirantes	MT	B3	3	100	4	30	5106158	510010
Nova Bassano	RS	A3	1	20	2	15	4312906	430038
Nova Belém	MG	A3	2	30	2	15	3144672	310022
Nova Boa Vista	RS	A2	1	20	2	10	4312955	430028
Nova Brasilândia	MT	A2	3	90	2	10	5106208	510001
Nova Brasilândia D'Oeste	RO	C1	3	60	4	55	1100148	110005
Nova Bréscia	RS	A3	1	18	2	15	4313003	430043
Nova Campina	SP	A2	3	20	2	10	3532827	350004
Nova Canaã	BA	A2	3	35	2	10	2922706	290011
Nova Canaã do Norte	MT	B3	3	100	4	30	5106216	510007
Nova Canaã Paulista	SP	A3	1	26	2	15	3532843	350030
Nova Candelária	RS	A3	1	20	2	15	4313011	430023
Nova Cantu	PR	A2	1	20	2	10	4116802	410015
Nova Castilho	SP	A2	1	35	2	10	3532868	350022
Nova Colinas	MA	B3	5	75	4	30	2107258	210022
Nova Crixás	GO	A3	4	60	2	15	5214838	520005
Nova Cruz	RN	B3	3	35	4	30	2408300	240002
Nova Era	MG	A2	2	20	2	10	3144706	310026
Nova Erechim	SC	A2	1	18	2	10	4211405	420007
Nova Esperança	PR	A2	1	20	2	10	4116901	410014
Nova Esperança do Piriá	PA	B3	3	75	4	30	1504950	150008
Nova Esperança do Sudoeste	PR	A3	1	20	2	15	4116950	410009
Nova Esperança do Sul	RS	B3	2	22	4	30	4313037	430014
Nova Europa	SP	A2	2	12	2	10	3532900	350036
Nova Fátima	BA	A2	3	50	2	10	2922730	290029
Nova Fátima	PR	A3	1	18	2	15	4117008	410024
Nova Floresta	PB	B3	3	30	4	30	2510105	250006
Nova Friburgo	RJ	A2	3	10	2	10	3303401	330008
Nova Glória	GO	A3	2	20	2	15	5214861	520018
Nova Granada	SP	A2	2	22	2	10	3533007	350025
Nova Guarita	MT	B3	3	90	4	30	5108808	510007
Nova Guataporanga	SP	A3	2	18	2	15	3533106	350020
Nova Hartz	RS	A1	1	14	2	5	4313060	430002
Nova Ibiá	BA	A2	2	20	2	10	2922755	290014
Nova Iguaçu	RJ	A1	2	10	2	5	3303500	330001
Nova Iguaçu de Goiás	GO	B3	4	60	4	30	5214879	520017
Nova Independência	SP	A3	1	35	2	15	3533205	350024
Nova Iorque	MA	B3	4	70	4	30	2107308	210017
Nova Ipixuna	PA	B2	4	70	3	25	1504976	150009
Nova Itaberaba	SC	A2	1	20	2	10	4211454	420007
Nova Itarana	BA	A2	3	35	2	10	2922805	290003
Nova Lacerda	MT	B3	3	100	4	30	5106182	510005
Nova Laranjeiras	PR	A2	2	18	2	10	4117057	410011
Nova Lima	MG	A1	1	7	2	5	3144805	310001
Nova Londrina	PR	A2	1	24	2	10	4117107	410017
Nova Luzitânia	SP	A2	1	35	2	10	3533304	350022
Nova Mamoré	RO	A2	3	60	2	10	1100338	110001
Nova Marilândia	MT	B3	3	80	4	30	5108857	510003
Nova Maringá	MT	B3	3	100	4	30	5108907	510003
Nova Módica	MG	A2	3	30	2	10	3144904	310013
Nova Monte Verde	MT	B3	3	100	4	30	5108956	510010
Nova Mutum	MT	B3	3	100	4	30	5106224	510008
Nova Nazaré	MT	B3	3	80	4	30	5106174	510015
Nova Odessa	SP	A1	1	10	2	5	3533403	350038
Nova Olímpia	MT	B3	3	80	4	30	5106232	510002
Nova Olímpia	PR	A2	1	22	2	10	4117206	410016
Nova Olinda	CE	A2	4	55	2	10	2309201	230011
Nova Olinda	PB	B3	4	60	4	30	2510204	250010
Nova Olinda	TO	B2	4	80	3	25	1714880	170005
Nova Olinda do Maranhão	MA	B2	4	75	3	25	2107357	210009
Nova Olinda do Norte	AM	A1	3	80	2	5	1303106	130001
Nova Pádua	RS	A2	2	12	2	10	4313086	430036
Nova Palma	RS	A2	1	20	2	10	4313102	430011
Nova Palmeira	PB	B3	5	30	4	30	2510303	250006
Nova Petrópolis	RS	A2	1	18	2	10	4313201	430036
Nova Ponte	MG	A2	3	35	2	10	3145000	310055

Nova Porteirinha	MG	A3	4	65	2	15	3145059	310007
Nova Prata	RS	A3	1	20	2	15	4313300	430038
Nova Prata do Iguaçu	PR	A3	1	20	2	15	4117255	410012
Nova Ramada	RS	A2	1	20	2	10	4313334	430018
Nova Redenção	BA	B3	4	65	4	30	2922854	290031
Nova Resende	MG	A3	2	28	2	15	3145109	310044
Nova Roma	GO	B3	4	70	4	30	5214903	520021
Nova Roma do Sul	RS	A2	2	12	2	10	4313359	430036
Nova Rosalândia	TO	B2	4	80	3	25	1715002	170003
Nova Russas	CE	B3	4	70	4	30	2309300	230013
Nova Santa Bárbara	PR	A3	1	18	2	15	4117214	410024
Nova Santa Helena	MT	B3	3	100	4	30	5106190	510007
Nova Santa Rita	PI	B3	4	70	4	30	2207959	220014
Nova Santa Rita	RS	A1	1	7	2	5	4313375	430001
Nova Santa Rosa	PR	A2	1	18	2	10	4117222	410013
Nova Serrana	MG	A2	3	35	2	10	3145208	310065
Nova Soure	BA	B3	3	30	4	30	2922904	290025
Nova Tebas	PR	A3	2	20	2	15	4117271	410005
Nova Timboteua	PA	B3	3	55	4	30	1505007	150006
Nova Trento	SC	A2	2	18	2	10	4211504	420021
Nova Ubiratã	MT	B3	3	90	4	30	5106240	510008
Nova União	MG	A1	1	7	2	5	3136603	310001
Nova União	RO	B2	3	60	3	25	1101435	110004
Nova Venécia	ES	A3	2	20	2	15	3203908	320006
Nova Veneza	GO	A1	2	22	2	5	5215009	520001
Nova Veneza	SC	A2	1	18	2	10	4211603	420002
Nova Viçosa	BA	A2	3	35	2	10	2923001	290008
Nova Xavantina	MT	A3	3	80	2	15	5106257	510013
Novais	SP	A2	2	16	2	10	3533254	350026
Novo Acordo	TO	B3	4	80	4	30	1715101	170001
Novo Airão	AM	A1	3	100	2	5	1303205	130004
Novo Alegre	TO	B3	4	80	4	30	1715150	170011
Novo Aripuanã	AM	C1	3	100	4	55	1303304	130009
Novo Barreiro	RS	A2	2	16	2	10	4313490	430034
Novo Brasil	GO	A3	2	20	2	15	5215207	520005
Novo Cabrais	RS	A2	2	20	2	10	4313391	430013
Novo Cruzeiro	MG	A2	4	65	2	10	3145307	310013
Novo Gama	GO	A2	3	40	2	10	5215231	520019
Novo Hamburgo	RS	A1	1	7	2	5	4313409	430002
Novo Horizonte	BA	B3	4	65	4	30	2923035	290034
Novo Horizonte	SC	A2	1	20	2	10	4211652	420013
Novo Horizonte	SP	A2	2	22	2	10	3533502	350025
Novo Horizonte do Norte	MT	C1	3	100	4	55	5106273	510012
Novo Horizonte do Oeste	RO	C1	3	60	4	55	1100502	110005
Novo Horizonte do Sul	MS	A3	2	30	2	15	5006259	500007
Novo Itacolomi	PR	A2	1	16	2	10	4117297	410023
Novo Jardim	TO	B3	4	80	4	30	1715259	170011
Novo Lino	AL	B3	3	16	4	30	2705606	270002
Novo Machado	RS	A3	1	20	2	15	4313425	430019
Novo Mundo	MT	B3	3	90	4	30	5106265	510011
Novo Oriente	CE	B3	5	80	4	30	2309409	230013
Novo Oriente de Minas	MG	A2	3	40	2	10	3145356	310013
Novo Oriente do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2206902	220004
Novo Planalto	GO	B3	4	70	4	30	5215256	520016
Novo Progresso	PA	B2	3	75	3	25	1505031	150016
Novo Repartimento	PA	B3	4	70	4	30	1505064	150011
Novo Santo Antônio	MT	B3	3	80	4	30	5106315	510014
Novo Santo Antônio	PI	A1	4	55	2	5	2206951	220001
Novo São Joaquim	MT	A3	3	80	2	15	5106281	510013
Novo Tiradentes	RS	A3	1	20	2	15	4313441	430029
Novo Triunfo	BA	B3	3	30	4	30	2923050	290028
Novo Xingu	RS	A2	1	20	2	10	4313466	430028
Novorizonte	MG	A3	4	65	2	15	3145372	310008
Nuporanga	SP	A3	2	22	2	15	3533601	350034
Óbidos	PA	C1	3	75	4	55	1505106	150017
Ocara	CE	B3	3	40	4	30	2309458	230003
Ocauçu	SP	A2	2	14	2	10	3533700	350013
Oeiras	PI	B3	4	70	4	30	2207009	220011
Oeiras do Pará	PA	B2	4	70	3	25	1505205	150002
Oiapoque	AP	C1	3	70	4	55	1600501	160003
Olaria	MG	A2	2	24	2	10	3145406	310027
Óleo	SP	A2	2	20	2	10	3533809	350007
Olho d'Água	PB	B2	4	60	3	25	2510402	250009
Olho d'Água das Cunhãs	MA	B2	3	60	3	25	2107407	210010
Olho d'Água das Flores	AL	B3	3	70	4	30	2705705	270011
Olho d'Água do Casado	AL	B3	4	70	4	30	2705804	270009
Olho D'Água do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2207108	220002
Olho d'Água Grande	AL	A2	3	35	2	10	2705903	270007
Olho-d'Água do Borges	RN	B3	4	45	4	30	2408409	240010
Olhos-d'Água	MG	A2	4	40	2	10	3145455	310006
Olímpia	SP	A2	1	20	2	10	3533908	350032
Olímpio Noronha	MG	A3	2	30	2	15	3145505	310053
Olinda	PE	A1	2	7	2	5	2609600	260001
Olinda Nova do Maranhão	MA	B3	3	55	4	30	2107456	210005
Olindina	BA	B3	3	30	4	30	2923100	290025
Olivedos	PB	A2	5	55	2	10	2510501	250005
Oliveira	MG	A3	3	30	2	15	3145604	310069
Oliveira de Fátima	TO	B2	4	80	3	25	1715507	170002
Oliveira dos Brejinhos	BA	B3	4	65	4	30	2923209	290021
Oliveira Fortes	MG	A2	2	24	2	10	3145703	310027
Olivença	AL	B3	3	70	4	30	2706000	270010
Onça de Pitangui	MG	A2	2	20	2	10	3145802	310068
Onda Verde	SP	A2	2	22	2	10	3534005	350025
Oratórios	MG	A3	2	26	2	15	3145851	310030
Oriente	SP	A2	2	14	2	10	3534104	350013
Orindiúva	SP	A2	1	30	2	10	3534203	350025
Oriximiná	PA	C1	3	75	4	55	1505304	150017
Orizânia	MG	A2	2	24	2	10	3145877	310034
Orizona	GO	A3	3	35	2	15	5215306	520006
Orlândia	SP	A3	1	22	2	15	3534302	350034
Orleans	SC	A2	1	14	2	10	4211702	420002
Orobó	PE	A3	3	22	2	15	2609709	260004
Orocó	PE	A2	4	55	2	10	2609808	260015
Orós	CE	B2	4	40	3	25	2309508	230010
Ortigueira	PR	A2	2	20	2	10	4117305	410028
Osasco	SP	A1	1	5	2	5	3534401	350001

Oscar Bressane	SP	A2	2	20	2	10	3534500	350013
Osório	RS	A3	2	18	2	15	4313508	430003
Osvaldo Cruz	SP	A3	2	18	2	15	3534609	350019
Otacílio Costa	SC	A2	3	20	2	10	4211751	420005
Ourém	PA	B3	4	55	4	30	1505403	150008
Ouriçangas	BA	A2	3	30	2	10	2923308	290029
Ouricuri	PE	B3	4	70	4	30	2609907	260016
Ourilândia do Norte	PA	C1	3	75	4	55	1505437	150013
Ourinhos	SP	A2	2	20	2	10	3534708	350015
Ourizona	PR	A2	1	16	2	10	4117404	410014
Ouro	SC	A3	2	18	2	15	4211801	420008
Ouro Branco	AL	B3	3	70	4	30	2706109	270010
Ouro Branco	MG	A2	2	20	2	10	3145901	310038
Ouro Branco	RN	B3	5	35	4	30	2408508	240007
Ouro Fino	MG	A2	2	30	2	10	3146008	310050
Ouro Preto	MG	A2	2	20	2	10	3146107	310003
Ouro Preto do Oeste	RO	B2	3	60	3	25	1100155	110004
Ouro Velho	PB	B3	5	55	4	30	2510600	250007
Ouro Verde	SC	A3	1	20	2	15	4211850	420011
Ouro Verde	SP	A3	2	20	2	15	3534807	350020
Ouro Verde de Goiás	GO	A2	2	20	2	10	5215405	520002
Ouro Verde de Minas	MG	A2	3	50	2	10	3146206	310013
Ouro Verde do Oeste	PR	A2	1	18	2	10	4117453	410008
Ouroeste	SP	A2	1	30	2	10	3534757	350029
Ourolândia	BA	B3	4	60	4	30	2923357	290030
Ouvidor	GO	A3	3	40	2	15	5215504	520004
Pacaembu	SP	A3	2	18	2	15	3534906	350019
Pacajá	PA	B3	4	70	4	30	1505486	150011
Pacajus	CE	A1	3	16	2	5	2309607	230001
Pacaraima	RR	B2	3	80	3	25	1400456	140002
Pacatuba	CE	A1	2	15	2	5	2309706	230001
Pacatuba	SE	B3	3	20	4	30	2804904	280003
Paço do Lumiar	MA	A2	3	30	2	10	2107506	210001
Pacoti	CE	B3	3	20	4	30	2309805	230003
Pacujá	CE	B2	4	55	3	25	2309904	230015
Padre Bernardo	GO	A2	3	40	2	10	5215603	520020
Padre Carvalho	MG	A3	4	50	2	15	3146255	310008
Padre Marcos	PI	B3	4	70	4	30	2207207	220009
Padre Paraíso	MG	A2	4	65	2	10	3146305	310013
Paes Landim	PI	B3	4	70	4	30	2207306	220012
Pai Pedro	MG	A3	4	65	2	15	3146552	310007
Paial	SC	A2	2	20	2	10	4211876	420007
Paiçandu	PR	A2	1	16	2	10	4117503	410014
Paim Filho	RS	A2	1	20	2	10	4313607	430032
Paineiras	MG	A3	3	40	2	15	3146404	310070
Painel	SC	A2	3	20	2	10	4211892	420005
Pains	MG	A3	3	35	2	15	3146503	310066
Paiva	MG	A2	2	24	2	10	3146602	310027
Pajeú do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2207355	220019
Palestina	AL	B3	3	70	4	30	2706208	270011
Palestina	SP	A2	2	24	2	10	3535002	350025
Palestina de Goiás	GO	A3	3	60	2	15	5215652	520014
Palestina do Pará	PA	B2	4	70	3	25	1505494	150009
Palhano	CE	B3	4	55	4	30	2310001	230007
Palhoça	SC	A2	1	12	2	10	4211900	420001
Palma	MG	A2	2	30	2	10	3146701	310032
Palma Sola	SC	A3	1	18	2	15	4212007	420009
Palmácia	CE	A1	3	20	2	5	2310100	230001
Palmares	PE	B3	2	14	4	30	2610004	260003
Palmares do Sul	RS	A1	2	18	2	5	4313656	430001
Palmares Paulista	SP	A2	2	16	2	10	3535101	350026
Palmas	PR	A3	2	24	2	15	4117602	410010
Palmas	TO	B3	4	80	4	30	1721000	170001
Palmas de Monte Alto	BA	B3	4	65	4	30	2923407	290016
Palmeira	PR	A2	2	16	2	10	4117701	410027
Palmeira	SC	A2	3	20	2	10	4212056	420005
Palmeira d'Oeste	SP	A3	1	22	2	15	3535200	350028
Palmeira das Missões	RS	A2	2	16	2	10	4313706	430034
Palmeira do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2207405	220016
Palmeira dos Índios	AL	B3	3	35	4	30	2706307	270008
Palmeirais	PI	B3	4	70	4	30	2207504	220002
Palmeirândia	MA	B3	3	55	4	30	2107605	210002
Palmeirante	TO	B2	4	80	3	25	1715705	170007
Palmeiras	BA	B3	4	65	4	30	2923506	290034
Palmeiras de Goiás	GO	A3	3	22	2	15	5215702	520015
Palmeiras do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1713809	170008
Palmeirina	PE	A2	3	45	2	10	2610103	260010
Palmeirópolis	TO	A2	4	80	2	10	1715754	170010
Palmelo	GO	A3	3	30	2	15	5215801	520006
Palminópolis	GO	A3	3	30	2	15	5215900	520015
Palmital	PR	A3	2	20	2	15	4117800	410005
Palmital	SP	A2	2	20	2	10	3535309	350014
Palmitinho	RS	A3	1	20	2	15	4313805	430029
Palmitos	SC	A2	1	20	2	10	4212106	420007
Palmópolis	MG	A3	3	60	2	15	3146750	310015
Palotina	PR	A2	1	18	2	10	4117909	410008
Panamá	GO	A2	2	20	2	10	5216007	520007
Panambi	RS	A2	1	20	2	10	4313904	430018
Pancas	ES	A2	2	20	2	10	3204005	320005
Panelas	PE	A2	3	35	2	10	2610202	260009
Panorama	SP	A3	2	30	2	15	3535408	350020
Pantano Grande	RS	A2	2	20	2	10	4313953	430040
Pão de Açúcar	AL	B3	3	70	4	30	2706406	270011
Papagaios	MG	A2	3	20	2	10	3146909	310068
Papanduva	SC	A3	2	16	2	15	4212205	420017
Paquetá	PI	B3	4	70	4	30	2207553	220009
Pará de Minas	MG	A2	2	20	2	10	3147105	310068
Paracambi	RJ	A1	2	10	2	5	3303609	330001
Paracatu	MG	A2	4	50	2	10	3147006	310062
Paracuru	CE	A1	4	45	2	5	2310209	230001
Paragominas	PA	B3	4	55	4	30	1505502	150007
Paraguaçu	MG	A3	3	26	2	15	3147204	310042
Paraguaçu Paulista	SP	A2	2	20	2	10	3535507	350014
Paraí	RS	A3	1	20	2	15	4314001	430038
Paraíba do Sul	RJ	A2	3	28	2	10	3303708	330009
Paraibano	MA	B3	4	70	4	30	2107704	210017

Paraibuna	SP	A2	3	30	2	10	3535606	350049
Paraipaba	CE	A1	4	45	2	5	2310258	230001
Paraíso	SC	A3	1	20	2	15	4212239	420009
Paraíso	SP	A2	2	16	2	10	3535705	350026
Paraíso das Águas	MS	A3	3	40	2	15	5006275	500003
Paraíso do Norte	PR	A2	1	24	2	10	4118006	410017
Paraíso do Sul	RS	A2	2	20	2	10	4314027	430013
Paraíso do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1716109	170003
Paraisópolis	MG	A2	2	30	2	10	3147303	310052
Parambu	CE	B3	5	90	4	30	2310308	230014
Paramirim	BA	B3	4	65	4	30	2923605	290013
Paramoti	CE	B3	5	50	4	30	2310407	230004
Paraná	RN	B3	4	40	4	30	2408607	240010
Paranã	TO	A2	4	80	2	10	1716208	170010
Paranacity	PR	A2	1	24	2	10	4118105	410019
Paranaguá	PR	A2	3	16	2	10	4118204	410002
Paranaíba	MS	A3	3	40	2	15	5006309	500003
Paranaiguara	GO	A3	2	30	2	15	5216304	520012
Paranaíta	MT	B3	3	100	4	30	5106299	510010
Paranapanema	SP	A2	2	22	2	10	3535804	350007
Paranapoema	PR	A2	1	24	2	10	4118303	410019
Paranapuã	SP	A3	1	30	2	15	3535903	350028
Paranatama	PE	A2	3	35	2	10	2610301	260010
Paranatinga	MT	B3	3	90	4	30	5106307	510017
Paranavaí	PR	A2	1	20	2	10	4118402	410017
Paranhos	MS	A2	2	45	2	10	5006358	500009
Paraopeba	MG	A2	3	20	2	10	3147402	310002
Parapuã	SP	A2	2	18	2	10	3536000	350016
Pararí	PB	B3	5	55	4	30	2510659	250008
Paratinga	BA	B3	4	65	4	30	2923704	290017
Paraty	RJ	A2	3	16	2	10	3303807	330002
Paraú	RN	B3	4	55	4	30	2408706	240011
Parauapebas	PA	B3	4	70	4	30	1505536	150010
Paraúna	GO	A3	3	30	2	15	5216403	520015
Parazinho	RN	B3	4	50	4	30	2408805	240005
Pardinho	SP	A2	2	24	2	10	3536109	350011
Pareci Novo	RS	A3	1	18	2	15	4314035	430007
Parecis	RO	C1	3	60	4	55	1101450	110005
Parelhas	RN	B3	5	30	4	30	2408904	240007
Pariconha	AL	B3	4	70	4	30	2706422	270009
Parintins	AM	C1	3	80	4	55	1303403	130010
Paripiranga	BA	B3	3	30	4	30	2923803	290027
Paripueira	AL	A1	3	18	2	5	2706448	270001
Pariquera-Açu	SP	A3	3	16	2	15	3536208	350005
Parisi	SP	A2	1	24	2	10	3536257	350027
Parnaguá	PI	B3	4	75	4	30	2207603	220015
Parnaíba	PI	B2	3	55	3	25	2207702	220006
Parnamirim	PE	B3	4	65	4	30	2610400	260017
Parnamirim	RN	A1	2	10	2	5	2403251	240001
Parnarama	MA	A2	4	55	2	10	2107803	210014
Parobé	RS	A3	1	18	2	15	4314050	430004
Passa e Fica	RN	B3	3	35	4	30	2409100	240002
Passa Quatro	MG	A3	2	30	2	15	3147600	310053
Passa Sete	RS	A2	1	20	2	10	4314068	430042
Passa Tempo	MG	A3	3	30	2	15	3147709	310069
Passa Vinte	MG	A2	2	30	2	10	3147808	310027
Passabém	MG	A2	2	20	2	10	3147501	310005
Passagem	PB	B2	4	60	3	25	2510709	250009
Passagem	RN	B3	3	35	4	30	2409209	240002
Passagem Franca	MA	B3	3	70	4	30	2107902	210017
Passagem Franca do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2207751	220002
Passira	PE	A3	3	35	2	15	2610509	260004
Passo de Camaragibe	AL	B3	3	16	4	30	2706505	270002
Passo de Torres	SC	A3	2	20	2	15	4212254	420004
Passo do Sobrado	RS	A2	2	20	2	10	4314076	430040
Passo Fundo	RS	A2	2	16	2	10	4314100	430025
Passos	MG	A2	3	26	2	10	3147907	310041
Passos Maia	SC	A3	2	18	2	15	4212270	420011
Pastos Bons	MA	B3	4	70	4	30	2108009	210017
Patis	MG	A2	4	50	2	10	3147956	310006
Pato Bragado	PR	A2	1	18	2	10	4118451	410013
Pato Branco	PR	A3	1	18	2	15	4118501	410010
Patos	PB	B2	4	55	3	25	2510808	250009
Patos de Minas	MG	A2	3	40	2	10	3148004	310062
Patos do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2207777	220010
Patrocínio	MG	A3	3	40	2	15	3148103	310064
Patrocínio do Muriaé	MG	A2	2	28	2	10	3148202	310031
Patrocínio Paulista	SP	A2	2	16	2	10	3536307	350033
Patu	RN	B3	4	45	4	30	2409308	240010
Paty do Alferes	RJ	A2	3	16	2	10	3303856	330006
Pau Brasil	BA	A2	2	35	2	10	2923902	290010
Pau D'Arco	PA	B3	4	75	4	30	1505551	150012
Pau D'Arco	TO	B2	4	80	3	25	1716307	170005
Pau D'Arco do Piauí	PI	A1	3	30	2	5	2207793	220001
Pau dos Ferros	RN	B3	4	60	4	30	2409407	240010
Paudalho	PE	A1	2	14	2	5	2610608	260001
Pauini	AM	C1	3	100	4	55	1303502	130008
Paula Cândido	MG	A3	2	28	2	15	3148301	310033
Paula Freitas	PR	A3	2	24	2	15	4118600	410003
Paulicéia	SP	A3	2	30	2	15	3536406	350020
Paulínia	SP	A1	1	10	2	5	3536505	350038
Paulino Neves	MA	B3	3	70	4	30	2108058	210007
Paulista	PB	B2	4	55	3	25	2510907	250012
Paulista	PE	A1	2	7	2	5	2610707	260001
Paulistana	PI	B3	4	70	4	30	2207801	220010
Paulistânia	SP	A2	2	12	2	10	3536570	350009
Paulistas	MG	A3	3	24	2	15	3148400	310021
Paulo Afonso	BA	B2	4	70	3	25	2924009	290024
Paulo Bento	RS	A2	1	20	2	10	4314134	430026
Paulo de Faria	SP	A2	1	30	2	10	3536604	350025
Paulo Frontin	PR	A3	2	24	2	15	4118709	410003
Paulo Jacinto	AL	B3	3	35	4	30	2706604	270008
Paulo Lopes	SC	A2	1	12	2	10	4212304	420001
Paulo Ramos	MA	B2	4	60	3	25	2108108	210010
Pavão	MG	A2	3	40	2	10	3148509	310013
Paverama	RS	A3	2	18	2	15	4314159	430041
Pavussu	PI	B3	4	70	4	30	2207850	220019
Pé de Serra	BA	A2	3	50	2	10	2924058	290029
Peabiru	PR	A2	1	20	2	10	4118808	410015
Peçanha	MG	A3	3	24	2	15	3148608	310021
Pederneiras	SP	A2	2	14	2	10	3536703	350009

Pedra	PE	B3	4	35	4	30	2610806	260011
Pedra Azul	MG	A3	4	65	2	15	3148707	310018
Pedra Bela	SP	A2	2	20	2	10	3536802	350041
Pedra Bonita	MG	A2	2	26	2	10	3148756	310034
Pedra Branca	CE	B3	4	50	4	30	2310506	230006
Pedra Branca	PB	B3	4	60	4	30	2511004	250010
Pedra Branca do Amapari	AP	B2	3	50	3	25	1600154	160004
Pedra do Anta	MG	A3	2	22	2	15	3148806	310033
Pedra do Indaiá	MG	A2	3	30	2	10	3148905	310065
Pedra Dourada	MG	A2	2	28	2	10	3149002	310034
Pedra Grande	RN	B3	5	60	4	30	2409506	240005
Pedra Lavrada	PB	B3	5	30	4	30	2511103	250006
Pedra Mole	SE	B3	4	70	4	30	2805000	280004
Pedra Preta	MT	A2	3	60	2	10	5106372	510016
Pedra Preta	RN	B3	4	50	4	30	2409605	240005
Pedralva	MG	A2	2	30	2	10	3149101	310052
Pedranópolis	SP	A2	1	26	2	10	3536901	350029
Pedrão	BA	A2	3	30	2	10	2924108	290002
Pedras Altas	RS	A2	2	35	2	10	4314175	430010
Pedras de Fogo	PB	A2	2	10	2	10	2511202	250001
Pedras de Maria da Cruz	MG	A3	4	65	2	15	3149150	310009
Pedras Grandes	SC	A2	1	14	2	10	4212403	420003
Pedregulho	SP	A2	2	20	2	10	3537008	350033
Pedreira	SP	A1	2	18	2	5	3537107	350038
Pedreiras	MA	B2	3	60	3	25	2108207	210012
Pedrinhas	SE	B3	3	30	4	30	2805109	280002
Pedrinhas Paulista	SP	A2	2	20	2	10	3537156	350014
Pedrinópolis	MG	A2	3	35	2	10	3149200	310056
Pedro Afonso	TO	B3	4	80	4	30	1716505	170006
Pedro Alexandre	BA	B3	4	70	4	30	2924207	290028
Pedro Avelino	RN	B3	5	60	4	30	2409704	240005
Pedro Canário	ES	A2	2	20	2	10	3204054	320003
Pedro de Toledo	SP	A2	3	10	2	10	3537206	350002
Pedro do Rosário	MA	B3	3	55	4	30	2108256	210002
Pedro Gomes	MS	B3	3	60	4	30	5006408	500004
Pedro II	PI	B2	4	60	3	25	2207900	220007
Pedro Laurentino	PI	B3	4	70	4	30	2207934	220014
Pedro Leopoldo	MG	A1	1	7	2	5	3149309	310001
Pedro Osório	RS	A2	2	16	2	10	4314209	430009
Pedro Régis	PB	B3	2	16	4	30	2512721	250003
Pedro Teixeira	MG	A2	2	24	2	10	3149408	310027
Pedro Velho	RN	B3	2	20	4	30	2409803	240003
Peixe	TO	A2	4	80	2	10	1716604	170010
Peixe-Boi	PA	B3	3	55	4	30	1505601	150006
Peixoto de Azevedo	MT	B3	3	90	4	30	5106422	510011
Pejuçara	RS	A2	1	20	2	10	4314308	430018
Pelotas	RS	A2	2	16	2	10	4314407	430009
Penaforte	CE	B3	4	45	4	30	2310605	230012
Penalva	MA	B3	3	55	4	30	2108306	210005
Penápolis	SP	A2	2	30	2	10	3537305	350023
Pendências	RN	B3	4	65	4	30	2409902	240011
Penedo	AL	B3	3	50	4	30	2706703	270003
Penha	SC	A2	1	12	2	10	4212502	420020
Pentecoste	CE	B3	4	50	4	30	2310704	230005
Pequeri	MG	A2	2	24	2	10	3149507	310035
Pequi	MG	A2	3	20	2	10	3149606	310068
Pequizeiro	TO	B3	4	80	4	30	1716653	170006
Perdigão	MG	A2	3	35	2	10	3149705	310065
Perdizes	MG	A2	3	35	2	10	3149804	310056
Perdões	MG	A2	3	30	2	10	3149903	310043
Pereira Barreto	SP	A3	1	30	2	15	3537404	350024
Pereiras	SP	A2	2	30	2	10	3537503	350008
Pereiro	CE	B3	4	55	4	30	2310803	230007
Peri Mirim	MA	B3	3	55	4	30	2108405	210002
Periquito	MG	A2	3	30	2	10	3149952	310024
Peritiba	SC	A3	2	18	2	15	4212601	420010
Peritoró	MA	B2	4	70	3	25	2108454	210015
Perobal	PR	A2	1	20	2	10	4118857	410016
Pérola	PR	A2	1	20	2	10	4118907	410016
Pérola d'Oeste	PR	A3	1	20	2	15	4119004	410009
Perolândia	GO	A2	3	40	2	10	5216452	520011
Peruíbe	SP	A2	3	10	2	10	3537602	350002
Pescador	MG	A2	3	30	2	10	3150000	310013
Pescaria Brava	SC	A2	2	16	2	10	4212650	420003
Pesqueira	PE	A2	3	20	2	10	2610905	260012
Petrolândia	PE	B3	4	55	4	30	2611002	260013
Petrolândia	SC	A3	1	18	2	15	4212700	420024
Petrolina	PE	A2	4	55	2	10	2611101	260015
Petrolina de Goiás	GO	A2	2	26	2	10	5216809	520002
Petrópolis	RJ	A2	3	10	2	10	3303906	330007
Piaçabuçu	AL	B3	3	60	4	30	2706802	270003
Piacatu	SP	A2	2	30	2	10	3537701	350023
Piancó	PB	B3	4	60	4	30	2511301	250010
Piatã	BA	B3	4	65	4	30	2924306	290034
Piau	MG	A2	2	30	2	10	3150109	310027
Picada Café	RS	A2	1	18	2	10	4314423	430036
Piçarra	PA	B2	4	75	3	25	1505635	150009
Picos	PI	B3	4	70	4	30	2208007	220009
Picuí	PB	B3	5	30	4	30	2511400	250006
Piedade	SP	A2	3	16	2	10	3537800	350003
Piedade de Caratinga	MG	A2	2	20	2	10	3150158	310025
Piedade de Ponte Nova	MG	A3	2	26	2	15	3150208	310030
Piedade do Rio Grande	MG	A2	2	30	2	10	3150307	310039
Piedade dos Gerais	MG	A3	2	20	2	15	3150406	310069
Piên	PR	A1	2	20	2	5	4119103	410001
Pilão Arcado	BA	A2	4	65	2	10	2924405	290022
Pilar	AL	A1	2	12	2	5	2706901	270001
Pilar	PB	A2	3	30	2	10	2511509	250001
Pilar de Goiás	GO	A3	4	50	2	15	5216908	520018
Pilar do Sul	SP	A2	3	16	2	10	3537909	350003
Pilões	PB	B3	2	25	4	30	2511608	250002
Pilões	RN	B3	4	55	4	30	2410009	240010
Pilõezinhos	PB	B3	2	24	4	30	2511707	250002
Pimenta	MG	A3	3	35	2	15	3150505	310066
Pimenta Bueno	RO	C1	3	60	4	55	1100189	110005
Pimenteiras	PI	B3	4	70	4	30	2208106	220004

Pimenteiras do Oeste	RO	B3	3	60	4	30	1101468	110006
Pindaí	BA	B3	4	65	4	30	2924504	290016
Pindamonhangaba	SP	A2	3	16	2	10	3538006	350050
Pindaré-Mirim	MA	B2	4	60	3	25	2108504	210009
Pindoba	AL	B3	3	16	4	30	2707008	270006
Pindobaçu	BA	B3	4	65	4	30	2924603	290023
Pindorama	SP	A2	2	16	2	10	3538105	350026
Pindorama do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1717008	170002
Pindoretama	CE	A1	3	28	2	5	2310852	230001
Pingo-d'Água	MG	A2	2	20	2	10	3150539	310024
Pinhais	PR	A1	1	12	2	5	4119152	410001
Pinhal	RS	A3	2	16	2	15	4314456	430029
Pinhal da Serra	RS	A3	3	25	2	15	4314464	430039
Pinhal de São Bento	PR	A3	1	20	2	15	4119251	410009
Pinhal Grande	RS	A2	2	35	2	10	4314472	430011
Pinhalão	PR	A3	2	18	2	15	4119202	410026
Pinhalzinho	SC	A2	1	20	2	10	4212908	420007
Pinhalzinho	SP	A2	2	16	2	10	3538204	350041
Pinhão	PR	A2	2	20	2	10	4119301	410004
Pinhão	SE	B3	4	70	4	30	2805208	280004
Pinheiral	RJ	A2	3	16	2	10	3303955	330004
Pinheirinho do Vale	RS	A3	1	20	2	15	4314498	430029
Pinheiro	MA	B3	3	55	4	30	2108603	210002
Pinheiro Machado	RS	A2	2	35	2	10	4314506	430010
Pinheiro Preto	SC	A3	2	18	2	15	4213005	420015
Pinheiros	ES	A2	2	20	2	10	3204104	320003
Pintadas	BA	A2	3	60	2	10	2924652	290029
Pinto Bandeira	RS	A2	2	12	2	10	4314548	430037
Pintópolis	MG	A3	4	65	2	15	3150570	310011
Pio IX	PI	B3	4	70	4	30	2208205	220009
Pio XII	MA	B2	3	60	3	25	2108702	210009
Piquerobi	SP	A2	2	30	2	10	3538303	350021
Piquet Carneiro	CE	B2	4	50	3	25	2310902	230009
Piquete	SP	A2	3	24	2	10	3538501	350052
Piracaia	SP	A2	2	24	2	10	3538600	350041
Piracanjuba	GO	A2	3	30	2	10	5217104	520009
Piracema	MG	A3	3	30	2	15	3150604	310069
Piracicaba	SP	A2	2	10	2	10	3538709	350040
Piracuruca	PI	B2	4	60	3	25	2208304	220007
Piraí	RJ	A2	3	16	2	10	3304003	330004
Piraí do Norte	BA	A2	2	20	2	10	2924678	290014
Piraí do Sul	PR	A2	2	16	2	10	4119400	410027
Piraju	SP	A2	2	20	2	10	3538808	350017
Pirajuba	MG	A3	2	30	2	15	3150703	310057
Pirajuí	SP	A2	2	20	2	10	3538907	350009
Pirambu	SE	A2	3	18	2	10	2805307	280001
Piranga	MG	A2	2	28	2	10	3150802	310038
Pirangi	SP	A2	1	14	2	10	3539004	350026
Piranguçu	MG	A2	2	30	2	10	3150901	310052
Piranguinho	MG	A2	2	30	2	10	3151008	310052
Piranhas	AL	B3	4	70	4	30	2707107	270009
Piranhas	GO	A3	3	50	2	15	5217203	520014
Pirapemas	MA	B3	4	55	4	30	2108801	210004
Pirapetinga	MG	A2	2	30	2	10	3151107	310036
Pirapó	RS	A2	2	20	2	10	4314555	430022
Pirapora	MG	A3	4	70	2	15	3151206	310010
Pirapora do Bom Jesus	SP	A1	1	7	2	5	3539103	350001
Pirapozinho	SP	A2	2	24	2	10	3539202	350018
Piraquara	PR	A1	1	12	2	5	4119509	410001
Piraquê	TO	B2	4	80	3	25	1717206	170005
Pirassununga	SP	A2	2	18	2	10	3539301	350037
Piratini	RS	A2	2	35	2	10	4314605	430009
Piratininga	SP	A2	2	12	2	10	3539400	350009
Piratuba	SC	A3	2	20	2	15	4213104	420010
Piraúba	MG	A2	2	30	2	10	3151305	310029
Pirenópolis	GO	A2	3	35	2	10	5217302	520002
Pires do Rio	GO	A3	3	35	2	15	5217401	520006
Pires Ferreira	CE	B3	4	50	4	30	2310951	230016
Piripá	BA	A2	4	65	2	10	2924702	290011
Piripiri	PI	B2	4	60	3	25	2208403	220007
Piritiba	BA	B3	4	60	4	30	2924801	290030
Pirpirituba	PB	B3	2	25	4	30	2511806	250002
Pitanga	PR	A3	2	20	2	15	4119608	410005
Pitangueiras	PR	A2	1	12	2	10	4119657	410021
Pitangueiras	SP	A2	1	16	2	10	3539509	350031
Pitangui	MG	A2	3	35	2	10	3151404	310065
Pitimbu	PB	A2	2	10	2	10	2511905	250001
Pium	TO	B2	4	80	3	25	1717503	170003
Piúma	ES	A2	2	18	2	10	3204203	320001
Piumhi	MG	A3	3	35	2	15	3151503	310049
Placas	PA	B2	3	75	3	25	1505650	150016
Plácido de Castro	AC	B2	3	100	3	25	1200385	120001
Planaltina	GO	A2	3	35	2	10	5217609	520020
Planaltina do Paraná	PR	A2	1	24	2	10	4119707	410017
Planaltino	BA	A2	3	35	2	10	2924900	290012
Planalto	BA	A2	3	35	2	10	2925006	290011
Planalto	PR	A3	1	20	2	15	4119806	410009
Planalto	RS	A3	1	20	2	15	4314704	430035
Planalto	SP	A2	2	30	2	10	3539608	350025
Planalto Alegre	SC	A2	1	20	2	10	4213153	420007
Planalto da Serra	MT	A2	3	90	2	10	5106455	510001
Planura	MG	A3	2	30	2	15	3151602	310057
Platina	SP	A2	2	20	2	10	3539707	350014
Poá	SP	A1	1	5	2	5	3539806	350001
Poção	PE	A2	3	20	2	10	2611200	260012
Poção de Pedras	MA	B2	3	60	3	25	2108900	210012
Pocinhos	PB	A2	3	14	2	10	2512002	250005
Poço Branco	RN	A1	4	50	2	5	2410108	240001
Poço Dantas	PB	B2	4	55	3	25	2512036	250014
Poço das Antas	RS	A3	1	18	2	15	4314753	430041
Poço das Trincheiras	AL	B3	3	70	4	30	2707206	270010
Poço de José de Moura	PB	B3	4	55	4	30	2512077	250015
Poço Fundo	MG	A3	2	30	2	15	3151701	310042
Poço Redondo	SE	B3	4	70	4	30	2805406	280006
Poço Verde	SE	B3	3	40	4	30	2805505	280005
Poções	BA	A2	3	35	2	10	2925105	290011

Poconé	MT	A2	3	80	2	10	5106505	510001
Poços de Caldas	MG	A2	2	20	2	10	3151800	310051
Pocrane	MG	A3	2	30	2	15	3151909	310028
Pojuca	BA	A1	2	7	2	5	2925204	290001
Poloni	SP	A2	2	30	2	10	3539905	350025
Pombal	PB	B2	4	60	3	25	2512101	250012
Pombos	PE	A2	3	20	2	10	2611309	260005
Pomerode	SC	A2	1	12	2	10	4213203	420019
Pompéia	SP	A2	2	18	2	10	3540002	350013
Pompéu	MG	A3	3	40	2	15	3152006	310067
Pongaí	SP	A2	2	20	2	10	3540101	350012
Ponta de Pedras	PA	B3	5	65	4	30	1505700	150021
Ponta Grossa	PR	A2	2	12	2	10	4119905	410027
Ponta Porã	MS	A2	2	35	2	10	5006606	500008
Pontal	SP	A2	1	12	2	10	3540200	350031
Pontal do Araguaia	MT	A3	3	60	2	15	5106653	510013
Pontal do Paraná	PR	A2	3	16	2	10	4119954	410002
Pontalina	GO	A2	3	35	2	10	5217708	520009
Pontalinda	SP	A3	1	26	2	15	3540259	350028
Pontão	RS	A2	2	16	2	10	4314779	430025
Ponte Alta	SC	A2	3	22	2	10	4213302	420005
Ponte Alta do Bom Jesus	TO	B3	4	80	4	30	1717800	170011
Ponte Alta do Norte	SC	A3	3	24	2	15	4213351	420006
Ponte Alta do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1717909	170002
Ponte Branca	MT	A3	3	60	2	15	5106703	510013
Ponte Nova	MG	A3	2	26	2	15	3152105	310030
Ponte Preta	RS	A2	1	20	2	10	4314787	430026
Ponte Serrada	SC	A3	2	18	2	15	4213401	420011
Pontes e Lacerda	MT	B3	3	100	4	30	5106752	510005
Pontes Gestal	SP	A2	1	30	2	10	3540309	350027
Ponto Belo	ES	A2	2	60	2	10	3204252	320003
Ponto Chique	MG	A3	4	50	2	15	3152131	310010
Ponto dos Volantes	MG	A2	4	65	2	10	3152170	310013
Ponto Novo	BA	B3	4	65	4	30	2925253	290023
Populina	SP	A3	1	30	2	15	3540408	350028
Poranga	CE	B3	4	70	4	30	2311009	230013
Porangaba	SP	A2	2	30	2	10	3540507	350008
Porangatu	GO	B3	4	60	4	30	5218003	520016
Porciúncula	RJ	A2	2	30	2	10	3304102	330011
Porecatu	PR	A2	1	16	2	10	4120002	410021
Portalegre	RN	B3	4	40	4	30	2410207	240010
Portão	RS	A1	1	7	2	5	4314803	430002
Porteirão	GO	A2	2	30	2	10	5218052	520010
Porteiras	CE	B3	4	45	4	30	2311108	230012
Porteirinha	MG	A3	4	65	2	15	3152204	310007
Portel	PA	C1	4	70	4	55	1505809	150020
Portelândia	GO	A2	3	60	2	10	5218102	520011
Porto	PI	B3	3	55	4	30	2208502	220005
Porto Acre	AC	B2	3	70	3	25	1200807	120001
Porto Alegre	RS	A1	1	5	2	5	4314902	430001
Porto Alegre do Norte	MT	B3	3	80	4	30	5106778	510014
Porto Alegre do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2208551	220017
Porto Alegre do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1718006	170011
Porto Amazonas	PR	A2	2	20	2	10	4120101	410027
Porto Barreiro	PR	A2	2	18	2	10	4120150	410011
Porto Belo	SC	A2	1	12	2	10	4213500	420020
Porto Calvo	AL	B3	3	16	4	30	2707305	270002
Porto da Folha	SE	B3	4	70	4	30	2805604	280006
Porto de Moz	PA	C1	3	70	4	55	1505908	150019
Porto de Pedras	AL	B3	3	16	4	30	2707404	270002
Porto do Mangue	RN	B3	4	70	4	30	2410256	240011
Porto dos Gaúchos	MT	C1	3	100	4	55	5106802	510012
Porto Esperidião	MT	B3	3	80	4	30	5106828	510006
Porto Estrela	MT	B3	3	80	4	30	5106851	510002
Porto Feliz	SP	A2	2	12	2	10	3540606	350003
Porto Ferreira	SP	A2	2	16	2	10	3540705	350037
Porto Firme	MG	A3	2	28	2	15	3152303	310033
Porto Franco	MA	B2	4	75	3	25	2109007	210019
Porto Grande	AP	B2	3	50	3	25	1600535	160004
Porto Lucena	RS	A3	1	20	2	15	4315008	430019
Porto Mauá	RS	A3	1	20	2	15	4315057	430019
Porto Murtinho	MS	B3	5	80	4	30	5006903	500011
Porto Nacional	TO	B2	4	80	3	25	1718204	170002
Porto Real	RJ	A2	3	26	2	10	3304110	330005
Porto Real do Colégio	AL	B3	3	60	4	30	2707503	270003
Porto Rico	PR	A2	1	24	2	10	4120200	410020
Porto Rico do Maranhão	MA	C1	3	55	4	55	2109056	210008
Porto Seguro	BA	A2	3	35	2	10	2925303	290009
Porto União	SC	A3	2	16	2	15	4213609	420017
Porto Velho	RO	A2	3	60	2	10	1100205	110001
Porto Vera Cruz	RS	A3	1	20	2	15	4315073	430019
Porto Vitória	PR	A3	2	24	2	15	4120309	410003
Porto Walter	AC	C1	3	100	4	55	1200393	120004
Porto Xavier	RS	B3	1	20	4	30	4315107	430024
Posse	GO	B3	4	70	4	30	5218300	520021
Poté	MG	A2	3	40	2	10	3152402	310013
Potengi	CE	A2	4	60	2	10	2311207	230011
Potim	SP	A2	3	24	2	10	3540754	350052
Potiraguá	BA	A3	2	50	2	15	2925402	290015
Potirendaba	SP	A2	2	20	2	10	3540804	350025
Potiretama	CE	B3	4	60	4	30	2311231	230007
Pouso Alegre	MG	A2	2	30	2	10	3152501	310050
Pouso Alto	MG	A3	2	30	2	15	3152600	310053
Pouso Novo	RS	A3	1	18	2	15	4315131	430041
Pouso Redondo	SC	A3	1	18	2	15	4213708	420022
Poxoréo	MT	B3	3	60	4	30	5107008	510017
Pracinha	SP	A3	2	20	2	15	3540853	350019
Pracuúba	AP	C1	3	70	4	55	1600550	160003
Prado	BA	A2	3	35	2	10	2925501	290008
Prado Ferreira	PR	A2	1	16	2	10	4120333	410021
Pradópolis	SP	A2	1	12	2	10	3540903	350031
Prados	MG	A2	2	22	2	10	3152709	310039
Praia Grande	SC	A3	1	18	2	15	4213807	420004
Praia Grande	SP	A2	3	10	2	10	3541000	350002
Praia Norte	TO	B3	4	80	4	30	1718303	170009
Prainha	PA	B2	3	70	3	25	1506005	150015

Pranchita	PR	A3	1	20	2	15	4120358	410009
Prata	MG	A2	2	30	2	10	3152808	310059
Prata	PB	B3	5	55	4	30	2512200	250007
Prata do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2208601	220002
Pratânia	SP	A2	2	16	2	10	3541059	350011
Pratápolis	MG	A2	3	26	2	10	3152907	310041
Pratinha	MG	A2	3	35	2	10	3153004	310056
Presidente Alves	SP	A2	2	20	2	10	3541109	350009
Presidente Bernardes	MG	A3	2	28	2	15	3153103	310033
Presidente Bernardes	SP	A2	2	22	2	10	3541208	350018
Presidente Castello Branco	SC	A3	2	18	2	15	4213906	420010
Presidente Castelo Branco	PR	A2	1	20	2	10	4120408	410014
Presidente Dutra	BA	B3	4	65	4	30	2925600	290020
Presidente Dutra	MA	B3	3	70	4	30	2109106	210016
Presidente Epitácio	SP	A2	2	30	2	10	3541307	350021
Presidente Figueiredo	AM	A1	3	80	2	5	1303536	130001
Presidente Getúlio	SC	A3	1	18	2	15	4214003	420023
Presidente Jânio Quadros	BA	A2	4	65	2	10	2925709	290011
Presidente Juscelino	MA	A2	3	70	2	10	2109205	210001
Presidente Juscelino	MG	A3	3	40	2	15	3153202	310004
Presidente Kennedy	ES	A2	2	30	2	10	3204302	320007
Presidente Kennedy	TO	B3	4	80	4	30	1718402	170006
Presidente Kubitschek	MG	A3	3	40	2	15	3153301	310016
Presidente Lucena	RS	A1	1	18	2	5	4315149	430002
Presidente Médici	MA	C1	4	75	4	55	2109239	210011
Presidente Médici	RO	B2	3	60	3	25	1100254	110004
Presidente Nereu	SC	A3	1	12	2	15	4214102	420022
Presidente Olegário	MG	A2	4	65	2	10	3153400	310062
Presidente Prudente	SP	A2	2	22	2	10	3541406	350018
Presidente Sarney	MA	B3	3	55	4	30	2109270	210002
Presidente Tancredo Neves	BA	A3	2	20	2	15	2925758	290005
Presidente Vargas	MA	B3	4	70	4	30	2109304	210004
Presidente Venceslau	SP	A2	2	30	2	10	3541505	350021
Primavera	PA	B3	3	55	4	30	1506104	150006
Primavera	PE	B3	2	14	4	30	2611408	260018
Primavera de Rondônia	RO	C1	3	60	4	55	1101476	110005
Primavera do Leste	MT	B3	3	60	4	30	5107040	510017
Primeira Cruz	MA	C1	3	70	4	55	2109403	210006
Primeiro de Maio	PR	A2	1	16	2	10	4120507	410021
Princesa	SC	A3	1	20	2	15	4214151	420009
Princesa Isabel	PB	B3	4	40	4	30	2512309	250013
Professor Jamil	GO	A2	3	30	2	10	5218391	520009
Progresso	RS	A3	1	18	2	15	4315156	430041
Promissão	SP	A2	2	22	2	10	3541604	350012
Propriá	SE	B3	3	35	4	30	2805703	280003
Protásio Alves	RS	A3	1	20	2	15	4315172	430038
Prudente de Morais	MG	A2	1	7	2	10	3153608	310002
Prudentópolis	PR	A2	2	16	2	10	4120606	410004
Pugmil	TO	B2	4	80	3	25	1718451	170003
Pureza	RN	A1	4	50	2	5	2410405	240001
Putinga	RS	A3	1	20	2	15	4315206	430043
Puxinanã	PB	A2	3	16	2	10	2512408	250005
Quadra	SP	A2	2	18	2	10	3541653	350008
Quaraí	RS	B2	2	28	3	25	4315305	430016
Quartel Geral	MG	A3	3	40	2	15	3153707	310067
Quarto Centenário	PR	A2	1	20	2	10	4120655	410015
Quatá	SP	A2	2	20	2	10	3541703	350018
Quatiguá	PR	A3	2	18	2	15	4120705	410022
Quatipuru	PA	B3	3	55	4	30	1506112	150006
Quatis	RJ	A2	3	26	2	10	3304128	330005
Quatro Barras	PR	A1	1	12	2	5	4120804	410001
Quatro Irmãos	RS	A2	1	20	2	10	4315313	430026
Quatro Pontes	PR	A2	1	18	2	10	4120853	410013
Quebrangulo	AL	B3	3	35	4	30	2707602	270008
Quedas do Iguaçu	PR	A2	2	20	2	10	4120903	410011
Queimada Nova	PI	B3	4	70	4	30	2208650	220010
Queimadas	BA	B3	3	50	4	30	2925808	290032
Queimadas	PB	A2	3	20	2	10	2512507	250005
Queimados	RJ	A1	2	10	2	5	3304144	330001
Queiroz	SP	A2	2	20	2	10	3541802	350016
Queluz	SP	A2	3	24	2	10	3541901	350053
Queluzito	MG	A2	2	20	2	10	3153806	310038
Querência	MT	B3	3	80	4	30	5107065	510015
Querência do Norte	PR	A2	1	30	2	10	4121000	410020
Quevedos	RS	A2	2	35	2	10	4315321	430011
Quijingue	BA	B3	3	50	4	30	2925907	290026
Quilombo	SC	A2	1	18	2	10	4214201	420007
Quinta do Sol	PR	A2	1	20	2	10	4121109	410015
Quintana	SP	A2	2	18	2	10	3542008	350013
Quinze de Novembro	RS	A2	2	20	2	10	4315354	430027
Quipapá	PE	A2	2	14	2	10	2611507	260010
Quirinópolis	GO	A3	2	30	2	15	5218508	520012
Quissamã	RJ	A2	2	12	2	10	3304151	330014
Quitandinha	PR	A1	2	20	2	5	4121208	410001
Quiterianópolis	CE	B3	5	80	4	30	2311264	230013
Quixaba	PB	B2	4	55	3	25	2512606	250009
Quixaba	PE	B3	4	40	4	30	2611533	260014
Quixabeira	BA	B3	4	60	4	30	2925931	290030
Quixadá	CE	B3	4	50	4	30	2311306	230006
Quixelô	CE	B2	4	40	3	25	2311355	230009
Quixeramobim	CE	B3	4	50	4	30	2311405	230006
Quixeré	CE	B3	4	55	4	30	2311504	230007
Rafael Fernandes	RN	B3	4	50	4	30	2410504	240010
Rafael Godeiro	RN	B3	4	45	4	30	2410603	240010
Rafael Jambeiro	BA	A2	3	60	2	10	2925956	290029
Rafard	SP	A2	2	10	2	10	3542107	350040
Ramilândia	PR	A2	1	18	2	10	4121257	410006
Rancharia	SP	A2	2	24	2	10	3542206	350018
Rancho Alegre	PR	A3	1	18	2	15	4121307	410024
Rancho Alegre D'Oeste	PR	A2	1	20	2	10	4121356	410015
Rancho Queimado	SC	A2	2	18	2	10	4214300	420001
Raposa	MA	A2	3	30	2	10	2109452	210001
Raposos	MG	A1	1	7	2	5	3153905	310001
Raul Soares	MG	A2	2	26	2	10	3154002	310025
Realeza	PR	A3	1	20	2	15	4121406	410009
Rebouças	PR	A3	2	16	2	15	4121505	410029
Recife	PE	A1	2	5	2	5	2611606	260001
Recreio	MG	A2	2	30	2	10	3154101	310032
Recursolândia	TO	B3	4	80	4	30	1718501	170006
Redenção	CE	B3	3	35	4	30	2311603	230003
Redenção	PA	B3	4	75	4	30	1506138	150012
Redenção da Serra	SP	A2	3	40	2	10	3542305	350050

Redenção do Gurguéia	PI	B3	4	70	4	30	2208700	220016
Redentora	RS	A3	1	20	2	15	4315404	430021
Reduto	MG	A3	2	24	2	15	3154150	310028
Regeneração	PI	B3	4	70	4	30	2208809	220002
Regente Feijó	SP	A2	2	24	2	10	3542404	350018
Reginópolis	SP	A2	2	20	2	10	3542503	350009
Registro	SP	A3	3	16	2	15	3542602	350005
Relvado	RS	A3	1	18	2	15	4315453	430043
Remanso	BA	A2	4	65	2	10	2926004	290022
Remígio	PB	A2	3	18	2	10	2512705	250005
Renascença	PR	A3	1	20	2	15	4121604	410009
Reriutaba	CE	B2	4	55	3	25	2311702	230015
Resende	RJ	A2	3	26	2	10	3304201	330005
Resende Costa	MG	A2	2	30	2	10	3154200	310039
Reserva	PR	A2	2	20	2	10	4121703	410028
Reserva do Cabaçal	MT	B3	3	80	4	30	5107156	510006
Reserva do Iguaçu	PR	A2	2	20	2	10	4121752	410004
Resplendor	MG	A3	2	30	2	15	3154309	310023
Ressaquinha	MG	A2	2	30	2	10	3154408	310037
Restinga	SP	A2	2	16	2	10	3542701	350033
Restinga Seca	RS	A2	2	22	2	10	4315503	430011
Retirolândia	BA	B3	3	50	4	30	2926103	290032
Riachão	MA	B3	5	75	4	30	2109502	210022
Riachão	PB	B3	3	40	4	30	2512747	250002
Riachão das Neves	BA	B2	4	65	3	25	2926202	290018
Riachão do Bacamarte	PB	A2	2	40	2	10	2512754	250005
Riachão do Dantas	SE	B3	3	35	4	30	2805802	280005
Riachão do Jacuípe	BA	A2	3	50	2	10	2926301	290029
Riachão do Poço	PB	A2	3	30	2	10	2512762	250001
Riachinho	MG	A3	4	70	2	15	3154457	310063
Riachinho	TO	B2	4	80	3	25	1718550	170005
Riacho da Cruz	RN	B3	4	55	4	30	2410702	240010
Riacho das Almas	PE	A2	3	20	2	10	2611705	260009
Riacho de Santana	BA	B3	4	65	4	30	2926400	290016
Riacho de Santana	RN	B3	4	50	4	30	2410801	240010
Riacho de Santo Antônio	PB	A2	5	60	2	10	2512788	250005
Riacho dos Cavalos	PB	B3	4	60	4	30	2512804	250011
Riacho dos Machados	MG	A3	4	65	2	15	3154507	310007
Riacho Frio	PI	B3	4	75	4	30	2208858	220015
Riachuelo	RN	B3	3	35	4	30	2410900	240006
Riachuelo	SE	A2	3	35	2	10	2805901	280001
Rialma	GO	A3	2	20	2	15	5218607	520018
Rianápolis	GO	A3	2	20	2	15	5218706	520018
Ribamar Fiquene	MA	B2	4	75	3	25	2109551	210019
Ribas do Rio Pardo	MS	A1	3	35	2	5	5007109	500001
Ribeira	SP	A2	3	16	2	10	3542800	350004
Ribeira do Amparo	BA	B3	3	30	4	30	2926509	290025
Ribeira do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2208874	220014
Ribeira do Pombal	BA	B3	3	30	4	30	2926608	290025
Ribeirão	PE	B3	2	14	4	30	2611804	260018
Ribeirão Bonito	SP	A2	2	12	2	10	3542909	350037
Ribeirão Branco	SP	A2	3	16	2	10	3543006	350004
Ribeirão Cascalheira	MT	B3	3	80	4	30	5107180	510015
Ribeirão Claro	PR	A3	1	18	2	15	4121802	410022
Ribeirão Corrente	SP	A2	2	16	2	10	3543105	350033
Ribeirão das Neves	MG	A1	1	7	2	5	3154606	310001
Ribeirão do Largo	BA	A2	3	50	2	10	2926657	290011
Ribeirão do Pinhal	PR	A3	1	18	2	15	4121901	410022
Ribeirão do Sul	SP	A2	2	20	2	10	3543204	350015
Ribeirão dos Índios	SP	A2	2	30	2	10	3543238	350018
Ribeirão Grande	SP	A2	3	16	2	10	3543253	350004
Ribeirão Pires	SP	A1	1	5	2	5	3543303	350001
Ribeirão Preto	SP	A2	1	10	2	10	3543402	350031
Ribeirão Vermelho	MG	A2	3	30	2	10	3154705	310043
Ribeirãozinho	MT	A3	3	60	2	15	5107198	510013
Ribeiro Gonçalves	PI	B3	5	75	4	30	2208908	220018
Ribeirópolis	SE	B3	4	70	4	30	2806008	280004
Rifaina	SP	A2	2	20	2	10	3543600	350033
Rincão	SP	A2	2	12	2	10	3543709	350036
Rinópolis	SP	A2	2	18	2	10	3543808	350016
Rio Acima	MG	A1	1	7	2	5	3154804	310001
Rio Azul	PR	A3	2	16	2	15	4122008	410029
Rio Bananal	ES	A2	2	20	2	10	3204351	320004
Rio Bom	PR	A2	1	18	2	10	4122107	410023
Rio Bonito	RJ	A3	3	14	2	15	3304300	330003
Rio Bonito do Iguaçu	PR	A2	2	18	2	10	4122156	410011
Rio Branco	AC	B2	3	70	3	25	1200401	120001
Rio Branco	MT	B2	3	80	3	25	5107206	510004
Rio Branco do Ivaí	PR	A3	1	18	2	15	4122172	410025
Rio Branco do Sul	PR	A1	1	14	2	5	4122206	410001
Rio Brilhante	MS	A2	2	30	2	10	5007208	500005
Rio Casca	MG	A3	2	26	2	15	3154903	310030
Rio Claro	RJ	A2	3	20	2	10	3304409	330004
Rio Claro	SP	A2	2	14	2	10	3543907	350046
Rio Crespo	RO	A2	3	60	2	10	1100262	110002
Rio da Conceição	TO	B3	4	80	4	30	1718659	170011
Rio das Antas	SC	A3	2	18	2	15	4214409	420015
Rio das Flores	RJ	A2	3	22	2	10	3304508	330006
Rio das Ostras	RJ	A2	3	18	2	10	3304524	330014
Rio das Pedras	SP	A2	2	10	2	10	3544004	350040
Rio de Contas	BA	B3	4	65	4	30	2926707	290013
Rio de Janeiro	RJ	A1	1	5	2	5	3304557	330001
Rio do Antônio	BA	B3	4	65	4	30	2926806	290016
Rio do Campo	SC	A3	1	18	2	15	4214508	420022
Rio do Fogo	RN	A1	2	20	2	5	2408953	240001
Rio do Oeste	SC	A3	1	18	2	15	4214607	420022
Rio do Pires	BA	B3	4	65	4	30	2926905	290013
Rio do Prado	MG	A3	3	60	2	15	3155108	310015
Rio do Sul	SC	A3	1	18	2	15	4214805	420022
Rio Doce	MG	A3	2	26	2	15	3155009	310030
Rio dos Bois	TO	B3	4	80	4	30	1718709	170004
Rio dos Cedros	SC	A2	1	12	2	10	4214706	420019
Rio dos Índios	RS	A3	1	20	2	15	4315552	430035
Rio Espera	MG	A2	2	22	2	10	3155207	310038
Rio Formoso	PE	B3	2	14	4	30	2611903	260007
Rio Fortuna	SC	A2	1	14	2	10	4214904	420003

Rio Grande	RS	A2	3	25	2	10	4315602	430009
Rio Grande da Serra	SP	A1	1	5	2	5	3544103	350001
Rio Grande do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209005	220019
Rio Largo	AL	A1	2	12	2	5	2707701	270001
Rio Manso	MG	A3	2	20	2	15	3155306	310069
Rio Maria	PA	B3	4	75	4	30	1506161	150014
Rio Negrinho	SC	A3	2	16	2	15	4215000	420018
Rio Negro	MS	A1	3	40	2	5	5007307	500001
Rio Negro	PR	A1	2	16	2	5	4122305	410001
Rio Novo	MG	A2	2	30	2	10	3155405	310027
Rio Novo do Sul	ES	A2	2	20	2	10	3204401	320007
Rio Paranaíba	MG	A2	3	40	2	10	3155504	310062
Rio Pardo	RS	A2	2	20	2	10	4315701	430040
Rio Pardo de Minas	MG	A3	4	65	2	15	3155603	310008
Rio Piracicaba	MG	A2	2	20	2	10	3155702	310026
Rio Pomba	MG	A2	2	30	2	10	3155801	310029
Rio Preto	MG	A2	2	24	2	10	3155900	310027
Rio Preto da Eva	AM	A1	3	80	2	5	1303569	130001
Rio Quente	GO	A2	3	45	2	10	5218789	520008
Rio Real	BA	A2	3	30	2	10	2927002	290002
Rio Rufino	SC	A2	3	20	2	10	4215059	420005
Rio Sono	TO	B3	4	80	4	30	1718758	170001
Rio Tinto	PB	B3	2	16	4	30	2512903	250003
Rio Verde	GO	A2	3	30	2	10	5218805	520010
Rio Verde de Mato Grosso	MS	B3	3	60	4	30	5007406	500004
Rio Vermelho	MG	A3	3	24	2	15	3156007	310021
Riolândia	SP	A2	1	30	2	10	3544202	350027
Riozinho	RS	A3	1	18	2	15	4315750	430004
Riqueza	SC	A2	1	20	2	10	4215075	420007
Ritápolis	MG	A2	2	30	2	10	3156106	310039
Riversul	SP	A2	3	20	2	10	3543501	350004
Roca Sales	RS	A3	1	18	2	15	4315800	430043
Rochedo	MS	A1	3	35	2	5	5007505	500001
Rochedo de Minas	MG	A2	2	24	2	10	3156205	310035
Rodeio	SC	A2	1	12	2	10	4215109	420019
Rodeio Bonito	RS	A3	1	20	2	15	4315909	430029
Rodeiro	MG	A2	2	30	2	10	3156304	310029
Rodelas	BA	B2	4	65	3	25	2927101	290024
Rodolfo Fernandes	RN	A2	4	55	2	10	2411007	240009
Rodrigues Alves	AC	C1	3	100	4	55	1200427	120004
Rolador	RS	A2	2	20	2	10	4315958	430022
Rolândia	PR	A2	1	12	2	10	4122404	410021
Rolante	RS	A3	1	18	2	15	4316006	430004
Rolim de Moura	RO	C1	3	60	4	55	1100288	110005
Romaria	MG	A3	3	40	2	15	3156403	310061
Romelândia	SC	A3	1	18	2	15	4215208	420009
Roncador	PR	A2	1	20	2	10	4122503	410015
Ronda Alta	RS	A2	1	20	2	10	4316105	430025
Rondinha	RS	A2	1	20	2	10	4316204	430028
Rondolândia	MT	B3	3	100	4	30	5107578	510009
Rondon	PR	A3	1	22	2	15	4122602	410018
Rondon do Pará	PA	B2	4	55	3	25	1506187	150009
Rondonópolis	MT	A2	3	60	2	10	5107602	510016
Roque Gonzales	RS	B3	1	20	4	30	4316303	430024
Rorainópolis	RR	C2	3	100	5	70	1400472	140003
Rosana	SP	A2	2	30	2	10	3544251	350018
Rosário	MA	A2	3	30	2	10	2109601	210001
Rosário da Limeira	MG	A2	2	28	2	10	3156452	310031
Rosário do Catete	SE	A2	3	30	2	10	2806107	280001
Rosário do Ivaí	PR	A3	1	18	2	15	4122651	410025
Rosário do Sul	RS	B2	2	28	3	25	4316402	430016
Rosário Oeste	MT	A2	3	80	2	10	5107701	510001
Roseira	SP	A2	3	22	2	10	3544301	350052
Roteiro	AL	B3	2	30	4	30	2707800	270004
Rubelita	MG	A3	4	65	2	15	3156502	310008
Rubiácea	SP	A2	1	30	2	10	3544400	350022
Rubiataba	GO	A3	2	30	2	15	5218904	520018
Rubim	MG	A3	3	60	2	15	3156601	310015
Rubinéia	SP	A3	1	30	2	15	3544509	350030
Rurópolis	PA	B2	3	75	3	25	1506195	150016
Russas	CE	B3	4	55	4	30	2311801	230007
Ruy Barbosa	BA	B3	4	60	4	30	2927200	290031
Ruy Barbosa	RN	B3	4	35	4	30	2411106	240006
Sabará	MG	A1	1	7	2	5	3156700	310001
Sabáudia	PR	A2	1	16	2	10	4122701	410021
Sabino	SP	A2	2	22	2	10	3544608	350012
Sabinópolis	MG	A3	3	24	2	15	3156809	310021
Saboeiro	CE	B2	5	90	3	25	2311900	230009
Sacramento	MG	A2	3	35	2	10	3156908	310055
Sagrada Família	RS	A2	2	16	2	10	4316428	430034
Sagres	SP	A3	2	22	2	15	3544707	350019
Sairé	PE	A2	3	35	2	10	2612000	260009
Saldanha Marinho	RS	A2	2	20	2	10	4316436	430028
Sales	SP	A2	2	22	2	10	3544806	350025
Sales Oliveira	SP	A3	1	16	2	15	3544905	350034
Salesópolis	SP	A1	1	7	2	5	3545001	350001
Salete	SC	A3	1	18	2	15	4215307	420022
Salgadinho	PB	B2	4	55	3	25	2513000	250009
Salgadinho	PE	A3	3	26	2	15	2612109	260004
Salgado	SE	B3	3	30	4	30	2806206	280005
Salgado de São Félix	PB	B3	3	30	4	30	2513109	250004
Salgado Filho	PR	A3	1	20	2	15	4122800	410009
Salgueiro	PE	B3	4	65	4	30	2612208	260017

Salinas	MG	A3	4	65	2	15	3157005	310008
Salinas da Margarida	BA	A2	2	30	2	10	2927309	290006
Salinópolis	PA	B3	3	55	4	30	1506203	150006
Salitre	CE	A2	4	70	2	10	2311959	230011
Salmourão	SP	A3	2	22	2	15	3545100	350019
Saloá	PE	A2	3	35	2	10	2612307	260010
Saltinho	SC	A2	1	18	2	10	4215356	420012
Saltinho	SP	A2	2	10	2	10	3545159	350040
Salto	SP	A2	2	12	2	10	3545209	350003
Salto da Divisa	MG	A3	3	60	2	15	3157104	310015
Salto de Pirapora	SP	A2	2	12	2	10	3545308	350003
Salto do Céu	MT	B2	3	80	3	25	5107750	510004
Salto do Itararé	PR	A3	2	18	2	15	4122909	410022
Salto do Jacuí	RS	A2	2	18	2	10	4316451	430027
Salto do Lontra	PR	A3	1	20	2	15	4123006	410012
Salto Grande	SP	A2	2	20	2	10	3545407	350015
Salto Veloso	SC	A3	2	20	2	15	4215406	420015
Salvador	BA	A1	2	5	2	5	2927408	290001
Salvador das Missões	RS	B3	1	20	4	30	4316477	430024
Salvador do Sul	RS	A3	1	18	2	15	4316501	430007
Salvaterra	PA	B3	5	65	4	30	1506302	150021
Sambaíba	MA	B3	4	75	4	30	2109700	210022
Sampaio	TO	B3	4	80	4	30	1718808	170009
Sananduva	RS	A2	1	20	2	10	4316600	430032
Sanclerlândia	GO	A3	2	26	2	15	5219001	520013
Sandolândia	TO	A2	4	70	2	10	1718840	170010
Sandovalina	SP	A2	2	30	2	10	3545506	350018
Sangão	SC	A2	2	20	2	10	4215455	420003
Sanharó	PE	A2	3	20	2	10	2612406	260012
SantAna do Livramento	RS	B2	2	28	3	25	4317103	430016
Santa Adélia	SP	A2	2	16	2	10	3545605	350026
Santa Albertina	SP	A3	1	30	2	15	3545704	350028
Santa Amélia	PR	A3	1	18	2	15	4123105	410024
Santa Bárbara	BA	A2	3	50	2	10	2927507	290029
Santa Bárbara	MG	A2	2	20	2	10	3157203	310003
Santa Bárbara d'Oeste	SP	A1	2	10	2	5	3545803	350038
Santa Bárbara de Goiás	GO	A3	2	22	2	15	5219100	520015
Santa Bárbara do Leste	MG	A2	2	20	2	10	3157252	310025
Santa Bárbara do Monte Verde	MG	A2	2	24	2	10	3157278	310027
Santa Bárbara do Pará	PA	A1	3	7	2	5	1506351	150001
Santa Bárbara do Sul	RS	A2	2	20	2	10	4316709	430027
Santa Bárbara do Tugúrio	MG	A2	2	22	2	10	3157302	310037
Santa Branca	SP	A2	3	20	2	10	3546009	350049
Santa Brígida	BA	B2	4	70	3	25	2927606	290024
Santa Carmem	MT	B3	3	90	4	30	5107248	510007
Santa Cecília	PB	A2	5	60	2	10	2513158	250005
Santa Cecília	SC	A3	3	24	2	15	4215505	420006
Santa Cecília do Pavão	PR	A3	1	18	2	15	4123204	410024
Santa Cecília do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4316733	430032
Santa Clara d'Oeste	SP	A3	1	30	2	15	3546108	350030
Santa Clara do Sul	RS	A3	1	18	2	15	4316758	430041
Santa Cruz	PB	B2	4	55	3	25	2513208	250014
Santa Cruz	PE	B3	4	70	4	30	2612455	260016
Santa Cruz	RN	B3	4	35	4	30	2411205	240004
Santa Cruz Cabrália	BA	A2	3	35	2	10	2927705	290009
Santa Cruz da Baixa Verde	PE	B3	4	40	4	30	2612471	260013
Santa Cruz da Conceição	SP	A2	2	18	2	10	3546207	350045
Santa Cruz da Esperança	SP	A2	2	16	2	10	3546256	350031
Santa Cruz da Vitória	BA	A2	2	50	2	10	2927804	290007
Santa Cruz das Palmeiras	SP	A2	2	18	2	10	3546306	350044
Santa Cruz de Goiás	GO	A3	3	35	2	15	5219209	520006
Santa Cruz de Minas	MG	A2	2	22	2	10	3157336	310039
Santa Cruz de Monte Castelo	PR	A2	1	24	2	10	4123303	410020
Santa Cruz de Salinas	MG	A3	4	65	2	15	3157377	310008
Santa Cruz do Arari	PA	B3	5	65	4	30	1506401	150021
Santa Cruz do Capibaribe	PE	A2	3	20	2	10	2612505	260009
Santa Cruz do Escalvado	MG	A3	2	26	2	15	3157401	310030
Santa Cruz do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209104	220009
Santa Cruz do Rio Pardo	SP	A2	2	20	2	10	3546405	350015
Santa Cruz do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4316808	430040
Santa Cruz do Xingu	MT	B3	3	80	4	30	5107743	510014
Santa Cruz dos Milagres	PI	B3	4	70	4	30	2209153	220004
Santa Efigênia de Minas	MG	A2	3	24	2	10	3157500	310020
Santa Ernestina	SP	A2	1	14	2	10	3546504	350031
Santa Fé	PR	A2	1	18	2	10	4123402	410014
Santa Fé de Goiás	GO	A3	3	45	2	15	5219258	520005
Santa Fé de Minas	MG	A3	4	70	2	15	3157609	310010
Santa Fé do Araguaia	TO	B2	4	80	3	25	1718865	170005
Santa Fé do Sul	SP	A3	1	30	2	15	3546603	350030
Santa Filomena	PE	B3	4	70	4	30	2612554	260016
Santa Filomena	PI	B3	5	75	4	30	2209203	220015
Santa Filomena do Maranhão	MA	B3	3	70	4	30	2109759	210016
Santa Gertrudes	SP	A2	2	10	2	10	3546702	350046
Santa Helena	MA	B3	3	60	4	30	2109809	210002
Santa Helena	PB	B3	4	55	4	30	2513307	250015
Santa Helena	PR	A2	1	18	2	10	4123501	410008
Santa Helena	SC	A3	1	18	2	15	4215554	420009
Santa Helena de Goiás	GO	A2	2	20	2	10	5219308	520010
Santa Helena de Minas	MG	A3	3	60	2	15	3157658	310019
Santa Inês	BA	A2	3	35	2	10	2927903	290012
Santa Inês	MA	B2	4	60	3	25	2109908	210009
Santa Inês	PB	B3	4	60	4	30	2513356	250010
Santa Inês	PR	A2	1	18	2	10	4123600	410019
Santa Isabel	GO	A3	2	20	2	15	5219357	520018
Santa Isabel	SP	A1	1	7	2	5	3546801	350001
Santa Isabel do Ivaí	PR	A2	1	24	2	10	4123709	410020
Santa Isabel do Rio Negro	AM	C1	3	100	4	55	1303601	130002
Santa Izabel do Oeste	PR	A3	1	20	2	15	4123808	410009
Santa Izabel do Pará	PA	A1	3	55	2	5	1506500	150001
Santa Juliana	MG	A2	3	35	2	10	3157708	310055
Santa Leopoldina	ES	A3	2	18	2	15	3204500	320002
Santa Lúcia	PR	A2	1	20	2	10	4123824	410006
Santa Lúcia	SP	A2	2	12	2	10	3546900	350036
Santa Luz	PI	B3	4	70	4	30	2209302	220016
Santa Luzia	BA	A2	2	20	2	10	2928059	290010
Santa Luzia	MA	B2	4	60	3	25	2110005	210009

Santa Luzia	MG	A1	1	7	2	5	3157807	310001
Santa Luzia	PB	B2	4	55	3	25	2513406	250009
Santa Luzia D'Oeste	RO	C1	3	60	4	55	1100296	110005
Santa Luzia do Itanhy	SE	B3	2	10	4	30	2806305	280002
Santa Luzia do Norte	AL	A1	2	12	2	5	2707909	270001
Santa Luzia do Pará	PA	B3	3	75	4	30	1506559	150005
Santa Luzia do Paruá	MA	C1	4	75	4	55	2110039	210011
Santa Margarida	MG	A3	2	24	2	15	3157906	310028
Santa Margarida do Sul	RS	A2	2	28	2	10	4316972	430012
Santa Maria	RN	B3	3	35	4	30	2409332	240006
Santa Maria	RS	A2	2	22	2	10	4316907	430011
Santa Maria da Boa Vista	PE	A2	4	55	2	10	2612604	260015
Santa Maria da Serra	SP	A2	2	24	2	10	3547007	350040
Santa Maria da Vitória	BA	B3	4	65	4	30	2928109	290019
Santa Maria das Barreiras	PA	B3	4	75	4	30	1506583	150012
Santa Maria de Itabira	MG	A2	2	20	2	10	3158003	310005
Santa Maria de Jetibá	ES	A3	2	18	2	15	3204559	320002
Santa Maria do Cambucá	PE	B3	3	22	4	30	2612703	260008
Santa Maria do Herval	RS	A1	1	18	2	5	4316956	430002
Santa Maria do Oeste	PR	A3	2	20	2	15	4123857	410005
Santa Maria do Pará	PA	B2	3	55	3	25	1506609	150004
Santa Maria do Salto	MG	A3	3	60	2	15	3158102	310015
Santa Maria do Suaçuí	MG	A3	3	30	2	15	3158201	310021
Santa Maria do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1718881	170006
Santa Maria Madalena	RJ	A2	3	35	2	10	3304607	330008
Santa Mariana	PR	A3	1	18	2	15	4123907	410024
Santa Mercedes	SP	A3	2	30	2	15	3547106	350020
Santa Mônica	PR	A2	1	24	2	10	4123956	410020
Santa Quitéria	CE	B2	5	55	3	25	2312205	230015
Santa Quitéria do Maranhão	MA	B3	3	70	4	30	2110104	210003
Santa Rita	MA	A2	4	55	2	10	2110203	210001
Santa Rita	PB	A2	2	10	2	10	2513703	250001
Santa Rita d'Oeste	SP	A3	1	26	2	15	3547403	350030
Santa Rita de Caldas	MG	A2	2	26	2	10	3159209	310051
Santa Rita de Cássia	BA	B2	4	65	3	25	2928406	290018
Santa Rita de Ibitipoca	MG	A2	2	24	2	10	3159407	310037
Santa Rita de Jacutinga	MG	A2	2	24	2	10	3159308	310027
Santa Rita de Minas	MG	A2	2	20	2	10	3159357	310025
Santa Rita do Araguaia	GO	A2	3	60	2	10	5219407	520011
Santa Rita do Itueto	MG	A3	2	30	2	15	3159506	310023
Santa Rita do Novo Destino	GO	A3	2	30	2	15	5219456	520018
Santa Rita do Pardo	MS	A2	3	35	2	10	5007554	500002
Santa Rita do Passa Quatro	SP	A2	1	14	2	10	3547502	350037
Santa Rita do Sapucaí	MG	A2	2	30	2	10	3159605	310050
Santa Rita do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1718899	170002
Santa Rita do Trivelato	MT	B3	3	100	4	30	5107768	510008
Santa Rosa	RS	A3	1	20	2	15	4317202	430019
Santa Rosa da Serra	MG	A2	3	35	2	10	3159704	310056
Santa Rosa de Goiás	GO	A2	2	20	2	10	5219506	520002
Santa Rosa de Lima	SC	A2	1	14	2	10	4215604	420003
Santa Rosa de Lima	SE	A2	3	35	2	10	2806503	280001
Santa Rosa de Viterbo	SP	A2	1	14	2	10	3547601	350031
Santa Rosa do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209377	220011
Santa Rosa do Purus	AC	C1	3	100	4	55	1200435	120003
Santa Rosa do Sul	SC	A3	2	20	2	15	4215653	420004
Santa Rosa do Tocantins	TO	B2	4	80	3	25	1718907	170002
Santa Salete	SP	A3	1	26	2	15	3547650	350028
Santa Teresa	ES	A3	2	18	2	15	3204609	320002
Santa Teresinha	BA	A2	3	50	2	10	2928505	290004
Santa Teresinha	PB	B2	4	55	3	25	2513802	250009
Santa Tereza	RS	A2	2	12	2	10	4317251	430037
Santa Tereza de Goiás	GO	B3	4	50	4	30	5219605	520016
Santa Tereza do Oeste	PR	A2	1	18	2	10	4124020	410006
Santa Tereza do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1719004	170001
Santa Terezinha	MT	B3	3	80	4	30	5107776	510014
Santa Terezinha	PE	B3	4	40	4	30	2612802	260014
Santa Terezinha	SC	A3	2	16	2	15	4215679	420022
Santa Terezinha de Goiás	GO	A3	4	50	2	15	5219704	520018
Santa Terezinha de Itaipu	PR	A2	1	18	2	10	4124053	410007
Santa Terezinha do Progresso	SC	A2	1	18	2	10	4215687	420012
Santa Terezinha do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720002	170008
Santa Vitória	MG	A2	2	30	2	10	3159803	310060
Santa Vitória do Palmar	RS	A2	2	40	2	10	4317301	430009
Santaluz	BA	B3	3	50	4	30	2928000	290032
Santana	AP	B2	3	50	3	25	1600600	160001
Santana	BA	B2	4	65	3	25	2928208	290018
Santana da Boa Vista	RS	A2	2	35	2	10	4317004	430012
Santana da Ponte Pensa	SP	A3	1	26	2	15	3547205	350030
Santana da Vargem	MG	A2	3	26	2	10	3158300	310046
Santana de Cataguases	MG	A2	2	30	2	10	3158409	310032
Santana de Mangueira	PB	B3	4	60	4	30	2513505	250010
Santana de Parnaíba	SP	A1	1	7	2	5	3547304	350001
Santana de Pirapama	MG	A2	3	20	2	10	3158508	310002
Santana do Acaraú	CE	B2	4	65	3	25	2312007	230015
Santana do Araguaia	PA	B3	4	75	4	30	1506708	150012
Santana do Cariri	CE	A2	4	55	2	10	2312106	230011
Santana do Deserto	MG	A2	2	24	2	10	3158607	310027
Santana do Garambéu	MG	A2	2	30	2	10	3158706	310037
Santana do Ipanema	AL	B3	3	70	4	30	2708006	270010
Santana do Itararé	PR	A3	2	18	2	15	4124004	410022
Santana do Jacaré	MG	A3	3	30	2	15	3158805	310048
Santana do Manhuaçu	MG	A3	2	24	2	15	3158904	310028
Santana do Maranhão	MA	B3	3	70	4	30	2110237	210007
Santana do Matos	RN	B3	5	60	4	30	2411403	240011
Santana do Mundaú	AL	B3	3	16	4	30	2708105	270005
Santana do Paraíso	MG	A2	3	30	2	10	3158953	310024
Santana do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209351	220009
Santana do Riacho	MG	A2	3	20	2	10	3159001	310002
Santana do São Francisco	SE	B3	3	35	4	30	2806404	280003
Santana do Seridó	RN	B3	5	30	4	30	2411429	240007
Santana dos Garrotes	PB	B3	4	60	4	30	2513604	250010
Santana dos Montes	MG	A2	2	20	2	10	3159100	310038
Santanópolis	BA	A2	3	50	2	10	2928307	290029
Santarém	PA	B2	3	75	3	25	1506807	150015
Santarém Novo	PA	B3	3	55	4	30	1506906	150006
Santiago	RS	B3	2	35	4	30	4317400	430014

Santiago do Sul	SC	A2	1	18	2	10	4215695	420007
Santo Afonso	MT	B3	3	80	4	30	5107263	510003
Santo Amaro	BA	A1	2	30	2	5	2928604	290001
Santo Amaro da Imperatriz	SC	A2	1	12	2	10	4215703	420001
Santo Amaro das Brotas	SE	A2	3	20	2	10	2806602	280001
Santo Amaro do Maranhão	MA	C1	3	70	4	55	2110278	210006
Santo Anastácio	SP	A2	2	30	2	10	3547700	350018
Santo André	PB	A2	5	55	2	10	2513851	250005
Santo André	SP	A1	1	5	2	5	3547809	350001
Santo Ângelo	RS	A2	2	20	2	10	4317509	430020
Santo Antônio	RN	B3	3	35	4	30	2411502	240002
Santo Antônio da Alegria	SP	A2	2	22	2	10	3547908	350031
Santo Antônio da Barra	GO	A2	3	30	2	10	5219712	520010
Santo Antônio da Patrulha	RS	A1	2	18	2	5	4317608	430001
Santo Antônio da Platina	PR	A3	1	18	2	15	4124103	410022
Santo Antônio das Missões	RS	A2	2	20	2	10	4317707	430022
Santo Antônio de Goiás	GO	A1	2	20	2	5	5219738	520001
Santo Antônio de Jesus	BA	A2	2	30	2	10	2928703	290003
Santo Antônio de Lisboa	PI	B3	4	70	4	30	2209401	220009
Santo Antônio de Pádua	RJ	A3	2	35	2	15	3304706	330012
Santo Antônio de Posse	SP	A1	1	12	2	5	3548005	350038
Santo Antônio do Amparo	MG	A2	3	30	2	10	3159902	310043
Santo Antônio do Aracanguá	SP	A2	1	30	2	10	3548054	350022
Santo Antônio do Aventureiro	MG	A2	2	30	2	10	3160009	310036
Santo Antônio do Caiuá	PR	A2	1	24	2	10	4124202	410017
Santo Antônio do Descoberto	GO	A2	3	40	2	10	5219753	520019
Santo Antônio do Grama	MG	A3	2	26	2	15	3160108	310030
Santo Antônio do Içá	AM	C1	3	100	4	55	1303700	130006
Santo Antônio do Itambé	MG	A3	3	24	2	15	3160207	310016
Santo Antônio do Jacinto	MG	A3	3	60	2	15	3160306	310015
Santo Antônio do Jardim	SP	A2	2	22	2	10	3548104	350044
Santo Antônio do Leste	MT	B3	3	80	4	30	5107792	510017
Santo Antônio do Leverger	MT	A2	3	70	2	10	5107800	510001
Santo Antônio do Monte	MG	A2	3	35	2	10	3160405	310065
Santo Antônio do Palma	RS	A2	1	20	2	10	4317558	430030
Santo Antônio do Paraíso	PR	A3	1	18	2	15	4124301	410024
Santo Antônio do Pinhal	SP	A2	3	14	2	10	3548203	350050
Santo Antônio do Planalto	RS	A2	2	16	2	10	4317756	430028
Santo Antônio do Retiro	MG	A3	4	65	2	15	3160454	310012
Santo Antônio do Rio Abaixo	MG	A2	2	20	2	10	3160504	310005
Santo Antônio do Sudoeste	PR	A3	1	20	2	15	4124400	410009
Santo Antônio do Tauá	PA	A1	3	55	2	5	1507003	150001
Santo Antônio dos Lopes	MA	B2	3	60	3	25	2110302	210012
Santo Antônio dos Milagres	PI	B3	4	70	4	30	2209450	220002
Santo Augusto	RS	A2	2	16	2	10	4317806	430018
Santo Cristo	RS	A3	1	20	2	15	4317905	430019
Santo Estêvão	BA	A2	3	50	2	10	2928802	290029
Santo Expedito	SP	A2	2	24	2	10	3548302	350018
Santo Expedito do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4317954	430032
Santo Hipólito	MG	A3	3	40	2	15	3160603	310004
Santo Inácio	PR	A2	1	18	2	10	4124509	410019
Santo Inácio do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209500	220011
Santópolis do Aguapeí	SP	A2	2	30	2	10	3548401	350023
Santos	SP	A2	3	10	2	10	3548500	350002
Santos Dumont	MG	A2	2	24	2	10	3160702	310027
São Benedito	CE	B3	3	40	4	30	2312304	230016
São Benedito do Rio Preto	MA	B3	4	70	4	30	2110401	210003
São Benedito do Sul	PE	B3	2	14	4	30	2612901	260003
São Bentinho	PB	B2	4	60	3	25	2513927	250012
São Bento	MA	B3	3	55	4	30	2110500	210002
São Bento	PB	B3	4	35	4	30	2513901	250011
São Bento Abade	MG	A2	2	30	2	10	3160801	310045
São Bento do Norte	RN	B3	5	60	4	30	2411601	240005
São Bento do Sapucaí	SP	A2	3	20	2	10	3548609	350050
São Bento do Sul	SC	A3	2	16	2	15	4215802	420018
São Bento do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720101	170009
São Bento do Trairí	RN	B3	4	30	4	30	2411700	240004
São Bento do Una	PE	A2	3	20	2	10	2613008	260012
São Bernardino	SC	A2	1	20	2	10	4215752	420013
São Bernardo	MA	B3	3	70	4	30	2110609	210007
São Bernardo do Campo	SP	A1	1	5	2	5	3548708	350001
São Bonifácio	SC	A2	2	18	2	10	4215901	420001
São Borja	RS	B2	2	20	3	25	4318002	430017
São Brás	AL	B3	3	35	4	30	2708204	270003
São Brás do Suaçuí	MG	A2	2	20	2	10	3160900	310038
São Braz do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209559	220013
São Caetano de Odivelas	PA	A1	3	55	2	5	1507102	150001
São Caetano do Sul	SP	A1	1	5	2	5	3548807	350001
São Caitano	PE	A2	3	20	2	10	2613107	260009
São Carlos	SC	A2	1	18	2	10	4216008	420007
São Carlos	SP	A2	2	12	2	10	3548906	350037
São Carlos do Ivaí	PR	A2	1	16	2	10	4124608	410017
São Cristóvão	SE	A2	2	10	2	10	2806701	280001
São Cristovão do Sul	SC	A3	3	24	2	15	4216057	420006
São Desidério	BA	B2	4	65	3	25	2928901	290018
São Domingos	BA	B3	3	50	4	30	2928950	290032
São Domingos	GO	B3	4	70	4	30	5219803	520021
São Domingos	PB	B2	4	60	3	25	2513968	250012
São Domingos	SC	A3	1	20	2	15	4216107	420011
São Domingos	SE	B3	2	30	4	30	2806800	280004
São Domingos das Dores	MG	A2	2	20	2	10	3160959	310025
São Domingos do Araguaia	PA	B2	4	70	3	25	1507151	150009
São Domingos do Azeitão	MA	B3	4	75	4	30	2110658	210017
São Domingos do Capim	PA	B2	4	55	3	25	1507201	150004
São Domingos do Cariri	PB	A2	5	60	2	10	2513943	250005
São Domingos do Maranhão	MA	B3	3	70	4	30	2110708	210016
São Domingos do Norte	ES	A2	2	18	2	10	3204658	320005
São Domingos do Prata	MG	A2	2	20	2	10	3161007	310026
São Domingos do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4318051	430030
São Felipe	BA	A2	2	30	2	10	2929107	290004
São Felipe D'Oeste	RO	C1	3	60	4	55	1101484	110005
São Félix	BA	A2	2	30	2	10	2929008	290004
São Félix de Balsas	MA	B3	4	75	4	30	2110807	210022
São Félix de Minas	MG	A3	2	30	2	15	3161056	310022
São Félix do Araguaia	MT	B3	3	80	4	30	5107859	510014
São Félix do Coribe	BA	B3	4	65	4	30	2929057	290019

São Félix do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209609	220002
São Félix do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720150	170001
São Félix do Xingu	PA	C1	3	75	4	55	1507300	150013
São Fernando	RN	B3	5	45	4	30	2411809	240007
São Fidélis	RJ	A2	2	12	2	10	3304805	330010
São Francisco	MG	A3	4	65	2	15	3161106	310011
São Francisco	PB	B2	4	55	3	25	2513984	250014
São Francisco	SE	B3	4	40	4	30	2806909	280003
São Francisco	SP	A3	1	22	2	15	3549003	350028
São Francisco de Assis	RS	A2	2	35	2	10	4318101	430011
São Francisco de Assis do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209658	220012
São Francisco de Goiás	GO	A2	2	20	2	10	5219902	520002
São Francisco de Itabapoana	RJ	A2	2	12	2	10	3304755	330010
São Francisco de Paula	MG	A3	3	30	2	15	3161205	310069
São Francisco de Paula	RS	A2	3	25	2	10	4318200	430036
São Francisco de Sales	MG	A3	2	30	2	15	3161304	310058
São Francisco do Brejão	MA	B2	4	75	3	25	2110856	210021
São Francisco do Conde	BA	A1	2	7	2	5	2929206	290001
São Francisco do Glória	MG	A2	2	28	2	10	3161403	310031
São Francisco do Guaporé	RO	B2	3	60	3	25	1101492	110004
São Francisco do Maranhão	MA	B3	4	70	4	30	2110906	210017
São Francisco do Oeste	RN	B3	4	50	4	30	2411908	240010
São Francisco do Pará	PA	B2	3	55	3	25	1507409	150004
São Francisco do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209708	220017
São Francisco do Sul	SC	A2	1	12	2	10	4216206	420016
São Gabriel	BA	B3	4	65	4	30	2929255	290020
São Gabriel	RS	A2	2	28	2	10	4318309	430012
São Gabriel da Cachoeira	AM	C1	3	100	4	55	1303809	130002
São Gabriel da Palha	ES	A2	2	20	2	10	3204708	320005
São Gabriel do Oeste	MS	A1	3	70	2	5	5007695	500001
São Geraldo	MG	A2	2	30	2	10	3161502	310029
São Geraldo da Piedade	MG	A2	3	30	2	10	3161601	310020
São Geraldo do Araguaia	PA	B2	4	75	3	25	1507458	150009
São Geraldo do Baixio	MG	A2	2	30	2	10	3161650	310020
São Gonçalo	RJ	A1	2	10	2	5	3304904	330001
São Gonçalo do Abaeté	MG	A2	3	40	2	10	3161700	310062
São Gonçalo do Amarante	CE	A1	4	50	2	5	2312403	230001
São Gonçalo do Amarante	RN	A1	2	12	2	5	2412005	240001
São Gonçalo do Gurguéia	PI	B3	4	75	4	30	2209757	220015
São Gonçalo do Pará	MG	A2	2	20	2	10	3161809	310065
São Gonçalo do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2209807	220002
São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	A2	2	20	2	10	3161908	310026
São Gonçalo do Rio Preto	MG	A3	3	40	2	15	3125507	310016
São Gonçalo do Sapucaí	MG	A2	2	30	2	10	3162005	310040
São Gonçalo dos Campos	BA	A2	2	30	2	10	2929305	290029
São Gotardo	MG	A2	3	40	2	10	3162104	310062
São Jerônimo	RS	A3	2	14	2	15	4318408	430006
São Jerônimo da Serra	PR	A3	1	20	2	15	4124707	410024
São João	PE	A2	3	35	2	10	2613206	260010
São João	PR	A3	1	20	2	15	4124806	410010
São João Batista	MA	B3	3	55	4	30	2111003	210005
São João Batista	SC	A2	2	18	2	10	4216305	420021
São João Batista do Glória	MG	A2	3	26	2	10	3162203	310041
São João d'Aliança	GO	B3	4	70	4	30	5220009	520022
São João da Baliza	RR	C2	3	100	5	70	1400506	140003
São João da Barra	RJ	A2	2	12	2	10	3305000	330010
São João da Boa Vista	SP	A2	2	22	2	10	3549102	350044
São João da Canabrava	PI	B3	4	70	4	30	2209856	220009
São João da Fronteira	PI	B2	4	60	3	25	2209872	220007
São João da Lagoa	MG	A2	4	50	2	10	3162252	310006
São João da Mata	MG	A2	2	30	2	10	3162302	310050
São João da Paraúna	GO	A3	3	30	2	15	5220058	520015
São João da Ponta	PA	B2	3	55	3	25	1507466	150004
São João da Ponte	MG	A2	4	50	2	10	3162401	310006
São João da Serra	PI	B3	4	55	4	30	2209906	220003
São João da Urtiga	RS	A2	1	20	2	10	4318424	430032
São João da Varjota	PI	B3	4	70	4	30	2209955	220011
São João das Duas Pontes	SP	A2	1	26	2	10	3549201	350029
São João das Missões	MG	A3	4	65	2	15	3162450	310009
São João de Iracema	SP	A2	1	35	2	10	3549250	350029
São João de Meriti	RJ	A1	2	10	2	5	3305109	330001
São João de Pirabas	PA	B3	3	55	4	30	1507474	150006
São João del Rei	MG	A2	2	30	2	10	3162500	310039
São João do Araguaia	PA	B2	4	70	3	25	1507508	150009
São João do Arraial	PI	B3	3	55	4	30	2209971	220008
São João do Caiuá	PR	A2	1	24	2	10	4124905	410017
São João do Cariri	PB	A2	5	55	2	10	2514008	250005
São João do Carú	MA	B2	4	60	3	25	2111029	210009
São João do Itaperiú	SC	A2	1	12	2	10	4216354	420016
São João do Ivaí	PR	A3	1	18	2	15	4125001	410025
São João do Jaguaribe	CE	B3	4	55	4	30	2312502	230007
São João do Manhuaçu	MG	A3	2	24	2	15	3162559	310028
São João do Manteninha	MG	A3	2	30	2	15	3162575	310022
São João do Oeste	SC	A3	1	20	2	15	4216255	420009
São João do Oriente	MG	A2	2	20	2	10	3162609	310024
São João do Pacuí	MG	A2	4	50	2	10	3162658	310006
São João do Paraíso	MA	B2	4	75	3	25	2111052	210019
São João do Paraíso	MG	A3	4	65	2	15	3162708	310008
São João do Pau d'Alho	SP	A3	2	24	2	15	3549300	350020
São João do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210003	220014
São João do Polêsine	RS	A2	1	20	2	10	4318432	430011
São João do Rio do Peixe	PB	B3	4	55	4	30	2500700	250015
São João do Sabugi	RN	B3	5	45	4	30	2412104	240007
São João do Soter	MA	A2	4	55	2	10	2111078	210013
São João do Sul	SC	A3	2	20	2	15	4216404	420004
São João do Tigre	PB	B3	5	55	4	30	2514107	250007
São João do Triunfo	PR	A2	1	16	2	10	4125100	410027
São João dos Patos	MA	B3	4	70	4	30	2111102	210017
São João Evangelista	MG	A3	3	24	2	15	3162807	310021
São João Nepomuceno	MG	A2	2	24	2	10	3162906	310035

São Joaquim	SC	A2	3	20	2	10	4216503	420005
São Joaquim da Barra	SP	A3	1	22	2	15	3549409	350034
São Joaquim de Bicas	MG	A1	2	20	2	5	3162922	310001
São Joaquim do Monte	PE	A2	3	35	2	10	2613305	260009
São Jorge	RS	A3	1	20	2	15	4318440	430038
São Jorge d'Oeste	PR	A3	1	20	2	15	4125209	410012
São Jorge do Ivaí	PR	A2	1	16	2	10	4125308	410014
São Jorge do Patrocínio	PR	A2	1	20	2	10	4125357	410016
São José	SC	A2	1	12	2	10	4216602	420001
São José da Barra	MG	A2	3	26	2	10	3162948	310041
São José da Bela Vista	SP	A2	2	16	2	10	3549508	350033
São José da Boa Vista	PR	A3	2	18	2	15	4125407	410022
São José da Coroa Grande	PE	B3	2	14	4	30	2613404	260007
São José da Lagoa Tapada	PB	B2	4	55	3	25	2514206	250014
São José da Laje	AL	B3	3	16	4	30	2708303	270005
São José da Lapa	MG	A1	1	7	2	5	3162955	310001
São José da Safira	MG	A2	3	30	2	10	3163003	310020
São José da Tapera	AL	B3	3	70	4	30	2708402	270011
São José da Varginha	MG	A2	2	20	2	10	3163102	310068
São José da Vitória	BA	A2	2	20	2	10	2929354	290007
São José das Missões	RS	A2	2	16	2	10	4318457	430034
São José das Palmeiras	PR	A2	1	18	2	10	4125456	410008
São José de Caiana	PB	B3	4	55	4	30	2514305	250010
São José de Espinharas	PB	B2	4	55	3	25	2514404	250009
São José de Mipibu	RN	A1	2	20	2	5	2412203	240001
São José de Piranhas	PB	B3	4	55	4	30	2514503	250015
São José de Princesa	PB	B3	4	40	4	30	2514552	250013
São José de Ribamar	MA	A2	3	30	2	10	2111201	210001
São José de Ubá	RJ	A2	2	35	2	10	3305133	330011
São José do Alegre	MG	A2	2	30	2	10	3163201	310052
São José do Barreiro	SP	A2	3	24	2	10	3549607	350053
São José do Belmonte	PE	B3	4	65	4	30	2613503	260013
São José do Bonfim	PB	B2	4	55	3	25	2514602	250009
São José do Brejo do Cruz	PB	B3	4	60	4	30	2514651	250011
São José do Calçado	ES	A3	2	20	2	15	3204807	320008
São José do Campestre	RN	B3	4	35	4	30	2412302	240002
São José do Cedro	SC	A3	1	20	2	15	4216701	420009
São José do Cerrito	SC	A2	3	20	2	10	4216800	420005
São José do Divino	MG	A2	3	24	2	10	3163300	310013
São José do Divino	PI	B2	4	60	3	25	2210052	220007
São José do Egito	PE	B3	4	40	4	30	2613602	260014
São José do Goiabal	MG	A2	2	20	2	10	3163409	310024
São José do Herval	RS	A3	1	20	2	15	4318465	430031
São José do Hortêncio	RS	A1	1	18	2	5	4318481	430002
São José do Inhacorá	RS	A3	1	20	2	15	4318499	430023
São José do Jacuípe	BA	B3	4	60	4	30	2929370	290030
São José do Jacuri	MG	A3	3	30	2	15	3163508	310021
São José do Mantimento	MG	A3	2	24	2	15	3163607	310028
São José do Norte	RS	A2	3	25	2	10	4318507	430009
São José do Ouro	RS	A3	1	20	2	15	4318606	430033
São José do Peixe	PI	B3	4	70	4	30	2210102	220017
São José do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210201	220009
São José do Povo	MT	A2	3	60	2	10	5107297	510016
São José do Rio Claro	MT	B3	3	100	4	30	5107305	510003
São José do Rio Pardo	SP	A2	2	22	2	10	3549706	350047
São José do Rio Preto	SP	A2	2	12	2	10	3549805	350025
São José do Sabugi	PB	B2	4	55	3	25	2514701	250009
São José do Seridó	RN	B3	5	35	4	30	2412401	240007
São José do Sul	RS	A3	1	18	2	15	4318614	430007
São José do Vale do Rio Preto	RJ	A2	3	10	2	10	3305158	330007
São José do Xingu	MT	B3	3	80	4	30	5107354	510014
São José dos Ausentes	RS	A3	3	25	2	15	4318622	430039
São José dos Basílios	MA	B3	3	70	4	30	2111250	210016
São José dos Campos	SP	A2	3	12	2	10	3549904	350049
São José dos Cordeiros	PB	B3	5	55	4	30	2514800	250008
São José dos Pinhais	PR	A1	1	12	2	5	4125506	410001
São José dos Quatro Marcos	MT	B3	3	80	4	30	5107107	510006
São José dos Ramos	PB	B3	3	30	4	30	2514453	250004
São Julião	PI	B3	4	70	4	30	2210300	220009
São Leopoldo	RS	A1	1	7	2	5	4318705	430002
São Lourenço	MG	A3	2	30	2	15	3163706	310053
São Lourenço da Mata	PE	A1	2	7	2	5	2613701	260001
São Lourenço da Serra	SP	A1	1	5	2	5	3549953	350001
São Lourenço do Oeste	SC	A2	1	20	2	10	4216909	420013
São Lourenço do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210359	220013
São Lourenço do Sul	RS	A2	2	16	2	10	4318804	430009
São Ludgero	SC	A2	1	14	2	10	4217006	420003
São Luís	MA	A2	3	15	2	10	2111300	210001
São Luís de Montes Belos	GO	A3	2	30	2	15	5220108	520013
São Luís do Curu	CE	A1	4	50	2	5	2312601	230001
São Luís do Paraitinga	SP	A2	3	40	2	10	3550001	350050
São Luis do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210375	220009
São Luís do Quitunde	AL	B3	3	16	4	30	2708501	270002
São Luís Gonzaga do Maranhão	MA	B2	3	60	3	25	2111409	210010
São Luiz	RR	C2	3	100	5	70	1400605	140003
São Luíz do Norte	GO	B3	2	30	4	30	5220157	520017
São Luiz Gonzaga	RS	A2	2	20	2	10	4318903	430022
São Mamede	PB	B2	4	55	3	25	2514909	250009
São Manoel do Paraná	PR	A3	1	22	2	15	4125555	410018
São Manuel	SP	A2	2	16	2	10	3550100	350011
São Marcos	RS	A2	2	12	2	10	4319000	430036
São Martinho	RS	A3	1	20	2	15	4319109	430021
São Martinho	SC	A2	1	14	2	10	4217105	420003
São Martinho da Serra	RS	A2	2	22	2	10	4319125	430011
São Mateus	ES	A2	2	20	2	10	3204906	320003
São Mateus do Maranhão	MA	B2	3	55	3	25	2111508	210010
São Mateus do Sul	PR	A3	1	16	2	15	4125605	410003
São Miguel	RN	B3	4	45	4	30	2412500	240010
São Miguel Arcanjo	SP	A2	3	16	2	10	3550209	350006
São Miguel da Baixa Grande	PI	B3	4	70	4	30	2210383	220002
São Miguel da Boa Vista	SC	A2	1	20	2	10	4217154	420012
São Miguel das Matas	BA	A2	3	35	2	10	2929404	290003
São Miguel das Missões	RS	A2	2	20	2	10	4319158	430020
São Miguel de Taipu	PB	A2	3	30	2	10	2515005	250001
São Miguel do Aleixo	SE	B3	4	70	4	30	2807006	280004
São Miguel do Anta	MG	A3	2	28	2	15	3163805	310033

São Miguel do Araguaia	GO	B3	4	70	4	30	5220207	520016
São Miguel do Fidalgo	PI	B3	4	70	4	30	2210391	220011
São Miguel do Gostoso	RN	A1	5	60	2	5	2412559	240001
São Miguel do Guamá	PA	B2	3	55	3	25	1507607	150004
São Miguel do Guaporé	RO	B2	3	60	3	25	1100320	110004
São Miguel do Iguaçu	PR	A2	1	18	2	10	4125704	410007
São Miguel do Oeste	SC	A3	1	20	2	15	4217204	420009
São Miguel do Passa Quatro	GO	A2	3	30	2	10	5220264	520002
São Miguel do Tapuio	PI	B3	4	60	4	30	2210409	220003
São Miguel do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720200	170009
São Miguel dos Campos	AL	B3	2	30	4	30	2708600	270004
São Miguel dos Milagres	AL	B3	3	16	4	30	2708709	270002
São Nicolau	RS	A2	2	20	2	10	4319208	430022
São Patrício	GO	A3	2	20	2	15	5220280	520018
São Paulo	SP	A1	1	5	2	5	3550308	350001
São Paulo das Missões	RS	B3	1	20	4	30	4319307	430024
São Paulo de Olivença	AM	C1	3	100	4	55	1303908	130006
São Paulo do Potengi	RN	B3	3	35	4	30	2412609	240006
São Pedro	RN	B3	3	35	4	30	2412708	240006
São Pedro	SP	A2	2	16	2	10	3550407	350040
São Pedro da Água Branca	MA	B2	4	75	3	25	2111532	210019
São Pedro da Aldeia	RJ	A2	2	14	2	10	3305208	330013
São Pedro da Cipa	MT	A2	3	60	2	10	5107404	510018
São Pedro da Serra	RS	A3	1	18	2	15	4319356	430007
São Pedro da União	MG	A3	2	28	2	15	3163904	310044
São Pedro das Missões	RS	A2	2	16	2	10	4319364	430034
São Pedro de Alcântara	SC	A2	1	12	2	10	4217253	420001
São Pedro do Butiá	RS	B3	1	20	4	30	4319372	430024
São Pedro do Iguaçu	PR	A2	1	18	2	10	4125753	410008
São Pedro do Ivaí	PR	A2	1	18	2	10	4125803	410023
São Pedro do Paraná	PR	A2	1	24	2	10	4125902	410020
São Pedro do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210508	220002
São Pedro do Suaçuí	MG	A3	3	24	2	15	3164100	310021
São Pedro do Sul	RS	A2	2	22	2	10	4319406	430011
São Pedro do Turvo	SP	A2	2	20	2	10	3550506	350015
São Pedro dos Crentes	MA	B3	5	75	4	30	2111573	210020
São Pedro dos Ferros	MG	A3	2	26	2	15	3164001	310030
São Rafael	RN	B3	4	55	4	30	2412807	240011
São Raimundo das Mangabeiras	MA	B3	4	75	4	30	2111607	210022
São Raimundo do Doca Bezerra	MA	B2	3	50	3	25	2111631	210012
São Raimundo Nonato	PI	B3	4	70	4	30	2210607	220013
São Roberto	MA	B2	3	50	3	25	2111672	210012
São Romão	MG	A3	4	70	2	15	3164209	310011
São Roque	SP	A2	2	12	2	10	3550605	350003
São Roque de Minas	MG	A3	3	35	2	15	3164308	310049
São Roque do Canaã	ES	A2	2	18	2	10	3204955	320005
São Salvador do Tocantins	TO	A2	4	80	2	10	1720259	170010
São Sebastião	AL	A2	3	35	2	10	2708808	270007
São Sebastião	SP	A2	3	16	2	10	3550704	350051
São Sebastião da Amoreira	PR	A3	1	20	2	15	4126009	410024
São Sebastião da Bela Vista	MG	A2	2	30	2	10	3164407	310050
São Sebastião da Boa Vista	PA	C1	4	70	4	55	1507706	150020
São Sebastião da Grama	SP	A2	2	22	2	10	3550803	350047
São Sebastião da Vargem Alegre	MG	A2	2	28	2	10	3164431	310031
São Sebastião de Lagoa de Roça	PB	A2	2	30	2	10	2515104	250005
São Sebastião do Alto	RJ	A2	3	35	2	10	3305307	330008
São Sebastião do Anta	MG	A2	2	20	2	10	3164472	310025
São Sebastião do Caí	RS	A1	1	18	2	5	4319505	430002
São Sebastião do Maranhão	MG	A3	3	24	2	15	3164506	310021
São Sebastião do Oeste	MG	A2	3	30	2	10	3164605	310065
São Sebastião do Paraíso	MG	A3	2	28	2	15	3164704	310047
São Sebastião do Passé	BA	A1	2	30	2	5	2929503	290001
São Sebastião do Rio Preto	MG	A2	2	20	2	10	3164803	310005
São Sebastião do Rio Verde	MG	A3	2	30	2	15	3164902	310053
São Sebastião do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720309	170009
São Sebastião do Uatumã	AM	C1	3	80	4	55	1303957	130011
São Sebastião do Umbuzeiro	PB	B3	5	55	4	30	2515203	250007
São Sepé	RS	A2	2	35	2	10	4319604	430011
São Simão	GO	A3	2	35	2	15	5220405	520012
São Simão	SP	A2	1	16	2	10	3550902	350031
São Tiago	MG	A2	2	30	2	10	3165008	310039
São Tomás de Aquino	MG	A3	2	28	2	15	3165107	310047
São Tomé	PR	A3	1	22	2	15	4126108	410018
São Tomé	RN	B3	4	30	4	30	2412906	240006
São Tomé das Letras	MG	A2	2	30	2	10	3165206	310045
São Valentim	RS	A2	1	20	2	10	4319703	430026
São Valentim do Sul	RS	A2	1	20	2	10	4319711	430037
São Valério	TO	A2	4	80	2	10	1720499	170010
São Valério do Sul	RS	A2	2	16	2	10	4319737	430018
São Vendelino	RS	A1	1	18	2	5	4319752	430002
São Vicente	RN	B3	5	30	4	30	2413003	240008
São Vicente	SP	A2	3	10	2	10	3551009	350002
São Vicente de Minas	MG	A2	2	30	2	10	3165305	310039
São Vicente do Seridó	PB	A2	5	30	2	10	2515401	250005
São Vicente do Sul	RS	A2	2	22	2	10	4319802	430011
São Vicente Ferrer	MA	B3	3	55	4	30	2111706	210005
São Vicente Ferrer	PE	A2	3	20	2	10	2613800	260002
Sapé	PB	A2	3	30	2	10	2515302	250001
Sapeaçu	BA	A2	2	30	2	10	2929602	290004
Sapezal	MT	B3	3	100	4	30	5107875	510002
Sapiranga	RS	A1	1	7	2	5	4319901	430002
Sapopema	PR	A3	2	18	2	15	4126207	410024
Sapucaí-Mirim	MG	A2	2	30	2	10	3165404	310052
Sapucaia	PA	B3	4	75	4	30	1507755	150014
Sapucaia	RJ	A2	3	28	2	10	3305406	330009
Sapucaia do Sul	RS	A1	1	7	2	5	4320008	430001
Saquarema	RJ	A1	2	14	2	5	3305505	330001
Sarandi	PR	A2	1	14	2	10	4126256	410014
Sarandi	RS	A2	1	20	2	10	4320107	430028
Sarapuí	SP	A2	2	20	2	10	3551108	350003
Sardoá	MG	A2	3	24	2	10	3165503	310020
Sarutaiá	SP	A2	2	20	2	10	3551207	350017
Sarzedo	MG	A1	1	7	2	5	3165537	310001
Sátiro Dias	BA	A2	3	30	2	10	2929701	290002
Satuba	AL	A1	2	12	2	5	2708907	270001
Satubinha	MA	B2	3	60	3	25	2111722	210010

Saubara	BA	A1	2	30	2	5	2929750	290001
Saudade do Iguaçu	PR	A3	1	20	2	15	4126272	410010
Saudades	SC	A2	1	18	2	10	4217303	420007
Saúde	BA	B3	4	65	4	30	2929800	290030
Schroeder	SC	A2	1	12	2	10	4217402	420016
Seabra	BA	B3	4	65	4	30	2929909	290034
Seara	SC	A3	2	20	2	15	4217501	420010
Sebastianópolis do Sul	SP	A2	2	35	2	10	3551306	350027
Sebastião Barros	PI	B3	4	75	4	30	2210623	220015
Sebastião Laranjeiras	BA	B3	4	65	4	30	2930006	290016
Sebastião Leal	PI	B3	4	70	4	30	2210631	220018
Seberi	RS	A3	1	20	2	15	4320206	430029
Sede Nova	RS	A3	1	20	2	15	4320230	430021
Segredo	RS	A2	1	20	2	10	4320263	430042
Selbach	RS	A2	1	20	2	10	4320305	430027
Selvíria	MS	A2	3	35	2	10	5007802	500002
Sem-Peixe	MG	A3	2	26	2	15	3165560	310030
Sena Madureira	AC	C1	3	100	4	55	1200500	120003
Senador Alexandre Costa	MA	B3	3	70	4	30	2111748	210016
Senador Amaral	MG	A2	2	30	2	10	3165578	310050
Senador Canedo	GO	A1	2	7	2	5	5220454	520001
Senador Cortes	MG	A2	2	24	2	10	3165602	310035
Senador Elói de Souza	RN	B3	3	35	4	30	2413102	240006
Senador Firmino	MG	A2	2	28	2	10	3165701	310029
Senador Georgino Avelino	RN	A1	2	20	2	5	2413201	240001
Senador Guiomard	AC	B2	3	100	3	25	1200450	120001
Senador José Bento	MG	A2	2	30	2	10	3165800	310050
Senador José Porfírio	PA	B2	4	70	3	25	1507805	150018
Senador La Rocque	MA	B2	4	75	3	25	2111763	210019
Senador Modestino Gonçalves	MG	A3	3	40	2	15	3165909	310016
Senador Pompeu	CE	B3	4	50	4	30	2312700	230006
Senador Rui Palmeira	AL	B3	3	70	4	30	2708956	270010
Senador Sá	CE	B2	4	65	3	25	2312809	230015
Senador Salgado Filho	RS	A3	2	20	2	15	4320321	430019
Sengés	PR	A2	2	20	2	10	4126306	410027
Senhor do Bonfim	BA	B3	4	65	4	30	2930105	290023
Senhora de Oliveira	MG	A2	2	22	2	10	3166006	310038
Senhora do Porto	MG	A3	3	30	2	15	3166105	310021
Senhora dos Remédios	MG	A2	2	22	2	10	3166204	310037
Sentinela do Sul	RS	A3	2	16	2	15	4320354	430005
Sento Sé	BA	A2	4	65	2	10	2930204	290022
Serafina Corrêa	RS	A3	1	20	2	15	4320404	430038
Sericita	MG	A3	2	26	2	15	3166303	310030
Seringueiras	RO	B2	3	60	3	25	1101500	110004
Sério	RS	A3	1	18	2	15	4320453	430041
Seritinga	MG	A3	2	30	2	15	3166402	310054
Seropédica	RJ	A1	2	10	2	5	3305554	330001
Serra	ES	A2	1	12	2	10	3205002	320001
Serra Alta	SC	A2	1	18	2	10	4217550	420007
Serra Azul	SP	A2	1	12	2	10	3551405	350031
Serra Azul de Minas	MG	A3	3	24	2	15	3166501	310016
Serra Branca	PB	B3	5	55	4	30	2515500	250008
Serra Caiada	RN	B3	3	35	4	30	2410306	240002
Serra da Raiz	PB	B3	2	35	4	30	2515609	250002
Serra da Saudade	MG	A3	3	35	2	15	3166600	310067
Serra de São Bento	RN	B3	4	35	4	30	2413300	240002
Serra do Mel	RN	A2	4	70	2	10	2413359	240009
Serra do Navio	AP	B2	3	50	3	25	1600055	160004
Serra do Ramalho	BA	B3	4	65	4	30	2930154	290017
Serra do Salitre	MG	A3	3	40	2	15	3166808	310064
Serra dos Aimorés	MG	A2	3	50	2	10	3166709	310013
Serra Dourada	BA	B2	4	65	3	25	2930303	290018
Serra Grande	PB	B3	4	60	4	30	2515708	250015
Serra Negra	SP	A3	2	16	2	15	3551603	350048
Serra Negra do Norte	RN	B3	5	45	4	30	2413409	240007
Serra Nova Dourada	MT	B3	3	80	4	30	5107883	510014
Serra Preta	BA	A2	3	50	2	10	2930402	290029
Serra Redonda	PB	A2	2	35	2	10	2515807	250005
Serra Talhada	PE	B3	4	40	4	30	2613909	260013
Serrana	SP	A2	1	12	2	10	3551504	350031
Serrania	MG	A3	3	26	2	15	3166907	310042
Serrano do Maranhão	MA	C1	3	55	4	55	2111789	210008
Serranópolis	GO	A2	3	40	2	10	5220504	520011
Serranópolis de Minas	MG	A3	4	65	2	15	3166956	310007
Serranópolis do Iguaçu	PR	A2	1	18	2	10	4126355	410007
Serranos	MG	A3	2	30	2	15	3167004	310054
Serraria	PB	B3	2	30	4	30	2515906	250002
Serrinha	BA	B3	3	50	4	30	2930501	290033
Serrinha	RN	B3	3	35	4	30	2413508	240002
Serrinha dos Pintos	RN	B3	4	55	4	30	2413557	240010
Serrita	PE	B3	4	65	4	30	2614006	260017
Serro	MG	A3	3	40	2	15	3167103	310016
Serrolândia	BA	B3	4	60	4	30	2930600	290030
Sertaneja	PR	A3	1	18	2	15	4126405	410024
Sertânia	PE	B3	4	65	4	30	2614105	260011
Sertanópolis	PR	A2	1	16	2	10	4126504	410021
Sertão	RS	A2	1	20	2	10	4320503	430025
Sertão Santana	RS	A1	2	16	2	5	4320552	430001
Sertãozinho	PB	B3	2	35	4	30	2515930	250002
Sertãozinho	SP	A2	1	12	2	10	3551702	350031
Sete Barras	SP	A3	3	16	2	15	3551801	350005
Sete de Setembro	RS	A2	1	20	2	10	4320578	430020
Sete Lagoas	MG	A2	3	20	2	10	3167202	310002
Sete Quedas	MS	A2	2	45	2	10	5007703	500009
Setubinha	MG	A2	3	40	2	10	3165552	310013

Severiano de Almeida	RS	A2	1	20	2	10	4320602	430026
Severiano Melo	RN	A2	4	50	2	10	2413607	240009
Severínia	SP	A2	2	16	2	10	3551900	350032
Sideródpolis	SC	A2	1	14	2	10	4217600	420002
Sidrolândia	MS	A1	2	30	2	5	5007901	500001
Sigefredo Pacheco	PI	B3	4	55	4	30	2210656	220003
Silva Jardim	RJ	A3	3	16	2	15	3305604	330003
Silvânia	GO	A2	3	30	2	10	5220603	520002
Silvanópolis	TO	B2	4	80	3	25	1720655	170002
Silveira Martins	RS	A2	2	22	2	10	4320651	430011
Silveirânia	MG	A2	2	30	2	10	3167301	310029
Silveiras	SP	A2	3	35	2	10	3552007	350053
Silves	AM	C1	3	80	4	55	1304005	130011
Silvianópolis	MG	A2	2	30	2	10	3167400	310050
Simão Dias	SE	B3	3	40	4	30	2807105	280005
Simão Pereira	MG	A2	2	24	2	10	3167509	310027
Simões	PI	B3	4	70	4	30	2210706	220010
Simões Filho	BA	A1	2	7	2	5	2930709	290001
Simolândia	GO	B3	4	70	4	30	5220686	520021
Simonésia	MG	A3	2	24	2	15	3167608	310028
Simplício Mendes	PI	B3	4	70	4	30	2210805	220012
Sinimbu	RS	A2	1	20	2	10	4320677	430040
Sinop	MT	B3	3	90	4	30	5107909	510007
Siqueira Campos	PR	A3	2	18	2	15	4126603	410022
Sirinhaém	PE	B3	2	14	4	30	2614204	260007
Siriri	SE	A2	3	35	2	10	2807204	280001
Sítio d'Abadia	GO	B3	4	70	4	30	5220702	520021
Sítio do Mato	BA	B3	4	65	4	30	2930758	290017
Sítio do Quinto	BA	B3	4	70	4	30	2930766	290028
Sítio Novo	MA	B3	4	70	4	30	2111805	210020
Sítio Novo	RN	B3	4	30	4	30	2413706	240004
Sítio Novo do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720804	170009
Sobradinho	BA	A2	4	65	2	10	2930774	290022
Sobradinho	RS	A2	1	20	2	10	4320701	430042
Sobrado	PB	A2	3	30	2	10	2515971	250001
Sobral	CE	B2	4	50	3	25	2312908	230015
Sobrália	MG	A2	2	20	2	10	3167707	310020
Socorro	SP	A2	2	16	2	10	3552106	350041
Socorro do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210904	220012
Solânea	PB	B3	3	16	4	30	2516003	250002
Soledade	PB	A2	5	60	2	10	2516102	250005
Soledade	RS	A3	2	18	2	15	4320800	430031
Soledade de Minas	MG	A3	2	30	2	15	3167806	310053
Solidão	PE	B3	4	40	4	30	2614402	260014
Solonópole	CE	B3	4	55	4	30	2313005	230006
Sombrio	SC	A3	2	20	2	15	4217709	420004
Sonora	MS	B3	3	60	4	30	5007935	500004
Sooretama	ES	A2	2	20	2	10	3205010	320004
Sorocaba	SP	A2	2	12	2	10	3552205	350003
Sorriso	MT	B3	3	90	4	30	5107925	510008
Sossêgo	PB	B3	3	35	4	30	2516151	250006
Soure	PA	B3	5	65	4	30	1507904	150021
Sousa	PB	B2	4	55	3	25	2516201	250014
Souto Soares	BA	B3	4	65	4	30	2930808	290034
Sucupira	TO	A2	4	80	2	10	1720853	170010
Sucupira do Norte	MA	B3	4	70	4	30	2111904	210018
Sucupira do Riachão	MA	B3	4	70	4	30	2111953	210017
Sud Mennucci	SP	A3	1	30	2	15	3552304	350024
Sul Brasil	SC	A2	1	18	2	10	4217758	420007
Sulina	PR	A3	1	20	2	15	4126652	410010
Sumaré	SP	A1	1	10	2	5	3552403	350038
Sumé	PB	B3	5	55	4	30	2516300	250008
Sumidouro	RJ	A2	2	26	2	10	3305703	330008
Surubim	PE	B3	3	26	4	30	2614501	260008
Sussuapara	PI	B3	4	70	4	30	2210938	220009
Suzanápolis	SP	A3	1	30	2	15	3552551	350028
Suzano	SP	A1	1	5	2	5	3552502	350001
Tabaí	RS	A3	2	18	2	15	4320859	430041
Tabaporã	MT	C1	3	100	4	55	5107941	510012
Tabapuã	SP	A2	2	16	2	10	3552601	350026
Tabatinga	AM	C1	3	100	4	55	1304062	130006
Tabatinga	SP	A2	2	12	2	10	3552700	350036
Tabira	PE	B3	4	40	4	30	2614600	260014
Taboão da Serra	SP	A1	1	5	2	5	3552809	350001
Tabocas do Brejo Velho	BA	B2	4	65	3	25	2930907	290018
Taboleiro Grande	RN	B3	4	55	4	30	2413805	240010
Tabuleiro	MG	A2	2	30	2	10	3167905	310029
Tabuleiro do Norte	CE	B3	4	55	4	30	2313104	230007
Tacaimbó	PE	A2	3	20	2	10	2614709	260012
Tacaratu	PE	B3	4	65	4	30	2614808	260013
Taciba	SP	A2	2	24	2	10	3552908	350018
Tacima	PB	B3	3	40	4	30	2516409	250002
Tacuru	MS	A2	2	45	2	10	5007950	500009
Taguaí	SP	A2	2	20	2	10	3553005	350007
Taguatinga	TO	B3	4	80	4	30	1720903	170011
Taiaçu	SP	A2	1	16	2	10	3553104	350032
Tailândia	PA	B2	4	50	3	25	1507953	150003
Taió	SC	A3	1	18	2	15	4217808	420022
Taiobeiras	MG	A3	4	65	2	15	3168002	310008
Taipas do Tocantins	TO	B3	4	80	4	30	1720937	170011
Taipu	RN	A1	4	50	2	5	2413904	240001
Taiúva	SP	A2	1	14	2	10	3553203	350032
Talismã	TO	A2	4	80	2	10	1720978	170010
Tamandaré	PE	B3	2	14	4	30	2614857	260007
Tamarana	PR	A2	1	12	2	10	4126678	410021
Tambaú	SP	A2	2	20	2	10	3553302	350044
Tamboara	PR	A2	1	24	2	10	4126702	410017
Tamboril	CE	B3	5	80	4	30	2313203	230013
Tamboril do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210953	220019
Tanabi	SP	A2	2	24	2	10	3553401	350025
Tangará	RN	B3	4	35	4	30	2414001	240004
Tangará	SC	A3	2	18	2	15	4217907	420015
Tangará da Serra	MT	B3	3	80	4	30	5107958	510002
Tanguá	RJ	A1	2	10	2	5	3305752	330001
Tanhaçu	BA	A2	4	65	2	10	2931004	290011
Tanque d'Arca	AL	A2	3	35	2	10	2709004	270007

Tanque do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2210979	220011
Tanque Novo	BA	B3	4	65	4	30	2931053	290016
Tanquinho	BA	A2	3	50	2	10	2931103	290029
Taparuba	MG	A3	2	30	2	15	3168051	310028
Tapauá	AM	C1	3	100	4	55	1304104	130008
Tapejara	PR	A3	1	22	2	15	4126801	410018
Tapejara	RS	A2	1	20	2	10	4320909	430032
Tapera	RS	A2	1	20	2	10	4321006	430025
Taperoá	BA	A3	2	20	2	15	2931202	290005
Taperoá	PB	A2	5	55	2	10	2516508	250005
Tapes	RS	A3	2	16	2	15	4321105	430005
Tapira	MG	A2	3	35	2	10	3168101	310056
Tapira	PR	A2	1	24	2	10	4126900	410016
Tapiraí	MG	A3	3	35	2	15	3168200	310066
Tapiraí	SP	A2	3	16	2	10	3553500	350003
Tapiramutá	BA	B3	4	60	4	30	2931301	290030
Tapiratiba	SP	A2	2	22	2	10	3553609	350047
Tapurah	MT	B3	3	100	4	30	5108006	510008
Taquara	RS	A3	1	18	2	15	4321204	430004
Taquaraçu de Minas	MG	A1	1	7	2	5	3168309	310001
Taquaral	SP	A2	1	16	2	10	3553658	350032
Taquaral de Goiás	GO	A2	2	20	2	10	5221007	520003
Taquarana	AL	A2	3	15	2	10	2709103	270007
Taquari	RS	A3	2	18	2	15	4321303	430041
Taquaritinga	SP	A2	1	14	2	10	3553708	350036
Taquaritinga do Norte	PE	A2	3	20	2	10	2615003	260009
Taquarituba	SP	A2	2	20	2	10	3553807	350007
Taquarivaí	SP	A2	3	20	2	10	3553856	350004
Taquaruçu do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4321329	430029
Taquarussu	MS	A3	2	40	2	15	5007976	500007
Tarabai	SP	A2	2	24	2	10	3553906	350018
Tarauacá	AC	C1	3	100	4	55	1200609	120005
Tarrafas	CE	A2	4	50	2	10	2313252	230011
Tartarugalzinho	AP	C1	3	70	4	55	1600709	160003
Tarumã	SP	A2	2	20	2	10	3553955	350014
Tarumirim	MG	A2	2	20	2	10	3168408	310020
Tasso Fragoso	MA	B3	5	75	4	30	2112001	210022
Tatuí	SP	A2	2	18	2	10	3554003	350008
Tauá	CE	B3	5	90	4	30	2313302	230014
Taubaté	SP	A2	3	20	2	10	3554102	350050
Tavares	PB	B3	4	40	4	30	2516607	250013
Tavares	RS	A1	3	25	2	5	4321352	430001
Tefé	AM	C1	3	100	4	55	1304203	130005
Teixeira	PB	B2	4	40	3	25	2516706	250009
Teixeira de Freitas	BA	A2	3	35	2	10	2931350	290008
Teixeira Soares	PR	A3	2	16	2	15	4127007	410029
Teixeiras	MG	A3	2	22	2	15	3168507	310033
Teixeirópolis	RO	B2	3	60	3	25	1101559	110004
Tejuçuoca	CE	B3	4	45	4	30	2313351	230005
Tejupá	SP	A2	2	20	2	10	3554201	350017
Telêmaco Borba	PR	A2	2	20	2	10	4127106	410028
Telha	SE	B3	3	40	4	30	2807303	280003
Tenente Ananias	RN	B3	4	50	4	30	2414100	240010
Tenente Laurentino Cruz	RN	B3	5	35	4	30	2414159	240008
Tenente Portela	RS	A3	1	20	2	15	4321402	430021
Tenório	PB	A2	5	30	2	10	2516755	250005
Teodoro Sampaio	BA	A2	2	30	2	10	2931400	290002
Teodoro Sampaio	SP	A2	2	30	2	10	3554300	350018
Teofilândia	BA	B3	3	50	4	30	2931509	290033
Teófilo Otoni	MG	A2	3	40	2	10	3168606	310013
Teolândia	BA	A2	2	20	2	10	2931608	290014
Teotônio Vilela	AL	A2	3	35	2	10	2709152	270007
Terenos	MS	A1	3	30	2	5	5008008	500001
Teresina	PI	A1	3	15	2	5	2211001	220001
Teresina de Goiás	GO	B3	4	70	4	30	5221080	520022
Teresópolis	RJ	A2	3	10	2	10	3305802	330007
Terezinha	PE	A2	3	35	2	10	2615102	260010
Terezópolis de Goiás	GO	A1	2	20	2	5	5221197	520001
Terra Alta	PA	B2	3	55	3	25	1507961	150004
Terra Boa	PR	A3	1	22	2	15	4127205	410018
Terra de Areia	RS	A3	2	18	2	15	4321436	430003
Terra Nova	BA	A1	2	30	2	5	2931707	290001
Terra Nova	PE	B3	4	65	4	30	2615201	260017
Terra Nova do Norte	MT	B3	3	90	4	30	5108055	510007
Terra Rica	PR	A2	1	24	2	10	4127304	410017
Terra Roxa	PR	A2	1	18	2	10	4127403	410008
Terra Roxa	SP	A2	1	20	2	10	3554409	350032
Terra Santa	PA	C1	3	75	4	55	1507979	150017
Tesouro	MT	A2	3	60	2	10	5108105	510016
Teutônia	RS	A3	1	18	2	15	4321451	430041
Theobroma	RO	B2	3	60	3	25	1101609	110003
Tianguá	CE	B3	3	45	4	30	2313401	230016
Tibagi	PR	A2	2	20	2	10	4127502	410028
Tibau	RN	A2	4	70	2	10	2411056	240009
Tibau do Sul	RN	B3	2	20	4	30	2414209	240003
Tietê	SP	A2	2	26	2	10	3554508	350003
Tigrinhos	SC	A2	1	20	2	10	4217956	420012
Tijucas	SC	A2	1	12	2	10	4218004	420020
Tijucas do Sul	PR	A1	2	20	2	5	4127601	410001
Timbaúba	PE	A2	2	14	2	10	2615300	260002
Timbaúba dos Batistas	RN	B3	5	35	4	30	2414308	240007
Timbé do Sul	SC	A3	1	18	2	15	4218103	420004
Timbiras	MA	B2	4	70	3	25	2112100	210015
Timbó	SC	A2	1	12	2	10	4218202	420019
Timbó Grande	SC	A3	3	24	2	15	4218251	420014
Timburi	SP	A2	2	20	2	10	3554607	350017
Timon	MA	A2	4	55	2	10	2112209	210014
Timóteo	MG	A2	2	20	2	10	3168705	310024
Tio Hugo	RS	A2	1	20	2	10	4321469	430025
Tiradentes	MG	A2	2	22	2	10	3168804	310039
Tiradentes do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4321477	430021
Tiros	MG	A2	3	40	2	10	3168903	310062
Tobias Barreto	SE	B3	3	70	4	30	2807402	280005
Tocantínia	TO	B3	4	80	4	30	1721109	170004
Tocantinópolis	TO	B3	4	80	4	30	1721208	170008
Tocantins	MG	A2	2	30	2	10	3169000	310029

Tocos do Moji	MG	A2	2	30	2	10	3169059	310050
Toledo	MG	A2	2	30	2	10	3169109	310050
Toledo	PR	A2	1	18	2	10	4127700	410008
Tomar do Geru	SE	B3	3	40	4	30	2807501	280002
Tomazina	PR	A3	2	18	2	15	4127809	410022
Tombos	MG	A2	2	28	2	10	3169208	310034
Tomé-Açu	PA	A1	4	50	2	5	1508001	150001
Tonantins	AM	C1	3	100	4	55	1304237	130006
Toritama	PE	A2	3	20	2	10	2615409	260009
Torixoréu	MT	A3	3	60	2	15	5108204	510013
Toropi	RS	A2	2	22	2	10	4321493	430011
Torre de Pedra	SP	A2	2	30	2	10	3554656	350008
Torres	RS	A3	2	18	2	15	4321501	430008
Torrinha	SP	A2	2	24	2	10	3554706	350010
Touros	RN	A1	5	60	2	5	2414407	240001
Trabiju	SP	A2	2	12	2	10	3554755	350036
Tracuateua	PA	B3	3	55	4	30	1508035	150005
Tracunhaém	PE	A2	2	14	2	10	2615508	260006
Traipu	AL	A2	3	30	2	10	2709202	270007
Trairão	PA	B2	3	75	3	25	1508050	150016
Trairi	CE	B3	4	50	4	30	2313500	230002
Trajano de Moraes	RJ	A2	3	35	2	10	3305901	330008
Tramandaí	RS	A3	2	18	2	15	4321600	430003
Travesseiro	RS	A3	1	18	2	15	4321626	430041
Tremedal	BA	A2	4	65	2	10	2931806	290011
Tremembé	SP	A2	3	16	2	10	3554805	350050
Três Arroios	RS	A2	1	20	2	10	4321634	430026
Três Barras	SC	A3	2	16	2	15	4218301	420017
Três Barras do Paraná	PR	A2	1	18	2	10	4127858	410006
Três Cachoeiras	RS	A3	2	18	2	15	4321667	430008
Três Corações	MG	A2	2	30	2	10	3169307	310045
Três Coroas	RS	A3	1	18	2	15	4321709	430004
Três de Maio	RS	A3	1	20	2	15	4321808	430023
Três Forquilhas	RS	A3	2	18	2	15	4321832	430008
Três Fronteiras	SP	A3	1	26	2	15	3554904	350030
Três Lagoas	MS	A2	3	35	2	10	5008305	500002
Três Marias	MG	A3	3	40	2	15	3169356	310004
Três Palmeiras	RS	A2	1	20	2	10	4321857	430025
Três Passos	RS	A3	1	20	2	15	4321907	430021
Três Pontas	MG	A2	3	26	2	10	3169406	310046
Três Ranchos	GO	A3	3	40	2	15	5221304	520004
Três Rios	RJ	A2	3	28	2	10	3306008	330009
Treviso	SC	A2	1	14	2	10	4218350	420002
Treze de Maio	SC	A2	1	14	2	10	4218400	420003
Treze Tílias	SC	A3	2	20	2	15	4218509	420008
Trindade	GO	A1	2	20	2	5	5221403	520001
Trindade	PE	B3	4	70	4	30	2615607	260016
Trindade do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4321956	430035
Triunfo	PB	B3	4	55	4	30	2516805	250015
Triunfo	PE	B3	4	40	4	30	2615706	260013
Triunfo	RS	A3	2	18	2	15	4322004	430006
Triunfo Potiguar	RN	B3	4	55	4	30	2414456	240011
Trizidela do Vale	MA	B2	3	60	3	25	2112233	210012
Trombas	GO	B3	4	50	4	30	5221452	520016
Trombudo Central	SC	A3	1	18	2	15	4218608	420022
Tubarão	SC	A2	1	14	2	10	4218707	420003
Tucano	BA	B3	3	50	4	30	2931905	290025
Tucumã	PA	C1	3	75	4	55	1508084	150013
Tucunduva	RS	A3	1	20	2	15	4322103	430019
Tucuruí	PA	B3	4	70	4	30	1508100	150011
Tufilândia	MA	B2	4	60	3	25	2112274	210009
Tuiuti	SP	A2	2	16	2	10	3554953	350041
Tumiritinga	MG	A2	2	30	2	10	3169505	310020
Tunápolis	SC	A3	1	20	2	15	4218756	420009
Tunas	RS	A2	2	18	2	10	4322152	430042
Tunas do Paraná	PR	A1	1	20	2	5	4127882	410001
Tuneiras do Oeste	PR	A3	1	22	2	15	4127908	410018
Tuntum	MA	B3	3	70	4	30	2112308	210016
Tupã	SP	A2	2	20	2	10	3555000	350016
Tupaciguara	MG	A2	2	20	2	10	3169604	310059
Tupanatinga	PE	B3	4	35	4	30	2615805	260011
Tupanci do Sul	RS	A3	1	20	2	15	4322186	430033
Tupanciretã	RS	A2	2	35	2	10	4322202	430027
Tupandi	RS	A1	1	18	2	5	4322251	430002
Tuparendi	RS	A3	1	20	2	15	4322301	430019
Tuparetama	PE	B3	4	40	4	30	2615904	260014
Tupãssi	PR	A2	1	18	2	10	4127957	410008
Tupi Paulista	SP	A3	2	18	2	15	3555109	350020
Tupirama	TO	B3	4	80	4	30	1721257	170006
Tupiratins	TO	B2	4	80	3	25	1721307	170007
Turiaçu	MA	B3	4	75	4	30	2112407	210002
Turilândia	MA	B3	4	75	4	30	2112456	210002
Turiúba	SP	A2	2	30	2	10	3555208	350023
Turmalina	MG	A3	3	40	2	15	3169703	310014
Turmalina	SP	A3	1	26	2	15	3555307	350028
Turuçu	RS	A2	2	16	2	10	4322327	430009
Tururu	CE	B3	4	35	4	30	2313559	230002
Turvânia	GO	A3	2	22	2	15	5221502	520015
Turvelândia	GO	A2	3	30	2	10	5221551	520010
Turvo	PR	A2	2	18	2	10	4127965	410004
Turvo	SC	A3	1	18	2	15	4218806	420004
Turvolândia	MG	A2	2	30	2	10	3169802	310050
Tutóia	MA	B3	3	70	4	30	2112506	210007
Uarini	AM	C1	3	100	4	55	1304260	130005
Uauá	BA	A2	3	50	2	10	2932002	290022
Ubá	MG	A2	2	30	2	10	3169901	310029
Ubaí	MG	A3	4	50	2	15	3170008	310011
Ubaíra	BA	A2	3	35	2	10	2932101	290003
Ubaitaba	BA	A2	2	20	2	10	2932200	290007
Ubajara	CE	B3	3	50	4	30	2313609	230016
Ubaporanga	MG	A2	2	20	2	10	3170057	310025
Ubarana	SP	A2	2	30	2	10	3555356	350025
Ubatã	BA	A2	2	20	2	10	2932309	290014
Ubatuba	SP	A2	3	16	2	10	3555406	350051
Uberaba	MG	A2	2	24	2	10	3170107	310055
Uberlândia	MG	A2	2	20	2	10	3170206	310059

Ubirajara	SP	A2	2	16	2	10	3555505	350009
Ubiratã	PR	A2	1	20	2	10	4128005	410015
Ubiretama	RS	B3	2	20	4	30	4322343	430024
Uchoa	SP	A2	2	16	2	10	3555604	350025
Uibaí	BA	B3	4	65	4	30	2932408	290020
Uiramutã	RR	B2	3	80	3	25	1400704	140002
Uirapuru	GO	A3	4	60	2	15	5221577	520018
Uiraúna	PB	B2	4	55	3	25	2516904	250014
Ulianópolis	PA	B3	4	55	4	30	1508126	150007
Umari	CE	B2	4	40	3	25	2313708	230010
Umarizal	RN	B3	4	40	4	30	2414506	240010
Umbaúba	SE	B3	2	14	4	30	2807600	280002
Umburanas	BA	B3	4	65	4	30	2932457	290030
Umburatiba	MG	A3	3	60	2	15	3170305	310019
Umbuzeiro	PB	A2	5	60	2	10	2517001	250005
Umirim	CE	B3	4	35	4	30	2313757	230002
Umuarama	PR	A2	1	20	2	10	4128104	410016
Una	BA	A2	2	20	2	10	2932507	290010
Unaí	MG	A3	4	65	2	15	3170404	310063
União	PI	A1	3	30	2	5	2211100	220001
União da Serra	RS	A3	1	20	2	15	4322350	430038
União da Vitória	PR	A3	2	20	2	15	4128203	410003
União de Minas	MG	A3	2	30	2	15	3170438	310058
União do Oeste	SC	A2	1	20	2	10	4218855	420007
União do Sul	MT	B3	3	100	4	30	5108303	510007
União dos Palmares	AL	B3	3	16	4	30	2709301	270005
União Paulista	SP	A2	2	30	2	10	3555703	350025
Uniflor	PR	A2	1	16	2	10	4128302	410014
Unistalda	RS	B3	2	35	4	30	4322376	430014
Upanema	RN	A2	4	55	2	10	2414605	240009
Uraí	PR	A3	1	18	2	15	4128401	410024
Urandi	BA	B3	4	65	4	30	2932606	290016
Urânia	SP	A3	1	26	2	15	3555802	350028
Urbano Santos	MA	B3	4	70	4	30	2112605	210003
Uru	SP	A2	2	20	2	10	3555901	350012
Uruaçu	GO	B3	4	50	4	30	5221601	520017
Uruana	GO	A3	2	20	2	15	5221700	520018
Uruana de Minas	MG	A3	4	65	2	15	3170479	310063
Uruará	PA	B2	3	70	3	25	1508159	150018
Urubici	SC	A2	3	20	2	10	4218905	420005
Uruburetama	CE	B3	4	35	4	30	2313807	230002
Urucânia	MG	A3	2	26	2	15	3170503	310030
Urucará	AM	C1	3	80	4	55	1304302	130011
Uruçuca	BA	A2	2	20	2	10	2932705	290007
Uruçuí	PI	B3	5	75	4	30	2211209	220018
Urucuia	MG	A3	4	65	2	15	3170529	310063
Urucurituba	AM	C1	3	80	4	55	1304401	130011
Uruguaiana	RS	B2	2	28	3	25	4322400	430015
Uruoca	CE	B2	4	65	3	25	2313906	230015
Urupá	RO	B2	3	60	3	25	1101708	110004
Urupema	SC	A2	3	20	2	10	4218954	420005
Urupês	SP	A2	2	22	2	10	3556008	350025
Urussanga	SC	A2	1	14	2	10	4219002	420002
Urutaí	GO	A3	3	30	2	15	5221809	520006
Utinga	BA	B3	4	65	4	30	2932804	290031
Vacaria	RS	A3	3	25	2	15	4322509	430039
Vale de São Domingos	MT	B3	3	100	4	30	5108352	510005
Vale do Anari	RO	B2	3	60	3	25	1101757	110003
Vale do Paraíso	RO	B2	3	60	3	25	1101807	110004
Vale do Sol	RS	A2	1	20	2	10	4322533	430040
Vale Real	RS	A2	1	18	2	10	4322541	430036
Vale Verde	RS	A2	2	14	2	10	4322525	430040
Valença	BA	A3	2	20	2	15	2932903	290005
Valença	RJ	A2	3	24	2	10	3306107	330006
Valença do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2211308	220004
Valente	BA	B3	3	50	4	30	2933000	290032
Valentim Gentil	SP	A2	1	24	2	10	3556107	350027
Valinhos	SP	A1	1	10	2	5	3556206	350038
Valparaíso	SP	A2	1	30	2	10	3556305	350022
Valparaíso de Goiás	GO	A2	3	40	2	10	5221858	520019
Vanini	RS	A2	1	20	2	10	4322558	430030
Vargeão	SC	A3	1	18	2	15	4219101	420011
Vargem	SC	A3	3	20	2	15	4219150	420008
Vargem	SP	A2	2	16	2	10	3556354	350041
Vargem Alegre	MG	A2	2	20	2	10	3170578	310025
Vargem Alta	ES	A2	2	16	2	10	3205036	320007
Vargem Bonita	MG	A3	3	35	2	15	3170602	310049
Vargem Bonita	SC	A3	2	18	2	15	4219176	420008
Vargem Grande	MA	B3	4	70	4	30	2112704	210004
Vargem Grande do Rio Pardo	MG	A3	4	65	2	15	3170651	310008
Vargem Grande do Sul	SP	A2	2	22	2	10	3556404	350044
Vargem Grande Paulista	SP	A1	1	5	2	5	3556453	350001
Varginha	MG	A2	3	26	2	10	3170701	310040
Varjão	GO	A1	3	35	2	5	5221908	520001
Varjão de Minas	MG	A2	3	40	2	10	3170750	310062
Varjota	CE	B2	4	55	3	25	2313955	230015
Varre-Sai	RJ	A2	2	30	2	10	3306156	330011
Várzea	PB	B2	4	55	3	25	2517100	250009
Várzea	RN	B3	3	35	4	30	2414704	240002
Várzea Alegre	CE	A2	4	50	2	10	2314003	230011
Várzea Branca	PI	B3	4	70	4	30	2211357	220013
Várzea da Palma	MG	A3	3	50	2	15	3170800	310010
Várzea da Roça	BA	A2	4	60	2	10	2933059	290029
Várzea do Poço	BA	B3	4	60	4	30	2933109	290030
Várzea Grande	MT	A2	3	70	2	10	5108402	510001
Várzea Grande	PI	B3	4	70	4	30	2211407	220002
Várzea Nova	BA	B3	4	60	4	30	2933158	290030
Várzea Paulista	SP	A2	2	12	2	10	3556503	350039
Varzedo	BA	A2	2	30	2	10	2933174	290003
Varzelândia	MG	A2	4	50	2	10	3170909	310006
Vassouras	RJ	A2	3	16	2	10	3306206	330006

Vazante	MG	A2	4	50	2	10	3171006	310062
Venâncio Aires	RS	A2	1	20	2	10	4322608	430040
Venda Nova do Imigrante	ES	A3	2	18	2	15	3205069	320002
Venha-Ver	RN	B3	4	45	4	30	2414753	240010
Ventania	PR	A2	2	20	2	10	4128534	410028
Venturosa	PE	B3	4	35	4	30	2616001	260011
Vera	MT	B3	3	90	4	30	5108501	510008
Vera Cruz	BA	A2	2	7	2	10	2933208	290006
Vera Cruz	RN	A1	3	35	2	5	2414803	240001
Vera Cruz	RS	A2	1	20	2	10	4322707	430040
Vera Cruz	SP	A2	2	14	2	10	3556602	350013
Vera Cruz do Oeste	PR	A2	1	18	2	10	4128559	410006
Vera Mendes	PI	B3	4	70	4	30	2211506	220009
Veranópolis	RS	A2	2	12	2	10	4322806	430037
Verdejante	PE	B3	4	65	4	30	2616100	260017
Verdelândia	MG	A3	4	50	2	15	3171030	310007
Verê	PR	A3	1	20	2	15	4128609	410009
Vereda	BA	A2	3	35	2	10	2933257	290008
Veredinha	MG	A3	3	40	2	15	3171071	310014
Veríssimo	MG	A2	2	24	2	10	3171105	310055
Vermelho Novo	MG	A2	2	26	2	10	3171154	310025
Vertente do Lério	PE	B3	3	26	4	30	2616183	260008
Vertentes	PE	B3	3	20	4	30	2616209	260008
Vespasiano	MG	A1	1	7	2	5	3171204	310001
Vespasiano Correa	RS	A3	1	18	2	15	4322855	430043
Viadutos	RS	A2	1	20	2	10	4322905	430026
Viamão	RS	A1	1	10	2	5	4323002	430001
Viana	ES	A2	1	12	2	10	3205101	320001
Viana	MA	B3	3	55	4	30	2112803	210005
Vianópolis	GO	A2	3	40	2	10	5222005	520002
Vicência	PE	A2	2	14	2	10	2616308	260002
Vicente Dutra	RS	A3	1	20	2	15	4323101	430029
Vicentina	MS	A2	2	30	2	10	5008404	500005
Vicentinópolis	GO	A2	3	35	2	10	5222054	520009
Viçosa	AL	B3	3	16	4	30	2709400	270006
Viçosa	MG	A3	2	22	2	15	3171303	310033
Viçosa	RN	B3	4	50	4	30	2414902	240010
Viçosa do Ceará	CE	B3	3	50	4	30	2314102	230016
Victor Graeff	RS	A2	1	20	2	10	4323200	430025
Vidal Ramos	SC	A3	1	12	2	15	4219200	420024
Videira	SC	A3	2	18	2	15	4219309	420015
Vieiras	MG	A2	2	28	2	10	3171402	310031
Vieirópolis	PB	B2	4	55	3	25	2517209	250014
Vigia	PA	A1	3	55	2	5	1508209	150001
Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	B3	3	100	4	30	5105507	510005
Vila Boa	GO	B3	3	40	4	30	5222203	520022
Vila Flor	RN	B3	2	20	4	30	2415008	240003
Vila Flores	RS	A2	2	12	2	10	4323309	430037
Vila Lângaro	RS	A2	1	20	2	10	4323358	430032
Vila Maria	RS	A2	1	20	2	10	4323408	430030
Vila Nova do Piauí	PI	B3	4	70	4	30	2211605	220009
Vila Nova do Sul	RS	A2	2	35	2	10	4323457	430012
Vila Nova dos Martírios	MA	B2	4	75	3	25	2112852	210019
Vila Pavão	ES	A3	2	20	2	15	3205150	320006
Vila Propício	GO	A3	3	35	2	15	5222302	520018
Vila Rica	MT	B3	3	80	4	30	5108600	510014
Vila Valério	ES	A2	2	20	2	10	3205176	320005
Vila Velha	ES	A2	1	12	2	10	3205200	320001
Vilhena	RO	B3	3	60	4	30	1100304	110006
Vinhedo	SP	A1	1	10	2	5	3556701	350038
Viradouro	SP	A2	1	16	2	10	3556800	350032
Virgem da Lapa	MG	A3	4	65	2	15	3171600	310017
Virgínia	MG	A3	2	30	2	15	3171709	310053
Virginópolis	MG	A3	3	24	2	15	3171808	310021
Virgolândia	MG	A2	3	24	2	10	3171907	310020
Virmond	PR	A2	2	18	2	10	4128658	410011
Visconde do Rio Branco	MG	A2	2	30	2	10	3172004	310029
Viseu	PA	B3	3	75	4	30	1508308	150005
Vista Alegre	RS	A3	1	20	2	15	4323507	430029
Vista Alegre do Alto	SP	A2	1	14	2	10	3556909	350026
Vista Alegre do Prata	RS	A3	1	20	2	15	4323606	430038
Vista Gaúcha	RS	A3	1	20	2	15	4323705	430021
Vista Serrana	PB	B2	4	55	3	25	2505501	250009
Vitor Meireles	SC	A3	1	18	2	15	4219358	420023
Vitória	ES	A2	1	7	2	10	3205309	320001
Vitória Brasil	SP	A3	1	26	2	15	3556958	350028
Vitória da Conquista	BA	A2	3	35	2	10	2933307	290011
Vitória das Missões	RS	A2	2	20	2	10	4323754	430020
Vitória de Santo Antão	PE	A2	2	14	2	10	2616407	260005
Vitória do Jari	AP	C1	3	70	4	55	1600808	160002
Vitória do Mearim	MA	B3	3	60	4	30	2112902	210005
Vitória do Xingu	PA	B2	3	75	3	25	1508357	150018
Vitorino	PR	A3	1	18	2	15	4128708	410010
Vitorino Freire	MA	B2	4	60	3	25	2113009	210010
Volta Grande	MG	A2	2	30	2	10	3172103	310036
Volta Redonda	RJ	A2	3	14	2	10	3306305	330004
Votorantim	SP	A2	2	12	2	10	3557006	350003
Votuporanga	SP	A2	1	24	2	10	3557105	350027
Wagner	BA	B3	4	65	4	30	2933406	290031
Wall Ferraz	PI	B3	4	70	4	30	2211704	220009
Wanderlândia	TO	B2	4	80	3	25	1722081	170005
Wanderley	BA	B2	4	65	3	25	2933455	290018
Wenceslau Braz	MG	A2	2	30	2	10	3172202	310052
Wenceslau Braz	PR	A3	2	18	2	15	4128500	410022
Wenceslau Guimarães	BA	A2	2	20	2	10	2933505	290014
Westfalia	RS	A3	1	18	2	15	4323770	430041
Witmarsum	SC	A3	1	18	2	15	4219408	420023
Xambioá	TO	B2	4	80	3	25	1722107	170005
Xambrê	PR	A2	1	20	2	10	4128807	410016
Xangri-lá	RS	A3	2	18	2	15	4323804	430003
Xanxerê	SC	A3	1	18	2	15	4219507	420011
Xapuri	AC	C1	3	100	4	55	1200708	120002
Xavantina	SC	A3	2	20	2	15	4219606	420011
Xaxim	SC	A2	1	20	2	10	4219705	420007
Xexéu	PE	B3	2	14	4	30	2616506	260003
Xinguara	PA	B3	4	75	4	30	1508407	150014
Xique-Xique	BA	B3	4	65	4	30	2933604	290021
Zabelê	PB	B3	5	55	4	30	2517407	250007
Zacarias	SP	A2	2	30	2	10	3557154	350023
Zé Doca	MA	B2	4	60	3	25	2114007	210009
Zortéa	SC	A3	3	20	2	15	4219853	420008

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original no DOU nº 144, de 1º de Agosto de 2022, Seção 1, Pág. 51.

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 800, DE 29 DE JULHO DE 2022

Permuta Função Comissionada Executiva por Cargo Comissionado Executivo de mesmo nível e categoria.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a seguinte permuta na estrutura de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança deste Ministério, conforme anexo:

I - Uma Função Comissionada Executiva - FCE 1.13 por um Cargo Comissionado Executivo - CCE 1.13.

Art. 2º O normativo que instituir o Regimento Interno do Ministério da Cidadania refletirá as alterações do Anexo desta Portaria no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções do Ministério.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

ANEXO

ALTERAÇÕES DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA CONSTANTE NO DECRETO Nº 11.023, DE 31 DE MARÇO DE 2022, E ALTERAÇÕES.				QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA APÓS PERMUTA			
UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	CCE/FCE	UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	CCE/FCE
SECRETARIA-EXECUTIVA				SECRETARIA-EXECUTIVA			
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO				SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO			
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO				DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO			
Coordenação-Geral	1	Coordenador-geral	CCE 1.13	Coordenação-Geral	2	Coordenador-geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-geral	FCE 1.13				
SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL				SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS				DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS			
Coordenação-Geral	3	Coordenador-geral	CCE 1.13	Coordenação-Geral	2	Coordenador-geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-geral	FCE 1.13	Coordenação-Geral	2	Coordenador-geral	FCE 1.13

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 84, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Torna pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e

Considerando a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamento de 2022;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e

Considerando a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I - a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS adotará as providências necessárias para que se proceda à transferência dos recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, de acordo com os procedimentos específicos da modalidade de transferência Fundo a Fundo.

Parágrafo Único. O disposto no caput dar-se-á somente após o cumprimento, por parte dos entes federados, das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020 e, por se tratar de ano eleitoral, respeitando o período de restrição disposto na Lei nº 9.504/1997.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
RS	SAGRADA FAMILIA	2022	219G	202281000306	431642820220001	150.000,00	3	2022NE403276	71000043553202219
PR	TRES BARRAS DO PARANA	2022	219G	202281000306	412785820220002	122.885,00	4	2022NE403594	71000044037202210
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	2022	219G	202281000306	311450120220003	200.000,00	4	2022NE403295	71000044292202254
PA	BENEVIDES	2022	219G	202281000306	150150120220001	250.000,00	4	2022NE403274	71000044301202215
RN	ALEXANDRIA	2022	219G	202281000306	240050520220001	300.000,00	4	2022NE403255	71000044312202297
SP	AGUDOS	2022	219G	202281000306	350070920220016	100.000,00	4	2022NE403285	71000044326202219
SP	URUPES	2022	219G	202281000306	355600820220003	100.000,00	3	2022NE403384	71000044339202280
RN	NISIA FLORESTA	2022	219G	202281000306	240820120220001	100.000,00	4	2022NE403220	71000044422202259
MG	AMPARO DO SERRA	2022	219G	202281000306	310250620220001	50.000,00	3	2022NE403746	71000044608202216
RS	LAJEADO	2022	219G	202281000306	431140320220002	70.000,00	3	2022NE403956	71000044627202234
RS	TRES DE MAIO	2022	219G	202281000306	432180820220001	150.000,00	4	2022NE403306	71000044800202202
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	2022	219G	202281000306	411640620220002	100.000,00	4	2022NE403736	71000045236202237
PR	NOVA TEBAS	2022	219G	202281000306	411727120220001	200.000,00	4	2022NE403313	71000045237202281
SP	TATUI	2022	219G	202281000306	355400320220005	200.000,00	3	2022NE403352	71000045247202217
SP	AVARE	2022	219G	202281000306	350450320220003	50.000,00	3	2022NE403897	71000045314202201
MG	CIPOTANEA	2022	219G	202281000306	311630820220001	71.000,00	4	2022NE403296	71000045490202235
PB	BARAUNA	2022	219G	202281000306	250153420220001	100.000,00	4	2022NE403780	71000045783202212
RS	SAO LEOPOLDO	2022	219G	202281000306	431870520220001	100.050,00	3	2022NE404858	71000046647202240
MG	CORDISLANDIA	2022	219G	202281000306	311900520220001	70.019,00	4	2022NE403949	71000046764202211
MG	MURIAE	2022	219G	202281000306	314390620220001	200.000,00	4	2022NE403835	71000046766202201
SC	FLORIANOPOLIS	2022	219G	202281000306	420540720220003	100.000,00	3	2022NE403188	71000047130202278

SC	FLORIANOPOLIS	2022	219G	202281000306	420540720220004	100.000,00	3	2022NE403186	71000047133202210
SC	URUPEMA	2022	219G	202281000306	421895420220001	100.000,00	4	2022NE403252	71000047137202290
SC	ARAQUARI	2022	219G	202281000306	420130720220002	100.000,00	4	2022NE403178	71000047226202236
SE	MARUIM	2022	219G	202281000306	280400320220001	250.000,00	4	2022NE403279	71000047230202202
PI	BOCAINA	2022	219G	202281000306	220180420220001	200.000,00	3	2022NE403219	71000048273202205
SP	PROMISSAO	2022	219G	202281000306	354160420220001	70.000,00	4	2022NE403308	71000048518202296
RS	RESTINGA SECA	2022	219G	202281000306	431550320220001	280.000,00	4	2022NE404016	71000049396202255
SC	SAO JOAO DO SUL	2022	219G	202281000306	421640420220001	100.000,00	4	2022NE403254	71000049442202216
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	2022	219G	202281000306	280420120220002	500.000,00	4	2022NE403277	71000049465202221
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	2022	219G	202281000306	280420120220003	200.000,00	4	2022NE403275	71000049467202210
ES	CARIACICA	2022	219G	202281000306	320130820220007	250.000,00	4	2022NE403307	71000049492202201
AL	MACEIO	2022	219G	202281000306	270430220220007	400.000,00	4	2022NE403230	71000049562202213
SC	SANTA ROSA DE LIMA	2022	219G	202281000306	421560420220001	100.000,00	4	2022NE403258	71000049603202271
SC	CUNHA PORA	2022	219G	202281000306	420470720220001	100.000,00	4	2022NE403269	71000049659202226
ES	CONCEICAO DA BARRA	2022	219G	202281000306	320160520220001	200.000,00	4	2022NE403199	71000049730202271
ES	AGUA DOCE DO NORTE	2022	219G	202281000306	320016920220002	300.000,00	4	2022NE403507	71000050403202261
ES	LINHARES	2022	219G	202281000306	320320520220004	505.334,00	4	2022NE403477	71000050404202214
ES	LINHARES	2022	219G	202281000306	320320520220006	887.500,00	3	2022NE403758	71000050405202251
RR	CAROEBE	2022	219G	202281000306	140023320220002	400.000,00	4	2022NE403431	71000050435202267
RR	IRACEMA	2022	219G	202281000306	140028220220001	1.000.000,00	4	2022NE403391	71000050436202210
AM	URUCURITUBA	2022	219G	202281000306	130440120220001	500.000,00	4	2022NE403471	71000050528202291
GO	CUMARI	2022	219G	202281000306	520660220220001	445.000,00	4	2022NE403734	71000050529202236
PB	TEIXEIRA	2022	219G	202281000306	251670620220001	100.000,00	3	2022NE403526	71000050611202261
PE	TEREZINHA	2022	219G	202281000306	261510220220002	300.000,00	3	2022NE403534	71000050613202250
RS	CANOAS	2022	219G	202281000306	430460620220005	100.000,00	3	2022NE403520	71000050614202202
SC	SANTIAGO DO SUL	2022	219G	202281000306	421569520220001	100.000,00	4	2022NE403462	71000050676202214
SC	JACINTO MACHADO	2022	219G	202281000306	420870820220001	100.000,00	4	2022NE403455	71000050678202203
PB	BARRA DE SANTA ROSA	2022	219G	202281000306	250160920220002	100.000,00	4	2022NE403432	71000050793202270
GO	ADELANDIA	2022	219G	202281000306	520015920220002	150.000,00	4	2022NE403487	71000050887202249
MG	MONTES CLAROS	2022	219G	202281000306	314330220220006	200.000,00	3	2022NE403330	71000050890202262
MG	MONTES CLAROS	2022	219G	202281000306	314330220220007	100.000,00	3	2022NE403338	71000050891202215
AM	ITAMARATI	2022	219G	202281000306	130195120220002	1.500.000,00	4	2022NE403469	71000050962202271
AM	EIRUNEPE	2022	219G	202281000306	130140720220002	900.000,00	4	2022NE403457	71000051028202277
ES	JERONIMO MONTEIRO	2022	219G	202281000306	320310620220004	300.000,00	3	2022NE403504	71000051536202255
PA	PARAGOMINAS	2022	219G	202281000306	150550220220001	300.000,00	4	2022NE403407	71000051714202248
MG	MUZAMBINHO	2022	219G	202281000306	314410220220001	200.000,00	4	2022NE403599	71000052357202235
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	2022	219G	202281000306	280120720220002	350.000,00	4	2022NE403611	71000052358202280
SP	TAQUARITINGA	2022	219G	202281000306	355370820220005	100.000,00	3	2022NE403583	71000052359202224
CE	MILAGRES	2022	219G	202281000306	230830220220001	200.000,00	4	2022NE403848	71000052611202203
CE	MILAGRES	2022	219G	202281000306	230830220220002	400.000,00	3	2022NE403844	71000052613202294
MG	AUGUSTO DE LIMA	2022	219G	202281000306	310480920220002	100.019,00	4	2022NE403953	71000052617202272
MA	ICATU	2022	219G	202281000306	210510420220001	500.000,00	3	2022NE403724	71000052707202263
MA	ICATU	2022	219G	202281000306	210510420220002	500.000,00	3	2022NE403754	71000052715202218
AM	UARINI	2022	219G	202281000306	130426020220003	1.000.000,00	4	2022NE403938	71000052846202297
SC	JOACABA	2022	219G	202281000306	420900320220001	100.000,00	4	2022NE404015	71000052852202244
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	2022	219G	202281000306	500625920220001	150.000,00	4	2022NE403968	71000053024202223
SP	VOTUPORANGA	2022	219G	202281000306	355710520220003	50.000,00	4	2022NE404007	71000053027202267
RJ	BARRA MANSA	2022	219G	202281000306	330040720220003	50.000,00	4	2022NE403978	71000053354202219
ES	IBIRACU	2022	219G	202281000306	320250420220002	75.000,00	3	2022NE403740	71000053584202288
PI	JOSE DE FREITAS	2022	219G	202281000306	220550820220001	200.000,00	4	2022NE403944	71000053589202219
RO	COLORADO DO OESTE	2022	219G	202281000306	110006420220002	800.000,00	4	2022NE403874	71000053591202280
SC	CATANDUVAS	2022	219G	202281000306	420400420220001	100.000,00	4	2022NE403714	71000053592202224
ES	SANTA LEOPOLDINA	2022	219G	202281000306	320450020220001	120.000,00	4	2022NE403735	71000053717202216
ES	ITAPEMIRIM	2022	219G	202281000306	320280120220001	400.000,00	4	2022NE404011	71000053877202265
RS	SAO VALENTIM	2022	219G	202281000306	431970320220001	100.002,00	3	2022NE403980	71000053885202210
ES	MUNIZ FREIRE	2022	219G	202281000306	320370020220003	50.000,00	3	2022NE403935	71000053898202281
ES	PONTO BELO	2022	219G	202281000306	320425220220001	200.000,00	3	2022NE403753	71000053900202211
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2022	219G	202281000306	330100920220008	200.000,00	3	2022NE403796	71000053912202246
MG	GUAPE	2022	219G	202281000306	312810520220001	50.000,00	3	2022NE403883	71000053914202235
MG	MURIAE	2022	219G	202281000306	314390620220003	300.000,00	4	2022NE403832	71000054074202228
PR	ASSAI	2022	219G	202281000306	410190320220001	75.000,00	4	2022NE403976	71000054578202248
AM	MANAQUIRI	2022	219G	202281000306	130255320220003	500.000,00	4	2022NE403933	71000054668202239
AM	MANAQUIRI	2022	219G	202281000306	130255320220002	1.500.000,00	4	2022NE403929	71000054669202283
ES	PIUMA	2022	219G	202281000306	320420320220002	200.000,00	4	2022NE403737	71000054706202253
ES	ANCHIETA	2022	219G	202281000306	320040920220002	250.000,00	4	2022NE403764	71000054713202255
ES	PIUMA	2022	219G	202281000306	320420320220004	100.000,00	3	2022NE404032	71000054723202291
RO	CEREJEIRAS	2022	219G	202281000306	110005620220002	100.000,00	4	2022NE403887	71000054735202215
RO	JI-PARANA	2022	219G	202281000306	110012220220005	100.000,00	4	2022NE403891	71000054739202201
SC	ANITAPOLIS	2022	219G	202281000306	420110920220001	125.000,00	4	2022NE403707	71000054741202272
PR	GUARANIACU	2022	219G	202281000306	410930220220003	100.000,00	4	2022NE403717	71000054838202285
PB	CALDAS BRANDAO	2022	219G	202281000306	250380320220002	1.300.000,00	3	2022NE403812	71000054900202239
AM	COARI	2022	219G	202281000306	130120920220001	100.000,00	3	2022NE403945	71000054990202268
ES	COLATINA	2022	219G	202281000306	320150620220007	300.000,00	4	2022NE403762	71000054992202257
PB	INGA	2022	219G	202281000306	250680620220001	150.000,00	3	2022NE403808	71000054995202291
PB	JACARAU	2022	219G	202281000306	250730920220003	150.000,00	3	2022NE403828	71000054996202235
PR	UMUARAMA	2022	219G	202281000306	412810420220007	100.000,00	3	2022NE403742	71000054997202280
PR	UMUARAMA	2022	219G	202281000306	412810420220010	100.000,00	3	2022NE403842	71000054999202279
PR	UMUARAMA	2022	219G	202281000306	412810420220008	700.000,00	4	2022NE403991	71000055001202253
RO	CACOAL	2022	219G	202281000306	110004920220005	500.000,00	4	2022NE403905	71000055002202206
RO	CACOAL	2022	219G	202281000306	110004920220004	100.000,00	4	2022NE403901	71000055003202242
RO	CACOAL	2022	219G	202281000306	110004920220003	300.000,00	4	2022NE403895	71000055004202297
PB	GURINHEM	2022	219G	202281000306	250640020220004	100.000,00	4	2022NE404092	71000055087202214
SC	GRAVATAL	2022	219G	202281000306	420620720220001	300.000,00	4	2022NE404099	71000055101202280
CE	POTIRETAMA	2022	219G	202281000306	231123120220001	100.000,00	4	2022NE404065	71000055146202254
MG	LAGOA SANTA	2022	219G	202281000306	313760120220001	100.000,00	3	2022NE404056	71000055152202210
MG	PESCADOR	2022	219G	202281000306	315000020220001	200.000,00	3	2022NE404172	71000055154202209
PB	SOLEDADE	2022	219G	202281000306	251610220220002	200.000,00	3	2022NE404136	71000055159202223
RS	PALMARES DO SUL	2022	219G	202281000306	431365620220001	150.000,00	3	2022NE404133	71000055163202291
SP	PIRACICABA	2022	219G	202281000306	353870920220006	100.000,00	3	2022NE404061	71000055164202236
SP	TANABI	2022	219G	202281000306	355340120220005	150.000,00	3	2022NE404152	71000055166202225
SP	EMILIANOPOLIS	2022	219G	202281000306	351512920220001	150.000,00	3	2022NE404076	71000055167202270
CE	JAGUARETAMA	2022	219G	202281000306	230670220220002	250.000,00	4	2022NE404122	71000055215202220
PR	BRAGANEY	2022	219G	202281000306	410335420220001	100.000,00	4	2022NE404083	71000055223202276
GO	VILA BOA	2022	219G	202281000306	522220320220001	50.000,00	3	2022NE404118	71000055336202271
MA	CIDELANDIA	2022	219G	202281000306	210325720220001	1.000.000,00	3	2022NE404169	71000055338202261
RO	ARIQUEMES	2022	219G	202281000306	110002320220002	350.000,00	4	2022NE404100	71000055346202215
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	2022	219G	202281000306	320506920220002	100.000,00	3	2022NE404131	71000055434202217
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	2022	219G	202281000306	320506920220001	150.000,00	4	2022NE404116	71000055435202253
MG	FELICIO DOS SANTOS	2022	219G	202281000306	312540820220001	100.000,00	3	2022NE404127	71000055437202242
PR	MARINGA	2022	219G	202281000306	411520020220002	200.000,00	4	2022NE404114	71000055450202200
AL	INHAPI	2022	219G	202281000306	270330420220002	600.000,00	3	2022NE404145	71000055529202222
GO	PIRACANJUBA	2022	219G	202281000306	521710420220002	100.000,00	4	2022NE404079	71000055648202285
MG	BARBACENA	2022	219G	202281000306	310560820220002	200.000,00	4	2022NE404112	71000055652202243
RJ	MANGARATIBA	2022	219G	202281000306	330260120220004	100.000,00	4	2022NE404105	71000055656202221
RJ	MANGARATIBA	2022	219G	202281000306	330260120220001	100.000,00	4	2022NE404102	71000055659202265
RJ	MANGARATIBA	2022	219G	202281000306	330260120220002	100.000,00	4	2022NE404103	71000055660202290

RO	TEIXEIROPOLIS	2022	219G	202281000306	110155920220001	380.000,00	4	2022NE404115	71000055663202223
BA	ENTRE RIOS	2022	219G	202281000306	291050320220001	600.000,00	4	2022NE404341	71000055690202204
MG	NAZARENO	2022	219G	202281000306	314450820220003	250.000,00	4	2022NE404423	71000055692202295
MS	CAMPO GRANDE	2022	219G	202281000306	500270420220006	750.000,00	3	2022NE404449	71000055693202230
PB	NOVA PALMEIRA	2022	219G	202281000306	251030320220001	70.000,00	3	2022NE404477	71000055694202284
PR	PINHAL DE SAO BENTO	2022	219G	202281000306	411925120220001	50.000,00	3	2022NE404508	71000055696202273
RS	NOVO HAMBURGO	2022	219G	202281000306	431340920220002	180.000,00	3	2022NE404576	71000055697202218
SC	GAROPABA	2022	219G	202281000306	420570420220001	100.000,00	4	2022NE404594	71000055698202262
SP	AVARE	2022	219G	202281000306	350450320220004	80.000,00	3	2022NE404617	71000055699202215
SP	REDENCAO DA SERRA	2022	219G	202281000306	354230520220001	250.000,00	3	2022NE404633	71000055700202201
RJ	BELFORD ROXO	2022	219G	202281000306	330045620220004	4.000.000,00	3	2022NE404546	71000055728202231
RJ	CASIMIRO DE ABREU	2022	219G	202281000306	330130620220002	1.000.000,00	3	2022NE404545	71000055756202258
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	2022	219G	202281000306	330470620220002	400.000,00	3	2022NE404542	71000055759202291
RN	ARES	2022	219G	202281000306	240120620220001	90.000,00	3	2022NE404875	71000055763202250
AL	PIRANHAS	2022	219G	202281000306	270710720220001	1.400.000,00	3	2022NE404314	71000055766202293
SC	PAULO LOPES	2022	219G	202281000306	421230420220001	100.000,00	4	2022NE404577	71000055767202238
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	2022	219G	202281000306	270895620220001	200.000,00	3	2022NE404877	71000055768202282
SP	COSMOPOLIS	2022	219G	202281000306	351280320220002	100.000,00	3	2022NE404630	71000055770202251
RO	COSTA MARQUES	2022	219G	202281000306	110008020220001	100.000,00	3	2022NE404556	71000055771202204
RO	PARECIS	2022	219G	202281000306	110145020220002	280.000,00	4	2022NE404560	71000055772202241
RS	PORTO ALEGRE	2022	219G	202281000306	431490220220003	199.835,00	3	2022NE404566	71000055774202230
SC	AGRONOMICA	2022	219G	202281000306	420030920220001	150.000,00	4	2022NE404585	71000055777202273
SC	ARROIO TRINTA	2022	219G	202281000306	420160420220001	100.000,00	4	2022NE404591	71000055778202218
SC	IBIAM	2022	219G	202281000306	420675120220001	100.000,00	4	2022NE404596	71000055779202262
ES	GUACUI	2022	219G	202281000306	320230620220006	450.000,00	4	2022NE404382	71000055780202297
SC	BIGUACU	2022	219G	202281000306	420230520220002	75.000,00	3	2022NE404583	71000055781202231
SP	DRACENA	2022	219G	202281000306	351440320220003	100.000,00	3	2022NE404638	71000055782202286
SC	GASPAR	2022	219G	202281000306	420590220220001	100.000,00	4	2022NE404586	71000055783202221
SC	MORRO GRANDE	2022	219G	202281000306	421125620220001	100.000,00	4	2022NE404600	71000055784202275
SC	LONTRAS	2022	219G	202281000306	420990420220001	100.000,00	4	2022NE404599	71000055787202217
SC	RIO DO OESTE	2022	219G	202281000306	421460720220001	250.000,00	3	2022NE404604	71000055789202206
SP	ARAPEI	2022	219G	202281000306	350315820220001	500.000,00	3	2022NE404635	71000055791202277
ES	VARGEM ALTA	2022	219G	202281000306	320503620220001	100.000,00	3	2022NE404370	71000055795202255
SP	ITAPOLIS	2022	219G	202281000306	352270320220002	50.000,00	3	2022NE404624	71000055796202208
SP	DRACENA	2022	219G	202281000306	351440320220004	140.000,00	3	2022NE404637	71000055799202233
SC	WITMARSUM	2022	219G	202281000306	421940820220001	100.000,00	4	2022NE404602	71000055800202220
SP	CANDIDO MOTA	2022	219G	202281000306	351000520220007	70.000,00	3	2022NE404644	71000055801202274
SP	MOGI-MIRIM	2022	219G	202281000306	353080520220002	100.000,00	3	2022NE404628	71000055802202219
ES	VITORIA	2022	219G	202281000306	320530920220007	1.656.110,00	3	2022NE404359	71000055803202263
SP	GUARATINGUETA	2022	219G	202281000306	351840420220003	100.000,00	3	2022NE404606	71000055804202216
SP	PEDERNEIRAS	2022	219G	202281000306	353670320220002	50.000,00	3	2022NE404650	71000055806202205
SP	JAU	2022	219G	202281000306	352530020220009	150.000,00	3	2022NE404641	71000055807202241
SP	MARTINOPOLIS	2022	219G	202281000306	352920320220003	30.000,00	3	2022NE404619	71000055808202296
SP	MOCOCA	2022	219G	202281000306	353050820220004	50.000,00	3	2022NE404607	71000055809202231
SP	OSASCO	2022	219G	202281000306	353440120220005	200.000,00	4	2022NE404612	71000055810202265
MG	BAEPENDI	2022	219G	202281000306	310490820220002	101.000,00	3	2022NE404418	71000055811202218
SP	PARIQUERA-ACU	2022	219G	202281000306	353620820220001	100.000,00	3	2022NE404621	71000055812202254
SP	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	2022	219G	202281000306	355080320220002	50.000,00	3	2022NE404648	71000055814202243
SP	OURINHOS	2022	219G	202281000306	353470820220001	500.000,00	3	2022NE404622	71000055815202298
MG	CAPELINHA	2022	219G	202281000306	311230720220002	50.000,00	3	2022NE404406	71000055818202221
AC	RIO BRANCO	2022	219G	202281000306	120040120220002	2.000.000,00	3	2022NE404309	71000055819202276
AM	PAUINI	2022	219G	202281000306	130350220220003	500.000,00	3	2022NE404328	71000055820202209
MG	CRUCILANDIA	2022	219G	202281000306	312060720220003	30.000,00	3	2022NE404413	71000055822202290
AM	PAUINI	2022	219G	202281000306	130350220220005	500.000,00	3	2022NE404331	71000055823202234
AM	RIO PRETO DA EVA	2022	219G	202281000306	130356920220004	200.000,00	3	2022NE404330	71000055824202289
CE	TRAIRI	2022	219G	202281000306	231350020220001	100.000,00	4	2022NE404351	71000055829202210
AL	ARAPIRACA	2022	219G	202281000306	270030020220003	400.000,00	3	2022NE404315	71000055830202236
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	2022	219G	202281000306	312380920220001	100.000,00	3	2022NE404426	71000055831202281
BA	MUNDO NOVO	2022	219G	202281000306	292210220220001	200.000,00	3	2022NE404342	71000055832202225
BA	LAJEDINHO	2022	219G	202281000306	291900920220001	250.000,00	4	2022NE404343	71000055833202270
AL	CACIMBINHAS	2022	219G	202281000306	270120920220001	200.000,00	3	2022NE404318	71000055834202214
BA	QUIJINGUE	2022	219G	202281000306	292590720220001	505.000,00	3	2022NE404346	71000055836202211
BA	SENHOR DO BONFIM	2022	219G	202281000306	293010520220001	2.000.000,00	3	2022NE404348	71000055837202258
AP	SANTANA	2022	219G	202281000306	160060020220001	1.000.000,00	3	2022NE404333	71000055838202201
MG	POTE	2022	219G	202281000306	315240220220001	50.000,00	3	2022NE404409	71000055840202271
MG	TEIXEIRAS	2022	219G	202281000306	316850720220003	25.000,00	3	2022NE404431	71000055842202261
ES	VITORIA	2022	219G	202281000306	320530920220009	150.000,00	3	2022NE404362	71000055843202213
MG	FERROS	2022	219G	202281000306	312590320220001	30.000,00	3	2022NE404414	71000055844202250
GO	GOIANIA	2022	219G	202281000306	520870720220020	150.000,00	3	2022NE404393	71000055845202202
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	2022	219G	202281000306	316410020220001	30.000,00	3	2022NE404417	71000055846202249
MG	TEIXEIRAS	2022	219G	202281000306	316850720220002	25.000,00	3	2022NE404430	71000055847202293
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	2022	219G	202281000306	521975320220001	150.000,00	3	2022NE404383	71000055849202282
PB	CONDE	2022	219G	202281000306	250460320220002	200.000,00	3	2022NE404479	71000055850202215
GO	PLANALTINA	2022	219G	202281000306	521760920220002	100.000,00	3	2022NE404398	71000055851202251
PR	IPIRANGA	2022	219G	202281000306	411050820220002	100.000,00	3	2022NE404531	71000055852202204
MG	SAO TIAGO	2022	219G	202281000306	316500820220001	51.000,00	3	2022NE404420	71000055853202241
RJ	PARAIBA DO SUL	2022	219G	202281000306	330370820220002	100.000,00	3	2022NE404552	71000055854202295
BA	SALVADOR	2022	219G	202281000306	292740820220003	100.000,00	3	2022NE404340	71000055855202230
MG	UBA	2022	219G	202281000306	316990120220005	100.000,00	3	2022NE404447	71000055857202229
RJ	RIO DE JANEIRO	2022	219G	202281000306	330455720220030	140.000,00	4	2022NE404548	71000055858202273
RJ	RIO DE JANEIRO	2022	219G	202281000306	330455720220028	100.000,00	4	2022NE404550	71000055861202297
BA	SALVADOR	2022	219G	202281000306	292740820220002	200.000,00	3	2022NE404337	71000055862202231
RJ	RIO DE JANEIRO	2022	219G	202281000306	330455720220027	175.000,00	4	2022NE404549	71000055863202286
MG	BELO HORIZONTE	2022	219G	202281000306	310620020220011	145.019,00	4	2022NE404411	71000055864202221
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	2022	219G	202281000306	311770220220001	100.000,00	3	2022NE404435	71000055868202217
SP	MOGI-MIRIM	2022	219G	202281000306	353080520220001	50.000,00	3	2022NE404611	71000055869202253
CE	TABULEIRO DO NORTE	2022	219G	202281000306	231310420220001	100.000,00	4	2022NE404350	71000055870202288
MG	GOUVEIA	2022	219G	202281000306	312760220220002	25.000,00	3	2022NE404415	71000055871202222
PA	JACAREACANGA	2022	219G	202281000306	150375420220001	100.000,00	3	2022NE404453	71000055873202211
SP	ITIRAPINA	2022	219G	202281000306	352360220220002	50.000,00	3	2022NE404610	71000055874202266
PA	MARACANA	2022	219G	202281000306	150430720220001	200.000,00	3	2022NE404454	71000055875202219
MG	MANHUACU	2022	219G	202281000306	313940920220002	100.000,00	3	2022NE404408	71000055877202208
PA	BELEM	2022	219G	202281000306	150140220220001	800.000,00	3	2022NE404463	71000055878202244
ES	ALFREDO CHAVES	2022	219G	202281000306	320030020220001	100.000,00	3	2022NE404361	71000055879202299
MG	UBA	2022	219G	202281000306	316990120220004	100.000,00	3	2022NE404446	71000055880202213
PA	VITORIA DO XINGU	2022	219G	202281000306	150835720220001	1.000.000,00	3	2022NE404458	71000055881202268
PB	CURRAL VELHO	2022	219G	202281000306	250530320220003	100.000,00	4	2022NE404469	71000055882202211
ES	BREJETUBA	2022	219G	202281000306	320115920220001	100.000,00	3	2022NE404372	71000055884202200
PB	BAYEUX	2022	219G	202281000306	250180720220005	130.000,00	3	2022NE404474	71000055885202246
PB	JOAO PESSOA	2022	219G	202281000306	250750720220005	100.000,00	3	2022NE404481	71000055886202291
PI	MIGUEL ALVES	2022	219G	202281000306	220620920220002	1.000.000,00	3	2022NE404494	71000055887202235
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2022	219G	202281000306	320120920220009	100.000,00	3	2022NE404378	71000055889202224
PA	CAPANEMA	2022	219G	202281000306	150220220220002	210.000,00	3	2022NE404457	71000055890202259
PR	ITAMBE	2022	219G	202281000306	411110020220001	25.000,00	3	2022NE404496	71000055891202201
PR	GUARAPUAVA	2022	219G	202281000306	410940120220011	420.000,00	3	2022NE404517	71000055892202248
PB	JOAO PESSOA	2022	219G	202281000306	250750720220006	70.000,00	3	2022NE404471	71000055893202292

PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	2022	219G	202281000306	150760720220001	230.000,00	4	2022NE404455	71000055894202237
PR	PIRAQUARA	2022	219G	202281000306	411950920220003	200.000,00	3	2022NE404530	71000055896202226
PB	JOAO PESSOA	2022	219G	202281000306	250750720220008	120.000,00	3	2022NE404472	71000055897202271
PB	ITATUBA	2022	219G	202281000306	250720020220001	100.000,00	4	2022NE404468	71000055898202215
PB	JOAO PESSOA	2022	219G	202281000306	250750720220007	100.000,00	3	2022NE404470	71000055900202256
PR	SAO JOAO	2022	219G	202281000306	412480620220002	100.000,00	4	2022NE404502	71000055901202209
RJ	ITABORAI	2022	219G	202281000306	330190020220003	500.000,00	3	2022NE404538	71000055902202245
ES	GUARAPARI	2022	219G	202281000306	320240520220006	300.000,00	3	2022NE404368	71000055903202290
PI	CORONEL JOSE DIAS	2022	219G	202281000306	220285120220001	200.000,00	3	2022NE404495	71000055904202234
PB	SAO JOSE DO SABUGI	2022	219G	202281000306	251470120220001	400.000,00	3	2022NE404480	71000055905202289
PI	ELESBAO VELOSO	2022	219G	202281000306	220350320220001	300.000,00	3	2022NE404487	71000055906202223
ES	JOAO NEIVA	2022	219G	202281000306	320313020220003	100.000,00	4	2022NE404363	71000055907202278
RJ	SAO GONCALO	2022	219G	202281000306	330490420220004	5.000.000,00	3	2022NE404544	71000055908202212
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	2022	219G	202281000306	220900520220001	200.000,00	3	2022NE404493	71000055909202267
RN	FELIPE GUERRA	2022	219G	202281000306	240370720220001	150.000,00	3	2022NE404554	71000055910202291
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	2022	219G	202281000306	410040020220002	50.000,00	3	2022NE404514	71000055912202281
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220008	70.000,00	3	2022NE404518	71000055915202214
PR	CAMPO MOURAO	2022	219G	202281000306	410430320220005	300.000,00	4	2022NE404505	71000055916202269
PR	SALTO DO ITARARE	2022	219G	202281000306	412290920220001	250.000,00	3	2022NE404527	71000055917202211
PR	CARAMBEI	2022	219G	202281000306	410465920220004	140.000,00	3	2022NE404510	71000055921202271
ES	VITORIA	2022	219G	202281000306	320530920220010	250.000,00	4	2022NE404357	71000055922202216
SC	ARARANGUA	2022	219G	202281000306	420140620220001	100.000,00	4	2022NE404590	71000055924202213
RO	COSTA MARQUES	2022	219G	202281000306	110008020220002	100.000,00	4	2022NE404561	71000055926202202
RS	LAGOAO	2022	219G	202281000306	431125420220001	100.000,00	3	2022NE404879	71000055927202249
GO	APARECIDA DE GOIANIA	2022	219G	202281000306	520140520220005	100.000,00	3	2022NE404391	71000055928202293
SC	CORONEL FREITAS	2022	219G	202281000306	420440020220001	100.000,00	4	2022NE404592	71000055929202238
SC	GASPAR	2022	219G	202281000306	420590220220002	100.000,00	4	2022NE404587	71000055930202262
RS	RIO PARDO	2022	219G	202281000306	431570120220002	100.000,00	3	2022NE404876	71000055931202215
GO	APARECIDA DE GOIANIA	2022	219G	202281000306	520140520220006	150.000,00	3	2022NE404392	71000055932202251
RS	RIO PARDO	2022	219G	202281000306	431570120220001	200.000,00	3	2022NE404568	71000055933202204
SC	CORREIA PINTO	2022	219G	202281000306	420455820220001	100.000,00	4	2022NE404593	71000055934202241
SC	GUARACIABA	2022	219G	202281000306	420640520220001	100.000,00	4	2022NE404595	71000055935202295
GO	APARECIDA DE GOIANIA	2022	219G	202281000306	520140520220007	150.000,00	3	2022NE404399	71000055937202284

SC	SAO JOAO BATISTA	2022	219G	202281000306	421630520220002	300.000,00	3	2022NE404605	71000055938202229
SC	PRESIDENTE GETULIO	2022	219G	202281000306	421400320220001	200.000,00	4	2022NE404579	71000055939202273
SP	ANGATUBA	2022	219G	202281000306	350220020220004	50.000,00	3	2022NE404615	71000055940202206
GO	CAMPOS VERDES	2022	219G	202281000306	520495320220002	277.000,00	3	2022NE404397	71000055941202242
SP	ANGATUBA	2022	219G	202281000306	350220020220002	70.000,00	3	2022NE404625	71000055942202297
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	2022	219G	202281000306	421568720220001	100.000,00	4	2022NE404601	71000055943202231
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	2022	219G	202281000306	350710020220001	250.000,00	3	2022NE404626	71000055944202286
GO	CAMPOS VERDES	2022	219G	202281000306	520495320220003	75.000,00	4	2022NE404390	71000055945202221
SP	CONCHAL	2022	219G	202281000306	351220920220001	50.000,00	3	2022NE404616	71000055946202275
SP	OSASCO	2022	219G	202281000306	353440120220006	100.000,00	3	2022NE404613	71000055947202210
GO	GOIANIA	2022	219G	202281000306	520870720220021	100.000,00	3	2022NE404395	71000055948202264
SP	JALES	2022	219G	202281000306	352480820220007	50.000,00	3	2022NE404645	71000055949202217
SP	MARACAI	2022	219G	202281000306	352880920220002	100.000,00	3	2022NE404643	71000055951202288
SP	VALPARAISO	2022	219G	202281000306	355630520220002	200.000,00	3	2022NE404636	71000055952202222
GO	ITAPIRAPUA	2022	219G	202281000306	521100820220002	75.000,00	4	2022NE404389	71000055953202277
TO	ITAGUATINS	2022	219G	202281000306	171070620220001	100.000,00	4	2022NE404654	71000055954202211
PR	CURITIBA	2022	219G	202281000306	410690220220009	500.000,00	3	2022NE404528	71000055955202266
GO	MINEIROS	2022	219G	202281000306	521310320220001	300.000,00	3	2022NE404385	71000055956202219
AC	RIO BRANCO	2022	219G	202281000306	120040120220004	1.900.000,00	3	2022NE404311	71000055957202255
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	2022	219G	202281000306	270060720220003	402.000,00	3	2022NE404322	71000055958202208
AP	LARANJAL DO JARI	2022	219G	202281000306	160027920220001	1.000.000,00	3	2022NE404334	71000055961202213
AP	OIAPOQUE	2022	219G	202281000306	160050120220001	1.000.000,00	3	2022NE404335	71000055962202268
SP	MINEIROS DO TIETE	2022	219G	202281000306	352980720220003	100.000,00	3	2022NE404639	71000055963202211
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220010	50.000,00	3	2022NE404525	71000055964202257
BA	ITAPETINGA	2022	219G	202281000306	291640120220001	500.000,00	3	2022NE404344	71000055965202200
MG	BELO HORIZONTE	2022	219G	202281000306	310620020220013	100.359,00	3	2022NE404443	71000055966202246
BA	JUSSARA	2022	219G	202281000306	291850620220001	500.000,00	3	2022NE404338	71000055967202291
SP	TABOAO DA SERRA	2022	219G	202281000306	355280920220003	50.000,00	3	2022NE404646	71000055968202235
CE	PALMACIA	2022	219G	202281000306	231010020220001	400.000,00	3	2022NE404352	71000055970202212
MG	ESMERALDAS	2022	219G	202281000306	312410420220001	200.000,00	3	2022NE404434	71000055971202259
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220011	60.000,00	3	2022NE404521	71000055972202201
AL	OLIVENCA	2022	219G	202281000306	270600020220002	200.000,00	3	2022NE404319	71000055973202248
ES	AFONSO CLAUDIO	2022	219G	202281000306	320010220220005	100.000,00	3	2022NE404377	71000055974202292
AL	PENEDO	2022	219G	202281000306	270670320220001	300.000,00	3	2022NE404316	71000055975202237
ES	ALFREDO CHAVES	2022	219G	202281000306	320030020220002	100.000,00	3	2022NE404360	71000055976202281
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220014	60.000,00	3	2022NE404526	71000055978202271
ES	VITORIA	2022	219G	202281000306	320530920220012	150.000,00	3	2022NE404381	71000055980202240
PR	SAO JORGE DOESTE	2022	219G	202281000306	412520920220001	50.000,00	3	2022NE404501	71000055983202283
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	2022	219G	202281000306	317200420220001	100.000,00	4	2022NE404422	71000055985202272
MG	BELO HORIZONTE	2022	219G	202281000306	310620020220012	4.500.001,00	3	2022NE404437	71000055986202217
MG	COROMANDEL	2022	219G	202281000306	311930220220003	100.000,00	3	2022NE404421	71000055987202261
PR	SULINA	2022	219G	202281000306	412665220220001	50.000,00	4	2022NE404504	71000055988202214
CE	ARACATI	2022	219G	202281000306	230110920220001	400.012,00	3	2022NE404355	71000055989202251
MG	GOUVEIA	2022	219G	202281000306	312760220220001	25.000,00	3	2022NE404416	71000055990202285
MS	TAQUARUSSU	2022	219G	202281000306	500797620220001	110.000,00	4	2022NE404451	71000055991202220
CE	SENADOR POMPEU	2022	219G	202281000306	231270020220001	1.000.000,00	3	2022NE404356	71000055992202274
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2022	219G	202281000306	320120920220010	150.000,00	3	2022NE404375	71000055993202219
PA	ITUPIRANGA	2022	219G	202281000306	150370520220002	400.000,00	3	2022NE404460	71000055994202263
MG	UBERABA	2022	219G	202281000306	317010720220012	100.159,00	3	2022NE404439	71000055995202216
RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2022	219G	202281000306	330475520220002	500.001,00	3	2022NE404535	71000055996202252
ES	GUARAPARI	2022	219G	202281000306	320240520220004	100.000,00	3	2022NE404374	71000055997202205
PB	OLHO DAGUA	2022	219G	202281000306	251040220220001	60.000,00	3	2022NE404476	71000055998202241
ES	GUARAPARI	2022	219G	202281000306	320240520220005	100.000,00	3	2022NE404373	71000055999202296
PB	PASSAGEM	2022	219G	202281000306	251070920220001	500.000,00	3	2022NE404478	71000056000202226
RO	JARU	2022	219G	202281000306	110011420220001	200.000,00	3	2022NE404558	71000056002202215
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	2022	219G	202281000306	220690220220001	100.000,00	3	2022NE404484	71000056004202212
PB	RIACHAO DO POCO	2022	219G	202281000306	251276220220001	60.000,00	3	2022NE404475	71000056006202201
RO	CANDEIAS DO JAMARI	2022	219G	202281000306	110080920220002	100.000,00	3	2022NE404557	71000056007202248
GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	2022	219G	202281000306	520060520220001	50.000,00	3	2022NE404384	71000056008202292
GO	PETROLINA DE GOIAS	2022	219G	202281000306	521680920220003	50.000,00	3	2022NE404387	71000056010202261
PR	CARAMBEI	2022	219G	202281000306	410465920220003	50.000,00	3	2022NE404534	71000056012202251

PR	CARAMBEI	2022	219G	202281000306	410465920220002	140.000,00	4	2022NE404511	71000056013202203
PI	ANTONIO ALMEIDA	2022	219G	202281000306	220080620220001	200.000,00	3	2022NE404486	71000056014202240
RO	PARECIS	2022	219G	202281000306	110145020220001	100.000,00	3	2022NE404555	71000056015202294
MG	MUZAMBINHO	2022	219G	202281000306	314410220220003	160.000,00	3	2022NE404428	71000056016202239
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	2022	219G	202281000306	330080320220001	1.500.000,00	3	2022NE404543	71000056017202283
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220012	200.000,00	3	2022NE404520	71000056018202228
PA	BELEM	2022	219G	202281000306	150140220220002	200.000,00	3	2022NE404462	71000056019202272
PR	FOZ DO JORDAO	2022	219G	202281000306	410845220220002	100.000,00	4	2022NE404503	71000056020202205
PA	ITUPIRANGA	2022	219G	202281000306	150370520220001	100.000,00	3	2022NE404461	71000056021202241
RJ	VOLTA REDONDA	2022	219G	202281000306	330630520220003	150.000,00	4	2022NE404536	71000056022202296
RJ	RIO DE JANEIRO	2022	219G	202281000306	330455720220029	95.000,00	4	2022NE404551	71000056023202231
PR	GUARAPUAVA	2022	219G	202281000306	410940120220010	50.000,00	3	2022NE404507	71000056025202220
PB	JOAO PESSOA	2022	219G	202281000306	250750720220009	360.000,00	3	2022NE404473	71000056026202274
RN	ARES	2022	219G	202281000306	240120620220002	60.000,00	3	2022NE404874	71000056027202219
SC	PONTE ALTA	2022	219G	202281000306	421330220220001	100.000,00	3	2022NE404928	71000056029202216
PI	PIRACURUCA	2022	219G	202281000306	220830420220002	100.000,00	3	2022NE404492	71000056031202287
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	2022	219G	202281000306	110149220220001	100.000,00	3	2022NE404559	71000056032202221
RS	ARROIO DO TIGRE	2022	219G	202281000306	430120620220002	100.000,00	3	2022NE404572	71000056033202276
PI	SAO JOAO DA SERRA	2022	219G	202281000306	220990620220001	200.000,00	3	2022NE404485	71000056034202211
PR	CIANORTE	2022	219G	202281000306	410550820220008	100.000,00	3	2022NE404512	71000056036202218
RS	CAXIAS DO SUL	2022	219G	202281000306	430510820220007	150.000,00	3	2022NE404575	71000056037202254
RS	PORTO MAUA	2022	219G	202281000306	431505720220001	100.000,00	3	2022NE404567	71000056038202207
PR	CORBELIA	2022	219G	202281000306	410630820220001	100.000,00	3	2022NE404509	71000056039202243
SC	TIMBO	2022	219G	202281000306	421820220220001	100.000,00	4	2022NE404580	71000056040202278
RJ	ITABORAI	2022	219G	202281000306	330190020220002	500.000,00	4	2022NE404539	71000056041202212
PR	IBIPORA	2022	219G	202281000306	410980720220004	50.000,00	3	2022NE404513	71000056042202267
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220009	70.000,00	3	2022NE404519	71000056043202210
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220006	50.000,00	3	2022NE404523	71000056044202256
SP	BERTIOGA	2022	219G	202281000306	350635920220003	200.000,00	4	2022NE404627	71000056046202245
PR	NOVA LONDRINA	2022	219G	202281000306	411710720220002	25.000,00	3	2022NE404498	71000056048202234
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220007	70.000,00	3	2022NE404524	71000056049202289
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	2022	219G	202281000306	410645620220002	50.000,00	3	2022NE404515	71000056050202211
PR	PONTA GROSSA	2022	219G	202281000306	411990520220013	70.000,00	3	2022NE404522	71000056051202258
SP	CARAPICUIBA	2022	219G	202281000306	351060920220004	700.000,00	3	2022NE404653	71000056052202201
PI	CANTO DO BURITI	2022	219G	202281000306	220230720220001	200.000,00	3	2022NE404489	71000056053202247
PI	BOA HORA	2022	219G	202281000306	220177020220001	200.000,00	3	2022NE404488	71000056054202291
RJ	SAO JOAO DE MERITI	2022	219G	202281000306	330510920220003	500.000,00	3	2022NE404540	71000056055202236
RN	CRUZETA	2022	219G	202281000306	240300420220001	250.000,00	3	2022NE404553	71000056056202281
SP	COSMOPOLIS	2022	219G	202281000306	351280320220003	100.000,00	3	2022NE404631	71000056057202225
PE	AFRANIO	2022	219G	202281000306	260020320220001	700.000,00	3	2022NE404483	71000056059202214
RS	NOVA PETROPOLIS	2022	219G	202281000306	431320120220003	100.000,00	3	2022NE404574	71000056062202238
SP	MONTE ALTO	2022	219G	202281000306	353130820220004	100.000,00	3	2022NE404652	71000056063202282
PA	PORTEL	2022	219G	202281000306	150580920220002	500.000,00	3	2022NE404459	71000056064202227
RS	VIAMAO	2022	219G	202281000306	432300220220003	100.050,00	3	2022NE404564	71000056065202271
RO	PIMENTA BUENO	2022	219G	202281000306	110018920220002	100.000,00	4	2022NE404562	71000056066202216
SC	GASPAR	2022	219G	202281000306	420590220220004	100.000,00	4	2022NE404588	71000056067202261
SP	SAO VICENTE	2022	219G	202281000306	355100920220002	600.000,00	3	2022NE404620	71000056068202213
MS	ANAURILANDIA	2022	219G	202281000306	500080720220001	120.000,00	4	2022NE404452	71000056070202284
SP	ANGATUBA	2022	219G	202281000306	350220020220003	50.000,00	3	2022NE404614	71000056071202229
SP	CAMPOS DO JORDAO	2022	219G	202281000306	350970020220001	100.000,00	3	2022NE404634	71000056073202218
MG	MUZAMBINHO	2022	219G	202281000306	314410220220002	40.000,00	3	2022NE404429	71000056075202215
AC	RIO BRANCO	2022	219G	202281000306	120040120220003	200.000,00	3	2022NE404310	71000056077202204
MG	JOSENOPOLIS	2022	219G	202281000306	313657920220001	240.000,00	3	2022NE404404	71000056078202241
RS	BARROS CASSAL	2022	219G	202281000306	430200620220001	100.000,00	3	2022NE404571	71000056079202295
MG	DOM SILVERIO	2022	219G	202281000306	312270220220002	50.000,00	3	2022NE404432	71000056081202264
AC	RIO BRANCO	2022	219G	202281000306	120040120220005	1.900.000,00	4	2022NE404312	71000056082202217
MG	CAPELINHA	2022	219G	202281000306	311230720220001	100.000,00	3	2022NE404407	71000056083202253
RS	CARAZINHO	2022	219G	202281000306	430470520220003	100.050,00	3	2022NE404563	71000056084202206
MG	BURITIZEIRO	2022	219G	202281000306	310940220220001	150.000,00	3	2022NE404402	71000056085202242
GO	MARZAGAO	2022	219G	202281000306	521290720220001	135.000,00	4	2022NE404388	71000056086202297
SC	BIGUACU	2022	219G	202281000306	420230520220001	150.000,00	3	2022NE404582	71000056087202231
AC	RIO BRANCO	2022	219G	202281000306	120040120220006	100.000,00	4	2022NE404313	71000056088202286
ES	VITORIA	2022	219G	202281000306	320530920220008	1.050.000,00	3	2022NE404358	71000056089202221
RS	MOSTARDAS	2022	219G	202281000306	431250020220001	120.000,00	3	2022NE404569	71000056090202255
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	2022	219G	202281000306	420205720220002	100.000,00	4	2022NE404578	71000056091202208
RS	TRES FORQUILHAS	2022	219G	202281000306	432183220220001	100.002,00	3	2022NE404565	71000056092202244
AL	OLIVENCA	2022	219G	202281000306	270600020220003	150.000,00	3	2022NE404320	71000056093202299
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	2022	219G	202281000306	320455920220004	100.000,00	3	2022NE404379	71000056094202233
RS	IRAI	2022	219G	202281000306	431050420220001	100.000,00	3	2022NE404570	71000056095202288
ES	ITAPEMIRIM	2022	219G	202281000306	320280120220002	100.000,00	3	2022NE404365	71000056096202222
ES	IBATIBA	2022	219G	202281000306	320245420220005	100.000,00	3	2022NE404371	71000056097202277
RS	CAPAO DA CANOA	2022	219G	202281000306	430463020220004	100.000,00	3	2022NE404573	71000056098202211
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	2022	219G	202281000306	420205720220001	100.000,00	4	2022NE404581	71000056099202266
RJ	VOLTA REDONDA	2022	219G	202281000306	330630520220002	100.000,00	3	2022NE404537	71000056100202252
ES	GUARAPARI	2022	219G	202281000306	320240520220007	100.000,00	3	2022NE404376	71000056101202205
SC	BIGUACU	2022	219G	202281000306	420230520220003	75.000,00	3	2022NE404584	71000056103202296
ES	CARIACICA	2022	219G	202281000306	320130820220010	200.000,00	3	2022NE404380	71000056104202231
CE	CAPISTRANO	2022	219G	202281000306	230290920220001	500.000,00	3	2022NE404353	71000056105202285
SC	BOM RETIRO	2022	219G	202281000306	420260220220001	300.000,00	3	2022NE404603	71000056106202220
AM	MANAUS	2022	219G	202281000306	130260320220009	900.000,00	3	2022NE404329	71000056107202274
RJ	RIO BONITO	2022	219G	202281000306	330430020220001	500.000,00	3	2022NE404541	71000056108202219
AL	PENEDO	2022	219G	202281000306	270670320220002	2.000.000,00	3	2022NE404326	71000056109202263
PR	RESERVA	2022	219G	202281000306	412170320220001	280.000,00	4	2022NE404497	71000056110202298
SC	GASPAR	2022	219G	202281000306	420590220220005	100.000,00	4	2022NE404589	71000056112202287
AL	OLIVENCA	2022	219G	202281000306	270600020220001	1.500.000,00	3	2022NE404317	71000056113202221
PR	PITANGA	2022	219G	202281000306	411960820220004	150.000,00	3	2022NE404516	71000056114202276
PR	ITAIPULANDIA	2022	219G	202281000306	411095320220001	300.000,00	4	2022NE404500	71000056117202218
SP	PEDERNEIRAS	2022	219G	202281000306	353670320220003	50.000,00	3	2022NE404651	71000056119202207
SC	LEBON REGIS	2022	219G	202281000306	420970620220001	100.000,00	4	2022NE404598	71000056120202223
PR	CIANORTE	2022	219G	202281000306	410550820220007	50.000,00	3	2022NE404533	71000056121202278
BA	SALVADOR	2022	219G	202281000306	292740820220004	700.000,00	3	2022NE404339	71000056122202212
SP	MARTINOPOLIS	2022	219G	202281000306	352920320220002	30.000,00	3	2022NE404618	71000056123202267
PI	TERESINA	2022	219G	202281000306	221100120220007	1.200.000,00	3	2022NE404490	71000056124202210
PI	CAPITAO DE CAMPOS	2022	219G	202281000306	220240620220001	200.000,00	3	2022NE404491	71000056125202256
SP	BARIRI	2022	219G	202281000306	350520320220002	120.000,00	3	2022NE404642	71000056126202209
SP	LINS	2022	219G	202281000306	352710820220008	150.000,00	3	2022NE404640	71000056127202245
ES	ALEGRE	2022	219G	202281000306	320020120220002	170.000,00	3	2022NE404369	71000056128202290
PB	PILOEZINHOS	2022	219G	202281000306	251170720220003	150.000,00	3	2022NE404482	71000056129202234
SP	INDAIATUBA	2022	219G	202281000306	352050920220001	50.000,00	3	2022NE404608	71000056130202269
ES	JAGUARE	2022	219G	202281000306	320305620220001	100.000,00	3	2022NE404364	71000056131202211
ES	VITORIA	2022	219G	202281000306	320530920220011	400.000,00	3	2022NE404367	71000056135202291
PA	MOJUI DOS CAMPOS	2022	219G	202281000306	150475220220001	400.000,00	4	2022NE404456	71000056136202236
GO	GOIANIA	2022	219G	202281000306	520870720220022	100.000,00	3	2022NE404394	71000056138202225
GO	GOIANIA	2022	219G	202281000306	520870720220023	100.000,00	3	2022NE404396	71000056145202227
MA	SERRANO DO MARANHAO	2022	219G	202281000306	211178920220001	1.000.000,00	3	2022NE404400	71000056148202261
MG	MANGA	2022	219G	202281000306	313930020220002	200.000,00	3	2022NE404425	71000056149202213

MG	LAGOA DA PRATA	2022	219G	202281000306	313720520220001	100.000,00	3	2022NE404403	71000056150202230
MG	BARROSO	2022	219G	202281000306	310590520220002	131.000,00	3	2022NE404419	71000056151202284
MG	INHAPIM	2022	219G	202281000306	313090320220001	300.000,00	3	2022NE404410	71000056152202229
MG	CORACAO DE JESUS	2022	219G	202281000306	311880920220001	50.000,00	3	2022NE404412	71000056153202273
MG	BELO HORIZONTE	2022	219G	202281000306	310620020220014	100.359,00	3	2022NE404442	71000056154202218
MG	CAPITAO ANDRADE	2022	219G	202281000306	311265320220001	200.000,00	4	2022NE404405	71000056155202262
ES	ECOPORANGA	2022	219G	202281000306	320210820220003	100.000,00	3	2022NE404366	71000056158202204
AL	SAO JOSE DA TAPERA	2022	219G	202281000306	270840220220001	2.000.000,00	3	2022NE404327	71000056164202253
BA	NOVA SOURE	2022	219G	202281000306	292290420220002	507.000,00	3	2022NE404347	71000056165202206
BA	ADUSTINA	2022	219G	202281000306	290035520220001	807.000,00	3	2022NE404345	71000056167202297
SC	JOSE BOITEUX	2022	219G	202281000306	420915120220001	100.000,00	4	2022NE404597	71000056168202231
SP	SALESOPOLIS	2022	219G	202281000306	354500120220001	225.000,00	3	2022NE404632	71000056169202286
AM	BOCA DO ACRE	2022	219G	202281000306	130070620220007	1.000.000,00	3	2022NE404332	71000056304202293
AP	SANTANA	2022	219G	202281000306	160060020220002	3.000.000,00	3	2022NE404336	71000056337202233
MG	TOCANTINS	2022	219G	202281000306	316900020220003	100.000,00	3	2022NE404445	71000056348202213
SP	OURO VERDE	2022	219G	202281000306	353480720220001	50.000,00	3	2022NE404623	71000056367202240
AL	FLEXEIRAS	2022	219G	202281000306	270280120220001	621.700,00	3	2022NE404321	71000056420202211
PA	PORTO DE MOZ	2022	219G	202281000306	150590820220002	1.500.000,00	3	2022NE404465	71000056454202205
PR	PORTO AMAZONAS	2022	219G	202281000306	412010120220001	100.000,00	3	2022NE404532	71000056455202241
SP	RIBEIRAO GRANDE	2022	219G	202281000306	354325320220004	25.000,00	3	2022NE404609	71000056457202231
AL	MACEIO	2022	219G	202281000306	270430220220010	200.000,00	3	2022NE404325	71000056477202210
PA	BUJARU	2022	219G	202281000306	150190720220001	800.000,00	3	2022NE404466	71000056480202225
AL	JARAMATAIA	2022	219G	202281000306	270370020220001	500.000,00	3	2022NE404324	71000056536202241
TO	NOVA ROSALANDIA	2022	219G	202281000306	171500220220001	100.000,00	3	2022NE404655	71000056552202234
SP	POMPEIA	2022	219G	202281000306	354000220220004	50.000,00	3	2022NE404649	71000056554202223
RJ	QUEIMADOS	2022	219G	202281000306	330414420220001	120.000,00	4	2022NE404547	71000056555202278
PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	2022	219G	202281000306	150760720220002	400.000,00	3	2022NE404464	71000056559202256
PA	BAGRE	2022	219G	202281000306	150110520220002	1.000.000,00	3	2022NE404467	71000056561202225
MG	SERRA DOS AIMORES	2022	219G	202281000306	316670920220002	200.000,00	3	2022NE404427	71000056567202201
MG	SERRA DOS AIMORES	2022	219G	202281000306	316670920220001	100.000,00	3	2022NE404433	71000056568202247
MG	SAO FRANCISCO	2022	219G	202281000306	316110620220002	270.000,00	3	2022NE404424	71000056571202261
MG	PIRAPORA	2022	219G	202281000306	315120620220001	400.000,00	3	2022NE404438	71000056573202250
BA	ANGUERA	2022	219G	202281000306	290150220220001	700.000,00	4	2022NE404349	71000056579202227
AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	2022	219G	202281000306	270850120220001	500.000,00	3	2022NE404323	71000056651202216
MA	SANTANA DO MARANHAO	2022	219G	202281000306	211023720220002	550.000,00	3	2022NE404401	71000056653202213
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	2022	219G	202281000306	315460620220004	100.359,00	3	2022NE404440	71000056654202250
MG	MANHUACU	2022	219G	202281000306	313940920220003	100.359,00	3	2022NE404441	71000056655202202
MG	PIEDADE DOS GERAIS	2022	219G	202281000306	315040620220001	150.000,00	4	2022NE404448	71000056657202293
MG	TRES MARIAS	2022	219G	202281000306	316935620220001	30.000,00	3	2022NE404436	71000056658202238
MG	PONTE NOVA	2022	219G	202281000306	315210520220001	50.000,00	3	2022NE404444	71000056660202215
CE	ALTO SANTO	2022	219G	202281000306	230070520220001	150.000,00	3	2022NE404354	71000056673202286
GO	ITAGUARI	2022	219G	202281000306	521056220220001	50.000,00	3	2022NE404386	71000056675202275
MS	TACURU	2022	219G	202281000306	500795020220001	100.000,00	3	2022NE404450	71000056677202264
PR	CHOPINZINHO	2022	219G	202281000306	410540920220002	100.000,00	3	2022NE404506	71000056678202217
PR	CRUZEIRO DO OESTE	2022	219G	202281000306	410660520220002	151.000,00	3	2022NE404499	71000056680202288
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	2022	219G	202281000306	412550620220001	500.000,00	3	2022NE404529	71000056681202222
SP	CRAVINHOS	2022	219G	202281000306	351310820220003	100.000,00	3	2022NE404629	71000056683202211
SP	VALPARAISO	2022	219G	202281000306	355630520220003	50.000,00	3	2022NE404647	71000056684202266
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	2022	219G	202281000306	270895620220002	500.000,00	3	2022NE404857	71000059705202203
AL	CARNEIROS	2022	219G	202281000306	270180320220002	500.000,00	3	2022NE404855	71000059707202294
AL	MARIBONDO	2022	219G	202281000306	270480720220001	500.000,00	3	2022NE404856	71000059708202239
CE	IBICUITINGA	2022	219G	202281000306	230533220220001	700.000,00	3	2022NE404914	71000059709202283
MA	BARREIRINHAS	2022	219G	202281000306	210170720220001	1.000.000,00	3	2022NE404916	71000059710202216
MG	JOSENOPOLIS	2022	219G	202281000306	313657920220002	150.000,00	3	2022NE404941	71000059715202231
SC	TAIO	2022	219G	202281000306	421780820220001	300.000,00	3	2022NE404925	71000059719202219
PR	CAMPO MOURAO	2022	219G	202281000306	410430320220007	900.000,00	3	2022NE404897	71000059721202298
PA	BREVES	2022	219G	202281000306	150180820220001	400.000,00	3	2022NE404902	71000059723202287
BA	JACOBINA	2022	219G	202281000306	291750820220001	1.200.000,00	3	2022NE404878	71000059725202276
GO	PIRANHAS	2022	219G	202281000306	521720320220001	250.000,00	3	2022NE404850	71000059729202254
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	2022	219G	202281000306	520480520220002	507.000,00	3	2022NE404848	71000059730202289
GO	CORUMBA DE GOIAS	2022	219G	202281000306	520580220220001	50.000,00	3	2022NE404849	71000059735202210
MG	MANHUACU	2022	219G	202281000306	313940920220004	350.000,00	4	2022NE404888	71000059738202245
MG	POTE	2022	219G	202281000306	315240220220002	100.000,00	3	2022NE404921	71000059740202214
MS	ANASTACIO	2022	219G	202281000306	500070820220001	110.000,00	4	2022NE404922	71000059742202211
PA	CHAVES	2022	219G	202281000306	150250920220001	560.000,00	3	2022NE404881	71000059745202247
PE	SAO LOURENCO DA MATA	2022	219G	202281000306	261370120220001	1.000.000,00	3	2022NE404886	71000059746202291
PR	CENTENARIO DO SUL	2022	219G	202281000306	410510220220001	75.000,00	3	2022NE404895	71000059747202236
PR	MANDIRITUBA	2022	219G	202281000306	411430220220001	200.000,00	3	2022NE404890	71000059749202225
RS	IBIRAIARAS	2022	219G	202281000306	430990220220001	130.000,00	3	2022NE404852	71000059757202271
PR	SANTA FE	2022	219G	202281000306	412340220220005	50.000,00	3	2022NE404884	71000059760202295
RS	SAO BORJA	2022	219G	202281000306	431800220220002	100.000,00	3	2022NE404853	71000059761202230
SE	CUMBE	2022	219G	202281000306	280190020220001	200.000,00	3	2022NE404854	71000059764202273
SP	PEREIRA BARRETO	2022	219G	202281000306	353740420220005	50.000,00	3	2022NE404939	71000059767202215
SP	SAO SIMAO	2022	219G	202281000306	355090220220001	100.000,00	3	2022NE404938	71000059770202221
SP	LENCOIS PAULISTA	2022	219G	202281000306	352680320220004	100.000,00	3	2022NE404936	71000059771202275
RS	ESTANCIA VELHA	2022	219G	202281000306	430760920220002	99.900,00	3	2022NE404851	71000059816202210
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	2022	219G	202281000306	410750420220001	50.000,00	3	2022NE404883	71000060156202210
SE	GRACHO CARDOSO	2022	219G	202281000306	280260120220002	350.000,00	3	2022NE404910	71000060158202209
SP	CACAPAVA	2022	219G	202281000306	350850420220004	100.000,00	3	2022NE404911	71000060163202211
RS	ALPESTRE	2022	219G	202281000306	430050520220001	75.000,00	3	2022NE404908	71000060171202250
SP	MORUNGABA	2022	219G	202281000306	353200920220001	50.000,00	3	2022NE404937	71000060173202249
SP	PITANGUEIRAS	2022	219G	202281000306	353950920220007	50.000,00	3	2022NE404926	71000060175202238
RS	ARROIO DO TIGRE	2022	219G	202281000306	430120620220003	100.000,00	3	2022NE404909	71000060179202216
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	2022	219G	202281000306	354150520220004	100.000,00	3	2022NE404912	71000060182202230
MG	SANTOS DUMONT	2022	219G	202281000306	316070220220004	600.359,00	3	2022NE404907	71000060183202284
PR	PAICANDU	2022	219G	202281000306	411750320220005	100.000,00	3	2022NE404940	71000060185202273
BA	CANAPOLIS	2022	219G	202281000306	290610520220001	500.000,00	3	2022NE404906	71000060187202262
PR	IBAITI	2022	219G	202281000306	410970820220002	120.000,00	3	2022NE404894	71000060188202215
SP	PITANGUEIRAS	2022	219G	202281000306	353950920220008	100.000,00	3	2022NE404927	71000060190202286
PB	BOM JESUS	2022	219G	202281000306	250220120220001	200.000,00	3	2022NE404885	71000060530202279
PI	MIGUEL ALVES	2022	219G	202281000306	220620920220003	500.000,00	3	2022NE404924	71000060532202268
RS	MARQUES DE SOUZA	2022	219G	202281000306	431205420220001	100.000,00	3	2022NE404932	71000060533202211
MG	MARAVILHAS	2022	219G	202281000306	313970620220002	200.000,00	3	2022NE404918	71000060534202257
MG	LAVRAS	2022	219G	202281000306	313820320220004	500.000,00	3	2022NE404917	71000060538202235
PA	LIMOEIRO DO AJURU	2022	219G	202281000306	150400020220001	200.000,00	3	2022NE404923	71000060539202280
GO	CROMINIA	2022	219G	202281000306	520650320220002	65.000,00	4	2022NE404915	71000060540202212
MG	PATIS	2022	219G	202281000306	314795620220001	100.000,00	3	2022NE404919	71000060547202226
PR	LAPA	2022	219G	202281000306	411320520220003	300.000,00	3	2022NE404935	71000060549202215
MG	PATIS	2022	219G	202281000306	314795620220002	250.000,00	4	2022NE404920	71000060550202240
PR	SAUDADE DO IGUACU	2022	219G	202281000306	412627220220002	50.000,00	3	2022NE404931	71000060552202239
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2022	219G	202281000306	270510120220001	500.000,00	3	2022NE404913	71000060553202283
MG	URUCANIA	2022	219G	202281000306	317050320220002	50.000,00	3	2022NE404900	71000061210202236
MG	URUCANIA	2022	219G	202281000306	317050320220003	50.000,00	3	2022NE404901	71000061211202281
PR	NOVA TEBAS	2022	219G	202281000306	411727120220002	80.000,00	4	2022NE404893	71000061212202225
RS	SAO VALERIO DO SUL	2022	219G	202281000306	431973720220001	100.000,00	3	2022NE404880	71000061213202270
PR	ARAUCARIA	2022	219G	202281000306	410180420220001	1.000.000,00	3	2022NE404889	71000061215202269

SP	PAULINIA	2022	219G	202281000306	353650520220004	50.000,00	3	2022NE404891	71000061216202211
MG	ICARAI DE MINAS	2022	219G	202281000306	313005120220001	100.000,00	3	2022NE404930	71000061219202247
SP	AGUAS DA PRATA	2022	219G	202281000306	350040220220001	200.000,00	3	2022NE404898	71000061220202271
PR	JAGUARIAIVA	2022	219G	202281000306	411200920220002	100.000,00	3	2022NE404892	71000061223202213
RS	TUNAS	2022	219G	202281000306	432215220220001	100.000,00	3	2022NE404887	71000061224202250
MG	CLAUDIO	2022	219G	202281000306	311660520220002	100.359,00	3	2022NE404899	71000061226202249
BA	OUROLANDIA	2022	219G	202281000306	292335720220001	500.000,00	3	2022NE404896	71000061228202238
RS	BOM RETIRO DO SUL	2022	219G	202281000306	430240220220001	100.000,00	3	2022NE404882	71000061229202282
RS	BOM RETIRO DO SUL	2022	219G	202281000306	430240220220002	100.000,00	3	2022NE404929	71000061562202291
RS	SAPIRANGA	2022	219G	202281000306	431990120220002	130.000,00	3	2022NE404934	71000061565202225
BA	SANTA BARBARA	2022	219G	202281000306	292750720220002	607.000,00	3	2022NE404873	71000061569202211
RS	LAGOA VERMELHA	2022	219G	202281000306	431130420220001	150.000,00	3	2022NE404933	71000061570202238
SP	PIRACAIA	2022	219G	202281000306	353860020220001	200.000,00	3	2022NE404904	71000061574202216
BA	ACAJUTIBA	2022	219G	202281000306	290030620220001	411.000,00	3	2022NE404903	71000061575202261
RS	SANTA BARBARA DO SUL	2022	219G	202281000306	431670920220002	250.000,00	3	2022NE404942	71000061585202204

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SEXEC/MCTI Nº 6.171, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º do Anexo IV (Regimento Interno da Secretaria-Executiva) da Portaria MCTI nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 6º e no inciso I do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01245.009981/2022-64, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria SEXEC/MCTIC nº 5.984, de 19 de novembro de 2018; e

II - Portaria SEXEC/MCTIC nº 446, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA CNPQ Nº 966, DE 28 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Short-legged daddy longlegs: An integrative and comprehensive approach to the enigmatic spiders of the daddy-longlegs subfamily Ninetinae (Araneae: Pholcidae)," coordenado pelo Dr. Leonardo Sousa Carvalho, da instituição, Universidade Federal do Amazonas, conforme Processo CNPq nº 01300.007773/2022-19.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Bernhard Huber	Alemã	Alexander Koenig Zoological Research Museum

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a localidade dos municípios de Abaíra (BA), Barra do Mendes (BA), Gentio do Ouro (BA), Guanambi (BA), Itacarambi (MG), Itaguaçu da Bahia (BA), Januária (MG), Jussara (BA), Lençóis (BA), Maracás (BA), Milagres (BA), Morro do Chapéu (BA), Paulo Afonso (BA), Salvador (BA), Senhor do Bonfim (BA), Floresta (PE), Petrolina (PE); com autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), SISBIO Nº 59280-2 e SISBIO Nº 67654-4.

Art. 4º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 1º de junho de 2022 a 1º de dezembro de 2025.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileiro, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.795, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.009027/2022-51, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, CNPJ nº 11.953.923/0001-84, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
PA	Alenquer	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08186
PA	Cametá	41 (quarenta e um)	Primário	SEQ-R08161
PA	Castanhal	41 (quarenta e um)	Primário	SEQ-R08139
PA	Igarapé-Miri	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08134
PA	Itupiranga	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08114
PA	Monte Alegre	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08105
PA	Portel	41 (quarenta e um)	Primário	SEQ-R08058
PA	Rondon do Pará	42 (quarenta e dois)	Primário	SEQ-R08073
PA	Salinópolis	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08086
PA	São Félix do Xingu	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08213
PA	Senador José Porfírio	41 (quarenta e um)	Primário	SEQ-R08232

PORTARIA MCOM Nº 5.797, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53000.021390/2011-39, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RONDOVISÃO RONDÔNIA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., CNPJ nº 04.931.671/0001-27, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de JI-PARANÁ/RO, o canal 41 (quarenta e um), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.802, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.013068/2022-41, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANÔNIMA, CNPJ nº 15.122.492/0001-65, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
BA	FLORESTA AZUL	20 (vinte)	Primário	SEQ-R11871
BA	MUNDO NOVO	20 (vinte)	Primário	SEQ-R10419
BA	RIACHO DE SANTANA	22 (vinte e dois)	Primário	SEQ-R10422

PORTARIA MCOM Nº 5.809, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.008053/2022-61, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - FUNTELC, CNPJ nº 09.470.303/0001-42, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
CE	Alto Santo	44 (quarenta e quatro)	Primário	SEQ-R07645
CE	Monsenhor Tabosa	44 (quarenta e quatro)	Primário	SEQ-R08323
CE	Redenção	29 (vinte e nove)	Primário	SEQ-R08342

PORTARIA MCOM Nº 5.810, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.013282/2022-06, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA, CNPJ nº 13.985.114/0001-80, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
BA	MUCURI (Itabata)	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R11061
BA	MUCURI (Taquarinha)	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R11058
BA	NOVA VIÇOSA (Posto da Mata)	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R11080

PORTARIA MCOM Nº 5.813, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.008055/2022-51, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSÉ ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA, CNPJ nº 23.768.542/0001-04, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
MG	Lagoa da Prata	51 (cinquenta e um)	Primário	SEQ-R07262
MG	Luz	51 (cinquenta e um)	Primário	SEQ-R07263

PORTARIA MCOM Nº 5.826, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53000.014317/2009-36, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade RONDOVISÃO RONDÔNIA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., CNPJ nº 04.931.671/0001-27, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
RO	Pimenta Bueno	36 (trinta e seis)	Primário	SEQ-R04400
RO	Rolim de Moura	35 (trinta e cinco)	Primário	SEQ-R12065

PORTARIA MCOM Nº 5.828, DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014017/2022-37, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TV BARRIGA VERDE SA., CNPJ nº 83.601.690/0001-61, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
SC	RANCHO QUEIMADO	38 (trinta e oito)	Primário	SEQ-R12315
SC	URUPEMA	39 (trinta e nove)	Primário	SEQ-R12317

PORTARIA MCOM Nº 5.840, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.009029/2022-40, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, CNPJ nº 11.953.923/0001-84, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
PA	Acará	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08168
PA	Afuá	41 (quarenta e um)	Primário	SEQ-R08183
PA	Anajás	42 (quarenta e dois)	Primário	SEQ-R08154
PA	Igarapé-Açu	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08132
PA	Limoeiro do Ajuru	42 (quarenta e dois)	Primário	SEQ-R08127
PA	Mocajuba	41 (quarenta e um)	Primário	SEQ-R08097
PA	Oeiras do Pará	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R04736
PA	Porto de Moz	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R08066

PORTARIA MCOM Nº 5.842, DE 27 DE JUHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.009865/2022-24, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA, CNPJ nº 24.862.914/0001-20, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
GO	MINAÇU	32 (trinta e dois)	Primário	SEQ-R11513
TO	ARAGUAÇU	22 (vinte e dois)	Primário	SEQ-R11574

PORTARIA MCOM Nº 5.862, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.012336/2022-16, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO BORBOREMA S/A, CNPJ nº 08.843.922/0001-72, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
PB	CAJAZEIRAS	31 (trinta e um)	Primário	SEQ-R04988
PB	POMBAL	31 (trinta e um)	Primário	SEQ-R04986

PORTARIA MCOM Nº 5.884, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.009322/2020-97, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ nº 03.862.216/0001-54, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
AL	ARAPIRACA	49 (quarenta e nove)	Primário	SEQ-R05272
AL	CORURIPE	49 (quarenta e nove)	Primário	SEQ-R05271
AL	UNIÃO DOS PALMARES	49 (quarenta e nove)	Primário	SEQ-R05266
MG	PATOS DE MINAS	45 (quarenta e cinco)	Primário	SEQ-R05065
PA	SANTARÉM	39 (trinta e nove)	Primário	SEQ-R04995
RS	ALEGRETE	47 (quarenta e sete)	Primário	SEQ-R04905
RS	CRUZ ALTA	47 (quarenta e sete)	Primário	SEQ-R04898
RS	SANTA ROSA	47 (quarenta e sete)	Primário	SEQ-R04885

PORTARIA MCOM Nº 5.888, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011662/2022-06, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO CULTURA S/A, CNPJ nº 83.900.050/0001-52, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
SC	CUNHA PORÃ	44 (quarenta e quatro)	Primário	SEQ-R09134
SC	NOVA TRENTO	31 (trinta e um)	Primário	SEQ-R09296
SC	RANCHO QUEIMADO	31 (trinta e um)	Primário	SEQ-R09329

PORTARIA MCOM Nº 5.909, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.013286/2022-86, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A, CNPJ nº 25.166.281/0001-88, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
MG	CARMO DO RIO CLARO	26 (vinte e seis)	Primário	SEQ-R06055
MG	MACHADO	42 (quarenta e dois)	Primário	SEQ-R06065

PORTARIA MCOM Nº 5.947, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014479/2022-54, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA., CNPJ nº 87.209.250/0001-14, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
RS	CAPÃO DA CANOA	32 (trinta e dois)	Primário	SEQ-R09961
RS	CARAZINHO	32 (trinta e dois)	Primário	SEQ-R09954

PORTARIA MCOM Nº 5.958, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.013530/2022-19, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TV ARATU S/A, CNPJ nº 15.199.136/0001-40, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	MUNICÍPIO	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
BA	ARACATU	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13946
BA	ARACI	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13943
BA	EUCLIDES DA CUNHA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13913
BA	IRAMAIA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13902
BA	NOVA VIÇOSA	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R09845
BA	SANTA CRUZ CABRÁLIA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14026
BA	SÁTIRO DIAS	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14036
BA	TAPIRAMUTÁ	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14049
BA	TUCANO	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14060
BA	UIBAÍ	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14066

PORTARIA MCOM Nº 5.959, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014167/2022-41, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TV O ESTADO LTDA., CNPJ nº 78.647.633/0001-83, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
SC	ABELARDO LUZ	30 (trinta)	Primário	SEQ-R09112
SC	PALMA SOLA	28 (vinte e oito)	Primário	SEQ-R09302
SC	PONTE SERRADA	30 (trinta)	Primário	SEQ-R09314

PORTARIA MCOM Nº 5.994, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014900/2022-27, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA, CNPJ nº 01.856.226/0001-51, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MATINHOS (Balneário de Caiobá)/PR, o canal 22 (vinte e dois), em caráter primário, como canal de reuso de Guaratuba/PR, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.995, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014903/2022-61, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA, CNPJ nº 01.856.226/0001-51, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PONTAL DO PARANÁ/PR, o canal 22 (vinte e dois), em caráter primário, como canal de reuso de Paranaguá/PR, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.009, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014904/2022-13, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA, CNPJ nº 06.275.598/0001-08, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAJARI/MA, o canal 38 (trinta e oito), em caráter primário, como canal de reuso de Viana/MA, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.010, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014905/2022-50, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA, CNPJ nº 06.275.598/0001-08, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MATINHA/MA, o canal 38 (trinta e oito), em caráter primário, como canal de reuso de Viana/MA, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.012, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014911/2022-15, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO VERDES MARES LTDA, CNPJ nº 07.199.664/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PACOTI/CE, o canal 33 (trinta e três), em caráter primário, como canal de reuso de Guaramiranga/CE, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.013, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014909/2022-38, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ nº 25.288.333/0001-99, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CARMO DO CAJURU/MG, o canal 15 (quinze), em caráter primário, como canal de reuso de Divinópolis/MG, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA MCOM Nº 6.040, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.016241/2022-63, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO AMIGOS DO PINHAL F.M. executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 693/2006, publicada no Diário Oficial da União em 26/10/2006, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 797/2009, publicado no Diário Oficial da União em 05/11/2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53790.001018/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Av. Perimetral, nº 697, Centro, para a Av. General Osório, nº 525, Sala 07, Centro, na localidade de Balneário Pinhal/RS.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 30° 14' 51"S e longitude 50° 13' 53"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.091, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.012471/2022-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOSÉ MAIA DE ANDRADE-TUCA MAIA executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 6611/2018, publicada no Diário Oficial da União em 31/12/2018, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53900.036620/2016, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Av. Rio Verde, nº 431, Centro, para a Rodovia GO-174, s/nº, Gleba-02, Fração-A, Chacara-02, na localidade de Montevidiu/GO.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 17° 27' 26"S e longitude 51° 09' 39"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.103, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.015441/2022-07, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO BENFICA executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 926/2010, publicada no Diário Oficial da União em 28/10/2010, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 264/2013, publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2013, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53000.007116/2003, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Marechal Deodoro, nº 779, Benfica, para a Rua Solon pinheiro, nº 760, José Bonifácio, na localidade de Fortaleza/CE.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 03° 44' 13"S e longitude 38° 31' 42"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.107, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.012997/2022-33, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CASEIRENSE executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 1231/2010, publicada no Diário Oficial da União em 03/12/2010, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 234/2013, publicado no Diário Oficial da União em 02/05/2013, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53000.036950/2007, a alterar as coordenadas geográficas do local de instalação do sistema irradiante da Rodovia BR 285, km 218, s/nº, Centro, na localidade de Caseiros/RS.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 28° 16' 53"S e longitude 51° 40' 58"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

RETIFICAÇÃO

No DOU do dia 01/08/2022, Seção 1, página 74, que publicou o ATO Nº 10.922, onde se lê - "ATO Nº 10.922 DE 01 DE JULHO DE 2022", leia-se - "ATO Nº 10.922 DE 27 DE JULHO DE 2022" visando expedir autorização à FARMACIA GAUCHINHA LTDA, CNPJ nº 15.744.676/0001-67, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 10.560, DE 18 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.005204/2022-46. Transfere a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito e a autorização do serviço Serviço Limitado Privado de titularidade da Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda, CNPJ nº 43.960.335/0001-64, para a Raizen Energia S.A., CNPJ nº 08.070.508/0164-14, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 10.999, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001594/2022-87. Expede autorização à REDE TABAJARA AM DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 86.446.846/0001-75, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 11.020, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001600/2022-04. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a JOAO CARLOS ENTINI, CPF nº ***.019.778-**, para explorar Serviços de Interesse Restrito concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 11.021, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001601/2022-41. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a PAULO BERLANDA, CPF nº ***.943.779-**, para explorar Serviços de Interesse Restrito concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 11.022, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001604/2022-84. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a MARCIO MATHIAS, CPF nº ***.601.079-**, para explorar Serviços de Interesse Restrito concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 11. 027 - Processo nº 53516.010114/2022-38: DALTON LUIZ DALLAZEM, CPF nº ***.400.819-**.

Nº 11. 028 - Processo nº 53516.010115/2022-82: ROBERTO ANDRE BOCCHI, CPF nº ***.286.109-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 11. 029 - Processo nº 53516.009704/2022-18: GELITA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 12.199.337/0002-30.

Nº 11. 030 - Processo nº 53516.010052/2022-64: MARIA DE LOURDES CORDEIRO, CPF nº ***.785.049-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 11.033, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53516.010143/2022-08, Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da RÁDIO INDEPENDÊNCIA-MARINGÁ LTDA, CNPJ nº 00.252.256/0001-96, habilitando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 14 DE JULHO DE 2022

Nº 10.313 Expedir autorização à Draga Minas Brasil Ltda, CNPJ nº 12.006.728/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.319 Expedir autorização à GS Participações Invest Ltda, CNPJ nº 46.723.282/0001-56, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.324 Expedir autorização à TH Vendas e Intermediações de Veículos Ltda, CNPJ nº 30.436.041/0001-96, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.344 Expedir autorização à Milbratz Comercial Ltda, CNPJ nº 42.850.099/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.346 Expedir autorização a Fábio da Silveira, CPF nº ***.073.628-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 10.561, DE 18 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização a Carlos Antônio Ferreira, CPF nº ***.984.316-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ
COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 11.013, DE 29 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização à N J DOS SANTOS EIRELI, CPF/CNPJ nº 03.586.579/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 11.014, DE 29 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização à FLAVIO BEZERRA DA SILVA, CPF/CNPJ nº ***.490.014-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 11.015, DE 29 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização à FABRICIO DE OLIVEIRA AMORIM, CPF/CNPJ nº ***.318.493-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.156, DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53548.000561/2022-10. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, PIETRO MARTINS ROGGIA, CPF nº ***.038.421-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.311, DE 14 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.000919/2022-04. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CICERO LUIZ DE FRANCA, CPF nº ***.989.784-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 15 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.368. Processo nº 53548.000883/2022-51. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CESARIO CANTERO, CPF nº ***.394.751-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 8.371. Processo nº 53548.000822/2022-93. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ELOISE ANGELICA ARRUDA DA COSTA, CPF nº ***.157.731-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº .8377. Processo nº 53548.000813/2022-01. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ELVIS GONCALVES AGOSTINHO, CPF nº ***.685.121-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 23 DE JUNHO DE 2022

Nº 8.747. Processo nº 53548.000912/2022-84. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ANTONIO VANDERLEI FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº ***.008.491-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 8.752. Processo nº 53548.000889/2022-28. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CESAR KULHAVY RODRIGUES, CPF nº ***.989.041-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 8.753. Processo nº 53548.000911/2022-30. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, APARECIDO RIBEIRO VIANA, CPF nº ***.582.441-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 8.756. Processo nº 53548.000854/2022-99. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, DENIS MOREIRA DO NASCIMENTO, CPF nº ***.039.601-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 9124, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.000881/2022-61. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CILA ANACLETO, CPF nº ***.207.669-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 30 DE JUNHO DE 2022

Nº 9.319. Processo nº 53548.000904/2022-38. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, BENEDITO DE OLIVEIRA PEDRAL JUNIOR, CPF nº ***.628.651-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.320. Processo nº 53548.000907/2022-71. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, AROLDO NOVAES DE SOUZA, CPF nº ***.011.641-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.321. Processo nº 53548.000908/2022-16. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ARNALDO GONCALVES, CPF nº ***.393.591-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.322. Processo nº 53548.000877/2022-01. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CLEDER DE SOUZA MOURA, CPF nº ***.695.821-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.323. Processo nº 53548.000890/2022-52. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CELSONILIO DOS REIS FRAGA, CPF nº ***.017.741-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 11.002, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53569.001231/2022-95. Outorga autorização para uso de radiofrequências(s) a ROSIMAR FRANCA GRATAO, CPF nº ***.149.251**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANDRE RODRIGUES PESSOA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 30/2022/ORCN/SOR

Processo SEI Anatel nº 53500.028508/2022-11.

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 156, inciso VII, e 187, inciso XVI, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO as disposições do art. 115, § 1º e 5º e 116 do Regimento Interno da Anatel;

CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do Conselho Diretor decidir sobre pedido de efeito suspensivo, interposto nos autos de recursos administrativos cuja decisão compete ao Conselho Diretor;

Considerando os termos do Informe nº 46/2022/ORCN/SOR;, decide:

1. conhecer dos Recursos Administrativos interpostos pelas interessadas, uma vez preenchidos os requisitos necessários, nos termos do art. 115, § 1º e 5º e 116 do Regimento Interno da Anatel;

2. manter os termos do Despacho atacado até ulterior decisão do e. Conselho Diretor;

3. encaminhar o presente processo ao Gabinete da Presidência (GPR) para análise do pedido de efeito suspensivo apresentado pela recorrente.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 36/2022/ORCN/SOR

Processo SEI Anatel nº 53500.032289/2022-75.

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 156 Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe;

CONSIDERANDO os termos do Informe nº 85/2022/ORCN/SOR;, decide:

1. conhecer do recurso interposto por OI S.A., EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, em face Despacho Decisório nº 26/2022/ORCN/SOR;

2. encaminhar o processo ao Conselho Diretor para decisão, com a sugestão de manutenção dos termos do Despacho Decisório nº 26/2022/ORCN/SOR, que não conheceu do recurso original, por intempestividade e por ausência de interesse recursal.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 15 DE JULHO DE 2022

Nº 10.478 Processo nº 53500.292544/2022-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A, CNPJ 82.645.029/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Witmarsum/SC.

Nº 10.479 Processo nº 53500.292547/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA, CNPJ 79.875.902/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Fortuna/SC.

Nº 10. 480 Processo nº 53500.292549/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA, CNPJ 79.875.902/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa de Lima/SC.

Nº 10. 481 Processo nº 53500.292552/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Três Barras/SC.

Nº 10. 482 Processo nº 53500.292553/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pontalina/GO.

Nº 10. 483 Processo nº 53500.292564/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ 54.313.556/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Victor Graeff/RS.

Nº 10. 484 Processo nº 53500.292565/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ 54.313.556/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vila Flores/RS.

Nº 10. 486 Processo nº 53500.293832/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GLOBO IJUI LTDA, CNPJ 90.306.051/0001-39, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Ijuí/RS.

Nº 10. 487 Processo nº 53500.294169/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CENTRAL DE EVENTOS, PROMOCOES E MARKETING LTDA, CNPJ 01.408.975/0001-16, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Capão do Leão/RS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 16 DE JULHO DE 2022

Nº 10.515 Processo nº 53500.292455/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Antônio Prado/RS.

Nº 10.516 Processo nº 53500.292962/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO BANDEIRANTES DE VITORIA DA CONQUISTA LTDA, CNPJ 14.088.512/0001-66, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vitória da Conquista/BA.

Nº 10. 517 Processo nº 53500.294034/2022-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RCR-REDE DE COMUNICACAO REGIONAL LTDA, CNPJ 34.647.305/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Xinguara/PA.

Nº 10. 518 Processo nº 53500.294040/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RCR-REDE DE COMUNICACAO REGIONAL LTDA, CNPJ 34.647.305/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Conceição do Araguaia/PA.

Nº 10. 519 Processo nº 53500.294042/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RCR-REDE DE COMUNICACAO REGIONAL LTDA, CNPJ 34.647.305/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Jacundá/PA.

Nº 10. 520 Processo nº 53500.294567/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO NOVA SAO MANUEL LTDA, CNPJ 44.966.620/0001-55, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Manuel/SP.

Nº 10. 521 Processo nº 53500.294577/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAPELISTA LTDA, CNPJ 03.743.540/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Matelândia/PR.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE JULHO DE 2022

Nº 10.589 Processo nº 53500.053728/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA, CNPJ 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Birigui/SP.

Nº 10591 Processo nº 53500.053732/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA, CNPJ 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Guarujá/SP.

Nº 10. 592 Processo nº 53500.053734/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA, CNPJ 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mata de São João/BA.

Nº 10. 593 Processo nº 53500.178005/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO PONTA NEGRA LTDA, CNPJ 04.542.809/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santarém/PA.

Nº 10. 594 Processo nº 53500.179425/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO PONTA NEGRA LTDA, CNPJ 04.542.809/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Terra Santa/PA.

Nº 10. 595 Processo nº 53500.291822/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CIDADE BAURU 96 FM LTDA, CNPJ 43.381.201/0001-99, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Bauru/SP.

Nº 10. 596 Processo nº 53500.293663/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Viadutos/RS.

Nº 10. 653 Processo nº 53500.294269/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SERIDO CENTRAL, CNPJ 02.067.427/0001-32, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Caicó/RN.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 4.064, DE 28 DE JULHO DE 2022

Divulga os atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e orienta a continuidade da atividade de revisão e consolidação normativa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 19-A, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60532.000041/2022-33, resolve:

Art. 1º Os atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da administração central do Ministério da Defesa constam do Banco de Dados de Legislação do Ministério da Defesa - MDLegis, disponível em <https://mdlegis.defesa.gov.br/pesquisar_normas/>.

Art. 2º A atividade de revisão e consolidação de atos normativos no âmbito da administração central do Ministério da Defesa tem natureza continuada mediante a iniciativa dos órgãos com competência em razão dos assuntos tratados, observado o disposto no art. 19, incisos I e II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Parágrafo único. A atividade de que trata o caput será coordenada pela Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, por meio do Departamento de Organização e Legislação, observadas as competências da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, de acordo com o disposto na Portaria Normativa nº 82/GM-MD, de 16 de setembro de 2019, e na Portaria nº 4.044/MD, de 3 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 337/GC1, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Delega competência com a finalidade de serem adotadas providências pertinentes à Adesão à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12 do Decreto 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que dispõe o art. 7º do Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021, a Nota nº 00342/2022,/COJAER/CGU/AGU e, considerando ainda, o que consta dos Processos nº 60000.002752/2022-51 e nº 67000.005538/2022-03, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe do Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília CCA-BR, para assinar o Termo de adesão à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC), instituída pelo Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021 e tratar de assuntos relacionados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 21 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 470/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo GENESISAGRO - GRAJAÚ, situado no Município de Grajaú, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900036/2022-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 471/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA HELENA, situado no Município de Jussara, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900957/2022-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 472/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo R21, situado no Município de Nossa Senhora do Livramento, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900325/2021-70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 473/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto LAZZULI, situado no Município de Olinda, no Estado de Pernambuco - PE. Processo nº 67614.900315/2022-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 474/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CREMACQ, situado no Município de Baixa Grande do Ribeiro, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900055/2022-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 475/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo WR AGROPASTO, situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67614.900333/2022-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 476/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CHAPADÃO DO APUÍ, situado no Município de Apuí, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.900145/2022-79. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 477/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA JACAREZINHO NOVA TERRA, situado no Município de Cotegipe, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900085/2022-02. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 478/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HSC, situado no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900150/2022-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 479/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA COLORADO, situado no Município de Araguaína, no Estado do Tocantins - TO. Processo nº 67615.900157/2022-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 480/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BIPANDÔRA, situado no Município de Itaporã, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900109/2022-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 481/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo USINA SÃO LUIZ, situado no Município de Ourinhos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.901006/2021-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 482/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo POUSADA DAS ÁGUIAS, situado no Município de Presidente Castelo Branco, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.901004/2021-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 483/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PIUVA IX, situado no Município de Dois Irmãos do Buriti, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900399/2022-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 484/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTO AURÉLIO, situado no Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900979/2022-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 485/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROCLUBE DE LUCÉLIA, situado no Município de Lucélia, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900320/2022-48. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 486/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto SHIFT CAR, situado no Município de Pinhais, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900327/2022-60. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 487/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo TANCREDO THOMAS DE FARIA, situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900290/2021-99. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 488/SAGA - Publicar o Plano de Zona de Proteção de Rotas Especiais de Aviões e Helicópteros (PZPREAH) da TERMINAL LONDRINA. Processo nº 67613.025222/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 489/SAGA - Publicar o Plano de Zona de Proteção de Rotas Especiais de Aviões e Helicópteros (PZPREAH) da TERMINAL PORTO ALEGRE. Processo nº 67613.025222/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 490/SAGA - Publicar o Plano de Zona de Proteção de Rotas Especiais de Aviões e Helicópteros (PZPREAH) da TERMINAL FLORIANÓPOLIS. Processo nº 67613.025222/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 491/SAGA - Publicar o Plano de Zona de Proteção de Rotas Especiais de Aviões e Helicópteros (PZPREAH) da TERMINAL CAMPO GRANDE. Processo nº 67613.025222/2022-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 21 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 492/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO SEBASTIÃO, situado no Município de Rifaina, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.900046/2016-79. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 493/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo POSTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SANTA MARIA, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.001469/2013-61 . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 26 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 495/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto NIELY DO BRASIL, situado no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67240.001266/2014-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 496/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CLASSIC, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.001594/2014-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 497/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo FAZENDA DIVISÃO II, situado no Município de Lucas do Rio Verde, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040107/2013-95. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 498/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOSÉ, situado no Município de Reginópolis, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.011608/2012-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 499/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BANCO CENTRAL, situado no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.900433/2016-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 502/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA IBIPORÃ, situado no Município de Guararapes, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900100/2022-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 503/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MANGA, situado no Município de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900987/2022-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 504/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto TRI TELECOM, situado no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900260/2022-63. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 505/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PEROBAS, situado no Município de Tanabi, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.901008/2022-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 508/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CALÇADOS BEIRA RIO, situado no Município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900564/2021-40. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 509/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MARIALVA, situado no Município de Naviraí, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900106/2022-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 510/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PONTINHA, situado no Município de Bandeirantes, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900229/2022-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 506/SAGA, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA IBIPORÃ, situado no Município de Guararapes, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.004198/2013-33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 28 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 511/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PROGRESSO, situado no Município de Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900427/2022-96. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 512/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CAMPINAS, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900137/2022-42. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 513/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ESTÂNCIA BURITI, situado no Município de Autazes, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67614.900919/2021-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 514/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo EDUARDO AGUIAR BORGES RIBEIRO, situado no Município de Nova Lacerda, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900098/2022-63. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 515/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BALTT, situado no Município de Penha, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900447/2022-67. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

CENTRO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO ALMIRANTE MORAES REGO

PORTARIA DHN/DGN/MB Nº 13, DE 28 DE JULHO DE 2022

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS) - NORMAM-26/DHN (5ª Revisão).

O DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea a, do inciso VII, do § 2º do art. 9º anexo A, da Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, do Comandante da Marinha, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas da Autoridade marítima para Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS) - NORMAM-26/DHN (5ª Revisão), que a esta acompanha.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 4, de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de agosto de 2022.

Vice-Almirante RENATO GARCIA ARRUDA

ANEXOS

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO
NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA O SERVIÇO DE TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES (VTS)
NORMAM-26/DHN
5ª Revisão
2022

CAPÍTULO 1

O SERVIÇO DE TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS, na sigla em inglês), Capítulo V/regra 12 e Resolução A.1158(32) da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês), o Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS, na sigla em inglês) é implementado por um Governo (Autoridade Competente) com o propósito de ampliar a segurança e eficiência da navegação, contribuir para a segurança da vida no mar e apoiar a proteção do meio ambiente.

Uma vez implementado, o VTS deverá prover monitoramento ativo do tráfego aquaviário, em uma área marítima definida (Área VTS), cuja imagem será apresentada em tempo real no Centro VTS. Desta forma, o serviço terá a capacidade de interagir com o tráfego de embarcações e responder as situações que se desenvolvam dentro da área de interesse.

Basicamente, os elementos essenciais de um VTS são: radar; Sistema de Identificação Automática (AIS, na sigla em inglês); comunicações (VHF); Sistema Eletro-ótico (EOS, na sigla em inglês); sensores meteorológicos e ambientais; e um sistema para gerenciamento dos dados. Como os requisitos sobre tais equipamentos podem ter alto impacto no custo de aquisição e de manutenção de um VTS, uma avaliação preliminar se faz necessária para auxiliar a tomada de decisão sobre a viabilidade de implantação do serviço.

No Brasil, a Autoridade Competente VTS de que trata esta norma é a Autoridade Marítima, de acordo com o inciso II e parágrafo único, do art. 17, da Lei Complementar nº 97/1999, combinados com as alíneas b e l, do inciso I, do art. 4º, da Lei nº 9.537/97 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA).

O Representante da Autoridade Marítima, responsável por licenciar a implantação e autorizar a operação de um VTS no Brasil, é a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), que tem a atribuição de zelar para que os princípios e disposições gerais sobre o seu funcionamento e interação com os usuários atendam aos padrões contidos nas publicações normativas nacionais e internacionais sobre o assunto.

2. CONCEPÇÃO DO SERVIÇO

Em muitas vias navegáveis, as embarcações operam independentemente em qualquer situação de tráfego ou tempo, sem necessidade de VTS. Assim, conhecer as possibilidades proporcionadas e os benefícios auferidos pelo VTS faz parte dos procedimentos para determinar se a implantação de tal serviço é a medida adequada para uma determinada área.

Devido a sua capacidade de identificar, monitorar e contribuir para o planejamento das movimentações de embarcações, divulgação de informações e assistência ao navegante, o VTS contribui para:

- Salvaguarda da vida humana no mar;
- Segurança da navegação;
- Aumento da eficiência do tráfego marítimo;
- Prevenção da poluição marítima e adoção de medidas de emergência antipoluição; e
- Proteção das comunidades e infraestruturas contíguas à Área VTS.

Adicionalmente, um VTS também pode contribuir para o aumento da eficiência das atividades portuárias e para apoio das atividades de segurança no setor marítimo.

Em conformidade com as regras do direito internacional, só poderá ser estabelecida a obrigatoriedade do cumprimento das instruções referentes à interação do usuário com o VTS em águas interiores - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM - art. 2 e art. 8) e em seu mar territorial (CNUDM - art. 2 e art. 21).

Excepcionalmente, caso o Provedor de VTS entenda que uma extenção da área de cobertura para além dos limites do mar territorial contribuirá para o ordenamento do tráfego, segurança da navegação ou prevenção da poluição hídrica, encaminhará proposta justificada para análise da Autoridade Competente. Neste caso, mesmo que a proposta seja aprovada, a participação dos usuários na área marítima além do mar territorial será em caráter voluntário e, somente nessa condição, os navegantes cumprirão integralmente as instruções do VTS. Cabe ressaltar que, com base na participação voluntária, existe a possibilidade de que navios presentes na parcela da Área VTS, fora do mar territorial, não participem da monitoração ativa, inclusive sem manter escuta dos canais de comunicação designados, o que exigirá maior atenção dos operadores do Serviço.

Para uso do VTS em águas interiores, deverá ser feita uma avaliação criteriosa para determinar os elementos adequados e aplicáveis ao serviço, devendo ser consideradas, no que couber, as publicações da IALA sobre o assunto, especialmente a IALA Guideline G1166 "Vessel Traffic Services in Inland Waters".

3. VTS COMO AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO

O Manual de Auxílios à Navegação Marítima (NAVGUIDE, na sigla em inglês), publicado quadrienalmente pela IALA, define "Auxílio à Navegação" como qualquer dispositivo, sistema ou serviço, externo às embarcações, projetado e operado para

melhorar a segurança e eficiência da navegação de embarcações individuais e/ou do tráfego de embarcações.

Um Auxílio à Navegação é disponibilizado ao navegante para auxiliar na determinação da sua posição, alertar sobre perigos que afetem sua segurança ou fornecer informações que auxiliem na tomada de decisão a bordo quanto a melhor rota a seguir.

Nesse escopo, os VTS são enquadrados pela IALA, e por esta norma, como um Auxílio à Navegação, e reconhecido em todo mundo como uma ferramenta cada vez mais relevante para o domínio marítimo.

4. ARCABOUÇO NORMATIVO

Esta norma não pretende esgotar o assunto, mas servir como orientação da Autoridade Marítima, em cumprimento às suas atribuições legais.

Atualmente, é notório o grande desenvolvimento do VTS a nível mundial, havendo a necessidade de padronização dos procedimentos para prestação dos serviços, a fim de reduzir os riscos decorrentes de má interpretação das instruções emanadas de Centros VTS.

Desta forma, é altamente desejável que as Autoridades Portuárias (AP), Operadores de Terminais de Uso Privado (TUP) e demais agentes envolvidos, que atuam ou venham a atuar no VTS, desde a sua concepção até a operação do serviço, estejam familiarizadas com as normas nacionais e internacionais que regulamentam esse Auxílio à Navegação (AtoN, na sigla em inglês).

A IALA disponibiliza digitalmente no seu website o Manual IALA VTS. A publicação tem a função de orientar o usuário para a realização de consultas sobre a implantação, operação, treinamento de pessoal e gestão de VTS.

O Manual é mantido atualizado pela IALA, sempre que ocorrer alteração nas publicações em vigor ou inclusão de novas normas sobre VTS.

5. PRINCIPAIS CONCEITOS, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

Para efeito de aplicação destas Normas, são considerados:

Representantes da Autoridade Marítima (AAM) com atribuições em atividades de Auxílios à Navegação - Capitães dos Portos (CP), Delegados (DL) e Agentes (AG), Diretores dos Centros de Hidrografia e Navegação (CHN), Encarregados dos Serviços de Sinalização Náutica (SSN), Diretor do Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR), Diretor do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) e Comandantes de Navios da Marinha do Brasil;

Águas interiores - são rios, lagos ou outros trechos de águas no interior da linha de base do mar territorial que, por características naturais ou artificiais, são adequados para a navegação;

Área VTS - área delineada e formalmente declarada, na qual o Provedor de VTS está legalmente autorizado a prestar o serviço de tráfego de embarcações. Pode ser dividida em subáreas ou setores, limitados ao menor número possível, de forma a não dificultar a compreensão do quadro geral do tráfego por parte do operador;

Associação Internacional de Autoridades em Auxílios à Navegação Marítima e Faróis (IALA, na sigla em inglês) - organização não governamental e sem fim lucrativo, que se constitui no organismo mundialmente reconhecido no domínio dos Auxílios à Navegação (inclusive VTS), por conta dos estudos técnicos e normativos que realiza sobre o assunto. O Brasil é membro desde 1959 e parte do seu Conselho Consultivo desde 1998;

Autoridade Competente - Organização governamental legalmente responsável pelo VTS.

Cédula de habilitação - documento expedido pelo CAMR que comprova que uma pessoa realizou curso relativo a VTS em instituição de ensino credenciada e concluiu o processo de treinamento em serviço, estando apta a desempenhar suas tarefas em um Centro VTS específico;

Centro VTS - é o local de operação do VTS, podendo ser dividido em sub-centros, caso julgado conveniente pelo Gerente do VTS;

Certificado de Credenciamento Nacional para Instituições de Ensino e Treinamento - documento que permite uma instituição de ensino ministrar cursos sobre VTS no Brasil, devendo o currículo de cada curso ser aprovado pelo CAMR;

Gerente do VTS (VTS Manager) - pessoa designada formalmente pelo Provedor de VTS, sendo o responsável pelo seu gerenciamento, operação, manutenção e pela prestação segura e eficaz do serviço, no interior da Área VTS;

Cursos Modelo da IALA - documentos publicados pela IALA, em complemento à Recomendação IALA R0103 (V-103) "on training and Certification of VTS Personnel", para orientar instituições de ensino na elaboração de currículos e condução de cursos sobre VTS, de modo a padronizar a formação e treinamento do pessoal VTS;

Documentos Náuticos - documentos publicados pela DHN com informações de interesse do navegante. No texto desta norma, se referem às Cartas Náuticas, Roteiro e Aviso aos Navegantes;

Navegação Aprimorada (E-Navigation) - é a coleta, integração, intercâmbio, apresentação e análise harmonizados de informações marinhas, a bordo e em terra, por meios eletrônicos, com o propósito de aprimorar a navegação de berço a berço do cais e serviços relacionados, para a proteção e a segurança no mar, bem como a preservação do ambiente marinho;

Operador VTS (VTSO, na sigla em inglês) - pessoa qualificada em instituição de ensino credenciada e formalmente designada para atuar como operador do serviço em Centro VTS;

Pessoal VTS - são indivíduos treinados e qualificados, por meio da realização de cursos e treinamentos específicos, para exercer as funções de Operador VTS, Supervisor VTS, Gerente VTS e Instrutor de treinamento OJT;

Pontos de notificação - posições específicas localizadas na Área VTS, nos quais uma embarcação participante deverá reportar sua posição, de forma a contribuir para a rápida identificação pelo VTSO das embarcações que serão monitoradas e para a organização das comunicações. Podem estar relacionados a uma coordenada geográfica definida, área ou ponto conspícuo, devendo suas localizações serem de fácil compreensão pelos futuros usuários;

Procedimentos Operacionais Padronizados (SOP, na sigla em inglês) - são procedimentos padrão, baseados nas diferentes situações que poderão ocorrer na prestação do serviço, e que serão adotados pelo pessoal que atua na operação de Centro VTS. Deverão ser abrangentes, definidos com clareza, atualizados e constantes de um manual de pronto uso disponível para o pessoal de serviço nos VTS;

Provedor de VTS - Organização ou entidade responsável pela implantação, gestão, operação e coordenação das atividades do VTS, sua interação com os usuários e prestação segura e eficaz do serviço. No Brasil, tais atribuições são das AP ou Operadores de TUP que implantarem o serviço, mediante autorização da Autoridade Competente;

Serviço Aliado - serviço existente nas áreas portuárias e envolvido na passagem segura e eficiente do navio pela Área VTS, podendo, a critério da AP ou Operador de TUP, receber e utilizar os dados produzidos pelo VTS para realizar de forma mais eficaz sua tarefa;

Sistema de Identificação Automática (AIS) - sistema de identificação de navios que, dentro do escopo do VTS, tem o propósito de contribuir para a identificação de embarcações, acompanhamento de alvos e simplificação da troca de informações, reduzindo os contatos por radiotelefonia e fornecendo dados básicos de navegação e outras informações de interesse;

Supervisor VTS (VTSS, na sigla em inglês) - pessoa qualificada em instituição de ensino credenciada e formalmente designada para atuar como supervisor do serviço em Centro VTS; e

Treinamento em serviço (OJT, na sigla em inglês) - treinamento de familiarização realizado no Centro VTS em que um Operador de VTS (VTSO) prestará serviço, versando sobre: geografia local, regulamentos e procedimentos adotados, instalações e equipamentos utilizados etc.

CAPÍTULO 2

IMPLANTAÇÃO DE UM VTS

1. PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO

A implantação e operação de um VTS demandam investimentos consideráveis, sendo necessária a verificação de sua eficiência através de avaliações rotineiras, a fim de garantir a manutenção da qualidade do serviço prestado, observando os seguintes aspectos:

- Conformidade com os padrões internacionais;
- Desempenho técnico dos equipamentos e sistemas componentes do VTS;
- Atendimento dos objetivos operacionais; e
- Redução para um nível aceitável dos riscos identificados na determinação da necessidade de implantação do VTS.

Um projeto de implantação de VTS pode ser desenvolvido por iniciativa da Marinha do Brasil, AP ou de Operador de TUP isolado (cujo acesso não atravesse a área de um porto organizado). Caberá ao proponente a operação do VTS implantado por meio de execução direta ou terceirização do serviço, observando o que dispõe estas normas e demais orientações da Autoridade Marítima sobre VTS.

Os projetos oriundos de uma AP ou Operador de TUP devem ser aprovados pela Autoridade Marítima, como parte do processo de implantação e de acordo com as orientações constantes destas normas. Os procedimentos para avaliação da necessidade de implantação de VTS constam do anexo A, bem como alguns exemplos de técnicas que podem ser utilizadas para o gerenciamento das vias navegáveis.

No caso de uma AP ou Operador de TUP decidir pela implantação de VTS, o anexo B estabelece os procedimentos para a elaboração e tramitação do Projeto de Implantação e apresenta orientações para o planejamento e a organização do serviço. É desejável que as orientações internacionais e nacionais relevantes sobre gerenciamento de projetos sejam levadas em consideração para a confecção, execução e acompanhamento dos projetos de implantação de VTS.

As IALA Guidelines G1150 "Establishing, Planing and Implementing VTS" e G1089 "Provision of a VTS" fornecem, respectivamente, orientações aos Provedores de VTS para desenvolvimento de projetos de implantação de novos VTS e fornecimento do serviço aos usuários.

2. RESPONSABILIDADES

À Autoridade Marítima cabe assegurar que:

- exista uma base jurídica para a implantação e operação de um VTS, em conformidade com a legislação nacional e internacional;
- o VTS tenha uma autoridade responsável (Gerente) habilitado e formalmente designado;
- sejam estabelecidas as qualificações apropriadas e requisitos de treinamento para o pessoal que atuará na gestão e operação do VTS, em consonância com padrões internacionalmente praticados; e
- a eficácia do serviço seja verificada por meio de auditorias e/ou avaliações periódicas, que serão conduzidas pelo CAMR.

Ao Provedor de VTS cabe a respeonsabilidade pela gestão, operação e coordenação do VTS, interação com as embarcações participantes e prestação segura e eficaz do serviço, sendo responsável por:

- garantir que o Gerente do VTS receba os equipamentos e instalações necessárias para cumprir suas atribuições e operar o VTS;
- realizar a manutenção dos equipamentos e instalações; e
- fornecer ao Gerente do VTS pessoal suficiente e adequadamente qualificado para desempenhar funções no VTS, levando em consideração as orientações para capacitação de pessoal contidas nestas normas.

3. GERENTE DO VTS

Gerente do VTS é o título atribuído ao responsável pela prestação do serviço aos usuários na Área VTS, recrutamento e qualificação de pessoal, operação, manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos e relacionamento institucional com os Serviços Aliados. A proposta de postulante ao cargo deverá ser encaminhada em tempo hábil, de modo que, preferencialmente, o Gerente possa ser designado para acompanhar as ações necessárias à aquisição de equipamentos e obras visando a implantação do serviço.

O cargo de Gerente não poderá ser terceirizado e deverá ser ocupado mediante designação formal, por meio de documento firmado pela AP ou Operador de TUP proponente, após o nome proposto ter seu Curriculum Vitae aprovado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

Devido as características específicas do serviço e das responsabilidades envolvidas, a pessoa proposta para ser Gerente do VTS deverá possuir:

- formação de nível superior em ciências navais/náuticas, sendo:

Oficiais da Marinha do Brasil: ser Oficial do Corpo da Armada da Reserva Remunerada e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta-Registro - CR) mínimo de 5 anos; e

Oficiais da Marinha Mercante: ser Oficial de Náutica e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta de Inscrição e Registro - CIR) mínimo de 5 anos, onde tenha exercido atividades no passadiço, relacionadas às tarefas de navegação e de manobra; e

- conhecimento náutico e de comunicações compatíveis com os Módulos 4 (Nautical knowledge) e 6 (VHF Radio) do "IALA Model Course V-103-1 (VTS Operator)"; e
- atributos morais e profissionais compatíveis com o cargo.

É recomendável que o Gerente realize os cursos de Operador e Supervisor VTS, de modo a consolidar seus conhecimentos sobre o serviço e familiarizar-se com o trabalho desenvolvido diariamente em um Centro VTS.

Nas ausências temporárias do Gerente, as suas tarefas poderão ser realizadas interinamente por um agente administrativo familiarizado com o trabalho no VTS, ou por um Supervisor designado pelo Provedor de VTS, a fim de garantir a continuidade do cumprimento das suas atribuições. Neste caso, a interinidade não poderá ultrapassar o período de 3 (três) meses.

4. REQUISITOS DE UM VTS

Os requisitos para os equipamentos empregados em um VTS dependem, em um nível básico, do volume e da densidade do tráfego, dos perigos à navegação, das condições ambientais locais, da topografia e da extensão da Área VTS. Requisitos específicos, como os relacionados com a necessidade de cobertura por determinados sensores, como o radar, devem ser determinados com base em uma avaliação ampla do efeito desejado do serviço, que envolva níveis de segurança a serem alcançados e as expectativas e necessidades dos usuários. Tal análise deve ser precedida de um levantamento das condições da área e dos locais disponíveis, na busca de uma posição tecnicamente vantajosa. Esses aspectos ditarão requisitos distintos para cada VTS instalado e determinarão o seu desempenho final.

Não obstante, nada impede que sejam definidas condições gerais de alto nível que orientem os requisitos essenciais para os sistemas componentes de um VTS, o que pode ser muito útil na fase de implantação. O anexo C apresenta informações gerais sobre os sensores usados em um VTS, de modo a orientar a definição dos "Requisitos Técnicos e Operacionais" que devem ser considerados na aquisição dos equipamentos e sistemas componentes.

Cabe ressaltar que as especificações dos referidos equipamentos e sistemas constam de publicações específicas sobre o assunto, devendo os Provedores de VTS estarem familiarizados com esse arcabouço normativo e, na medida do possível, envidarem esforços para manterem-se atualizados em relação ao estado da arte dos VTS pelo mundo.

A IALA Guideline G1111 "Establishing Functional & Performance Requirements for VTS Systems" fornece informações para auxiliar os Provedores de VTS, no sentido de conduzirem seus processos para aceitação dos sistemas adquiridos, de modo a assegurar que o produto entregue pelo fornecedor, quando colocado em funcionamento, atende aos requisitos especificados e é adequado para alcançar o efeito desejado estabelecido no planejamento inicial.

5. PESSOAL

O caráter internacional da navegação exige o estabelecimento de padrões para o VTS que sejam condizentes com a prática universal, de forma a não criar dificuldades para o navegante estrangeiro e contribuir adequadamente para a segurança da navegação. A seleção e treinamento de pessoal qualificado é um requisito básico para o correto funcionamento do serviço, uma vez que as capacitações requeridas para o pessoal do Serviço Operacional (Supervisores e Operadores de VTS) não são triviais e o seu desempenho operacional terá reflexo direto na confiança do usuário no VTS como um todo.

Os componentes do Serviço Operacional somente poderão ser considerados satisfatoriamente qualificados para exercerem suas funções no VTS quando:

- realizarem a formação VTS básica, aprovada pela Autoridade Competente VTS (Cursos Modelo IALA V-103/1 "VTS Operator" e IALA V-103/2 "VTS Supervisor"), em instituição de ensino credenciada para este fim;

- completarem a formação no Centro VTS onde desempenharão suas funções (Curso Modelo IALA V-103/3 "On-the-Job training");

- periodicamente, serem submetidos a avaliação de desempenho e, se for o caso, realizar um treinamento de revalidação (Curso Modelo IALA V-103/5 "Revalidation Process for VTS Certification"), para garantir a manutenção de sua competência; e

- possuírem a certificação apropriada e homologada pelo CAMR.

Além disso, alguns VTS podem requerer a contratação de agente administrativo para auxiliar o Gerente na administração diária e nos demais contatos de rotina. Apesar de não ser necessário que esse agente possua as mesmas qualificações técnicas de um Supervisor ou Operador VTS, ele deve conhecer os princípios e práticas aplicados no serviço sem, todavia, se envolver diretamente em assuntos operacionais. O anexo D apresenta informações detalhadas relacionadas ao pessoal VTS.

CAPÍTULO 3

O SERVIÇO E A OPERAÇÃO DE UM VTS

1. TAREFAS

Para auxiliar no processo de tomada de decisões a bordo e mitigar o desenvolvimento de situações inseguras para a navegação, o VTS deverá possuir a capacidade de conduzir as seguintes tarefas:

1.1. Fornecer informações oportunas e relevantes sobre os fatores que possam influenciar a movimentação das embarcações.

Isso pode incluir:

- identificação, posição, intenção de manobras e movimentação dos navios;

- movimentação das embarcações miúdas e de médio porte, de forma a verificar possíveis conflitos de tráfego com embarcações maiores;

- informações sobre segurança marítima, balizamento, condições meteorológicas e qualquer alteração nas vias navegáveis que possa influenciar na segurança da navegação;

- emissão de alerta para embarcações em risco de colisão, desviadas de suas rotas, que se dirijam para local inapropriado ou próximos de obstáculos submarinos;

- divulgação de alterações temporárias nos procedimentos promulgados para a Área VTS (alteração de pontos de notificação, canais e frequências de comunicação etc.);

- limitações de navios na Área VTS, que possam causar restrições à navegação de outros navios (por exemplo, capacidade de manobra);

- outras informações julgadas pertinentes, inclusive sobre relatórios e detalhes do Código Internacional de Segurança para Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, na sigla em inglês);

- apoio e cooperação com os Serviços Aliados; e

- contribuição, por requisição do Comando do Distrito Naval de sua área ou AAM local, para operações de Busca e Salvamento (SAR, na sigla em inglês) no interior da Área VTS, mas sem assumir a coordenação dos esforços e sem comprometer o serviço de VTS.

1.2. Monitorar e gerenciar o tráfego de navios e embarcações.

Isso pode incluir:

- planejamento avançado da movimentação de navios, de acordo com os Procedimentos Operacionais em vigor para a Área VTS;

- organização de navios em trânsito e fundeados;

- organização da alocação do espaço;

- estabelecimento de sistema de liberação de tráfego;

- estabelecimento de sistema de planos de viagem ou passagem;

- fornecimento de recomendações sobre rotas;

- cumprimento e a aplicação das disposições regulamentares;

- contribuição com os AAM locais; e

- contribuição com as autoridade locais para avaliação de possíveis implicações da carga transportada para o meio ambiente marinho, segurança das comunidades e infraestruturas contíguas à Área VTS.

1.3. Responder ao desenvolvimento de situações inseguras para o tráfego marítimo.

Isso pode incluir o fornecimento de auxílio para resposta a emergência ou apoio a serviços de emergência, além de auxílio para embarcação:

- com incerteza quanto à precisão de sua posição;

- fora da sua rota prevista;

- que requer orientação para demandar uma posição de fundeio;

- com avarias ou deficiências, tais como falha no equipamento de navegação ou de manobra;

- em caso de ocorrência de condições meteorológicas severas (por exemplo, baixa visibilidade, ventos fortes); e

- com risco de encalhe ou colisão.

A eficiência de um VTS dependerá da confiabilidade e continuidade das comunicações, bem como de sua capacidade de prover informações claras e precisas. A qualidade das medidas de prevenção de acidentes dependerá da capacidade dos sistemas de detectar uma situação de perigo iminente e de divulgar avisos tempestivos para contrapô-las.

A operação eficaz de um VTS depende do fornecimento de comunicações de voz oportunas, claras, concisas e inequívocas aos navios e Serviços Aliados, de forma a minimizar o risco de reações inesperadas e perigosas devido à interpretação ambígua das mensagens.

A publicação IALA Guideline G1132 "VTS Voice Communications and Phraseology" deverá ser considerada, no que couber, para o estabelecimento de instruções que regulem a troca de comunicações no VTS.

A publicação IALA Guideline G1089 "Provision of a VTS" fornecerá aos Provedores de VTS informações detalhadas para auxiliar na elaboração de normas internas e externas para a operação do VTS.

2. INTERAÇÃO COM O TRÁFEGO MARÍTIMO

De acordo com a Resolução IMO A.1158 (32), os usuários do serviço deverão, nos limites do mar territorial, cumprir as orientações e instruções emanadas do VTS, a menos que um Comandante de navio considere que existam razões contraditórias de segurança e/ou proteção do meio marinho.

Neste escopo, cabe ressaltar que, em hipótese alguma, as interações do VTS com o usuário poderão interferir na responsabilidade final do Comandante por todos os aspectos da operação do navio, incluindo a responsabilidade pela navegação segura.

Não está dentro da concepção do VTS a substituição dos serviços de praticagem em qualquer nível, devendo haver o cuidado para o VTS não interferir no relacionamento do Comandante com os Práticos em serviço.

As instruções emitidas por um operador de VTS serão orientadas para o "efeito desejado" da manobra, ou seja, em termos de resultado a alcançar (por exemplo, há um alto-fundo pela proa e águas seguras encontram-se a bombordo). Um VTS não disseminará orientações do tipo "ações a empreender" (por exemplo, guinar para bombordo para evitar alto-fundo pela proa), salvo em circunstâncias excepcionais, quando solicitado pelo navegante ou em caso de perigo extremo, permanecendo, no entanto, a responsabilidade final da manobra a cargo do navio.

3. SERVIÇO OPERACIONAL

Após delimitar a Área VTS, deverá ser estabelecido o Serviço Operacional (número de operadores e supervisores necessários para prestar o serviço).

Todo o pessoal no Serviço Operacional, em um determinado turno, constitui uma Equipe Operacional. As Equipes Operacionais são compostas por postos de serviço denominados Posições Operacionais, que podem ser de dois tipos: Supervisor (VTSS) e Operador de VTS (VTSO). Enquanto a função de VTSO é básica e comum a todo e qualquer VTS, a necessidade de um Supervisor varia com a situação e com a demanda do serviço de tráfego.

Os procedimentos operativos a serem observados no Serviço Operacional constarão de um manual de pronto uso, assim como considerações sobre a inter-relação entre as Posições Operacionais e o volume do tráfego na Área VTS, com reflexo na quantidade de pessoal por quarto de serviço.

Em concomitância, além das responsabilidades do Gerente do VTS, os membros das Equipes Operacionais, Instrutores de OJT (OJTI, na sigla em inglês) e, eventualmente, os Agentes Administrativos de VTS, também possuem responsabilidades específicas, em conformidade com suas funções e que deverão constar de documento interno do VTS.

4. PLANOS DE CONTINGÊNCIA

No transcorrer das operações de um VTS, poderão surgir situações críticas que exigirão procedimentos especiais para contrapô-las. Apesar de não ser factível antever toda e qualquer emergência, é possível relacionar aquelas com maior probabilidade de acontecer ou cuja ocorrência seja particularmente danosa, e concentrar esforços sobre elas. O Gerente do VTS deve ter em mente que uma Equipe Operacional preparada apenas para tratar do serviço convencional provavelmente ficará sobrecarregada em caso de acidentes ou diante de eventos inesperados.

Dessa forma, um Centro VTS deve possuir planos de contingência para lidar com ocorrências internas e externas que afetem o bom andamento do Serviço Operacional. Nos planos devem constar as eventuais necessidades de alteração nos níveis de guarnecimento, com a convocação extemporânea do pessoal fora da escala de serviço do dia e outros arranjos que se fizerem necessários para a sua execução.

No caso de ocorrências internas, os planos de contingência devem prever procedimentos para:

- Falhas em sistemas;
- Perda de comunicações externas e internas;
- Perda de funcionamento de algum sensor;
- Incêndio ou alagamento do Centro VTS;
- Evacuação forçada do Centro VTS;
- Emergências médicas; e
- Incidentes de segurança.

E, de uma forma geral, os planos deverão conter:

- Ações de atenuação;
- Procedimentos para aviso aos usuários;
- Opções de retraimento; e
- Registro das ações tomadas.

Nas ocorrências externas, as situações podem variar desde eventos localizados, em condições de serem debelados somente pelo pessoal de bordo ou no local, até eventos cujo combate e controle dependam da ativação dos serviços de emergência civis. De qualquer forma, independente da gravidade da situação, é provável que tais planos de contingência envolvam os Serviços Aliados e outras organizações afetadas. Para tanto, é necessário que seja estabelecida uma cadeia de comando, onde sejam claramente definidas as fronteiras de responsabilidade individual e organizacional e que sejam especificados os sistemas de comunicação e alarme de dedicação exclusiva.

Mesmo assim, nenhum plano pode dar instruções detalhadas para cada contingência imaginada. Os planos devem servir como guias que indiquem o que, quando, como e a quem comunicar uma ocorrência, de forma que medidas adequadas possam ser colocadas em prática com tempestividade e em função da gravidade da situação. De uma forma geral, devem constar dos planos:

- Procedimentos para a mobilização dos serviços de emergência;
- Ativação de arranjos de apoio mútuo;
- Evacuação de pessoal;
- Procedimentos para tratamento de feridos;
- Avisos e alertas para o público; e
- Ações críticas pós-acidente para minimizar suas consequências.

O Gerente do VTS deve considerar que, sempre que o VTS atue em alguma ocorrência imprevista, uma pós-avaliação ampla do evento (debriefing) pode contribuir para o aprendizado de todo o pessoal do VTS e aumento da sua capacidade de lidar com situações semelhantes no futuro.

5. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E PROCEDIMENTOS PARA O NAVEGANTE

Os Procedimentos Operacionais, também denominados Procedimentos Operacionais Padronizados (SOP, na sigla em inglês), são um conjunto de instruções específicas que regulam determinadas atividades do VTS, geralmente relacionadas com as funções dos VTSO. O propósito dos SOP é uniformizar o serviço como um todo, reduzir a carga de trabalho e facilitar a troca de comunicações com os usuários.

Da mesma forma, o correto funcionamento do VTS depende da interação entre os VTSO e os usuários e, em boa medida, da iniciativa desses últimos em prestar informações úteis para o serviço no tempo devido. Para tanto, é necessário que os usuários tenham noção da participação que deles se espera e o quê, onde e quando se comunicar com o Centro VTS. Não obstante, excesso de comunicação pode sobrecarregar os VTSO e atrapalhar o bom andamento do serviço, fazendo-se necessária uma criteriosa seleção das informações, cujo relato seja considerado relevante para o propósito do VTS.

O anexo E traz orientações que devem ser observadas pelo Gerente do VTS na elaboração dos Procedimentos Operacionais e dos Procedimentos para o Navegante na Área VTS.

6. VISITAS TÉCNICAS

Visitas técnicas (VISITEC) são auditorias realizadas por representantes da Autoridade Marítima, com objetivo de verificar se a gestão e operação do VTS estão em conformidade com seu propósito (incrementar a segurança e a eficiência da navegação, contribuir para a salvaguarda da vida humana no mar e apoiar a proteção do meio ambiente) e em conformidade com o previsto nestas normas.

Com a finalidade de auxiliar o planejamento e condução da auditoria para avaliação de um Centro VTS, a publicação IALA Guideline G1101 "Auditing and Assessing a VTS" fornece informações e orientações às Autoridades Competentes e Provedores de VTS, com o objetivo de assegurar que:

- existe a conformidade do VTS com as obrigações internacionais;

- o desempenho técnico dos equipamentos atende aos objetivos planejados para o VTS;

- os objetivos operacionais estão sendo atendidos; e

- o grau de risco identificado na determinação da necessidade do VTS foi atenuado ou, pelo menos, reduzido a um nível aceitável.

Devido ao caráter de auxílio eletrônico à navegação de um VTS, a Organização Militar da Marinha do Brasil responsável por realizar VISITEC nesse âmbito é o CAMR.

As VISITEC podem ser eventuais, por ocasião do pedido de licenciamento para operação do Centro VTS ou anuais, com a finalidade de atestar a manutenção da capacidade do VTS em operação para permanecer fornecendo o Serviço.

Para atingir o objetivo da VISITEC, serão realizados exercícios práticos de acompanhamento e interação do Centro VTS com o tráfego marítimo local, sendo necessária a utilização de embarcação do porte de um Rebocador de porto, dotada de transceptor AIS e apta a navegar na área de cobertura do VTS. Na ocasião, também será inspecionado o funcionamento dos sensores (radar, AIS, câmeras de vídeo, etc.), dos equipamentos de radiotelefonia e dos sistemas de gravação e reprodução de dados, por meio de exercícios práticos de localização e identificação de embarcações.

Para a realização dos exercícios práticos (Exercício Dinâmico), a Autoridade VTS deverá disponibilizar uma embarcação com AIS para embarque de um Oficial, com a finalidade de simular o monitoramento do tráfego e situações previstas nos SOP.

Com relação ao pessoal VTS, serão verificados os lançamentos realizados nas cadernetas registro e as qualificações dos OJTI. Quanto ao desempenho prático, os VTSO e VTSS serão avaliados nas Posições Operacionais, seja por observação do serviço ordinário de acompanhamento do tráfego, seja pela introdução de exercícios práticos, que serão executados de forma a não interferir com a segurança da navegação.

Ao final da VISITEC, será elaborado um relatório, com cópia para o AAM na área em que o Centro VTS estiver situado e para o Provedor de VTS. De posse do relatório, caso sejam constatadas irregularidades no serviço, a Diretoria de Hidrografia e Navegação determinará as medidas de correção cabíveis ou, eventualmente, revogará a Licença de Operação, nas situações em que houver comprometimento da segurança da navegação ou descumprimento do estabelecido por estas Normas.

A equipe encarregada da VISITEC será composta de até cinco (05) componentes, cabendo ao CAMR elaborar as instruções específicas para o seu planejamento e execução.

As despesas (deslocamento, hospedagem e alimentação) referentes à equipe que realizará a VISITEC serão custeadas pela AP ou Operador de TUP responsável pelo VTS, devendo ser disponibilizado transporte aéreo para deslocamentos superiores a 250 Km, utilizando-se como referência a cidade de Niterói/RJ, onde está situado o CAMR.

O detalhamento das providências necessárias para subsidiar o planejamento, condução das VISITEC e ações decorrentes, constam do anexo F desta norma.

CAPÍTULO 4

OUTROS SERVIÇOS

1. INFORMAÇÕES SOBRE VTS

Para um VTS alcançar seu propósito de forma eficiente, é preciso que as embarcações que naveguem dentro da Área VTS não só conheçam o serviço, mas também o papel que devem cumprir dentro de um esquema de monitorização ativa. Isso se torna particularmente importante para as embarcações estrangeiras ou nacionais com pouco ou nenhum conhecimento local.

Para isso, os Gerentes dos VTS deverão encaminhar para o CAMR os subsídios necessários, visando à inclusão das informações referentes aos serviços nos documentos náuticos (Cartas Náuticas, Roteiro e Aviso aos Navegantes), bem como as atualizações realizadas no VTS e que devam ser do conhecimento dos usuários.

De uma forma geral, deverão ser informadas:

DADOS ELEMENTARES	
Título	Nome do VTS e das subáreas, se houver.
Descrição	Breve comentário do serviço e para quais embarcações a participação é voluntária.
Área VTS	Limites da área e subáreas ou setores (por diagrama).
Centro VTS	Localização e facilidades de comunicação externa.
Comunicações	- Canais de VHF utilizados; - Demais canais de comunicação, se houver; - Idiomas que podem ser empregados; e - Circunstâncias em que as Frases Padrão (SMCP, na sigla em inglês) são necessárias.
Pontos de notificação	Posição geográfica e diagrama dos pontos em que as embarcações participantes devem estabelecer contato obrigatório com o VTS.
Sinais de chamada	Sinais de chamada a serem utilizados (usualmente o indicativo de chamada do Centro VTS é o seu nome).
Procedimentos para o navegante	Procedimentos obrigatórios a serem cumpridos pelas embarcações participantes em navegação na Área VTS.
Horas de operação	Período previsto para a prestação do serviço.
Procedimentos em caso de emergência	No caso de haver procedimentos preestabelecidos para as embarcações participantes para algum tipo específico de acidente.
Serviços de radiodifusão	Detalhes da programação, conteúdo e propósito de serviços locais de radiodifusão para os navegantes.
Notas complementares	Regulamentos e práticas locais e outras informações que possam ser úteis para o navegante.

2. SISTEMA DE GERENCIAMENTO E INFORMAÇÕES DO TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES (VTMIS)

Um Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS, na sigla em inglês) é uma ampliação do VTS, na forma de um Sistema Integrado de Vigilância Marítima, que incorpora outros recursos de telemática, a fim de permitir aos Serviços Aliados, e outros interessados, o compartilhamento direto dos dados do VTS ou o acesso a determinados subsistemas, de forma a aumentar a efetividade das operações portuárias ou da atividade marítima como um todo, mas que não se relacionam com o propósito do VTS propriamente dito. Entre os recursos de um VTMIS podem ser citados:

- Sistemas de gerenciamento do Porto;
- Sistemas dedicados à segurança portuária;
- Sistemas de apoio da praticagem;
- Sistemas de gerenciamento de carga e da propriedade em geral;
- Planejamento de acostagem;
- Sistemas de cobrança de taxas portuárias;
- Controle de quarentena;
- Controle alfandegário; e
- Apoio às operações da Polícia Marítima, tais como repressão aos ilícitos contra navios, contrabando, narcotráfico etc.

Nos VTMIS, é mandatório que os VTSO não sejam envolvidos na operação do sistema, de forma que não fiquem sobrecarregados com outras atividades além da operação do VTS. Caso seja julgado conveniente pelo Gerente do VTS, poderão ser designados e treinados operadores específicos de VTMIS para atender apenas às necessidades do porto e Serviços Aliados, sem interferir com a operação do VTS.

A Autoridade Marítima não tem papel a desempenhar com relação ao VTMIS, sendo sua atuação direcionada apenas para o "Auxílio à Navegação", representado pelo VTS, e os benefícios que poderá trazer ao navegante em termos de segurança da navegação, ordenamento do tráfego e proteção ao meio ambiente marinho. Neste escopo, os dados produzidos no VTS deverão ser disponibilizados com os AAM.

3. SERVIÇO PORTUÁRIO LOCAL (LPS)

Um Serviço Portuário Local (LPS, na sigla em inglês) é aplicável a um terminal portuário onde, como conclusão de estudo preliminar, realizado a partir do volume de tráfego e avaliação de risco formal, foi identificada pela AP ou pelo Operador de TUP que a implantação de um VTS é uma medida excessiva ou inadequada, considerando as especificidades do porto e custos de implantação envolvidos.

Em alguns casos, poderá ser difícil identificar o limiar entre a necessidade de implantação de VTS ou LPS, o que torna ainda mais importante considerar os fatores envolvidos durante o processo de avaliação inicial de viabilidade e riscos.

Basicamente, as principais diferenças do LPS em relação ao VTS são:

- não necessita ter capacidade e/ou meios para responder ao desenvolvimento de situações de trânsito e interagir com o tráfego marítimo;
- não existe a obrigatoriedade de gerar e gravar uma imagem do tráfego de navios;
- menor abrangência no treinamento para seus operadores; e
- objetivos do serviço definidos para atender às necessidades locais.

Dessa forma, o LPS é uma ferramenta que, quando implantado, tem como foco melhorar a coordenação dos serviços portuários, por meio da disseminação de informações voltadas principalmente para a gestão do porto. A AP ou o Operador de TUP definirá os equipamentos necessários, o nível de competência desejado para o operador e a complexidade das informações que tramitarão entre o operador do terminal e os usuários.

Uma vez que sua implantação não necessita ser autorizada pela Autoridade Marítima e não segue padrões internacionais definidos, os LPS estão fora do escopo desta norma, constituindo-se numa demanda da AP ou do Operador de TUP no sentido de melhorar a segurança e coordenação dos serviços portuários, podendo servir como uma alternativa mais econômica ao VTS.

4. NAVEGAÇÃO APRIMORADA (E-NAVIGATION)

O desenvolvimento tecnológico do transporte marítimo impõe a necessidade de que os usuários, a bordo e em terra, disponham de ferramentas modernas e comprovadamente capazes de contribuir para uma boa tomada de decisões. Porém, a falta de padronização dos equipamentos e tecnologias disponibilizadas podem causar restrições no trâmite de informações relevantes e, consequentemente, a degradação na qualidade dos serviços prestados aos navegantes.

Para mitigar esse risco, a IMO aprovou uma estratégia para o desenvolvimento e implementação do conceito de "e-navigation", visando atender às necessidades atuais e futuras dos usuários, através da harmonização dos sistemas de navegação e dos serviços de apoio em terra. Neste escopo, os serviços prestados no VTS constituem parcela imprescindível para a implementação da estratégia de "e-navigation".

Desta forma, com o objetivo de proporcionar maior segurança, eficiência e integração no sistema de transporte marítimo e fluvial, deverá ser priorizada, por ocasião do planejamento dos sistemas de comunicação, que serão adotados na prestação dos serviços VTS, a correta determinação do tipo e da quantidade de informação a ser transmitida, bem como a identificação das entidades ou organizações responsáveis pela disseminação das informações.

ANEXO A

AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM VTS

1. NECESSIDADE DE UM VTS

É recomendável que a AP ou o Operador de TUP, antes de considerar o estabelecimento de um VTS, realize uma avaliação formal dos riscos que o tráfego marítimo local está submetido e os custos envolvidos da implantação. Tal procedimento poderá ser uma valiosa ferramenta de auxílio à decisão quanto a viabilidade de implantação do VTS como instrumento eficiente para controle do tráfego, aumento da segurança da navegação e proteção do meio ambiente marinho.

Neste escopo, cabe ressaltar que o planejamento financeiro deverá contemplar recursos suficientes não apenas para a implantação do novo serviço, mas também para arcar com despesas relativas à continuidade da sua operação (manutenção, atualizações, treinamentos, salários etc.).

Ainda na fase de análise da necessidade de implantação de um VTS, deverá ser feita uma Avaliação Preliminar, ocasião em que serão coletadas informações para identificar requisitos funcionais que auxiliem a obtenção do nível desejado de segurança e eficiência para o tráfego marítimo.

Porém, a quantificação dos benefícios de segurança e a tradução desses benefícios em termos monetários é uma tarefa extremamente complexa e muitas vezes se resume na opinião de especialistas, sendo necessário identificar parâmetros que ajudem a eliminar, ou pelo menos reduzir, o elemento subjetivo.

2. AVALIAÇÃO PRELIMINAR

A avaliação preliminar deve relacionar os riscos potenciais, a infraestrutura organizacional, as operações correntes e os procedimentos locais, a fim de identificar a ocorrência de problemas, atuais ou futuros, cuja solução transcenda a capacidade dos recursos ordinários de auxílios à navegação, instalados ou não, e indique a necessidade de monitorização ativa. Para tanto, devem ser observadas as seguintes ações:

- Delimitar a área de interesse e definir seus fatores condicionantes;
- Examinar como estão organizados os auxílios à navegação e outros serviços;
- Examinar como estão dispostas as relações das autoridades, com inclusão das políticas, procedimentos, prioridades e aspectos da cultura local;
- Examinar os aspectos legais envolvidos, incluindo os níveis estaduais e municipais;
- Definir as vias marítimas e os esquemas de tráfego na área de interesse;
- Identificar os usuários e o público de interesse;
- Definir o valor econômico e ambiental das vias marítimas de interesse;
- Identificar o tráfego marítimo local;
- Levantar os dados locais relativos a acidentes, problemas de tráfego ou outros eventos congêneres;
- Considerar aspectos relativos à segurança do tráfego aquaviário, segurança das instalações e segurança coletiva na área de interesse; e
- Identificar eventuais riscos à navegação para os quais não haja uma estrutura de gerenciamento ou controle ou que transcendam as capacidades instaladas.

Além disso, deverão ser considerados nessa fase, os projetos previstos para desenvolvimento da infraestrutura portuária, que resultem em alteração do volume e composição do tráfego marítimo, tal como a inclusão de cargas perigosas ou acesso de navios com características especiais de operação (ex: propulsão nuclear).

Um VTS deve conter medidas que contribuam para reduzir conflitos entre as atividades comerciais e demais atividades marítimas em sua área de atuação. Da mesma forma, um porto deve operar de forma eficiente para atender as necessidades de seus usuários, sem comprometer a segurança de suas operações, a segurança da navegação ou o interesse de terceiros.

Assim, é importante considerar a presença da indústria pesqueira, das embarcações de pesca artesanal, da navegação militar, da navegação de esporte e recreio e das atividades da indústria dedicada à construção naval, que contribuem para aumentar a complexidade do tráfego marítimo em uma determinada área.

Na busca por soluções para o gerenciamento do tráfego de embarcações, as Autoridades Marítima e Portuárias, além das demais autoridades federais e locais, devem atuar de forma conjunta, uma vez que é provável que haja interseção de áreas de atuação e de responsabilidade, que podem variar em função das características do lugar. Para tanto, além do disposto nestas normas, cada porto ou área de interesse deve desenvolver procedimentos próprios, ajustados às suas especificidades e previamente aprovados pela Autoridade Marítima, nos aspectos referentes a sua área de atuação.

3. FATORES CONDICIONANTES

Geografia - de forma básica, a geografia definirá a qualidade para a navegação de um dado porto ou via de acesso. Baías profundas, com amplos canais naturais e acesso desimpedido, são locais favoráveis para a navegação, que fornecem bom abrigo e que, geralmente, concentram grande atividade marítima, beneficiada por suas facilidades. Por esse motivo, tais locais tendem a possuir esquema de tráfego complexo e grande variedade de usuários, o que torna igualmente complexo o perfil de risco local.

Baías com tais características, no entanto, são raras e a atividade marítima irá se contentar com o que puder dispor. Dessa forma, é comum a existência de portos em rios, com barras estreitas, canais tortuosos e águas rasas, ou portos desabrigados, voltados para o oceano e dependentes de quebra-mares, com eventual presença de obstáculos marinhos como alto-fundos, recifes e outros perigos isolados. Tais portos possuem complexidades inerentes, que podem ser ampliadas por um volume de tráfego intenso.

Adicionalmente, a geografia contribuirá para determinar os recursos de navegação necessários para o acesso aos portos e, principalmente, para a aproximação por cabotagem ou oceânica. A existência de pontos conspícuos em terra favorece o posicionamento visual ou radar, ao passo que uma costa baixa, ou distante, pode significar uma dependência ainda maior de auxílios eletrônicos à navegação, que orientem o navegante nas situações em que seja necessário encontrar o caminho por águas rasas, sem maiores referências de terra.

Ambientais - influenciam a navegação na área de interesse. Correntes de maré intensas, assim como a correnteza dos rios, podem dificultar a manobra das embarcações em águas restritas e empurrar navios para fora dos canais, com risco de encalhe. Tais correntes podem contribuir para a erosão dos canais, tanto no sentido positivo, por não permitirem o acúmulo de sedimentos, quanto no sentido negativo, por produzirem assoreamento que, em última análise, restringirá a navegação.

Grandes amplitudes de maré, além de intensificarem as correntes de maré, também causam significativa alteração na coluna d'água e, consequentemente, nos calados permitidos, o que pode requerer maior controle dos navios que trafegam na região afetada.

Não obstante, um dos efeitos de maior influência é o da direção e altura das ondas, uma vez que atua no movimento vertical das embarcações, mormente em águas desabrigadas. Áreas com grande incidência de ressacas podem trazer ocasionais problemas para a navegação, principalmente das embarcações de médio e pequeno porte, além de eventual incremento no movimento vertical dos grandes navios, devido à ação das ondas, o que tem influência na folga mínima sob a quilha.

Meteorologia - a influência dos fenômenos meteorológicos na navegação pode ser significativa, no caso da incidência de ventos fortes, que podem dificultar a manobra de navios com grande área vélica, e da ocorrência de fenômenos que afetem a visibilidade, como tempestades tropicais e nevoeiro.

Áreas sujeitas a furacões devem ter especial atenção, uma vez que ventos muito fortes podem arrastar navios de seus fundeadouros e impor severas restrições à navegação. No caso do Brasil, a ocorrência de tais fenômenos é rara, sendo necessária cautela para não supervalorizar ou desconsiderar suas consequências, em função da abordagem adotada.

Navio de Projeto - devido aos fatores econômicos envolvidos e às necessidades de investimento em instalações do setor portuário, a geografia, a hidrografia e a oceanografia, exercerão importante influência no conceito do navio de projeto para um determinado porto ou terminal, com impacto na construção e manutenção dos canais de acesso (serviços de dragagem). De forma a tirar o máximo proveito dos fretes e da capacidade de escoamento das cargas, cada vez mais os grandes navios se aproximam dos limites das vias navegáveis, o que aumenta o perfil do risco e representa uma preocupação adicional para a segurança da navegação. Dessa forma, o conceito de navio de projeto é um fator condicionante para a largura, as deflexões e a profundidade de projeto dos canais de acesso.

Proteção ao Meio Ambiente - também é um motivo substancial para a implantação de um VTS e, eventualmente, tal serviço pode ser indicado para áreas com baixa intensidade de tráfego, mas com o trânsito de cargas de alto teor poluente, caso seja necessária proteção adicional para questões ambientais sensíveis. Existe um reconhecimento implícito da contribuição que um VTS pode prestar na aplicação das normas sobre meio ambiente da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), além do papel que pode desempenhar como "medida protetora associada" para as "Áreas Marítimas Especialmente Sensíveis" previstas pela IMO.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO NO TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES

O gerenciamento de risco trata da análise de eventos futuros, relacionados com uma determinada atividade, e o impacto negativo que possam ter sobre as organizações e pessoas envolvidas. Fatores como inovação tecnológica, complexidade dos sistemas, ameaças difusas, entre as quais a possibilidade de ações terroristas, e crescente envolvimento da sociedade nos assuntos relativos à segurança coletiva e do meio ambiente, torna ainda mais difícil antecipar que níveis de risco poderão ser considerados aceitáveis no futuro e que estratégias e procedimentos devem ser adotados para contrapô-los. Muitas vezes decisões devem ser tomadas diante de variados graus de incerteza, mas que envolvem a aplicação de recursos valiosos que, de outro modo, poderiam ser empregados com melhores resultados para outro fim.

Ao sistematizar as ações relacionadas com o gerenciamento de risco no tráfego de embarcações para um determinado porto, é recomendável a participação dos setores diretamente envolvidos na atividade marítima local, de forma a se tentar obter informações relevantes que, de outro modo, poderiam passar despercebidas pelos condutores do processo. Consultas amplas na fase de planejamento aumentam a transparência, o que contribui para reduzir ou evitar conflitos e aumentar a aceitação entre os futuros usuários do VTS. A falha em se estabelecer um canal inicial adequado de comunicações com os usuários pode afetar sua confiança no sistema e sua percepção dos riscos presentes.

As pessoas percebem e aceitam o risco baseadas em fatores diversos, que podem considerar o custo das perdas com diferentes graus de importância. De uma forma geral, eventos que possam resultar em consequências catastróficas, ou em que haja perda de vidas humanas, mesmo de ocorrência remota, não são bem aceitos. Inversamente, se houver benefícios auferidos de alguma atividade, ou familiaridade com uma determinada prática, a aceitação do risco será maior, mesmo que a probabilidade de as coisas saírem errado seja mais elevada, uma vez que os indivíduos aceitam melhor riscos que possam controlar pessoalmente, ou aos quais tenham aderido voluntariamente. Um fator adicional é que as pessoas tendem a aceitar níveis de perigo mais elevados se o gerente do risco é de sua confiança, o que mostra a importância de se manter comunicações amplas e efetivas com os usuários para desenvolver e manter tal confiança.

A maioria das abordagens de gerenciamento de risco examinará as incertezas do meio e proporá estratégias para monitorar os eventos correspondentes, de forma a acompanhar com tempestividade o desenvolvimento das ações e ajustar as medidas necessárias para contrapor as ocorrências inesperadas. Uma correta avaliação de risco depende dos dados que se consiga reunir e da identificação dos potenciais problemas que possam advir com o tempo. O planejamento deve tentar ser proativo, no sentido de não se limitar a corrigir ocorrências passadas, mas antecipar procedimentos que contribuam para evitar a ocorrência de eventos novos.

A técnica para a identificação dos riscos combina métodos criativos (subjetivos) e analíticos (objetivos), na tentativa de se levantar o maior número possível de ameaças relevantes.

Estatísticas sobre acidentes, colisões, abalroamentos e iminentes colisões, encalhes e avarias operacionais (ex: fora de leme), entre outras, podem ser importantes para a composição do quadro de risco para uma determinada área ou atividade, mas é importante uma avaliação criteriosa para não supervalorizar os dados disponíveis. De uma forma geral, é importante saber que eventos podem ocorrer, aonde e com que frequência. Modelos matemáticos podem ser utilizados, como por exemplo o método de Análise da Árvore de Falhas (FTA, na sigla em inglês), ou estimativas podem ser obtidas por consulta a especialistas, na tentativa de se determinar a probabilidade e a regularidade de um evento dado.

De posse de tal quadro, estima-se o impacto das consequências sobre todos os envolvidos, incluído o meio ambiente, de forma a identificar a distribuição do risco e permitir maior concentração de esforços nas áreas de alto risco, além de identificar e avaliar os fatores que influenciam os níveis de risco. Sistemas bem organizados e balanceados possuem uma ou mais barreiras para reduzir as consequências de potenciais acidentes. Assim, a probabilidade de que um dado evento ocasione uma consequência indesejada está relacionada com a adequação e correto funcionamento de tais barreiras, das quais o VTS é uma delas.

O quadro abaixo ilustra uma classificação de risco, associado a sua consequência e a frequência em que possa ocorrer:

		CONSEQUÊNCIA DO EVENTO			
		Insignificante	Mínima	Grande	Catastrófica
FREQUÊNCIA DO EVENTO	Frequente				
	Provável				
	Remota				
	Muito remota				

	Risco inaceitável		Risco aceitável com precauções		Risco aceitável sem restrições

Ao final, a avaliação do risco conduzirá a uma das seguintes conclusões, baseada no nível de risco existente:

- O risco associado à atividade é aceitável no seu nível atual;
- O risco associado à atividade é inaceitável; ou
- O risco associado à atividade é aceitável desde que medidas de segurança (barreiras) sejam inseridas para seu controle.

No primeiro caso, a atividade pode continuar sem qualquer restrição, apenas com monitorização que permita identificar a alteração dos níveis de risco, caso ocorram. No segundo caso, a atividade deve ser repensada e a solução pode envolver alterações estruturais muito mais profundas e complexas, do que a simples instalação de barreiras para o gerenciamento do risco, que é o que se espera no terceiro caso. O quadro acima combina frequência e consequência de um dado evento de forma simplificada, mas elucidativa, de forma a associar os níveis de risco com as conclusões. As áreas em amarelo definem os níveis de risco para os quais é recomendável a instalação de VTS.

5. TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DAS VIAS NAVEGÁVEIS

Técnicas de Gerenciamento das Vias Navegáveis são medidas passivas que podem resolver isoladamente problemas menos complexos de tráfego, por simples representação cartográfica ou sob a coordenação de Serviços Aliados, que também podem ser empregadas em conjunção com um VTS, no caso de ser necessária uma monitorização ativa. O emprego de uma determinada técnica vai depender das características do tráfego local e dos fatores condicionantes para a área de interesse. As técnicas disponíveis são as seguintes:

Área a ser Evitada - área de natureza perene em cujos limites a navegação pode ser particularmente perigosa, ou em que seja necessária extrema cautela em face dos obstáculos à navegação que possa conter. Definem uma área geográfica que deve ser evitada por toda a navegação, com exceção das embarcações autorizadas a nela ingressar.

Área de Fundeio Proibido - são áreas onde o fundeio não é permitido, seja pela presença de construções submarinas, seja para conservação do meio ambiente marinho. Apesar de um fundeio dever ser realizado em fundeadouros assinalados, pode haver circunstâncias em que seja adequado assinalar uma área particular de fundeio proibido, de forma a realçar o trecho protegido inclusive para o pequeno navegador.

Área de Precaução - nos pontos especialmente sensíveis para a navegação, onde possa haver inversões súbitas de correntes ou no cruzamento de uma via navegável com um esquema de separação de tráfego, por exemplo, é recomendável haver uma indicação de precaução que alerte o navegante para aquela passagem. Nota explicativa pode acompanhar a representação cartográfica, caso se faça necessário algum comentário adicional sobre que precauções tomar.

Canais e Vias Largas Balizadas - nas situações em que as vias navegáveis sejam suficientemente amplas, é possível estabelecer um canal de águas profundas inscrito em uma via larga balizada, de forma que embarcações de menor calado possam navegar em segurança, dentro dos limites do balizamento, deixando o canal profundo para os navios maiores.

Domínio - consiste na "área vital" que todo navio, bem como todo objeto móvel ou ser vivente possui e que o envolve, cuja penetração por outro objeto, animado ou não, pode gerar alguma reação ou processo defensivo. O domínio não deve ser considerado apenas no plano horizontal, mas também no plano vertical, abaixo e sobre a água, e pode variar de tamanho para um mesmo navio, dependendo das dimensões do canal, da densidade do tráfego, do tamanho, velocidade e outras características do navio, da natureza da carga, e das características dos encontros ou aproximação com outras embarcações. Cabe à autoridade responsável pelo tráfego marítimo em uma determinada área estipular as dimensões do domínio para os navios de interesse, quando tal se fizer necessário. O conceito de domínio é amplamente utilizado para se estabelecer critérios para conflito de tráfego, largura das linhas de tráfego, planejamento de VTS, avaliação de riscos, procedimentos operacionais e dimensões das Zonas de Segurança.

Esquemas de Separação de Tráfego - medida de roteamento destinada a separar fluxos de tráfego opostos pelo estabelecimento de linhas de tráfego, nas quais é permitida a navegação em apenas um sentido, e separadas por zonas ou linhas de separação, cujo propósito é criar uma distância segura entre as linhas de tráfego. Os critérios para se definir as dimensões e profundidades de uma linha de tráfego devem ser os mesmos utilizados para a construção de canais.

Fundeadouros - a existência de fundeadouros pré-definidos é um recurso importante para a navegação, pois permite aos navios procurar abrigo seguro, em caso de mau tempo ou de avaria, ou simplesmente ter um local adequado para aguardar sua vez de adentrar um porto. Ao se estabelecer áreas para fundeio, deve ser considerada a proteção oferecida (contra vento, mar e demais embarcações), a profundidade, a tença e a proximidade dos canais. Fundeadouros especiais devem ser designados para navios que transportem cargas perigosas ou que tenham algum outro tipo de restrição (ex: propulsão nuclear).

Gerenciamento de Janelas de Tráfego - em vias especialmente congestionadas, pode ser necessário estabelecer prazos específicos para que um navio inicie ou complete seu trânsito, em parte ou em todo o canal, de forma a não atrasar ou interromper o tráfego das demais embarcações que acessem a mesma área. O gerenciamento de janelas de tráfego consiste, portanto, em encaixar o domínio de um determinado navio entre os domínios dos demais navios em trânsito por um canal, para o melhor aproveitamento do tempo possível.

Linha Recomendada - para trechos de navegação em que não haja canais balizados, mas haja perigos submarinos a serem evitados, podem ser estabelecidas linhas recomendadas, que definem uma rota preestabelecida e livre de perigos, sobre a qual o navegante deve procurar manter-se todo o tempo. Essa técnica é melhor empregada em conjunção com auxílios eletrônicos à navegação, desde que o navegante também disponha de recursos eletrônicos de navegação a bordo.

Ponto de não Retorno - em portos com significativas amplitudes de maré, pode ser necessário identificar "pontos de não retorno" ou "pontos de abortamento", de forma a permitir que um navio retorne para águas seguras, fundeadouro ou berço, no caso de algum imprevisto que atrase a manobra e comprometa o trânsito dentro do prazo de maré favorável.

Tráfego em Uma Faixa de Navegação - para efeito do dimensionamento geométrico, a largura de um canal é medida entre as soleiras dos taludes laterais na profundidade de projeto do canal. A largura mínima recomendada é função, entre outros parâmetros, da boca do navio de projeto e se os taludes são inclinados ou verticais. Para canais estreitos haverá circunstâncias em que só haverá uma faixa de navegação disponível e o fluxo do tráfego ocorrerá em um único sentido por vez.

Tráfego em Duas Faixas de Navegação - para canais largos ou para embarcações pequenas, o tráfego de duplo sentido pode ser permitido, o que implica no cruzamento rotineiro de embarcações. As ultrapassagens podem estar sujeitas a aprovação prévia, caso haja alguma coordenação nesse sentido, principalmente quando estiverem envolvidos navios que transportem cargas perigosas. Restrições para cruzamentos e ultrapassagens podem ser expedidas para trechos em curva ou outras situações específicas.

Zonas de Segurança - são zonas ao redor de um navio em que todas as demais embarcações se devem manter afastadas, a menos que autorizadas a ingressar. O tamanho da zona de segurança vai depender dos mesmos critérios adotados para se definir o domínio, em que pese uma zona de segurança poder ser bem mais extensa, em função dos riscos envolvidos. Considerações sobre ameaças difusas, em conjunção com a periculosidade da carga, devem compor a avaliação para se estabelecer uma zona de segurança. As medidas decorrentes podem, em caso extremo, envolver a necessidade de se desviar o tráfego aéreo, interromper o tráfego sobre pontes ou desviar ou interromper o tráfego marítimo em um determinado trecho da via navegável, o que caracterizará uma zona de exclusão.

Zonas de Exclusão - possuem o caráter temporário e definem uma área geográfica proibida para toda a navegação, com exceção das embarcações autorizadas a nela ingressar. O tamanho e a forma da zona variam de acordo com os riscos envolvidos, mas é importante que o planejador seja criterioso, de forma a propiciar alternativas para o tráfego marítimo. O estabelecimento de zonas de exclusão é da competência exclusiva da Autoridade Marítima e deve ser limitado ao mar territorial e águas interiores. No mar territorial e nas águas interiores, as áreas a serem Evitadas e os Esquemas de Separação de Tráfego são aprovados pela Autoridade Marítima e submetidas à IMO, de modo a "oficializar" a decisão. Além do mar territorial, é necessário que a adoção seja realizada pela IMO, de acordo com as orientações contidas na publicação "Ships Routeing", publicada por aquela organização, uma vez que afetará a navegação internacional. A notação gráfica das técnicas descritas, para representação cartográfica, consta da Carta 12.000 - Símbolos, Abreviaturas e Termos, publicada pela DHN.

ANEXO B

IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM VTS

1. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

A solicitação de uma AP ou Operador de TUP para implantação de VTS deverá ser acompanhada de um Projeto de Implantação, no qual constarão as informações necessárias para análise da Autoridade Marítima, visando à concessão da Licença de Implantação.

Deverão constar do projeto de implantação:

- Informações de caráter geral sobre o porto, com ênfase naquelas diretamente relacionadas ao tráfego marítimo;
- Projetos futuros que terão impacto no tráfego marítimo na área de interesse do VTS;
- Delimitações da Área VTS, com indicação de subáreas ou setores e dos pontos de notificação, se houver;
- Altura e coordenadas geográficas do Centro VTS no datum WGS-84;
- Análise dos fatores condicionantes e de sua influência sobre a navegação;
- Exemplos de Serviços Aliados na Área VTS;
- Relação dos usuários das vias navegáveis, incluído número estimado de embarcações de recreio e embarcações de pesca;
- Plano esquemático do tráfego na Área VTS, com as principais rotas de navegação utilizadas pela navegação local;
- Estimativa da movimentação diária de embarcações com AIS Classe A e AIS Classe B, atual e futura (no caso de ampliação da capacidade portuária ou construção de novos terminais);
- Horas de Pico e Movimento Médio das Horas de Pico (MHP);
- Estatísticas de acidentes e incidentes documentados, ocorridos na Área VTS nos últimos cinco anos (podem ser incluídos acidentes notáveis ocorridos em outra época), com indicação dos locais onde foi observada uma concentração dos eventos;
- Cópia da avaliação de risco utilizada no processo de tomada de decisão para implantação de um VTS; e
- Relação dos sistemas componentes com os requisitos de alto nível previstos.

A publicação IALA Guideline G1150 "Establishing, planning and implementing VTS", e o Apêndice a este Anexo, apresentam aspectos relevantes que poderão servir como orientação para o trabalho de elaboração do projeto de implantação de VTS. Contudo, o solicitante poderá incluir outras informações julgadas pertinentes para melhor apresentação do serviço a ser prestado.

Em concomitância, deve ser observado, no que couber, o que dispõem o capítulo 1 das Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (NORMAM-11), para a construção das Estações Remotas e torre para abrigar o Centro VTS.

Para os projetos de implantação de VTS em vias navegáveis compartilhadas por portos organizados e administrados por diferentes AP, ou entre estes e TUP isolados, ou somente entre TUP isolados, é desejável que seja firmado um Memorando de Entendimento, ou na impossibilidade, encaminhado outro tipo de documento formal do Provedor de VTS para as demais partes envolvidas, comunicando a intenção de implantar o VTS.

Caso exista divergência sobre a atuação do VTS na área de interesse e sua interação com os usuários, a questão deverá ser encaminhada oficialmente ao Diretor de Hidrografia e Navegação (DHN), via AAM local e CAMR, que analisará os argumentos apresentados pelas partes e emitirá uma decisão sobre o assunto.

A solicitação para concessão da Licença de Implantação deve ser encaminhada por ofício para o CAMR, com cópia para o AAM local. O CAMR analisará o projeto e encaminhará seu parecer para aprovação da DHN, que emitirá a respectiva Licença de Implantação por meio de uma Portaria e determinará sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Em cumprimento ao previsto na Lei nº 13.874/2019, regulamentada pelo Decreto nº 10.178/19, o prazo para conclusão do processo de concessão da Licença de Implantação, especificado no parágrafo anterior, será de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento formal da solicitação no CAMR, sendo classificado o risco da atividade econômica como nível "II". Caso seja identificada a necessidade de correções no projeto de implantação recebido pelo CAMR, o prazo será interrompido até que o proponente adote as devidas providências.

A licença da Autoridade Marítima para a implantação de VTS não desobriga o proponente de observar quaisquer aspectos legais pertinentes, incluindo os níveis estaduais e municipais, que não tenham sido previamente levantados durante a avaliação inicial. É da responsabilidade do proponente a conformidade legal do processo em todos os seus estágios.

Quando julgado oportuno, o proponente encaminhará um pedido de licenciamento para operação do Centro VTS ao CAMR, também por meio de ofício, com cópia para o AAM local, cujo procedimento e documentação necessária constam do Anexo F dessa norma.

Durante a fase de implantação e licenciamento, o futuro Gerente do VTS atuará como ponto de contato com o CAMR.

2. GERENTE DO VTS

Compõem as atribuições do Gerente do VTS:

- Garantir que o VTS seja operado em conformidade com seu propósito e com estas normas;
- Garantir que sejam observados os padrões estabelecidos pela Autoridade Marítima para qualificação de pessoal, equipamentos e sistemas a serem empregados no VTS;
- Garantir a escuta nas frequências de rádio designadas;
- Garantir que os serviços a serem prestados na Área VTS estejam disponíveis nos horários de funcionamento da estação;
- Garantir a harmonização do VTS com a rede de Auxílios à Navegação local e demais Serviços Aliados;
- Conduzir o serviço em conformidade com as Normas emanadas pelo AAM da sua área;
- Providenciar a divulgação em Aviso aos Navegantes das alterações do serviço;
- Observar os Avisos aos Navegantes emitidos para sua Área VTS por outras fontes;
- Considerar, conforme apropriado, a participação da praticagem local não só como usuário, mas como fonte de informações para melhoria do serviço;
- Estabelecer os Procedimentos Operacionais de rotina e para emergências a serem cumpridos pelos VTSO (sujeitos a prévia aprovação da Autoridade Marítima);
- Estabelecer os Procedimentos para os Navegantes na Área VTS (também sujeitos a prévia aprovação da Autoridade Marítima); e
- Encaminhar para o CHM, com cópia para o CAMR, as informações do VTS para publicação nos documentos náuticos, bem como as alterações realizadas na configuração do VTS.

A responsabilidade civil e penal derivada de um acidente que ocorra enquanto um navegante segue as orientações recebidas de um VTS é uma consideração importante. O Gerente do VTS deve levar isso em conta ao elaborar os Procedimentos Operacionais para os VTSO e Procedimentos para os Navegantes na Área VTS. Ainda nesse escopo, torna-se fundamental o estabelecimento de critérios para avaliar a qualificação de seus Operadores. Cabe ressaltar que, quanto à responsabilidade final pela manobra executada, esta será sempre do navegante.

3. PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE UM VTS

De forma a desempenhar suas tarefas satisfatoriamente, um VTS necessita de pessoal qualificado, instalações apropriadas, equipamento adequado e um conjunto de procedimentos que governem tanto as operações quanto a interação de seus elementos. As características de cada Área VTS determinarão requisitos e procedimentos próprios, mas é possível estabelecer orientações genéricas que sirvam como base para a implantação dos serviços, além das orientações específicas que constam destas normas.

Área VTS

A Área de cobertura do VTS, proposta pelo Provedor de VTS e aprovada pelo CAMR, poderá se estender até o limite onde haja atividade marítima de interesse para a navegação local, em função da necessidade de monitorização ativa do tráfego aquaviário, em prol da segurança da navegação e ordenamento do tráfego aquaviário. Porém, é possível que ocorram situações em que parcela da Área VTS coincida com áreas de responsabilidade de TUP e, neste caso, o Auxílio à Navegação representado pelo VTS não eximirá os Operadores de TUP das suas atribuições legais.

Apesar de não ser mandatório, para Áreas VTS que tenham projeção sobre o Mar Territorial ou além, é recomendável estabelecer uma subárea de aproximação, além dos limites exteriores dos canais de acesso, que também cuide das embarcações em trânsito, e uma subárea do tráfego interno, para cuidar das vias navegáveis interiores, onde geralmente se encontram os esquemas mais complexos de tráfego. Caso haja necessidade, tais subáreas podem ainda ser subdivididas em setores, mas isso dependerá da intensidade do tráfego.

No caso de divisão da Área VTS em subáreas ou setores, deverá haver o cuidado de não posicionar suas fronteiras em pontos focais, junções de canais, áreas de manobra ou áreas de precaução. Tais limites devem constar dos planos esquemáticos do tráfego, a serem divulgados nos documentos náuticos.

O número e tipo de embarcações que trafegam em uma determinada área, incluído o tráfego local, é um dado significante. Uma simples contagem das embarcações, no entanto, não é suficiente para se estabelecer algum critério. As embarcações devem ser consideradas com respeito a seu tamanho, capacidade de manobra, função, distribuição espacial e carga, de forma a otimizar o serviço de tráfego e atender as necessidades dos diversos usuários, sem impor restrições indevidas a sua movimentação.

A correta identificação desses dados pode servir de base para a determinação de uma subárea ou setor que seja particularmente ativa ou potencialmente arriscada para a navegação, incluídas áreas de produção de petróleo e gás e de atividades militares, como exercício de submarinos ou lançamento de foguetes.

Serviços Aliados

Do ponto de vista do VTS, são exemplos de Serviços Aliados: AAM local (Capitanias dos Portos, Delegacias ou Agências); representantes da AP ou Operador de TUP local; Praticagem; Companhias de Rebocadores; Agentes Marítimos; Alfândega; Polícia Marítima, exercida pela Polícia Federal; Serviços de Sinalização Náutica (militares ou civis); Grupamentos Marítimos dos Corpos de Bombeiros (Salvamares); e representantes da Autoridade Sanitária nos portos.

A cooperação do VTS com os Serviços Aliados é benéfica para a segurança e eficiência do tráfego e deve ser desenvolvida em um processo contínuo. Eventuais situações de conflito de procedimentos ou de informações devem ser abordadas pelo Gerente do VTS junto ao outro Serviço Aliado com a devida brevidade, de forma a evitar transtornos para o navegante e conter a elevação do perfil de risco para a Área VTS. Procedimentos específicos devem ser previstos para o caso em que uma concordância prévia deva existir antes de uma determinada ação ou atividade.

Cooperação eventual com serviços de emergência, como Busca e Salvamento, combate à poluição do mar e a Defesa Civil, devem estar previstos em planos de contingência, que estipulará os procedimentos de cooperação e as responsabilidades de cada parte. Nos casos em que planos de contingência não estejam disponíveis, o Gerente do VTS deve prestar todo o apoio possível, sem comprometer suas responsabilidades com o serviço do tráfego.

No nível nacional, o Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (ComPAAz), que opera o SISTRAM (Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo) e distribui as informações oriundas do PREPS (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite), e CHM, que é o responsável pela divulgação dos Avisos aos Navegantes e pelo Serviço Meteorológico Marinho, também desempenham papel de Serviços Aliados. Neste caso, os dados produzidos no VTS deverão ser obrigatoriamente disponibilizados para o ComPAAz, a fim de que sejam integrados ao SISTRAM.

Embarcações participantes

São todas as embarcações em condições de interagir com o VTS. A participação dessas embarcações pode ser obrigatória ou passiva. Na participação obrigatória, o navegante deve observar os Procedimentos para os Navegantes na Área VTS.

Participarão, obrigatoriamente, todas as embarcações integradas ao SISTRAM, embarcações que disponham de AIS Classe A, embarcações com AIS Classe B que efetuem o transporte comercial de passageiros, incluído o transporte turístico, na Área VTS. Para rebocadores e empurradores, a participação é obrigatória quando em serviço, para qualquer comprimento de reboque ou comboio.

A participação passiva é adotada para as demais embarcações com AIS Classe B e outras embarcações que possuam comunicação em VHF, que, apesar de monitoradas pelo VTS por meio de AIS ou radar, só eventualmente participam da troca de comunicações com os VTSO. Na participação passiva, é recomendado ao navegante que adote os Procedimentos para os Navegantes na Área VTS quando transitar nas vias navegáveis utilizadas pelas embarcações com participação obrigatória, de forma a evitar conflitos de tráfego indesejáveis.

Os navios e embarcações miúdas da Marinha do Brasil, bem como navios de guerra estrangeiros, são enquadrados na participação passiva, sem prejuízo do cumprimento das regras da segurança da navegação, em especial das regras para evitar abalroamentos no mar.

As demais embarcações que compõem o tráfego local e que não tenham condições de interagir com o VTS são denominadas de não participantes.

AIS

Originalmente, a composição da imagem de tráfego de um VTS dependia dos dados obtidos por radar, radiogoniômetro, observação visual ou informações radiotelefônicas, com variados graus de imprecisão. A introdução de AIS como sistema componente do VTS teve substancial impacto no desenvolvimento e apresentação da imagem de tráfego no que diz respeito à identificação e acompanhamento de embarcações, além de simplificar a troca de informações com o navegante e prover informações adicionais que auxiliam o gerenciamento do tráfego. Um AIS integrado a um VTS não só permite maior acurácia na identificação e no posicionamento das embarcações, como também contribui para reduzir problemas de "perda de acompanhamento" (quando uma embarcação acompanhada desaparece do sistema sem razão aparente) e "inversão de alvos" (quando ocorre uma troca de identificação entre embarcações que naveguem próximas).

Todavia, a contribuição do AIS para o VTS deve ser mantida no devido contexto. Nos sistemas digitalizados, a quantidade de informação oferecida pelo AIS impõe treinamento específico para os Operadores de VTS, mas não garante facilidade na troca de comunicações com o navegante.

Da mesma forma, o AIS sozinho não tem capacidade de proporcionar um quadro completo atualizado do tráfego. É importante ter em mente que, salvo regulamentação nacional específica, somente as embarcações enquadradas na Convenção SOLAS de 1974 são obrigadas a portar AIS. Assim, em águas interiores, a maior parte das embarcações não disporá desse sistema. Em concomitância, uma embarcação pode ter seu AIS desligado ou operando incorretamente, o que torna inadequado para um VTS contar apenas com sensores desse tipo, com a possível exceção de casos em que se deseja apenas monitorar o tráfego costeiro (somente trânsito de navios) ou fluvial, onde a sinuosidade dos rios pode comprometer significativamente a eficácia de um radar. De qualquer forma, se o objetivo for obter uma imagem completa do tráfego, é necessário integrar o AIS em um sistema que receba dados de outras fontes.

Em algumas circunstâncias os dados provenientes do AIS - como posição, rumo e velocidade de uma embarcação - podem ser redundantes ou conflitantes com os dados obtidos por outros sensores. Ao se avaliar o grau de confiança em uma determinada informação, é importante considerar o nível de validação que pode ser obtido de cada fonte, de forma que a informação final apresentada para o VTSO seja a mais apurada possível. Nesses casos, o sistema deve conter dispositivos que permitam analisar e selecionar os dados de maior valor para a geração da imagem do tráfego, o que deve compor um requisito na seleção dos sistemas comerciais de VTS disponíveis para aquisição.

Comunicações e pontos de notificação

É importante ter em mente que as comunicações por rádio são parte essencial da monitorização ativa e têm o potencial de consumir valioso tempo e atenção de um VTSO. Apesar de os sistemas eletrônicos permitirem grande parte de automação na troca de informações, principalmente quando se dispõe de AIS como parte componente do VTS, o contato radiotelefônico é o meio pelo qual se estabelece o vínculo direto entre o navegante e o Operador de VTS. Ademais, a radiotelefonia é o meio mais expedito de divulgar informações que requeiram conhecimento e providências imediatas por parte do navegante.

Assim sendo, de forma a contribuir para a eficiência do serviço e para o gerenciamento do tráfego por parte dos VTSO, podem ser estabelecidos pontos de notificação específicos, nos quais uma embarcação participante deva reportar informação

relevante para o tráfego, como entrada ou saída de uma subárea ou setor ou da Área VTS propriamente dita; aproximação de Área de Precaução; ingresso ou saída de canal; recebimento de prático; etc. Os Procedimentos para os Navegantes na Área VTS estipularão que informações devem ser prestadas em que circunstâncias. Os pontos de notificação contribuem para a organização das comunicações, por estabelecerem uma ordem para as chamadas de rotina, o que permite otimizar o tempo do VTSO e aumentar o número de embarcações monitoradas em um dado instante.

Logística

Um planejamento bem elaborado determinará requisitos funcionais adequados, que não incorram em gastos desnecessários de implantação e operação. O correto dimensionamento entre o desempenho e o custo, desde a aquisição até a baixa do serviço de um equipamento ou sistema, deve considerar o apoio logístico em todas as fases do projeto. Quando se faz um estudo do custo de um equipamento ou sistema, estendido a todo seu período de vida, o apoio logístico usualmente representa o item mais oneroso.

A utilização de tecnologias disponíveis e testadas contribui para os três grandes atributos do apoio logístico: oportunidade, pela relação custo/benefício, uma vez que os custos de desenvolvimento já foram amortizados; amplitude, por ser maior a probabilidade de que tal tecnologia permaneça disponível por todo o ciclo operativo do equipamento ou sistema; e integração, pela facilidade de se poder contar com peças de reposição a qualquer tempo.

Isto não só contribuirá para manter elevados os níveis de disponibilidade e confiabilidade, mas também para aumentar a vida média operativa e facilitar a incorporação de melhorias e modernizações.

Instalações

Um elemento essencial para as instalações é um sistema de energia elétrica de emergência, que permita a continuidade das operações em caso de queda do fornecimento da energia elétrica comercial e contribua para manter elevados os níveis de disponibilidade e confiabilidade.

Outro aspecto importante a ter em mente é que o Centro VTS poderá ser também um posto de observação e, como tal, é desejável que possua visada para a sua área de competência. Provavelmente, não será possível cobrir visualmente toda a Área VTS, mas preferencialmente deverá haver algum contato visual, principalmente com os pontos considerados mais sensíveis. Nesse sentido, aspectos ergonômicos devem ser levados em consideração na elaboração do projeto, como por exemplo a incidência da luz solar, que não deve ofuscar ou dificultar a visualização das telas do sistema.

Também é necessário prover medidas de segurança às instalações para salvaguardar seu pessoal e seus equipamentos. Especial consideração deve ser dada ao local de construção das estações e do posicionamento de seus sensores. Uma estação de VTS pode constituir um alvo potencialmente vantajoso para ameaças difusas, como ações terroristas ou roubo puro e simples, e nem sempre a melhor posição geográfica é a que oferecerá melhores condições de segurança. Da mesma forma, a instalação de sensores remotos, sem guarda direta, pode expô-los à ação de vândalos se não forem tomadas medidas cautelares adequadas.

A escolha do local de construção das instalações também deve levar em consideração a facilidade de acesso, que irá contribuir para a atividade logística e, de forma indireta, para a segurança do pessoal. Acessos que atravessem áreas particularmente perigosas, com elevado índice de criminalidade, podem causar transtornos diversos, principalmente no caso de ser necessária a rendição de serviço noturno ou o acesso de uma equipe de manutenção a qualquer hora. Localização distante e vias inadequadamente pavimentadas também podem representar custo adicional para o esforço logístico.

APÊNDICE I AO ANEXO B

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE VTS

1. PROPÓSITO

2. DADOS GEOGRÁFICOS (COORDENADAS EM LAT/LONG, DATUM, ETC.)

3. INFORMAÇÕES GERAIS DO PORTO

- Localização;
- AP ou Operador de TUP responsável pela implantação do VTS;
- Estrutura de Cais e Píeres;
- Área do Porto Organizado;
- Infraestrutura Aquaviária;
- Áreas de Fundeio;
- Características do Tráfego e da Carga (Tipos de Navios e Embarcações que utilizarão o(s) terminal(ais), tipos de cargas que serão movimentadas, etc.);
- Movimentação de Embarcações Militares;
- Ações e Projetos do Porto (atuais e futuros); e
- Outros.

4. APRESENTAÇÃO DOS PARÂMETROS REFERENTES AO VTS A SER IMPLANTADO

- Propósito;
- Efeito Desejado;
- Conformidade (normas nacionais e internacionais que regulam o VTS);
- Nível de Desempenho planejado;
- Gerente do Sistema VTS (caso tenha sido designado nessa fase do projeto);
- Tratativas com futuros usuários do VTS;
- Área de Cobertura;
- Configuração planejada para o Centro de Controle Operacional e Estações Remotas;
- Cobertura Radar;
- Análise dos Fatores Condicionantes e sua influência sobre a navegação (Maré, Ondas, Correntes, Precipitação etc.);
- Exemplos de Serviços Aliados que poderão receber dados gerados pelo VTS;
- Relação dos possíveis usuários das Vias Navegáveis;
- Tráfego nas Águas Interiores (emprego de rebocadores, calados autorizados, restrições de tráfego;
- Estimativa Diária de Embarcações (AIS Classe A e Classe B);
- Plano Esquemático do Tráfego;
- Horas de Pico e Movimento Médio das Horas de Pico (MHP);
- Acidentes e Incidentes (estatística e distribuição dos eventos na área de cobertura VTS); e
- Avaliação de Risco.

5. REQUISITOS OPERACIONAIS

- Tarefas, Capacidades e Funções previstas para o Serviço.

6. REQUISITOS TÉCNICOS

- Descrição sucinta dos subsistemas componentes previstos para o Serviço.

7. INTEGRAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS

ANEXO C

REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

1. ESTABELECIMENTO DE REQUISITOS DO SISTEMA VTS

Os requisitos operacionais, estabelecidos a partir do processo de análise de necessidades que serão atendidas com a implantação de um VTS, constituem a base para todo o ciclo de vida do sistema e definição dos requisitos técnicos a serem adotados.

Para definição dos requisitos operacionais de um VTS, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- Área de cobertura do VTS e, se for caso, as subáreas ou setores estabelecidos no projeto;
- Tipos, dimensões e cargas transportadas pelos navios previstos para o porto;
- Riscos de navegação e padrões de tráfego;
- Fatores humanos, incluindo questões de saúde e segurança;
- Tarefas a serem realizadas por VTSO ou VTSS;
- Compartilhamento de informações e cooperação com Serviços Aliados;
- Segurança física do Centro VTS e estações remotas;
- Segurança cibernética;
- Enquadramento jurídico;
- Procedimentos Operacionais e horário de funcionamento do VTS; e
- Outros aspectos julgados de interesse para a navegação.

Para o estabelecimento dos requisitos técnicos, definidos a partir dos requisitos operacionais, deverão ser considerados:

- Localização do Centro VTS;
- Espaço físico disponível e adequação para instalação dos sensores;
- Sobreposição de cobertura e redundância de equipamentos;
- Infraestrutura existente, tais como linhas de energia elétrica e dados;
- Restrições ambientais e impacto;
- Fatores ambientais (vento, influência do mar, precipitação, etc);
- Problemas eletromagnéticos;
- Legislação e necessidade de obtenção de licenças necessárias de outros órgãos; e
- Outros aspectos julgados de interesse para a implantação, funcionamento e manutenção dos sistemas.

Os requisitos para radiotelefonia em VHF e HF para um VTS deverão ser estabelecidos de acordo com o preconizado nas normas nacionais e internacionais.

As publicações da IALA, principalmente a IALA Guideline G1111, fornecerão informações detalhadas para auxiliar os Provedores de VTS na definição, especificação, estabelecimento, operação e atualizações do serviço, relacionando os requisitos operacionais e técnicos de desempenho do sistema VTS e como eles se refletem na arquitetura do sistema e nos requisitos dos subsistemas projetados.

2. DISPONIBILIDADE E CONFIABILIDADE

Baseado nos resultados da avaliação de Risco, o Provedor de VTS deverá estabelecer metas para Disponibilidade e Confiabilidade do Sistema VTS, considerando os subsistemas individuais ou equipamentos que são críticos ou não críticos para a continuidade da prestação do serviço, de acordo com os requisitos especificados. Neste escopo, também poderá ser considerada a adoção de medidas de redundância entre sensores.

Tais critérios poderão servir de base para o planejamento das atividades de manutenção programadas e definição da necessidade de manter em estoque peças sobressalentes para pronto uso, e, desta forma, garantir o menor tempo de indisponibilidade de equipamentos e subsistemas.

3. RADAR

O planejamento da cobertura radar para um VTS deve ser baseado na contribuição esperada desse sensor para a geração da imagem de tráfego do VTS (consciência situacional), considerando os requisitos operacionais estabelecidos e a sua integração com outros sensores componentes.

A cobertura radar para um VTS depende daquilo que se espera do serviço e pode variar entre:

- Nula, somente com AIS, sistemas de comunicação e demais sistemas de apoio;
- Parcial, com alguns setores cegos previstos;
- Total com apenas um radar, sem setores cegos; e
- Total com mais de um radar, para Áreas VTS grandes ou onde um radar apenas seja inadequado.

A cobertura nula limita bastante o serviço, uma vez que o radar é o sensor ativo mais importante de um VTS e, sem ele, não será possível gerar uma imagem de tráfego abrangente. A ausência de radar pode ser justificada para casos particulares como, por exemplo, em uma via fluvial, onde o benefício e o alcance do radar poderiam ser limitados pelo traçado do rio. Nesse caso, contudo, recomenda-se adotar a observação visual a partir da torre do Centro VTS (ou Circuito Fechado de Televisão - CFTV), como complemento aos sistemas de comunicação para localização e identificação dos alvos.

O Sistema Radar de um VTS deve contribuir para a geração da imagem do tráfego por meio das seguintes funções:

- Previsão de derrota;
- PMA (ponto de maior aproximação);
- Tempo para o PMA;
- Monitoramento de fundeadouro;
- Vetores para as embarcações;
- Rumo, velocidade e identidade/sintético; e
- Alertas de colisão/abalroamento.

Em princípio, os radares de VTS funcionam como radares típicos de navios, mas que devem operar simultaneamente para curtas e longas distâncias, de preferência sem necessidade de ajustes pelo VTSO. Fenômenos relacionados com as condições do tempo, como mar encrespado (sea clutter) e formação de dutos (especialmente para antenas baixas), influenciarão mais os radares baseados em terra que os radares de navios.

Disponibilidade e redundância

A disponibilidade do sistema radar é muito importante, uma vez que um radar inoperante pode comprometer o serviço como um todo. Um VTS pode possuir radares instalados em diferentes locais, com superposição de cobertura dentro de setores da Área VTS, ou mais de um radar instalado em um mesmo local (ou torre), a fim de garantir que haja redundância dos sensores.

4. RADIOCOMUNICAÇÕES

Comunicações confiáveis são essenciais para um VTS e toda a Área VTS deve estar coberta por, pelo menos, um dos sistemas de radiocomunicação disponíveis no Centro VTS. Tipicamente, a radiocomunicação empregada para o VTS é a radiotelefonia do Serviço Móvel Marítimo (SMM), destinado às comunicações entre estações costeiras e estações de navio ou entre estações de navio.

Desta forma, a radiotelefonia é o elemento primário pelo qual o VTS troca informações com os usuários, principalmente em situações de emergência, e é dividida nas faixas de frequência de VHF, para curtas distâncias, e HF, para longas distâncias, de acordo com as classes de emissão constantes em tabela própria da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

O Gerente do VTS é responsável por obter a Licença para Funcionamento de Estação para o Centro VTS, emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Da mesma forma, todo equipamento de rádio transmissão, para operar no Brasil, também deve estar homologado pela ANATEL.

5. RADIOGONIÔMETRO

Outro equipamento passível de emprego por um Centro VTS é o radiogoniômetro (RDF, na sigla em inglês), utilizado para correlacionar a fonte de uma transmissão VHF com um determinado alvo e, com isso, contribuir para a identificação de embarcações e operações SAR. Como um RDF isolado consegue captar apenas a marcação da transmissão, é necessário haver duas ou mais estações de RDF para se conseguir determinar uma posição com razoável precisão.

O Provedor de VTS deve considerar a necessidade de incluir um RDF no sistema VTS, com base em uma avaliação de risco e análise de outros fatores relevantes na Área VTS, especialmente quando houver interesse de monitorar um tráfego com a presença de embarcações da classe "não SOLAS" e embarcações de recreio que não transportam um transponder AIS.

O VTSO deverá ter a capacidade de suprimir a informação de RDF de sua tela, caso considere oportuno, uma vez que o sinal de RDF não é adequado para o acompanhamento de embarcações.

6. SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA (AIS)

Dentro do escopo do VTS, o propósito de um AIS é contribuir para identificação de embarcações, acompanhamento de alvos e simplificação da troca de informações, pela redução dos contatos por radiotelefonia e fornecimento dos dados básicos de navegação e outras informações de interesse.

O AIS torna a navegação mais segura, por elevar a percepção do quadro situacional, tanto para o VTSO quanto para o navegante, e aumentar a probabilidade de detectar embarcações por trás de curvas em canais ou rios, ou por trás de ilhas ou outros obstáculos que impeçam a visada direta. O AIS também contribui para solucionar um problema inerente aos radares ao detectar embarcações miúdas, equipadas com AIS, em mar grosso ou chuva forte.

Existem duas classes de AIS para uso em embarcações. O AIS Classe A é um equipamento obrigatório para os navios SOLAS, enquanto que o AIS Classe B é de instalação voluntária, estando presente principalmente em embarcações de menor porte ou voltadas para lazer.

Mensagens

A mensagem mais importante que pode ser transmitida por um equipamento AIS Classe A é denominada "relatório de auxílio à navegação" (Mensagem 21), transmitida de forma rotineira, com intervalo variável que vai depender das características topográficas da área, da velocidade da embarcação destinatária e da necessidade de se preservar a energia em sinais isolados.

Interação com radar

Nos sistemas que dispõem de informações oriundas de AIS e radar, ambas devem ser integradas para apresentação como um único alvo (sintético), sem ambiguidades, na tela do VTSO. No caso de haver discrepâncias consistentes nas posições, o VTSO deve ser informado para que possa checar o funcionamento do sistema e, se for o caso, alertar ao navegante.

Adicionalmente, o VTSO deve possuir a capacidade de selecionar a apresentação dos dados por sensor individual, ou seja, projetar um sintético baseado somente nas informações do AIS ou somente nas do radar, acompanhada da simbologia adequada para permitir identificação visual instantânea.

Limitações no uso do AIS

O emprego de AIS em um VTS possui alguns contrapontos e limitações para os quais o Gerente do VTS deve estar alerta:

- Os VTSO podem se tornar dependentes em excesso do AIS e tratar o sistema como meio primário para a identificação das embarcações, com eventuais falhas de identificação para as embarcações que não possuam AIS ou que o possuam com mau funcionamento;
- O AIS não deve ser encarado como um meio geral de comunicação; e
- O AIS possui as mesmas vulnerabilidades do VHF-FM.

Quando uma unidade de AIS atinge seu ponto de saturação, com relação às transmissões recebidas, seu dispositivo de Acesso Múltiplo por Divisão do Tempo (TDMA, na sigla em inglês) evita a sobrecarga pelo descarte dos sinais mais fracos, o que significa manter os próximos e eliminar os afastados. Apesar de tal procedimento atender à necessidade da segurança da navegação para os navios, não é adequado para uma cobertura uniforme de uma Área VTS.

Apesar do acompanhamento por AIS evitar a maior parte dos efeitos sombra dos radares, para os VTS de porto muito próximos às edificações da cidade e outras obras sobre as águas, como pontes, pode ocorrer um efeito conhecido como "canyon urbano", que contribui para degradar os dados de posição pelo mascaramento dos sinais de DGPS recebidos pela unidade AIS ou da subsequente mensagem dinâmica.

Cobertura e comunicações

De uma forma geral, o alcance projetado para um AIS se equipara às distâncias cobertas pela comunicação em VHF. Nos casos em que seja possível a oclusão do sinal, pela presença de montanhas ou ocorrência de fenômenos meteorológicos, ou quando a Área VTS for muito extensa, é recomendável a instalação de estações repetidoras de AIS ou mais de uma estação base, em benefício da confiabilidade e como medida de redundância. O Gerente do VTS deve estar alerta, durante o processo de aquisição dos sistemas, que estações base e repetidoras, bem como eventuais AIS utilizados como auxílio à navegação (AIS AtoN, na sigla em inglês), são equipamentos de rádio transmissão que devem estar homologados pela ANATEL.

MMSI

A Identidade no Serviço Móvel Marítimo (MMSI, na sigla em inglês) é um número, registrado na UIT, utilizado para individualizar as estações transmissoras nas faixas do SMM e permitir chamadas automáticas. Todo AIS necessita de um MMSI para se comunicar e isso é válido também para as estações base e repetidoras, consideradas como estações costeiras.

Os MMSI serão atribuídos diretamente pela ANATEL e devem ser solicitados pelo Gerente do VTS com a Licença para Funcionamento de Estação.

AIS AtoN

É recomendável que o Gerente do VTS considere seu emprego também como auxílio à navegação, em face das facilidades que podem propiciar para a moderna navegação eletrônica. Os padrões técnicos para as estações AIS AtoN são definidos pelo documento IEC 62320-2, elaborado pela Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC, na sigla em inglês).

7. SISTEMA ELETRO-ÓTICO (EOS)

Um EOS consiste em dispositivos de imagem, tais como câmeras de um Circuito Fechado de Televisão (CCTV, na sigla em inglês) diurno, CCTV diurno / noturno e câmeras infravermelhas.

Quando usado como um sensor VTS, os dados EOS devem ser integrados ao software de gerenciamento de dados, com a finalidade de proporcionar ao VTSO recursos que contribuam para a melhora da consciência situacional em tempo real e a qualidade do serviço prestado.

É função do VTS identificar as embarcações participantes dentro da Área VTS. Nos casos em que o AIS esteja disponível, tal identificação é facilitada e feita automaticamente. Caso contrário, resta o recurso da identificação por radiotelefonia ou visual e, neste escopo, os EOS oferecem grande flexibilidade e ampliada cobertura visual, de forma que um único VTSO possa observar mais de um local ao mesmo tempo.

Dependendo do nível de risco considerado, câmeras podem ser utilizadas em áreas de baixa densidade de tráfego, como uma alternativa de menor custo a radares, apesar de ser desejável que sua aplicação seja feita em conjunto, como um sensor adicional.

Nos sistemas EOS, uma câmera é capaz de acompanhar automaticamente um alvo selecionado pelo VTSO a partir de seu monitor (seleção pelo sintético do alvo), o que simplifica bastante a busca pelo alvo desejado. Da mesma forma, é possível ao VTSO cancelar a seleção e proceder a uma seleção manual de outro alvo ou de uma área específica do alvo adquirido, para executar tarefas de monitorização específica, como acompanhar o embarque ou desembarque de prático. Tal requisito (seleção manual ou automática) é obrigatório e deve ser considerado pelo Gerente do VTS ao especificar o seu sistema de monitoramento ótico.

Um EOS deve ter a capacidade de identificar o tipo e eventualmente o nome da embarcação observada. Como requisitos mínimos, em boas condições de visibilidade (alcance superior a 10 milhas náuticas - MN) e sem interferência de obstáculos e da topografia, uma câmera deve possibilitar a identificação do tipo do alvo a uma distância mínima de 3 MN. A identificação do alvo por forma, cor e outros aspectos, como chaminé, superestrutura etc., deve ser obtida a uma distância mínima de 1 MN. A qualidade da imagem e as taxas de atualização devem atender a esses requisitos. O Gerente do VTS deve considerar o emprego de câmeras infravermelhas, no caso do serviço estar disponível no período noturno.

8. SENSORES AMBIENTAIS

A questão ambiental tem crescido significativamente em importância ao longo dos últimos anos e o VTS se constitui em uma valiosa ferramenta para contribuir na prevenção de danos ao meio ambiente, na sua área de responsabilidade. Assim, os sistemas de sensores ambientais que porventura existam em um VTS, também denominados sistemas meteoceanográficos, poderão atender os seguintes objetivos:

- Coleta de dados meteorológicos de interesse da navegação; e
- Monitoramento Ambiental, de modo a contribuir para a detecção precoce de quaisquer incidentes poluentes provocados por embarcações, tais como presença de óleo ou outros poluentes na água.

O Gerente do VTS poderá dispor de meios para divulgar os dados ambientais coletados para o navegante dentro da Área VTS e para Serviços Aliados interessados. Tipicamente, os dados ambientais transmitidos para o navegante, poderão utilizar a mensagem 8 dos AIS AtoN.

No Centro VTS, as informações detectadas referentes a poluição deverão ser disponibilizadas pelos VTSO, com a possível brevidade, em formatos gráfico ou numérico para utilização dos órgãos públicos/privados que tenham responsabilidades relacionadas com um evento ambiental detectado, de modo a permitir que sejam adotadas as medidas previstas nos planos de contingência ambiental.

9. APRESENTAÇÃO DE DADOS

O advento das cartas náuticas eletrônicas trouxe muitos benefícios para o VTS, ao permitir a superposição da imagem de tráfego sobre um fundo corretamente cartografado.

Todavia, para garantir a confiabilidade de tal representação é necessário que tanto o VTSO quanto o navegante estejam enxergando a mesma base cartográfica, adequadamente atualizada, a fim de não comprometer a segurança da navegação. Para tanto, é requisito mandatório que o sistema que atenda o VTS seja compatível com as Cartas Náuticas Eletrônicas oficiais, produzidas pela DHN, que utilizam o Datum WGS-84.

A compilação de uma imagem de tráfego precisa em um Centro VTS depende substancialmente de como os dados são apresentados para o VTSO, de modo a contribuir para evitar sobrecarga de serviço, mascaramento de informação e eventuais erros de interpretação, com consequente prejuízo para o serviço como um todo. É fundamental que nenhuma informação superposta sobre a imagem de tráfego obscureça ou cause confusão com os alvos propriamente ditos.

Os princípios gerais para a apresentação de toda simbologia em uma tela de VTS são:

- A simbologia padrão internacional de bordo para os Sistemas Eletrônicos de Apresentação de Cartas e Informações (ECDIS, na sigla em inglês) deve ser utilizada sempre que possível;
- Simbologia já identificada para uso a bordo não deve receber atribuição diferente para uso do VTS. Porém, algumas adaptações são aceitáveis para atender necessidades específicas do tráfego de embarcações;
- Qualquer adaptação de simbologia não deve alterar padrões de transferência de dados em vigor; e
- A clareza da apresentação e a sobrecarga de serviço do VTSO devem receber consideração especial.

O Gerente do VTS deve identificar o tipo de informação relevante para sua Área VTS, de acordo com o tipo de serviço prestado, e definir especificações para o sistema a ser adquirido, inclusive no que diz respeito ao tratamento e apresentação dos dados provenientes de AIS, para o que é recomendável levar em conta o seguinte:

- Definir a densidade de tráfego esperada e se o nível de detalhamento é compatível com a superposição da imagem de tráfego sobre a carta eletrônica, considerando que detalhes em excesso podem distrair o VTSO;
- Se é necessário utilizar todas as opções da paleta previstas, principalmente as relacionadas com visão noturna; e
- Se o sistema será utilizado somente por VTSO, considerando que a forma de apresentação dos dados tem influência no treinamento do pessoal.

Um grande afluxo de dados traz o risco de sobrecarga de informações, para o que o recurso oferecido pelas cartas eletrônicas de remover detalhes cartográficos para simplificar a apresentação traz alguma flexibilidade para o VTSO. No entanto, há circunstâncias em que a superposição de camadas ou simbologia especiais pode ser útil, como em situações SAR ou outras emergências previstas em planos de contingência, na identificação de embarcações irregulares e na representação de áreas temporárias utilizadas para exercício naval e atividades recreativas (regatas), entre outras.

Um requisito importante é que para a identificação de um alvo deve ser apresentada uma distinção clara para a origem dos dados (radar, AIS, navegação estimada ou outra fonte), o que gera a necessidade de uma simbologia específica que, todavia, não está padronizada. O Gerente do VTS deve cuidar para que cartas impressas com toda a simbologia em vigor, com terminologia associada, estejam disponíveis para rápida consulta pelos VTSO, principalmente em fase de aprendizado no serviço (OJT), e para as visitas técnicas.

O Gerente do VTS também deve cuidar para que a janela de apresentação dos dados das embarcações não mascare informações operacionais importantes ou trunque a imagem de tráfego. Para tanto, por vezes é adotada a solução de compromisso de empregar uma tela independente para a apresentação dos dados de AIS, adjacente à tela principal com os dados integrados com o radar, o que facilita a consulta e redação dos diferentes tipos de mensagem AIS sem prejudicar o acompanhamento ininterrupto do tráfego.

Outro requisito importante diz respeito aos avisos e alarmes eventualmente gerados pelo sistema, que devem receber destaque visual ou sonoro ou ambos. As situações em que isso pode ocorrer estão relacionadas com:

- Perda de acompanhamento ou transmissão;
- Alarmes operacionais relativos a desvio de derrota ou guarda de fundeadouro;
- Aproximação dos limites de canal, conflito de tráfego etc.;
- Inconsistência de dados;
- Perda de correlação entre sensores ou entre sensor e fonte; e
- Qualquer outra falha do sistema.

10. SENSORES DE LONGO ALCANCE

Os sensores do VTS fornecem ao Provedor de VTS informações em tempo real, coletadas por sensores de curto alcance e limitados pela Área VTS, tais como: radar, câmeras e AIS. Porém, o uso de informações, derivadas de sensores de longo alcance (normalmente radares de longo alcance, sistemas de comunicação por satélite e AIS por satélite) podem fornecer informações complementares para auxiliar na localização de embarcações que não chegaram no horário previsto.

São informações que, embora não sejam determinantes para o cumprimento das tarefas do VTS, contribuem para que as autoridades avaliem os riscos potenciais de segurança ou, se necessário, forneçam dados de entrada para o planejamento de resposta no caso de um incidente SAR.

São exemplos de "Sensores de longo alcance" que podem ser usados em um VTS:

- Identificação e Rastreamento de Longo Alcance (LRIT, na sigla em inglês);
- Satélite AIS (SAIS);
- Radar HF; e
- Radar de abertura sintética baseado em satélite (SARSAT).

11. OUTROS REQUISITOS

Transmissão de dados

A utilização de estações remotas de radar e AIS implica na necessidade de transmissão de dados a distância que, provavelmente, necessitarão de um enlace de micro-ondas ou satélite, uma vez que o Centro VTS trabalha com uma imagem de tráfego em tempo real. Cabe ao Gerente do VTS definir o tipo de enlace adequado para as necessidades de sua Área VTS.

No caso do rádio enlace por micro-ondas, é necessário realizar um estudo de dimensionamento para garantir a integridade dos dados e a qualidade da recepção, com planejamento de frequências e estudo de interferências, de forma que a transmissão de dados não se torne um ponto de fraqueza para o correto funcionamento do serviço. Esse tipo de enlace requer autorização da ANATEL para funcionamento.

Para a transmissão de dados para Serviços Aliados, que aceitem intermitência na atualização da imagem de tráfego, podem ser estabelecidas conexões via Internet na forma de Web Services, que permitam comunicação via TCP/IP por meio do protocolo HTTP/ HTTPS e uma estrutura comum de troca de dados.

O Gerente do VTS deve estar alerta pois, apesar do caráter público do serviço, os dados de que dispõe têm caráter restrito, devendo sua integridade ser protegida contra acesso indesejado ou não autorizado, o que vale dizer que a conexão com a Internet, ou qualquer outro sistema externo, deve ser realizada de forma indireta e cercada com as devidas precauções.

Gravação de dados

Os sistemas de VTS permitem a gravação de dados de forma ampla e completa com benefícios para a análise e a revisão de eventos passados, não só nos casos de averiguação de acidentes ou incidentes de navegação, mas também para avaliar alterações no padrão do tráfego e como recurso de ensino. A frequência de coleta de dados para gravação deve ser determinada pelo Gerente do VTS com base nas características de cada equipamento e na capacidade de armazenagem de seu sistema.

Todos os dados devem ser gravados automaticamente com capacidade de serem reproduzidos em um sistema separado, ou seja, sem necessitar dos equipamentos e sistemas dedicados à operação do VTS. Tal requisito deve incluir a capacidade de reproduzir os dados de cada sensor individualmente e de remontar a imagem do tráfego na totalidade, com a fusão dos dados de todos os sensores contribuintes.

Dados de voz provenientes das radiocomunicações devem ter gravação contínua. Dados da imagem de tráfego obtidos por radar e AIS podem ser gravados, por exemplo, com base no menor intervalo de notificação em vigor. Dados de vídeo podem ter intervalos de

gravação fixos e qualidade variável (quadros por segundo, resolução e período, por exemplo), com opção de ajuste por parte do VTSO para ocasiões especiais. Dados ambientais podem ter intervalos mais amplos. O requisito a observar é que todos os dados sejam gravados com base em uma referência de tempo única, que permita correlacioná-los com facilidade.

O prazo de arquivamento mínimo obrigatório para todos os dados é de 30 dias corridos, exceto os casos de averiguação de acidentes ou incidentes de navegação. Os dados gravados devem ter seu acesso restrito e sua divulgação deve ser revestida de cuidados necessários, a fim de evitar que sejam utilizados indevidamente.

Sistema operacional

O rápido desenvolvimento tecnológico do VTS, com a inserção de novos recursos e funcionalidades, impõe a exigência de mais interação entre os sistemas VTS e a capacidade de maior conectividade com serviços de terceiros externos.

Desta forma, além de prover recursos para compartilhamento dos dados produzidos com outros interessados (Serviços Aliados), é fundamental que o sistema VTS conte com um software eficiente, que processe os dados recebidos dos sensores e disponibilize ao VTSO uma imagem de tráfego em tempo real, possibilitando que o Centro VTS disponha de ferramentas confiáveis para apoiar a tomada de decisões a bordo.

ANEXO D

PESSOAL

1. PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

As características do trabalho em Centros VTS exigem que o pessoal envolvido atenda minimamente a requisitos físicos, intelectuais e psicológicos, compatíveis com a importância e alto grau de responsabilidade na prestação do serviço.

O recrutamento de pessoal no VTS deve seguir um processo de seleção rigoroso que, se bem conduzido, proporcionará condições favoráveis para que os cursos de formação transcorram com máximo aproveitamento do tempo alocado e recursos instrucionais disponibilizados. Como parte integrante desse processo, é fundamental que sejam estabelecidos e verificados os seguintes requisitos mínimos para admissão dos candidatos:

- Formação profissional e experiência marítima anterior;
- Proficiência no idioma inglês (no mínimo compatível com IELTS 5); e
- Condições de saúde física e psíquica para desempenhar funções em um Centro VTS, segundo critérios estabelecidos pelo Provedor de VTS.

O Gerente do VTS deve avaliar a capacidade de cada candidato de trabalhar em equipe e se relacionar, no ambiente de trabalho, com os demais membros da Equipe Operacional e com os usuários de uma forma geral, tais como Comandantes de navios, Oficiais de Quarto, Práticos e outras pessoas envolvidas no tráfego de embarcações. Além disso, deverá ser verificada a habilidade dos candidatos em:

- Selecionar o que é relevante dentre uma variedade de informações;
- Combinar informações auditivas e visuais;
- Demonstrar percepção espacial e situacional;
- Agir atenta e decisivamente em situações atarefadas;
- Executar diversas tarefas simultaneamente;
- Demonstrar iniciativa dentro de uma estrutura de trabalho baseada em regras, normas e procedimentos definidos;
- Ser vigilante;
- Saber se expressar corretamente; e
- Adequar-se ao trabalho em turnos, inclusive no período noturno.

2. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM PRÉVIA (AAP)

Dependendo da formação profissional e experiência marítima exigidas como pré-requisitos no processo de recrutamento, alguns assuntos constantes dos Cursos Modelo poderão deixar de ser abordados durante os cursos de formação. Tal medida diminui o tempo total de capacitação e proporciona economia de recursos.

Neste caso, é necessária a realização criteriosa de uma Avaliação de Aprendizagem Prévia (AAP), de modo a aferir o nível de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas previamente por um candidato, para que sejam definidos os módulos dos cursos que poderão ser suprimidos, sem prejuízo do atingimento dos objetivos da formação.

Uma variedade de métodos de avaliações está disponível para uso por uma Autoridade Competente, Provedor de VTS ou Instituição de Treinamento, podendo ser necessária a utilização de uma combinação de métodos para garantir que todos os aspectos da aprendizagem prévia sejam aferidos.

A IALA Guideline G1017 "Assessment of training for VTS" fornece orientações sobre a avaliação e reconhecimento do aprendizado anterior.

3. QUALIFICAÇÃO

Todo pessoal envolvido diretamente na operação do VTS (Operadores e Supervisores) necessita possuir uma qualificação especial, obtida por meio de cursos específicos e treinamentos ministrados por instituições de ensino credenciadas junto à Autoridade Marítima e conduzidos de acordo com os seguintes Cursos Modelo, desenvolvidos pelo Comitê VTS da IALA: "VTS Operator training" (V-103/1), "VTS Supervisor training" (V-103/2), "VTS OJT-On the Job training" (V-103/3), "VTS On-the-Job training Instructor" (V103/4) e "Revalidation Process for VTS Qualification and Certification" (V103/5). Os treinamentos OJT e revalidação da certificação de Operadores VTS também poderão ser conduzidos pelos próprios Centros VTS, sob a responsabilidade dos respectivos Gerentes e mediante credenciamento do CAMR.

Os Cursos Modelo da IALA poderão ser ministrados pelos seguintes métodos:

- Treinamento realizado presencialmente, nas instalações da instituição de ensino credenciada;
- Alunos e instrutores localizados juntos em um local diferente daquele da organização de treinamento, usando tecnologia de simulação móvel ou online;
- Treinamento realizado totalmente online, onde instrutores e alunos poderão estar em locais diferentes, sendo utilizadas tecnologias para ministrar aulas e conduzir instrução em simuladores; e
- Treinamento conduzido de maneira híbrida, utilizando recursos para combinar o aprendizado online com instrução presencial.

Em qualquer dos métodos adotados, as instituições de treinamento devem implementar processos / procedimentos para garantir que os padrões, requisitos de qualidade e prática educacional atendam aos objetivos do treinamento.

Ao final dos cursos de formação VTS, os alunos receberão um certificado de conclusão, tornando-os aptos para a fase seguinte de OJT, esta realizada obrigatoriamente nos VTS em que operarão. Concluído o OJT com aproveitamento, o CAMR expedirá, mediante solicitação, uma cédula de habilitação numerada individualmente, licenciando o seu portador para o Serviço Operacional como Supervisor e/ou Operador naquele VTS. Os documentos de licenciamento incluirão tradução em inglês em caixa baixa, por conformidade com a prática internacional.

Os documentos referentes à formação de pessoal para trabalhar nos VTS brasileiros, emitidos no exterior por instituições credenciadas, de acordo com as orientações da IALA, deverão ser homologados pelo CAMR, a fim de atestar sua validade no Brasil. Cabe ressaltar que, como parte do processo de homologação, o CAMR poderá fazer uma consulta junto à instituição estrangeira que emitiu o Certificado em análise, com o fito de obter a comprovação da realização do curso.

Uma Caderneta Registro ("log book") deverá ser expedida pela instituição de ensino responsável pela formação inicial em VTS (curso de VTSO) e constará de uma folha inicial, com foto e dados de identificação de seu portador, devendo ser utilizada para o lançamento dos dados pessoais e conclusões de cursos, treinamentos e avaliações subsequentes, relacionadas com a sua atividade no VTS, tais como:

- Data de conclusão de curso e instituição de ensino;
- Número da licença;
- Data de conclusão com aproveitamento de OJT para um VTS específico, com nome e carimbo do instrutor responsável;
- Data de qualificação para o Serviço Operacional como Operador ou Supervisor;
- Centros VTS para os quais está qualificado;
- Períodos de afastamento do serviço superior a três meses;
- Períodos de afastamento do serviço igual ou superior a um ano;
- Resultado das avaliações anuais;
- Data de qualificação para a função de OJTI;
- Data de perda de qualificação; e
- Processo e data da requalificação.

O Gerente do VTS é o responsável pela formação e treinamento do pessoal que atua no serviço operacional, devendo adotar medidas que assegurem a manutenção do nível de competência do pessoal e identifique as suas necessidades de treinamento, de forma a proporcionar contínua atualização e desenvolvimento profissional da equipe.

Desta forma, o Gerente deverá providenciar para que todos os Operadores/Supervisores sejam submetidos a avaliações periódicas, realizadas por uma organização de treinamento credenciada ou no próprio Centro VTS, por um OJTI. No caso do VTS não possuir nenhum instrutor de VTS qualificado na sua equipe operacional, o Gerente deverá designar formalmente um Supervisor para realizar esta tarefa, até que seja providenciada a referida qualificação.

Uma vez determinada a necessidade de treinamento individual, são previstas no Curso Modelo IALA V-103/5 a realização de três tipos de reciclagem:

- Treinamento periódico (Recurrent training), que constitui na formação realizada em intervalos regulares e faz parte de um programa de formação estruturado, permitindo assim o desenvolvimento profissional contínuo e resultando na manutenção da qualificação VTS;
- Treinamento de adaptação (Adaptation training), realizado sempre que existam expectativas ou forem realizadas alterações significativas no VTS, no que diz respeito a equipamentos, prestação do serviço, regulamentos, procedimentos operacionais ou qualquer outro assunto relevante que tenha relação com a operação do serviço; e
- Atualização da formação (Updating training), realizada sempre que for detectada a necessidade de formação adicional, como por exemplo, após uma interrupção do serviço, desempenho operacional insatisfatório ou em face de circunstâncias que potencialmente possam reduzir o nível de competência do pessoal VTS.

Um integrante do Serviço Operacional do VTS perderá sua qualificação se ficar afastado do serviço por período superior a seis meses, ou em caso de ser considerado inabilitado para o desempenho das suas tarefas nas avaliações internas (conduzidas pelo Gerente) ou anuais que o Centro VTS for submetido. A perda da qualificação implica no afastamento compulsório do Serviço Operacional até que seja obtida uma requalificação.

A requalificação ocorre por avaliação de um OJTI, o qual poderá recomendar que seja realizado um novo OJT completo. Para afastamentos de um ano ou mais, a requalificação necessita de novo OJT completo, ou mesmo da realização de novo curso, a critério do Gerente do VTS. Para afastamentos por período superior a cinco anos, é obrigatória a realização de novo curso.

4. LICENÇAS

Cada Supervisor e Operador de VTS recebe uma licença conforme sua qualificação. As licenças são concedidas pelo CAMR e formalizadas por meio da Cédula de Habilitação, que são numeradas de maneira a indicar os elementos básicos de cada qualificação específica, tais como ano, mês da concessão e função, o que facilita a identificação, de acordo com o seguinte critério alfanumérico:

AAAAMMNNF, onde:
AAAA - ano da concessão;
MM - mês da concessão;
NN - número de ordem no mês; e
F - inicial da função, "S" para Supervisor e "V" para Operador de VTS.

Por exemplo: 20211101V refere-se a um Operador de VTS cuja licença foi a primeira concedida em novembro de 2021.

O cancelamento das licenças para Supervisores e Operadores de VTS será feito pelo CAMR, mediante solicitação do Centro VTS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Gerente.

5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO E TREINAMENTO

Devido às competências específicas do pessoal do VTS, as instituições de ensino e treinamento dedicadas à sua instrução devem ser previamente credenciadas, de forma a garantir a qualidade no processo de formação de pessoal compatível com os requisitos da segurança da navegação.

Para obter um Certificado de Credenciamento nacional, que permite a aplicação de cursos sobre VTS válidos para o Brasil, as instituições de ensino e treinamento deverão ter o currículo de cada curso aprovado pelo CAMR, por delegação de competência da DHN.

Para subsidiar a análise do CAMR, também deverá ser encaminhada pela instituição solicitante uma sinopse dos cursos para aprovação, de acordo com o modelo constante do Apêndice a este Anexo.

Para ministrar os cursos e treinamentos sobre VTS, a instituição de treinamento deverá fornecer informações sobre as qualificações e a experiência de seus instrutores, que deverão possuir:

- compreensão detalhada do programa de treinamento e dos objetivos de formação de cada curso ou treinamento a ser ministrado;
- qualificação para as tarefas que serão realizadas, possuindo habilitação em curso e experiência de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias atuando efetivamente como Gerente, Operador ou Supervisor em Centro VTS;
- qualificações profissionais compatíveis com os assuntos das aulas que ministrarão e com a tarefa de instrutoria;
- conhecimento sobre técnicas de instrução com utilização de simuladores, de acordo com a publicação IALA Guideline G1027 "Simulation in VTS Training";
- experiência prática e operacional no simulador que será usado na instrução; e
- treinamento e experiência na condução de cursos que utilizam métodos remotos, nos casos em que a instituição ofereça essa modalidade de ensino.

Os processos de credenciamento da instituição e aprovação de cursos serão conduzidos de acordo com a publicação Guideline IALA G1014 "On the Accreditation of VTS Training Organizations and Approval to deliver IALA Models Courses". Como parte do processo de credenciamento, será programada uma Visita Técnica de representantes do CAMR às instalações da instituição de ensino e treinamento, a fim de:

- verificar a adequabilidade das instalações para realizar as atividades propostas;
- conhecer o corpo docente e suas qualificações;
- avaliar a funcionalidade dos simuladores;
- conhecer a empresa e os cursos que serão ministrados sobre VTS; e
- presenciar uma aula teórica e prática sobre assunto previamente proposto pelo CAMR.

Sendo a instituição de ensino considerada apta para ministrar cursos de VTS no país, o CAMR emitirá o correspondente certificado em modelo próprio, em três vias, com base no exemplo constante da IALA Guideline G1014, com a indicação dos cursos permitidos. Uma cópia será entregue para a instituição de ensino, outra para o CAMR e a terceira enviada para a IALA, para publicação na página da Internet da WWA (IALA World-Wide Academy).

Caso seja do interesse da instituição de ensino e treinamento realizar cursos que sejam válidos para a operação de VTS no estrangeiro, poderá ser necessário, além do certificado nacional, receber o aval de uma Sociedade Classificadora aprovada pela IALA, cabendo à entidade escolhida a emissão do certificado correspondente.

Cada credenciamento possui uma validade de cinco anos. Para o credenciamento nacional, o CAMR manterá uma rotina de acompanhamento dos cursos realizados pela empresa sobre VTS ou, se julgado conveniente, efetuará uma visita técnica entre o segundo e o terceiro anos do credenciamento original, a fim de averiguar a manutenção da qualidade dos cursos. Para isso, a empresa deverá informar a programação de cursos de VTS e o CAMR indicará um Oficial para participar integralmente das atividades de ensino, na condição de observador.

A instituição de ensino e treinamento será responsável pelas medidas necessárias para a renovação do credenciamento, que devem iniciar três meses antes da data do seu término.

6. SIMULADORES

Os simuladores se constituem em excelente recurso para ensino de VTS, pois proporcionam constante interação, onde habilidades e competências podem ser praticadas e os alunos constantemente avaliados. Deste modo, os exercícios de simulação deverão ser incorporados aos programas de treinamento.

A simulação VTS fornece um ambiente dinâmico, que pode ser usado para treinar a operação de equipamentos, conhecimento de procedimentos, resposta a situações em desenvolvimento e resposta a emergências. O realismo e a complexidade dos exercícios devem aumentar à medida que o treinamento avança, havendo ainda a possibilidade de integrar

cenários, que raramente ocorrem, ao treinamento do simulador, com a finalidade de melhorar a prontidão para tais situações.

A IALA Guideline G1027 "Simulation in VTS training" contém informações que poderão auxiliar as instituições de treinamento sobre o planejamento e implementação de exercícios VTS em simulador.

7. CURSOS MODELO

Formar pessoal dentro dos padrões internacionais necessários ao VTS é uma tarefa que requer conhecimento específico relacionado com a atividade marítima, cuja complexidade é diretamente proporcional à sofisticação dos equipamentos e sistemas a serem empregados. De forma a contribuir para a organização dos cursos e processos voltados para a formação de pessoal do VTS, a IALA provê cursos modelo para orientar a instrução e o treinamento de VTSS e VTSO.

O propósito dos cursos modelo é auxiliar as instituições de ensino marítimo e Centros VTS a desenvolverem seus próprios cursos e treinamentos, com base em um padrão internacionalmente aceito. Não é intenção dos cursos modelo apresentarem aos instrutores um pacote de ensino fechado e rígido. Pelo contrário, sua estrutura modular permite dividi-los de acordo com a necessidade do ensino e a profundidade requerida pelo serviço, o que constitui uma boa flexibilidade.

A publicação IALA Guideline G1156 "Recruitment, training and assessment of VTS personnel" apresenta as orientações necessárias para o planejamento e execução do treinamento de pessoal VTS.

Os quadros abaixo indicam, de acordo com os Cursos Modelos correspondentes, as competências a serem perseguidas na formação do pessoal:

Quadro 1 - Competências atribuídas a um Operador de VTS

Conhecimento	Tirocínio	Avaliação	Competência
Radio VHF.	Transmitir e receber informações por meio de rádio VHF 1. Práticas e procedimentos para operador de rádio; 2. Sistemas de rádio VHF e o seu uso no VTS; 3. Operação de equipamento de rádio; e 4. Procedimentos de comunicação, incluído SAR.	Exames e avaliação de procedimentos práticos com a utilização de: 1. Equipamentos padrão;	Efetuar a radiocomunicação de forma eficiente e efetiva, de acordo com as normas e procedimentos internacionais. Processar corretamente mensagens na língua inglesa, relevantes para a Área VTS.
		2. Simulação do tráfego de comunicações, quando adequado; e 3. Equipamentos de bancada, quando adequado.	
Gestão do tráfego na Área VTS.	Noções regulamentárias 1. Normas relevantes nacionais e internacionais; 2. Implicações legais relacionadas com as funções do VTS; e 3. Certificados de segurança para navios.	Exames e avaliação de instruções práticas e OJT.	Conhecer aspectos legais relativos à Área VTS e à proteção do meio ambiente marinho.
	Ambiente do VTS 1. Padrões de Tráfego; e 2. Área VTS.	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Executar as tarefas de forma segura e eficaz.
	Monitorização e organização do tráfego Conhecimento abrangente das normas, processos, equipamentos, competências e técnicas, nacionais e internacionais, relevantes para a monitorização e a organização do tráfego de embarcações.	Exames e avaliação de treinamento em simulador e OJT para as configurações de tráfego seguintes:	Conhecer aspectos legais relativos à Área VTS e à proteção do meio ambiente marinho. Executar as tarefas de forma segura e eficaz.
		1. Off-shore; 2. Costeiro; 3. Vias de acesso e portos; e 4. Águas interiores.	
Operação de Equipamentos.	Equipamentos Básicos 1. Telecomunicações; 2. Radar; 3. Áudio/vídeo; 4.VHF/HF; e 5. Monitorização de desempenho.	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Operar os equipamentos de forma segura e eficaz e monitorar seu desempenho. Interpretar e analisar corretamente as informações obtidas dos equipamentos, consideradas suas limitações e diante das condições e circunstâncias reinantes.
Operação de Equipamentos.	Sistemas Básicos (por exemplo) 1. Computadorizado; 2. Informações de gerenciamento; 3. Acompanhamento manual; e 4. Acompanhamento radar.	Avaliação de instruções em simulador credenciado e OJT.	Operar os sistemas de forma segura e eficaz e monitorar seu desempenho. Interpretar e analisar corretamente as informações obtidas dos sistemas, consideradas suas limitações e diante das circunstâncias e condições reinantes.
	Tecnologias modernas (por exemplo) 1. ECDIS; e 2. AIS.	Avaliação de instruções em simulador credenciado e OJT.	Compreender as técnicas e operar os equipamentos de forma segura e eficaz.
Uso das Frases Padrão para as Comunicações Marítimas (SMCP) e do idioma inglês nas formas escrita e oral.	Língua inglesa Conhecimento adequado da língua inglesa para capacitar o operador a se comunicar com outros navios, com emprego das SMCP.	Exame e avaliação de instruções práticas.	Interpretar ou minutar corretamente, na língua inglesa, publicações, normas e mensagens concernentes à segurança da Área VTS, bem como relatórios escritos e verbais sobre navios e instalações em terra, relativos à Área VTS.
			Comunicações por qualquer meio são claras e compreendidas. Relatórios escritos. Comunicação oral. Capacidade de leitura.
Coordenação de Comunicações	Habilidades Gerais de Comunicação. Conhecimentos de: 1. Aspectos da comunicação interpessoal; 2. Problemas que podem bloquear ou dificultar o processo de comunicação;	Avaliação da habilidade em superar problemas de comunicação introduzidos intencionalmente em um ambiente simulado.	Ter habilidade para evitar problemas de comunicação e superar tais problemas quando surgirem.
	3. Diferença entre os aspectos verbais e não verbais da comunicação; 4. Aspectos culturais que podem dificultar um entendimento comum das mensagens trocadas.		
	Coordenar comunicações variadas entre os navegantes e os Serviços Aliados. 1. Rotina; 2. Emergência; e 3. Serviços de apoio.	Avaliação de instruções em simulador credenciado e OJT.	Ter habilidade para priorizar, retransmitir e coordenar comunicações variadas entre os navegantes e os Serviços Aliados, seja a bordo das embarcações participantes ou de instalações terrestres.
	Manutenção de registros 1. Manual 2. Eletrônico	Avaliação de instruções em simulador credenciado e OJT.	Saber manter registros precisos.
Possuir atributos pessoais especifica-mente relacionados com os deveres de um VTSO.	Gerência do tempo Demonstrar habilidade para desempenhar e priorizar tarefas múltiplas e variadas. Demonstrar iniciativa e agilidade de raciocínio ao lidar com circunstâncias inesperadas.	Avaliação de instruções em simulador credenciado e OJT.	Conduta conforme princípios e procedimentos aceitáveis estabelecidos pela Autoridade Competente interessada.
	Confiabilidade Demonstrar: 1. Pontualidade; 2. Eficácia; e 3. Capacidade de decisão.		
	Gerenciamento de estresse Demonstrar capacidade de decisão ao lidar com situações de rotina, situações de emergência, pessoas acometidas de pânico e outras circunstâncias inesperadas.		
Aplicação de conhecimen-tos de Náutica.	Utilização de Cartas Náuticas - Conhecimento e a habilidade de usar Cartas Náuticas e publicações afins. 1. Informações e terminologia cartográfica; 2. Plotar posições nas cartas;	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT utilizando catálogos de cartas, cartas e publicações náuticas.	Obter informações relevantes das cartas e publicações náuticas, interpretá-las corretamente e aplicá-las com propriedade. Utilizar adequadamente os recursos para o trabalho com
	3. Rumos verdadeiros e magnéticos; 4.Cálculos de Direção/velocidade/ distância/tempo; 5. Marés e correntes; 6. Padrões de tráfego; e 7. Correção de cartas e publicações.		Cartas Náuticas e efetuar plotagens de fácil interpretação, coerentes com os padrões em vigor. Os cálculos e as medidas dos dados de navegação são precisos.
	Regulamento de abalroamentos. Entender o conteúdo, aplicação e propósito do RIPEAM.	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Saber aplicar as normas relevantes para uma Área VTS.
	Auxílios à Navegação Conhecimento dos vários tipos de balizamento flutuante e sistemas de auxílio eletrônico à navegação.	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Conhecer a influência dos auxílios à navegação no fluxo de tráfego em uma Área VTS.
	Equipamentos de Navegação Conhecimento básico dos equipamentos de navegação de bordo e recursos eletrônicos de navegação (Radar, agulhas, ECDIS, etc.).	Avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Conhecer a influência dos auxílios à navegação no fluxo de tráfego em uma Área VTS.

	Conhecimento de Bordo Noções básicas de: 1.Terminologia de bordo; 2.Diferentes tipos de navios e carga, inclusive códigos de material perigoso;	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Ter noção básica do projeto de navios e como as condições meteorológicas e hidrográficas podem influenciar o fluxo de tráfego dentro de uma Área VTS.
	3. Estabilidade de navios; 4. Sistemas de propulsão; 5. Forças externas; e 6. Procedimento de passadiço.		
	Operações de Porto Conhecimento das operações do porto. Conhecimento e habilidade para coordenar informações relativas a: 1.Praticagem; 2. Planos de contingência;	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Assimilar todas as informações relevantes para as operações do porto e para os Serviços Aliados que podem influenciar o fluxo de tráfego dentro de uma Área VTS.
	3. Segurança; 4. Rebocadores e reboque; 5. Agentes marítimos; e 6. Outros Serviços Aliados.		
Resposta a situações de emergência	Resposta a planos de contingência Conhecimento das normas nacionais aplicáveis relativas a acidentes, prevenção de poluição e outras circunstâncias especiais e demonstrar habilidade para: 1. Priorizar e responder a situações;	Avaliação de instruções em simulador credenciado e OJT.	Identificar corretamente o tipo e a escala da emergência. Ativar o plano de contingência adequado. As ações empreendidas asseguram a proteção da Área VTS e, na medida do possível, mantêm um fluxo seguro do tráfego marítimo.
	2. Iniciar procedimentos de alerta; 3. Coordenar com Serviços Aliados; e 4. Gravar as atividades enquanto continua a manter as vias navegáveis seguras em todos os aspectos.		

Quadro 2 - Competências atribuídas a um Supervisor de VTS

Conhecimento	Tirocínio	Avaliação	Competência
Conhecimento legal	Geral Conhecimento sólido sobre: 1. Responsabilidades legais e suas implicações; 2. Certificados de segurança de navios; e 3. Leis e regulamentos.	Exames e avaliação da instrução.	Tomar ações e seguir procedimentos em conformidade com os aspectos legais, dentro do contexto de operação do VTS. Conhecer e utilizar os recursos de aconselhamento disponíveis.
Aplicação de conhecimen-tos de Náutica.	Trabalho em carta/ publicações Verificar se: 1. Todas as cartas e publicações estão atualizadas, de forma tempestiva e precisa, com coletânea completa da documentação relevante;	Exames e avaliação do desempenho em simulador credenciado e OJT.	Interpretar as alterações corretamente e implementá-las com a devida presteza, assim que recebidas. Identificar com tempestividade o mau funcionamento de um auxílio à navegação na área.
	2. As alterações de dados em uso no VTS são registradas com precisão; 3. Os auxílios à navegação na Área VTS estão funcionando dentro de parâmetros normais.		
	Organizações Marítimas Conhecer as organizações marítimas relacionadas com a navegação e sua área de atuação.	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Conhecer e compreender as responsabilidades e atividades das organizações.
	Gerenciamento do Porto Conhecimento sólido das operações do porto e habilidade para coordenar informações relativas a: 1. Praticagem; 2. Planos de contingência;	Exames e avaliação de instruções práticas, em simulador credenciado e OJT.	Conhecer as responsabilidades e atividades relativas aos Serviços Aliados. Compreender e aplicar os métodos pelos quais as ligações com cada um dos Serviços Aliados podem ser feitas.
	3. Segurança; 4. Rebocadores e reboque; 5. Agentes marítimos; e 6. Outros Serviços Aliados.		
Resposta a situações de emergência	Implementar planos de contingência relacionados com acidentes, poluição e circunstâncias especiais Ter conhecimento sobre: .	Avaliação do desempenho em simulador credenciado e OJT.	Tomar ações em situações de emergência de acordo com o previsto nos planos de contingência aprovados.
	1. Procedimentos pré-determinados relativos a situações de emergências e a coordenação para sua implementação; 2. A Disponibilidade de recursos adicionais e as circunstâncias em que devem ser empregados;		
	3. As circunstâncias em que pode haver delegação de competência; e 4. Exercícios de treinamentos relativos a situações de emergência		
Possuir certos atributos pessoais especificamente relacionados com os deveres de um Supervisor de VTS.	Gerenciamento de Quarto Demonstrar habilidade para: 1. Efetivar procedimentos para o trabalho de equipe; 2. Administrar e organizar programas de trabalho; e 3. Gerenciar um quarto do VTS.	Avaliação do desempenho em simulador credenciado e OJT.	Conduta conforme princípios e procedimentos aceitáveis estabelecidos pela Autoridade Competente interessada.
	Gerenciamento de estresse Conhecimento eficaz das técnicas de gerenciamento de estresse.	Avaliação do desempenho em simulador credenciado e OJT.	Conduta conforme princípios e procedimentos aceitáveis estabelecidos pela Autoridade Competente interessada.

APÊNDICE I AO ANEXO D
MODELO DE SINOPSE DE CURSO VTS
CABEÇALHO / LOGOTIPO / NOME PROPONENTE
CURSO DE (FORMAÇÃO DE OPERADOR VTS, SUPERVISOR VTS) ou,
TREINAMENTO EM SERVIÇO PARA (OPERADOR OU SUPERVISOR VTS) - ON THE JOB TRAINING.
SIGLA: (VTSO, VTSO-SUP, OJT ...)
SINOPSE GERAL DO CURSO

DURAÇÃO: ___ *(DIAS/MESES/ANOS)* CARGA HORÁRIA TOTAL: ____ (*HORAS)*

1. PROPÓSITO(S) GERAL (AIS) DO CURSO / TREINAMENTO
Exemplos que poderão ser incluídos na proposta, a critério da empresa proponente:
a) Habilitar o aluno para exercer as funções de (Operador VTS, Supervisor VTS, outros...), de acordo com as (citar as normas de referências: Cursos Modelo IALA, NORMAM-26/DHN e outras julgadas pertinentes);
b) Capacitar para o exercício de atividades operacionais, em Centros VTS; e
c) Desenvolver competências e habilidades, a fim de atuar (citar onde o aluno atuará) e para a tomada de decisões (completar o texto se julgar necessário).
(Incluir outros julgados pertinentes).
2. DIRETRIZES GERAIS DO CURSO
Exemplos que poderão ser incluídos na proposta, a critério da empresa proponente:
a) O curso será realizado em (citar os locais previstos para realização do curso - empresa, administrações portuárias, centros de formação etc) ou em outro local apropriado de interesse do cliente;
b) Utilização de recursos de simuladores nas atividades práticas (descrever como serão os simuladores que serão utilizados no curso (portáteis, centros de ensino etc);
c) Requisitos para inscrição e matrícula;
d) Composição da turma;
e) Admissão no curso;
f) Formação acadêmica necessária para o acompanhamento do curso;
g) Exigências referentes à saúde física e mental;
h) O tempo de cada aula será de ___ (horas/minutos) em sala de aula, ___ (horas/minutos) em simulador e o número máximo de horas-aula diárias deverá ser de ____ (incluir a quantidade);
i) A duração do curso é função do rendimento dos alunos nas diversas tarefas propostas... (completar o texto com informações de interesse, caso julgado conveniente);
j) Procedimento em caso de desistência, faltas por motivo de saúde ou força maior; e
(Incluir outras observações julgadas pertinentes).
O ensino deverá ser desenvolvido por meio das seguintes técnicas de ensino: (Citar as técnicas utilizadas).
Exemplos que poderão ser incluídos na proposta, a critério da empresa proponente:
a) Aula expositiva;
b) Aula prática;
c) Aula em simulador;
d) Discussão dirigida;
e) Estudo de caso;
f) Trabalho em grupo; e
g) Visitas técnicas, sempre que possível.
(Incluir outras julgadas pertinentes).

Exemplos que poderão ser incluídos na proposta, a critério da empresa proponente:
a) A frequência às aulas e às demais atividades programadas são obrigatórias;
b) O aluno deverá obter (incluir percentual) % de frequência no total das aulas, para cada disciplina, e (incluir percentual) % de frequência no total das aulas ministradas no curso; e
c) Para efeito das alíneas descritas acima, será considerada falta: o não comparecimento às aulas, o atraso superior a 10 minutos após o início de qualquer atividade programada ou a saída não autorizada durante o seu desenvolvimento.
(Incluir outras observações julgadas pertinentes).
2.1. QUANTO À AFERIÇÃO DO APROVEITAMENTO
Deverão ser atendidos os parâmetros estabelecidos na publicação IALA Model Course V-103/ (complemento relativo ao curso a ser realizado) e item 4 do Anexo E desta norma, quanto às competências a serem perseguidas na formação de pessoal, de acordo com a função a ser exercida no VTS.
Exemplos que poderão ser incluídos na proposta, a critério da empresa proponente:
a) Sistemática de avaliação das disciplinas;
b) A aprendizagem do aluno será aferida por meio de ... (provas, trabalhos e do desempenho nas tarefas executadas);
c) Será considerado aprovado no (curso, disciplina, estágio, treinamento) o aluno que obtiver avaliação (citar segundo os critérios definidos pela empresa proponente para avaliação);
d) Procedimento em caso de reprovação por falta de aproveitamento;
e) Procedimento em caso de reprovação por baixa frequência às aulas; e
f) O aluno que alcançar aprovação no (curso, estágio, treinamento) e obtiver frequência mínima exigida receberá o respectivo certificado de conclusão, em cumprimento ao Anexo E desta norma.
(Incluir outras observações julgadas pertinentes).
2.2. CREDENCIAMENTO DO CURSO
Citar o "status" das providências necessárias para o cumprimento dos procedimentos regulamentares visando a aprovação do curso pelo CAMR, de acordo com esta norma.
Exemplos que poderão ser incluídos na proposta:
a) Corpo docente com instrutores habilitados e com experiência no trabalho em Centro VTS, estando aptos para ministrar aulas sobre o assunto; e
b) Prontificação das instalações nas quais será ministrado o curso para receber visita técnica do CAMR, visando atestar a adequabilidade das instalações, qualificação de instrutores e recursos de ensino.
(Incluir outros julgados pertinentes).
3. (DISCIPLINAS/MÓDULOS) E CARGAS HORÁRIAS

DISCIPLINAS/MÓDULOS		CARGAS HORÁRIAS
Citar os assuntos que serão ministrados no *(curso, estágio, treinamento)*, baseados nos Cursos Modelo constantes da publicação IALA V-103 *(1, 2, 3, 4 e/ou 5, de acordo com o pleito da proponente)* e NORMAM-26/DHN, quanto às competências a serem perseguidas na formação do pessoal VTS.		*(Citar as Cargas Horárias para cada assunto a ser ministrado)*.

CARGA HORÁRIA TEORIA_____ HORAS
ATIVIDADES PRÁTICAS EM SIMULADOR_____ HORAS
TEMPO RESERVA (SE HOUVER)_____ HORAS
CARGA HORÁRIA TOTAL_____ HORAS
4. OUTROS ASSUNTOS PERTINENTES JULGADOS DE INTERESSE PELO PROPONENTE.

ANEXO E

PROCEDIMENTOS PARA O SERVIÇO E OPERAÇÃO DE UM VTS
1. SERVIÇO OPERACIONAL
A disponibilidade de pessoal qualificado para preencher as Posições Operacionais é essencial para a operação segura de um VTS. Isto está diretamente relacionado com o serviço que o VTS pretende oferecer e tem influência no número de turnos diários e na capacitação do pessoal. O número de Posições Operacionais por turno também dependerá de fatores como:
- Procedimentos operacionais;
- Nível de interação com os Serviços Aliados ou Centros de VTS vizinhos;
- Tecnologia e equipamentos disponíveis;
- Volume de comunicações;
- Incidentes, acidentes e outras emergências;
- Ambiente físico de trabalho;
- Volume do tráfego; e
- Complexidade do esquema de tráfego associado à Área VTS.

Um extenso conjunto de procedimentos operacionais contribui para aumentar a carga de trabalho de um VTSO, mas o Gerente do VTS deve ter atenção para não simplificar demais tais procedimentos, que são importantes para a uniformização do Serviço Operacional. Da mesma forma, apesar da cooperação com Serviços Aliados ou Centros VTS vizinhos contribuir para aumentar a segurança e a eficiência do serviço de tráfego, isso representará acréscimo na carga de trabalho e eventual distração por parte dos VTSO nas suas responsabilidades primárias. Nesse caso, a inclusão de um Supervisor, com a incumbência adicional de gerenciar esse tipo de contato, poderia representar uma solução.

A tecnologia e os equipamentos utilizados no serviço podem ter impacto tanto positivo quanto negativo na carga de trabalho. A complexidade e a sofisticação dos softwares e equipamentos que compõem os modernos sistemas usados no Centro VTS podem requerer altos níveis de atenção e concentração por parte da Equipe Operacional, especialmente quando novos sistemas ou modernizações são instalados, o que pode causar estresse ou redução no período de duração de um turno. Não obstante, o grau de automação das funções de aquisição e acompanhamento de alvos, registro, gravação de dados, análise de conflito de tráfego, alarme para desvios de rotas, etc., permite ao VTSO gerenciar um volume de tráfego muito maior sem sobrecarga, o que contribui para redução das Posições Operacionais em um dado turno do Serviço Operacional.

As comunicações terra/navio são um elemento essencial do VTS, mas cada comunicação gerada demanda tempo, interpretações e ações por parte do VTSO, o que pode gerar eventual sobrecarga de trabalho. O Gerente do VTS deve considerar esse aspecto ao elaborar os procedimentos para os navegantes e selecionar os pontos de notificação, na tentativa de buscar um equilíbrio entre as trocas de informações importantes e as dispensáveis. A redução no tráfego rádio pode ser obtida pela introdução de procedimentos escritos, conforme prescrito pela IMO e pela UIT, que são mais fáceis de entender e reduzem as dificuldades relacionadas com insuficiente proficiência na língua inglesa, tanto dos VTSO quanto dos navegantes. Todavia, compor mensagens em texto consome mais tempo, o que influencia a carga de trabalho dos VTSO e deve ser levado em conta pelo Gerente do VTS.

Outro aspecto relativo às comunicações exteriores diz respeito à utilização de telefones. Devido à natureza do VTS e das informações de que dispõe, diante da necessidade e interesse dos Serviços Aliados e outros usuários, pode haver um significativo afluxo de ligações telefônicas, rotineiras ou em situações especiais, que irão contribuir para a distração e aumento da carga de trabalho dos VTSO. Assim sendo, o Gerente do VTS deve adotar procedimentos específicos com relação à utilização de telefones no Centro VTS, com vistas a aumentar a eficiência do Serviço Operacional, ou considerar o acréscimo de uma Posição Operacional (possivelmente um Supervisor) para cuidar desse tipo de contato.

O risco de ocorrerem incidentes, acidentes e outras emergências é algo sempre presente e que pode causar sobrecarga de trabalho, dependendo da hora da ocorrência e da seriedade do evento. A existência de planos de contingência pode facilitar o gerenciamento da situação, mesmo podendo ocorrer circunstâncias não previstas que irão exigir uma boa dose de iniciativa por parte dos VTSO. O Gerente do VTS deve considerar a adequabilidade de introduzir um Supervisor nos horários de maior tráfego ou em situações especiais antevistas, de forma a facilitar a transição da operação de rotina para a operação de emergência, sem descuidar dos demais navegantes dentro da Área VTS.

A duração de um turno do Serviço Operacional também pode ser limitada pelo ambiente físico de trabalho, que inclui fatores ergonômicos relacionados com temperatura, ventilação, iluminação, dimensões da sala (torre), adaptabilidade das estações de trabalho e assentos para o pessoal. A constante observação das telas do sistema pode causar fadiga visual e estresse, o que, associado à necessidade de manter elevados níveis de atenção e concentração por longos períodos, eventualmente conduz a situações críticas onde o erro humano torna-se mais provável. Pelo mesmo motivo é importante minimizar o ruído e outras potenciais distrações dentro do Centro VTS.

De posse das considerações acima, o Gerente do VTS determinará os turnos do Serviço Operacional diário, em função da carga de trabalho das Posições Operacionais, do horário de funcionamento do Serviço Operacional e das características do local. Na elaboração da escala de serviço para os VTSO e VTSS, deverá ser observado o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais disposições legais existentes, sendo desejável a realização de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com o pessoal VTS.

A composição das Equipes Operacionais deve procurar mesclar, na medida do possível, os VTSO novos com os de maior experiência. Nos casos de haver somente um VTSO por turno, os menos experientes devem ser escalados, preferencialmente, nos horários de menor movimento. Os VTSO em período de adaptação e aprendizado no serviço (OJT) não são considerados aptos para o Serviço Operacional e sua participação é restrita à instrução. Férias, licenças e outros afastamentos do serviço devem ser levados em conta na organização das escalas de serviço, sendo indispensável que o Gerente do VTS elabore um plano de férias e licenças, a fim de que o efetivo permaneça equilibrado durante o transcorrer do ano.

Por fim, o Gerente do VTS também deverá estar atento aos tipos de estresse relacionados com cargas de trabalho muito altas ou muito baixas, que podem afetar a eficiência do serviço, a segurança operacional, a saúde e a motivação do pessoal. Ao passo em que cargas de trabalho muito altas podem causar efeitos mais facilmente compreensíveis, como fadiga e irritabilidade, as cargas de trabalho muito baixas, ocasionadas por excesso de pessoal, podem levar a longos períodos de inatividade com consequente monotonia, aborrecimento, desatenção e reduzida oportunidade para um indivíduo desenvolver suas habilidades profissionais. Tais circunstâncias podem levar a atitudes indesejáveis dentro do contexto do VTS e devem ser observadas na elaboração das escalas do Serviço Operacional.

2. POSIÇÕES OPERACIONAIS E VOLUME DO TRÁFEGO
Comparativamente com as velocidades desenvolvidas pelos veículos terrestres e aeronaves, as velocidades no mar são baixas e podem parecer de fácil controle. Contudo, a dificuldade no mar está em vencer a inércia das embarcações com os limitados recursos de frenagem e manobra. Na navegação em águas restritas uma embarcação pode cobrir 300 metros razoavelmente em um minuto, o que representa uma grande distância para as passagens estreitas, para cruzamentos em áreas de precaução, para situações de conflito de tráfego (rumo de colisão), ou quando ocorre algum desvio não programado de rota. Um VTSO atento pode contribuir de forma decisiva para evitar um acidente, que é o escopo do VTS, mas desde que não esteja de tal forma sobrecarregado que não consiga perceber o desenvolvimento de risco para a segurança da navegação dentro do quadro geral do tráfego.

É certo que os softwares de gerenciamento dos VTS possuem facilidades de acompanhamento e alarme que facilitam muito a vigília do VTSO e permitem antecipar problemas com a devida antecedência, mas os sistemas possuem suas limitações, principalmente em situações de grande densidade de tráfego, onde os critérios de alarme podem estar amenizados. A atenção e a concentração do VTSO permanecem inestimáveis para o bom andamento do Serviço Operacional e algo que eventualmente causa distração, apesar de ser um componente essencial do serviço, são as comunicações, sendo, em última análise, o gargalo que limitará o número de embarcações que um VTSO pode gerenciar em um determinado tempo, considerando-se a estimativa de troca de informações esperada com os usuários.

Para estabelecer um critério relativo a volume de tráfego, é necessário conhecer os conceitos de Horas de Pico, Movimento Médio das Horas de Pico e Instantes de Pico. No transcorrer das atividades marítimas dentro de uma Área VTS haverá momentos do dia com um significativo incremento no movimento de embarcações, como no caso do transporte de passageiros para o trabalho nos períodos matutino e vespertino. Nesses casos, haverá um pico de tráfego, sendo necessário identificar as horas do dia em que isso acontece. Tais horas são denominadas Horas de Pico (HP), que são as de maior volume de tráfego em um dia. As embarcações consideradas nessa estimativa são apenas as de participação obrigatória, para as quais existe expectativa de troca de comunicações.

As Posições Operacionais serão alocadas em número suficiente para fazer face às HP, quando todas as posições estarão ativadas. No entanto, a quantidade de embarcações pode variar muito de uma HP para outra, o que torna necessário estabelecer um valor médio, denominado Movimento Médio das Horas de Pico (MHP), que é a média das HP com maior volume de tráfego. O MHP não deve ser limitado apenas para os casos de embarcações que se cruzam ou navegam próximas, uma vez que aquelas mais afastadas também podem solicitar algum serviço do VTS e ocupar o VTSO em atendê-las. O MHP pode ter base semanal ou mensal, a critério do Gerente do VTS, e pode ter influência na duração dos turnos do Serviço Operacional.

A noção de MHP permite estabelecer uma grandeza para o número de embarcações, que podem ser objeto de controle simultâneo por uma Posição Operacional em um período de tempo considerado, no caso de uma hora. O MHP é, contudo, um número relativo. No caso de um setor em que a maioria do tráfego acompanha um plano esquemático simples, a capacidade do VTSO será consideravelmente superior àquela de um setor que possui vários pontos de notificação, pontos de cruzamento das vias navegáveis e outras Áreas de Precaução. As complexidades particulares de cada área devem ser avaliadas pelos respectivos Gerentes de VTS, para determinar o número máximo de embarcações que seus VTSO podem monitorar.

O terceiro conceito, o de Instantes de Pico (IP), está relacionado com o eventual acúmulo de tráfego em um curto intervalo de tempo. Um IP pode ocorrer a qualquer hora do dia, sendo o mais provável em uma HP. O que caracteriza um IP é a solicitação do VTS por várias embarcações simultaneamente, o que gerará uma sobrecarga momentânea para o VTSO. Atender vários usuários ao mesmo tempo, com diferentes necessidades e condições de navegação, pode gerar confusão para o VTSO e levá-lo a prestar uma indicação errada ou não perceber a evolução de uma situação de risco. O Gerente do VTS deve prever procedimentos específicos para lidar com IP.

O Gerente do VTS deverá estabelecer o número de VTSO por turno do Serviço Operacional, em função da duração do turno e do MHP, para operação de rotina de planos esquemáticos de tráfego simples. O preenchimento da posição de Supervisor é opcional, podendo também ser ocupada em horário de turno diferenciado, a critério do Gerente.

A publicação IALA Guideline G1045 "Staffing Levels at VTS Centres" auxilia os Gerentes dos VTS no planejamento das necessidades de pessoal e estabelecimento dos turnos de serviço, considerando as demandas trabalhistas, qualificações exigidas para o serviço e necessidade de pausas para descanso.

3. RESPONSABILIDADE DE OPERAÇÃO

A função chave na operação de um VTS é exercida pelo VTSO, que possui as seguintes responsabilidades:

- Monitorar continuamente a imagem do tráfego com todos os sensores disponíveis na Área VTS;
- Manter comunicação com as embarcações na Área VTS, com emprego de todos os recursos disponíveis;
- Operar os equipamentos do Centro VTS para comunicações, coleta e análise de dados e formação da imagem do tráfego;
- Prover as informações necessárias para auxiliar uma embarcação em dificuldade de navegação ou meteorológica, ou no caso de defeitos ou deficiências;
- Manter comunicação com os Serviços Aliados e outras agências conforme o caso;
- Agir adequadamente em situações de emergência e contribuir na coordenação dos esforços;
- Certificar-se de que os Procedimentos Operacionais (SOP) e outras normas em vigor, relevantes para as vias navegáveis, sejam corretamente observados; e
- Manter o registro de todos incidentes e acidentes relacionados com o VTS que ocorram durante seu quarto de serviço.

O VTSS é responsável por assistir, gerenciar e coordenar as atividades dos Operadores e estar em condições de assumir a Posição Operacional de um VTSO, em caso de necessidade. Em concomitância, um Supervisor também possui as seguintes responsabilidades:

- Certificar-se de que o Serviço Operacional no seu quarto esteja à altura das exigências dos usuários e do Gerente do VTS;
- Certificar-se de que existe coordenação adequada entre o VTS e os Serviços Aliados e de emergência;
- Certificar-se de que seja mantido um registro de todos incidentes e acidentes relacionados com o VTS que ocorram durante seu quarto de serviço;
- Assistir no treinamento e avaliar os VTSO conforme estipulado pelo Gerente do VTS; e
- Executar as tarefas administrativas diretamente relacionadas com o serviço, em contribuição com o Gerente do VTS.

Poderá haver situações em que o Gerente do VTS considere necessária a contratação de um profissional para cuidar de aspectos administrativos, sem ligação direta com o Serviço Operacional. Nessas circunstâncias, não é necessário que esse profissional possua as mesmas qualificações técnicas de um Supervisor ou Operador, mas é adequado que conheça as necessidades básicas dos usuários e das Equipes Operacionais. Assim sendo, além de estar familiarizado com os princípios de operação do seu VTS, poderão ser atribuídas ao profissional contratado as seguintes responsabilidades que, na sua ausência, cabem ao Gerente do VTS:

- Certificar-se de que o propósito e os objetivos do VTS sejam alcançados;
- Certificar-se de que o Serviço Operacional seja executado em conformidade com as normas em vigor, regulamentos e legislação pertinente;
- Gerenciar e coordenar recursos humanos, tecnológicos e financeiros;
- Certificar-se de que o pessoal componente das Equipes Operacionais esteja qualificado e treinado para o serviço prestado pelo VTS e em conformidade com os padrões estabelecidos pela Autoridade Marítima e pelo Gerente do VTS;
- Certificar-se de que o padrão de qualidade do VTS seja mantido;
- Estar atento ao contínuo desenvolvimento do Centro VTS;
- Contribuir para o planejamento e desenvolvimento de procedimentos de emergência no contexto do VTS;
- Certificar-se de que todos os procedimentos operacionais em vigor sejam revistos e atualizados conforme necessário;
- Desenvolver e manter um bom relacionamento com o público de forma geral; e
- Certificar-se de que os dispositivos de gravação de dados dos sistemas estejam funcionando corretamente.

Um VTS deverá possuir, pelo menos, 1 (um) OJTI, responsável por gerenciar e coordenar o OJT para as Equipes Operacionais. Nos casos em que não houver um instrutor formalmente constituído, as tarefas de OJT podem recair interinamente para um Supervisor ou Operador que possua a necessária habilidade e conhecimento das técnicas de ensino adequadas, conforme a Recomendação IALA R0103 - "On Standards for Training and Certification of VTS Personnel" e Curso Modelo IALA V-103/4 - "VTS On-the-Job Training Instructor". São responsabilidades do OJTI:

- Preparar e ministrar um programa de OJT compatível com as qualificações exigidas pelo seu VTS;
- Rever e atualizar o conteúdo do programa de OJT;
- Adaptar o programa de OJT de acordo com as habilidades do pessoal em treinamento;
- Monitorar, avaliar e registrar continuamente o progresso de seus alunos;
- Prover as informações necessárias sobre o pessoal em treinamento para o Gerente do VTS ou para os Supervisores responsáveis;
- Relatar para o Gerente do VTS, ou para os Supervisores responsáveis, as deficiências pré-OJT que identificar no pessoal em treinamento; e
- Assessorar o Gerente do VTS na identificação das necessidades, planejamento e condução do processo de revalidação do pessoal.

Uma responsabilidade especial para Operadores e Supervisores está relacionada com a passagem do serviço de um quarto para o seguinte (passagem de quarto), ou quando da reassunção do serviço em VTS que não opere por 24 horas. O Gerente do VTS deve estabelecer procedimentos formais para essas situações em que devam constar, pelo menos, informações sobre:

- Horários de passagem de quarto e de encerrar e reassumir o serviço;
- Procedimentos de aviso aos usuários antes de encerrar e após reassumir o serviço;
- Método de documentar a passagem de quarto ou reassunção do serviço;
- Situação atual do tráfego;
- Desenvolvimentos esperados na situação do tráfego;
- Atividades especiais em andamento como SAR, operações militares, incidentes, regatas e outras;
- Condições ambientais;
- Desempenho e disponibilidade dos equipamentos;
- Condição dos Serviços Aliados, no que couber; e
- Disponibilidade de pessoal, para o caso de emergências.

Da mesma forma, pode haver situações em que seja importante monitorar uma embarcação continuamente, pela característica de sua carga, por questões de segurança ou por necessidade de assistência. Os procedimentos para a transferência de tais embarcações entre subáreas adjacentes devem ser bem definidos e constar pelo menos de:

- Troca de comunicações e entendimento mútuo por parte dos VTSO;
- Informações relevantes sobre a embarcação transferida que devam ser do conhecimento do VTSO que recebe; e
- Método de documentar a transferência da embarcação.

4. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

A IALA Guideline G1141 "Operational procedures for Vessel Traffic Services" descreve processos e procedimentos, para auxiliar os Gerentes dos VTS na elaboração dos documentos que regulam o funcionamento do VTS e sua interação com usuários, com o objetivo de:

- Fornecer informações oportunas e relevantes sobre fatores que podem influenciar os movimentos da embarcação e auxiliar na tomada de decisões a bordo;
- Monitorar e gerenciar o tráfego de embarcações, para garantir a segurança e a eficiência da navegação na Área VTS; e
- Responder ao desenvolvimento de situações inseguras.
- Garantir que o VTS opere de acordo com as convenções internacionais relevantes e instrumentos da IMO, publicações da IALA e legislação nacional; e
- Definir objetivos operacionais para o VTS que sejam consistentes com a melhoria da segurança e eficiência do tráfego de embarcações e proteção do meio ambiente.

Existe uma distinção entre os procedimentos conforme sejam internos ou externos. Os procedimentos internos (SOP) não dizem respeito ao público e tratam basicamente da operação de sistemas e sensores orgânicos do Centro VTS e do gerenciamento dos dados (gravação, reprodução, armazenamento e outros). Os SOP devem ser definidos com clareza e constar de um manual disponível para todo pessoal de serviço, que deve ser revisto e atualizado regularmente para evitar anacronismos. Os procedimentos externos tratam da interação do VTS com as embarcações participantes e Serviços Aliados, sendo aqueles que interessam aos usuários.

Para auxiliar em uma abordagem comum e consistente para a elaboração de SOP e contribuir para a padronização das comunicações, foi desenvolvida uma terminologia chave para utilização pelo setor marítimo, que inclui:

- Mensagens Orientadas para o Resultado;
- Frases Padrão; e
- Mensagens Tipo e Indicadores de Mensagem.

4.1. Mensagens Orientadas para o Resultado

Um dos princípios fundamentais nas comunicações do VTS é que as instruções devam ser "orientadas para o resultado" ou para o "efeito desejado", sem interferir na execução da manobra ou sugerir "ações a empreender". A indicação de rumos, regime de máquinas, ou qualquer outro aspecto relacionado com a manobra e a segurança da embarcação permanecem sob a inalienável responsabilidade do seu Comandante/Mestre e do Prático embarcado. A formação e treinamento dos VTSO devem refletir esse requisito, de forma que haja o correto entendimento por parte de todos os envolvidos e a necessária padronização de procedimentos.

Uma possível exceção poderá ocorrer nas situações em que o VTSO estiver prestando auxílio para uma embarcação em dificuldade de navegação ou emergência meteorológica, o que requer a elaboração de um SOP especial para definir as circunstâncias em que isso poderá ocorrer e como deverá ser prestado o apoio necessário. É recomendável que esse tipo de instrução, na forma de "ações a empreender", só seja prestado por solicitação expressa e inequívoca do navegante. Nos casos em que o VTSO julgue necessário intervir, por imperativo da segurança da navegação, as instruções devem permanecer do tipo "efeito desejado".

4.2. Frases Padrão

Outro aspecto fundamental do VTS está relacionado com as comunicações e com a necessidade de fazê-las claras, concisas e de acordo com procedimentos padronizados, de forma a reduzir o risco de mal-entendidos e a carga de trabalho dos VTSO. O Gerente do VTS deve ter em mente que haverá ocasiões em que, por deficiência de conhecimento da língua inglesa, por uma ou por todas as partes envolvidas na troca de mensagens, a utilização de frases padrão contribuirá de forma significativa para a eficácia das comunicações e para o propósito do VTS.

A Resolução IMO A.918(22) "Standard Marine Communications Phrases (SMCP)" estabelece uma fraseologia padrão que, sempre que possível, deve ser utilizada, pois simplificam as comunicações e reduzem o tempo para a troca de informações. No entanto, o Gerente do VTS e os VTSO devem estar conscientes de que nem todas as embarcações participantes são versadas nesse tipo de fraseologia. A utilização de outros recursos para a troca de informações com o navegante, como o VHF/DSC (Chamada Seletiva Digital) e o AIS, pode contribuir para reduzir a carga de trabalho.

4.3. Mensagens Tipo e Indicadores de Mensagem

As Mensagens Tipo foram criadas para facilitar a troca de comunicações navio/terra e vice-versa em um ambiente VTS. Existem sete Mensagens Tipo que podem ser utilizadas no VTS e para cada uma corresponde um Indicador de Mensagem, conforme o quadro abaixo:

Information/ Informação	*Warning*/ Alerta	*Advice*/ Recomendação	*Instruction*/ Instrução
Question/ Pergunta	*Answer*/ Resposta	*Request*/ Solicitação	

Quadro 1 - Indicadores de Mensagem

A Mensagem Tipo deve ser iniciada pelo indicador correspondente, o que aumenta a probabilidade da mensagem ser corretamente compreendida. Nos casos em que o VTSO tiver certeza de que seu interlocutor é versado na língua portuguesa (comunicação com práticos), então os indicadores poderão ser falados em português, caso contrário, deverão ser utilizados os indicadores somente em inglês. Não é recomendável a prática de usar os indicadores em inglês e, na sequência, repeti-los em português. Cabe ao Gerente do VTS coordenar com os Serviços Aliados a utilização dessas mensagens no âmbito das operações portuárias, principalmente com a praticagem local.

Exemplos de Mensagens Tipo:

1) "INSTRUCTION - Vessel "No Name" do not cross the fairway";

2) "QUESTION - Vessel "No Draft" what is your present maximum draft?";

3) "ANSWER - My present maximum draft is zero seven meters"; e

4) "SOLICITAÇÃO - Por favor, permaneça atento neste canal".

4.4. Comunicação por AIS

Para as embarcações de participação obrigatória, por estarem equipadas com equipamentos de AIS (A ou B), a transmissão de certos tipos de mensagem pode ser feita por esse sistema. O trâmite de informações por AIS deve ser objeto de SOP específico, que oriente os VTSO para as ocasiões em que devam fazer uso desse recurso, em face das limitações existentes. O Gerente do VTS deve considerar que a utilização dessas mensagens leva uma ocupação adicional do VDL (Enlace de Dados VHF), o que pode prejudicar a função primária do AIS de identificação e acompanhamento de navios.

As comunicações por AIS utilizam três tipos básicos de mensagens:

- Mensagens Curtas Relativas à Segurança (Short safety-related messages);
- Mensagens Binárias (Binary messages); e
- Mensagens Alvos VTS ou Rastro VTS (VTS Targets message ou VTS Footprint).

As Mensagens Curtas Relativas à Segurança são mensagens de texto livre, em inglês, destinadas a um MMSI, ou transmitidas para todas as embarcações na área. Seu contexto deve estar relacionado com a segurança da navegação e devem ser tão curtas quanto possível. O limite máximo de caracteres dessas mensagens pode variar entre 158 e 162.

Não obstante, deve ser considerado, por motivo de precaução, que nem todos os usuários tenham lido as mensagens assim transmitidas, visto que não possuem recibo, o que constitui a sua limitação. Seu melhor emprego é como aviso geral, ou repetição de aviso aos navegantes, com retransmissão em intervalo de tempo definido por SOP, que também podem estipular as situações em que seja permitida a transmissão em português.

Mensagens Binárias são as mensagens de AIS de números 6 a 8 e são relativas a:

- Dados meteoceanográficos;
- Indicação de carga perigosa;
- Via navegável fechada;
- Janelas de maré;
- Dados extras relativos à mensagem estática e relativa à viagem;
- Número de pessoas a bordo; e
- Falsos alvos AIS.

A Recomendação IALA R0126 (A-126) "The Use of the Automatic Identification System (AIS) in Marine Aids to Navigation Service" apresenta maiores detalhes sobre o emprego das mensagens binárias.

4.5. Procedimentos especiais e em emergência

O Gerente do VTS pode elaborar SOP para emergências e para situações especiais que fogem à rotina, mas que fazem parte do contexto de operação do VTS, de forma a propiciar aos VTSO os elementos necessários para reagir com presteza e eficiência diante do inusitado.

Algumas dessas situações são listadas a seguir com algumas ações sugeridas:

a) Colisão, Abalroamento, Naufrágio, Emborcamento, Fogo a Bordo e Homem ao Mar

- Alertar o AAM local ou diretamente ao Comando do Distrito Naval de sua área (responsabilidade SAR);
- Alertar os Serviços Aliados envolvidos;
- Alertar rebocadores e outras unidades de apoio;
- Considerar reforço para o pessoal de quarto, conforme a extensão da ocorrência;
- Divulgar avisos sobre a ocorrência para as embarcações na Área VTS; e
- Restringir o tráfego nas vizinhanças imediatas da ocorrência.

b) Poluição

- Avaliar a escala da ocorrência e ativar planos de contingência, caso necessário;
- Alertar o AAM local para as providências administrativas cabíveis;
- Checar se os sistemas de gravação estão aptos a registrar a ocorrência e realizar anotações adicionais que possam contribuir para as investigações subsequentes;
- Divulgar avisos sobre a ocorrência para as embarcações na Área VTS; e
- Restringir o tráfego nas vizinhanças imediatas da ocorrência.

c) Emergência Médica

- Alertar o AAM local ou diretamente ao Comando do Distrito Naval de sua área (responsabilidade SAR).

d) Embarcação sem Governo (NUC, da sigla em inglês)

- Avaliar os perigos imediatos para o NUC e para o tráfego nas vizinhanças;
- Tentar contato com a NUC para obter informações sobre a situação a bordo;
- Alertar o AAM local ou diretamente ao Comando do Distrito Naval de sua área, caso haja risco da situação se desenvolver em acidente de grandes proporções ou se a NUC se configurar em um derrelito perigoso para a navegação (responsabilidade SAR);
- Divulgar avisos sobre a ocorrência para as embarcações na Área VTS; e
- Alertar rebocadores e outras unidades de apoio, conforme o caso.

e) Incidentes de Segurança

Em função da influência que pode exercer e das informações que pode prestar sobre o tráfego marítimo local, ou por sua potencial capacidade para servir como centro de coordenação e controle em situação de crise que envolva o meio marítimo (função de Comando e Controle - C2), o Gerente do VTS deve considerar a elaboração de procedimentos que confrontem o risco de ataque terrorista.

De acordo com o Código ISPS, que congrega os procedimentos que a IMO considera apropriados para tratar da questão da proteção do ambiente marítimo, o Gerente do VTS deve cuidar para que seus procedimentos contribuam, no que couber, para o Plano de Segurança das Instalações Portuárias (PFSP, na sigla em inglês).

Outros aspectos de segurança que podem causar transtornos para a operação do VTS estão relacionados ao roubo de equipamentos, vandalismo e assalto ao Centro VTS, para os quais deverão ser previstos procedimentos especiais para lidar com tais situações.

f) Ações de Protesto

Eventualmente, alguma embarcação participante pode apresentar um protesto contra o comportamento de outra ou sobre uma situação específica qualquer, dentro do contexto de operação do VTS. Tais protestos não devem ser negligenciados para evitar perda de confiança do usuário no serviço. Os procedimentos nesses casos podem incluir:

- Manter as ações tomadas em proveito da segurança da navegação, mesmo que o protesto seja contra elas;
- Divulgar avisos sobre a ocorrência para as embarcações na Área VTS;
- Alertar oportunamente o AAM local para as providências administrativas cabíveis;
- Checar se os sistemas de gravação estão aptos a registrar a ocorrência e realizar anotações adicionais que possam contribuir para as investigações subsequentes; e
- Comunicar a ocorrência imediatamente ao Supervisor do quarto, ou ao Gerente do VTS quando possível.

5. PROCEDIMENTOS PARA O NAVEGANTE

O Gerente do VTS deve elaborar os "Procedimentos para o Navegante" que contribuam efetivamente para o serviço, e solicitar a sua publicação nos documentos náuticos. Os procedimentos que dependam da contribuição dos Serviços Aliados, como planos de navegação, devem ser diretamente acordados com aqueles serviços.

Devem constituir notificações obrigatórias para as embarcações participantes, além daquelas associadas aos pontos de notificação específicos de cada Área VTS:

- Acidentes a bordo (colisão, abalroamento, incêndio etc.);
- Homem ao mar;
- Fora de leme ou perda de propulsão;
- Deficiências ou defeitos que afetem a manobra;
- Notificação de entrada na Área VTS;
- Notificação de saída da Área VTS;
- Notificação de Prático embarcado/desembarcado;
- Notificação de fundear/suspender; e
- Notificação de atracação/desatracação.

Em condições ambientais adversas, como baixa visibilidade, fortes correntes e ventania, as embarcações participantes também devem:

- Comunicar restrições à movimentação ou impossibilidade de se movimentar; e
- Solicitar extensão de domínio ou maior separação entre embarcações, quando aplicável.

No caso de falha nos sistemas de comunicação de bordo, com perda de um equipamento ou de uma frequência específica, o Comandante/Mestre da embarcação deve tentar, por todos os meios alternativos disponíveis, avisar ao Centro VTS e demais embarcações próximas de sua situação. Caso a falha em questão impeça a embarcação de participar do VTS, o Comandante/Mestre deve lançar no livro de quarto as anotações pertinentes para possíveis averiguações futuras.

O Gerente do VTS deve comunicar imediatamente ao AAM local sobre as embarcações que deixarem de cumprir algum procedimento devido, para que sejam tomadas as medidas administrativas necessárias para apurar a irregularidade.

ANEXO F

AUDITORIAS E AVALIAÇÕES DE CENTRO VTS

1. CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A concessão da Licença de Operação é o ato pelo qual a Autoridade Marítima expressa sua concordância que o VTS foi implantado de acordo com as normas nacionais e internacionais, estando equipado e guarnecido de modo a contribuir com a segurança da navegação, ordenamento do tráfego marítimo e proteção do meio ambiente marinho na área considerada.

Na fase final do processo de obtenção da Licença de Operação, é previsto que o CAMR conduza uma VISITEC ao Centro VTS solicitante, devendo este Anexo e a publicação IALA Guideline G1101, orientarem a preparação e execução do evento.

A Lista de Verificação (LV), apenso a este Anexo, se constitui numa ferramenta para auxiliar na avaliação do estágio de prontificação do Centro VTS para prestar o serviço a que se propõe. Após ser respondida pelo proponente, a LV deverá ser enviada ao CAMR, devendo dar entrada em até 20 dias antes da data prevista para início da VISITEC.

2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Após a prontificação do Centro VTS para iniciar a prestação do serviço (aquisição de equipamentos, obras, contratação de pessoal etc.), a AP ou o Operador de TUP proponente (denominada Provedor do VTS) deverá encaminhar ao CAMR a seguinte documentação, que servirá de base para a realização da VISITEC e concessão da Licença de Operação:

- Ato formal que designou o Gerente do VTS;
- Descrição sumária do serviço que será prestado, constando a delimitação da Área VTS e indicação de subáreas ou setores, se houver;
- Altura da torre e coordenadas geográficas do Centro VTS e Estações Remotas;
- Plano esquemático do tráfego nas águas interiores da Área VTS, com as principais rotas utilizadas pela navegação local, indicação dos pontos de notificação e dos limites da Área VTS e de subáreas ou setores, se houver;
- Procedimentos Operacionais de rotina e emergência, a serem cumpridos pelos VTSO, de acordo com a IALA Guideline G1141;
- Procedimentos para os Navegantes na Área VTS, devidamente aprovados pelo AAM local, de acordo com a IALA Guideline G1141;
- Planos de contingências internos e externos;
- Cópia do Memorando de Entendimento, ou documento equivalente, de acordo com o Anexo B dessa norma;
- LV constante no Apêndice a este Anexo, preenchida e assinada pelo Gerente do VTS; e
- Sugestão das informações que constarão nos documentos náuticos, com texto e figuras no formato em que serão publicadas.

3. PROCEDIMENTOS PARA AUDITORIA E AVALIAÇÃO INICIAL DE CENTRO VTS

Serão adotados, sempre que possível, os seguintes procedimentos para auditoria e avaliação de um Centro VTS:

Passo 1 - Documentação de pré-auditoria

O Gerente do VTS submeterá à aprovação do CAMR a documentação listada no item 2 deste Anexo, sendo que, caso algum documento necessite ser submetido à outro órgão (AAM local, por exemplo), tal providência deverá ser realizada antes do envio ao CAMR.

A fim de conferir celeridade ao processo de licenciamento do VTS, os referidos documentos deverão ser enviados para apreciação do CAMR na medida em que forem sendo prontificados.

Passo 2 - Avaliação da documentação de pré-auditoria

O CAMR avaliará a documentação de pré-auditoria, verificando sua conformidade com as normas nacionais e internacionais. Caso seja constatada alguma pendência, o CAMR notificará o Gerente do VTS, apresentando os motivos e orientações para as ações corretivas necessárias.

Passo 3 - Solicitação

Após aprovação da documentação pré-auditoria, a AP ou Operador de TUP, responsável pela implantação, solicitará formalmente ao CAMR a realização de VISITEC para a concessão da Licença de Operação. Como preparação para o evento, o Gerente do VTS conduzirá internamente sua própria auditoria, usando a lista de verificação constante do Apêndice.

Passo 4 - Pré-Auditoria

Após definição do período de realização da VISITEC, o CAMR designará formalmente uma comissão de auditoria e solicitará a publicação em Aviso aos Navegantes da entrada em funcionamento, em caráter provisório, do VTS, por um período aceitável para conclusão do treinamento interno e condução da VISITEC.

Passo 5 - Realização da VISITEC

O CAMR conduzirá a VISITEC no Centro VTS, verificando as instalações, pertinência das normas internas e externas que regulam a prestação do serviço, funcionamento dos equipamentos e o desempenho do pessoal no exercício de suas funções, por meio da realização de exercícios práticos.

Passo 6 - Pendências

O CAMR notificará o Gerente do VTS sobre os aspectos da VISITEC considerados como insatisfatórios, especificando os motivos e fornecendo subsídios para as ações corretivas.

Passo 7 - Solução das pendências

O Gerente do VTS realizará as ações corretivas, participando a prontificação ao CAMR, que avaliará a necessidade de conduzir nova VISITEC, com a finalidade de verificar as correções introduzidas no serviço.

Passo 8 - Aprovação

Após conclusão da VISITEC, o CAMR emitirá um relatório, contendo os aspectos relevantes observados e, caso o VTS seja considerado apto para prestar o serviço, uma conclusão propondo a concessão da Licença de Operação. O relatório será encaminhado para ratificação da DHN.

Passo 9 - Concessão da Licença de Operação

A DHN emitirá uma Portaria concedendo a Licença de Operação, que será publicada no DOU.

Passo 10 - Disseminação do resultado da VISITEC

O CAMR encaminhará cópia do relatório para o Provedor do VTS e AAM local, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Caso a VISITEC seja considerada satisfatória pela comissão de auditoria (passo 5), poderá ser autorizada a prorrogação do funcionamento do VTS, em caráter excepcional e provisório, até a conclusão das ações previstas nos passos 8 e 9.

Em cumprimento ao previsto na Lei nº 13.874/2019, regulamentada pelo Decreto nº 10.178/2019, o prazo para conclusão do processo de concessão da Licença de Operação será de trinta (30) dias úteis, contados a partir da conclusão das ações especificadas no passo 8 deste anexo, sendo classificado o risco da atividade econômica como nível "II".

4. AUDITORIA E AVALIAÇÃO ANUAL DE CENTRO VTS

4.1. INTRODUÇÃO

A partir da concessão da Licença de Operação, o CAMR conduzirá VISITEC anuais, com o objetivo de avaliar: a manutenção da capacidade do VTS para permanecer fornecendo o serviço; a evolução operacional do VTS e eventuais necessidades de melhoria; a contribuição para a navegação local e proteção do meio ambiente marinho.

A LV, apenso a este Anexo, constitui uma ferramenta para auxiliar na avaliação anual do Centro VTS. Após ser respondida pelo Provedor de VTS, a LV deverá ser enviada ao CAMR, devendo dar entrada em até 20 dias antes da data prevista para início da VISITEC.

4.2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

O Provedor de VTS deverá encaminhar ao CAMR a seguinte documentação, que servirá de base para a realização da VISITEC:

- Documentos alterados desde a realização da VISITEC anterior; e
- LV constante no Apêndice a este Anexo, preenchida e assinada pelo Gerente do VTS.

4.3. PROCEDIMENTOS

Serão adotados, sempre que possível, os seguintes procedimentos para auditoria e avaliação anual de um Centro VTS:

Passo 1 - Agendamento da VISITEC

O CAMR enviará Ofício ao Gerente do VTS, com antecedência mínima de sessenta (60) dias, propondo o período para realização da VISITEC e encaminhando as instruções relativas à realização do evento.

Passo 2 - Documentação de pré-auditoria

O Gerente do VTS submeterá à aprovação do CAMR, na medida em que forem sendo prontificados, os documentos listados no item 2 deste Anexo que foram alterados desde a VISITEC anterior.

Caso algum documento necessite ser submetido à outro órgão (Capitania dos Portos, por exemplo), tal providência deverá ser realizada antes do envio ao CAMR.

Passo 3 - Avaliação da documentação de pré-auditoria

O CAMR avaliará a documentação de pré-auditoria, verificando sua conformidade com as normas nacionais e internacionais. Caso seja constatada alguma pendência, o CAMR notificará o Gerente do VTS, apresentando os motivos e orientações para as ações corretivas necessárias.

Passo 4 - Designação de inspetores

O CAMR designará formalmente uma comissão de auditoria e, se julgado conveniente, solicitará a publicação do evento em Aviso aos Navegantes.

Passo 5 - Realização da VISITEC

O CAMR conduzirá a VISITEC no Centro VTS, verificando as instalações, pertinência das normas internas e externas que regulam a prestação do serviço, funcionamento dos equipamentos e o desempenho do pessoal no exercício de suas funções, por meio da realização de exercícios práticos.

Passo 6 - Pendências

O CAMR notificará o Gerente do VTS sobre os aspectos da VISITEC considerados como insatisfatórios, caso existam, especificando os motivos e fornecendo subsídios para as ações corretivas.

Passo 7 - Solução das pendências

O Gerente do VTS realizará as ações corretivas, participando a prontificação ao CAMR, que avaliará a necessidade de conduzir nova VISITEC, com a finalidade de verificar as correções introduzidas no serviço.

Passo 8 - Aprovação

O CAMR emitirá um relatório da VISITEC, contendo os aspectos relevantes observados, sugestões para melhoria do serviço e uma conclusão, onde constará proposta para continuidade da prestação do serviço ou, se for detetada alguma discrepância proibitiva, o cancelamento da Licença de Operação. O relatório será encaminhado para ratificação da DHN.

Passo 9 - Disseminação do resultado da VISITEC

Após a ratificação da DHN, o CAMR encaminhará cópia do relatório para o Provedor de VTS e AAM local, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

APÊNDICE I AO ANEXO F

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO DE UM CENTRO VTS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1	Área VTS e pontos de notificação
2	Altura e coordenadas geográficas do Centro VTS e estações remotas, no *datum* WGS-84;
3	Serviços Aliados atendidos pelo VTS
4	Dados estatísticos;
5	Acidentes e incidentes documentados desde a VISITEC anterior (se houver);
6	Descrição sucinta dos sistemas componentes e localização dos equipamentos; e
7	Frequências e canais usados para comunicação.

2. ADMINISTRAÇÃO

1	O VTS é operado em conformidade com as normas nacionais e internacionais sobre VTS?
2	O serviço prestado está de acordo com a Guideline IALA G1089?
3	Existem normas administrativas elaboradas para o VTS sobre relacionamento com demais setores da empresa? Estão atualizadas e atendem às necessidades do VTS? Apresentar os documentos aos inspetores.
4	O SOP e Instruções aos navegantes estão atualizados? São adequados para o serviço prestado pelo VTS? Como são disponibilizados para os usuários?
5	Existe no Centro VTS uma pasta (em meio físico ou digital) de pronto uso contendo os principais documentos e instruções adotadas no VTS?
6	A Área VTS se estende além do mar territorial? Caso afirmativo, tal fato está de acordo com a publicação Guideline IALA G1089?
7	Os dados produzidos no VTS são disponibilizados para outros usuários (Praticagem, Autoridade Marítima, IBAMA, ANVISA, PF etc.)? Caso afirmativo, descrever como é feito e o nível das informações compartilhadas.
8	Como se processa a disponibilização de dados para a Autoridade Marítima? A transmissão dos dados é realizada satisfatoriamente?
9	Como é o relacionamento do VTS com os Serviços Aliados e demais usuários do serviço? São observados os procedimentos constantes na publicação Guideline IALA G1102? Existem instruções previstas no SOP?
10	São adotadas medidas para identificar as oportunidades de melhoria em relação à qualidade do serviço prestado pelo VTS? É prevista a realização de pesquisas de satisfação com os usuários (navegantes e Serviços Aliados)?
11	Foram estabelecidos parâmetros de desempenho para avaliar e monitorar se os objetivos do VTS estão sendo atendidos? Por exemplo: coleta de dados sobre o número de acidentes / incidentes (naufrágios, colisões, abalroamentos) e intervenções pró-ativas adotadas pelos Operadores VTS no sentido de prevenir a ocorrência dessas situações.
12	Foram cumpridas as recomendações constantes do relatório da VISITEC anterior? Caso negativo, justificar.

3. EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

1	Os equipamentos operacionais (radar, AIS, CCTV, comunicações) atendem aos requisitos técnicos previstos na NORMAM-26/DHN e publicação Guideline IALA G1111?
2	O arranjo de sensores do VTS é adequado para a prestação do serviço? Qual o índice de indisponibilidade dos sensores? É prevista redundância para o caso de avaria de algum sensor? Caso NEG, existe algum planejamento neste sentido?
3	Os sensores hidrológicos e meteorológicos atendem aos objetivos de coletar dados de interesse da navegação? Os dados coletados servem de apoio ao setor responsável pela prevenção e resposta de eventos ambientais? Como são divulgados os dados ambientais coletados para o navegante dentro da Área VTS e Serviços Aliados?
4	Existem plano(s) de contingência (redundância de equipamento, local secundário de operação, pessoal em sobreaviso etc.) para garantir a disponibilidade das operações VTS em casos de emergência? Apresentar os planos de contingência.
5	Existe disponibilidade de manuais e instruções de funcionamento dos equipamentos e software de gerenciamento de dados no Centro VTS? Os operadores e supervisores estão familiarizados com os referidos documentos?
6	Como está planejado o programa de manutenção dos equipamentos VTS, de forma a garantir a confiabilidade do serviço oferecido? É cumprido integralmente? Apresentar os relatórios ou documento equivalente das ações realizadas.
7	Existem sistemas não abrangidos pela publicação Guideline IALA G1111? Caso afirmativo, apresentar e justificar.

4. PESSOAL

4.1. Gestão

1	O VTS possui pessoal em número suficiente e com as capacitações requeridas para a prestação do serviço para o qual foi homologado? É prevista alteração (aumento ou redução) de efetivo de pessoal? A rotatividade de pessoal no VTS é significativa? Caso afirmativo, afeta a capacitação do Centro VTS?
2	Como são gerenciadas as escalas de guarnecimento do VTS para preencher as posições operacionais previstas para o serviço? A escala de serviço é adequada para o cumprimento das tarefas do VTS?
3	Existem instruções para acompanhamento da condição física e psicológica do pessoal VTS, a fim de manter os padrões previamente definidos pelo provedor do serviço? Existe alguma política de gestão/prevenção da fadiga entre os VTSO/VTSS?
4	São previstas medidas para minimizar a possibilidade de erro humano decorrente de fadiga e stress, de acordo com a publicação Guideline IALA G1045?
5	As Cédulas de Habilitação dos VTSO/VTSS ficam arquivadas no Centro VTS? O controle está atualizado em relação ao pessoal que deixou de fazer parte da equipe operacional?

4.2. Treinamento

1	O processo de recrutamento e formação do pessoal VTS é realizado e acordo com o Anexo E da NORMAM-26/DHN e publicações da IALA sobre treinamento de pessoal VTS?
2	Como é conduzido o treinamento em serviço (*OJT*)? Caso seja conduzido no próprio Centro VTS, o sumário dos assuntos abordados e a sinopse referente à condução do OJT estão atualizadas? As experiências adquiridas na operação do VTS são usadas para aperfeiçoar o treinamento?
3	Quem são os instrutores que atuam no Centro VTS? São habilitados para a condução do treinamento? Possuem curso de OJTI?
4	Os documentos relacionados com o treinamento do pessoal (avaliações de desempenho, programas de treinamento, planos de aula, mapas de frequência às atividades, controle de cédulas de habilitação etc.) são escriturados e arquivados corretamente? Apresentar ao inspetor.
5	As Cadernetas Registro ("*Logbook*") dos VTSO/VTSS são arquivadas no Centro VTS? Os documentos são escriturados adequadamente, de acordo com as publicações da IALA sobre treinamento de pessoal VTS e Anexo E da NORMAM-26/DHN?
6	Quais as medidas adotadas pelo VTS para assegurar a manutenção do nível de competência do pessoal e identificação das suas necessidades de treinamento? Estão de acordo com o contido na NORMAM-26/DHN e Curso Modelo IALA V-105/5?
7	Com a finalidade de agregar valor ao treinamento periódico, são programados eventos externos (Visitas Técnicas, Simpósios, embarques, etc.) com o objetivo de manter o pessoal VTS atualizado com as melhores práticas sobre o VTS?

8	Além das VISITEC conduzidas pelo CAMR, é prevista a realização de algum programa de avaliação interna, com o objetivo de identificar as necessidades de treinamento do pessoal?
9	O software de gerenciamento de dados do VTS possui a capacidade de simular exercícios para treinamento de pessoal? É utilizado com essa finalidade? Solicitar uma demonstração.
10	São incluídos no treinamento dos operadores aspectos referentes à evolução do VTS, novas tecnologias e as perspectivas para o desenvolvimento das habilidades que o pessoal VTS deverá possuir no futuro?

5. INSTALAÇÕES, QUADROS ELÉTRICOS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, SPDA, SEGURANÇA ORGÂNICA NO CENTRO VTS E ESTAÇÕES REMOTAS

1	As instalações do Centro VTS e Estações Remotas são adequadas e seguras para a prestação do serviço? Existe norma interna sobre segurança orgânica das instalações?
2	Como é feito o controle do acesso de pessoal ao Centro VTS? O acesso é restrito a quem trabalha no local?
3	Os quadros elétricos no Centro VTS são organizados e atendem as condições de segurança? Existe um sistema de energia elétrica de emergência, que permita a continuidade das operações em caso de queda do fornecimento da energia elétrica comercial? O sistema de "no-break" do Centro VTS funciona adequadamente? Fazer teste.
4	Como é realizada a alimentação de energia nas Estações Remotas? As instalações atendem as normas previstas na ABNT?
5	Os certificados de revisão dos extintores de incêndio no Centro VTS e Estações Remotas (se aplicável) estão atualizados?
6	Os procedimentos internos de emergência previstos no SOP são cumpridos? O pessoal tem conhecimento de como agir em situações extremas? Existem saídas de emergência em caso da necessidade de evacuação do Centro VTS?
7	Os Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) no Centro VTS e Estações Remotas encontram-se dentro das especificações técnicas da norma vigente (ABNT NBR 5419:2015)?

6. AVALIAÇÃO DO SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE DADOS

1	O sistema permite a integração dos sensores para a formação da imagem do tráfego em tempo real e apresentação no ECDIS? Como o sistema se comporta diante da perda de sinal de algum sensor? E após o retorno do sinal?
2	Como são acompanhados os contatos? Existe a geração de alvos sintéticos?
3	O sistema permite a busca e acompanhamento automático de embarcações pelas câmeras de vigilância, a partir da imagem do tráfego?
4	Quais recursos de alarmes estão disponíveis no Centro VTS? São utilizados com frequência?
5	O pessoal VTS conhece integralmente as possibilidades proporcionadas pelo sistema e as utiliza corretamente na prestação do serviço?
6	O sistema possui a capacidade de reproduzir os dados de cada sensor (radar, AIS etc) individualmente e remontar a imagem do tráfego na totalidade, com a fusão dos dados de todos os sensores do VTS?
7	O sistema de gravação de dados permite resgatar situações ocorridas no VTS? Qual o período de gravação? Solicitar a reprodução de situação ocorrida no exercício dinâmico ou anterior.
8	O compartilhamento dos dados produzidos no VTS é revestido de cuidados necessários, a fim de evitar que esses sejam utilizados indevidamente? Existem instruções sobre o procedimento a ser adotado?
9	Existem recursos no sistema para treinamento de pessoal, com a simulação de situações de rotina e emergência? Solicitar uma demonstração.
10	Existe uma política de "*Cyber security*" para o VTS? São previstas ações de conscientização sobre os riscos e as consequências que um ataque hacker pode trazer para o sistema? Os subsistemas componentes do VTS permitem o acesso ao serviço por usuários externos? Possuem acesso via Internet?

7. EXERCÍCIO DINÂMICO (AVALIAÇÃO PRÁTICA REALIZADA NO CENTRO VTS)

1	Os operadores conhecem e utilizam corretamente a fraseologia padrão na troca de mensagens marítimas (SMCP), aprovadas pela Resolução IMO A.918(22)?
2	O pessoal que trabalha no Centro VTS está familiarizado com o SOP, Instruções aos Navegantes e demais normas atinentes ao serviço?
3	A embarcação de apoio alocada para a condução do exercício dinâmico é adequada em termos de desempenho, segurança e disponibilidade? Os equipamentos a bordo, especialmente o AIS, funcionam corretamente?
4	Avaliação do desempenho dos Supervisores e Operadores em situações de rotina e emergência passíveis de ocorrer na tarefa de monitoramento do tráfego. Serão formuladas questões relevantes para a interação do usuário com o Centro VTS, usando como referência as publicações homologadas pelo CAMR ("Instruções aos Navegantes").
5	Avaliação do desempenho dos Supervisores e Operadores nos exercícios sobre avarias de equipamentos, tais como: perda de comunicação VHF, indisponibilidade do radar, avaria no AIS etc.

ANEXO G

PUBLICAÇÕES DA IALA SOBRE VTS

Standards	
S1040	Vessel Traffic Services
S1050	Training and Certification

RECOMENDAÇÕES	
R0102 (V-102)	Application of User Pays principle as applied to VTS
R0103 (V-103)	Standards for Training & Certification of VTS personnel
R0119 (V-119)	Establishing of Vessel Traffic Services
R0120 (V-120)	Vessel Traffic Services in Inland waters
R0125 (V-125)	Use and Presentation of Symbology at a VTS Centre (including AIS)
R0127 (V-127)	VTS Operations
R0128 (V-128)	Operational & Technical Performance of VTS systems
R1012	VTS Communications
R1013	Auditing and Assessing Vessel Traffic Services
R1014	Portrayal of VTS Information and Data
R1019	Provision of Maritime Services in the context of e-Navigation in the domain of IALA
V-145	Inter-VTS Exchange Format Service
A-126	Use of the AIS in Marine Aids to Navigation Service
O-134	IALA Risk Management Tool for Ports & Restricted Waterways

ORIENTAÇÕES (Guidelines)	
G1014	Accreditation of VTS Training Courses
G1017	Assessment of Training Requirements for Existing VTS Personnel, Candidate Operators & Revalidation of VTSO Certificates
1018	Risk Management
G1027	Simulation in VTS Training
1028	AIS - Operational Issues
1029	AIS - Technical Issues
1032	Aspects of Training of VTS Personnel Relevant to the introduction of AIS
G1045	Staffing Levels at VTS Centres
1050	Management & Monitoring of AIS Information
1056	Establishment of VTS Radar Services
G1070	VTS Role in Managing Restricted or Limited Access Areas
G1081	Virtual Aids to Navigation
1082	Overview of AIS
G1083	Standard Nomenclature to identify and refer to VTS centres
G1089	Provision of VTS types of service
G1101	On Auditing and Assessing VTS
G1102	On VTS Interaction with Allied and Other Services
1103	Train the Trainer
G1110	Use of Decision Support Tools for VTS Personnel
G1111	On Preparation of Operational and Technical Performance Requirements for VTS Systems
G1115	Preparing for an IMO Member State Audit Scheme (IMSAS) on VTS
G1118	Marine casualty / incident reporting and recording including near-miss situations as it relates to VTS
G1130	Technical Aspects of Information Exchange Between VTS and Allied or Other Services
G1131	Setting and Measuring VTS
G1132	VTS VHF Voice Communication
G1141	Operational Procedures for delivering Vessel Traffic Services
G1142	The provision of local port services other than VTS
G1144	Promulgating the requirements of a VTS to mariners - a VTS users guide template
G1149	VTS Training for Deck Officers
G1150	Establishment of VTS
G1156	Recruitment Training and Certification of VTS Personnel
G1160	Competencies for Planning and Implementing a VTS
G1166	VTS in Inland Waters
G1167	VTS Management

MANUAIS
IALA VTS Manual
NAVGUIDE - "*Marine Aids to Navigation Manual*"
IALA TECHNICAL DOCUMENTS - CATALOGUE

Cursos Modelo VTS	
V-103/1	VTS Operator
V-103/2	VTS Supervisor
V-103/3	VTS Operator & VTS Supervisor - On-the-Job Training (OJT)
V-103/4	VTS On-the-Job Training Instructor
V-103/5	Vessel Traffic Service Revalidation Process

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 187/DPC, DE 11 DE JULHO DE 2022

Revogação das Portarias de Dispensa de Praticagem obrigatória.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Revogar as Portarias abaixo relacionadas, em razão da expedição dos Certificados de Dispensa do Serviço de Praticagem, atendendo ao preconizado no inciso 5, alínea c, item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

I - Portaria nº 19/DPC, datada de 7 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 8 de fevereiro de 2017 (Certificado DPC-253 nº 0090/2022);

II - Portaria nº 363/DPC, datada de 7 de outubro de 2019, publicada no DOU de 8 de outubro de 2019 (Certificado DPC-253 nº 0078/2022);

III - Portaria nº 410/DPC, datada de 21 de novembro de 2019, publicada no DOU de 22 de novembro de 2019 (Certificado DPC-253 nº 0083/2022); e

IV - Portaria nº 220/DPC, datada de 7 de julho de 2020, publicada no DOU de 8 de julho de 2020 (Certificado DPC-253 nº 0079/2022).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

PORTARIA Nº 2.454, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Secretária Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, no uso de suas atribuições, conforme Portaria 1.255 de 04 de Novembro de 2021 e artigo 6°, da Portaria Nº 2154, de 11 de agosto de 2020, com base no processo administrativo N° 59000.006185/2022-22, reconhece o Polo de Irrigação do Sudoeste Paulista como integrante da iniciativa Polos de Agricultura Irrigada, estando inserido nas ações para a implementação da Política Nacional de Irrigação.

SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.465, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Abre Campo - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Abre Campo-MG, no valor de R$ 269.091,37 (duzentos e sessenta e nove mil noventa e um reais e trinta e sete centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.005651/2021-56.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2021NE000358 e 2022NE001077, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fontes: 0329 e 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 4° da Resolução ANA nº 46, de 26/10/2020, e em atendimento ao que estabelece o art. 5º dessa mesma Resolução, torna público que, no período de 1 a 31/07/2022, foram firmados os seguintes Termos de Alocação de Água:

Processo 02501.000590/2006-59 - Subsistema hídrico Médio Pardo - Vigência: julho de 2022 a maio de 2023 - Reunião realizada em 20 de junho de 2022.

Processo 02501.002148/2017-10 - Sistema hídrico Curema e Mãe D'água - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 04 e 07 de julho de 2022.

Processo 02501.002822/2013-32 - Sistema hídrico Epitácio Pessoa - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 04 e 07 de julho de 2022.

Processo 02501.001913/2017-84 - Sistema hídrico Lagoa do Arroz - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 05 e 08 de julho de 2022.

Processo 02501.000808/2006-75 - Sistema hídrico Cocorobó - Vigência: julho de 2022 a maio de 2023 - Reuniões realizadas em 01 de junho e 13 de julho de 2022.

Processo 02501.003229/2020-32 - Sistema hídrico Santa Inês - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizada em 12 e 14 de julho de 2022.

Processo 02501.002944/2019-14 - Sistema hídrico Sumé - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reunião realizada em 21 de julho de 2022.

Processo 02501.001940/2017-57 - Sistema hídrico Armando Ribeiro Gonçalves - Vigência: agosto de 2022 a julho de 2023 - Reuniões realizadas em 19 e 22 de julho de 2022.

Processo 02501.001938/2017-88 - Sistema hídrico Cruzeta - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 18 e 21 de julho de 2022.

Processo 02501.000630/2017-15 - Sistema hídrico Andorinha II - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 12 e 22 de julho de 2022.

Processo 02501.001942/2017-46 - Sistema hídrico Itans - Vigência: agosto de 2022 a julho de 2023 - Reuniões realizadas em 19 e 22 de julho de 2022.

Processo 02501.001943/2017-91 - Sistema hídrico Sabugi - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 18 e 21 de julho de 2022.

Processo 02501.001745/2013-01 - Sistema hídrico Engº Avidos e São Gonçalo - Vigência: julho de 2022 a junho de 2023 - Reuniões realizadas em 05, 08 e 26 de julho de 2022.

Processo 02501.001005/2018-71 - Sistema hídrico Poço Branco - Vigência: agosto de 2022 a julho de 2023 - Reunião realizadas em 27 de julho de 2022.

Processo 02501.003705/2020-15 - Sistema hídrico Marechal Dutra - Vigência: agosto de 2022 a julho de 2023 - Reunião realizadas em 28 de junho de 2022.

O inteiro teor dos Termos de Alocação de Água, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 5.623, DE 22 DE JUNHO DE 2022 (*)

(Publicada no DOU de 24-6-2022)

Art. 3º A cada indicador econômico-financeiro estabelecido no art. 2º, será atribuída uma letra (A, B ou C) que representará a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento apresentado nas faixas de valores da tabela a seguir:

Indicador	Sigla	Faixas de Valor	Classificação Parcial
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 100%	B
		DC ≥ 100%	C
Poupança Corrente	PC	PC < 85%	A
		85% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

Art. 4º A classificação final da capacidade de pagamento do ente será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores feita nos termos do disposto no art. 3º, conforme a tabela a seguir:

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

Art. 21. Para as análises de capacidade de pagamento realizadas até 31 de dezembro de 2022 a tabela de classificação parcial dos indicadores que consta do art. 3º será substituída pela seguinte tabela:

Indicador	Sigla	Faixas de Valor	Classificação Parcial
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança Corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

(*) Republicada em parte por ter saído no DOU de 24-6-2022, Seção 1, páginas 33 a 35, com incorreção.

PORTARIA ME Nº 6.700, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Realoca cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:, resolve:

Art. 1º Realocar, no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva:

I - um DAS 101.3 da Coordenação de Gerenciamento de Dados de Pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas para a Coordenação de Criação e Design da Coordenação-Geral de Gestão Corporativa;

II - uma FCPE 101.3 da Coordenação de Gestão Institucional da Coordenação-Geral de Fortalecimento Institucional da Diretoria de Gestão Estratégica para a Coordenação de Gerenciamento de Dados de Pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas; e

III - um DAS 101.2 da Divisão de Criação e Design da Coordenação de Comunicação Interna para a Divisão de Criação e Design da Coordenação de Criação e Design da Coordenação-Geral de Gestão Corporativa.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no regimento interno, quando houver, e nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do art. 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor em 1º de setembro de 2022.

PAULO GUEDES

PORTARIA ME Nº 6.704, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Permuta uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE por um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de mesmo nível e categoria, no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica efetivada, no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, a permuta de:

I - uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.4, de Coordenador-Geral de Modernização da Ocupação de Espaços Físicos, da Diretoria de Gestão de Serviços e Unidades Descentralizadas, por um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.4, de Coordenador-Geral de Informação de Custos, da Diretoria de Finanças e Contabilidade.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser propostas nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do inciso II do art. 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

PAULO GUEDES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA CARF/ME Nº 6.786, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Eleva o limite das turmas extraordinárias para apreciar recursos voluntários relativos a exigência de crédito tributário ou de reconhecimento de direito creditório.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 23-B do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, resolve:

Art. 1° Elevar a até 120 (cento e vinte) salários mínimos, o limite das turmas extraordinárias para apreciar recursos voluntários relativos a exigência de crédito tributário ou de reconhecimento de direito creditório, assim considerado o valor constante do sistema de controle do crédito tributário.

Parágrafo único. A elevação de limite atribuída às turmas extraordinárias não prejudica a competência das turmas ordinárias sobre os recursos voluntários tratados no caput.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Documento assinado eletronicamente

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

PORTARIA SEDDM/ME Nº 6.679, DE 27 DE JULHO DE 2022

Subdelega competências para praticar atos de gestão de pessoas no âmbito da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que foram delegadas pela Portaria GM/ME nº 406 de 08 de dezembro de 2020 e tendo em vista o Decreto nº 10.139 de 28 de novembro de 2019 e a Portaria SE/ME nº 11.441 de 21 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Secretário Especial Adjunto de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, ao Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ao Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e ao Secretário de Desestatização e Desinvestimento, a competência para, no âmbito de suas unidades:

I - praticar os atos relativos à concessão, programação, acumulação e interrupção de férias dos agentes públicos;

II - designar membros de conselhos, comitês, comissões, grupos de trabalho e demais órgãos de deliberação colegiada inerente a sua área de atuação, existente no âmbito do Ministério da Economia ou de que dele faça parte, observado o disposto no art. 19 da Portaria GM/ME nº 406, de 08 de dezembro de 2020;

III - praticar atos de nomeação e exoneração dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, às Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, e designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG);

IV - praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 5, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) de mesmos níveis, e das Funções Gratificadas (FG);

V - dar posse aos nomeados para exercer cargo comissionado; e

VI - conceder licença para tratar de interesses particulares prevista no art. 91 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria SEDDM/ME nº 75, de 13 de março de 2019; e

II - a Portaria SEDDM/ME nº 5.173, de 05 de maio de 2021

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO MACIEL CAPELUPPI

PORTARIA SEDDM/ME Nº 6.680, DE 27 DE JULHO DE 2022

Subdelega competências para autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que foram delegadas pela Portaria GM/ME nº 406 de 08 de dezembro de 2020 e tendo em vista o Decreto nº 10.193 de 27 de dezembro de 2019 e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 3 de 11 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência para autorizar a concessão de diárias e passagens, no âmbito de suas unidades e observado o disposto no art. 1º e § 2º do art. 4º da Portaria GM/ME nº 406 de 08 de dezembro de 2020, aos seguintes dirigentes:

I - Secretário Especial Adjunto de Desestatização, Desinvestimento e Mercados;

II - Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais;

III - Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União;

IV - Secretário de Desestatização e Desinvestimento;

V - Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados;

VI - Secretário Adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais;

VII - Secretário Adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União; e

VIII - Secretário Adjunto da Secretaria de Desestatização e Desinvestimento.

Parágrafo único. Os dirigentes indicados nos incisos I a IV desta Portaria poderão autorizar os afastamentos do País, com ônus limitado ou sem ônus.

Art. 2º A Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados autorizará a concessão de diárias e passagens, desde que formalizada justificativa que comprove a inviabilidade de seu efetivo cumprimento, referentes a:

I - deslocamentos, no País, de servidores por prazo superior a cinco dias contínuos;

II - mais de trinta diárias intercaladas, no País, por pessoa no ano;

III - deslocamentos, no País, de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

V - com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria SEDDM/ME nº 76, de 13 de março de 2019; e

II - a Portaria SEDDM/ME nº 87, de 07 de agosto de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PEDRO MACIEL CAPELUPPI

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA RFB/SUCOR/COTEC Nº 95, DE 29 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 2º trimestre de 2022, referente à atividade supervisionada por esta Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o inciso VIII do art. 23 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, e na Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e na Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Dar publicidade, na forma do Anexo Único deste Portaria, ao relatório de acompanhamento 2º trimestre de 2022, referente à atividade supervisionada por esta Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação, no âmbito do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor serão divulgados no Boletim de Serviço da RFB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação na Seção 2 do Diário Oficial da União.

FELIPE MENDES MORAES

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADE	META	RESULTADO
Desenvolvimento de sistemas corporativos na área de tecnologia da informação	1,0	1,90

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pelo art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o artigo 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, a Portaria SPE nº 1.131, de 11 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo n° 10265.129056/2022-10, declara:

Art. 1°. Fica concedida Habilitação à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: USINA XAVANTES S.A.

CNPJ: 08.435.796/0001-17

PROJETO: UTE UTX Anamã (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.635, de 28 de setembro de 2021 - Leilão nº 03/2021-ANEEL), aprovada pela Portaria SPE nº nº 1.131, de 11 de janeiro de 2022.

SETOR FAVORECIDO: Energia.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 10/01/2022 a 28/02/2023.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pelo art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o artigo 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, a Portaria SPE nº 1.133, de 11 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo n° 10265.129091/2022-21, declara:

Art. 1°. Fica concedida Habilitação à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: USINA XAVANTES S.A.

CNPJ: 08.435.796/0001-17

PROJETO: UTE UTX Pacaraima (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.510, de 08 de setembro de 2021 - Leilão nº 03/2021-ANEEL), aprovada pela Portaria SPE nº 1.133, de 11 de janeiro de 2022.

SETOR FAVORECIDO: Energia.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 10/01/2022 a 28/02/2023.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pelo art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o artigo 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, a Portaria SPE nº 1.132, de 11 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo n° 10265.129078/2022-71, declara:

Art. 1°. Fica concedida Habilitação à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: USINA XAVANTES S.A.

CNPJ: 08.435.796/0001-17

PROJETO: UTE UTX Anori (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.636, de 28 de setembro de 2021 - Leilão nº 03/2021-ANEEL), aprovada pela Portaria SPE nº 1.132, de 11 de janeiro de 2022.

SETOR FAVORECIDO: Energia.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 10/01/2022 a 28/02/2023.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 76, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 149/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.726047/2022-21, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica METALURGICA SETE DE SETEMBRO DA AMAZONIA LTDA, CNPJ Nº 07.782.473/0001-37, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "partes e peças estampadas, formatadas, soldadas e pintadas para fins industriais" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021, e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 77, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 157/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720023/2022-84, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica AMMAC INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 63.737.852/0001-86, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "alimentos a base de cereais" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021, e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 78, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 020/2022 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720366/2022-49, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica RAVIBRAS EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA, CNPJ Nº 08.658.519/0001-73, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM de "artigo de matéria plástica (exceto de poliestireno expansível) para transporte ou embalagem - tampa para fechar recipientes" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2022, e término no ano-calendário de 2031.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 79, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 035/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.721500/2017-61, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ Nº 84.590.892/0001-18, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação de empreendimento industrial na linha operacional de "Transbordo e Transportes de Produtos (Fertilizantes)", com capacidade instalada anual de 400.000.000 kg aprovada nos LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 035/2017, pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017, e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 80, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 064/2019 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10265.180688/2020-05, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ Nº 84.590.892/0001-18, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização de empreendimento industrial na linha operacional de "Transbordo e ou Elevação (grãos, milho em grãos, farelo de soja, óleo degomado), Armazenagem e Serviço Portuário)", com capacidade instalada anual de 6.030.000,00 unidades aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 064/2019 de 31 de dezembro de 2019, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2019, com término no ano-calendário de 2028.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO LUÍS

PORTARIA IRF/SLS Nº 3, DE 29 DE JULHO DE 2022

Altera a Portaria IRF/SLS nº 01, de 31 de janeiro de 2022, que disciplina as operações de fornecimento de bordo, de retirada e devolução de partes e peças de embarcações, e demais serviços prestados às embarcações atracadas ou fundeados em locais jurisdicionadas pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís.

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO LUÍS-MA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 327 combinado com o art. 361 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria IRF/SLS nº 1, de 31 de janeiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º ...

...

§3º O fornecimento de bordo de mercadorias para navios em cabotagem ou em operação nacional está dispensado dos procedimentos previstos nesta Portaria, desde que as mercadorias estejam acobertadas por nota fiscal destinada ao referido navio e a sua escala esteja registrada no Siscomex Carga, sem prejuízo dos controles específicos de outros órgãos.

...

(NR)"

"Art. 4º ...

...

§2º ...

I - Revogado;

II - Dados dos veículos (marca, modelo e placa), inclusive o nome da lancha de deslocamento; ...

V - Número da escala no SISCOMEX.

...

§6º É vedada a anexação de qualquer documento no e-mail de comunicação do fornecimento que trata o caput.

(NR)"

"Art. 8º Nos casos excepcionais e devidamente justificados, os fornecimentos destinados a navio fundeado, a empresa fornecedora de bordo deverá apresentar na IRF/SLS/MA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, o Formulário para Fornecimento a Contrabordo, conforme Anexo I.

...

§5º Para os fornecimentos a contrabordo, na forma do caput, a empresa responsável também deverá encaminhar a comunicação que trata o artigo 4º.

(NR)"

"Art. 8-A Para as operações de fornecimento exclusivo de mantas de filtragem de porões, destinadas a embarcações fundeadas, não se aplica o art. 8º desta Portaria.

§1º Para controle aduaneiro das operações descritas no caput, o fornecedor de bordo deverá:

I - Apresentar a previsão da operação, por mensagem direcionada ao endereço eletrônico (email: fornecimento.irfsls.rf03@rfb.gov.br), com antecedência mínima de 01 dia útil;

II - O título da mensagem eletrônica deverá conter o nome do fornecedor, o nome da embarcação e o país do porto de destino após saída do Brasil;

III - No corpo da mensagem eletrônica deverá conter as seguintes informações:

a. a data, o horário e o local do fornecimento;

b. o motivo do fornecimento ser realizado na área de fundeio em comutação ao fornecimento no berço de atracação;

c. a quantificação e a qualificação das mercadorias;

d. o nome da embarcação de apoio e o nome do condutor;

e. o CNPJ/CPF do proprietário da embarcação de apoio;

f. o nome e CPF do funcionário responsável pelo acompanhamento da operação/mercadorias. IV - O fornecedor de bordo deverá aguardar resposta formal, por mensagem eletrônica, informando da autorização ou não do fornecimento pleiteado, bem como as condições de vistoria.

§2º É permitida conferência física de forma remota, desde que as condições atendam a perfeita identificação do veículo, mercadorias, pessoas, compartimentos e as imagens sejam gravadas pelo prazo de 90 dias.

§3º É considerada NÃO AUTORIZADA qualquer operação na área de fundeio sem prévia autorização por parte da IRF/SLS/MA.

§4º As operações de fornecimento exclusivo de mantas de filtragem de porões, destinadas a embarcações atracadas, estão autorizadas, salvo manifestação formal contrária da IRF/SLS/MA, sendo desnecessária qualquer comunicação por parte do fornecedor.

(NR)"

"Art. 18 ...

...

VII - Revogado.

(NR)"

"Art. 19 Previamente a cada prestação de serviço elencado no artigo anterior, a agência de navegação deverá comunicar a previsão de realização da atividade por meio de mensagem eletrônica direcionada ao endereço eletrônico (e-mail) fornecimento.irfsls.rf03@rfb.gov.br, informando no corpo da mensagem:

I - Indicação da empresa responsável pelos serviços;

II - Descrição das ferramentas e equipamentos a serem utilizados nas operações, identificandoos por tipo, marca, modelo e nº de série;

III - Listagem dos veículos utilizados no serviço (marca, modelo, placa e condutores).

IV - local, data e horário de realização da atividade.

...

§2º Revogado.

§4º É vedada a anexação de qualquer documento no e-mail de comunicação do fornecimento que trata o caput.

§5º O assunto da mensagem eletrônica deverá ser "nome da agência de navegação - nome da embarcação - local de realização da operação - data e hora previstos".

(NR)"

"Art. 19-A Nos casos excepcionais e devidamente justificados, para as atividades realizadas em área de fundeio, a agência de navegação deverá apresentar na IRF/SLS/MA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, o Formulário para Demais Serviços - conforme anexo III desta Portaria.

§1º Além da apresentação do Formulário para Demais Serviços, previsto no caput, a agência de navegação deverá formalizar processo digital, por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), nos moldes da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, anexando os seguintes documentos, a cada operação:

I - Justificativa da excepcionalidade;

II - Documentos que comprovem a justificativa;

III - Pedido do comandante;

IV - Data e horário previstos para fornecimento.

§2º Para análise do pedido, a agência de navegação deverá apresentar presencialmente o formulário descrito no caput, na IRF/SLS/MA, em dias e horários normais de funcionamento da unidade.

§3º Somente as embarcações cadastradas na forma do art. 21 desta Portaria poderão realizar o translado até a área de fundeio.

§4º Para as prestações de serviços na área de fundeio, na forma do caput, a agência de navegação também deverá encaminhar a comunicação que trata o artigo 19.

(NR)"

"Art. 23 ...

...

§2º Nos casos previstos nesta Portaria para utilização de processo digital, a pessoa jurídica responsável deverá formalizar a abertura de apenas um processo para cada tipo de serviço pretendido (fornecimento de bordo no fundeio; retirada/devolução de partes e peças; demais serviços realizados na área de fundeio).

...

§4º Para novas solicitações, a pessoa jurídica responsável deverá realizar juntada de documentos para a nova demanda utilizando o mesmo processo digital previsto no §2º e seguindo a orientação do §3º. (NR)"

"Art. 25 As operações previstas nesta portaria serão realizadas após o registro de escala, no Siscomex Carga, da embarcação atracada ou fundeada, exceto quando dispensado em norma específica.

(NR)"

"Art. 27 ... Parágrafo único. O chefe da unidade determinará a forma da comunicação prevista no caput. (NR)"

"Art. 29 Esta norma não se aplica às embarcações do tipo rebocadores e do tipo dragas, as quais estejam em apoio operacional nas áreas dos portos jurisdicionados pela IRF/SLS/MA.

(NR)"

"Art. 33-A São consideradas não autorizadas, para todos os efeitos, as operações que descumprirem a presente Portaria.

(NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMAR FERNANDES NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360, e o inciso VI do art.364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759 de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e no art. 12, parágrafo único da IN-RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
GABRIEL SILVEIRA BARBOSA	075.836.124-62	19378.720106/2022-97

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, cujo número de registro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF), na Receita Federal do Brasil, de acordo com o parágrafo 2º do art. 9º da IN-RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIELA ARAÚJO VIEIRA CAVALCANTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 85, DE 25 DE JULHO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19614.743733/2021-85, formalizado em 27/12/2021, e seu Despacho Decisório nº 2.583/2022 - EBEN/SRRF/04, de 25/07/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica L E M TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 11.092.705/0001-00, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0239/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 19614.743733/2021-85.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica L E M TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 11.092.705/0001-00, localizado na Avenida Mário Rodrigues Coelho, nº 1920, Bairro Cohab São Francisco, Município de Petrolina, Estado de Pernambuco - CEP 56310-780, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a de Telecomunicações - 1 - Acesso à Internet; conforme Laudo Constitutivo nº 0239/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Infraestrutura - Telecomunicações, na forma do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0239/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 86, DE 25 DE JULHO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19614.744428/2021-19, formalizado em 28/12/2021, e seu Despacho Decisório nº 2.584/2022 - EBEN/SRRF/04, de 25/07/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica INDORAMA VENTURES FIBRAS BRASIL LTDA, CNPJ nº 04.241.585/0001-82, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0257/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 19614.744428/2021-19.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica INDORAMA VENTURES FIBRAS BRASIL LTDA, CNPJ nº 04.241.585/0001-82, localizado na Rodovia BR 101 Sul, nº 2426, Distrito Industrial, Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco - CEP 54500-990, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a de Fabricação de Fibras Artificiais e Sintéticas - 1 - Fibras e Polímeros de Poliéster; conforme Laudo Constitutivo nº 0257/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Químicos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "e", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0257/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 29 DE JULHO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.728021/2021-14, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 677.424 (seiscentos e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por George Ballantine & Son - Dumbarton, G82 2ss, Scotland e por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY GLENLIVET 15YO 6X750ML	900 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	5.400
WHISKY GLENLIVET 18YO 6X750ML	200 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	1.200
WHISKY CHIVAS REGAL 25YO 3X700ML NOVA EMBALAGEM	100 caixas de 3 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	300
WHISKY CHIVAS REGAL XV 6X750ML	1.800 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	10.800
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X1000ML NOVA EMBALAGEM	8.640 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	103.680
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X750ML 2019	18.000 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	216.000
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X1000ML RESTAGE	7.500 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	90.000
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X1000ML RESTAGE 2021	12.040 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	144.480
WHISKY CHIVAS REGAL 18 YARS OLD 6X750ML	900 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	5.400
CHIVAS EXTRA 13 ANOS 6X750ML	10.780 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	64.680
WHISKY ROYAL SALUTE FASHION EDITION 6X700ML (BLACK)	675 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	4.050
WHISKY BALLANTINES 17YO 6X750ML	239 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	1.434
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X750ML (RESTAGE 2021)	900 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	10.800
WHISKY GLENLIVET FOUNDERS RESERVE 12X750ML	1.000 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	12.000
ABERLOUR MALT WHISKY 6X700ML	1.200 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	7.200

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 101, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) à pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o artigo 5º da Portaria RFB nº 75, de 27 de maio de 2021 (D.O.U. de 07/06/2021), tendo em vista o disposto no artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019, (D.O.U. de 19/07/2019) e considerando o despacho decisório nº 3.359-BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB que consta do dossiê nº 13031-588922/2021-53, declara:

Art. 1º Fica concedida a habilitação ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização). A habilitação tem validade em todo o território nacional e é aplicada a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, até 31 de dezembro de 2040:

Pessoa Jurídica: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA.

CNPJ sob nº 11.200.595/0001-45

Art. 2º. Fica convalidado o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 5, de 31/08/2021, publicado no D.O.U., de 1 de setembro de 2021, expedido pela ALF/VIT.

Art. 3º Os termos e condições estabelecidos para a concessão da habilitação devem ser mantidos durante todo o período em que a pessoa jurídica fizer uso deste Regime Especial.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2021.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/RJ1 Nº 12, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 10166.784807/2021-94, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº GP-07105/054, para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento PANTOGRAF GRÁFICA e EDITORA LTDA, CNPJ: 29.055.287/0001-39, localizado na Avenida Pinheiral nº 744, Loja 02, Bairro São Jorge, Pinheiral, Rio de Janeiro CEP 27.197-000, para a atividade específica de GRÁFICA relativo à operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 da mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO BICAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

PORTARIA ALF/GRU Nº 36, DE 29 DE JULHO DE 2022

Altera o horário de entrada dos turnos da Equipe de Despacho Aduaneiro de Importação e Exportação - Edesp da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional de São Paulo.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso das atribuições regimentais previstas no arts. 298, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU-Seção 1-B de 27/07/2020, e considerando a Portaria ALF/GRU 109 de 4 de abril de 2018, publicada no BS nº 65, de 06/04/2018, resolve:

Art. 1º Alterar a partir de 01/08/2022 o horário de entrada dos turnos E, F, G e H da Equipe de Despacho Aduaneiro de Importação e Exportação-Edesp, de que trata o artigo 2º da Portaria ALF/GRU nº 109/2018, para às 21h00, com jornada de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de descanso, em turnos sequenciais.

Art. 2º Ficam convalidados os eventuais atos anteriormente praticados de acordo com esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da RFB.

MARIO DE MARCO RODRIGUES DE SOUSA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/VCP Nº 10, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Inclui inscrições no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU na mesma data, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, publicado no DOU em 06 de fevereiro de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU em 16 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
ALLEYSTER AUGUSTO DOS REIS CARMO	381.948.718-24	10831.720317/2022-51
ANTONIO DE PADUA FACONI	496.886.898-74	10831.720291/2022-41
EDSON ANITO DOS SANTOS	280.179.408-23	10831.720315/2022-61
THALITA OLEGARIO DO NASCIMENTO	512.020.568-22	10831.720226/2022-15
MATEUS GRANADA RIBEIRO	371.066.688-00	10831.720270/2022-25

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 104, DE 28 DE JULHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13042.135391/2021-71, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica ALLONDA ENERGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 43.048.301/0001-06.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica

da Central Geradora Eólica denominada Anemus Wind 1, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.034498- 2.01, objeto da Resolução Autorizativa

ANEEL nº 10.047, de 25 de maio de 2021, aprovado pela Portaria MME nº 853, de 20/08/2021, destinada ao setor de energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é ANEMUS WIND 1 PARTICIPAÇÕES SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 29.481.536/0001-58.

Art. 3º No período até 12/11/2026, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 105, DE 28 DE JULHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13042.135451/2021-55, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica ALLONDA ENERGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 43.048.301/0001-06.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica

da Central Geradora Eólica denominada Anemus Wind 2, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.034499- 0.01, objeto da Resolução Autorizativa

ANEEL nº 10.048, de 25 de maio de 2021, aprovado pela Portaria MME nº 854, de 20/08/2021, destinada ao setor de energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é ANEMUS WIND 2 PARTICIPAÇÕES SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 29.492.546/0001-99.

Art. 3º No período até 12/11/2026, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 106, DE 28 DE JULHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13075.135574/2021-17, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica ALLONDA ENERGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 43.048.301/0001-06.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica

da Central Geradora Eólica denominada Anemus Wind 3, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.051067- 0.01, objeto da Resolução Autorizativa

ANEEL nº 10.049, de 25 de maio de 2021, aprovado pela Portaria MME nº 855, de 20/08/2021, destinada ao setor de energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é ANEMUS WIND 3 PARTICIPAÇÕES SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 38.350.307/0001-95.

Art. 3º No período até 12/11/2026, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 30, DE 5 DE JULHO DE 2022

Habilita ao Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Indutrial sob Controle Informatizado - RECOF a pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA DECEX/SPO - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo artigo 4º da Portaria COANA nº 57, de 02 de outubro de 2019 e artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 1291, de 19 de setembro de 2012, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta no processo administrativo 13032.347272/2022-69, declara:

Art. 1º Fica a empresa GE CELMA LTDA , com sede na cidade de Petrópolis, na Rua Alice Hervê, 356, Bingen, Estado do Rio de Janeiro, por meio do estabelecimento 33.435.231/0003-49, HABILITADA a operar, em caráter precário, o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - Recof, nos termos e condições estabelecidos pela IN/RFB n° 1.291/2012.

Art. 2º Os requisitos previstos no artigo 5º da IN/RFB nº 1.291/2012 devem ser mantidos enquanto a empresa estiver habilitada a operar o regime, bem como a manutenção da habilitação fica condicionada ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo 6º da mesma norma.

Art. 3º Não haverá operação de industrialização no estabelecimento, mas somente operações de manutenção ou reparo, conforme prevê o artigo 2º, §4º, inciso II , da IN/RFB nº 1.291/2012.

Art. 4º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, esta habilitação pode ser cancelada ou suspensa a qualquer tempo em caso de descumprimento das condições estabelecidas na legislação de regência ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, podendo, ainda, a RFB revê-la a qualquer tempo, para sua adequação às normas.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 46, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Torna publica a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.3 e f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 6, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100667/2022-74, torna público que foi emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0006/2022 DE 27 DE JULHO DE 2022

GERTEC - Termo de Verificação Funcional nº 0006/2022.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: GERTEC
1.1.2. Modelo: GerSAT
1.1.3. Versão do software básico: 03.02.02
1.2. Número do Termo: 006/2022
1.3. Data de emissão: 27/07/2022
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.29.04)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.18.02)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT110-022
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: GERTEC
2.2. Razão social: GERTEC Brasil Ltda
2.3. CNPJ: 03.654.119/0001-76
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.052.619.494 (BA)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_27062022_gersat.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows XP, 7 e 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): FD5C3BE13C644BEE2E3C6EAD444AABD8

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

DESPACHO Nº 47, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Torna publica a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.3 e f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 6, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100668/2022-19, torna público que foi emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0007/2022 DE 27 DE JULHO DE 2022

GERTEC - Termo de Verificação Funcional nº 0007/2022.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: GERTEC
1.1.2. Modelo: GerSAT-W
1.1.3. Versão do software básico: 03.02.02
1.2. Número do Termo: 007/2022
1.3. Data de emissão: 27/07/2022
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.29.04)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.18.02)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT111-022
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: GERTEC
2.2. Razão social: GERTEC Brasil Ltda
2.3. CNPJ: 03.654.119/0001-76
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.052.619.494 (BA)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_27062022_gersat.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows XP, 7 e 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): FD5C3BE13C644BEE2E3C6EAD444AABD8

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

DESPACHO Nº 48, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Torna publica a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.3 e f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 6, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100669/2022-63, torna público que foi emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0008/2022 DE 27 DE JULHO DE 2022

GERTEC - Termo de Verificação Funcional nº 0008/2022.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: GERTEC
1.1.2. Modelo: GerSAT-2
1.1.3. Versão do software básico: 03.02.02
1.2. Número do Termo: 008/2022
1.3. Data de emissão: 27/07/2022
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.29.04)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.18.02)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT109-022
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: GERTEC
2.2. Razão social: GERTEC Brasil Ltda
2.3. CNPJ: 03.654.119/0001-76
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.052.619.494 (BA)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_27062022_gersat.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows XP, 7 e 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): FD5C3BE13C644BEE2E3C6EAD444AABD8

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

DESPACHO Nº 49, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Publica Laudo de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 15, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria-Executiva do CONFAZ recebeu do órgão técnico credenciado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - o seguinte laudo de análise funcional da empresa desenvolvedora de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificada:

I - Não constatada "não conformidade":

a) Instituto Filadélfia de Londrina - UNIFIL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
RCKY Informática Ltda Rua Maria Carlota, 773, Vila Esperança São Paulo/SP CEP: 03.647-000	00.163.903/0001-93	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0022022 Nome: MASTER RETAIL Versão: 3.2 Código MD5: 9461cca3237f9e9abec34597da98ff87 Data do término da análise: 13/07/2022

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Nº 20.015 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza IURY MENDES DA SILVA, CPF nº 053.773.059-14, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.016 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza VICTOR CORREIA BAPTISTA MÓNICA RAMOS, CPF nº 154.569.837-61, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.017 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza EDUARDO AUGUSTO GUEDES, CPF nº 033.564.119-93, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.018 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a BLP DIGITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 44.797.193, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.019 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a HIGH GESTÃO AGRO LTDA., CNPJ nº 45.036.300, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.020 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ERICO FUKUE FUKUSHIRO, CPF nº 314.233.238-31, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.021 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ROGÉRIO ROBERTO GOLLO, CPF nº 365.244.920-72, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.022 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza THIAGO CARVALHO MACHADO DA COSTA, CPF nº 091.440.297-80, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 205, DE 28 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetros, aprovado pela Portaria Inmetro nº 341, de 9 de agosto de 2021; e,

Considerando constante do processo Inmetro nº 0052600.006223/2022-39 e do sistema Orquestra nº 2262759, resolve:

Alterar o item 5 e substituir os anexos 1, 2 e 5 da Portaria Inmetro/Dimel nº 332, de 27 de novembro de 2020, que aprova o modelo HC-090 de esfigmomanômetro eletrônico digital, marca Multilaser, publicada no D.O.U. em 2/12/20, seção 1, página 54, de acordo com as condições especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 332, de 27 de novembro de 2020)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 206, DE 28 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetros, aprovado pela Portaria Inmetro nº 341/2021; e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 0052600.006222/2022-94 e do sistema Orquestra nº 2262736, resolve:

Alterar o item 5 e substituir o anexo 1 da Portaria Inmetro/Dimel nº 335, de 1 de dezembro de 2020, que aprova o modelo HC-205, de esfigmomanômetro eletrônico digital, marca Multilaser, publicada no D.O.U. em 4/12/2022, seção 1, página 97, de acordo com condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 335/2020)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 376, DE 29 DE JULHO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa CIS ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11; os termos do Parecer de Engenharia nº 104/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 118/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004615/2022-16, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa CIS ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ: 10.206.543/0001-13 e Inscrição SUFRAMA: 20.0109.72-3), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 104/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 118/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de TECLADO (USO EM INFORMÁTICA), código SUFRAMA 0315, e LEITOR DE CÓDIGOS DE BARRAS, código SUFRAMA 0344, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 58, 9 de outubro de 2020, Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 8.872, 23 de julho de 2021 e Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 1.167, 10 de fevereiro de 2022;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos correspondentes à comercialização dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 377, DE 29 DE JULHO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SAT BRAS INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 106/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 122/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004853/2022-21, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SAT BRAS INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ: 03.521.296/0001-84 e Inscrição SUFRAMA: 20.0100.43-2), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 106/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 122/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA), código SUFRAMA 0115, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pelo Decreto nº 783, de 25 de março de 1993, Anexo VI;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 557, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no Parecer Referencial nº 00004/2020/CONJURMEC/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02715/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU e nº 02717/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, todos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 279/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.033435/2021-79.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Redentor de Campos - Facredentor (cód. 14342), credenciada pela Portaria MEC nº 10, de 6 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 9 de janeiro de 2012, situada à Rua Doutor Beda, nº 112, bairro Turf Club, no município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade Universitária Redentor S.A. (cód. 1671), CNPJ nº 03.596.799/0001-19.

Art. 3º Fica a encargo do Centro Universitário Redentor (cód. 2571), situado à Rodovia BR 356, nº 25, bairro Presidente Costa e Silva, no município de Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Extinguir os cursos de Administração (cód. 1102269), Enfermagem (cód. 1102266), Engenharia Civil (cód. 1100269), Engenharia de Produção (cód. 1102265), Marketing (cód. 1102263), Nutrição (cód. 1102256) e Serviço Social (cód. 1102267), autorizados pela Portaria SERES/MEC nº 5, de 24 de janeiro de 2012, publicada no DOU em 25 de janeiro de 2012; de Direito (cód. 1187051), autorizado pela Portaria SERES/MEC nº 538, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU em 22 de julho de 2015; e de Engenharia Mecânica (cód. 1187052), autorizado pela Portaria SERES/MEC nº 171, de 13 de março de 2014, publicada no DOU em 14 de março de 2014.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 23000.000209/2021-10
Interessado: Fundação Educandário Santarritense.
Assunto: Decisão de 1º de fevereiro de 2022.

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00629/2022/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 22 de julho de 2022, da Consultoria Jurídica, e no Despacho nº 416/2022/DP3/GAB/SE/SE-MEC, de 27 de julho de 2022, da Secretaria-Executiva, ambas unidades deste Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, indefiro o recurso administrativo apresentado pela Fundação Educandário Santarritense, cujo objetivo era a revogação da Decisão de 1º de fevereiro de 2022, da Secretaria de Educação Superior - SESu, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 3 de fevereiro de 2022, Seção 1, p. 53, que determinou a desvinculação da mantenedora Fundação Educandário Santarritense do Programa Universidade para Todos - Prouni, por descumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, estendendo-se os efeitos a partir do primeiro semestre de 2021.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 262/2022, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Dorides Alves de Oliveira da Silva, no curso superior de Enfermagem, bacharelado, no período de 2019 a 2021, ministrado pela Faculdade Uniterp –Facterp, com sede no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, mantida pelo Centro Educacional Michelin Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000027/2022-10.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 261/2022, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Carlos Alexandre da Silva Trujillo, no curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, no período de 2015 a 2020, ministrado pela Faculdade de Americana - FAM, com sede no município de Americana, no estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional Americanense, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000026/2022-67.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PORTARIA Nº 1.451, DE 29 DE JULHO DE 2022

O REITOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1003/2022, de 31/05/2022, publicada no Diário Oficial da União em 01/06/2022, pág. 34, seção 2, considerando o que consta no Processo nº 23475.002054/2021-61, resolve:

Art. 1º - Declarar desafetada a parcela de 508,60m² da área do Terreno urbano com benfeitorias, parte integrante do Desmembramento nº 2.190 "A" situado na Rua São Roque, cidade de Luzerna SC, com área de 4.445,74m², registrado sob matrícula nº. 27.656, Livro 2, Ficha 01, do 1º. Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, SC, passando a ser considerado bem dominical passível de alienação.

Art. 2º - A área será objeto de permuta recíproca de partes iguais com uma parcela de 508,60 m² da área do imóvel limítrofe, situado na esquina formada pela SC 303 e a Rua São Roque na cidade de Luzerna - SC, com área de 16.484,251m², registrado sob matrícula nº 20.215, Livro nº. 2, Ficha 01, do 1º. Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, SC, de Propriedade do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, CNPJ: 03.774.688/0001- 55.

Art. 3º - A área desafetada permanecerá sob titularidade do Instituto Federal Catarinense até a efetivação da permuta.

Art. 4º - As especificações das áreas a serem permutadas e as informações da permuta são as que constam no processo nº 23475.002054/2021-61.

Art. 5º - O Diretor-Geral do Instituto Federal Catarinense Campus Luzerna fica autorizado a representar o Instituto Federal Catarinense junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba para averbação desta portaria, e para todos os outros atos necessários para a efetivação da desafetação objeto da presente portaria.

Art. 6º - Todas as disposições em sentido contrário são revogadas.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua.

LUCAS SPILLERE BARCHINSKI

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 855 , DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, nomeado pelo Decreto de 30 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 4 de maio de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º ALTERAR a Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, aprovada pela Resolução nº 164/2022-CONSU, de 14/02/2022, nos moldes do quadro abaixo, conforme Documento nº 37305/2022-DAP-PROGEPE, de 29/07/2022, constante no processo mencionado: (Processo UFRPE nº 23082.029849/2021-31)

ESTRUTURA ATUAL Resolução nº 164/2022	
CD-02	Pró-reitoria de Pós-Graduação
FG-03	Secretária da Pró-Reitoria
FG-03	Coordenação da Clínica de Bovinos de Garanhuns
S/FG	Secretaria da Coordenação da Clínica de Bovinos de Garanhuns
FG-01	Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
S/FG	Secretaria da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
S/FG	Coordenação Área Profissional de Saúde em Medicina Veterinária
S/FG	Coordenação Área Profissional de Saúde - Medicina Veterinária - sanidade de ruminantes
FG-03	Coordenação de Gestão Financeira
S/FG	Secretaria da Coordenação de Gestão Financeira
FG 01	Coordenação de Internacionalização dos Programas de PósGraduação Stricto Sensu
S/FG	Secretaria da Coordenação de Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu
FCC	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Excelência
S/FG	Secretaria da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Excelência
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biociência Animal
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência do Solo
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Engenharia Agrícola
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Entomologia
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Fitopatologia
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Medicina Veterinária
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Zootecnia
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biotecnologia - rede RENORBIO
FCC	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Consolidação
S/FG	Secretaria da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Consolidação
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Agronomia - Melhoramento Genético de Plantas
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biometria e Estatística Aplicada
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biodiversidade
----	Coordenação Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos
S/FG	Coordenação da Pós-graduação em Ciências Ambientais
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciências Florestais
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Controladoria
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Engenharia Ambiental
FCC	Coordenação Pós-graduação em Engenharia Física
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ensino das Ciências
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Física Aplicada
FCC	Coordenação Pós-Graduação em História
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Informática Aplicada
----	Coordenação Pós-Graduação em Produção Agrícola
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Produção Vegetal
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Química
----	Coordenação Pós-Graduação em Sanidade e Reprodução de Animais de Produção
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Saúde Única
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Química em Rede Nacional
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Ensino de Física
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional
S/FG	Coordenação Pós-Graduação em Letras
S/FG	Pós-Graduação em Rede Nordeste de Ensino
FG-06	Coordenação do Núcleo de Biotecnologia
S/FG	Secretaria administrativa do Núcleo de Biotecnologia

MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 912/DDP, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.009744/2021-85, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Matemática (MTM), objeto do Edital nº 087/2021/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2021, seção 3, página 119.

Campo de Conhecimento: Matemática/Análise
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	VINCENT GRANDJEAN	9,06
2º	OSCAR FRANCISCO MARQUEZ SOSA	8,36
3º	BRUNO DE LESSA VICTOR	8,10
4º	CAMILO CAMPANA	7,41
5º	ALEXANDRE DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOUSA	7,32

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

CARLA CERDOTE DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2.642, DE 26 DE JULHO DE 2022

Revoga a Portaria nº 31/2016 e subdelega competências ao Coordenador de Gestão Financeira e Contábil e ao (à) Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Administração.

A PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeada pela Portaria da Reitoria nº 168, de 22 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 57, de 23 de março de 2018, seção 2, página 14, considerando as competências delegadas pela Portaria nº 2578/2022 - REIT, de 01 de julho de 2022, publicada no DOU nº 125, de 05 de julho de 2022, seção 2, página 44, no uso das atribuições a ela conferidas, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 31 de 23 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 29 de março de 2016, Seção 1, página 40.

Art. 2º Subdelegar competência ao Coordenador de Gestão Financeira e Contábil para a prática dos seguintes atos relativos a finanças e contabilidade:

I - Autorização para credenciamento e execução de cadastro, alterações e cancelamento de senhas para acesso de operadores na Rede SERPRO, SIASG, SIAFI, Tesouro Gerencial e Comprasnet;

II - Representação legal da UFABC junto à Secretaria da Receita Federal e Banco Central do Brasil, para todos os fins, podendo inclusive assinar procurações;

III - Representação Legal da UFABC junto à Receita Federal do Brasil, Secretarias de Fazenda Estaduais e Prefeituras Municipais para tratar de assuntos relativos ao cadastramento, recolhimento de impostos e tributos, e suas respectivas declarações e assuntos correlatos;

IV - Representação Legal da UFABC junto às Instituições Financeiras em geral, para assinatura de contratos, convênios e acordos concernentes ao pagamento de folha de pessoal e ao gerenciamento de contas junto a essas instituições, exceto a realização de pagamentos ou movimentações financeiras.

Art. 3º Subdelegar competência ao(à) Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Administração para a prática dos seguintes atos relativos à aquisição de bens e serviços e comércio exterior:

I - Autorização para credenciamento e execução de cadastro, alterações e cancelamento de senhas de acesso de operadores na Rede SERPRO, SIASG e Comprasnet.

II - Representação legal da UFABC junto ao Banco Central do Brasil para todos os fins e junto aos demais órgãos para assuntos relacionados ao comércio exterior brasileiro, como DECEX, CNPq, ANVISA, CNEN, INMETRO, MARINHA MERCANTE, entre outros, podendo inclusive assinar procurações;

III - Reconhecimento de Dispensas e Inexigibilidade de licitação, de acordo com os termos das Leis 8.666/93 e 14.133/2021;

IV - Aprovação e abertura de editais de licitação, de acordo com os termos das Leis 8.666/93 e 14.133/2021;

V - Designação e dispensa de fiscais de contratos no âmbito da UFABC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da Pró-reitora de Administração.

SARA CID MASCAREÑAS ALVAREZ

PORTARIA Nº 2.643, DE 26 DE JULHO DE 2022

Revoga a Portaria nº 32/2016 e subdelega competência ao Chefe da Seção de Análise Contábil e Fiscal.

A PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeada pela Portaria da Reitoria nº 168, de 22 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 57, de 23 de março de 2018, seção 2, página 14, considerando as competências delegadas pela Portaria nº 2578/2022 - REIT, de 01 de julho de 2022, publicada no DOU nº 125, de 05 de julho de 2022, seção 2, página 44, no uso das atribuições a ela conferidas, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 32 de 23 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 29 de março de 2016, Seção 1, página 40.

Art. 2º Subdelegar competência ao Chefe da Seção de Análise Contábil e Fiscal, da Divisão de Contabilidade, da Coordenação de Gestão Financeira e Contábil para representação legal da UFABC junto às Prefeituras Municipais para tratar de assuntos relativos ao recolhimento de impostos e tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da Pró-Reitora de Administração.

SARA CID MASCAREÑAS ALVAREZ

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
SECRETARIA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 2.560, DE 26 DE JULHO DE 2022

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 357ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos Processos UFOP nº 23109.001714/2018-60, nº 23109.002395/2022-96 e nº 23109.003623/2022-45;

Considerando o disposto na decisão judicial expedida em processo de autos nº 1000551-45.2018.4.01.3822;

Considerando o disposto no Parecer de Força Executória nº 00243/2022/EATE-PES/ER-ADM-PRF1/PGF/AGU, resolve:

Artigo único. Ratificar a Provisão Cuni nº 10/2022, que homologou, ad referendum deste Conselho, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Direito Privado, do Departamento de Direito (DEDIR) da Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM), de que trata o Edital PROAD nº 24 (01), de 19 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de março de 2018, no qual foram aprovadas as seguintes candidatas:

AMPLA CONCORRÊNCIA		
Nome	Classificação	Nota final
Luciana Fernandes Berlini	1º	35,40
Renata Barbosa de Almeida	2º	31,78
Liana Amin Lima da Silva	3°	31,31
Carla Vasconcelos Carvalho	4°	31,06

CANDIDATOS QUE SE AUTODECLARARAM NEGROS
Não houve candidatos aprovados

CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
Não houve candidatos aprovados

CLÁUDIA APARECIDA MARLIÉRE DE LIMA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 2.561, DE 26 DE JULHO DE 2022

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 357ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 14.314/2022 e no OFÍCIO CPMP/PROGEP/REITORIA-UFOP nº 4914/2022, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução Cuni nº 2443, que prorrogou a validade dos Concursos Públicos de Provas e Títulos de que tratam as resoluções Cepe nº 7848 e 7849, Edital Proad nº 39/2019 (01) e (02).

Art. 2º Prorrogar por um ano, contado a partir de 28 de julho de 2022, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Ciências da Saúde/Educação Física/Planejamento e Gestão/Políticas Públicas de Esporte e Lazer/Metodologia do Ensino da Educação Física/Tecnologias na Educação Física, de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (01), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7848.

Art. 3º Prorrogar por um ano, contado a partir de 28 de julho de 2022, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Ciências da Saúde/Educação Física/Educação Física, Lazer e Formação Profissional/Ensino dos Jogos e Esportes Supervisionado em Educação Física, de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (02), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7849.

CLÁUDIA APARECIDA MARLIÉRE DE LIMA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 2.562, DE 26 DE JULHO DE 2022

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 357ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 14.314/2022 e no OFÍCIO CPMP/PROGEP/REITORIA-UFOP nº 5394/2022, resolve:

Art. 1º Revogar os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º da Resolução Cuni nº 2444, que prorrogou a validade dos Concursos Públicos de Provas e Títulos de que tratam as Resoluções Cepe nº 7898, 7892, 7890, 7887, 7888, 7894 e 7897, Edital Proad nº 39/2019 (Ítens 5, 6, 12, 19, 20, 23 e 25).

Art. 2º Prorrogar por um ano, contado a partir de 18 de agosto de 2022, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Parasitologia do Departamento de Análises Clínicas (DEACL) da Escola de Farmácia(EFAR), de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (05), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7898.

Art. 3º Prorrogar por um ano, contado a partir de 18 de agosto de 2022, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia Ambiental (Deamb) da Escola de Minas (EM), de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (06), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7892.

Art. 4º Prorrogar por um ano, contado a partir de 18 de agosto de 2022, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Paleontologia Estratigráfica do Departamento de Geologia (Degeo) da Escola de Minas (EM), de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (12), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7890.

Art. 5º Prorrogar por um ano, contado a partir de 18 de agosto de 2022, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Saneamento Ambiental do Departamento de Engenharia Urbana (Deurb) da Escola de Minas (EM), de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (20), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7888.

Art. 6º Prorrogar por um ano, contado a partir de 18 de agosto de 2022, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Ciências da Saúde/Epidemiologia do Departamento de Medicina de Família, Saúde Mental e Coletiva (Demsc) da Escola de Medicina (Emed), de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (23), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7894.

Art. 7º Prorrogar por um ano, contado a partir de 18 de agosto de 2022, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, com a denominação Adjunto A, nível 1, para a área de Ciências da Saúde/Nutrição (Dencs) da Escola de Nutrição (Enut), de que trata o Edital Proad nº 39/2019 (25), cujo resultado foi homologado pela Resolução Cepe nº 7897.

CLÁUDIA APARECIDA MARLIÉRE DE LIMA
Presidente do Conselho

Ministério da Infraestrutura

COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS

RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 10, DE 29 DE JULHO DE 2022

Recomenda aos órgãos e entidades públicas e privadas estabelecidos nos portos organizados e demais instalações portuárias a adoção dos padrões de interoperabilidade para implantação de Sistemas de Comunidades Portuárias.

A COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS - CONAPORTOS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.703, de 18 de maio de 2021, e tendo em vista o deliberado pelo plenário da Conaportos na Reunião de 29 de março de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018, que promulgou o Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio, em 27 de novembro de 2014, e seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação do Comércio, adotado pelos membros da Organização Mundial do Comércio, em 7 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.948, de 26 de outubro de 2021, que promulgou as Emendas ao Anexo à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional adotadas pelo Comitê de Facilitação da Organização Marítima Internacional (IMO), entre 1969 e 2005, em particular a prática recomendada que assegure a interoperabilidade entre os sistemas das autoridades públicas e das outras partes envolvidas;

CONSIDERANDO o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Economia da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação para Facilitação de Comércio no Âmbito do Prosperity Fund, de 20 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho 2021-2022 do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio;

CONSIDERANDO as atividades implementadas e as entregas do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido, realizadas entre abril de 2020 e março de 2022 com vistas à implantação de Sistemas de Comunidades Portuárias (PCS) nos portos organizados brasileiros;

CONSIDERANDO a importância da harmonização da adoção de padrões de interoperabilidade para implantação de PCS, com vistas à redução de custos de transação e maior eficiência das operações nos portos organizados e demais instalações portuárias; e

CONSIDERANDO as competências da Comissão Nacional de Autoridade nos Portos em propor e acompanhar a execução pelos órgãos e pelas entidades competentes de medidas de implementação de padrões e práticas internacionais relativas ao transporte portuário, resolve:

Art. 1º Recomendar que as comunidades portuárias adotem os padrões de interoperabilidade para implantação de PCS de acordo com o documento "Especificação de Padrões Abertos de Interoperabilidade para Sistemas de Comunidades Portuárias".

Parágrafo único. O documento referido no caput deste artigo, bem como posteriores atualizações e demais instrumentos acessórios recomendados por esta Comissão serão disponibilizados no portal institucional do Ministério da Infraestrutura.

Art. 2º Considerar o documento "Especificação de Padrões Abertos de Interoperabilidade para Sistemas de Comunidades Portuárias" como instrumento que permite a harmonização da sintaxe e semântica da interoperabilidade entre o PCS e os sistemas dos membros da comunidade portuária.

Art. 3º Receber e acompanhar os pleitos apresentados para a evolução dos padrões especificados no documento "Especificação de Padrões Abertos de Interoperabilidade para Sistemas de Comunidades Portuárias".

Parágrafo único. Os pleitos referidos neste artigo sobre as melhorias contínuas dos padrões recomendados no atual documento podem ser direcionados para eventual análise e avaliação do Ministério da Infraestrutura, o qual coordena a CONAPORTOS, por meio do Protocolo, situado no BL R, Edifício Sede, Esplanada dos Ministérios - Eixo Monumental, Brasília - DF, 70044-902, ou por meio de peticionamento eletrônico desta pasta.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO EUSTAQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS
DEPARTAMENTO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 187, DE 31 DE JULHO DE 2022

Aprova por ad referendum a Proposta Orçamentária do Fundo da Marinha Mercante - FMM para o Exercício de 2023.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 8º e 9º do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, e em observância aos incisos II e III do art. 2º e ao art. 7º do referido Decreto, resolve:

Art. 1º Aprovar por ad referendum a proposta orçamentária do Fundo da Marinha Mercante - FMM para o exercício de 2023, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SHARISSE DE ALMEIDA TEIXEIRA MONTEIRO

Substituta

ANEXO I

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - EXERCÍCIO 2023

UO	PROGRAMA DE TRABALHO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	FONTE ANTIGA	FONTE NOVA	LOA 2022 LEI Nº 14.303, DE 21/01/2022	PROPOSTA LOA 2023
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério da Infraestrutura	3005 -Transporte Aquaviário	0118 - Financiamentos à Infraestrutura Aquaviária, Portuária e Construção/Manutenção Naval	0000 - Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval - Despesas Diversas	135	1091	5.296.502.416	-
			0001- Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante	135	1091	-	180.874.925,50
				180	1050	2.464.901.484	1.098.175.074,50
			0002 - Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante	135	1091	-	-
				180	1050	2.125.901.484	-
			0003 - Financiamento de Obras de Infraestrutura Portuária	135	1091	n/a	2.732.613.300,50
				180	1050	n/a	362.939.300,50
				180	1052	n/a	2.369.674.000,00
			0004 - Financiamento de Obras de Infraestrutura Aquaviária	135	1091	n/a	-
				180	1050	n/a	-
39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	0095 - Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	0000 - Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	180	1050	8.888.955	6.684.154
		09FC - Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 2004	0000 - Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 2004				
		09JF - Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança	0000 - Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança				
		2000 - Administração da Unidade	0000 - Administração da Unidade				
TOTAL UO 74904						9.887.305.384	6.744.276.601
TOTAL UO 39901						8.888.955	6.684.154
TOTAL GERAL						9.896.194.339	6.750.960.755

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 964, DE 25 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e com base no que consta no processo administrativo nº 50001.027387/2021-42, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica as sanções administrativas de advertência, suspensão de 30 (trinta) dias, suspensão temporária, e cassação da Licença da Instituição Técnica Licenciada (ITL) CPI VEICULAR LTDA, CNPJ nº 04.081.004/0001-00, nos termos dos incisos I, II e III do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, em razão do cometimento das irregularidades previstas nos itens 2, 5, 12, 17, 18, 19, 29, 35, 36 e 48 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de 6 de julho de 2022, referente ao Processo nº 00065.024753/2022-70, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2022, Seção 1, página 102, onde se lê: "PORTARIA Nº 8.495, DE 6 DE JULHO DE 2022", leia se: "PORTARIA Nº 8.496, DE 6 DE JULHO DE 2022".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 8.654, DE 21 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032414/2022-56, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária HELISTAR TÁXI AÉREO ESCOLA DE PILOTAGEM E ASSESSORIA AERONÁUTICA LTDA., CNPJ nº 00.249.803/0001-84, com sede social no Rio de Janeiro (RJ), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2015-10-3CII-01-02, emitido em 29 de janeiro de 2020.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.698, DE 27 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.031538/2022-14, resolve:

Art. 1º Tornar pública a interrupção da prerrogativa para exploração de serviços aéreos da sociedade empresária FAST FLIGHT TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 03.418.204/0001-35, com sede social em Curitiba (PR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.713, DE 29 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.031230/2022-79, resolve:

Art. 1º Tornar pública a interrupção da prerrogativa para exploração de serviços aéreos da sociedade empresária JK TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 01.905.920/0001-11, com sede social em Brasília (DF).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.714, DE 29 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032822/2022-16, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AEREALS AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 10.487.786/0001-77, com sede social no Ijuí (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2015-01-5IJP-02-01, emitido em 23 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 109, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e pelo art. 4º da Resolução-ANTAQ nº 61, de 2021, considerando o que consta do Processo nº 50300.000448/2021-50 e o teor do Acórdão nº 405-2022, proferido na Reunião Ordinária da Diretoria de nº 524, realizada em 30/06/2022, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de revisão tarifária referente ao período de 20/05/2014 a 22/12/2021, nos termos do art. 34, § 2º da Resolução-ANTAQ nº 61, de 2021, incidentes sobre as modalidades tarifárias do Porto de Natal, autorizando uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 9.952.489,38 para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um requerimento de um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 36,47% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 15,96%.

Art. 2º As novas tarifas, seus limites máximos e a estrutura tarifária para o período subsequente à presente revisão constam nos Anexos desta Deliberação, e entrarão em vigor em no máximo até 30 (dez) dias úteis, contados da publicação desta Deliberação, alterando-se as normas gerais de aplicação existentes.

Art. 3º Determinar que a Companhia Docas do Rio Grande do Norte, conforme requisitos e prazos presentes no art. 14 da Resolução-ANTAQ nº 61, de 2021:

I - revise, atualize e consolide os demais atos administrativos internos que estabeleçam valores e cobranças tarifárias no porto organizado, publicando a lista remodelada e compatibilizada desses atos remanescentes no documento que dará vigência e publicidade à nova estrutura tarifária completa; e

II - encaminhe à Superintendência de Regulação da ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia do documento citado no inciso anterior.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO I - TARIFAS REVISADAS

NUMERO	GRUPO	TABELA	NOME DA TABELA	ITEM	FORMA DE INCIDÊNCIA	NOVA TARIFA COM IMPOSTOS (R$)
1	1	Tabela I	Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2	Tarifa variável, pela tonelagem de porto bruto da embarcação (TPB / DWT):	---
2				2.1	Para operações de longo curso:	---
3				2.1.1	De carga geral ou de projeto, solta.	1,98
4				2.1.2	De carga geral, conteinerizada.	1,09
5				2.1.3	De granéis sólidos.	1,98
6				2.1.4	De granéis líquidos.	1,98
7				2.1.5	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis.	1,98
8				2.1.6	De embarcações do tipo roll-on roll-off.	1,98
9				2.1.7	De embarcações de turismo ou de transporte de passageiros.	1,98
10				2.1.8	De carga perigosa ou tóxica.	1,98
11				2.1.9	Com outros fins ou que não movimentam carga, inclusive fundeio para abastecimento.	1,30
12				2.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior:	---
13				2.2.1	De carga geral ou de projeto, solta.	1,98
14				2.2.2	De carga geral, conteinerizada.	1,09
15				2.2.3	De granéis sólidos.	1,98
16				2.2.4	De granéis líquidos.	1,98
17				2.2.5	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis.	1,98
18				2.2.6	De embarcações do tipo roll-on roll-off.	1,98
19				2.2.7	De embarcações de turismo ou de transporte de passageiros.	1,98
20				2.2.8	De carga perigosa ou tóxica.	1,98
21				2.2.9	Com outros fins ou que não movimentam carga ou passageiro, inclusive fundeio para abastecimento.	1,30
22				3	Tarifa fixa para fundeio de embarcações de longo curso, de cabotagem, de navegação interior, de apoio marítimo, por período de 24 horas.	345,61
23	2	Tabela II	Instalações de Acostagem	1	Para todos os berços	---
24				1.1	Por metro linear de instalação ocupada por embarcação, por hora ou fração, até o limite de 48 horas:	---
25				1.1.1	Para operações de longo curso no berço.	0,55
26				1.1.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior.	0,55
27				1.2	Por metro linear de instalação ocupada por embarcação, por hora ou fração, após 48 horas:	---
28				1.2.1	Para operações de longo curso no berço.	0,66
29				1.2.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior.	0,66
30	3	Tabela III	Infraestrutura Operacional ou Terrestre	1	Por tonelada de mercadoria movimentada a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou limite do porto, ou no sentido inverso.	3,71
31				2	Por contêiner movimentado a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou limite do porto, ou no sentido inverso.	50,02
32				4	Por passageiro:	---
33				4.1	Embarcado ou desembarcado no porto, cuja origem seja um porto nacional.	27,63
34				4.2	Embarcado ou desembarcado no porto, cuja origem seja um porto internacional.	27,63
35				4.3	Em trânsito, independente da origem.	27,63
36				5	Por tonelada de combustível ou inflamáveis movimentada a partir de instalações portuárias em veículo-tanque, para abastecimento de embarcações.	4,27
37				6	Por tonelada ou fração de fornecimento de insumos de bordo.	4,27
38				7	Por tonelada ou fração de fornecimento de insumos para atendimento a serviços de reparo e manutenção de embarcações.	4,27
39				10	Por tonelada e fração de carga movimentada a partir da embarcação empregada na navegação de apoio marítimo à exploração de petróleo e gás, em apoio às atividades offshore.	7,45
40	5	Tabela V	Utilização de Armazéns	1	Áreas cobertas:	---
41				1.1	Mercadorias diversas de importação do estrangeiro, ainda sujeitas ao desembaraço aduaneiro, recebidas em armazéns ou pátios:	---
42				1.1.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	1,15
43				1.1.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	3,02
44				1.2	Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas, recebidas em armazéns ou pátios, por tonelada:	---
45				1.2.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	1,15
46				1.2.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	3,02
47				1.3	Contêiner com mercadorias nacionais ou nacionalizadas, por unidade:	---
48				1.3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	3,48
49				1.3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	8,18
50				1.4	Contêiner vazio, por unidade:	---
51				1.4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	2,77

52				1.4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	13,84
53				1.5	Mercadorias a granel sólido, por tonelada:	---
54				1.5.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,31
55				1.5.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,75
56				1.6	Mercadorias a granel líquido, por tonelada:	---
57				1.6.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,63
58				1.6.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	1,50
59				1.7	Por contêiner refrigerado, com mercadoria nacional ou nacionalizada, por unidade:	---
60				1.7.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	16,07
61				1.7.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	48,40
62				2	Áreas descobertas:	---
63				2.1	Mercadorias diversas de importação do estrangeiro, ainda sujeitas ao desembaraço aduaneiro, recebidas em armazéns ou pátios:	---
64				2.1.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	1,15
65				2.1.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	3,02
66				2.2	Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas, recebidas em armazéns ou pátios, por tonelada:	---
67				2.2.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	1,15
68				2.2.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	3,02
69				2.3	Contêiner com mercadorias nacionais ou nacionalizadas, por unidade:	---
70				2.3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	3,48
71				2.3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	8,18
72				2.4	Contêiner vazio, por unidade:	---
73				2.4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	2,77
74				2.4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	13,84
75				2.5	Mercadorias a granel sólido, por tonelada:	---
76				2.5.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,08
77				2.5.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,19
78				2.6	Mercadorias a granel líquido, por tonelada:	---
79				2.6.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,16
80				2.6.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,38
81				2.7	Por contêiner refrigerado, com mercadoria nacional ou nacionalizada, por unidade:	---
82				2.7.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	16,07
83				2.7.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	48,40
84				3	Veículos, por veículo e por dia.	---
85				3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	10,14
86				3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	20,29
87				4	Carga de Projeto, por carga e por dia.	---
88				4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	10,14
89				4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	20,29
90	6	Tabela VI	Movimentação de Cargas	1	Pela utilização de guindaste elétrico de pórtico, por hora ou fração:	---
91				1.1	Com capacidade até 5 toneladas.	300,60
92				1.2	Com capacidade superior a 5 toneladas.	348,78
93				3	Pela utilização de empilhadeira, por hora ou fração:	---
94				3.2	Com capacidade superior a 3 toneladas.	100,45
95				5	Pela utilização de pá carregadeira, por hora ou fração.	111,63
96				6	Pela utilização de grab, por hora ou fração.	19,37
97				12	Pela utilização de moega, por hora ou fração.	8,12
98	7	Tabela VII	Diversos Padronizados	1	Pela entrega de água potável, através de tubulação, à embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por m³ por mês ou fração.	4,71
99				2	Pela entrega de energia elétrica:	---
100				2.1	à embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por kWh por mês ou fração;	0,22
101				2.2	para contêiner refrigerado ou para unidade refrigeradora tipo clip-on, por dia ou fração.	132,71
102				3	Pelo carregamento ou descarga de mercadoria em veículo de terceiros, por tonelada de carga.	2,06
103				4	Pela pesagem de mercadoria carregada em veículo de terceiros, por veículo de transporte.	2,06
104				5	Pela pesagem de tara de veículos de terceiros, por veículo de transporte.	2,06
105				6	Pela pesagem de mercadorias carregadas em vagões ou outros veículos, por tonelada ou fração.	2,06
106				7	Pelo controle, conferência, termo de vistoria ou verificação de peso no recebimento ou na entrega de mercadoria ou carga, por tonelada ou fração.	2,06
107				8	Pela retirada de amostra no recebimento na entrega de mercadoria ou carga, por amostra.	6,09
108				9	Pela consolidação ou desconsolidação de contêiner, por unidade.	92,09
109				10	Pela utilização de área em armazéns com fins diversos à armazenagem, por m², por dia.	34,41
110				11	Pela utilização de área em pátios, por m², por dia	34,41
111				12	Pelo fornecimento de certidões ou certificados, por unidade.	45,66
112				13	Pelo cadastramento de veículos de transporte, para trânsito na área do porto organizado, por veículo.	21,44
113				14	Pela utilização de área coberta em caráter temporário e precário para o atendimento ou apoio à operação portuária, por m², por dia.	21,44
114				15	Pela utilização de área descoberta em caráter temporário e precário para o atendimento ou apoio à operação portuária, por m², por dia.	21,44
115				18	Pelos serviços de amarração e desamarração de embarcações, por embarcação atracada e por manobra	1.262,90
116				19	Pela inspeção não invasiva de cargas conteinerizadas, por contêiner inspecionado.	370,87
117				20	Pela retirada de resíduos sólidos não perigosos do cais, por hora.	464,23
118	9	Tabela IX	Complementares	1	Pela área utilizada em armazém ou pátio para ovação, desovação ou fiscalização de contêiner.	---
119				1.1	Pelo uso da plataforma elevatória e/ou acompanhamento para retirada e/ou reposição de amostra para fiscalização, por contêiner	6,09
120				2	Cobrança do Armador e/ou seu Agente Marítimo como também do Operador Portuário, por carregamento ou descarregamento de mercadorias em veículos que não estejam transportando carga comercial nas dependências do Porto de Natal, por tonelada	8,37
121				3	Reembolso por cada placa de defensas avariada	Convencional
122				4	Pelo fornecimento de plantas ou relatórios	57,83
123				5	Por lavagem comum de contêiner nos pátios, por contêiner	24,71
124				6	Por lavagem química de contêiner nos pátios, por contêiner	101,58
125				7	Multa pelo não recolhimento de lacre resultante da vistoria do contêiner. Por lacre	86,76
126				8	Multa pelo derramamento de óleo nos pátios a fim de compensar a manutenção, por metro quadrado	133,94
127				9	Operações fora do expediente operacional do Porto	---
128				9.1	Pagamento de 100% da hora extra aos domingos, feriados e todos os dias das 11 horas às 13 horas e 23 horas às 4 horas.	135,14
129				9.2	Pagamento de 50% da hora extra nos dias úteis, nos períodos de 17 horas as 19 horas e de 04 horas às 07 horas. Aos sábados no período de 13 horas as 19 horas e de 04 horas às 07 horas.	170,31
130				10	Pela utilização de contêineres-escritório/oficina nas instalações do Porto, mediante condições estabelecidas pela Autoridade portuária, por mês ou fração.	1.409,67

ANEXO II - NORMAS DE APLICAÇÃO ADICIONAIS AO ANEXO III DA RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 61, DE 2021

TABELA	REGRAS DE APLICAÇÃO ADICIONAIS À RES. 61/2021	FRANQUIAS OU ISENÇÕES ADICIONAIS À RES. 61/2021
I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário	4) Nesta tabela, o valor mínimo a cobrar será de R$ 289,85;	1. Estão isentos das taxas: a) Os navios de guerra, quando em operação não comercial; b) Especificamente o item 2, quando se trata de embarcações de qualquer natureza arribada para desembarcar doente ou acidentado;

		c) Na movimentação de mercadoria pelo sistema "roll-on-roll-off", as taxas desta tabela não incidem sobre a tara do veículo transportador.
II - Instalações de Acostagem	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	2. Estão isentas das taxas: a) As embarcações auxiliares, quando atracadas aos navios em operação no cais; b) Os navios de guerra quando em operação não comercial.
III - Infraestrutura Operacional ou Terrestre	8. O Valor mínimo dessa tabela é de R$ 289,85.	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
V - Utilização de Infraestrutura de Armazenagem	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
VI - Utilização de Equipamentos	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
VII - Diversos Padronizados	4. As tarifas desta tabela, quando incidentes sobre mercadoria insalubre, nociva ou perigosa, que determine pagamento de adicional de risco ao pessoal envolvido na sua operação, serão acrescidas de 40%.	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
IX - Complementares	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
Outras disposições 1. As tarifas devidas pelos terminais de uso privativo e pelos arrendatários de instalações portuárias serão reajustadas de acordo, com os critérios previstos nos respectivos contratos. 2. Todos os valores deste tarifário incluem PIS, COFINS e ISS. 3. De acordo com a legislação trabalhista vigente, são considerados horários extraordinários: a) Horas Extras 50% = R$ 98,98/hora/pessoa =>> Noturno: Segunda à Sexta: 04:00-07:00 Sábado: 04:00-07:00; Diurno: Segunda à Sexta: 17:00-19:00 Sábado: 13:00-19:00; b) Horas Extras 100% = R$ 124,74/hora/pessoa =>> Diurno: Segunda à Sábado: 11:00-13:00 Domingo: 07:00-19:00 Feriado: 07:00-19:00; Noturno: Segunda à Sábado: 23:00-24:00 Domingo: 00:00-07:00 e 19:00-24:00; Feriado: 19:00-24:00 e 19:00:24:00;		

DELIBERAÇÃO Nº 110, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020893/2021-36 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão dos estudos da concessão do Porto de Itajaí promovidas pela EPL e MINFRA, com as ressalvas contidas na presente decisão, conforme Ofício Conjunto nº 6/2022/SNPTA (SEI 1674396) nas minutas de edital, contrato e anexos, entre as quais destacam-se:

I - exclusão do Anexo 3 da minuta de contrato da regulamentação do Fator X;

II - manter a utilização do mecanismo da "Conta Vinculada" exclusivamente para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a readequação da subcláusula 11.4 da minuta do contrato de concessão;

III - supressão da previsão de apoio técnico especializado à ANTAQ para fiscalização (Cláusula 25.2 - Minuta do Contrato de Concessão);

IV - ajuste da redação das cláusulas 3.5.10 do edital, conforme exposto no despacho que fundamenta a presente deliberação; e

V - exclusão dos itens 64, 88, 108, 138 e do Apêndice "A" do Anexo 1 do Contrato de Concessão.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG desta Agência que atualize e complemente a planilha com as informações relacionadas ao Porto de Itajaí, bem como da arrendatária, a tempo de serem inseridas nos documentos que balizam o certame, antes da publicação do edital.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG desta Agência, com o auxílio da Assessoria Especial de Concessões - AEC, que, no prazo de 20 dias, analise a metodologia do reajuste do teto tarifário da Concessão do Porto de Itajaí, e dos descontos tarifários relacionados à redução de emissão de gases poluentes, de modo que a versão final do contrato de concessão contemple a visão da Agência sobre o assunto, bem como acerca da a segmentação proposta na tabela do item 4.3. do Anexo 3.

Art. 4º Encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA, com vistas à continuidade do processo de concessão.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 525 REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2022

Às 14 horas do dia 25 de julho de 2022, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ nº 525, com a participação da Diretora Flávia Takafashi, do Diretor José Renato Fialho, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e do representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procurador-Chefe Artur Watt Neto.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.000510/2021-11 e 50300.009980/2022-13, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi;

- 50300.000797/2016-12, 50300.008480/2020-01, 50300.008481/2022-17, 50300.008699/2022-63, 50300.008701/2022-02, 50300.017994/2018-24 e 50300.018594/2021-31, de relatoria do Diretor José Renato Fialho; e

- 50300.007650/2021-11, 50300.020816/2020-03 e 50300.011987/2022-03, que tratam de matéria administrativa interna da Agência.

PEDIDOS DE VISTA

- O processo de nº 50300.002301/2022-85, de relatoria do Diretor José Renato Fialho, foi objeto de pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. Não houve adiantamento de votos. O processo constará da pauta da próxima reunião telepresencial.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 409 a 448, disponíveis para consulta na internet (https://www.gov.br/antaq).

ENCERRAMENTO

Às 14 horas do dia 27 de julho foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DELIBERAÇÃO Nº 87, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 50300.015208/2021-50. Fiscalizado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE, CNPJ nº 05.133.863/0001-50. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Belém (UREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, pelo cometimento da infração descrita no art. 12, inciso II, da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 99, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.021846/2020-29, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.886-ANTAQ, de 2 de agosto de 2021, de titularidade da empresa NAVEGAÇÃO OLIVEIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.052.341/0001-50, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração de horário de esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 227, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 083, de 25 de julho de 2022, e no que consta do processo nº 50500.071359/2022-12, delibera:

Art. 1º Deferir com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido pela Empresa Princesa do Norte S.A., CNPJ nº 81.159.857/0001-50, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 183.678,47 (cento e oitenta e três mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos); e

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

Parágrafo único. Os valores das parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entre em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 228, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 084, de 25 de julho de 2022, e no que consta do processo nº 50500.106540/2021-76, delibera:

Art. 1º Deferir com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido pela Viação Juina Transportes Eireli, CNPJ nº 04.017.029/0001-37, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 382.374,75 (trezentos e oitenta e dois mil e trezentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); e

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, § § 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 6.348,94 (seis mil e trezentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entre em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 229, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 29, inciso VI, e art. 31, inciso IV da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DGS - 086, de 1º de agosto de 2022, e no que consta do processo nº 50500.017525/2022-35, delibera:

Art. 1º Fica validado o cronograma físico de implantação dos Investimentos com Prazo Determinado previstos no Caderno de Obrigações, Anexo 1 do Contrato de Subconcessão da EF-334, Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, trecho entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, celebrado com a Bahia Ferrovias S.A., conforme anexo desta Deliberação.

Parágrafo único. O cronograma físico validado passa a ser vinculativo ao Contrato de Subconcessão.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

Cronograma físico de implantação dos Investimentos com Prazo Determinado previstos no Caderno de Obrigações, Anexo 1 do Contrato de Subconcessão da EF-334, Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL

CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS COM PRAZO DETERMINADO							
Item	Descrição **Serviços Preliminares**	2021	2022	2023	2024	2025	2026
1	Realização de Levantamento Topográfico da FIOL I		100%				
2	Realização de Sondagens Complementares das OAE´s		100%				
3	Realização de Projetos de Engenharia Complementares		80%	20%			
4	Realização de Serviços de Manutenção em trechos concluídos do Lote 3		100%				
5	Realização de DiagnósticoTécnico Detalhado da FIOL I		100%				
6	Levantamento Detalhado dos Processos Fundiários da FIOL I		100%				
Item	Descrição **LOTE 1 F**	2021	2022	2023	2024	2025	2026
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Projetos Executivos das OAE´s Remanescentes		65%	35%			
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Infraestrutura - Linha Singela			20%	30%	30%	20%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Infraestrutura - Pátios de Cruzamento				20%	60%	20%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Infraestrutura - Pátio de Interligação de Ilhéus - (km1491+320 ao 1496+625)				20%	60%	20%
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Infraestrutura - Passagens de Gado					100%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Infraestrutura - Passagens Veiculares					100%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Execução de Estradas Vicinais no Lote 01F						100%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Execução de Remanejamento de Interferência Lote 01F - Linhas de Alta, Média e Baixa Tensão					100%	
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Linha Singela					30%	70%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 01 (LD) - (km 1481+380 ao km 1479+181)						100%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 03 (LE) - (km 1459+200 ao km 1457+001)						100%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 05 (LD) - (km 1430+000 ao km 1427+801)						100%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 07 (LD) - (km 1401+350 ao km 1399+151)						100%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 09 (LE) - (km 1372+500 ao km 1370+300)						100%
4.1.1.i.a até 4.1.1.i.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Superestrutura - Pátio deInterligação de Ilhéus - (km1491+320 ao 1496+625)						100%
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Superestrutura - Passagens em Nível						100%
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio Preguiça (km 1372+756)			25%	30%	40%	5%
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Viaduto (VF) BA 650 (km 1383+133)				50%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio da Onça (km 1384+693)				50%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - PI Mineração Mirabela (km 1389+965)				50%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio do Peixe (km 1391+099)				100%		
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Viaduto (VF) BA 120 (km 1416+346)				50%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio Gongogi II (km 1426+191)			25%	25%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio Gongogi I (km 1426+514)			25%	25%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio do Banco (km 1433+696)			50%	50%		
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - PI BR 030 (km 1434+695)				50%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - PI BR 101 (km 1470+513)			15%	25%	50%	10%
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio Mocambo (km 1479+085)			25%	20%	45%	10%
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - PI BA 262 (km 1483+123)				50%	50%	
4.1.1.i.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 01F - Ponte Rio Almada (km 1490+175)			25%	25%	45%	5%
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - PI Fazenda BavieraBA 647 (km 1374+421)					100%	
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - PI km 1402 (km 1402+020)					100%	
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Viaduto (VR) km 1440 (km 1440+940)				10%	80%	10%
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Viaduto (VR) Pátio 1492 (km 1492+853)					80%	20%
4.1.3.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Implantação de Detectores de Descarrilamento						100%
4.1.4.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Instalação de Sistemas de Sinalização, Licenciamento e Posicionamento						100%
4.1.4.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 01F - Instalação de Sistema de Telecomunicação						100%
Item	Descrição **LOTE 2 F**	2021	2022	2023	2024	2025	2026
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Infraestrutura - Linha Singela			35%	40%	25%	
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Infraestrutura - Pátios de Cruzamento				30%	70%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Infraestrutura - Passagens de Gado					100%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Infraestrutura - Passagens Veiculares					100%	

4.1.2.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Execução de Segmento Ferroviário no Lote 02F - Fazenda Baviera- Infraestrutura				30%	70%		
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Execução de Estradas Vicinais no Lote 02F						100%	
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Execução de Remanejamento de Interferência Lote 02F - Linhas de Alta, Média e Baixa Tensão				100%			
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Superestrutura - Linha Singela				30%	40%	30%	
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 02 (LE) - (km 1337+670 ao km 1335+470)						100%	
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 04 (LD) - (km 1310+140 ao km 1307+800)						100%	
4.1.1.ii.a até 4.1.1.ii.c	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 06 (LD) - (km 1277+100 ao km 1274+400)						100%	
4.1.2.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Execução de Segmento Ferroviário no Lote 02F - Fazenda Baviera - Superestrutura					60%	40%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Superestrutura - Passagens em Nível						100%	
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Ponte Riacho Gentil (km 1258+520)			30%	70%			
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Ponte Lago Barragem de Pedra I (km 1267+904)			30%	70%			
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Ponte Riacho de Fogo (km 1271+358)				100%			
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Ponte Lago Barragem de Pedra II (km 1294+055)				100%			
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Viaduto (VF) BR116 (km 1310+842)			90%	10%			
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Ponte Rio Jibóia (km 1338+203)			80%	20%			
4.1.1.ii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 02F - Ponte Rio Vieira (km 1348+141)			30%	70%			
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Ponte Rio das Pedras BA 130 (km 1354+591)				20%	60%	20%	
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Viaduto (VF) BA 558 (km 1357+683)				30%	70%		
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Viaduto (VF) BA 647 (km 1364+845)				30%	70%		
4.1.3.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Implantação de Detectores de Descarrilamento					10%	90%	
4.1.4.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Instalação de Sistemas de Sinalização, Licenciamento e Posicionamento					30%	70%	
4.1.4.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 02F - Instalação de Sistema de Telecomunicação						100%	
Item	Descrição **LOTE 4 F**	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Infraestrutura - Linha Singela			25%	35%	30%	10%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Infraestrutura - Pátios de Cruzamento				20%	80%		
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Infraestrutura - Pátio de Interligação de Caetité					70%	30%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Infraestrutura - Passagens de Gado					100%		
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Infraestrutura - Passagens Veiculares					100%		
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Execução de Estradas Vicinais no Lote 04F						100%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Execução de Remanejamento de Interferência Lote 04F - Linhas de Alta, Média e Baixa Tensão				100%			
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Linha Singela				50%	40%	10%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 01 (LE) - (km 1143+550 ao km 1141+110)						100%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 03 (LD) - (km 1109+055 ao km 1106+880)					30%	70%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 05 (LE) - (km 1073+065 ao km 1070+890)					30%	70%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 07 (LD) - (km 1031+255 ao km 1029+054)						100%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Pátios de Cruzamento - DESVIO 09 (LE) - (km 991+086 ao km 988+725)						100%	
4.1.1.iii.a até 4.1.1.iii.d	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Superestrutura - Pátio de Interligação de Caetité (LD) - (km 972+256 ao km 969+628)						100%	
4.1.2.ii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Superestrutura - Passagens em Nível						100%	
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) Brejinho I (km 972+725)			50%	40%	10%		
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) Brejinho II (km 975+645)			35%	35%	30%		
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) BA-156 (km 980+602)			35%	35%	30%		
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Riacho da Faca (km 988+555)			30%	70%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Riacho das Antas I (km 1001+496)			20%	80%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Riacho das Antas II (km 1009+011)			0%	100%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - PI BA 617 (km 1011+911)			20%	80%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) BR 030 II (km 1021+623)			15%	85%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) BA 940 (km 1026+494)			0%	100%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Rio Riachão (km 1050+757)			0%	100%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Riacho da Cruz (km 1079+012)			10%	40%	50%		
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) BA 148 (km 1094+570)			30%	70%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Rio Brumado I (km1109+670)			20%	80%			
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Ponte Rio Brumado II (km 1139+312)			5%	50%	45%		
4.1.1.iii.e	Conclusão de Obras Remanescentes do Lote 04F - Viaduto (VF) VFFLS (sobre FCA) (km 1139+838)			35%	35%	30%		
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Viaduto (VR) Pátio Caetité (km 972+138)					50%	50%	
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Viaduto (VR) Serragem (km 985+280)					100%		
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - PI km 992 (km 992+526)					100%		
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Passarela Represo (km 1055+200)					100%		
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - PI Itaquaraí (km 1088+609)				20%	80%		
4.1.2.iii	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - PI km 1121 (km 1121+100)					100%		

4.1.3.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Implantação de Detectores de Descarrilamento					20%	80%	
4.1.4.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Instalação de Sistemas de Sinalização, Licenciamento e Posicionamento						100%	
4.1.4.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Instalação de Sistema de Telecomunicação					30%	70%	
4.1.5.i	Conclusão de Obras Complementares do Lote 04F - Implantação de Terminal Intermodal em Caetité/BA					25%	75%	

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 699, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 31; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.070766/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 13.406.285/0001-07, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais NANUQUE (MG) - CANAVIEIRAS (BA), prefixo nº 06-0005-61, e NANUQUE (MG) - EUNÁPOLIS (BA), prefixo nº 06-0006-61, no trecho NANUQUE (MG) - EUNÁPOLIS (BA).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 701, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 57; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.124879/2022-35, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A, CNPJ nº 27.486.182/0001-09, para modificar a prestação do serviço com a implantação das seções de CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) para VITÓRIA (ES) e VILA VELHA (ES), na linha VITÓRIA (ES) - RIO DE JANEIRO (RJ), prefixo 17-0117-30.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 702, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados interestaduais objeto do pleito de modificação da prestação do serviço constam da Licença Operacional - LOP de nº xxx; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.108290/2022-90, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84, para modificar a prestação do serviço com a realização de operação simultânea da linha interestadual CUIABÁ (MT) - SÃO PAULO (SP) prefixos nºs 11-0087-00 e 11-0087-31, com os mercados intermunicipais de SONORA (MS) para: NOVA PORTO XV DE NOVEMBRO (BATAGUASSU/MS).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 703, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 54; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.124723/2022-54, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da REAL EXPRESSO LTDA., CNPJ nº 25.634.551/0001-38, para modificar a prestação do serviço com a implantação das seções indicadas na linha BRASÍLIA (DF) - ARARAQUARA (SP), 12-0193-00:

I - de CATALÃO (GO) para ARAGUARI (MG), BRASÍLIA (DF), UBERABA (MG) e UBERLÂNDIA (MG); e

II - de CRISTALINA (GO) para ARAGUARI (MG), UBERABA (MG) e UBERLÂNDIA (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 704, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.126203/2022-86, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

Razão Social	TAF	CNPJ
CAPITAL VANS LOCACAO DE VAN LTDA	006519	31.603.290/0001-91
CLODOALDO SOUZA DE PASSOS LTDA	006520	28.024.256/0001-58
DNA LOCACOES DE BENS LTDA	006521	14.209.047/0001-74
DNA LOCACOES DE BENS LTDA	006521	14.209.047/0001-74
EMPRESA DE TURISMO FRONTEIRA SUL LTDA	006522	46.646.308/0001-00
EXECUTIVA MT TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	006523	15.524.084/0001-30
GONCALVES VIAGENS E LOGISTICA LTDA	006524	46.614.496/0001-94
IRMÃOS FARIA LTDA	311415	23.437.064/0001-50
ISAVAN IP FRETAMENTO LTDA	006525	44.623.746/0001-27
JAIRO DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI	006526	34.297.211/0001-50
JOSIANE BRANGER EIRELI	006527	22.096.196/0001-00
KERINE DE JESUS SIRINO LOCADORA EIRELI	359934	09.535.629/0001-00
MAX LOG TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI	006528	36.090.112/0001-28
MB TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006529	47.082.788/0001-96
MEDAZE LOCACAO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA	006497	36.164.133/0001-40
MIQUEIAS SANTOS MACHADO & CIA LTDA	006530	17.009.555/0001-05
NOTTUS TRANSPORTES LTDA	006531	30.413.738/0001-41
OZORIO VIAGENS E TURISMO LTDA	006532	45.902.920/0001-33
PARDINI TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI	006533	13.727.274/0001-29
PENATUR TRANSPORTES LTDA	006534	02.981.564/0001-88
PROTUR TRANSPORTES LTDA	006535	46.416.225/0001-24
R. BARBIERI TRANSPORTES LTDA	006536	46.273.065/0001-01
SONIATUR TURISMO LTDA	006537	45.785.954/0001-95
TEL FRETAMENTO E TURISMO LTDA	353732	48.838.437/0001-25
UNITRANS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI	006538	25.581.620/0001-92
URSO TUR TURISMO LTDA	006539	46.009.469/0001-92
WALLACE CALICIO GOMES LTDA	006540	45.466.292/0001-90
WAYNER SERVICOS DE TRANSPORTE LTDA	006541	13.317.863/0001-39

DECISÃO SUPAS Nº 705, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 66; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.117711/2022-73, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GUANABARA LTDA., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - JOÃO PESSOA (PB), via GUARABIRA (PB), prefixo 12-0687-00, com as seguintes seções:

I - de ALVORADA DO NORTE (GO), BARREIRAS (BA), IBOTIRAMA (BA), SEABRA (BA) para CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), PATOS (PB);

II - de ANÁPOLIS (GO) para CAMPINA GRANDE (PB), JACOBINA (BA), JOÃO PESSOA (PB), MORRO DO CHAPÉU (BA), PATOS (PB), SANTA LUZIA (PB), SOLEDADE (PB);

III - de BARRO (CE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CABROBÓ (PE), CAMPINA GRANDE (PB), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), PATOS (PB), PETROLINA (PE), SALGUEIRO (PE), SANTA LUZIA (PB), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

IV - de BRASÍLIA (DF) para CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), GUARABIRA (PB), JOÃO PESSOA (PB), PATOS (PB);

V - de BREJO SANTO (CE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CABROBÓ (PE), CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), PATOS (PB), PETROLINA (PE), SALGUEIRO (PE), SANTA MARIA DA BOA VISTA (PE), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

VI - de CAPIM GROSSO (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), GOIÂNIA (GO), JOÃO PESSOA (PB), PATOS (PB);

VII - de GOIÂNIA (GO) para CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), JACOBINA (BA), MORRO DO CHAPÉU (BA), PATOS (PB), SANTA LUZIA (PB), SOLEDADE (PB);

VIII - de IRECÊ (BA) para ANÁPOLIS (GO), CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), GOIÂNIA (GO), JOÃO PESSOA (PB), PATOS (PB);

IX - de JOÃO PESSOA (PB) para PETROLINA (PE);

X - de MILAGRES (CE) para ANÁPOLIS (GO), GOIÂNIA (GO), JOÃO PESSOA (PB), PATOS (PB);

XI - de PETROLINA (PE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), PATOS (PB), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

XII - de SALGUEIRO (PE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), MILAGRES (CE), PATOS (PB), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

XIII - de SANTA MARIA DA BOA VISTA (PE) para CAJAZEIRAS (PB), PATOS (PB);

XIV - de SÃO DESIDÉRIO (BA) para BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), GOIÂNIA (GO), PATOS (PB); e

XV - de SENHOR DO BONFIM (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), CAJAZEIRAS (PB), CAMPINA GRANDE (PB), GOIÂNIA (GO), JOÃO PESSOA (PB), PATOS (PB).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 706, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 52; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.120530/2022-24, decide:

Art. 1º Deferir o pedido do CONSÓRCIO FEDERAL DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.562.535/0001-51, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha BRASÍLIA (DF) - GOIÂNIA (GO), prefixo 12-0686-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 707, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 66; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.123737/2022-51, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GUANABARA LTDA., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha GOIÂNIA (GO) - NATAL (RN), via MOSSORO (RN), prefixo 12-0688-00, com as seguintes seções:

I - de ALVORADA DO NORTE (GO), BARREIRAS (BA), IBOTIRAMA (BA), SANTA MARIA DA BOA VISTA (PE) e SEABRA (BA) para CAJAZEIRAS (PB);

II - de ANÁPOLIS (GO) para JACOBINA (BA) e MORRO DO CHAPÉU (BA);

III - de BARRO (CE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CABROBO (PE), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), PETROLINA (PE), SALGUEIRO (PE), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

IV - de BRASÍLIA (DF) para CAJAZEIRAS (PB), CARAUBAS (RN), MOSSORO (RN), NATAL (RN);

V - de BREJO SANTO (CE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CABROBO (PE), CAJAZEIRAS (PB), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), PETROLINA (PE), SALGUEIRO (PE), SANTA MARIA DA BOA VISTA (PE), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

VI - de CAPIM GROSSO (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), GOIÂNIA (GO);

VII - de GOIÂNIA (GO) para CAJAZEIRAS (PB), JACOBINA (BA), MORRO DO CHAPÉU (BA);

VIII - de IRECE (BA) para ANÁPOLIS (GO), CAJAZEIRAS (PB), GOIÂNIA (GO);

IX - de MILAGRES (CE) para ANÁPOLIS (GO) e GOIÂNIA (GO);

X - de PETROLINA (PE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), , BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

XI - de SALGUEIRO (PE) para ALVORADA DO NORTE (GO), ANÁPOLIS (GO), BARREIRAS (BA), BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), CAPIM GROSSO (BA), GOIÂNIA (GO), IBOTIRAMA (BA), LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA), MILAGRES (CE), SÃO DESIDÉRIO (BA), SEABRA (BA), SENHOR DO BONFIM (BA);

XII - de SÃO DESIDÉRIO (BA) para BRASÍLIA (DF), CAJAZEIRAS (PB), GOIÂNIA (GO); e

XIII - de SENHOR DO BONFIM (BA) para ALVORADA DO NORTE (GO), CAJAZEIRAS (PB) e GOIÂNIA (GO).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 708, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 80; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.124297/2022-59, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON S/A, CNPJ nº 61.563.557/0001-25, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais ITAJUBA (MG) - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), prefixo nº 06-0212-60, e ITAJUBA (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0219-60, no trecho de ITAJUBA (MG) para SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 709, DE 29 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 80; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.124305/2022-67, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON S/A, CNPJ nº 61.563.557/0001-25, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais ITAJUBÁ (MG) - APARECIDA (SP), prefixo nº 06-0217-60, e ITAJUBÁ (MG) - APARECIDA (SP), prefixo nº 06-0218-20.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.753, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/18947 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KÁDIMOS ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 44.629.047/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 952/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.754, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/25794 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RIBSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 45.358.720/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1656/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.755, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/27518 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MORAIS ESCOLA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 35.461.111/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1110/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.756, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/35972 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.634.013/0005-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 1198/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.757, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/37742 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUERRA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.462.405/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1340/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.758, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/38581 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLANBRASIL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 27.448.301/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1258/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.759, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/39861 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0143-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 1584/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.760, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/40028 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve: AUTORIZAR a empresa PMT SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 33.461.487/0001-69, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser PMT SERVICOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.761, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/40154 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A.P.S. PEREIRA VIGILANCIA, CNPJ nº 27.543.573/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1461/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.762, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/40158 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa AC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.459.901/0001-10, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.763, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/40982 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENTT SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 40.108.181/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1429/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.764, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41920 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FIREWALL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 46.425.718/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1440/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.765, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/42006 - DPF/AQA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AFIMAC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 24.996.834/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1750/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.766, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43490 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0007-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1489/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.767, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43805 - DPF/CGE/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NAZKA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 40.154.405/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1773/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.768, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43963 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PLANETA SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 08.604.962/0003-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1580/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.769, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44610 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ENFORMA - FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES - LTDA - EPP, CNPJ nº 19.613.482/0001-83, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GAPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ nº 22.535.466/0001-24:

13 (treze) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.770, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46019 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTE REAL SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 32.650.993/0001-33, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente MILLENIUM SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 25.084.798/0001-28:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

2 (duas) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente MILLENIUM SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 25.084.798/0003-90:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

2 (duas) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente MILLENIUM SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 25.084.798/0001-28:

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

Da empresa cedente MILLENIUM SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 25.084.798/0003-90:

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.771, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46554 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA, CNPJ nº 92.959.006/0008-85 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1551/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.772, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46971 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARDED PLACE SEGURANÇA & VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 25.197.584/0002-49, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

960 (novecentas e sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.773, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47110 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTEGRAL SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 33.719.626/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1628/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.774, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47788 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSEGUR VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.376.361/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1562/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.775, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47812 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORMA-SEG CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.319.497/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 1543/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.776, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47951 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPREMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 71.755.201/0001-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1598/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.777, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48257 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARDED PLACE SEGURANÇA & VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 25.197.584/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1644/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.778, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48627 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOMINGUES PAES EMPRESA DE SEGURANÇA - LTDA, CNPJ nº 59.998.930/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1670/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.779, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48940 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.130.520/0001-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1757/2022 (CNPJ nº 09.130.520/0001-93); nº 1736/2022 (CNPJ nº 09.130.520/0003-55) e nº 1680/2022 (CNPJ nº 09.130.520/0002-74).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.780, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49042 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa XK SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.148.870/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1648/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.781, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49958 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 76 de 11/02/1998 à empresa VIP VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº 02.023.407/0001-60, localizada no Estado de MARANHÃO.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.782, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50732 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0007-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 1700/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.783, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50939 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa HAWK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 16.930.136/0001-30, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente UZIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES - LTDA, CNPJ nº 03.068.922/0001-29:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0003-70:

1 (um) Revólver calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

50 (cinquenta) Munições calibre 12

134 (cento e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.784, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50988 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa SHERIFF SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 34.265.320/0001-95, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.785, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/52177 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEFENSIVA FREITAS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1686/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.786, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/53245 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa L.R.S. X CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.602.839/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1763/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.787, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/54256 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OSTENSIVA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.920.248/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1716/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.788, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/54406 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Conceder autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0008-07, sediada em Sergipe, para adquirir:

Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0009-43:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0009-43:
55 (cinquenta e cinco) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.789, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/54777 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIPPIM SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.349.160/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1760/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.790, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/54812 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA DE CANETAS COMPACTOR, CNPJ nº 30.742.555/0001-70 para atuar no Rio de Janeiro.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.791, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/54946 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.850.645/0002-67, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
4 (quatro) Revólveres calibre 38
1000 (uma mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
1000 (uma mil) Munições calibre 38
29000 (vinte e nove mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
12500 (doze mil e quinhentos) Gramas de pólvora
29000 (vinte e nove mil) Projéteis calibre 38
10400 (dez mil e quatrocentas) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Estojos calibre .380
10400 (dez mil e quatrocentos) Projéteis calibre .380
3000 (três mil) Buchas calibre 12
108 (cento e oito) Quilos de chumbo calibre 12
3000 (três mil) Espoletas calibre 12
1000 (um mil) Estojos calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Máquinas de recarga calibre 38, 380, 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.792, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/55017 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização, à empresa CY SECURITY E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.317.816/0001-95, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Minas Gerais.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.793, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/55496 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0001-76, sediada em Goiás, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.794, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/55660 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.162.435/0006-57, sediada no Distrito Federal, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
900 (novecentas) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.795, DE 30 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/56169 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0153-92, sediada em Santa Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
960 (novecentas e sessenta) Munições calibre 12
1008 (uma mil e oito) Munições calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DECISÕES DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Decisão nº 60/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 47039.001450/2022-60 - 08018.034389/2022-23
Interessado(s): PUNEET BERRY - PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRAS

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 61/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de renovação do prazo da autorização de residência a imigrante
Processos: 47039.020504/2021-13 - 08018.012553/2022-41
Interessado(s): ERIKSON YEYE N'DJAME

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 62/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 40/2019
Processos: 47039.003524/2022-01 - 08018.040388/2022-18
Interessado(s): GERHARD ULMANN

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 63/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência prévia a imigrante, Resolução Normativa 02/2017
Processos: 08228.003312/2022-36 - 08018.039026/2022-84
Interessado(s): JORDÃO BADJETE MENDONÇA - ORLAS CONSTRUTORA EIRELI

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 64/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 08228.001397/2022-18 - 08018.037488/2022-67
Interessado(s): JADE PAUL GARCIA BERIA - PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 65/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência prévia a imigrante, Resolução Normativa 02/2017
Processos: 08228.003708/2022-83 - 08018.037210/2022-90
Interessado(s): ACHRAF OURO-KOURA - INSPEÇÃO DE ALIMENTOS HALAL LTDA
O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão da ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 66/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência prévia a imigrante, Resolução Normativa 02/2017
Processos: 08228.003756/2022-71 - 08018.039499/2022-81
Interessado(s): KOFFI SOVON - INSPEÇÃO DE ALIMENTOS HALAL LTDA
O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 67/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência prévia a imigrante, Resolução Normativa 02/2017
Processos: 08228.003710/2022-52 - 08018.037217/2022-10
Interessado(s): AMIDOU TCHAKPIDE - INSPEÇÃO DE ALIMENTOS HALAL LTDA
O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 68/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 14/2017
Processos: 47039.018497/2021-81 - 08018.033293/2022-48
Interessado(s): DANIELA MARIA POP
O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência à imigrante acima citada.

Decisão nº 69/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 45/2021
Processos: 47039.003879/2022-91 - 08018.034395/2022-81
Interessado(s): JESPER STROM SOHOF
O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de sua intempestividade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

ALEXANDRE RABELO PATURY

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Despacho nº 6827/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0167787/2022.
Interessada: NINFA LEONILA ULLOA GILIMAS.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6828/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0159138/2022.
Interessado: ANTONIO HELIODORO.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou apostilamento da certidão de antecedentes criminais do país de origem e cópia integral do passaporte, e portanto não atende à exigência contida no art. 65, inciso II e IV da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199, de 2017.

Despacho nº 6829/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0133951/2021.
Interessado: Vespasiano Alves de Macedo.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento do inciso II do art. 65 da Lei 13.445/2017 e art. 237 do Decreto 9.199/2017, além do art. 51 da Portaria 623/2020, tendo em vista que o requerente se ausentou do país por período superior ao permitido por lei, dentro do prazo de doze meses imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

Despacho nº 6830/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0133925/2021.
Interessado: EDUARDO ANGEL HAGIPANTELLI.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidões da Justiça Federal e Estadual, e comprovantes de residência, e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6831/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128621/2021.
Interessada: SONIA THAIS PERERA DE HORANDE.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou cópia completa do passaporte, comprovantes de residência, certidão de antecedentes criminais emitido pelo país de origem e certidões criminais da Justiça Federal e Estadual, não são aceitas certidões policiais, e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 6832/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128190/2021.
Interessado: MAHMOUD KOURANY MAHMOUD HASSABOU HASSABOU.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto no art. 67 da Lei 13.44/2017, tendo em vista que o interessado não apresentou certidões da Justiça Estadual e Federal; comprovante de reabilitação, nos termos da legislação vigente, se for o caso; o atestado de antecedentes criminais do país de origem, devidamente legalizado e com tradução pública juramentada. Também não forma anexados o comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e cópia integral do passaporte, incluindo as folhas em branco.

Despacho nº 6833/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0120036/2021.
Interessado: ADNAN AL CHIEKH.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto no art. 67 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o requerente, mesmo após devidamente notificado, deixou de apresentar a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal; certidão de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público e o comprovante de residência por no mínimo quine anos imediatamente anteriores ao pedido.

Despacho nº 6834/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0119570/2021.
Interessado: NELLY EMILIA CHAVEZ DEL SOLAR DE RENGIFO.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 6835/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113136/2021.
Interessado: ROBERTO GASTÓN CABRAL CARNEIRO.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6836/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0112015/2021.
Interessado: GRAZIANO MANDICH.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidões da Justiça Federal e Estadual, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e cópia integral do passaporte, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 6837/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0110400/2021.
Interessado: MAMOUR MAMADOU ELIMANE BA.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto no art. 67 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de residência dos quinze anos anteriores ao pedido de naturalização ; certidão da Justiça Federal; legalização e tradução pública juramentada do atestado de antecedentes criminais do país de origem.

Despacho nº 6838/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108788/2021.
Interessado: PAULO DE NEVILLE DA CUNHA SEPULVEDA E LENCASTRE.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por mais de 15 meses do Brasil, e atualmente encontra-se no exterior desde 18/08/2021, sem previsão de retorno, e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, c/c inciso I, art. 237, do Decreto nº 9.199, de 2017.

Despacho nº 6839/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0107586/2021.
Interessado: CARIDAD LOPEZ FRAGOSO.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto.

Despacho nº 6840/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0104630/2021.
Interessado: JOSE RAFAEL GONZALEZ BOLIVAR.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o requerente não comprovou sua residência no Brasil por, no mínimo, quatro anos imediatamente anteriores ao pedido, bem como não constam as certidões do 1º e 2º Ofício distribuidor de Curitiba, além de não constar a certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e o apostilamento do atestado de antecedentes criminais do país de origem.

Despacho nº 6841/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102674/2021.
Interessado: BLANCA ELENA GUERRERO DABOIN.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento

do art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, proponho o indeferimento do pedido, tendo em vista que a requerente não possui quinze anos de residência imediatamente anteriores ao pedido, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e não anexou a tradução pública juramentada do atestado de antecedentes criminais o país de origem.

Despacho nº 6842/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101003/2021.
Interessada: LEOPOLDINE DOMBEK RYBANDT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6843/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0100810/2021.
Interessado: ILEANA RODRIGUEZ MARTINEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao art. 67 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o interessado não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, observada a Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.

Despacho nº 6844/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0098439/2021.
Interessado: THIERRY PIERRE MARIE JOURDET.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao art. 67 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o interessado não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado.

Despacho nº 6845/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº235881.0085456/2021.
Interessado: MARIO OCTAVIO ALVAREZ GONZALEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do parágrafo único do art. 70 da Lei nº13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, proponho o indeferimento do pedido, vez que o requerente não atende aos requisitos necessários para a naturalização definitiva, uma vez que nunca obteve a naturalização provisória.

Despacho nº 6846/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº235881.0085207/2021.
Interessado: PABLO VAZZANA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6847/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083681/2021.
Interessado: RICHENY MOISE.

O(A) COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento aos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais do país de origem legalizados (enviou somente tradução) e documento comprobatório da comunicação em Português conforme Portaria 623/2020.

Despacho nº 6848/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0082711/2021.
Interessado: HIRONCE DORT.
O(A) COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, vez que o interessado não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, devidamente legalizada.

Despacho nº 6849/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0081025/2021.
Interessado: DJIBY ´DIOP.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de residência dos últimos 4 (quatro) anos, e o requerente não apresentou, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso II do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 6850/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0079060/2021.
Interessado: JAMAL KASSEM DIAB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidões da Justiça Federal e Estadual, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6851/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0077584/2021.
Interessado: RICARDO MOSTACEDO LAZCANO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado. Além disso, o requerente não apresentou apostilamento da certidão de antecedentes criminais do país de origem, e certidão da Justiça Estadual, portanto não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6852/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0071746/2021.
Interessado: ALBERTO JOSE SELVINO MOREAU DOMINGUEZ.

O(A) COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto no art. 67 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o requerente não possui quinze anos de residência por prazo indeterminado, imediatamente anteriores à data do protocolo do pedido de naturalização extraordinária.

Despacho nº 6853/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066348/2021.
Interessado: ALEXANDRE BORIS MIHAILOFF MIHAILOFF.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem atualizada, traduzida e apostilada, certidão da Justiça Federal, bem como não apresentou documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6854/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065797/2021.
Interessado: RAINIER EDMOND JEREISSATI.

O(A) COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto no art. 67 da Lei 13.445/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, proponho o indeferimento do pedido, tendo em vista que não foi comprovada a residência do interessado por, no mínimo, quinze anos imediatamente anteriores ao pedido, bem como não foi juntada a situação cadastral do CPF do requerente.

Despacho nº 6855/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029950/2021
Interessado: LAMINE BAH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, apresentou comprovante de residência em nome de terceiros e não comprovou a residência pelos 4(quatro) anos de efetiva residência no país, bem como, apresentou comprovante de proficiência em língua portuguesa, certificado de curso (EAD), sem histórico, conteúdo programático e sem avalição presencial, em desacordo com o art. 5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da citada portaria, e, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas justiças federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 4(quatro) anos e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II,III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6856/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029928/2021
Interessado: MOUSSA SAMB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista a impossibilidade de visualização dos documentos anexados aos autos, por não se encontrarem em formato (PDF) e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6857/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029913/2021
Interessado: ADALGISA CARVALHO SEMEDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela JUSTIÇA FEDERAL, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento da exigência prevista no art. 65, Inciso IV da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6858/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029667/2021
Interessado: AMADU DABU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, quais sejam, documento que comprove a residência pelo período de 01 ano, certidão de antecedentes criminais do país de origem, o qual se encontra sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e a apresentação da certidão das justiças, Estadual e Federal, que não foram apresentadas até a presente data, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6859/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029639/2021
Interessado: SAMER FAWZI ABOU AL IZZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o imigrante não comprovou a não condenação penal pelos meios solicitados, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 6860/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo:235881.0029469/2021
Interessado: SHABBIR AHMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou

os documentos necessários no momento da formalização do pedido, quais sejam, a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6861/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029032/2021
Interessado: ROBERTO SÁ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6862/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028656/2021
Interessado: NUMENIO RATTIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente (dados cadastrais do INSS de 2018; certidão de nascimento de filho brasileiro e solicitação de refúgio), deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 6863/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028314/2021
Interessado: CARLOS MUIZILA CHAVES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente CRNM, CPF, comprovante de residência (2021), certidões de nascimento da prole brasileira, passaporte, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e a certidão de antecedentes criminais do país de origem vencida e sem a legalização no exterior pela Embaixada do Brasil, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6864/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0024593/2021
Interessado: ENEL DELVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6865/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0023575/2021
Interessado: MAHMOUD ABBOUD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6866/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0021011/2021
Interessado: MASS MBENGUE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo arquivamento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6867/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0018553/2020
Interessado: JIMMITRY SALOMON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não comprovou a residência no país no ano imediatamente anterior à data do pedido, não comprovou a proficiência em língua portuguesa com documento previsto no art. 5° da Portaria retromencionada, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, bem como apresentou, apenas, a tradução dos antecedentes criminais do país de origem, desatualizada (2017), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e, portanto, não atende às exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6868/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017730/2020
Interessado: ELIE ALCEO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente uma declaração de residência, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6869/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016753/2020
Interessado: ELIZETH ROSA LEMOS JOSE SESA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente a CRNM, o CPF e a certidão de nascimento do filho brasileiro, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6870/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016713/2020
Interessado: ACACIO ALBERTO CARVALHO SESA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente a CRNM, o CPF e a certidão de nascimento do filho brasileiro, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6871/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015420/2020
Interessado: MARIA ADELA MILES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente o CPF e a certidão de nascimento do filho brasileiro, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6872/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0015310/2020
Interessado: MIRENE FERNANDES DA SILVA SÁ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que regularmente notificado pela Polícia Federal, o estrangeiro não se manifestou, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitidas pelas Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, bem como não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem legalizada por representação consular brasileira no exterior e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 6873/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004117/2020
Interessado: DUCKENS BERNOT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, não comprovou a proficiência em língua portuguesa com documento recepcionado no § 4º, do art. 5º da Portaria retromencionada, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal dos estados onde residiu, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 1º AGOSTO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA SUBSTITUTA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 1.414 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO AMBIENTAL DE MATO GROSSO, com sede em Peixoto de Azevedo - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.024.172/0001-44, conforme Despacho nº 1327/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18763383), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000489/2022-57.

Nº 1.415 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação (17613957) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO NUFFIELD BRASIL, com sede em Vacaria - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 28.169.598/0001-66, nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 560/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18678286). Processo SEI/MJ nº 08026.000210/2022-35.

Nº 1.416 - Tornar público a RECONSIDERAÇÃO da decisão da PERDA da qualificação como OSCIP proferida por meio do Despacho nº 990/2022/DPJUS/SENAJUS (18035390), publicado no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2022, Seção 1, página 173 (18058990), restituindo-se a Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da entidade social INSTITUTO PROJETA PLANETA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL, com sede em Manaus - AM, inscrita no CNPJ sob o nº 26.351.244/0001-02, conforme Nota Técnica nº 558/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18674451). Processo SEI/MJ nº (08071.000620/2021-50).

Nº 1.417 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO ALEXANDRE E HELOÍSA BELDI, com sede em Votorantim - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.704.950/0001-37, conforme Nota Técnica nº 267/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (17774307) e Despacho nº 1281/2022/OSCIP-OE/GAB-

CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18629616), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000160/2022-96.

Nº 1.418 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação (17090896) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS- AIESEC, com sede em Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.675.539/0001-02, nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 510/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18490550). Processo SEI/MJ nº 08026.000059/2022-35.

Nº 1.420 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social POR1SORRISO, com sede em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 26.138.049/0001-07, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 576/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000149/2022-26.

Nº 1.421 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO NUMIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DA AMAZÔNIA, com sede em Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 06.262.394/0001-32, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 1312/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS. Por oportuno, atenta-se que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000276/2022-25.

Nº 1.422 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO CENTRO EDUCACIONAL REBRAL, com sede em Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.465.953/0001-13, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 1311/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS. Por oportuno, atenta-se que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000334/2022-11.

Nº 1.423 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social BEM ESTAR DO MENOR, com sede em Sabinópolis/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.391.797/0001-60, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 1307/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS. Por oportuno, atenta-se que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000333/2022-76.

Nº 1.424 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS E SOCIAIS, com sede em Taquari/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.763.582/0001-70, nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 552/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000539/2022-04.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER
Diretora
Substituta

COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

DESPACHO Nº 1.328, DE 29 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Notificar a entidade social VIA SAÚDE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.100.085/0001-69, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000241/2022-41.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.059, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: UM PEQUENO GRANDE PLANO (LA CROISADE, França - 2021)
Produtor(es): Pascal Caucheteux
Diretor(es): Louis Garrel
Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001231/2022-87
Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.060, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: THE ROUNDUP - TOLERÂNCIA ZERO (THE ROUNDUP, Coréia do Sul - 2022)
Produtor(es): BA Entertainment/K-Movie Entertainment
Diretor(es): Sang-yong Lee
Distribuidor(es): SATO COMPANY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação/Policial
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001301/2022-05
Requerente: SA DISTRIBUIDORA DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.061, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CLARA SOLA (Bélgica / Costa Rica / Suécia - 2021)
Produtor(es): Anne-Laure Guégan/Alan McConnell/Marcelo Quesada/Géraldine Sprimont/Karina Avellán Troz/Nima Yousefi
Diretor(es): Nathalie Álvarez Mesén
Distribuidor(es): IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001317/2022-18
Requerente: TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.062, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SÓ POSSO SER CHARLES (Brasil - 2022)
Produtor(es): Mark Benjamin
Diretor(es): Daniel Herz/Pedro Murad
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001348/2022-61
Requerente: PEDRO CARVALHO MURAD

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.063, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BIG NATE (Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Amy Mckenna
Diretor(es): Mitch Watson
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001370/2022-19
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.064, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: HALLOWEEN ENDS - TRAILER 1A (HALLOWEEN ENDS, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): David Gordon Green
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.001419/2022-25
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.065, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ENTRE ROSAS (LA FINE FLEUR, França - 2020)
Produtor(es): Estrella Productions/France 3 Cinéma/Auvergne Rhône-Alpes Cinéma
Diretor(es): Pierre Pinaud
Distribuidor(es): CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001424/2022-38
Requerente: ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.066, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ESPERANDO BOJANGLES (EN ATTENDANT BOJANGLES, Bélgica / França - 2021)
Produtor(es): Curiosa Films/JPG Films/StudioCanal/Sofinergie Capac/France 2 Cinéma/Umedia
Diretor(es): Régis Roinsard
Distribuidor(es): CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001425/2022-82
Requerente: ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.067, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: MORTE, MORTE, MORTE - TRAILER 1B (BODIES, BODIES, BODIES, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Sebastien Bear-Mcclar
Diretor(es): Halina Reijn
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Medo
Processo: 08017.001426/2022-27
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.068, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ONODA - 10 MIL NOITES NA SELVA (ONODA - 10.000 NIGHTS IN THE JUNGLE, Alemanha / Bélgica / França / Itália / Japão / Camboja - 2021)
Produtor(es): Nicolas Anthomé
Diretor(es): Arthur Harari
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001433/2022-29
Requerente: TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.069, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: A LUTA DE UMA VIDA (LIFT TRAILER) (THE SURVIVOR, Canadá / Estados Unidos da América / Hungria - 2022)
Produtor(es): New Mandate Films/Bron Studios/Creative Wealth Media Finance
Diretor(es): Barry Levinson
Distribuidor(es): DIAMOND FILMES DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001437/2022-15
Requerente: GISELE CRUZ DE CARVALHO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.070, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: PAIXÕES RECORRENTES (Brasil - 2022)
Produtor(es): Crystal Cinematográfica
Diretor(es): Ana Carolina
Distribuidor(es): O2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ficção
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001439/2022-04
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.071, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: CANO SERRADO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Edu Felistoque/Keilla Pinheiro/Erik de Castro
Diretor(es): Erik de Castro
Distribuidor(es): H2O Distribuidora de Filmes SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001440/2022-21
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.072, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: CONVITE MALDITO - TRAILER 2G (THE INVITATION (AKA THE BRIDE), Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Michael P. Flannigan
Diretor(es): Jessica M. Thompson
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001445/2022-53
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.073, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: A MULHER REI - TRAILER 2C (THE WOMAN KING, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Peter Mcaleese
Diretor(es): Gina Prince-Bythewood
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama/Histórico
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001446/2022-06
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.074, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: UM PEQUENO GRANDE PLANO (LA CROISADE, França - 2021)
Produtor(es): Pascal Caucheteux
Diretor(es): Louis Garrel
Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001447/2022-42
Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.075, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: O SEGREDO DE MADELEINE COLLINS (MADELEINE COLLINS, Bélgica / França / Suíça - 2021)
Produtor(es): Justin Taurand
Diretor(es): Antoine Barraud

Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

Gênero: Drama/Suspense

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta

Contém: Violência e Drogas Lícitas

Processo: 08017.001449/2022-31

Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.076, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O SEGREDO DE MADELEINE COLLINS (MADELEINE COLLINS, Bélgica / França / Suíça - 2021)

Produtor(es): Justin Taurand

Diretor(es): Antoine Barraud

Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos

Gênero: Drama/Suspense

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta

Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis

Processo: 08017.001229/2022-16

Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.077, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ABESTALHADOS 2 (Brasil - 2022)

Produtor(es): Cláudia da Natividade

Diretor(es): Marcos Jorge & Marcelo Botta

Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.

Classificação Pretendida: livre

Gênero: Comédia

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta

Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria

Processo: 08017.001310/2022-98

Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.078, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: O DESTINO DE HAFFMANN (ADIEU MONSIEUR HAFFMANN, França - 2021)

Produtor(es): Philippe Rousselet

Diretor(es): Fred Cavayé

Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

Classificação Pretendida: livre

Gênero: Drama

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta

Contém: Violência e Drogas Lícitas

Processo: 08017.001443/2022-64

Requerente: SYNAPSE BRAZIL PRODUCTION AND DISTRIBUTION LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

PORTARIA SENAD/MJSP Nº 101, DE 27 DE JULHO DE 2022

Prorroga o prazo de encerramento do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SENAD/MJSP nº 14, de 26 de junho de 2020 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o art. 5º, II, da Portaria SE nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08129.002267/2020-59, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SENAD nº 14, de 26 de junho de 2020, alterada pela Portaria SENAD nº 66, de 10 de agosto de 2021, com a finalidade de implantar o uso de tecnologias para detecção de substâncias psicoativas - SPAs no trânsito, até o dia 18 de agosto de 2023.

Art. 2º A Portaria SENAD/MJSP nº 14, de 26 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.....

.....

III - do Departamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF):

.....

b) Suplente: Daniel Pinheiro Spinelli;

.....

IV - da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), do Ministério da Infraestrutura:

a) Titular: Izabela Rizzotti Souza Lima;

b) Suplente: Agnaldo do Nascimento Filho;"

Art. 3º Esta Portaria SENAD entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO MAIURINO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 87ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2022

Dia: 29/07/2022
Hora: 13h31
Presidente: Alexandre Cordeiro Macedo
Secretária do Plenário substituta: Iara do Espírito Santo

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 36 do Regimento Interno do Cade e iniciará sem o nome do Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido e da Conselheira Lenisa Prado que, nos últimos blocos de sorteio, nas Sessões Ordinária de Distribuição nº 262 e 265, foram os relatores sorteados.

Considerando a média de nove processos em estoque nos Gabinetes ocupados e os estoques vazios nos Gabinetes assumidos pelos Conselheiros Gustavo Augusto e Victor Oliveira Fernandes; e observando o princípio da equanimidade, da eficiência na Administração Pública e da busca pelo estoque mínimo dos novos Conselheiros, realiza-se mecanismo de compensação na distribuição de processos, nos termos do §2º do art. 36 do Regimento Interno do Cade, de maneira que os nomes dos Conselheiros Gustavo Augusto e Victor Oliveira Fernandes terão peso três, ou seja, três vezes mais chance de serem sorteados, e não serão excluídos dos blocos de distribuição após sorteados, devendo continuar elegíveis ao recebimento de processos no bloco de sorteio até que sejam sorteados pela nona vez.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

1.Ato de Concentração nº 08700.002862/2022-13.

Requerentes: Hapvida Assistência Médica Ltda. e Plamed Plano de Assistência Médica Ltda.

Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Yi Shin Tang, Juliana Cangussu Silveira Possebon e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

IARA DO ESPIRITO SANTO
Secretária do Plenário
Substituta

PORTARIA CADE Nº 298, DE 22 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, no uso das atribuições que lhe é conferida pelo inciso IX, art. 10 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 e tendo em vista o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, nos termos da Portaria Cade nº 129, de 28 de dezembro de 2010, quanto ao cumprimento das metas estabelecidas na Portaria Cade nº 321, de 22 de junho de 2021 (SEI nº 0921811), relativas ao 12º Ciclo de Avaliação, ano base 2021/2022, período de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Art. 2º A média da avaliação institucional do Cade é de 100% (cem por cento), conforme tabela em anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

ANEXO

RESULTADO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - 12º CICLO DE AVALIAÇÃO
Unidade de Avaliação: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
Ano Base: 2021/2022

Indicador	Meta	Percentual (%)	Resultado
Número de horas de participação em ações de capacitação	≥ 10.000	20	21.606
Documentos hábeis avaliados pela UCG sem restrições	≥ 95%	20	99,7%
Número de releases publicados no portal do Cade	≥ 220	20	361
Tempo de Cadastramento de AC (em minutos)	< 60	20	27
Percentual de execução do PDTIC	≥ 90%	20	95%

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.053, DE 29 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1053/2022
Processo Administrativo nº 08700.009165/2015-56 (Apartado Restrito nº 08700.010420/2015-11)
Representante: Cade ex officio.
Representados: Elster Medição de Água S/A ("Elster"), FAE Ferragens e Indústria de Hidrômetros S/A ("FAE"), Itron Soluções para Energia e Água Ltda. ("Itron"), LAO Indústria Ltda. ("LAO"), Sappel do Brasil Ltda./Diehl Metering Industria de Sistema de Medição Ltda. ("Sappel"), Sensus Metering Systems do Brasil Ltda. ("Sensus"), Saga Medição Ltda. ("Saga"), Vector Sistemas de Medição Ltda ("Vector"), Adney Aparecido Costa Siqueira, André Bezerra Lima Carneiro, Antônio Fábio Andrade Santos, Cid Luiz Racca, Carlos Dehon Dias Lopes, Carlos Henrique Gomez Capps, Danilo Murta Coimbra, Emerson da Costa Rodrigues, Frazão Sergio Caixeta Gomes, José Antônio Cattani Xavier, Jose Geraldo de Almeida Junior, José Roberto Baptistella, Leonardo Cangussú Mendes, Luis Antonio Tinello, Luis Claudio Nogueira Rigolon, Luiz Tadeu Beraldo Teixeira, Marcos Antônio Kokol, Marcos Sérgio Sartori, Pedro Cyrillo Cardoso de Almeida, Renzo Rodrigues Sudario da Silva, Samuel Chagas Lee, Sebastião Ataíde Fonseca, Sylvain Brogle e Valdir Iannelli.
Advogados: Alexandre Augusto Reis Bastos, Ana Cláudia Teles Silva Bloisi, Ana de Oliveira Frazão Vieira de Mello, Angelo Gamba Prata de Carvalho, Arthur Villamil Martins, Barbara Rosenberg, Camilia Paoletti, Denival Duarte Costa, Eduardo Almeida Fabbio, Eric Hadmann Jasper, Fernanda Monteiro Barroso de Castro, Frederico Feitosa da Rosa, Gustavo Henrique dos Santos, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Ivo Teixeira Gico Júnior, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Leonardo da Costa Carvalho Coelho, Leticia Jaqueline

Costa, Livio de Vivo, Marcelo Scaff Padilha, Maria Augusta Fidalgo, Maria Cibele Crepaldi Affonso dos Santos, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Michelle Ruiz Casemiro, Nicholas Sleiman Cozman, Olavo Zago Chinaglia, Rander Augusto Andrade, Ricardo Silva das Neves, Rodolfo Otto Kokol, Thalita de Carvalho Novo, Vicente Bagnoli e outros.

Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Beneficiários de Leniência e/ou Compromissários de TCC notificados para apresentação de alegações no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste Despacho. Passado este prazo, ficam os demais Representados notificados para apresentação das alegações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 156 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Protocolo.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.089, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1089/2022
Ato de Concentração nº 08700.004934/2022-59. Requerentes: Airbus SAS, Safran S.A., Tikehau Ace Capital SAS e Aubert & Duval SAS. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Luiz Antonio Galvão, Matheus Augusto Gomes Barreto e Vitória Oliveira. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 1090/2022
Ato de Concentração nº 08700.004691/2022-59. Requerentes: Bocaiuva Empreendimentos Ltda. e Norflor Empreedimentos Agrícolas S.A. Advogados: Vicente Bagnoli, Douglas Telpis Ferrante, Vivian Fraga, Leticia Harumi Yada e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6 (CGAA 6)

DESPACHO Nº 19, DE 29 DE JULHO DE 2022

DESPACHO DECISÓRIO Nº 19/2022/DIAP/CGP/DAP/CADE
Processo Administrativo nº 08700.003473/2021-16. (Apartado Restrito nº 08700.004128/2022-81)
Representante: CADE ex-officio
Representados: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região - CREFITO.

Nos termos do art. 70, §5º, da Lei nº 12.529/2011 e do art. 152, §§1º e 2º do RI-Cade, defiro o pedido de dilação do prazo de defesa solicitado no ofício SEI nº 1093898 (COFFITO), aplicando-se a todos os demais Representados a prorrogação do prazo de defesa por 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao final do prazo regular de defesa.

RAQUEL MAZZUCO SANT'ANA POSSAMAI
Coordenadora-Geral

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 26 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.300. Processo nº 48500.003269/2018-71. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 1, CEG UFV.RS.PI.040698-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 301 Processo nº 48500.003270/2018-03. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 2, CEG UFV.RS.PI.040699-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 302. Processo nº 48500.003271/2018-40. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 3, CEG UFV.RS.PI.040700-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 303. Processo nº 48500.003272/2018-94. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 4, CEG UFV.RS.PI.040701-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 304. Processo nº 48500.003275/2018-28. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 5, CEG UFV.RS.PI.040702-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 305. Processo nº 48500.003273/2018-39. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 6, CEG UFV.RS.PI.040703-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 306. Processo nº 48500.003274/2018-83. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 7, CEG UFV.RS.PI.040704-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 307. Processo nº 48500.003276/2018-72. Interessado: Complexo Fotovoltaico Olho do Sol SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.664.046/0001-80, a implantar e explorar a UFV Olho do Sol 8, CEG UFV.RS.PI.040705-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada Piripiri, Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BONFIM LOPES

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.028, DE 26 DE JULHO DE 2022

Aprimoramento da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de Angra I e II e de Itaipu para as distribuidoras com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano e cálculo do componente financeiro para permissionárias distribuidoras de energia elétrica agentes da CCEE.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Portaria nº 6.405, de 27 de maio de 2020; e o que consta do Processo nº 48500.006256/2019-34, decide:

Art. 1º Aprovar a versão 2.4 C do Submódulo 7.3, a versão 1.1 C do Submódulo 11.2, a versão 1.2C do Submódulo 12.6 e a versão 1.0 do Submódulo 8.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

Art. 2º Alterar o Quadro I do Anexo I da Resolução Normativa nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022, conforme a seguir:

MÓDULOS: Submódulo 7.3 - Tarifas de Aplicação; LIII; 2.4 C; Desde 01/08/2022;

MÓDULOS: Submódulo 8.6 - Componentes Financeiros; LIX-A; 1.0; Desde 01/08/2022;

MÓDULOS: Submódulo 11.2 - Alocação de Cotas de Garantia Física das Usinas Enquadradas na Lei nº 12.783/2013; LIXXI; 1.1 C; Desde 1º/8/2022;

MÓDULOS: Submódulo 12.6 - Alocação de Cotas de Garantia Física das Usinas Enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; LIXXI; 1.2 C; Desde 1º/8/2022;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO LIII

Módulo 7: Estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição
Submódulo 7.3
TARIFAS DE APLICAÇÃO
Versão 2.3 C

1. OBJETIVO

1. Estabelecer a metodologia de cálculo das Tarifas de Aplicação, necessárias para a definição da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e da Tarifa de Energia - TE.

2. ABRANGÊNCIA

2. Aplica-se a todas as revisões e reajustes tarifários de concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

3. TARIFAS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - TUSD DE APLICAÇÃO

3. A TUSD é formada pelos componentes tarifários: TRANSPORTE, PERDAS e ENCARGOS.

4. O cálculo da TUSD de Aplicação subdivide-se em duas etapas: definição da TUSD base econômica e da TUSD base financeira.

I. TUSD base econômica: corresponde à TUSD, sem incidência de qualquer benefício tarifário, apurada com base no mercado de referência e no custo regulatório econômico da distribuidora - Receita Anual ou Receita Requerida Econômica; e

II. TUSD base financeira: corresponde à TUSD, apurada com base no mercado de referência e nos custos regulatórios financeiros e da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA.

5. A TUSD de Aplicação será o somatório da TUSD base econômica e TUSD base financeira.

3.1. DEFINIÇÃO DA TUSD BASE ECONÔMICA

6. A TUSD base econômica corresponde ao produto das Tarifas de Referência, definidas no Submódulo 7.2 do PRORET, por um fator multiplicativo, para cada componente tarifário.

7. O fator multiplicativo por componente tarifário da TUSD base econômica é obtido pela razão entre o custo regulatório econômico e a receita de referência, deduzidos do custo regulatório econômico a receita referente a unidades consumidoras do subgrupo A1, centrais geradoras, e distribuidoras, conforme itens 6, 7 e 8 desse Submódulo.

8. A receita de referência corresponde ao produto das Tarifas de Referência pelo mercado de referência, por componente tarifário.

3.2. DEFINIÇÃO DA TUSD BASE FINANCEIRA

9. A TUSD base financeira corresponde ao produto da TUSD base econômica por um fator multiplicativo, para cada componente tarifário.

10. O fator multiplicativo por componente tarifário da TUSD base financeira é obtido com base nos custos financeiros estabelecidos no Módulo 4 - Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição, do PRORET e no mercado de referência, desconsiderado, por componente tarifário, o mercado sobre o qual não irão incidir os componentes financeiros, conforme regulamentado neste Módulo do PRORET.

11. Os componentes tarifários financeiros poderão ser apurados pelos mesmos critérios de definição: i) das Tarifas de Referência; ii) do componente tarifário perdas não técnicas; ou iii) pelo critério percentual.

4. TARIFA DE ENERGIA - TE DE APLICAÇÃO

12. A TE é formada pelos componentes tarifários: ENERGIA, PERDAS, ENCARGOS e TRANSPORTE.

13.O cálculo da TE de Aplicação subdivide-se em duas etapas: definição da TE base econômica e da TE base financeira.

I. TE base econômica: corresponde à TE, sem incidência de qualquer benefício tarifário, apurada com base no mercado de referência e no custo regulatório econômico da distribuidora - Receita Anual ou Receita Requerida Econômica; e

II. TE base financeira: corresponde à TE, apurada com base no mercado de referência e no custo regulatório financeiro da distribuidora.

14. A TE de Aplicação será o somatório da TE base econômica e TE base financeira.

4.1. DEFINIÇÃO DA TE BASE ECONÔMICA

15. A TE base econômica corresponde ao produto das Tarifas de Referência, definidas no Submódulo 7.2 do PRORET, por um fator multiplicativo, para cada componente tarifário.

16. O fator multiplicativo por componente tarifário da TE base econômica é obtido pela razão entre o custo regulatório econômico e a receita de referência, considerando a não incidência do fator sobre determinados componentes tarifários da TE suprimento conforme item 4.3.

17. A receita de referência corresponde ao produto das Tarifas de Referência pelo mercado de referência, por componente tarifário.

4.2. DEFINIÇÃO DA TE BASE FINANCEIRA

18. A TE base financeira corresponde ao produto da TE base econômica por um fator multiplicativo, para cada componente tarifário.

19. O fator multiplicativo por componente tarifário da TE base financeira é obtido com base nos custos financeiros estabelecidos no Módulo 4 - Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição, do PRORET e no mercado de referência.

20. Os componentes tarifários financeiros poderão ser apurados pelo mesmo critério de definição das Tarifas de Referência da TE.

4.3. DEFINIÇÃO DA TE SUPRIMENTO

21. A TE suprimento, aplicada às concessionárias e permissionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano, conforme Submódulo 11.1 do PRORET, será obtida da seguinte forma:

a) os componentes tarifários da TE, salvo o relativo à energia comprada para revenda, deverão ser divididos pelo mercado de referência de energia da concessionária supridora;

b) o componente tarifário relativo a energia comprada para revenda para suprimento deverá ser dividida pelo montante de energia regulatório excluído o montante relativo ao PROINFA.

23. Não se aplica o componente tarifário TE TRANSPORTE para a concessionária ou permissionária suprida que seja detentora de quota-parte de Itaipu.

5. BENEFÍCIOS TARIFÁRIOS

24. Benefícios tarifários são descontos e subsídios incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme segregação abaixo:

Carga Fonte Incentivada - redução tarifária na TUSD de consumidores devido à aplicação da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, art. 26, §1º e regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, ou o que vier a sucedê-la;

Geração Fonte Incentivada - redução tarifária na TUSD de centrais geradoras devido à aplicação da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, art. 26, §1º e regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, ou o que vier a sucedê-la;

Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento - redução tarifária da TUSD e TE das unidades consumidoras da subclasse serviço público de água, esgoto e saneamento, conforme Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013;

Baixa Renda - Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, definida conforme Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e que também possui isenção de pagamento de PROINFA, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 3º, aplicada as unidades consumidoras da classe residencial, subclasse residencial baixa renda;

Rural - redução tarifária da TUSD e TE das unidades consumidoras da classe rural, conforme Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013;

Serviço Público de Irrigação - redução tarifária da TUSD e TE das unidades consumidoras da classe rural, subclasse serviço público de irrigação, conforme Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013;

Distribuição - redução tarifária da TUSD e TE aplicada no atendimento de concessionárias ou permissionárias, conforme Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002, arts. 51 e 52;

Irrigante e Aquicultura Horário Especial -redução tarifária da TUSD e TE aplicada ao consumo verificado em horário específico, nas atividades de irrigação e aquicultura das unidades consumidoras da classe rural, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 25;

Cooperativa de Eletrificação Rural: redução tarifária da TUSD e TE aplicada às cooperativas autorizadas ou não regularizadas pela ANEEL, da classe rural, subclasse cooperativa de eletrificação rural, conforme Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

5.1. CONSIDERAÇÕES DOS BENEFÍCIOS TARIFÁRIOS NO CÁLCULO DAS TARIFAS

25. O cálculo das tarifas base econômica e financeira da TUSD e da TE será realizado considerando o valor integral das tarifas, sem a incidência dos eventuais benefícios descritos no item 5.

26. As Tarifas de Aplicação para os benefícios descritos nos itens "c", "e", "f" e "i" do parágrafo 24 serão obtidas considerando as reduções de vinte por cento ao ano sobre o valor inicial do desconto estabelecido no processo tarifário de 2018, até que o desconto seja nulo, em consonância com o disposto nos art. 53-A, 53-J, 53-K e 53-R da Resolução Normativa nº 414/2010, ou o que vier a sucedê-los.

27. O percentual de redução ao qual se refere o inciso II do art. 5º da Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, ou o que vier a sucedê-lo, será aplicado sobre a função de custo TUSD TRANSPORTE.

28. Para as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, o desconto vigente que incide sobre a TUSD Fio B será retirado em um período de 5 anos, à razão de 1/5 ao ano, a partir do processo tarifário subsequente à revisão 2.1 deste Submódulo.

29. Os descontos na TUSD e na TE aplicada às permissionárias de distribuição serão apurados conforme Submódulo 8.1 e 8.3.

30. A resolução homologatória do processo tarifário da distribuidora irá apresentar a respectiva Tarifa de Aplicação para cada benefício tarifário, ou o detalhamento da forma de aplicação do benefício.

5.2. MERCADO DE REFERÊNCIA AJUSTADO

31. Mercado de Referência Ajustado é o Mercado de Referência modificado para cálculo da previsão dos benefícios tarifários.

32. Para fins de cálculo da Estrutura Tarifária a distribuidora deverá encaminhar o Mercado de Referência segregado em mercado de TUSD (R$/kW e R$/MWh) e em mercado de TE (R$/MWh), para cada subgrupo, modalidade e posto tarifário, conforme definições do Submódulo 7.1, considerando a incidência de benefícios tarifários. Deve-se observar ainda a incidência de tarifas específicas para determinados usuários nos termos da regulamentação vigente.

5.3. COBERTURA DOS SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

33. Serão homologados no processo tarifário ou em processo específico, os valores previstos referentes aos benefícios tarifários de que trata o item 5.1 deste Submódulo, a serem custeados com recursos da CDE, conforme Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013.

34. Serão homologados no processo tarifário ou em processo específico, o ajuste entre os valores da cobertura dos subsídios tarifários de que trata o parágrafo anterior e os valores realizados.

6. TARIFA DE APLICAÇÃO - CENTRAIS GERADORAS

35. As Tarifas de Aplicação para centrais geradoras são obtidas conforme disposto no Submódulo 7.4.

36. Em consonância com o item 3.1 e de acordo com o Submódulo 7.4, em determinados casos, os custos recuperados pelas centrais geradoras, por meio do Mercado de Referência e da Tarifa de Aplicação, devem ser deduzidos da base econômica, por componente tarifário.

7. TARIFA DE APLICAÇÃO - UNIDADES CONSUMIDORAS DO SUBGRUPO A1

37. O disposto neste item aplica-se às unidades consumidoras conectadas em tensão igual ou superior a 230 kV, classificada no subgrupo A1, que tenham celebrado Contrato de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD.

38. A TUSD TRANSPORTE base econômica não será atualizada pelo fator multiplicativo, sendo de valor igual às Tarifas de Referência. Os demais componentes tarifários da base econômica serão apurados conforme disposto no item 3.1.

Além das condições dispostas no Módulo 3 do PRODIST, ou o que vier a sucedê-lo, a parcela do encargo vinculado ao Contrato de Conexão às Instalações de Distribuição - CCD celebrado pela unidade consumidora, referente às instalações de propriedade da distribuidora, será apurada pela ANEEL, conforme Submódulo 6.3 do PRORET.

39. Os custos recuperados pelo encargo de conexão devem ser deduzidos da base econômica, por componente tarifário, nos termos do item 3.1.

8. TARIFA DE APLICAÇÃO - MODALIDADE DISTRIBUIÇÃO

40. A TUSD TRANSPORTE base econômica para as distribuidoras acessantes classificadas como Tipo D1, conforme Submódulo 7.2 do PRORET, não será atualizada pelo fator multiplicativo, sendo de valor igual às Tarifas de Referência. Os demais componentes tarifários da base econômica serão apurados conforme disposto no item 3.1.

41. A TUSD TRANSPORTE base econômica para as distribuidoras acessantes classificadas como Tipo D2; D3, D4 e D5, conforme Submódulo 7.2 do PRORET, serão atualizadas pelo fator multiplicativo, conforme disposto no item 3.1.

42. As distribuidoras acessantes classificadas como Tipo D1 e D3 deverão remunerar por meio de encargo de conexão vinculado a um CCD, as instalações de propriedade da distribuidora acessada de uso exclusivo.

43. O encargo de conexão será calculado conforme Submódulo 6.3 do PRORET.

44. Os custos recuperados pelo encargo de conexão devem ser deduzidos da base econômica, por componente tarifário, nos termos do item 3.1.

ANEXO LIX-A

Submódulo 8.6

COMPONENTES FINANCEIROS

Versão 1.0 C

1.OBJETIVO

Estabelecer os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem utilizados na apuração dos Componentes Financeiros aplicáveis às permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica agentes da CCEE.

2.ABRANGÊNCIA

1.Os procedimentos descritos neste Submódulo aplicam-se estritamente às obrigações contraídas em função da aquisição de energia elétrica por meio de Leilões e/ou Chamada Pública, e das obrigações assumidas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os demais tratamentos dos componentes tarifários das permissionárias permanecem inalterados

3.ASPECTOS GERAIS

2.As metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem utilizados na apuração dos Componentes Financeiros aplicáveis às permissionárias encontram-se regulamentados no Módulo 4 do PRORET, com os ajustes e exceções descritos na Seção 4 deste Submódulo.

3.Os critérios de admissão dos Componentes Financeiros no cálculo tarifário estão descritos no Módulo 4 do PRORET. Quaisquer montantes, faturas ou pleitos que não atenderem o critério de admissibilidade serão desconsiderados.

4.Quando o critério de admissibilidade se basear em faturas de compra ou venda de serviços, só serão admissíveis aqueles valores que forem validados pela Fiscalização da ANEEL.

5.Para fins de cálculo dos Componentes Financeiros, o período de referência corresponde aos dozes meses anteriores ao mês do reajuste ou revisão tarifária em processamento.

4.COMPONENTES FINANCEIROS

6.A lista dos componentes financeiros abaixo é taxativa e abarca as obrigações contraídas pelas permissionárias com a aquisição de energia elétrica por meio de Leilões e/ou Chamada Pública.

(i) Encargos de serviços de sistema - ESS (Submódulo 4.2);
(ii) Encargo de energia de reserva - EER (Submódulo 4.2);
(iii) Custos de aquisição de energia elétrica (Submódulo 4.2);
(iv) Garantias Financeiras de CCEARs (Submódulo 4.4);
(v) Previsão de Risco Hidrológico (Submódulo 4.4); e
(vi) Recálculo de Processo Tarifário Anterior (Submódulo 4.4).

7.As permissionárias não farão jus a juros prospectivos e a apuração de saldo a compensar dos componentes financeiros.

8.Não serão repassados custos de juros, atualização monetária e multas contratuais de eventuais inadimplências que as permissionárias tenham na CCEE ou relativo a qualquer outro item dos componentes financeiros listados acima.

9.A apuração do componente financeiro das permissionárias será feita no processo tarifário de cada permissionária analisando-se as 12 competências anteriores ao processo desde que cada competência tenha sido liquidada na CCEE até a data de 30 dias anteriores e todas as faturas da competência tenham sido pagas até esta mesma data.

10.Qualquer descasamento entre custos e cobertura tarifária de aquisição de energia das permissionárias será limitado à energia para atender seu mercado regulatório.

11.Não será considerado recálculo do financeiro de glosa de perdas na apuração do componente financeiro das permissionárias decorrente de recontabilizações na CCEE.

12.O resultado de Sobrecontratação no Mercado de Curto Prazo terá repasse tarifário integral do resultado das empresas limitado à 105% da sobrecontratação em relação ao mercado regulatório. Os efeitos de sobrecontratações acima do 105% poderão ser analisados de ofício pela ANEEL ou pleiteados pelas permissionárias desde que demonstrado relevante impacto financeiro.

13.Em casos de contratação abaixo do mercado regulatório para o ano civil, do mesmo modo que é feito às concessionárias, será analisada cada situação específica de exposição involuntária contratual.

ANEXO LXXI

Submódulo 11.2

ALOCAÇÃO DE COTAS DE GARANTIA FÍSICA DAS USINAS ENQUADRADAS NA LEI Nº 12.783/2013

Versão 1.0 C

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para a alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, às concessionárias de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. ABRANGÊNCIA

Os procedimentos deste Submódulo aplicam-se às revisões de alocações de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, vigentes de 2018 em diante.

3. PROCEDIMENTOS GERAIS

As revisões de cotas de garantia física com vigência até 2017 são regulamentadas pela Resolução Normativa - REN nº 631, de 25 de novembro de 2014, e pela REN nº 702, de 1º de março de 2016, ou o que vier a sucedê-las.

Processos de revisão de cotas de garantia física a ocorrer de 2018 em diante deverão atender às disposições deste Submódulo.

Revisões serão realizadas a partir da edição de Resolução Homologatória que defina os percentuais de garantia física de cada usina em regime de cotas alocados a cada concessionária de distribuição a cada ano.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverá apurar os montantes de cotas alocados a cada distribuidora a partir da aplicação dos fatores homologados pela ANEEL sobre a garantia física vigente de cada usina hidrelétrica deduzida da parcela não destinada ao regime de cotas.

Para fins de aferição de lastro contratual, deverá ser considerado 90% dos montantes apurados pela CCEE, conforme estabelecido no Art. 8º do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com alteração realizada por meio do Art. 4º do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017. Alterações supervenientes em relação ao percentual, procedidas pelo Poder Concedente, devem ser refletidas nos processos de aferição de lastro contratual, prescindindo-se modificações deste Submódulo.

Havendo alteração nos montantes apurados, nos termos do item 6, a CCEE deverá informar a ANEEL, para fins de apuração do Montante de Reposição.

A apuração do Montante de Reposição deverá levar em consideração as variações anuais nas cotas de garantia física e potência. Caso os montantes de cotas alocados às distribuidoras superem o montante de reposição, o excedente deverá abater a necessidade de contratação de energia decorrente:

I - da compra frustrada do montante de reposição de anos anteriores;
II - do retorno de consumidores especiais;
III - da variação nas cotas de Itaipu, PROINFA e Angra 1 e 2; e
IV - da declaração de distribuidora suprida.

A alocação de cotas será realizada em termos de fatores de garantia física.

Nos processos tarifários das concessionárias de distribuição de energia elétrica, os fatores de garantia física são multiplicados pelos valores de garantia física vigentes para cada usina.

Para fins de alocação de cotas, dados faltantes relativos ao mercado faturado de distribuidoras de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN poderão ser estimados pela ANEEL.

4. REVISÃO - CÁLCULO 2017

A revisão da alocação de cotas calculada no ano de 2017 terá vigência para os três anos subsequentes ao ano do cálculo, e será realizada visando à proporção de mercado de cada concessionária de distribuição do SIN.

O mercado faturado utilizado como referência para a revisão compreenderá os doze meses encerrados em julho de 2017.

A variação no montante de cotas, positiva ou negativa, necessária para que se atinja a proporção de mercado será feita à taxa anual de 25%.

5. REVISÃO ANUAL - CÁLCULOS 2018 EM DIANTE

A revisão anual da alocação de cotas terá vigência no terceiro ano subsequente ao ano de cálculo, iniciando-se em 2018 e será proporcional ao mercado faturado de cada concessionária de distribuição do SIN.

O mercado faturado utilizado como referência para a revisão anual compreenderá os doze meses encerrados em dezembro do ano anterior ao do cálculo da revisão em processamento.

6. USINAS INGRESSANTES

Usinas hidrelétricas ingressantes no regime da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, entre as revisões serão alocadas cotas às concessionárias de distribuição na proporção do respectivo mercado faturado nos doze meses encerrados em dezembro do ano anterior ao ingresso.

Alocações de cotas de usinas ingressantes referentes ao primeiro, segundo e terceiro ano subsequentes à sua entrada no regime serão realizadas, em conformidade com o mercado relacionado no item 18, a partir de então seguem-se as regras constantes da seção 5.

7. AGRUPAMENTO E DESAGRUPAMENTO DE DISTRIBUIDORAS

Caso áreas outorgadas para distribuidoras de energia elétrica sejam agrupadas, após rito processual na ANEEL, a alocação de cotas de garantia física e potência utilizará como referência o somatório dos mercados faturados de todas as áreas agrupadas.

Caso áreas outorgadas para distribuidoras de energia elétrica sejam desagrupadas, após rito processual na ANEEL, as alocações de cotas de garantia física e potência serão proporcionalizadas à individualização do mercado faturado das áreas desagrupadas.

8. REDUÇÃO OU EXTINÇÃO DA RELAÇÃO DE SUPRIMENTO

Na hipótese de redução de montantes de suprimento ou extinção da relação, a distribuidora suprida receberá parte da cota de sua supridora proporcional ao mercado faturado integral.

A alocação de cotas de que trata esta seção será realizada adotando-se, no que couber, as regras constantes das seções 5, 6 e 7.

A variação de cotas decorrente desta seção não constitui montante de reposição.

No ano da Redução/Extinção da relação de Suprimento, a CCEE deverá sazonalizar os montantes contratados, decorrentes das cotas de garantia física recebidas pelas distribuidoras supridas, conforme o perfil do SIMPLES/EPE da distribuidora supridora. Nos anos seguintes, a CCEE deverá sazonalizar os referidos montantes, conforme o perfil do SIMPLES/EPE da distribuidora suprida.

9- AJUSTE DE COTAS ANUAIS PARA DISTRIBUIDORAS COM MERCADO ANUAL MENOR QUE 700GWH ANO

26. Para as novas cotistas, após o processo de redução/extinção da relação de suprimento, as cotas serão ajustadas no ano anterior à sua aplicação para refletir o mercado mais atual da distribuidora. No recálculo, será utilizado o mercado do ano civil anterior ao ajuste. As diferenças no ajuste serão distribuídas entre as demais distribuidoras.

27. As distribuidoras que já são cotistas terão 2 anos para se manifestarem pela adoção do modelo de ajuste das cotas para refletir o mercado mais atual da distribuidora.

ANEXO LXXVI

Módulo 12: Concessionárias de Geração
Submódulo 12.6
COTAS-PARTES DE ANGRA 1 E 2 E ITAIPU
Versão 1.2 C

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos gerais e a metodologia de cálculo das cotas-partes referentes aos montantes de potência e energia comercializados pela Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu, bem como aos montantes de energia comercializada pelas Centrais de Geração Angra 1 e 2.

ABRANGÊNCIA

Os procedimentos deste Submódulo aplicam-se:

no caso da UHE Itaipu, a todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

no caso das centrais de geração Angra 1 e 2, a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN.

ASPECTOS LEGAIS

A Lei nº 5.899/1973 dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu.

O Decreto nº 4.550/2002, alterado pelo Decreto nº 5.287/2004, regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada por Itaipu Binacional e pela Eletronuclear.

A Lei nº 12.111/2009 dispõe sobre o pagamento à Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2.

DEFINIÇÕES

Nos termos do Decreto nº 4.550/2002 e para fins de aplicação deste Submódulo, consideram-se as seguintes definições:

- Potência Contratada de Itaipu: potência em quilowatts (kW) que Itaipu coloca permanentemente à disposição das Altas Partes Contratantes, indicadas no Tratado celebrado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, conforme Carta Compromisso ou instrumento contratual firmado entre Itaipu e a Eletrobrás;

- Energia Vinculada à Potência Contratada de Itaipu: montante de energia que cada entidade contratante pode utilizar em função da potência contratada, definido para cada mês calendário, conforme Carta Compromisso ou instrumento contratual firmado entre Itaipu e a Eletrobrás;

- "Distribuidora suprida": corresponde à distribuidora de energia elétrica que mantém compra regulada integralmente com outra(s) distribuidora(s) cotista(s); e

- "Distribuidora cotista": corresponde à distribuidora que recebe ou participa diretamente do rateio das cotas-partes de Angra 1 e 2 ou de Itaipu.

INFORMAÇÕES PARA O CÁLCULO DAS COTAS-PARTES

INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS PELAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DA ANEEL

A Tabela 1 apresenta as informações que devem ser encaminhadas à Superintendência de Gestão Tarifária - SGT pelas demais Unidades Organizacionais da ANEEL.

Tabela 1: Informações provenientes das Unidades Organizacionais

Item	Informações necessárias	Responsável	Prazo[1]	Forma de disponibilização
1	Migrações de distribuidoras da condição de suprida para cotista e vice-versa.	SRM	Até 30 de setembro	Memorando
2	Previsão de interligação ao SIN de distribuidoras atualmente pertencentes aos sistemas isolados.	SFE	-	SIGET[2]

(1) Data limite para que a informação esteja na ANEEL.

(2) Sistema de Gestão da Transmissão.

INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS POR OUTROS AGENTES

Na Tabela 2 estão listadas as informações necessárias que devem ser encaminhadas à Superintendência de Gestão Tarifária - SGT para o cálculo das cotas-partes.

Tabela 2: Informações necessárias e responsável pela disponibilização

Item	Informações necessárias	Responsável	Prazo[1]	Forma de disponibilização
1	Mercado faturado.	Distribuidoras	-	SAMP/SIASE[2]
2	Potência Contratada mensal (kW/mês); Energia Vinculada (MW médios) da UHE Itaipu; e carga da ANDE (MW médios) do Paraguai.	Eletrobrás	Até 5 de novembro	Correspondência
3	Garantias físicas das centrais de geração Angra 1 e 2 e da UHE Itaipu.	MME[3]	-	Portaria
3	Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Forçada e Programada de Referência - TEIF e IP das centrais de geração Angra 1 e 2.	EPE[4]/MME	-	Nota Técnica/Portaria/ Deck de dados
4	Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Forçada e Programada apuradas - TEIFa e TEIP das centrais de geração Angra 1 e 2.	ONS	-	Site do ONS
5	Consumos internos e Perdas na rede elétrica das centrais de geração Angra 1 e 2, definidos a cada ciclo de Revisão Tarifária Periódica.	CCEE	Em intervalos de 3 anos, até 30 de setembro	Correspondência/CliqCCEE[5]

(1)Data limite para que a informação esteja na ANEEL.

(2) Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP) e Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE).

(3) Ministério de Minas e Energia.

(4) Empresa de Pesquisa Energética.

(5) Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE.

Caso as informações dispostas no item 2. da Tabela 2 não sejam encaminhadas em tempo hábil, serão considerados os valores informados pela Eletrobrás no ano anterior, sem prejuízo de eventuais ajustes.

COTAS-PARTES

PREMISSAS E CONCEITOS GERAIS

As cotas-partes são utilizadas para fins de rateio das energias provenientes das centrais de geração Angra 1 e 2 e da UHE Itaipu e correspondem à razão do mercado faturado de cada distribuidora em relação ao somatório dos mercados faturados de todas as distribuidoras, observado o disposto nos itens 28 e 29 deste Submódulo.

Caso uma distribuidora suprida deixe de manter compra regulada integral com uma distribuidora cotista, passará a integrar o rateio das cotas-partes, observado o disposto nos itens 28 e 29 deste Submódulo.

As distribuidoras integradas ao SIN, nos termos do art. 4º da Lei nº 12.111/2009, terão suas cotas-partes calculadas considerando integralmente seu mercado faturado, conforme disposto no item 18.

As distribuidoras pertencentes aos sistemas isolados com previsão de interligação ao SIN dentro do horizonte avaliado serão consideradas no rateio das cotas-partes a partir do ano subsequente ao da previsão de sua interligação.

As cotas-partes serão publicadas anualmente até o dia 30 de novembro do oitavo ano anterior ao ano de vigência, por meio de Resolução Homologatória.

As energias alocadas, rateadas segundo as cotas-partes ajustadas, serão publicadas anualmente até o dia 30 de novembro do ano anterior ao de vigência, por meio de Resolução Homologatória.

MERCADO FATURADO

O mercado faturado será obtido e consistido por meio da análise das informações encaminhadas pelas distribuidoras, nos termos do Submódulo 10.6 do PRORET.

Para fins deste Submódulo, o mercado faturado, encaminhado pelas distribuidoras nos termos do item 16, corresponde aos mercados cativo e de suprimento, quando houver, verificados durante o mês de setembro do nono ano a agosto do oitavo ano anterior à data de vigência das respectivas cotas-partes.

O mercado faturado de distribuidora integrada ao SIN, nos termos do disposto no item 12, corresponde ao seu mercado total, que abrange os sistemas interligado e isolado, quando houver.

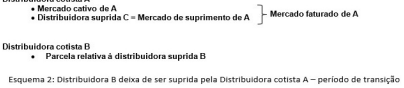
A distribuidora suprida não participa diretamente do rateio das cotas-partes, mas de forma indireta, na medida em que seu suprimento está contido no mercado faturado da distribuidora cotista, conforme o exemplo do Esquema 1:



Esquema 1: Distribuidoras B e C são supridas pela Distribuidora cotista A

No Esquema 1, apenas a distribuidora A é cotista. Sua cota-parte corresponde ao mercado faturado de A, que compreende o somatório do mercado cativo de A e o mercado de suprimento de A, composto pelas distribuidoras supridas B e C.

O mercado faturado abrange a análise das migrações de distribuidoras da condição de suprida para cotista, conforme o exemplo do Esquema 2, na qual a Distribuidora B passa a ser cotista:



Esquema 2: Distribuidora B deixa de ser suprida pela Distribuidora cotista A – período de transição

A situação descrita no Esquema 2 corresponde à realocação de parte das cotas das distribuidoras cotistas, calculadas e publicadas em data anterior à efetiva migração, para as distribuidoras que terão as relações de suprimento reduzidas/extintas no período de transição, observado o disposto nos itens 28 e 29 deste Submódulo.

Para os cálculos das cotas-partes que ocorrerem após a migração, aplicar-se-á o conceito de mercado faturado estabelecido no item 17, conforme o exemplo do Esquema 1.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS COTAS-PARTES

O mercado faturado de cada distribuidora ($MFCC_{dist}$) de setembro do nono ano a agosto do oitavo ano anterior à data de entrada em vigência das cotas-partes é dado por:

$$MFCC_{dist} = \sum_{i=1}^{12} Energia_{mês} \quad (1)$$

onde:

$Energia_{mês}$: mercado faturado de cada distribuidora em cada mês (MWh); e

i: mês, sendo setembro do ano anterior ao cálculo = 1 e agosto do ano corrente = 12.

O somatório dos mercados faturados de todas as distribuidoras cotistas ($SMFCC_{dist}$) é dado por:

$$SMFCC_{dist} = \sum_{i=1}^{n} MFCC_{dist} \quad (2)$$

onde:

$MFCC_{dist}$: mercado faturado de cada distribuidora, definido conforme a equação (1); e

n = número de distribuidoras cotistas.

Assim, a cota-parte de cada distribuidora ($Cota\_Parte_{dist}$), em número decimal, corresponde:

$$Cota\_Parte_{dist} = \frac{MFCC_{dist}}{SMFCC_{dist}} \quad (3)$$

onde:

$MFCC_{dist}$: mercado faturado de cada distribuidora, definido conforme a equação (1); e

$SMFCC_{dist}$: somatório dos mercados faturados de todas as distribuidoras cotistas, definido conforme a equação (2).

Para a definição das cotas-partes serão utilizadas 8 (oito) casas decimais, utilizando-se o critério de arredondamento matemático. Ou seja, se a nona casa decimal variar de 0 a 4, a oitava casa manterá o seu valor; e se a nona casa decimal variar de 5 a 9, a oitava casa terá uma unidade somada ao seu valor.

Para o cálculo das cotas-partes das centrais de geração Angra 1 e 2, o somatório dos mercados faturados de todas as distribuidoras cotistas ($SMFCC_{dist}$) corresponde às concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN.

Para o cálculo das cotas-partes da UHE Itaipu, o somatório dos mercados faturados de todas as distribuidoras cotistas ($SMFCC_{dist}$) corresponde às concessionárias de serviço público de distribuição das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

ALOCAÇÃO DA ENERGIA

As energias são alocadas às distribuidoras na proporção de suas cotas-partes a partir do mês de janeiro do ano subsequente ao de sua homologação.

Para o cálculo dos montantes de energia a serem estabelecidos para o ano subsequente serão consideradas as cotas-partes calculadas e publicadas pela ANEEL com 8 (oito) anos de antecedência, ajustadas conforme os procedimentos descritos no item 7.1 deste Submódulo.

TRATAMENTO DAS COTAS-PARTES PARA FINS DE ALOCAÇÃO DA ENERGIA

A cota-parte de cada distribuidora calculada e publicada com 8 (oito) anos de antecedência será ajustada ($Cota\_Parte_{dist\_ajust}$) no ano que antecede à sua vigência nas seguintes situações:

a. quando uma distribuidora suprida deixar de manter compra regulada integral com uma distribuidora cotista, situação em que tal distribuidora deverá ter sua cota-parte dissociada da antiga distribuidora cotista.

b. quando uma distribuidora passar a ter compra regulada integral com uma distribuidora cotista, situação em que sua cota-parte anteriormente calculada será acrescentada à cota-parte calculada para a distribuidora cotista.

c. agrupamento de distribuidoras, situação em que as cotas-partes calculadas serão atribuídas a uma única distribuidora cotista agregadora.

d. quando a previsão de interligação ao SIN não ocorrer dentro do horizonte avaliado, situação em que a cota-parte definida para a distribuidora não interligada será redistribuída às demais distribuidoras cotistas na proporção de suas cotas-partes.

e. As distribuidoras com mercado de energia inferior a 700GWh/ano que reduzirem ou extinguirem a relação de suprimento, após a publicação desse submódulo, terão as cotas-partes ajustadas ao mercado faturado atual, ou seja, entre setembro do segundo ano e agosto do ano anterior à vigência da alocação da energia. A sobra ou déficit de energia dessa adequação será realocada às demais distribuidoras.

f. As distribuidoras com mercado de energia inferior 700GWh/ano que reduziram ou extinguiram a relação de suprimento, antes da publicação desse submódulo, deverão se manifestar em até 2 anos sobre aderir a regra constante do item "e".

O ajuste das cotas-partes descrito na alínea a. do item 32 se processará da seguinte forma:

- durante o período de transição, a cota-parte atribuída à distribuidora que deixou de ser suprida corresponde ao mercado integral da distribuidora no período de setembro do segundo ano a agosto do ano anterior a vigência da alocação de energia.
- a sistemática descrita acima será aplicada anualmente à alocação de todas as cotas-partes vigentes, calculadas e publicadas em data anterior à mudança da condição da distribuidora de suprida para cotista.
- o conceito de mercado faturado descrito no item 17 será aplicado à distribuidora que passou da condição de suprida para cotista a partir dos cálculos das cotas-partes a serem processados em data posterior à mudança de condição, bem como será observada a data da efetiva migração.

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA A ALOCAÇÃO DA ENERGIA DE ANGRA 1 E 2

Nos termos do art. 18 da Resolução Normativa nº 530/2012, ou o que vier a sucedê-lo, o montante anual de energia elétrica disponível para venda das centrais de geração Angra 1 e 2 terá como base as garantias físicas apuradas (GFa_p), calculadas nos termos da Resolução Normativa nº 614/2014, ou o que vier a sucedê-la, e descontados os consumos internos das usinas e as perdas na Rede Elétrica.

O cálculo das garantias físicas apuradas das centrais de geração Angra 1 ou Angra 2 (GFa_p) se dará mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$GFa_p = min\left[GF_p, GF_p \times \frac{(1-TEIFa)\times(1-TEIP)}{(1-TEIF)\times(1-IP)}\right] \quad (4)$$

onde:

GF_p: garantias físicas definidas por meio de Portaria do MME, sendo "p" = centrais de geração Angra 1 ou Angra 2;

TEIFa e TEIP: Taxas equivalentes de indisponibilidade forçada e programada apuradas referentes ao mês de julho do ano de processamento do cálculo e publicadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e

TEIF e IP: Taxas equivalentes de indisponibilidade forçada e programada de referência (utilizadas no cálculo das garantias físicas).

Os consumos internos e as perdas na rede elétrica ($Perdas\_C\_int_p$), definidos a cada ciclo de revisões das centrais de geração de Angra 1 e 2 com base nos valores realizados nos sessenta meses anteriores à data da revisão em curso, são obtidos a partir dos dados de contabilização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e correspondem:

$$Perdas\_C\_int_p(\%) = \frac{\sum_{j=1}^{60}\left(MBU_{p,j} - \left(G_{p,j} - CGF_{p,j}\right)\right)}{\sum_{j=1}^{60} MBU_{p,j}} \times 100\% \quad (5)$$

onde:

:· somatório dos valores para cada usina "p" separadamente, considerando todos os períodos de comercialização "j", integralizado no mês, nos 60 meses anteriores à data da revisão em curso;

$MBU_{p,j}$: Medição Bruta da Usina em Operação Comercial fora do Centro de Gravidade (MWh);

$G_{p,j}$: Geração Comercial no Centro de Gravidade (MWh); e

$CGF_{p,j}$: Consumo de Geração de Usina no Centro de Gravidade (MWh).

O montante anual de energia elétrica de cada central de geração, Angra 1 ou Angra 2, (EC_ano_p) corresponderá à garantia física apurada (GFa_p) deduzida do valor percentual de consumo interno e das perdas na rede elétrica calculados conforme a seguinte fórmula:

$$EC\_ano_p = GFa_p \times (1 - Perdas\_C\_int_p) \quad (6)$$

onde:

GFa_p: garantia física apurada, definida conforme a equação (4), sendo "p" = cada central de geração, Angra 1 ou Angra 2; e

$Perdas\_C\_int_p$: valor percentual de consumo interno e das perdas na rede elétrica, definidos conforme a equação (5).

O montante anual de energia elétrica das centrais de geração de Angra 1 e 2 (SEC_ano_{Angra}) a ser comercializado no ano subsequente corresponde ao somatório dos montantes anuais de energia elétrica de cada central de geração, conforme a seguir:

$$SEC\_ano_{Angra\ 1\ e\ 2} = EC\_ano_{Angra\ 1} + EC\_ano_{Angra\ 2} \quad (7)$$

onde:

EC_ano_p: montante anual de energia elétrica de cada central de geração, Angra 1 e Angra 2, definida conforme a equação (6), sendo "p" = cada central de geração, Angra 1 ou Angra 2.

A energia elétrica das centrais de geração Angra 1 e 2 alocada a cada distribuidora ($EAloc\_Angra_{dist}$) com base nas cotas-partes calculadas e publicadas com 8 (oito) anos de antecedência e ajustadas conforme disposto no item 7.1 corresponde:

$$EAloc\_Angra_{dist} = SEC\_ano_{Angra\ 1\ e\ 2} \times Cota\_Parte_{dist\_ajust} \quad (8)$$

onde:

$SEC\_ano_{Angra\ 1\ e\ 2}$: montante anual de energia elétrica de cada central de geração, Angra 1 e Angra 2, definido conforme a equação (7); e

$Cota\_Parte_{dist\_ajust}$: cota-parte de cada distribuidora calculada e publicada com 8 (oito) anos de antecedência ajustada, conforme disposto no item 7.1.

A energia elétrica das centrais de geração Angra 1 e 2 alocada a cada distribuidora do SIN no ano subsequente, conforme a equação (8), será arredondada em 3 (três) casas decimais, utilizando-se o critério de arredondamento matemático.

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA O RATEIO DA POTÊNCIA CONTRATADA E PARA ALOCAÇÃO DA ENERGIA DE ITAIPU

Para o cálculo do rateio da Potência Contratada (kW/mês) e da alocação da energia da UHE Itaipu para comercialização no ano subsequente com as concessionárias de distribuição das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são utilizados os valores informados pela Eletrobrás e de garantia física dispostos no item 5.2.

O montante anual de energia elétrica da UHE Itaipu (EC_ano_{Itaipu}) a ser comercializado com as concessionárias de distribuição das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste no ano subsequente corresponde à garantia física da UHE Itaipu descontada da carga da Administración Nacional de Eletricidad - ANDE, conforme a seguinte fórmula:

$$EC\_ano_{Itaipu}(MWh) = (GF_{Itaipu} - Carga_{ANDE}) \times horas_{ano} \quad (9)$$

onde:

GF_{Itaipu}: garantia física da UHE Itaipu definida por meio de Portaria do MME (MW médios);

$Carga_{ANDE}$: carga da ANDE do Paraguai informada pela Eletrobrás, conforme item 41 (MW médios); e

$horas_{ano}$: corresponde a 8.760 horas no ano ou 8.784 no ano bissexto.

A energia elétrica da UHE Itaipu alocada a cada concessionária de distribuição ($EAloc\_Itaipu_{dist}$) das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com base nas cotas-partes calculadas e publicadas com 8 (oito) anos de antecedência e ajustadas conforme disposto no item 7.1 corresponde:

$$EAloc\_Itaipu_{dist} = EC\_ano_{Itaipu} \times Cota\_Parte_{dist\_ajust} \quad (10)$$

onde:

EC_ano_{Itaipu}: montante anual de energia elétrica da UHE Itaipu, definido conforme a equação (9); e

$Cota\_Parte_{dist\_ajust}$: cota-parte de cada concessionária de distribuição calculada e publicada com 8 (oito) anos de antecedência ajustada, conforme disposto no item 7.1.

A energia elétrica da UHE Itaipu alocada a cada concessionária de distribuição das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste no ano subsequente, conforme a equação (10), será arredondada em 3 (três) casas decimais, utilizando-se o critério de arredondamento matemático.

A energia elétrica da UHE Itaipu alocada a cada concessionária de distribuição das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste no ano subsequente está referenciada à subestação de Foz do Iguaçu.

O rateio das perdas de conexão da UHE Itaipu que ocorrem entre a subestação de Foz do Iguaçu e as subestações de fronteira com a Rede Básica será tratado segundo as Regras de Comercialização da CCEE vigentes.

Os montantes mensais de potência contratada da UHE Itaipu a serem repassados à cada concessionária de distribuição ($Pot\_Itaipu_{dist\_mês}$) das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com base nas cotas-partes calculadas e publicadas com 8 (oito) anos de antecedência e ajustadas conforme disposto no item 7.1 corresponde:

$$Pot\_Itaipu_{dist\_mês} = PC_{Itaipu\_mês} \times Cota\_Parte_{dist\_ajust} \quad (11)$$

onde:

$PC_{Itaipu\_mês}$: potência Contratada (kW/mês) da UHE Itaipu informada pela Eletrobras, conforme disposto no item 5.2; e

$Cota\_Parte_{dist\_ajust}$: cota-parte de cada distribuidora calculada e publicada com 8 (oito) anos de antecedência ajustada, conforme disposto no item7.1.

Os montantes mensais de potência contratada da UHE Itaipu a serem repassados à cada concessionária de distribuição das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste serão arredondados em 3 (três) casas decimais, utilizando-se o critério de arredondamento matemático.

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.029, DE 25 DE JULHO DE 2022

Consolida os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 29, inciso I, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nos arts. 2º, 12 e 13 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; no Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997; e o que consta dos Processos nº 48500.003907/2012-68, nº 48500.005662/2012-11 nº 48500.005003/2020-87e nº 48500.003434/2022-71 decide:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os procedimentos e as condições para obtenção e manutenção da situação operacional de empreendimento de geração de energia elétrica, bem como a sistemática de determinação da potência instalada e da potência líquida, para fins de outorga, regulação e fiscalização dos serviços de geração de energia elétrica.

CAPÍTULO I

DAS TERMINOLOGIAS E DOS CONCEITOS

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução são adotadas as terminologias e os conceitos a seguir definidos:

I - apta à operação comercial: situação operacional em que a unidade geradora encontra-se apta a produzir energia para atender aos compromissos mercantis ou para seu uso exclusivo, contudo está impedida de disponibilizar sua potência instalada para o sistema em razão de atraso ou restrição no sistema de transmissão ou distribuição;

II - central geradora: instalação específica com a finalidade da produção de energia elétrica (geração pura) ou esta combinada com outra utilidade (cogeração), cujo ambiente não se confunde com o processo ao qual está eventualmente conectada;

III - indisponibilidade prolongada: toda indisponibilidade classificada como programada ocorrida em unidade geradora em período estimado superior a 90 (noventa) dias ou, no caso de indisponibilidade não programada, em período estimado superior a 10 (dez) dias;

IV - ocorrência grave: todo evento ocorrido em instalação de geração de energia elétrica relacionado à sua operação ou manutenção envolvendo acidente em estrutura civil ou em equipamentos eletromecânicos, óbito ou lesão de pessoas, bem como qualquer outro que comprometa a segurança da central ou traga prejuízo ambiental ou social à coletividade;

V - operação comercial: situação operacional em que a energia produzida pela unidade geradora está disponibilizada ao sistema, podendo atender aos compromissos mercantis do agente ou para o seu uso exclusivo;

VI - operação em teste: situação operacional que se configura após a conclusão das obras associadas à geração de energia, visando atender às próprias necessidades de ajustes de equipamentos e verificação de seu comportamento do ponto de vista sistêmico e atendimento de consumo próprio;

VII - potência elétrica ativa nominal: máxima potência elétrica ativa possível de ser obtida nos terminais do gerador elétrico, respeitados os limites nominais do fator de potência, e comprovada mediante dados de geração ou ensaio de desempenho;

VIII - potência instalada: capacidade bruta (kW) que determina o porte da central geradora para fins de outorga, regulação e fiscalização, definida pelo somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras principais da central;

IX - potência líquida: potência elétrica ativa (kW) máxima disponibilizada pela central geradora, definida em termos líquidos no seu ponto de conexão, ou seja, descontando da potência bruta gerada o consumo em serviços auxiliares e as perdas no sistema de conexão da central geradora e comprovada mediante dados de geração ou ensaio de desempenho;

X - unidade geradora: conjunto constituído por um gerador elétrico conjugado a máquina(s) motriz(es) e respectivos equipamentos, destinado a converter em energia elétrica outra forma de energia;

XI - unidade geradora de contingência: unidade sobressalente, destinada à operação exclusiva em substituição à unidade principal, ou unidade destinada à operação exclusiva no atendimento das cargas essenciais da própria central geradora em caso de falha das unidades geradoras principais ou do suprimento externo;

a) as unidades geradoras de contingência devem ser declaradas nesta finalidade;

b) a operação não eventual de unidade geradora de contingência descaracteriza a sua finalidade, salvo nos casos onde comprovadamente a unidade se destine única e exclusivamente ao suprimento das cargas essenciais da própria central geradora, como fonte primária do serviço auxiliar;

c) a potência efetivamente possível de ser gerada pelas unidades geradoras de contingência não poderá ser utilizada como referência para fins de contratação do acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, na comercialização de energia e no despacho da geração.

XII - unidade geradora principal: toda a unidade que integra a central geradora, com exceção da(s) de contingência.

XIII - Unidade geradora de UFV: módulos fotovoltaicos associados a um inversor, de modo que o número de unidades geradoras da central seja igual ao número de inversores que nela operarão;

XIV - Potência instalada da unidade geradora de UFV: potência nominal elétrica, em kW (quilowatt), na saída do inversor, respeitadas as limitações de potência decorrentes dos módulos, do controle de potência do inversor ou de outras restrições técnicas; e

XV - Potência dos arranjos: potência elétrica, em kWp (quilowatt-pico), obtida a partir do efeito fotovoltaico em módulos agrupados em arranjos.

XVI - Faixa de Potência da Central Geradora Híbrida ou das centrais geradoras associadas: faixa de valores de potência compreendida entre a soma das potências elétricas ativas nominais da tecnologia de geração de maior participação na Central Geradora Híbrida ou centrais geradoras associadas, e a soma das potências elétricas ativas nominais de todas as tecnologias de geração.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS E DAS CONDIÇÕES PARA A LIBERAÇÃO PARA OPERAÇÃO EM TESTE, COMERCIAL E APTA À OPERAÇÃO COMERCIAL

Seção I

Das condições para a liberação para operação em teste, comercial e apta à operação comercial

Art. 3º Os agentes detentores de registro, autorização ou concessão de geração deverão solicitar à ANEEL a liberação para o início da operação em teste, comercial ou apta à operação comercial.

§ 1º A solicitação de que trata o caput deverá ser efetuada para cada unidade geradora nova ou que venha a ter alteração do combustível principal, no caso de centrais geradoras termelétricas.

§ 2º A solicitação também deverá ser realizada para centrais geradoras que já se encontram liberadas para operação comercial e que venham iniciar a contabilização da sua energia no âmbito da CCEE ou a comercialização direta com concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica.

§ 3º Os agentes detentores de registro que não tenham sua energia elétrica contabilizada no âmbito da CCEE ou comprometida diretamente com concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica ficam dispensados de obter a liberação em teste e comercial.

§ 4º Os agentes detentores de autorização que não tenham sua energia elétrica contabilizada no âmbito da CCEE ou comprometida diretamente com concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica ficam dispensados de obter a liberação para operação em teste.

Seção II

Da liberação para operação em teste

Art. 4º Para a liberação do início da operação em teste, conforme a pertinência de cada caso, deverão ser considerados ou apresentados os seguintes documentos:

I- o atendimento aos documentos constantes dos processos da ANEEL e às condições do registro, autorização ou do contrato de concessão relativos ao empreendimento;

II- declaração emitida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS atestando o atendimento aos requisitos previstos nos Procedimentos de Rede para operação em teste ou informando a inexistência de relacionamento; e

III - declaração emitida pelo agente de distribuição a cujo sistema estiver conectado, atestando o atendimento aos requisitos para operação em teste ou informando a inexistência de relacionamento.

Art. 5º No caso de ampliação de central geradora existente ou de inclusão de nova central geradora beneficiária da sistemática de reembolso dos custos de geração, pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, o agente de geração deverá adotar o SCD previamente à operação em teste da central, conforme o seguinte procedimento:

I - o agente deverá cadastrar a central geradora no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, conforme o disposto nos Procedimentos de Contas Setoriais;

II - A CCEE deverá informar à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG a validação da central geradora no SCD ou outro sistema definido pela CCEE; e

III - A SFG emitirá o ato autorizativo para a operação comercial da central geradora.

Parágrafo único. Com a operação comercial da central geradora e a validação do cadastro no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, haverá a operacionalização dos reembolsos da CCC, conforme a regulação da ANEEL.

Art. 6º A liberação do início da operação em teste será formalizada por meio de Despacho da SFG, até 5 (cinco) dias após a protocolização do pedido.

Seção III

Da liberação para operação comercial

Art. 7º A liberação para o início da operação comercial deverá ser efetuada após a conclusão da operação em teste, observado o disposto no art. 3º, § 4º, e, conforme a pertinência de cada caso, estará condicionada à consideração ou apresentação dos seguintes documentos:

I - o atendimento aos documentos constantes dos processos da ANEEL e às condições do registro, autorização ou do contrato de concessão relativos ao empreendimento, assim como informações com relação ao histórico acumulado de geração durante o período de testes;

II - declaração emitida pelo ONS atestando o atendimento aos requisitos previstos nos Procedimentos de Rede para operação comercial, o atendimento do requisito estabelecido no § 3º e a capacidade de escoamento da potência instalada total ou máxima que será incrementada ao sistema com a inserção de cada unidade geradora, exceto nos casos em que foi declarada inexistência de relacionamento;

III - declaração emitida pelo agente de distribuição a cujo sistema estiver conectado, atestando o atendimento aos requisitos para operação comercial e a capacidade de escoamento da potência instalada total ou máxima que será incrementada ao sistema com a inserção de cada unidade geradora, exceto nos casos em que foi declarada inexistência de relacionamento.

IV - licença de operação, emitida pelo órgão ambiental competente;

V - declaração emitida pela CCEE atestando o equacionamento, por parte do agente detentor de registro, autorização ou concessão de geração, de quaisquer obrigações perante a Câmara, bem como de eventuais débitos junto ao agente de distribuição signatário de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR em virtude da exposição financeira decorrente de suspensão de registro de contrato, nos termos da regulamentação específica;

VI - comprovação de garantia de suprimento do combustível principal, no caso de usinas termelétricas movidas a combustível fóssil e com despacho centralizado.

§ 1º Os agentes detentores de autorização que não tenham sua energia elétrica contabilizada no âmbito da CCEE ou comprometida diretamente com concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica ficam dispensados de apresentar os documentos previstos nos incisos II, III, V e VI.

§ 2º Poderá ser concedida pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, por prazo não inferior a 1 (um) ano, liberação para operação comercial por tempo determinado, nos casos em que seja encaminhada declaração de atendimento provisório ou conste prazo para perda de eficácia do requisito estabelecido no inciso VI.

§ 3º No caso de unidades geradoras despachadas centralizadamente, para o histórico de que trata o inciso I, no mínimo deverá ser considerado a geração por um período de 96 (noventa e seis) horas ininterruptas, admitindo-se variações de no máximo 5% (cinco por cento) da geração de energia possível à plena carga, ainda ressalvadas aquelas situações comprovadas em que a geração à plena carga não é possível em razão de restrição de temperatura ambiente, queda líquida, indisponibilidade de fonte primária hidrelétrica ou eolioelétrica, e falhas pontuais nos sistemas de transmissão ou distribuição.

§ 4º Conforme análise da pertinência pela SFG, poderá ser concedida liberação para operação comercial da unidade geradora com limitação de potência, nos casos em que haja restrições de equipamentos associados à geração de energia elétrica que impeça sua operação à plena carga.

§ 5º Na ocorrência do disposto no § 4º, a garantia física correspondente à unidade geradora deverá ser proporcional à potência liberada com relação à sua potência total, conforme regras e procedimentos de comercialização.

Art. 8º Para as usinas termelétricas movidas a combustível fóssil e com despacho centralizado, as regras e procedimentos de comercialização deverão prever a imposição de multa pela indisponibilidade de geração de energia elétrica decorrente da falta de combustível.

§ 1º A multa referida no caput será calculada mensalmente, de acordo com a seguinte fórmula:

I - para as usinas termelétricas movidas a combustíveis líquidos:

$VS_m = 0$ se $0 < ind_m < 10\%$

$= 10\% \times CVU \times ENS_m$ se $ind_m \geq 10\%$

II - para as demais:

$VS_m = 0$ se $0 < ind_m < 10\%$

$= (0{,}75 \times ind_m - 0{,}075) \times CVU \times ENS_m$ se $10\% \leq ind_m < 50\%$

$= 30\% \times CVU \times ENS_m$ se $ind_m \geq 50\%$

Onde:

VS_m = Valor da Sanção, no mês m, expressa em R$.

ind_m = Soma das indisponibilidades totais ou parciais da usina termelétrica, em decorrência da falha no suprimento de combustível, conforme apuração do ONS, no mês m, expressa em %.

CVU = Custo Variável Unitário da usina termelétrica, no mês m, expresso em R$/MWh, constante no CCEAR - Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado ou, inexistindo CCEAR, conforme valor aprovado pela ANEEL.

ENS_m = Energia Não Suprida, em decorrência da falha no suprimento de combustível, conforme apuração do ONS, no mês m, expressa em MWh.

§ 2º Caso a falha de suprimento de combustível transcorra dentro de dois ou mais meses, todo o período relativo a essa falha deve ser considerado no cálculo do VS_m do mês de término da interrupção do fornecimento de combustível.

§ 3º A usina termelétrica deverá declarar ao ONS falha no fornecimento de combustível mesmo que haja aproveitamento da ausência de combustível para realização de manutenções na usina.

§ 4º Caso seja apurado pelo ONS falha de suprimento de combustível no mesmo período de uma manutenção programada na usina, a ENS_m deve ser valorada considerando a potência instalada indisponível.

§ 5º A CCEE deverá aplicar a multa referida no caput a usinas com ou sem contrato de suprimento de combustível firmado, exceto nas seguintes condições:

I - usinas movidas a carvão mineral beneficiárias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;

II - usinas com contratos de suprimento de combustível firmado antes de 2006, não aditado e vigente na data de 21 de agosto de 2018; e

III - usinas com manutenção programada deferida pelo ONS e em andamento, durante o período em que o seu CVU for superior ao Custo Marginal da Operação - CMO ou durante o período em que a usina não esteja elegível para o despacho fora da ordem de mérito, conforme decisão previamente estabelecida pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

§ 6º O índice ind_m deve ser apurado mensalmente pelo ONS independentemente do enquadramento de usinas no critério descrito no inciso III do § 5º.

§ 7º A multa deverá ter o seu valor revertido pela CCEE em favor da modicidade tarifária, por meio de desconto no Encargo de Serviço de Sistema.

§ 8º Caberá ao gerador negociar a cláusula de penalidade por falha no suprimento de combustível diretamente com o(s) seu(s) fornecedor(es).

Art. 9º A liberação do início da operação comercial será formalizada por meio de Despacho da Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, até 5 (cinco) dias após a protocolização do pedido.

Art. 10. O ONS e o agente de distribuição devem emitir as declarações previstas nos arts. 4º e 7º ou formalizar a impossibilidade de sua emissão em até 10 (dez) dias após a solicitação do agente de geração.

Parágrafo único. A formalização quanto à impossibilidade de emissão das declarações deverá conter detalhamento dos motivos, podendo o agente de geração solicitar análise da ANEEL quanto aos motivos indicados pelo ONS ou agente de distribuição para indeferir o pedido da emissão de determinada declaração.

Art. 11. Para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, dentro do prazo de até 12 (doze) meses após a data da entrada em operação comercial, o agente de geração deverá enviar à SFG relatório conclusivo sobre o ensaio de índice da turbina e rendimento do gerador elétrico, concluindo pelo valor do rendimento nominal da unidade geradora.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se somente para aquelas unidades geradoras que venham a ser liberadas para operação comercial após a data de publicação desta Resolução.

Seção IV

Da liberação como apta à operação comercial

Art. 12. No caso de atraso ou restrição no sistema de transmissão ou distribuição identificado nas declarações de que tratam os incisos II e III do art. 7º e que impeça a liberação para operação comercial de unidade geradora, a SFG poderá emitir despacho declarando a unidade geradora como apta à operação comercial.

§ 1º Caso a restrição ou atraso no sistema de transmissão ou distribuição permita o escoamento parcial da potência de uma unidade geradora em conjunto com as demais unidades da central geradora, a SFG deverá liberar para operação comercial a potência instalada total daquela unidade.

§ 2º O despacho de que trata o caput está condicionado à apresentação ou à consideração dos requisitos estabelecidos no art. 4º e nos incisos I e V do art. 7º ou ao atendimento dos requisitos específicos estabelecidos no Anexo II desta Resolução.

§ 3º O despacho de que trata o caput servirá exclusivamente como instrumento para tornar eficazes as condições contratuais previstas e relacionadas ao atraso ou à restrição nas instalações de transmissão ou distribuição necessárias para o escoamento da energia produzida pela unidade geradora.

§ 4º No caso de indisponibilidade de alguma unidade geradora em operação comercial, o ONS poderá solicitar que a unidade geradora apta à operação comercial opere, de forma transitória como unidade geradora de contingência, em substituição à unidade indisponível.

§ 5º Findo o impedimento de que trata o caput, consubstanciado com a devida comunicação pela ANEEL, o agente de geração deverá obter a liberação para operação comercial em até 30 (trinta) dias, a partir de quando será revogada a situação operacional de apta à operação comercial.

§ 6º Caso concedida a liberação para operação em teste durante o período de que trata o § 5º, deverão ser mantidos os efeitos da situação operacional de apta à operação comercial até o final do prazo estabelecido no § 5º ou até a liberação para operação comercial, nos termos do art. 7º, o que ocorrer primeiro.

Art. 13. A declaração de apta à operação comercial será formalizada por meio de despacho da SFG, até 45 (quarenta e cinco) dias após a protocolização do pedido, neste caso, podendo contemplar data retroativa ao despacho, desde que não anterior à data de protocolização do pedido que comprovou o atendimento pleno dos requisitos estabelecido no art. 12.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA A COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA GRAVE E INDISPONIBILIDADE PROLONGADA, BEM COMO PARA EVENTUAL SUSPENSÃO DA SITUAÇÃO OPERACIONAL DE EMPREENDIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Seção I

Dos procedimentos para a comunicação de ocorrência grave e indisponibilidade prolongada

Art. 14. Os detentores de registro, autorização ou concessão de geração de energia elétrica deverão comunicar toda ocorrência grave e indisponibilidade prolongada, em conformidade com os prazos e condições a seguir descritos:

I - a ocorrência grave deverá ser comunicada à SFG da ANEEL e à Agência Estadual conveniada, quando couber, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas ao sucedido.

II - a indisponibilidade prolongada deverá ser comunicada à SFG e à Agência Estadual conveniada, quando couber, em prazo não superior a 3 (três) dias após o início do período de indisponibilidade.

§ 1º Os formatos e procedimentos para a comunicação de que trata o caput estão disponibilizados no sitio eletrônico da ANEEL.

§ 2º A indisponibilidade prolongada deverá ser comunicada somente pelos agentes detentores de autorização ou concessão de geração de energia elétrica que possuam usinas conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

§ 3º Fica isenta da obrigatoriedade de comunicação qualquer indisponibilidade prolongada classificada como programada ocorrida no período de entressafra.

Art. 15. O ONS deverá comunicar à SFG toda indisponibilidade prolongada ocorrida em usina de geração de energia elétrica despachada centralizadamente, por meio da emissão de relatório específico, que também deverá ficar disponível no sítio eletrônico do ONS.

§ 1º A comunicação deverá ser realizada por unidade geradora ou grupo de unidades geradoras quando for permitido o agrupamento para fins de apuração de indisponibilidades e contabilização de energia.

§ 2º A comunicação de que trata o caput deverá ser feita em até quatro dias úteis ao sucedido.

Seção II

Da suspensão da situação operacional de unidade geradora

Art. 16. Nos casos em que a ocorrência grave ou a indisponibilidade prolongada afete a situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica a SFG comunicará ao agente de geração a possibilidade de suspensão dessa situação.

§ 1º A suspensão da situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica deverá ser aplicada quando algum dos requisitos exigidos para a obtenção dessa situação estiver prejudicado ou nos casos em que o motivo da indisponibilidade não esteja enquadrado naqueles passíveis de previsão nos índices de referência utilizados para o cálculo da garantia física.

§ 2º Para garantia do contraditório e da ampla defesa, o agente terá até 10 (dez) dias para manifestar-se após o recebimento da comunicação de que trata o caput.

§ 3º A SFG analisará a manifestação do agente e poderá, por meio de despacho de seu titular, suspender a situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica e informar os requisitos que deverão ser atendidos pelo agente de geração para o término da suspensão.

§ 4º Nos casos em que o montante de garantia física não esteja discriminado para cada unidade geradora da central, a redução da garantia física em decorrência da suspensão da situação operacional de cada unidade geradora seguirá os critérios definidos nas regras e nos procedimentos de comercialização.

Art. 17. O agente de geração poderá solicitar à ANEEL a suspensão da situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica.

Parágrafo único. A solicitação da suspensão de que trata o caput será avaliada pela SFG, de acordo com os requisitos e motivos definidos no § 1º do art. 16, e seguirá o disposto no § 3º do art. 16.

Art. 18. Sem prejuízo à aplicação das penalidades cabíveis, caso identificado que, por descumprimento pelo agente de geração do estabelecido neste Título, a situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica deveria ter sido suspensa, os montantes de energia e as taxas de indisponibilidade serão recontabilizados a partir da data da ocorrência.

§ 1º Para atendimento ao disposto no caput, o titular da SFG comunicará previamente o agente de geração sobre a possibilidade de recontabilização.

§ 2º Para garantia do contraditório e da ampla defesa, o agente terá até 10 (dez) dias para manifestar-se após o recebimento da comunicação de que trata o § 1º.

§ 3º A SFG analisará a manifestação do agente e adotará as providências necessárias para a recontabilização de que trata o caput.

Art. 19. O período de suspensão da situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica será desconsiderado, de acordo com as normas vigentes, na apuração de:

I - taxas de indisponibilidades de usinas despachadas centralizadamente;

II - geração média para fins de cálculo dos montantes de garantia física e de participação do MRE;

III - fator de disponibilidade de geração de usina eolioelétrica e termelétrica inflexível com Custo Variável Unitário - CVU nulo, conectada ao SIN, cuja garantia física tenha sido estabelecida em legislação específica; e

IV - índice de indisponibilidade total verificada e de desempenho relativo à geração de energia para aferição do padrão da qualidade do serviço de geração de energia elétrica para usina objeto de prorrogação de concessão de que tratam a Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013, e o Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012.

Art. 20. O retorno da situação operacional da unidade geradora ou da central geradora de energia elétrica dependerá do atendimento aos requisitos estabelecidos pela SFG quando da suspensão da situação operacional, e ocorrerá por meio de Despacho dessa Superintendência.

CAPÍTULO IV

DA SISTEMÁTICA DE DETERMINAÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA E DA POTÊNCIA LÍQUIDA DE EMPREENDIMENTO DE GERAÇÃO, PARA FINS DE OUTORGA, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Seção I

Da sistemática para determinação da potência instalada e da potência líquida

Art. 21. O processo de outorga de central geradora observará o registro da potência instalada e da potência líquida da central geradora, conforme valores declarados pelo agente outorgado, devendo as mesmas ser confirmadas pelo agente de geração após a entrada em operação comercial da usina, ou para posterior revisão nos termos desta Resolução, ressalvadas as suas exceções.

§ 1º Para as tecnologias de geração que utilizam fonte eolioelétrica ou solar, serão adotadas as informações de projeto, prescindindo-se do ensaio de desempenho ou dos dados de geração, a critério da ANEEL;

§ 2º São dispensadas da determinação da potência líquida as centrais geradoras com potência instalada de até 1.000 kW (mil quilowatts) para fonte hidráulica e de até 5.000 kW (cinco mil quilowatts) para outras fontes, sendo que, nesses casos, a potência instalada será definida com base no menor valor entre a potência nominal do equipamento motriz (kW) e a do gerador elétrico (kW), esta definida pelo produto da potência elétrica aparente (kVA) pelo fator de potência nominal (f.p.), ambos tomados diretamente da placa aprovada pelo fabricante para operação em regime contínuo.

Seção II

Das obrigações do agente de geração

Art. 22. O agente de geração obriga-se a encaminhar, para validação e registro na ANEEL da potência instalada e da potência líquida, relatório técnico com os resultados do ensaio de desempenho, ressalvadas as suas exceções, em até 24 (vinte e quatro) meses após a entrada em operação comercial da central geradora.

§ 1º A entrada em operação da central geradora caracteriza-se pela entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da central.

§ 2º O ensaio de desempenho, com critérios e procedimentos específicos conforme Anexo I desta Resolução, caracteriza-se essencialmente pelo ensaio realizado para verificação da potência instalada e da potência líquida da central geradora.

Art. 23. Alternativamente ao ensaio de desempenho, a comprovação da potência instalada e da potência líquida poderá ser realizada por meio de relatório técnico utilizando-se de dados de geração obtidos diretamente do Sistema de Medição de Faturamento - SMF, ou ainda diretamente do Sistema de Coleta de Dados Operacionais - SCD nos sistemas isolados, no qual deverá ser comprovada a operação da central geradora em base semanal à plena carga.

§ 1º O valor da potência instalada e da potência líquida será o valor integralizado da geração ativa verificada no período de 7 (sete) dias e em base horária, respeitadas as orientações específicas contidas no procedimento para determinação da potência instalada e potência líquida de empreendimentos de geração de energia elétrica.

§ 2º O relatório técnico de que trata o caput deste artigo deverá ser elaborado conforme os procedimentos para a determinação da potência instalada e potência líquida de empreendimentos de geração de energia elétrica.

§ 3º Os dados de geração para confirmação da potência instalada e potência líquida deverão ser devidamente homologados pela CCEE e obtidos diretamente do SMF ou ainda do SCD nos sistemas isolados;

§ 4º Nos casos onde não é necessária a instalação da medição bruta, conforme critérios estabelecidos nos Procedimentos de Rede e nos Procedimentos de Comercialização, poderão ser utilizados os dados de geração do sistema de supervisão e controle da central geradora para confirmação da potência instalada.

Art. 24. A documentação técnica, em todas as suas partes, deverá estar assinada pelo engenheiro responsável pelas informações, incluindo a comprovação de sua inscrição e certificado de regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Art. 25. Qualquer alteração da potência instalada ou potência líquida da central geradora deverá ser regularizada junto à ANEEL.

Art. 26. O agente se obriga a manter nas instalações da central geradora, a disposição dos técnicos da ANEEL, cópia do relatório técnico para comprovação de potência instalada e potência líquida, bem como, afixado em local de fácil acesso, placa de identificação do fabricante de cada equipamento motriz e gerador elétrico.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. Caso seja constatado erro de qualquer informação prestada pelos agentes abrangidos por esta Resolução, independentemente de intenção, a ANEEL poderá determinar nova apuração de períodos anteriores, bem como a recontabilização financeira relacionada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 28. Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013; e

II - a Resolução Normativa nº 827, de 21 de agosto de 2018.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO I - PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA "POTÊNCIA INSTALADA" E "POTÊNCIA LÍQUIDA" DE EMPREENDIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

CONTROLE DE VERSÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA REVISÃO	ATO LEGAL

1. DO OBJETIVO

Definir, em termos gerais, o formato do Relatório Técnico para confirmação da "potência instalada" e "potência líquida" de centrais geradoras de energia elétrica. O presente procedimento é um balizador, o qual contém instruções gerais sobre o ensaio de desempenho e comprovação por meio do histórico de geração, sendo responsabilidade do responsável técnico pela realização dos ensaios a definição dos melhores parâmetros a serem utilizados na realização dos ensaios, considerando as particularidades técnicas de cada empreendimento e o objetivo pretendido de se definir o valor da potência instalada e da potência líquida da central geradora.

2. DA APLICAÇÃO

O presente Procedimento aplica-se aos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados no território brasileiro.

3. DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade pela elaboração do Relatório Técnico de confirmação da "potência instalada" e "potência líquida" é exclusiva do agente detentor da outorga para exploração da central geradora, que deverá elaborá-lo com pessoal próprio ou de terceiros, observando a necessidade de emissão da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

4. DO ENSAIO DE DESEMPENHO

O ensaio de desempenho deverá ser realizado com todas as unidades geradoras da central em operação. Não sendo possível, o relatório deverá explicitar as razões que inviabilizaram a operação simultânea de todas as unidades, bem como deverá apresentar justificativas que demonstrem que a impossibilidade de operação simultânea das unidades não prejudica o resultado obtido nos testes.

Salvo exceção das grandezas elétricas, para as demais grandezas o monitoramento deverá ser realizado no mínimo em uma unidade geradora por tipo.

Antes do início do ensaio de desempenho, deverá haver a estabilização completa dos parâmetros térmicos e mecânicos, em conformidade com os critérios que deverão ser adotados pelo responsável pela realização dos ensaios, sendo obrigatório explicitar no Relatório Técnico os critérios utilizados para a estabilização completa e sua aderência ao tipo de tecnologia empregada.

Durante o período de estabilização, os parâmetros monitorados não deverão exceder limites pré-estabelecidos pelo responsável pelo ensaio.

O ensaio deverá ter duração mínima de 04 horas e as grandezas devem ser medidas e registradas em intervalos de, no máximo, 30 minutos, com exceção daquelas obtidas diretamente do Sistema de Medição de Faturamento - SMF ou do Sistema de Coleta de Dados Operacionais - SCD, quando deverão ser respeitados os intervalos de medição padronizados para esses equipamentos.

O valor da "potência instalada" e da "potência líquida" obtida deverá ser baseado na energia efetivamente gerada durante o período do teste pelo tempo total do mesmo, devendo ser realizadas as eventuais correções conforme prescreve este Procedimento.

O responsável pela elaboração do relatório, de posse das informações do ensaio, poderá atestar um determinado valor de "potência instalada" e "potência líquida" diferente do método mencionado no parágrafo anterior, desde que fundamentado em critérios relacionados à exatidão dos equipamentos de monitoramento, flutuação de potência e oscilação do sistema elétrico.

Todas as unidades geradoras deverão estar programadas para gerar a potência ativa próxima ao valor desejado da comprovação, com fator de potência das unidades o mais próximo possível do valor nominal.

Na impossibilidade de ensaiar as unidades com o fator de potência o mais próximo do valor nominal, em razão de condições sistêmicas, esse fato deverá ser justificado no Relatório.

O fator de potência nominal é definido como o valor teórico obtido da curva de capabilidade do gerador, considerando a intersecção entre o trecho da limitação imposta pela corrente de campo ou corrente de excitação do rotor do gerador e o trecho da limitação imposta pela corrente de armadura, considerando a operação do gerador como capacitivo.

No mínimo as grandezas a seguir listadas deverão ser medidas/monitoradas e registradas:

a) Térmicas (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- temperatura do enrolamento estatórico e dos mancais do gerador e turbina (metal patente);
- temperatura do enrolamento dos transformadores elevadores;

b) Mecânicas (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- vibração em todos os mancais do conjunto turbina-gerador;
- oscilação dos eixos (turbina e gerador).

c) Elétricas (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- potência [kW, kVA e kVAr], medida nos bornes do gerador elétrico e no ponto de conexão;
- fator de potência;

d) Hidráulicas (Aplicável às UHEs e PCHs)
- nível de jusante [m];
- nível de montante [m];
-vazão turbinada [m^3/s];

e) Ambientais
- temperatura Ambiente (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs);
- umidade relativa do ar (aplicável às UTEs);
- pressão atmosférica (aplicável às UTEs).

f) Termodinâmicas (aplicável às UTEs)
- temperatura, pressão, e vazão do fluido de trabalho na entrada e saída dos principais equipamentos do ciclo termodinâmico (bomba/compressor, turbina, caldeira, condensador e etc..), conforme o tipo de usina.

g) Balanço energético em kW (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- potência bruta simultânea de cada unidade geradora, medida nos geradores elétricos;
- potência exportada, medida no ponto de conexão;
- consumo em serviços auxiliares/ perdas;
- consumo em cargas industriais próprias, conforme o caso.

As grandezas térmicas, mecânicas e termodinâmicas a serem monitoradas podem variar conforme a especificidade dos equipamentos da central geradora, mas devem garantir a operação segura das unidades geradoras.

Exceto para as grandezas elétricas, as quais deverão ser obrigatoriamente monitoradas em todas as unidades, as demais grandezas poderão ser monitoradas em no mínimo uma unidade geradora, desde que as demais apresentem as mesmas características de projeto e construção da unidade monitorada.

Para as grandezas térmicas e mecânicas, antes do início dos testes deverão ser registrados os seus valores nominal, de alarme e de parada por emergência da unidade, quando aplicável, para os quais o sistema de supervisão está programado.

Todos os instrumentos utilizados nos ensaios para monitoramento das grandezas elétricas deverão ter rastreabilidade quanto à sua aferição, em consonância com as práticas usualmente adotadas.

O Relatório Técnico deverá contemplar métodos que propiciem a correção das medições de geração às condições nominais da central geradora; no caso de termelétricas, para a condição climática média anual do local, principalmente quanto à temperatura do ar; e no caso de hidrelétricas (incluindo PCHs), os resultados devem ser transpostos à queda líquida máxima (nominal). Adicionalmente, o resultado da potência ativa (kW) deverá levar em consideração o fator de potência obtido nas medições.

5. DA COMPROVAÇÃO POR MEIO DO HISTÓRICO DE GERAÇÃO

Alternativamente, o Agente poderá valer-se de histórico de geração para comprovação da "Potência Instalada" e "Potência Líquida" de uma determinada central geradora.

Na opção de utilização dos dados de geração, para as seguintes grandezas deverá haver registro:

a) Elétricas (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- potências elétricas [kW, kVA e kVAr], medida nos bornes do gerador elétrico e no ponto de conexão;
- fator de potência.

b) Balanço energético em kW (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- geração bruta simultânea de cada unidade geradora, medida nos geradores elétricos;
- geração exportada, medida no ponto de conexão;
- consumo em serviços auxiliares/ perdas;
- consumo em cargas industriais próprias, conforme o caso.

Os dados de geração deverão preferencialmente ser obtidos diretamente do Sistema de Medição de Faturamento - SMF e homologados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para usinas do Sistema Interligado Nacional, ou obtidos do Sistema de Coleta de Dados Operacionais - SCD e homologados pela Eletrobrás, para usinas dos sistemas isolados.

Para a determinação da "potência instalada", nos casos onde não é obrigatória a instalação do SMF ou do SCD por unidade geradora, poderão ser utilizadas informações do sistema de supervisão e controle da central geradora, devendo o relatório indicar esse fato.

Deverá ser apresentado o histórico de geração de um período mínimo de 07 dias consecutivos, e será considerado como o valor da "potência instalada" e da "potência líquida" o montante de energia gerada (MW.h) dividido pelo número de horas total do período. Dentro desse intervalo, poderão ser desconsiderados períodos atípicos que tragam dados não representativos para a definição desses parâmetros, desde que devidamente justificado no relatório técnico.

O responsável pela elaboração do relatório, de posse das informações do histórico de geração, poderá atestar um determinado valor de "potência instalada" e "potência líquida" diferente do método mencionado no parágrafo anterior, desde que fundamentado em critérios relacionados à exatidão dos equipamentos de monitoramento, flutuação de potência e oscilação do sistema elétrico.

Preferencialmente deverão ser utilizados dados de geração para um período quando a central geradora tenha operado dentro de suas condições nominais, principalmente no que tange às variáveis: queda líquida (PCHs e UHEs) e temperatura ambiente (UTEs).

O Relatório Técnico deverá contemplar métodos que propiciem a correção das medições de geração às condições nominais da central geradora; no caso de termelétricas, para a condição climática média anual do local, principalmente quanto à temperatura do ar; e no caso de hidrelétricas (incluindo PCHs), os resultados devem ser transpostos à queda líquida máxima (nominal). Adicionalmente, o resultado da potência ativa (kW) deverá levar em consideração o fator de potência obtido nas medições.

6. DAS EXCEÇÕES

Quaisquer particularidades que impeçam a realização dos ensaios de determinação das potências instalada e líquida do empreendimento em conformidade com o estabelecido neste procedimento deverão ser devidamente justificadas no relatório técnico, onde deverá restar comprovado que essas particularidades não afetam o resultado pretendido pelo ensaio.

Na hipótese de centrais geradoras termelétricas onde exista limitação com relação à carga a ser atendida, deverá ser elaborado o Relatório Técnico baseado no histórico de geração ou no ensaio de desempenho demonstrando essa limitação. Na conclusão do Relatório Técnico, a "potência instalada" e "potência líquida" a ser atestada deverá levar em consideração a restrição interna da central geradora (gerador elétrico, equipamento motriz, gerador de vapor, etc.) que limitaria a potência máxima possível de ser disponibilizada nos bornes do gerador elétrico de cada unidade geradora, caso não houvesse restrição quanto ao atendimento da carga.

7. DO PRODUTO FINAL

O produto final é o Relatório Técnico de confirmação da "potência instalada" e "potência líquida", que deverá ser elaborado com base nos resultados do ensaio de desempenho ou no histórico de geração.

O Relatório Técnico ainda deverá estar assinado pelo representante legal da Empresa detentora da outorga para exploração do empreendimento e pelo responsável técnico pela elaboração do Relatório, que deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART perante o CREA, bem como atestar a correta execução do ensaio de desempenho ou obtenção do histórico de geração em conformidade com a legislação vigente.

O Relatório Técnico deverá ser encaminhado à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG/ANEEL dentro do prazo estabelecido em regulamento. Ademais, o Agente obriga-se a manter cópia desse Relatório e respectivos dados de medição, nas instalações da central geradora para eventual consulta das equipes de fiscalização da ANEEL.

O Relatório Técnico para confirmação de "Potência Instalada" e "Potência Líquida" deverá conter, no mínimo, as informações listadas a seguir, observadas as particularidades caso o Relatório tenha se baseado em ensaios de desempenho ou dados de geração.

a) dados de identificação da entidade realizadora do Relatório Técnico;
b) dados de identificação da entidade realizadora do ensaio de desempenho (conforme o caso);
c) configuração e características básicas da central geradora, incluindo eventuais restrições;
d) configuração e características básicas do sistema de transmissão de interesse restrito;
e) tabela com os todos os valores das grandezas medidas, bem como os valores previstos para sinalização de alarme e parada por emergência dessas unidades;
f) cálculos relacionados às correções efetuadas, gráficos de acompanhamento da evolução das variáveis medidas, curvas de correção eventualmente utilizadas bem como outras evidências necessárias à plena credibilidade dos ensaios;
g) fatos relevantes observados no período de medição (conforme o caso);
h) curvas de capabilidade dos geradores elétricos;
i) curvas características das turbinas hidráulicas (PCHs e UHEs);
j) curva de consumo específico de combustível Vs. potência da central geradora, discriminando o PCI do combustível (UTEs);
k) diagrama unifilar simplificado, mostrando os principais equipamentos da central e a conexão da usina ao sistema, incluindo os pontos de medição;
l) valor confirmado para a "Potência Instalada" e "Potência Líquida";
m) Balanço energético em kW (aplicável às UHEs, PCHs e UTEs)
- soma da potência bruta de todas as unidades geradoras;
- potência exportada no ponto de conexão;
- consumo médio dos serviços auxiliares;
- consumo em cargas industriais próprias, quando couber;
n) Dados de placa da máquina motriz e do gerador elétrico.

ANEXO II - REQUISITOS PARA LIBERAÇÃO COMO APTA À OPERAÇÃO COMERCIAL

Check List - UHE/PCH

Instruções gerais

O Check list deve ser preenchido, assinado e enviado à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, juntamente com o pleito de reconhecimento de conclusão de obras de implantação de usinas de geração impossibilitadas de escoar energia em razão da não conclusão das obras da conexão de responsabilidade de agente de Transmissão ou Distribuição.

Para cada item de verificação, com exceção daqueles definidos para identificação, o check list deverá ser preenchido com "Sim" ou "Não", sendo que para eventuais comentários poderão ser utilizados os campos de observação.

Todas as respostas deverão ser comprovadas mediante envio de documentos, tais como contratos, declarações, licenças e registro fotográfico, indicando, portanto, o nível de atendimento para cada item. Ressalta-se que serão desconsideradas respostas não comprovadas. A qualquer tempo, a SFG poderá realizar fiscalização específica de forma a avaliar as informações prestadas pelo responsável pelo empreendimento.

O representante legal do agente outorgado deverá se responsabilizar pela veracidade das informações fornecidas, ficando solidariamente responsável pela prestação de informação falsa, caso a fiscalização da ANEEL identifique em seus procedimentos de validação de informações, inclusive aqueles realizados em campo, algum dado não fidedigno.

O Check list deve ser preenchido e enviado juntamente com o pleito de reconhecimento de conclusão de obras de implantação de usinas de geração impossibilitadas de escoar energia em razão da não conclusão das obas da conexão de responsabilidade de agente distinto.

1 - Identificação do empreendimento

1.1 Nome da empresa	
1.2 Endereço para correspondência	
1.3 Nome e cargo do representante legal	
1.4 Nome da usina (UHE/PCH)	
1.5 Identificação das unidades geradoras integrantes do pleito	
1.6 Endereço da usina	
1.7 Coordenadas geográficas da usina	

2 - Atos Administrativos

2.1 A implantação foi executada em acordo com as características técnicas constantes do ato de outorga? (A comprovação deve ser feita por meio da apresentação da ficha técnica preenchida e assinada pelo responsável técnico)	( ) SIM ( ) NÃO
2.2 A implantação foi executada em acordo com o Projeto Básico aprovado?	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

3 - Situação dos equipamentos e estruturas principais

3.1 Declaração de propriedade ou posse direta das áreas necessárias à implantação da usina?	( ) SIM ( ) NÃO
3.2 Construção da(s) barragem(ns) concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.3 Construção do(s) vertedouro(s) concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.4 Construção do(s) circuito(s) de adução concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.5 Reservatório nas cotas para operar as unidades geradoras que estejam aptas a entrar em operação comercial?	( ) SIM ( ) NÃO
3.6 Construção da(s) casa(s) de máquinas concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.7 Fabricação e fornecimento de equipamentos eletromecânicos das unidades geradoras concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.8 Montagem eletromecânica das unidades geradoras, sistemas auxiliares e painéis elétricos concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.9 Construção da(s) subestação(ões) de interesse restrito e montagem dos respectivos equipamentos eletromecânicos concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.10 Sala de Comando da usina e da subestação de interesse restrito concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.10.1 Cabeamento lógico e elétrico entre unidades geradoras, sistemas auxiliares e subestação de interesse restrito concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.11 Comissionamento estático e dinâmico sem sincronismo das unidades geradoras concluído? (A comprovação deve ser feita por meio de relatório do comissionamento, além da ART do responsável pelo mesmo)	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

4 - Situação do acesso

4.1 Linha de Transmissão de interesse restrito totalmente concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.1 Todas as torres montadas?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.2 Todos os serviços de projeto, execução de obras civis e de montagem eletromecânica contratados?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.3 Cabos e isoladores comprados e estocados?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.4 Cronograma para o lançamento dos cabos compatível com o cronograma de conclusão das obras das instalações de transmissão?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.5 Declaração de propriedade ou posse direta das áreas necessárias à implantação da linha?	( ) SIM ( ) NÃO
4.2 Data da Solicitação de Acesso:	
4.3 Data da emissão e número do Parecer de Acesso:	
4.4 Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.5 Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.6 Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.7 Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

5 - Licenciamento ambiental

5.1 Licença Ambiental de Operação (LO) da área da usina emitida e válida?	( ) SIM ( ) NÃO
5.2 Licença Ambiental de Operação (LO) das áreas do sistema de transmissão de interesse restrito emitida e válida?	( ) SIM ( ) NÃO

6 - Sistema de Medição de Faturamento - SMF

6.1 Localização do SMF definida?	( ) SIM ( ) NÃO
6.2 Projeto do SMF elaborado pelo agente gerador?	( ) SIM ( ) NÃO
6.3 Projeto do SMF aprovado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS?	( ) SIM ( ) NÃO
6.4 Equipamentos do SMF Instalados?	( ) SIM ( ) NÃO
6.5 Testes de comunicação do SMF realizado?	( ) SIM ( ) NÃO
6.6 SMF cadastrado na CCEE?	( ) SIM ( ) NÃO

7 - Regularidade perante à CCEE

7.1 Declaração atestando o equacionamento de obrigações do agente outorgado emitida pela CCEE?.	( ) SIM ( ) NÃO

8 - Declaração do representante legal

Ratifico todas as informações prestadas como verdadeiras, salientando que todas as obras de nossa responsabilidade, inclusive quanto a itens não constantes do check list, encontram-se finalizadas.

_____ (local), _____ (data)

_____

Nome do representante legal

Check List - UTE

Instruções gerais

O Check list deve ser preenchido, assinado e enviado à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, juntamente com o pleito de reconhecimento de conclusão de obras de implantação de usinas de geração impossibilitadas de escoar energia em razão da não conclusão das obras da conexão de responsabilidade de agente de Transmissão ou Distribuição.

Para cada item de verificação, com exceção daqueles definidos para identificação, o check list deverá ser preenchido com "Sim" ou "Não", sendo que para eventuais comentários poderão ser utilizados os campos de observação.

Todas as respostas deverão ser comprovadas mediante envio de documentos, tais como contratos, declarações, licenças e registro fotográfico, indicando, portanto, o nível de atendimento para cada item. Ressalta-se que serão desconsideradas respostas não comprovadas. A qualquer tempo, a SFG poderá realizar fiscalização específica de forma a avaliar as informações prestadas pelo responsável pelo empreendimento.

O representante legal do agente outorgado deverá se responsabilizar pela veracidade das informações fornecidas, ficando solidariamente responsável pela prestação de informação falsa, caso a fiscalização da ANEEL identifique em seus procedimentos de validação de informações, inclusive aqueles realizados em campo, algum dado não fidedigno.

O Check list deve ser preenchido e enviado juntamente com o pleito de reconhecimento de conclusão de obras de implantação de usinas de geração impossibilitadas de escoar energia em razão da não conclusão das obas da conexão de responsabilidade de agente distinto.

1 - Identificação do empreendimento

1.1 Nome da empresa	
1.2 Endereço para correspondência	
1.3 Nome e cargo do representante legal	
1.4 Nome da usina	
1.5 Identificação das unidades geradoras integrantes do pleito	
1.6 Combustível	
1.7 Endereço da usina	
1.8 Coordenadas geográficas da usina	

2 - Atos Administrativos

2.1 A implantação foi executada em acordo com as características técnicas constantes do ato de outorga? (A comprovação deve ser feita por meio da apresentação da ficha técnica preenchida e assinada pelo responsável técnico)	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

3 - Situação dos equipamentos e estruturas principais

3.1 Declaração de propriedade ou posse direta das áreas necessárias à implantação da usina?	( ) SIM ( ) NÃO
3.2 Terraplanagem e fundações concluídas?	( ) SIM ( ) NÃO
3.3 Construção da(s) casa(s) de máquinas concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.4 Fabricação e fornecimento de equipamentos eletromecânicos das unidades geradoras concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.5 Montagem eletromecânica das unidades geradoras, sistemas auxiliares e painéis elétricos concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.6 Construção da(s) subestação(ões) de interesse restrito e montagem dos respectivos equipamentos eletromecânicos concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.7 Sala de Comando da usina e da subestação de interesse restrito concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.7.1 Cabeamento lógico e elétrico entre unidades geradoras, sistemas auxiliares e subestação de interesse restrito concluído?	( ) SIM ( ) NÃO
3.8 Comissionamento estático e dinâmico sem sincronismo das unidades geradoras concluído? (A comprovação deve ser feita por meio de relatório do comissionamento, além da ART do responsável pelo mesmo)	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

4 - Situação do acesso

4.1 Linha de Transmissão de interesse restrito totalmente concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.1 Todas as torres montadas?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.2 Todos os serviços de projeto, execução de obras civis e de montagem eletromecânica contratados?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.3 Cabos e isoladores comprados e estocados?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.4 Cronograma para o lançamento dos cabos compatível com o cronograma de conclusão das obras das instalações de transmissão?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.5 Declaração de propriedade ou posse direta das áreas necessárias à implantação da linha?	( ) SIM ( ) NÃO
4.2 Data da Solicitação de Acesso:	
4.3 Data da emissão e número do Parecer de Acesso:	
4.4 Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.5 Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.6 Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.7 Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

5 - Licenciamento ambiental

5.1 Licença Ambiental de Operação (LO) da área da usina emitida e válida?	( ) SIM ( ) NÃO
5.2 Licença Ambiental de Operação (LO) das áreas do sistema de transmissão de interesse restrito emitida e válida?	( ) SIM ( ) NÃO

6 - Sistema de Medição de Faturamento - SMF

6.1 Localização do SMF definida?	( ) SIM ( ) NÃO
6.2 Projeto do SMF elaborado pelo agente gerador?	( ) SIM ( ) NÃO
6.3 Projeto do SMF aprovado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS?	( ) SIM ( ) NÃO
6.4 Equipamentos do SMF Instalados?	( ) SIM ( ) NÃO
6.5 Testes de comunicação do SMF realizado?	( ) SIM ( ) NÃO
6.6 SMF cadastrado na CCEE?	( ) SIM ( ) NÃO

7 - Regularidade perante à CCEE

7.1 Declaração atestando o equacionamento de obrigações do agente outorgado emitida pela CCEE?	( ) SIM ( ) NÃO

8 - Declaração do representante legal

Ratifico todas as informações prestadas como verdadeiras, salientando que todas as obras de nossa responsabilidade, inclusive quanto a itens não constantes do check list, encontram-se finalizadas.

_____ (local), _____ (data)

_____

Nome do representante legal

Check List - EOL

Instruções gerais

O Check list deve ser preenchido, assinado e enviado à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, juntamente com o pleito de reconhecimento de conclusão de obras de implantação de usinas de geração impossibilitadas de escoar energia em razão da não conclusão das obras da conexão de responsabilidade de agente de Transmissão ou Distribuição.

Para cada item de verificação, com exceção daqueles definidos para identificação, o check list deverá ser preenchido com "Sim" ou "Não", sendo que para eventuais comentários poderão ser utilizados os campos de observação.

Todas as respostas deverão ser comprovadas mediante envio de documentos, tais como contratos, declarações, licenças e registro fotográfico, indicando, portanto, o nível de atendimento para cada item. Ressalta-se que serão desconsideradas respostas não comprovadas. A qualquer tempo, a SFG poderá realizar fiscalização específica de forma a avaliar as informações prestadas pelo responsável pelo empreendimento.

O representante legal do agente outorgado deverá se responsabilizar pela veracidade das informações fornecidas, ficando solidariamente responsável pela prestação de informação falsa, caso a fiscalização da ANEEL identifique em seus procedimentos de validação de informações, inclusive aqueles realizados em campo, algum dado não fidedigno.

O Check list deve ser preenchido e enviado juntamente com o pleito de reconhecimento de conclusão de obras de implantação de usinas de geração impossibilitadas de escoar energia em razão da não conclusão das obas da conexão de responsabilidade de agente distinto.

1 - Identificação do empreendimento

1.1 Nome da empresa	
1.2 Endereço para correspondência	
1.3 Nome e cargo do representante legal	
1.4 Nome da usina	
1.5 Identificação das unidades geradoras integrantes do pleito	
1.6 Endereço da usina	
1.7 Coordenadas geográficas da usina	

2 - Atos Administrativos

2.1 A implantação foi executada em acordo com as características técnicas constantes do ato de outorga? (A comprovação deve ser feita por meio da apresentação da ficha técnica preenchida e assinada pelo responsável técnico)	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

3 - Situação dos equipamentos e estruturas principais

3.1 Declaração de propriedade ou posse direta das áreas necessárias à implantação da usina?	( ) SIM ( ) NÃO
3.2 Fabricação e fornecimento dos aerogeradores (naceles, cubos e pás) concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.3 Fabricação e fornecimento das torres concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.4 Bases dos aerogeradores concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.5 Montagem eletromecânica das unidades geradoras, sistemas auxiliares e painéis elétricos concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.6 Montagem das torres, tubos e pás concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.7 Construção da(s) subestação(ões) de interesse restrito e montagem dos respectivos equipamentos eletromecânicos concluídos?	( ) SIM ( ) NÃO
3.8 Sala de Comando da usina e da subestação de interesse restrito concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
3.8.1 Cabeamento lógico e elétrico entre unidades geradoras, sistemas auxiliares e subestação de interesse restrito concluído?	( ) SIM ( ) NÃO
3.9 Comissionamento estático e dinâmico sem sincronismo das unidades geradoras concluído? (A comprovação deve ser feita por meio de relatório do comissionamento, além da ART do responsável pelo mesmo)	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

4 - Situação do acesso

4.1 Linha de Transmissão de interesse restrito totalmente concluída?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.1 Todas as torres montadas?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.2 Todos os serviços de projeto, execução de obras civis e de montagem eletromecânica contratados?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.3 Cabos e isoladores comprados e estocados?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.4 Cronograma para o lançamento dos cabos compatível com o cronograma de conclusão das obras das instalações de transmissão?	( ) SIM ( ) NÃO
4.1.5 Declaração de propriedade ou posse direta das áreas necessárias à implantação da linha?	( ) SIM ( ) NÃO
4.2 Data da Solicitação de Acesso:	
4.3 Data da emissão e número do Parecer de Acesso:	
4.4 Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.5 Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.6 Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
4.7 Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) assinado?	( ) SIM ( ) NÃO
Observação	

5 - Licenciamento ambiental

5.1 Licença Ambiental de Operação (LO) da área da usina emitida e válida?	( ) SIM ( ) NÃO
5.2 Licença Ambiental de Operação (LO) das áreas do sistema de transmissão de interesse restrito emitida e válida?	( ) SIM ( ) NÃO

6 - Sistema de Medição de Faturamento - SMF

6.1 Localização do SMF definida?	( ) SIM ( ) NÃO
6.2 Projeto do SMF elaborado pelo agente gerador?	( ) SIM ( ) NÃO
6.3 Projeto do SMF aprovado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS?	( ) SIM ( ) NÃO
6.4 Equipamentos do SMF Instalados?	( ) SIM ( ) NÃO
6.5 Testes de comunicação do SMF realizado?	( ) SIM ( ) NÃO
6.6 SMF cadastrado na CCEE?	( ) SIM ( ) NÃO

7 - Regularidade perante à CCEE

7.1 Declaração atestando o equacionamento de obrigações do agente outorgado emitida pela CCEE.	( ) SIM ( ) NÃO

8 - Declaração do representante legal

Ratifico todas as informações prestadas como verdadeiras, salientando que todas as obras de nossa responsabilidade, inclusive quanto a itens não constantes do check list, encontram-se finalizadas.

_____ (local), _____ (data)

_____

Nome do representante legal

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.030, DE 26 DE JULHO DE 2022

Consolida os atos regulatórios relativos ao programa da Resposta da Demanda; à prestação de serviços ancilares e adequação de instalações de centrais geradoras motivada por alteração na configuração do sistema elétrico; aos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por Constrained-off de usinas eolioelétricas; ao montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física; e ao Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o que consta na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015; no Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004; no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e o que consta dos Processos nº 48500.004163/2014-61, 48500.003224/2015-53, 48500.003095/2016-84, 48500.005630/2016-31, 48500.001347/2017-11, 48500.006218/2017-10, 48500.005171/2019-39, 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71 resolve:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os atos regulatórios relativos:

I - ao programa da Resposta da Demanda;

II - à prestação de serviços ancilares e adequação de instalações de centrais geradoras motivada por alteração na configuração do sistema elétrico;

III - aos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por Constrained-off de usinas eolioelétricas;

IV - ao montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física; e

V - ao Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Art. 2º Para fins de aplicação do disposto nesta Resolução, consideram-se as seguintes definições:

I - autorrestabelecimento integral: capacidade de uma central geradora de sair de uma condição de parada total para uma condição de operação, independentemente de fonte externa para alimentar seus serviços auxiliares, contribuindo para o processo de recomposição do sistema elétrico, partindo o número de unidades geradoras definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

II - autorrestabelecimento parcial: capacidade de uma central geradora de alimentar seus serviços auxiliares a partir da tensão no terminal de seus próprios geradores, com a permanência do giro mecânico e excitada, contribuindo para o processo de recomposição do sistema elétrico;

III - controle primário de frequência: controle realizado por meio de reguladores automáticos de velocidade das unidades geradoras, para limitar a variação da frequência quando da ocorrência de desequilíbrio entre a carga e a geração;

IV - controle secundário de frequência: controle realizado por unidades geradoras participantes do Controle Automático de Geração - CAG, destinado a restabelecer ao valor programado a frequência de um sistema e/ou o montante de intercâmbio de potência ativa entre subsistemas;

V - despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa: despacho de unidades geradoras de usinas termelétricas despachadas centralizadamente, com vistas a preservar a reserva de potência operativa nas unidades geradoras hidráulicas participantes do CAG em qualquer subsistema;

VI - Linha base de consumo: média horária das medições registrada em determinados dias da semana, em período anterior à data do despacho de redução da demanda;

VII - melhoria: instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações pertencentes a central geradora, para manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço de geração de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações em conformidade com o ato de outorga, os Procedimentos de Rede e demais atos normativos;

VIII - Procedimento e regra de comercialização provisórios - documento elaborado pela CCEE para apuração do cumprimento da entrega do produto, contabilização do montante e ressarcimento devido a participação do programa de Resposta da Demanda;

IX - reforço: substituição de equipamentos ou adequação de instalações pertencentes a central geradora, recomendada pelo ONS e motivada por alteração da configuração do sistema elétrico ao qual a usina está conectada, não passível de previsão por parte do agente de geração;

X - Resposta da demanda: redução do consumo de consumidores previamente habilitados, como recurso alternativo ao despacho termelétrico fora da ordem de mérito, de modo a se obter resultados mais vantajosos tanto para a confiabilidade do sistema elétrico como para a modicidade tarifária dos consumidores finais;

XI - Rotina operacional provisória: documento elaborado pelo ONS para estabelecer procedimentos referente aos critérios para participação do programa, à entrega das ofertas dos participantes, definição da programação diária da produção, e comunicação quanto ao descumprimento do despacho em atendimento ao programa de Resposta da Demanda;

XII - sistema especial de proteção - SEP: abrange os Esquemas de Controle de Emergência - ECE e Esquemas de Controle de Segurança - ECS, que a partir da detecção de condição de risco para o sistema elétrico, realiza ações automáticas para preservar a integridade do SIN ou dos seus equipamentos; e

XIII - suporte de reativos: é o fornecimento ou a absorção de energia reativa por unidade geradora, destinados ao controle de tensão da rede de operação, mantendo-a dentro dos limites de variação estabelecidos nos Procedimentos de Rede e nos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, mediante o uso de:

a) unidades geradoras enquanto fornecem potência ativa; ou

b) unidades geradoras enquanto operam como compensadores síncronos, as quais propiciam benefícios sistêmicos tais como suporte de reativos em regime dinâmico, agregação de inércia, elevação dos níveis de curto-circuito, eliminação de riscos de autoexcitação e sobretensões/subtensões transitórias, além do controle de tensão em regime permanente.

TÍTULO I

PROGRAMA DE RESPOSTA DA DEMANDA

Art. 3º Este Título estabelece os critérios e as condições do programa de Resposta da Demanda, o qual terá vigência até 27 de junho de 2022.

CAPÍTULO I

DOS CRITÉRIOS E DAS CONDIÇÕES

Art. 4º O ONS e a CCEE devem produzir, semestralmente, relatórios gerenciais e, mensalmente, relatórios informativos, de modo a subsidiar estudos para a implantação, em caráter permanente, do programa de Resposta da Demanda.

Art. 5º Poderão ser habilitados a participar do programa de Resposta da Demanda:

I - os consumidores livres, consumidores parcialmente livres e consumidores cujos contratos de compra de energia seguem os preceitos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 13.182, de 2015, conectados na rede de supervisão do ONS; ou

II - agentes participantes da CCEE, na função de agregadores das cargas dos consumidores de que trata o inciso I.

§ 1º Os consumidores parcialmente livres poderão participar da Resposta da Demanda até o limite equivalente à parcela livre do seu consumo.

§ 2º Os interessados no programa de Resposta da Demanda deverão formalizar pedido ao ONS e celebrar Contrato de Prestação de Serviços Ancilares temporário, caso sejam habilitados.

Art. 6º O ONS deverá definir mensalmente a grade horária para despacho de redução da demanda.

§ 1º Os participantes habilitados devem, semanalmente, até as 12h00 da quinta-feira, entregar ao ONS suas ofertas de preços e quantidades para a semana operativa seguinte, e diariamente, até as 12h00 do dia anterior ao despacho, confirmar sua disponibilidade para redução da demanda.

§ 2º As ofertas consistem em produtos com duração da redução da demanda de 1 (uma), 2 (duas), 3 (três), 4 (quatro) e 7 (sete) horas, lotes com volume padrão de 1 MWmédio e no mínimo 5 MWmédios, e dois tipos de aviso prévio:

I - até as 18h00 do dia anterior ao despacho, no caso do despacho no dia anterior (D-1); e

II - até as 9h00 do dia do despacho, no caso do despacho intradiário (D-0).

§ 3º O ONS poderá despachar produtos D-0 após a utilização de todos os produtos D-1 com ofertas bem-sucedidas, e na ocorrência de desvios em relação aos valores programados de geração, carga e disponibilidade do sistema de transmissão.

Art. 7º O ONS deverá efetuar os despachos de redução da demanda observando os requisitos necessários para atendimento ao Programa Diário de Produção - PDP, e sempre que o custo total da operação com as ofertas vencedoras do programa de Resposta da Demanda for inferior ao custo total da operação com despacho termelétrico fora da ordem de mérito.

§ 1º Para demostrar atendimento ao disposto no caput, o PDP deverá conter detalhamento da opção pela redução da demanda como recurso alternativo à geração termelétrica.

§ 2º O ONS deverá excluir o consumidor que descumprir a entrega de três produtos despachados.

§ 3º Na análise do cumprimento do despacho de redução da demanda deverá ser considerada uma tolerância, conforme procedimento e regra de comercialização provisório.

Art. 8º O montante da redução da demanda será aferido mensalmente pela CCEE considerando a diferença, em base horária, entre a linha base e seu o consumo verificado, nos termos do procedimento e regra de comercialização provisórios.

§ 1º A CCEE deverá definir a quantidade de dias precedentes, iguais ao dia da semana em que ocorreu o despacho de redução da demanda, necessários para o cálculo da linha base.

§ 2º Devem ser excluídas do cálculo da linha base os dias em que houve participação do consumidor no programa de Resposta da Demanda e os dias com curva de carga atípica.

§ 3º A partir do valor da linha base estabelecido, deverá ser determinada uma margem superior e uma margem inferior de tolerância.

§ 4º Para um participante fazer jus à remuneração em função da Resposta da Demanda, o seu perfil de consumo do dia do despacho, desconsiderados os períodos de rampa, não deve apresentar valores abaixo da margem inferior de tolerância da linha base.

§ 5º A CCEE deverá descontar do montante da redução da demanda o volume que exceder a margem superior de tolerância da linha base, dentro do dia do despacho de redução da demanda, excluído o período de entrega do produto.

Art. 9º A redução da demanda será valorada, para cada participante, considerando o preço de sua oferta vencedora e o PLD vigente em cada hora do produto.

§ 1º Caso o preço da oferta vencedora seja acima do PLD, a remuneração será realizada considerando diferença entre o preço da oferta vencedora e o PLD, a ser paga por meio do Encargo de Serviço de Sistema - ESS, rateado pelos agentes que suportariam os custos dos despachos das usinas termelétricas fora da ordem de mérito.

§ 2º A contabilização e a liquidação dos serviços prestados no âmbito do programa de Resposta da Demanda serão realizadas pela CCEE, por meio de Mecanismo Auxiliar de Cálculo - MAC.

Art. 10. O ONS e a CCEE deverão promover ampla divulgação do programa entre os potenciais participantes e publicar, em área de livre acesso dos seus sítios eletrônicos, o conjunto de informações sobre o programa, incluindo, no mínimo:

I - a rotina operacional provisória, no caso do ONS, e o procedimento e a regra de comercialização provisórios, no caso da CCEE;

II - os relatórios gerenciais e informativos, de que trata o art. 4º;

III - a grade horária para despacho de redução da demanda, de que trata o art. 6º;

IV - o PDP, de que trata o art. 7º; e

V - os valores pagos aos consumidores participantes do programa, nos termos do art. 9º.

Art. 11. Os documentos de que trata o inciso I do art. 10 deverão ser publicados pelo ONS e CCEE, em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução.

Art. 12. Os consumidores participantes do programa devem observar o disposto neste Capítulo, na rotina operacional, no procedimento e na regra de comercialização provisórios.

TÍTULO II

DAS RESTRIÇÕES DE OPERAÇÃO POR CONSTRAINED-OFF

CAPÍTULO I

DO CONSTRAINED-OFF DE USINAS EOLIOELÉTRICAS

Art. 13. Para efeitos deste Título, eventos de restrição de operação por Constrained-off são definidos como a redução da produção de energia por usinas eolioelétricas despachadas centralizadamente ou usinas/conjuntos de usinas eolioelétricas considerados na programação, decorrente de comando do ONS, que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas.

§ 1º Considera-se instalações externas às respectivas usinas ou conjuntos de usinas, as instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão - DITs no âmbito da distribuição.

§ 2º Não se considera instalações externas às respectivas usinas ou conjuntos de usinas aquelas de uso exclusivo ou compartilhado do gerador, sob sua gestão ou de terceiros.

Art. 14. O ONS deverá classificar os eventos de restrição de operação por Constrained-off de usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas de acordo com sua motivação em:

I - Razão de indisponibilidade externa: motivados por indisponibilidades em instalações externas às respectivas usinas ou conjuntos de usinas conforme definições do art. 13.

II - Razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica: motivados por razões de confiabilidade elétrica dos equipamentos pertencentes a instalações externas às respectivas usinas ou conjuntos de usinas conforme definições do art. 13 e que não tenham origem em indisponibilidades dos respectivos equipamentos.

III - Razão energética: motivados pela impossibilidade de alocação de geração de energia na carga.

Art. 15. O ONS deverá calcular a referência de geração de energia decorrente de evento de restrição de operação por Constrained-off das usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas, classificado como razão de indisponibilidade externa, conforme inciso I do art. 14, a partir da curva de produtividade da usina eolioelétrica, que relaciona a potência de saída da usina e a velocidade do vento.

§ 1º O ONS deverá elaborar a curva de produtividade, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos nos Procedimentos de Rede, a partir de dados medidos de geração e velocidade do vento pelo período de um ano, sendo revisada anualmente.

§ 2º Nos casos em que não há histórico de um ano de operação da usina a partir da entrada em operação comercial, a curva de produtividade será atualizada a cada mês até completar um ano.

§ 3º Enquanto detiver outorga vigente, o agente de geração deverá disponibilizar ao ONS, em tempo real, os registros das medições anemométricas e as disponibilidades de potência nominal dos aerogeradores desde a data de entrada em operação comercial, em conformidade com critérios técnicos estabelecidos nos Procedimentos de Rede.

§ 4º Os Procedimentos de Rede deverão estabelecer a forma da elaboração da curva de produtividade, do cálculo da referência da frustração de geração de energia e da obtenção automática dos dados anemométricos pelo ONS.

§ 5º Até a elaboração da curva de produtividade, será considerado como referência da frustração de geração de energia das usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas o segundo menor valor de energia gerada nos 10 (dez) períodos imediatamente anteriores coincidentes com o horário da restrição de operação em análise.

§ 6º Para fins de aplicação desse dispositivo, considera-se como períodos imediatamente anteriores coincidentes com o horário da restrição de operação o lapso temporal correspondente ao evento de restrição de operação por Constrained-off das usinas ou conjunto de usinas eolioelétricas.

§ 7º Caso os 10 (dez) períodos de que trata o parágrafo anterior incorporem data anterior à entrada em operação comercial da usina, a garantia física da usina eolioelétrica será adotada para completar o período.

§ 8º O ONS deverá desconsiderar, da geração de referência, as reduções de geração associadas às restrições indicadas no parecer de acesso das usinas ou dos conjuntos de usinas eolioelétricas.

§ 9º No caso de conjuntos de usinas eolioelétricas, o ONS deverá considerar o rateio da referência da frustração de geração de energia proporcionalmente à capacidade instalada de cada usina eolioelétrica integrante do conjunto.

§ 10 Todas as informações utilizadas para calcular a referência da frustração de geração de energia devem ser disponibilizadas pelo ONS em plataforma de acesso público.

Art. 16. Os pagamentos dos montantes financeiros relativos aos eventos de restrição de operação por Constrained-off das usinas ou conjunto de usinas eolioelétricas, classificados como razão de indisponibilidade externa, conforme inciso I do art. 14, serão realizados por meio de Encargo de Serviço de Sistema - ESS pela CCEE de acordo com os seguintes critérios:

I - na parcela da garantia física vinculada a Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por Disponibilidade, o pagamento deverá ser efetuado às distribuidoras de energia compradoras dos respectivos contratos;

II - na parcela da garantia física vinculada a Contrato de Energia de Reserva - CER, o pagamento deverá ser efetuado à Conta de Energia de Reserva - CONER; e

III - na parcela da garantia física não contratada conforme os incisos anteriores, o pagamento deverá ser efetuado ao agente gerador.

§ 1º O pagamento do ESS deverá ser proporcionalizado pelo consumo de energia do perfil consumo dos agentes e deverá observar a abrangência da restrição, se local ou sistêmica.

§ 2º O pagamento de ESS é devido somente nas situações em que a soma dos tempos, acumulados desde o início do ano civil, de restrição de operação por Constrained-off da respectiva usina ou conjunto de usinas eolioelétricas, classificada como razão de indisponibilidade externa, conforme inciso I do art. 14, superar 78h (setenta e oito horas).

§ 3º Fica autorizado o ONS a atualizar o valor de 78h (setenta e oito horas), constante do §2º, considerando a indisponibilidade média apurada, em uma média móvel dos últimos cinco anos civis, das Funções de Transmissão, com nível de tensão entre 230 kV e 500 kV.

§ 4º O montante energético para apuração dos ESS será dado pela seguinte formulação:

Frustração de geração = mín(G_{anem};E_{cont}) - G_{ver}

Onde:

G_{anem}: geração estimada em função da velocidade do vento medido no anemômetro;

E_{cont}: montante de energia vendida em contratos associados à respectiva usina eolioelétrica, no caso de CCEAR, CER e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA; e garantia física, no caso de usinas não contratadas dessa forma.

G_{Ver}: energia gerada.

§ 5º A valoração do ESS deverá se dar pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do submercado da usina ou do conjunto de usinas eolioelétricas no respectivo período de comercialização.

§ 6º As usinas eolioelétricas inadimplentes com a obrigação de encaminhamento das informações de que trata de que trata o § 3º do art. 15 não são elegíveis ao recebimento dos montantes financeiros de que trata o caput.

Art. 17. As Regras de Comercialização deverão prever a compensação, sobre as obrigações internas aos CCEAR por Disponibilidade e CER, dos eventos de restrição de operação por Constrained-off das usinas eolioelétricas, classificado como razão de indisponibilidade externa, conforme inciso I do art. 14, apurados conforme o Título II desta Resolução.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Somente eventos de restrição de operação por Constrained-off das usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas classificados como razão de indisponibilidade externa, conforme inciso I do art. 14, ocorridos a partir de 1º de outubro de 2021, estarão sujeitos ao tratamento estabelecido nos arts. 13 a 17 desta Resolução.

Parágrafo único. O disposto no caput terá efeitos econômicos a partir do marco temporal nele estabelecido e efeitos financeiros a partir da implantação dos dispositivos do Título XII desta Resolução no CliqCCEE.

Art. 19. Os eventos de restrição de operação por Constrained-off das usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas, relativos ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, ocorridos antes de 1º de outubro de 2021 serão tratados nos termos de Regra de Comercialização que estabelece metodologia específica, a ser aprovada pela Superintendência de Regulação da Geração - SRG, da ANEEL, que considere as seguintes diretrizes:

I - limitado aos Contratos de Energia de Reserva - CER e Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulados - CCEAR;

II - são passíveis de apuração dos montantes de energia não fornecida somente os eventos provocados por restrições elétricas em instalações externas às respectivas usinas eolioelétricas;

III - o período do evento e quais usinas eolioelétricas foram atingidas pelas restrições deverão ser informados pelo ONS;

IV - os valores de energia não fornecida não podem superar o montante mínimo para tornar nulo o montante de ressarcimento previsto nos contratos;

V - os valores de energia não fornecida devem ser apurados proporcionalmente ao fator de operação comercial das usinas eolioelétricas e ao fator de comprometimento com o contrato; e

VI - os valores de energia não fornecida devem também ser aplicados aos processos de reconciliação contratual.

§ 1º O tratamento a que se refere o caput, relativo a eventos de Constrained-off de usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas ocorridos anteriormente à 23 de março de 2021, se aplica somente às situações para as quais há documentos protocolizados na ANEEL com os pedidos de reconhecimento de Constrained-off, incluindo aqueles cuja apuração dos ressarcimentos foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2.303, de 20 de agosto de 2019.

§ 2º O tratamento a que se refere o caput, relativo a eventos de Constrained-off de usinas ou conjuntos de usinas eolioelétricas ocorridos entre 23 de março de 2021 e 30 de setembro de 2021, independe de pedido de reconhecimento de Constrained-off pelo agente de geração.

Art. 20. O Título II desta Resolução entra em vigor no dia 1º de abril de 2021, com exceção dos arts. 14, 15, 16 e 17, que passam a vigorar a partir do sétimo mês civil posterior à data de 23 de março de 2021.

TÍTULO III

DOS SERVIÇOS ANCILARES E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CENTRAIS GERADORAS

Art. 21. Este Título estabelece os procedimentos relacionados à prestação e à remuneração de serviços ancilares por centrais geradoras de energia elétrica integradas ao Sistema Interligado Nacional - SIN e à adequação de instalações de centrais geradoras motivada por alteração na configuração do sistema elétrico.

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO COMO MELHORIA OU REFORÇO

Art. 22. Classificam-se como melhorias, dentre outros:

I - adequação aos requisitos mínimos estabelecidos nos Procedimentos de Rede, por necessidade comprovada pelo ONS, ou no PRODIST, no caso de rede de distribuição, excetuando-se os casos em que haja alteração física da configuração da rede elétrica;

II - instalação ou substituição de equipamentos para permitir a plena observabilidade e controlabilidade do SIN e o sequenciamento de eventos;

III - implantação de telecomando, automação, sistemas de comunicação, reforma e modernização das instalações;

IV - substituição de equipamentos por motivo de obsolescência, vida útil esgotada, falta de peças de reposição ou risco de dano às instalações;

V - instalação ou substituição de sistema de oscilografia digital de curta duração;

VI - substituição de equipamentos devido a desgastes prematuros ou restrições operativas intrínsecas, de qualquer ordem;

VII - implantação de obras e equipamentos destinados a diminuir a indisponibilidade das instalações;

VIII - repotenciação de unidades geradoras existentes que implique a redefinição da potência originalmente projetada, mediante a adoção de avanços tecnológicos, de concepções mais modernas de projeto ou de folgas existentes no projeto originalmente concebido que possam ser aproveitadas; e

IX - implantação de obras civis associadas às melhorias e modernizações da usina hidrelétrica.

Art. 23. Classificam-se como reforços, dentre outros:

I - instalação de equipamentos para adequação ou complementação das instalações pertencentes a central geradora, por causa de alteração da configuração da rede elétrica;

II - substituição de equipamentos nas instalações pertencentes a central geradora por superação das respectivas capacidades normatizadas; e

III - instalação ou substituição de sistema de oscilografia digital de longa duração.

CAPÍTULO II

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANCILARES E DO SEU PAGAMENTO

Art. 24. A celebração de Contrato de Prestação de Serviços Ancilares - CPSA com o ONS é condição indispensável à prestação e possibilidade de remuneração dos seguintes serviços ancilares:

I - autorrestabelecimento integral;

II - controle secundário de frequência;

III - despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa;

IV - sistema especial de proteção - SEP; e

V - suporte de reativos, mediante o uso de unidades geradoras enquanto operam como compensadores síncronos.

Art. 25. O ONS deverá identificar quais centrais geradoras estão aptas a prestar os serviços de autorrestabelecimento integral e parcial, bem como manter registro atualizado sobre essas centrais geradoras no seu sítio eletrônico.

§ 1º Até o dia 30 de abril de cada ano, o ONS deverá encaminhar à ANEEL e disponibilizar em seu sítio eletrônico, relatório referente ao ano imediatamente anterior, contemplando análise dos ensaios realizados nas centrais geradoras quanto a sua capacidade de autorrestabelecimento integral.

§ 2º As centrais geradoras aprovadas nos ensaios realizados pelo ONS receberão anualmente a Receita de Autorrestabelecimento, a ser estabelecida em resolução homologatória específica, visando recuperar os custos adicionais de operação e manutenção para o autorrestabelecimento integral.

§ 3º Os testes de recomposição das usinas de autorrestabelecimento integral devem obrigatoriamente ser realizados a cada ano civil, conforme plano coordenado pelo ONS, visando comprovação da disponibilidade operacional dos equipamentos da usina.

Art. 26. O controle primário de frequência deverá ser provido por todas as unidades geradoras integrantes do SIN, sem ônus para os demais agentes e consumidores.

§ 1º Para as centrais geradoras despachadas centralizadamente, o ONS definirá, nos Procedimentos de Rede, os requisitos mínimos para a prestação do serviço ancilar de que trata o caput.

§ 2º Para as centrais geradoras que não são despachadas centralizadamente, os requisitos mínimos para a prestação do serviço ancilar de que trata o caput se encontram definidos no PRODIST.

Art. 27. O ONS deverá identificar quais unidades geradoras estão aptas a realizar o controle secundário de frequência e manter registro atualizado sobre essas usinas no seu sítio eletrônico.

§ 1º Até o dia 30 de abril de cada ano, o ONS deverá encaminhar à ANEEL e disponibilizar em seu sítio eletrônico, relatório referente ao ano imediatamente anterior, indicando os casos de falhas de atuações do CAG e as unidades geradoras impossibilitadas de participação no Controle Automático de Geração - CAG.

§ 2º As centrais geradoras com desempenho satisfatório no CAG, conforme avaliação do ONS, receberão anualmente a receita para controle secundário de frequência, com valor definido em resolução homologatória específica.

Art. 28. O ONS deverá identificar quais unidades geradoras estão aptas a realizar o serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa e manter registro atualizado sobre essas usinas no seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. Até o dia 30 de abril de cada ano, o ONS deverá encaminhar à ANEEL e disponibilizar em seu sítio eletrônico, relatório referente ao ano imediatamente anterior, indicando os casos de atendimento insatisfatório aos despachos complementares para manutenção da reserva de potência operativa.

Art. 29. As usinas termelétricas receberão mensalmente receita para despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa de acordo com os seguintes critérios.

I - o ONS deverá determinar a programação e efetuar o despacho das usinas termelétricas para prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa com vistas a minimizar o custo operacional total do sistema elétrico na respectiva semana operativa e respeitar as restrições operativas para que o nível de segurança requerido seja atendido.

II - para efeitos do inciso I, o ONS poderá programar e despachar as usinas termelétricas para, ao menos, os seguintes tipos de despacho:

a) carga plena;

b) carga reduzida; e

c) acompanhamento de carga.

III - a etapa de programação de que trata o inciso I deverá ser efetuada pelo ONS no Programa Diário de Produção - PDP.

IV - o agente de geração deverá informar ao ONS, na semana operativa que antecede o despacho, a oferta de preço e as restrições operativas válidas para a semana seguinte.

V - os preços ofertados deverão estar limitados a 130% do valor mais recente de Custo Variável Unitário - CVU:

a) contabilizado pela CCEE no caso de usinas termelétricas objeto de contratação do Ambiente de Contratação Regulada; ou

b) publicado pela ANEEL no caso de usinas termelétricas que não sejam objeto de contratação do Ambiente de Contratação Regulada.

VI - as restrições operativas a serem consideradas para efeitos do inciso I deverão se referir, ao menos, às seguintes:

a) tempo de rampa;

b) curva de tomada de carga;

c) tempo mínimo de operação; e

d) potência mínima de operação.

VII - ao realizar a oferta de preço, o agente de geração deverá declarar que o valor é suficiente para cobrir todo e qualquer custo referente à prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

VIII - caso o ONS venha a despachar em tempo real montante de potência adicional ao determinado na etapa de programação que trata o inciso I, esse montante deverá ser valorado ao CVU da usina termelétrica vigente para o despacho na ordem de mérito para o respectivo período.

IX - depois de esgotados os recursos disponibilizados para prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa, o ONS deverá classificar o despacho adicional de usina termelétrica como restrição de operação valorado ao CVU vigente para o despacho na ordem de mérito, caso a usina termelétrica não tenha sido objeto de oferta de preços.

X - as indisponibilidades verificadas nas usinas termelétricas na prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa deverão compor as taxas equivalentes de indisponibilidade definidas no art. 2º da Resolução Normativa nº 614, de 13 de junho de 2014, ou da Resolução que a suceder.

XI - as usinas termelétricas com desempenho satisfatório na prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa terão o pagamento efetuado com base no preço declarado e sua disponibilidade será integral no respectivo período para efeitos da apuração de indisponibilidades de que trata a Resolução Normativa nº 614, de 13 de junho de 2014, ou a Resolução que a suceder.

XII- as usinas termelétricas com desempenho insatisfatório na prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa terão o pagamento efetuado com base no CVU vigente para o despacho na ordem de mérito para o respectivo período.

XIII - o desempenho das usinas termelétricas na prestação do serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa deverá ser medido pelo nos de acordo com a seguinte formulação:

$$\frac{G_h}{G_{Desph}} \geq (1 - TEIF) \times (1 - IP) = Atendimento\ Satisfatório\ ao\ Despacho$$

$$Caso\ contrário, Atendimento\ Insatisfatório\ ao\ Despacho$$

Onde:

Gh: Geração medida na hora h, em MWh;

GDesph: Geração despachada para prestação do serviço ancilar na hora h, em MWh;

TEIF: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada da usina termelétrica; e

IP: Indisponibilidade Programada da usina termelétrica.

XIV - na apuração do desempenho de que trata o inciso anterior, o ONS poderá desconsiderar a indisponibilidade decorrente dos motivos apresentados no Anexo I da Resolução Normativa nº 614, de 13 de junho de 2014, exceto em seus itens "h" e "l", desde que justificados adequadamente pelo agente de geração em até 90 (noventa) dias do início da ocorrência da indisponibilidade.

Art. 30. O suporte de reativos deverá ser provido por todas as unidades geradoras que estejam fornecendo potência ativa, sempre que solicitado pelo ONS, sem ônus para os demais agentes e consumidores.

§ 1º Para as centrais geradoras despachadas centralizadamente, o ONS definirá, nos Procedimentos de Rede, os requisitos mínimos para a prestação do serviço ancilar de que trata o caput.

§ 2º Para as centrais geradoras que não são despachadas centralizadamente, os requisitos mínimos para a prestação do serviço ancilar de que trata o caput se encontram definidos no PRODIST.

Art. 31. As unidades geradoras que operam como compensador síncrono serão remuneradas pela Tarifa de Serviços Ancilares - TSA, a ser estabelecida em resolução homologatória específica, visando recuperar os custos adicionais de operação e manutenção.

Parágrafo único. O consumo de energia ativa verificado nas unidades geradoras solicitadas a operar como compensador síncrono deverá ser contabilizado como perda sistêmica.

Art. 32. O ONS deverá identificar quais centrais geradoras têm responsabilidade pela prestação do SEP e manter registro atualizado sobre essas usinas no seu sítio eletrônico.

§ 1º Até o dia 30 de abril de cada ano, o ONS deverá encaminhar à ANEEL e disponibilizar em seu sítio eletrônico, relatório referente ao ano imediatamente anterior, contemplando o resultado da avaliação do desempenho e das atuações do SEP para cada central geradora.

§ 2º As centrais geradoras com desempenho satisfatório com relação às atuações do SEP, conforme avaliação do ONS, receberão anualmente a receita para sistema especial de proteção, com valor definido em resolução homologatória específica.

Art. 33. Os pagamentos previstos nos arts. 25, 27, 29, 31 e 32 serão realizados por meio de Encargo de Serviço de Sistema - ESS.

§ 1º Os pagamentos previstos nos arts. 25, 27 e 32 serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e realizados em parcela única no processo de contabilização subsequente à aprovação dos valores pela ANEEL.

§ 2º O pagamento de que trata o art. 31 será realizado mensalmente e com base na medição de potência reativa obtida do Sistema de Medição de Faturamento - SMF.

§ 3º O pagamento de que trata o art. 29 será realizado mensalmente e com base na medição de potência ativa obtida do Sistema de Medição de Faturamento - SMF.

CAPÍTULO III

DA ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO

Art. 34. A implantação de reforço deverá estar indicada pelo ONS nos planos de modernização das instalações e no plano de ampliações e reforços.

Parágrafo único. Caso a ANEEL não reconheça uma obra como reforço, esta será automaticamente classificada como "melhoria", devendo ser imediatamente executada pelo outorgado a sua própria custa.

Art. 35. A implantação de melhorias será custeada pelo agente de geração e deverá ser providenciada no devido prazo, sem necessidade de autorização da ANEEL e sem direito a ressarcimento.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos aproveitamentos hidrelétricos que renovaram as concessões ou foram licitados nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO IV

DO RESSARCIMENTO PELA ADEQUAÇÃO DE CENTRAL GERADORA

Art. 36. A ANEEL poderá autorizar, mediante solicitação do agente de geração, a implantação de reforço ou de equipamentos para prestação de serviços ancilares, com ressarcimento dos custos incorridos.

§ 1º A solicitação de autorização deve estar acompanhada:

I - do estudo do ONS, que demonstre a necessidade e a viabilidade técnica da implantação do reforço ou da prestação dos serviços ancilares;

II - da comparação com a alternativa técnica e economicamente equivalente de geração ou transmissão para os casos de implantação de reforços e de conversão de unidade geradora para operar como compensador síncrono; e

III - do respectivo orçamento detalhado.

§ 2º No caso de implantação de reforço, o valor a ser ressarcido poderá ser calculado, considerando Banco de Preços de Referência ANEEL utilizado nos processos de autorização, licitação para outorga de concessão e revisão tarifária das concessionárias de transmissão de energia elétrica.

§ 3º O ressarcimento será realizado por meio do ESS, a partir do mês subsequente à entrada em operação do respectivo serviço ancilar ou da implantação do reforço, tendo como referência o valor autorizado pela ANEEL.

§ 4º Após a entrada em operação do serviço ancilar ou implantação do reforço, o valor autorizado poderá ser reduzido com base em auditoria técnica e financeira dos custos incorridos para a qual o agente deverá manter os registros contábeis e a documentação comprobatória dos custos incorridos à disposição da ANEEL.

§ 5º Para fins da auditoria, o respectivo agente deverá encaminhar à ANEEL, até 90 (noventa) dias após a entrada em operação do respectivo serviço ancilar ou reforço, toda a documentação necessária à comprovação dos custos realizados, sob pena de interrupção do ressarcimento.

§ 6º Nos casos em que a autorização vincular a desativação de equipamento com vida útil remanescente, o valor atualizado do equipamento desativado deve ser subtraído do custo autorizado para ressarcimento.

§ 7º A autorização poderá estabelecer o ressarcimento de forma parcelada, cabendo atualização do montante apurado, pela aplicação do IPCA, desde a data do desembolso até o mês anterior ao do ressarcimento.

TÍTULO IV

DO MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA - MRE

CAPÍTULO I

DO CUSTO DO DESLOCAMENTO DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA DECORRENTE DA GERAÇÃO TERMELÉTRICA FORA DA ORDEM DE MÉRITO

Art. 37. O montante de energia elegível ao deslocamento de geração hidrelétrica será calculado mensalmente pela CCEE no processo de contabilização, de acordo com as seguintes parcelas:

I - deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica por razão de segurança energética, dado por:

$$Desloc_{energético} = \max\left[0, (GTSE + ILEGF - INDISPT_{energetico})\right]$$

Onde:

$Desloc_{energético}$: montante de energia elegível ao deslocamento de geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica por razão de segurança energética, em MWh;

GTSE: geração termelétrica verificada por razão de segurança energética, em MWh;

ILEGF: importação líquida de energia sem garantia física, não programada por ordem de mérito e proveniente de outros países, em MWh; e

$INDISPT_{energético}$: parcela da indisponibilidade verificada das usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, em MWh, dada por:

$$INDISPT_{energético} = INDISPT \times \frac{GTSE + ILEGF}{GTSE + ILEGF + GTRE}$$

Onde:

INDISPT: indisponibilidade verificada das usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, em MWh; e

GTRE: geração termelétrica elegível pelo ONS por razão de restrição elétrica, em MWh.

II - deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica por razão de restrição elétrica, dado por:

$$Desloc_{elétrico} = \max\left[0, (GTRE - INDISPT_{eletrico})\right]$$

Onde:

$Desloc_{elétrico}$: montante de energia elegível ao deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica por razão de restrição elétrica, em MWh;

GTRE: geração termelétrica elegível pelo ONS por razão de restrição elétrica, em MWh; e

$INDISPT_{elétrico}$: parcela da indisponibilidade verificada das usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, dada por:

$$INDISPT_{elétrico} = INDISPT - INDISPT_{energético}$$

Onde:

INDISPT: indisponibilidade verificada as usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, em MWh; e

$INDISPT_{energético}$: obtida conforme inciso I.

Parágrafo único. A elegibilidade da geração termelétrica verificada por razão elétrica deverá ser caracterizada e divulgada pelo ONS.

Art. 38. O montante de energia elegível associado ao deslocamento de geração hidrelétrica por razão de segurança energética ou restrição elétrica, de que trata o art. 37, será rateado inicialmente entre as usinas participantes do MRE na proporção de seus respectivos montantes de Garantia Física Modulada Ajustada com sazonalização uniforme.

Parágrafo único. Para determinação final do montante de energia elegível de cada usina participante do MRE, deverão ser observadas as condições de repactuação do risco hidrológico das respectivas usinas.

Art. 39. O gerador hidrelétrico fará jus ao recebimento do custo do deslocamento da geração hidrelétrica de suas respectivas usinas referente ao mês em que ocorreu o deslocamento, obtido pela soma das parcelas a seguir:

$$CustoDesloc_{energético\_p} = max\{0, [Desloc_{energético\_p} \times (PLD - PLD_x)]\}$$

$$CustoDesloc_{elétrico\_p} = max\{0, [Desloc_{elétrico\_p} \times (PLD - PLD_x)]\}$$

Onde:

$CustoDesloc_{energético\_p}$: valor do custo do deslocamento da geração hidrelétrica da usina p por segurança energética, em R$;

$CustoDesloc_{elétrico\_p}$: valor do custo do deslocamento da geração hidrelétrica da usina p por restrição elétrica, em R$;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças - PLD do período em que ocorreu o deslocamento, em R$/MWh; e

PLD_x: preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, em R$/MWh.

§ 1º O PLD_x será calculado e divulgado anualmente pela CCEE no mês de janeiro, considerando as diretrizes abaixo na seguinte ordem:

I - calcular o PLD mensal por submercado desde janeiro de 2001 até dezembro do ano anterior ao cálculo do PLDx;

II - calcular o PLD médio mensal dos submercados ponderado pelo consumo anual no centro de gravidade de cada submercado contabilizados na CCEE no ano civil anterior ao cálculo do PLDx;

III - atualizar o PLD médio mensal dos submercados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA referenciado a dezembro do ano anterior ao cálculo do PLDx;

IV - limitar o PLD médio mensal dos submercados aos valores vigentes de PLD máximo e mínimo do ano corrente ao cálculo do PLDx; e

V - obter a mediana dos valores do inciso IV.

§ 2º Não deverá ser calculado o custo de que trata o caput para as parcelas de usinas participantes do MRE cujo risco hidrológico não seja do gerador.

Art. 40. O custo do deslocamento da geração hidrelétrica deverá ser considerado no Encargo de Serviço de Sistema - ESS de acordo com a respectiva classificação do deslocamento ocorrido.

TÍTULO V

DO EXCEDENTE FINANCEIRO E DAS EXPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 41. Este Título estabelece os critérios para tratamento do Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da CCEE.

§ 1º O Excedente Financeiro origina-se do intercâmbio físico de energia entre submercados com Preço de Liquidação das Diferenças - PLD distintos.

§ 2º As Exposições Financeiras a que se refere este Capítulo se limitam àquelas causadas por diferenças do PLD entre os submercados nas seguintes situações:

I - registro de contratos de autoprodutores e concessionários de serviço público de geração em consórcios estabelecidos com base no Decreto n° 2.003, de 10 de setembro de 1996, ou em concessões outorgadas até 12 de agosto de 1998, com base na Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou prorrogadas com base no art. 20 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995;

II - registro das cotas-partes de Itaipu Binacional;

III - registro das cotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA; e

IV - alocação de energia no âmbito do MRE.

§ 3º Para atendimento ao inciso IV do parágrafo anterior, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - no período entre as operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2021 e dezembro de 2026, a alocação de energia no âmbito do MRE se refere àquela até o limite da garantia física:

a) sazonalizada conforme o perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física, no caso de usinas que atendam ao § 3º, do art. 3º, da Resolução Normativa nº 584, de 29 de outubro de 2013; e

b) sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE no caso das demais usinas.

II - a partir das operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2027, a alocação de energia no âmbito do MRE se refere àquela até o limite da garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE para todas as usinas.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior deverá produzir efeitos econômicos a partir das operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2021 e financeiros a partir da aprovação das Regras de Comercialização atinentes.

Art. 42. Os recursos provenientes do somatório entre o Excedente Financeiro e a Exposição Financeira Positiva deverão ser utilizados para alívio dos débitos abaixo na seguinte ordem:

I - Exposições Financeiras Negativas do mês de referência da contabilização;

II - Exposições Financeiras Negativas do mês anterior ao de referência da contabilização;

III - Encargos de Serviços de Sistema do mês de referência da contabilização; e

IV - Exposições Financeiras Negativas e Encargos de Serviços de Sistema, intercaladamente, dos 12 (doze) meses anteriores ao de referência da contabilização.

§ 1º No caso de os recursos provenientes do somatório entre o Excedente Financeiro e a Exposição Financeira Positiva serem insuficientes para abatimento de todo o montante de Exposições Financeiras Negativas do mês de referência da contabilização, deverá ser calculado o montante de Exposições Financeiras Negativas remanescente denominado Exposição Residual.

§ 2º O débito do montante de Exposição Residual deverá ser rateado entre os geradores participantes do MRE e de Direitos Especiais proporcionalmente às garantias físicas de suas respectivas usinas.

Art. 43. O montante de recursos utilizado para alívio de ESS nos 12 (doze) meses anteriores ao de referência da contabilização deverá formar saldo para alívio dos débitos de Exposição Residual.

Parágrafo único. O montante de recursos utilizado para alívio das Exposições Residuais deverá ser subtraído do saldo previamente existente.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. O montante de energia elegível ao deslocamento da geração hidrelétrica por razão restrição elétrica, de que trata o inciso II do art. 37º, será apurado pela CCEE somente após aprovação da ANEEL dos critérios de elegibilidade das restrições elétricas a serem consideradas pelo ONS.

Art. 45. As Superintendências de Regulação dos Serviços de Geração - SRG e de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM deverão apresentar Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) do Título V desta Resolução.

Art. 46. Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa nº 697, de 16 de dezembro de 2015;

II - a Resolução Normativa nº 764, de 18 de abril de 2017;

III - a Resolução Normativa nº 792, de 28 novembro de 2017;

IV - a Resolução Normativa nº 817, de 5 de junho de 2018;

V - a Resolução Normativa nº 822, de 26 de junho de 2018;

VI - a Resolução Normativa nº 849, de 2 de julho de 2019;

VII - a Resolução Normativa nº 866, de 17 de dezembro de 2019;

VIII - a Resolução Normativa nº 887, de 30 de junho de 2020; e

IX - a Resolução Normativa ANEEL nº 898, de 1º de dezembro de 2020;

X - a Resolução Normativa ANEEL nº 911, de 21 de dezembro de 2020;

XI - a Resolução Normativa ANEEL nº 927, de 22 de março de 2021; e

XII - a Resolução Normativa ANEEL nº 938, de 22 de junho de 2021.

Art. 46. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.031, DE 26 DE JULHO DE 2022

Consolida os atos regulatórios relativos aos procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada; e aos requisitos para a qualificação de centrais termelétricas cogeradoras de energia.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no inciso III, art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; no art. 9º da Lei nº 9.648, de 28 de maio de 1998; no art. 7º do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998; no § 8º, art. 26, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 17 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nos §§ 1º e 5º, art. 26, da Lei nº 9.427, de 1996, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003; nos arts. 1º, incisos II, IV e VIII, e 2º, inciso I, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; o que consta nos Processos nº 48500.004606/2003-53, nº 48500.004724/2005-41, e nº 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71 decide:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os atos regulatórios relativos:

I - aos procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada; e

II - aos requisitos para a qualificação de centrais termelétricas cogeradoras de energia.

TÍTULO I

DOS procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada

Art. 2º Este Título estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, TUST e TUSD, aplicáveis aos empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 50.000 (cinquenta mil) kW, e àqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 300.000 (trezentos mil) kW.

§ 1º Para os empreendimentos de geração detentores de concessão ou autorização, ou aqueles sujeitos apenas a registro, cujo ato não contempla a referida redução, o percentual estabelecido no caput deverá ser solicitado à ANEEL, exclusivamente pelo empreendedor, caso em que a vigência será a partir da publicação do ato resultante da solicitação.

§ 2º Os atos que estabelecem a redução tarifária, emitidos anteriormente a 22 de novembro de 2016, não necessitam ser reformados, aplicando-se o disposto no caput, conforme as Regras de Comercialização.

§ 3º A redução tarifária a que se refere o caput não será aplicada aos empreendimentos com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas.

Art. 3º Fica estipulado o percentual de redução de 50% (cinquenta por cento), a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada ou destinada à autoprodução, para:

I - empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) kW, ou superior a 5.000 (cinco mil) kW e igual ou inferior a 30.000 (trinta mil) kW, mantidas as características de Pequena Central Hidrelétrica - PCH, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja igual ou inferior a 30.000 (trinta mil) kW;

II - empreendimentos com base em fonte solar, eólica, de biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja igual ou inferior a 30.000 (trinta mil) kW;

III - empreendimentos com base em fonte solar, eólica, de biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja superior a 30.000 (trinta mil) kW e igual ou inferior a 300.000 (trezentos mil) kW que sejam vencedores de leilão de energia nova realizado a partir de 1º de janeiro de 2016;

IV - empreendimentos com base em fonte solar, eólica, de biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja superior a 30.000 (trinta mil) kW e igual ou inferior a 300.000 (trezentos mil) kW que sejam autorizados a partir de 1º de janeiro de 2016;

§ 1º Não deve incidir o percentual de desconto às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição aplicadas ao consumo da energia destinada à autoprodução, para os empreendimentos de que tratam os incisos I e II e que entrarem em operação comercial antes de 1º de janeiro de 2016.

§ 2º Para fins do disposto no inciso III deste artigo, são considerados leilões de energia nova aqueles destinados à expansão da oferta de energia, assim classificados, não restritivamente, os leilões: A5, A-3, de energia de reserva (LER) e de fontes alternativas (LFA).

§ 3º Terá direito ao percentual de redução somente a parcela da ampliação dos empreendimentos de que trata o inciso III que comercialize energia em leilão de energia nova realizado a partir de 1º de janeiro de 2016.

§ 4º Para os empreendimentos com base em fonte solar que entrarem em operação comercial até 31 de dezembro de 2017, o percentual de redução será de 80% (oitenta por cento) aplicável nos 10 (dez) primeiros anos de operação da central geradora, aplicando-se o valor definido no caput deste artigo para os anos subsequentes.

Art. 4º Fica estipulado o percentual de redução de 50% (cinquenta por cento), a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada ou destinada à autoprodução, limitada sua aplicação a 30.000 (trinta mil) kW de potência injetada nos sistemas de transmissão e distribuição, para os seguintes empreendimentos que não se enquadrem nas condições dispostas nos incisos III e IV do art. 3º:

I - empreendimentos com base em fonte de biomassa cuja potência injetada no sistema seja inferior ou igual a 50.000 (cinquenta mil) kW;

II - empreendimentos hidrelétricos de potência superior a 5.000 (três mil) kW e igual ou inferior ou igual a 50.000 (cinquenta mil) kW.

Parágrafo único. Deve incidir o percentual de desconto às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição aplicadas ao consumo da energia destinada à autoprodução, para os empreendimentos de que tratam os incisos I e II e que entrarem em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º Fica assegurado o direito a 100% (cem por cento) de redução, a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos empreendimentos a que se refere o art. 2º desta Resolução, desde que atenda a uma das seguintes condições:

I - aqueles com o referido percentual de redução, para a produção, já estabelecido em ato autorizativo e que iniciaram a operação comercial até 31 de dezembro de 2003, conforme Resolução nº 281, de 1999;

II - os caracterizados como PCH, com potência maior do que 1.000 kW e menor ou igual a 30.000 kW, que iniciaram a operação comercial no período entre 1º de outubro de 1999 e 31 de dezembro de 2003, conforme Resolução nº 281, de 1999; e

III - aqueles a partir de fonte eólica, de biomassa, e cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, e que iniciaram a operação comercial no período entre 23 de abril de 2003 e 31 de dezembro de 2003;

IV - aqueles que utilizem como insumo energético, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) de biomassa composta de resíduos sólidos urbanos e/ou de biogás de aterro sanitário ou biodigestores de resíduos vegetais ou animais, assim como lodos de estações de tratamento de esgoto.

V - aqueles com base em fonte de biomassa que iniciaram a operação comercial no período entre 23 de abril de 2003 e 31 de dezembro de 2003, e que tenham promovido alteração da quantidade de potência injetada para além dos 30.000 kW, porém inferior a 50.000 kW, limitando-se a aplicação do desconto a 30.000 KW de potência injetada nos sistemas de transmissão e de distribuição;

Parágrafo único. Os responsáveis pelos empreendimentos de que trata o inciso IV, de posse das Licenças Ambientais de Instalação, deverão solicitar à ANEEL a emissão do referido ato autorizativo.

Art. 6º Para a Central Geradora Híbrida (UGH), sem individualização da medição por tecnologia, será aplicado às tarifas de uso dos sistemas de transmissão, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada ou destinada à autoprodução, o menor percentual de desconto correspondente às fontes de energia consideradas na outorga, sendo zero caso uma das fontes não seja elegível ao desconto.

Parágrafo único. Para aferição dos limites de ultrapassagem de potência injetada prevista nas Regras de Comercialização, será considerada a soma dos limites de ultrapassagem de potência injetada das tecnologias incentivadas, no caso de não haver medição individualizada.

Art. 7º Nos casos em que a UGH individualizar a medição de cada tecnologia ou para Centrais Geradoras Associadas:

I - será aplicável o percentual de desconto às tarifas de uso dos sistemas de transmissão, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada ou destinada à autoprodução, proporcional à energia gerada por cada fonte mensalmente, observada a aferição dos limites de ultrapassagem de potência injetada por cada tecnologia prevista nas Regras de Comercialização.

II - a quantidade de energia incentivada passível de comercialização será a garantia física sazonalizada para fins de lastro, conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 584, de 20 de outubro de 2013, de cada tecnologia autorizada a ter desconto, observada a aferição dos limites de ultrapassagem de potência injetada por cada tecnologia prevista nas Regras de Comercialização.

III - no caso de não haver garantia física publicada em ato específico para alguma tecnologia ou para toda Central Geradora Híbrida ou Associada, a quantidade de energia incentivada passível de comercialização será conforme o tratamento estabelecido pelas Regras de Comercialização.

Parágrafo único. A aferição da energia gerada por cada fonte mensalmente e a proporcionalização de que trata o caput deste artigo serão realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e os percentuais de desconto calculados serão encaminhados ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para o cálculo do Encargo de Uso do Sistema de Transmissão - EUST.

Art. 8º A contratação de energia oriunda dos empreendimentos de que trata esta Resolução obriga a celebração de contrato de uso e conexão, específico para a transação, com a respectiva transmissora ou distribuidora, respeitando as condições do contrato vigente.

§ 1º Serão de responsabilidade do consumidor todos os custos referentes à aquisição e instalação dos equipamentos de medição necessários para a nova conexão ou adequação da medição existente, conforme o padrão estabelecido pela concessionária ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 2º A verificação da potência demandada do sistema será no ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária de transmissão ou distribuição local, com as instalações de utilização de energia do consumidor.

Art. 9º A contratação e o faturamento do acesso e uso deverão observar as regras e resoluções da ANEEL, os Procedimentos de Rede e os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no sistema Elétrico Nacional - PRODIST, além de observar os seguintes critérios:

I - o percentual de redução para as unidades consumidoras conectadas na Rede Básica será aplicado somente sobre a parcela fio das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST vigentes;

II - a incidência do percentual de redução para as unidades consumidoras conectadas ao sistema de distribuição será definida pelo Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

III - o percentual de redução não incidirá sobre as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição aplicadas ao faturamento dos contratos de reserva de capacidade.

Art. 10 A ANEEL definirá em ato específico os aspectos comerciais e procedimentos de controle referentes à contratação de energia de que trata esta Resolução.

Art. 11 O valor correspondente à redução percentual, configura direito da concessionária de distribuição, a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração, devendo ser registrado pela concessionária em conta específica que será estabelecida pela ANEEL.

TÍTULO II

DOS requisitos para a qualificação de centrais termelétricas cogeradoras de energia

Art. 12. Este Título estabelece os requisitos para o reconhecimento da qualificação de centrais termelétricas cogeradoras, com vistas a participação nas políticas de incentivo ao uso racional dos recursos energéticos.

Art. 13. O disposto neste Título aplica-se a:

I - pessoa jurídica que produza ou venha a produzir energia elétrica destinada ao serviço público ou à produção independente de energia elétrica; ou

II - pessoa física ou pessoa jurídica que produzam ou venham a produzir energia elétrica em regime de autoprodução de energia elétrica.

Parágrafo único. No caso de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio, sem prejuízo de responsabilidade solidária dos participantes, deverá ser observado o seguinte:

I - as obrigações pecuniárias perante à ANEEL são proporcionais à participação de cada consorciada; e

II - posteriormente à outorga de autorização, a transferência de titularidade parcial ou total da outorga de autorização deverá ser solicitada à ANEEL, conforme legislação em vigor.

CAPÍTULO I

DAS TERMINOLOGIAS E DOS CONCEITOS

Art. 14. Para os fins e efeitos deste Título são adotadas as terminologias e conceitos a seguir definidos:

I - Cogeração: processo operado numa instalação específica para fins da produção combinada das utilidades calor e energia mecânica, esta geralmente convertida total ou parcialmente em energia elétrica, a partir da energia disponibilizada por uma fonte primária, observando que:

a) a instalação específica denomina-se central termelétrica cogeradora, cujo ambiente não se confunde com o processo ao qual está conectada, sendo que, excepcionalmente e a pedido do interessado, a cogeração poderá alcançar a fonte e as utilidades no processo, além das utilidades produzidas pela central termelétrica cogeradora a que está conectado, condicionando aquelas à exequibilidade de sua completa identificação, medição e fiscalização, a critério exclusivo da ANEEL; e

b) a obtenção da utilidade eletromecânica ocorre entre a fonte e a transformação para obtenção da utilidade calor;

II - Cogeração qualificada: atributo concedido a cogeradores que atendem os requisitos definidos nesta Resolução, segundo aspectos de racionalidade energética, para fins de participação nas políticas de incentivo à cogeração;

III - Energia da fonte (Ef): energia recebida pela central termelétrica cogeradora, no seu regime operativo médio, em kWh/h, com base no conteúdo energético específico, que no caso dos combustíveis é o Poder Calorífico Inferior (PCI);

IV - Energia da utilidade eletromecânica (Ee): energia cedida pela central termelétrica cogeradora, no seu regime operativo médio, em kWh/h, em termos líquidos, ou seja, descontando da energia bruta gerada o consumo em serviços auxiliares elétricos da central;

V - Energia da utilidade calor (Et): energia cedida pela central termelétrica cogeradora, no seu regime operativo médio, em kWh/h, em termos líquidos, ou seja, descontando das energias brutas entregues ao processo as energias de baixo potencial térmico que retornam à central;

VI - Eficiência Energética: índice que demonstra o quanto da energia da fonte foi convertida em utilidade eletromecânica e utilidade calor;

VII - Eficiência Exergética: índice que demonstra o quanto da energia da fonte foi convertida em utilidades equivalentes à eletromecânica;

VIII - Fator de cogeração (Fc %): parâmetro definido em função da potência instalada e da fonte da central termelétrica cogeradora, o qual aproxima-se do conceito de Eficiência Exergética; e

IX - Fator de ponderação (X): parâmetro adimensional definido em função da potência instalada e da fonte da central termelétrica cogeradora, obtido da relação entre a eficiência de referência da utilidade calor e da eletromecânica, em processos de conversão para obtenção em separado destas utilidades.

CAPÍTULO II

REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO, SOLICITAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA COGERAÇÃO QUALIFICADA

Seção I

Dos requisitos para qualificação como "cogeração qualificada"

Art. 15. A central termelétrica cogeradora, para fins de enquadramento na modalidade de "cogeração qualificada", deverá atender os seguintes requisitos:

I - estar regularizada perante a ANEEL, conforme o disposto na legislação específica e nesta Resolução; e

II - preencher os requisitos mínimos de racionalidade energética, mediante o cumprimento das inequações a seguir:

$$^{a)}\ \frac{Et}{Ef} \geq 15\%$$

$$^{b)}\ (Et/Ef)/X + Ee/Ef \geq Fc\%$$

§ 1º Os valores de "X" e "Fc" das fórmulas de que trata o inciso II deverão ser aplicados em função da potência elétrica instalada na central de cogeração e da respectiva fonte, obedecida a seguinte tabela:

Fonte/potência elétrica instalada	*X*	*Fc%*
Derivados de Petróleo, Gás Natural e Carvão:		
Até 5 MW	2,14	41
Acima de 5 MW e até 20 MW	2,13	44
Acima de 20 MW	2,00	50
Demais combustíveis:		
Até 5 MW	2,50	32
Acima de 5 MW e até 20 MW	2,14	37
Acima de 20 MW	1,88	42
Calor recuperado de processo:		
Até 5 MW	2,60	25
Acima de 5 MW e até 20 MW	2,17	30
Acima de 20 MW	1,86	35

§ 2º No caso de queima alternada ou mesclada de diferentes fontes, os valores de "X" e "Fc", representativos dessa situação, serão obtidos por ponderação dos valores contidos na tabela de que trata o parágrafo anterior, segundo a participação energética de cada fonte.

§ 3º Poderão candidatar-se à qualificação os blocos de cogeração pertencentes a uma central termelétrica contendo blocos de geração pura, desde que se distingam os primeiros dos segundos, e os blocos de cogeração apresentem medições perfeitamente individualizadas que permitam o cômputo das suas energias Ef, Ee e Et e a sua fiscalização.

Seção II

Da solicitação de qualificação

Art. 16. A qualificação de central termelétrica cogeradora deverá ser objeto de requerimento à ANEEL, acompanhado de relatório contendo as seguintes informações:

I - memorial descritivo simplificado da central e do processo associado;

II - planta geral do complexo destacando onde está inserida a central;

III - diagrama elétrico unifilar geral da central;

IV - caracterização do calendário do ciclo operativo da central, com indicação do seu regime operativo e o consequente fator de utilização média das instalações;

V - balanço da energia elétrica em kWh/h, indicando, tanto para "carga plena" quanto "carga média", as informações referentes a:

a) geração bruta;

b) consumo em serviços auxiliares da central;

c) consumo no processo industrial associado; e

d) intercâmbio externo, se houver importação ou exportação;

VI - fluxograma do balanço térmico na "carga plena" e na "carga média", indicando para cada situação a vazão mássica e as variáveis de estado de todos os fluidos envolvidos, na entrada e saída dos principais equipamentos e instalações da central;

VII - demonstração da eficiência energética individual dos principais equipamentos integrantes do ciclo térmico de cogeração; e

VIII - demonstração do atendimento aos requisitos de racionalidade a que se refere o inciso II do art. 15.

Parágrafo único. A documentação técnica, em todas as suas partes, deverá estar assinada pelo engenheiro responsável pelas informações, incluindo a comprovação de sua carteira-inscrição e certificado de regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Art. 17. O requerimento da qualificação deverá considerar os dados energéticos extraídos da efetiva operação da central, podendo, na sua falta, ser instruído com as informações do planejamento operativo.

Art. 18. A ANEEL poderá solicitar outros dados e informações adicionais ou a complementação daqueles já apresentados, para melhor instrução e análise da qualificação requerida.

Art. 19. As centrais termelétricas que utilizam exclusivamente a biomassa como fonte primária de energia não necessitam de qualificação para fazer jus aos benefícios previstos na legislação, respeitadas as respectivas condições de aplicação.

Seção III

As obrigações do cogerador qualificado

Art. 20. Uma vez reconhecida a qualificação, o agente obriga-se a manter em arquivo o registro mensal dos montantes energéticos referentes à Ef, Ee e Et, bem como o demonstrativo da sua apuração, com base na efetiva operação da central termelétrica cogeradora, observando os seguintes procedimentos:

I - no caso da qualificação tiver sido outorgada com base nas informações do planejamento operativo, o agente deverá encaminhar à ANEEL, até nove meses após o início da operação, a apuração e a demonstração do atendimento aos requisitos de racionalidade a que se refere o inciso II do art. 15 desta Resolução, em base mensal, bem como o acumulado dos seis primeiros meses de operação; e

II - os arquivos anteriores aos últimos sessenta meses perdem a validade para fins de comprovação à ANEEL.

Parágrafo único. Deverão ser informadas à ANEEL as alterações que impliquem a violação de qualquer das condições de qualificação da central termelétrica cogeradora.

Art. 21. O desatendimento não eventual às condições de qualificação da central termelétrica sujeitará o agente à revogação do ato de reconhecimento da qualificação, à cessação dos benefícios incorridos e à aplicação da respectiva penalidade conforme a Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, ou norma que vier a sucedê-la.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004;

II - a Resolução Normativa nº 235, de 14 de novembro de 2006;

III - a Resolução Normativa nº 271, de 3 de julho de 2007;

IV - Resolução Normativa nº 481, de 17 de abril de 2012;

V - a Resolução Normativa nº 745, de 22 de novembro de 2016;

VI - o art. 20 da Resolução Normativa nº 869, de 28 de janeiro de 2020; e

VII - o art. 12 da Resolução Normativa ANEEL nº 954, de 30 de novembro de 2021.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.032, DE 26 DE JULHO DE 2022

Consolida os atos regulatórios relativos à elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO, e para a formação do Custo Marginal da Operação - CMO e do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD; à atualização do valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica; e aos critérios e procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças(PLD) e do valor da tarifa de energia de otimização referente à cessão de energia efetuada pelo comercializador de energia da Usina Hidroelétrica Itaipu (TEOItaipu).

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o que consta na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Lei nº 9.648, de 28 de maio de 1998; na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; no Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; no Decreto nº 4.550, de 27 de dezembro de 2002; no Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; no Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004; no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; na Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 7, de 14 de dezembro de 2016; na Resolução CNPE nº 22, de 5 de outubro de 2021; e o que consta dos Processos 48500.003207/2010-10, 48500.004659/2014-34, 48500.005442/2017-94, 48500.001825/2018-74, 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71 resolve:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os atos regulatórios relativos:

I - à elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO e à formação do Custo Marginal da Operação - CMO e do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD;

II - à atualização do valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica; e

III - aos critérios e procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e do valor da tarifa de energia de otimização referente à cessão de energia efetuada pelo comercializador de energia da Usina Hidroelétrica Itaipu (TEOItaipu).

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DO PMO

Art. 2º O PMO tem por objetivo estabelecer as metas e diretrizes eletroenergéticas da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN, de forma a assegurar a otimização dos recursos disponíveis para atendimento da carga.

Art. 3º O PMO será elaborado e coordenado pelo ONS, com apoio da CCEE e participação dos agentes setoriais, em reunião mensal, a qual deverá ser gravada e transmitida via internet.

§ 1º Os estudos para o PMO compreenderão até 5 (cinco) anos, em base mensal e por patamar de carga, sendo o primeiro mês discretizado em etapas semanais.

§ 2º As semanas operativas compreendidas no estudo correspondem ao período que se inicia à 0h00min do sábado e termina às 24h00min da sexta-feira subsequente e abrangem todos os dias do mês a que se refere o estudo, podendo também incluir dias dos meses adjacentes.

§ 3º A atualização da Função de Custo Futuro - FCF do modelo de médio prazo, conforme parágrafo 1º do art. 4º, será feita mensalmente quando da elaboração do PMO, observado o disposto no art. 27 desta Resolução.

§ 4º Os estudos para o PMO deverão ser revistos, com periodicidade máxima semanal.

§ 5º Nas revisões semanais deverão ser incorporadas informações atualizadas referentes ao estado do sistema, às previsões de carga e afluências e aos demais dados que tenham a periodicidade de atualização inferior a 1 (um) mês, conforme art. 5º.

§ 6º A atualização da FCF do modelo de curto prazo, conforme parágrafo 2º do art. 4º, será feita semanalmente, observado o disposto no art. 22 desta Resolução.

Art. 4º Para a elaboração do PMO deverão ser adotados modelos de otimização compatíveis com o horizonte de simulação, cujo uso deverá ser previamente autorizado pela ANEEL.

§ 1º O modelo para otimização hidrotérmica para subsistemas equivalentes interligados de médio prazo determina a estratégia de operação de até cinco anos, de forma a minimizar o valor esperado do custo total de operação ao longo do período de planejamento da operação.

§ 2º O modelo para otimização da operação de curto prazo com base em usinas individualizadas determina a estratégia que minimize o valor esperado do custo total de operação para o horizonte do planejamento da operação, considerando as usinas individualizadas que compõem os sistemas hidrotérmicos interligados.

§ 3º O modelo de despacho hidrotérmico de curtíssimo prazo tem o objetivo de determinar, por usina hidroelétrica e unidade geradora termoelétrica, um despacho hidrotérmico de mínimo custo operativo para o sistema para um período de até duas semanas e discretizado em patamares cronológicos com duração mínima de meia hora.

Art. 5º A sistemática, prazos, responsabilidades e produtos para elaboração do PMO deverão constar dos Procedimentos de Rede do ONS, devendo conter, no mínimo:

I - base de dados do PMO e de suas revisões;

II - responsabilidades dos participantes do PMO;

III - cronograma de envio e análise das informações necessárias para a elaboração do PMO e de suas revisões;

IV - cronograma de atualização das informações necessárias para a elaboração do PMO e de suas revisões;

V - descrição das etapas do processo do PMO;

VI - produtos do PMO.

§ 1º Caso haja necessidade de atualização de informação para o PMO cujo prazo esteja em desacordo com os cronogramas de que trata o inciso IV, deverá ser dada publicidade aos agentes com antecedência não inferior a um mês do PMO.

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º para os casos de erros de que trata o art. 27 desta Resolução.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES E INFORMAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS NO PMO E SUAS REVISÕES

Art. 6º É de responsabilidade do ONS incorporar as informações e os dados nos modelos utilizados no PMO e suas revisões.

§ 1º Os agentes participantes do PMO deverão analisar as informações e os dados e submeter ao ONS os eventuais comentários e as necessidades de alterações detectadas.

§ 2º As informações consideradas no PMO devem ser rastreáveis e os processos do ONS para o PMO devem ser reprodutíveis.

§ 3º No horizonte comum dos modelos de otimização, os dados e informações considerados deverão estar compatíveis.

Art. 7º A oferta considerada nos estudos energéticos é composta pelos empreendimentos de geração em operação comercial e por suas previsões de expansão, além dos intercâmbios internacionais.

§ 1º Serão simuladas individualmente:

I - usinas hidrelétricas e termelétricas com Custo Variável Unitário - CVU declarado, despachadas centralizadamente;

II - usinas hidrelétricas cuja operação hidráulica afete ou seja afetada pela operação de usinas simuladas individualmente; e

III - excepcionalmente, usinas não enquadradas nos critérios anteriores, desde que respaldadas por justificativa técnica do ONS ou regulamentação específica.

§ 2º As demais usinas, não enquadradas no § 1º, serão representadas por blocos de energia a serem abatidos da carga global.

§ 3º No caso de decisão da ANEEL de encaminhar ao MME proposta de declaração de caducidade de Contrato de Concessão de empreendimento de geração, o ONS deverá retirar o referido empreendimento da base de dados do PMO.

Art. 8º O ONS deverá atualizar os pontos de fronteira entre os submercados que compõem o SIN a cada revisão quadrimestral do Plano da Operação Energética - PEN.

§ 1º A atualização de que trata o caput não poderá alterar o submercado de agente de geração ou de consumo.

§ 2º O ONS deverá dar publicidade, com a possibilidade de participação dos agentes setoriais, antes de sua implementação.

§ 3º As informações relacionadas à atualização dos pontos de fronteira deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico do ONS.

Seção I

Usinas Simuladas Individualmente

Art. 9º O ONS deverá atualizar a oferta a ser considerada no PMO e revisões, com base na disponibilidade dos empreendimentos de geração.

§ 1º Para atualização da oferta relacionada à expansão da geração, deverá ser considerado o cronograma de entrada em operação comercial, conforme estabelecido no art. 7º da Resolução CNPE nº 22, de 2021.

§ 2º No caso de suspensão da operação comercial de unidade geradora, o agente de geração responsável pela usina deverá declarar ao ONS cronograma de restabelecimento da operação.

§ 3º Poderá ser adotado cronograma diferente do citado no § 2º caso o acompanhamento da ANEEL não esteja aderente ao cronograma declarado pelo agente responsável.

§ 4º O agente de geração de usina termelétrica deverá declarar para o PMO e revisões a disponibilidade da usina de forma compatível com o período que este disponha de comprovação de suprimento de combustível.

Art. 10. Para o PMO e revisões deverá ser utilizado o Custo Variável Unitário - CVU constante do Contrato de Comercialização em Ambiente Regulado - CCEAR ou o CVU aprovado pela ANEEL, no caso de usina termelétrica não comprometida com CCEAR.

§ 1º O agente de geração poderá declarar para o PMO suas revisões, valor inferior ao CVU aprovado pela ANEEL ou atualizado pela CCEE.

§ 2º A declaração de CVU de que trata o §1º desse artigo deverá viger de acordo com o período declarado pelo agente, limitado ao mínimo da semana operativa e máximo ao mês operativo em questão, e, para os demais meses será considerado o CVU aprovado pela ANEEL ou atualizado pela CCEE, observado o § 4º do art. 9º.

§ 3º No caso de declaração do CVU inferior ao CVU constante do CCEAR por opção do agente termelétrico, o valor declarado substituirá, para todos os fins, o valor do CVU do respectivo contrato, conforme Regras de Comercialização.

§ 4º Para a substituição do CVU conforme o §3º, os agentes termelétricos interessados deverão se manifestar perante a CCEE e ONS, conforme procedimento específico a ser estabelecido pelas entidades.

§ 5º A manifestação de que trata o parágrafo anterior será de inteira responsabilidade do agente vendedor e não modificará suas obrigações previstas no CCEAR.

Art. 11. O ONS decidirá, em caráter definitivo, pelo acionamento de usina termelétrica que utiliza como combustível o gás natural proveniente do Gás Natural Liquefeito - GNL quando o valor do Benefício GNL, resultante do modelo de Curto Prazo, "m" meses à frente, for maior ou igual ao CVU da usina.

§ 1º O procedimento de que trata o caput aplica-se exclusivamente ao empreendimento com previsão de utilização de GNL que for objeto de CCEAR na modalidade Disponibilidade de Energia Elétrica, decorrente de leilão de novos empreendimentos de geração realizados a partir de 5 de outubro de 2007.

§ 2º O valor de "m" será aquele utilizado para o cálculo do Índice de Custo Benefício - ICB.

§ 3º Quando decidido pelo acionamento de que trata o caput, a usina termelétrica a GNL será despachada após "m" meses, independentemente do valor do CMO.

§ 4º Quando despachada, a usina termelétrica irá receber o seu CVU, independentemente do valor do CMO no momento do seu despacho.

§ 5º Incorrerá em indisponibilidade por falta de combustível, nos termos dos regulamentos vigentes, a usina termelétrica a GNL que, tendo sido acionada com a antecedência estabelecida no caput deste artigo, não cumprir com a geração pré-determinada pelo ONS, independentemente do valor do CMO.

Art. 12. A usina termelétrica a GNL poderá ser despachada para atender razões elétricas e de segurança energética, respeitada a antecedência estabelecida no art. 11 desta Resolução.

Seção II

Usinas Não Simuladas Individualmente

Art. 13. A representação da geração das usinas não simuladas individualmente em operação comercial, deverá ser considerada com base na média mensal do histórico dos últimos cinco anos de geração líquida disponibilizada ao SIN de cada usina, agregada por subsistema, por mês e por patamar de carga, para todo o horizonte de planejamento.

§ 1º A CCEE deverá informar ao ONS os valores de geração de que trata o caput, conforme acordo operacional.

§ 2º O ONS deverá obter os valores de geração de que trata o caput das usinas que injetam energia na rede de distribuição ou nas Demais Instalações de Transmissão - DIT, e que não possuam medição registrada na CCEE.

§ 3º Para as usinas não simuladas individualmente com menos de 5 anos de histórico de geração líquida disponibilizada ao SIN, deverá ser considerada a média do histórico existente.

§ 4º Caso a usina tenha menos de um ano de operação comercial, serão utilizados nos meses sem histórico de geração, os montantes de energia conforme metodologia de que trata o art. 14, de forma a completar um ano de informações.

§ 5º No caso de usinas de autoprodução, com carga associada no mesmo sítio, a geração de que trata o caput deverá ser bruta.

§ 6º Usina com operação comercial suspensa não deve ser representada na oferta de que trata o caput a partir do PMO posterior à referida suspensão.

Art. 14 Para as usinas não simuladas individualmente que não iniciaram sua operação comercial, o montante de energia a ser considerado será calculado pela soma de suas potências instaladas multiplicada por um fator calculado pelo ONS.

§ 1º Para usinas hidrelétricas, eolioelétricas e fotovoltaicas, o fator de que trata o caput será calculado, por mês, fonte, submercado e patamar de carga, e será dado pela soma da razão entre a média da geração líquida e a média da potência dos últimos cinco anos de cada usina, dividido pelo número de usinas.

§ 2º Para usinas termelétricas o fator de que trata o caput será calculado, por mês, fonte, submercado, patamar de carga e ambiente de comercialização, e será dado pela soma da razão entre a média da geração líquida e a média da potência dos últimos cinco anos de cada usina alocada a cada ambiente, dividido pelo número de usinas de cada ambiente.

§ 3º Para as usinas de que trata o § 2º, a potência por usina será alocada proporcionalmente ao seu montante contratado no Ambiente de Contratação Regulada e a sua Disponibilidade para o Ambiente de Contratação Livre.

§ 4º Para fins de aplicação do disposto § 3º, no Ambiente de Contratação Regulada deverão ser considerados montantes contratados nos leilões de energia elétrica, incluindo os Leilões de Energia de Reserva, e no âmbito do PROINFA.

§ 5º No caso de usinas com menos de 5 anos de operação, serão considerados no cálculo do fator somente os meses em que a usina esteve em operação.

Art. 15 As gerações de que trata o art. 13 e os fatores de que trata o art. 14 serão atualizados anualmente e utilizados a partir do PMO de maio de cada ano, sendo contemplada a apuração de dados pelo período de cinco anos, encerrado no mês de dezembro do ano anterior.

Parágrafo único. A atualização e utilização de que trata o caput, no que se refere aos patamares de carga, ocorrerá a partir do PMO de maio de 2020.

Art. 16. As usinas não simuladas individualmente com cronograma de entrada em operação comercial futuro deverão ser representadas a partir de sua data de entrada em operação comercial conforme estabelecido no art. 7º da Resolução CNPE nº 22, de 2021.

CAPÍTULO III

DOS RESULTADOS DO PMO

Art. 17 O PMO e suas revisões semanais e diárias terão como um dos produtos o Custo Marginal de Operação - CMO, por intervalo semi-horário e por barra do sistema, que servirá de referência para a política ótima de operação e para a formação do preço.

§ 1º O horário limite para divulgação do CMO bem como a previsão de protocolos de contingência no caso da impossibilidade de publicação no referido horário, deverão estar previstos nos Procedimentos de Rede.

§ 2º Os resultados do PMO devem ser disponibilizados para todos os agentes simultaneamente.

Art. 18. O ONS deverá emitir documento contendo os principais resultados e diretrizes do PMO e suas revisões, bem como seus pontos de destaque.

§ 1º No documento de que trata o caput, deverão estar explicitados os despachos programados fora da ordem de mérito de custo, bem como as respectivas motivações para cada despacho.

§ 2º No caso dos despachos por restrição elétrica, deverão ser indicadas, quando couber, as obras previstas nos estudos de planejamento da transmissão necessárias para evitar o despacho.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DAS DIFERENÇAS - PLD

Art. 19 O PLD tem por objetivo valorar os montantes que serão liquidados no Mercado de Curto Prazo - MCP, tendo por base principal o resultado do PMO.

Parágrafo único. O PLD será determinado diariamente, por submercado, com granularidade horária, limitado por valores máximos e mínimo, conforme Capítulo V desta Resolução.

Art. 20 O processo de cálculo do PLD será elaborado e coordenado pela CCEE, com apoio do ONS.

§ 1º Para a formação do PLD, a CCEE deverá utilizar os mesmos modelos e dados de entrada adotados pelo ONS para elaboração do PMO e revisões, desconsiderando-se as restrições elétricas internas a cada submercado.

§ 2º Deverão ser representadas na formação do PLD as restrições elétricas internas que impactam a capacidade de intercâmbio entre submercados:

I - cuja eliminação necessita de solução de planejamento; ou

II - que a previsão de recomposição seja superior a um mês.

§ 3º A alteração de que trata o inciso II do § 2º deve ser feita sempre na elaboração do PMO.

§ 4º O ONS deverá manter atualizado na internet relatório com as restrições elétricas internas aos submercados que possam impactar a capacidade de intercâmbio entre os mesmos, conforme estabelecido no §2º.

§ 5º O horário limite para divulgação do PLD, bem como a previsão de protocolos de contingência no caso da impossibilidade de publicação no referido horário, deverão estar previstos nas Regras ou Procedimentos de Comercialização.

Art. 21 A CCEE deverá realizar reuniões mensais com os agentes para tratar da adequabilidade dos dados, procedimentos e resultados dos modelos de otimização.

Parágrafo único. A reunião de que trata o caput deverá ser realizada após a reunião do PMO, e tratará, no mínimo, dos seguintes temas:

I - apresentação das principais modificações nos arquivos de entrada dos modelos de formação de preço;

II - análise dos principais fatores que influenciam na formação do PLD; e

III - validação, pelos agentes, da adequabilidade dos dados, procedimentos e resultados.

CAPÍTULO V

DOS LIMITES MÁXIMO E MÍNIMO DO PLD E DO VALOR DA TARIFA DE ENERGIA DE OTIMIZAÇÃO - TEO

Art. 22 Ficam estabelecidos dois limites máximos do PLD:

I - um limite máximo estrutural (PLDmax_estrutural); e

II - um limite máximo horário (PLDmax_horário).

§ 1º O PLDmax_estrutural corresponde ao nível de proteção ao risco de 95% da função densidade de probabilidades da renda inframarginal, obtida do deck de revisão ordinária de garantia física das usinas hidrelétricas, conforme metodologia disposta no Anexo desta Resolução.

§ 2º O PLDmax_horário deve ser calculado com base na média ponderada, pela potência instalada, dos Custos Variáveis Unitários (CVUs) das usinas termelétricas a óleo diesel disponíveis no deck do Programa Mensal da Operação (PMO) de setembro de 2019.

Art. 23 A vigência dos limites máximos do PLD dar-se-á da seguinte forma:

I - a partir de 1º de janeiro de 2020 para o PLDmax_estrutural; e

II - na mesma data de implementação do PLD horário no Mercado de Curto Prazo para o PLDmax_horário.

§ 1º Os limites máximos do PLD serão atualizados pela ANEEL anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a partir dos seguintes valores, a preços de setembro de 2019:

I - R$ 556,58 / MWh, para o para o PLDmax_estrutural; e

II - R$ 1.141,85 / MWh, para o para o PLDmax_horário.

§ 2º A atualização de que trata o § 1º ocorrerá anualmente em dezembro para utilização em janeiro do ano subsequente, sendo a primeira atualização em dezembro de 2019.

§ 3º A partir da vigência do PLDmax_horário, caso a média diária dos PLDs horários for superior ao PLDmax_estrutural, a CCEE deve ajustar a série de PLDs horários até que a média de seus valores seja igual ao PLDmax_estrutural.

§ 4º Respeitado o valor do PLDmin, o ajuste na curva diária de PLDs horários deve ser realizado de forma uniforme e proporcional.

§ 5º O ajuste de que tratam os §§ 3º e 4º deve ser realizado para cada submercado, de forma independente.

Art. 24. O valor mínimo do PLD será calculado anualmente pela ANEEL considerando o maior valor entre:

I - a Tarifa de Energia de Otimização da UHE Itaipu (TEOItaipu); e

II - a Tarifa de Energia de Otimização (TEO) das outras usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional.

Art. 25. No cálculo do valor da TEOItaipu, deverão ser consideradas as parcelas referentes ao pagamento da cessão da energia do Paraguai, aos royalties, e à administração da usina pela Eletrobras.

§ 1º As estimativas dos custos de geração da usina de Itaipu para o ano seguinte serão fornecidas pela Itaipu Binacional.

§ 2º Na determinação da quantidade de energia cedida pelo Paraguai, deverá ser considerada a metade da geração da usina prevista para o ano seguinte, subtraída da energia a ser suprida diretamente à Administración Nacional de Electricidad - ANDE; e

§ 3º A conversão do valor, em dólares, da estimativa de custos de geração da UHE Itaipu para a moeda nacional deverá ser efetuada pela média geométrica diária das Cotações de Fechamento Ptax do dólar americano, publicadas pelo Banco Central do Brasil, no período de 1º de dezembro do ano anterior até 30 de novembro do ano do cálculo.

Art. 26. No cálculo do valor da TEO, deverão ser considerados os custos incrementais incorridos na operação e na manutenção das usinas hidrelétricas e o pagamento da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

CAPÍTULO VI

DA IDENTIFICAÇÃO DE ERROS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PLD

Art. 27 Na hipótese de identificação de erro no processo de formação do PLD, o ONS e a CCEE deverão corrigi-lo, produzindo-se efeito na semana operativa subsequente à identificação.

§ 1º Os erros de que trata o caput referem-se:

I - à inserção de dados;

II - ao código fonte em qualquer programa da cadeia de modelos; ou

III - à representação de qualquer componente do sistema.

§ 2º A correção de que trata o caput deverá ser realizada inclusive na função de custo futuro.

§ 3º O ONS e a CCEE deverão informar à ANEEL a identificação de qualquer erro de que trata este artigo, devendo ser justificada eventual impossibilidade de correção no prazo estabelecido no caput.

§ 4º O ONS e a CCEE deverão dar publicidade à correção dos erros de que trata este artigo.

§ 5º O ONS e a CCEE deverão disponibilizar na internet, relatório contendo o apontamento das falhas relacionadas ao erro e as propostas de ação de melhorias, além de relatório de acompanhamento de sua implantação, quando for o caso.

§ 6º O prazo para disponibilização do relatório contendo o apontamento das falhas e as propostas de ação de melhorias é de 30 (trinta) dias a contar da identificação do erro.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ TÉCNICO

Art. 28 Deverá ser constituído comitê técnico, sob coordenação compartilhada do ONS e CCEE, para tratar de assuntos relacionados à elaboração do PMO e do PLD.

§ 1º O comitê poderá ser dividido em subcomitês temáticos para avaliação dos dados de entrada do PMO ou de propostas específicas relacionadas à elaboração do PMO e do PLD.

§ 2º Proposta de aprimoramento da regulação relacionada à elaboração do PMO e do PLD deverá ser previamente submetida e aprovada pelo comitê técnico para ser submetida ao processo de avaliação pela ANEEL.

§ 3º Deverá ser assegurada a representatividade dos diversos segmentos setoriais associados ao ONS e à CCEE.

Art. 29. A estrutura do comitê técnico, regimento interno, os subgrupos temáticos e demais medidas necessárias à sua instituição deverão ser definidas pelo ONS e pela CCEE até 1º de janeiro de 2020.

Parágrafo único. O regimento mencionado no caput deverá conter, no mínimo:

I - os mecanismos de governança do comitê;

II - a forma de representação no comitê dos diversos segmentos setoriais associados ao ONS e à CCEE;

II - a forma de determinação e seleção dos temas a serem a tratados pelo comitê; e

IV - o modelo de decisão do comitê.

CAPÍTULO VIII

DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CUSTO DO DÉFICIT DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 30 A CCEE deverá atualizar anualmente o valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) para o período de doze (12) meses, tomando-se como base o mês de novembro de cada ano, que será utilizado nos modelos de planejamento e programação da operação e cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD entre a primeira e a última semana operativa do ano subsequente à atualização.

Parágrafo único. A CCEE deverá informar o valor atualizado ao ONS e disponibilizá-lo no seu sítio eletrônico, até o dia 20 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 O ONS, com apoio da CCEE, deverá manter plataforma virtual relacionada ao Programa Mensal da Operação - PMO e suas revisões, de forma a:

I - disponibilizar o arquivo de dados preliminares do PMO - deck preliminar, dos modelos computacionais, bem como os documentos que o subsidiam, até o 1º dia útil da semana da reunião do Programa Mensal da Operação - PMO;

I - permitir a participação dos membros associados do ONS, da CCEE, além da ANEEL, Ministério de Minas e Energia - MME e Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

III - permitir que sejam dirimidas dúvidas quanto aos dados de entrada e informações referentes aos modelos de planejamento e programação da operação e formação de preço; e

IV - assegurar que os fatos relevantes que impactem a formação do preço sejam divulgados aos agentes de forma simultânea e homogênea.

Art. 32 Será realizada Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) do Capítulo V desta Resolução para vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 33 Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa nº 795 de 5 de dezembro de 2017;

II - a Resolução Normativa nº 843, de 2 de abril de 2019;

III - a Resolução Normativa nº 858, de 1 de outubro de 2019; e

IV - a Resolução Normativa ANEEL nº 910, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO - METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO PLDMAX_ESTRUTURAL

1. O PLDmax_estrutural visa prover proteção ao mercado contra riscos sistêmicos, preservar níveis de eficiência alocativa e apresentar sinal econômico dentro de uma perspectiva estrutural.

1. 2. O PLDmax_estrutural corresponde ao nível de proteção ao risco de 95% da função densidade de probabilidades da renda inframarginal.

1. 3. A renda inframarginal é o benefício definido pela integral da diferença entre o preço de equilíbrio e a curva de oferta do mercado.

1. 4. Deve-se extrair, do modelo NEWAVE, empregado tanto no problema de minimização do custo total de operação (custo presente e o custo futuro) como no problema de minimização do custo total de expansão (custo de investimento e o custo de operação), os pares de "quantidade e preço" das usinas simuladas ao longo de todo o horizonte do estudo de otimização (5 anos), para cada um dos 2.000 (dois mil) cenários de afluência gerados.

4. 1. No cálculo do PLDmax_estrutural, deve-se considerar o deck do NEWAVE utilizado na última revisão ordinária de garantia física das usinas hidroelétricas despachadas centralizadamente, em conformidade com a Portaria MME nº 178, de 3 de maio de 2017.

4. 2. Para a construção das curvas de oferta e, posteriormente, para o cálculo da renda inframarginal, deve-se considerar:

4. 2. 1. A geração das usinas termelétricas, hidroelétricas e das não despachada centralizadamente, bem como as inflexibilidades das usinas termelétricas;

4. 2. 2. A atualização das variáveis econômicas envolvidas no processo (CVU e CMO); e

4. 2. 3. Os valores devem ser convertidos para a base anual, de modo que o resultado reflita um ciclo hidrológico completo, o que implica dispor de 10.000 (dez mil) eventos para análise estatística (2.000 cenários em 5 anos de simulação).

4. 3. Para a definição do PLDmax_estrutural, adota-se um nível de proteção contra os 5% eventos mais gravosos em termos de renda inframarginal, o que equivale ao percentil 95 de sua curva de densidade de probabilidades.

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.033, DE 26 DE JULHO DE 2022

Consolida os atos regulatórios relativos ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica; à participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE; e à apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou de empreendimento de importação de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN e critérios de apuração e de verificação de lastro.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o que consta na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; na Lei nº 9.648, de 28 de maio de 1998; na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015; no Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; no Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998; no Decreto nº 3.653, de 7 de novembro de 2000; no Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004; no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; no Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004; e o que consta dos Processos nº 48500.000052/2004-32, 48500.001513/2004-49, 48500.001108/2007-73, 48500.006812/2009-09, 48500.002907/2010-89, 48500.005102/2012-59, 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71 resolve:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os atos regulatórios relativos:

I - ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA;

II - ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica prestado por concessionárias de usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013;

III - aos critérios e procedimentos para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE; e

IV - à apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou de empreendimento de importação de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN e critérios de apuração e de verificação de lastro.

Art. 2º Para os fins e aplicação do disposto nesta Resolução consideram-se as seguintes definições:

I - Agente responsável é todo aquele detentor de registro, autorização ou concessão para produzir e/ou comercializar energia elétrica ou ainda o representante de um ou mais produtores de energia gerada a partir de empreendimentos hidrelétricos não despachados centralizadamente no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA;

II - energia gerada: soma da produção de energia elétrica referente a cada uma das unidades geradoras da CGEE referida ao ponto de conexão com a rede de distribuição ou rede básica;

III - ponto de conexão: ponto físico a partir do qual é considerado, para fins do respectivo contrato referente ao PROINFA, que a energia elétrica produzida na CGEE foi entregue ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

TÍTULO I

DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PROINFA

DA ENERGIA DE REFERÊNCIA PARA BASE DE CONTRATAÇÃO DO PROINFA

Art. 3º Os procedimentos para o cálculo do montante correspondente à energia de referência de Central Geradora de Energia Elétrica - CGEE, correspondente ao montante passível de ser produzido pela central e que servirá de base para a contratação com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA são definidos neste Capítulo.

Art. 4º No caso de Pequena Central Hidrelétrica - PCH, independentemente da opção de participação no MRE, a energia de referência é igual a energia assegurada estabelecida conforme a regulamentação em vigor na data da solicitação ou da respectiva revisão.

Parágrafo único. Fica o agente responsável autorizado a utilizar a energia assegurada como base do cálculo da energia a ser contratada pela ELETROBRÁS no âmbito do PROINFA, independentemente da opção de participação no MRE.

Art. 5º A solicitação de cálculo da energia de referência para uma CGEE deverá ser formalizada pelo agente responsável e acompanhada, conforme cada caso, das seguintes informações:

I - no caso de Usina Termelétrica - UTE a biomassa:

a) o valor da potência instalada, em MW;

b) o tipo de combustível utilizado;

c) o valor esperado, para cada mês, do poder calorífico inferior - PCI do combustível utilizado em [kJ/kg] ou [kJ/Nm³], conforme o caso;

d) o valor esperado, para cada mês, do consumo do combustível (vazão mássica) destinado à central geradora ou cogeradora, conforme for o caso, em [kg/dia] ou [Nm³/dia], que devem levar em consideração as indisponibilidades forçadas e programadas;

e) o valor esperado, para cada mês, do rendimento elétrico global obtido da razão entre a energia elétrica gerada e a energia térmica do combustível, sendo esta calculada com base no PCI e no consumo de combustível;

II - no caso de Central Geradora Eolioelétrica - EOL:

a) os dados apresentados no Anexo 7 do Guia de Habilitação Eólica, inclusive os valores esperados para a produção anual, em MWh/ano, e mensal, em MWh/mês, da energia elétrica, obtidos com base no disposto no Anexo I da Portaria MME nº 45, de 30 de março de 2004;

b) o valor esperado da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada - TEIP.

III - No caso de PCH, deverá ser solicitado o cálculo do montante de energia assegurada conforme a regulamentação em vigor no ato da solicitação.

Parágrafo único. Especificamente no que concerne a UTE, cuja participação no PROINFA seja resultante de ampliação, conforme o disposto nos incisos III e IV do art. 9º do Decreto 5.025, de 2004, deverão ser apresentados os parâmetros relacionados no inciso I deste artigo referidos à situação da central antes e após a referida ampliação.

Art. 6º O montante de energia de referência de cada CGEE, a ser estabelecido pela ANEEL, será calculado, conforme cada caso, por intermédio das seguintes equações:

I - no caso de UTE a biomassa:

$$ER = \frac{\bar{E}}{1000} \times \left(8760 \frac{h}{ano}\right) (\text{MWh/ano})$$

$$\bar{E} = \frac{\sum_{i=1}^{12} E_i}{12} (\text{kWmedio});$$

$$E_i = PCI_i \times Q_i \times \eta eg_i \times \left(\frac{1 \quad dia}{86.400 \quad s}\right) (\text{kWmedio});$$

ER (MWh/ano) – energia de referência da UTE;

$\bar{E}$(kWmedio) – valor esperado da produção;

E_i (kWmedio) - capacidade de produção da UTE no mês i considerando-se o valor da vazão mássica Q_i, do Poder Calorífico Inferior - PCI e do rendimento elétrico-global ηeg_i do mês correspondente;

i - índice referente ao mês, de janeiro a dezembro;

PCI_i (kJ/kg ou kJ/Nm³) - valor esperado para o mês i do poder calorífico inferior do combustível utilizado;

Q_i (kg/dia ou Nm³/dia) - valor esperado da média mensal do consumo diário do combustível (vazão mássica), destinado à produção de energia elétrica e a outros fins, quando for o caso, já levando em consideração as indisponibilidades forçada e programada;

ηeg_i (adimensional) - valor médio esperado do rendimento elétrico global, obtido da razão entre energia elétrica gerada e energia térmica do combustível, sendo esta calculada com base no PCI e no consumo do combustível;

II - no caso de EOL:

$$ER = \bar{E} \times (1 - TEIF) \times (1 - TEIP) (\text{MWh/ano})$$

Sendo:

ER (MWh/ano) - energia de referência da EOL;

$\bar{E}$(MWh/ano) – valor esperado da produção anual, considerando 100% de disponibilidade, obtido segundo o disposto no Anexo 7 do Guia de Habilitação Eolioelétrica, constante do Anexo 1 da Portaria MME nº 45, de 2004;

TEIF (adimensional) - taxa equivalente de indisponibilidade forçada; e

TEIP (adimensional) - taxa equivalente de indisponibilidade programada;

§ 1º Especificamente no que concerne a UTE, cuja participação no PROINFA seja resultante de ampliação, conforme o disposto nos incisos III e IV do art. 9º do Decreto 5.025, de 2004, serão calculados os montantes de energia de referência correspondentes à situação da central antes e após a referida ampliação.

§ 2º No caso específico da UTE referida no parágrafo anterior, o montante de energia contratada com a ELETROBRÁS deverá estar limitado à capacidade de produção associada à potência instalada adicional da planta.

Art. 7º O montante de energia de referência de uma CGEE será avaliado a cada 12 meses a partir da data de início da operação, devendo ser revisado sempre que a média da energia gerada for inferior a 70% do valor vigente da energia de referência.

§ 1º A revisão do montante de energia de referência de uma CGEE, com exceção de PCH participante do MRE, será calculada da seguinte forma:

$$ER_{rev} = \frac{\sum_{i=1}^{n} (Eger_i)}{NH} \times \left(8760 \frac{h}{ano}\right)$$

onde:

ER_{rev} (MWh/ano) - montante revisto de energia de referência;

$Eger_i$ (MWh) - quantidade mensal de energia gerada referente ao mês i, contemplando o período compreendido entre o primeiro mês de oferta de energia para o PROINFA e o décimo segundo mês correspondente ao último ano de faturamento;

n - quantidade de meses de geração de energia elétrica (múltiplo de 12).

NH (h) - quantidade de horas correspondente ao período contemplado pelos n meses da energia gerada.

§ 2º No caso de PCH participante do MRE, a energia assegurada será revista conforme a regulamentação em vigor.

§ 3º A CCEE deverá enviar anualmente à ANEEL, após a contabilização do mês de dezembro, documento contendo planilha com o montante de energia gerado por cada CGEE, referente ao ano civil anterior.

§ 4º Caso o valor vigente da energia de referência não tenha sido estabelecido com base na energia gerada, deverão ser descontados do mesmo os valores de consumo interno e de perda elétrica até o ponto de conexão, referentes à energia contratada no âmbito do PROINFA.

Art. 8º Excetuando-se o caso de PCH participante do MRE, a energia de referência de uma CGEE será revista, nos termos do disposto nos §§ 1º e 4º do art. 7º, se a média da energia gerada nos primeiros 24 meses de operação for inferior a 85% da energia de referência vigente.

rt. 9º A CGEE participante do PROINFA, independentemente da fonte utilizada, e mesmo aquela que contratar somente parte de sua produção, deverá possuir sistema de medição para faturamento que contemple, no mínimo, medição no(s) ponto(s) de conexão com a rede básica, ou rede de distribuição, observando-se o correspondente Procedimento de Rede e as outras normas aplicáveis ao caso.

Parágrafo único. No caso de CGEE que disponibilizar apenas uma parte da energia gerada ao PROINFA, mesmo que não seja despachada centralizadamente, o sistema de medição para faturamento deverá contemplar, obrigatoriamente, além da medição no(s) ponto(s) de conexão com a rede básica, ou rede de distribuição, a medição em cada unidade geradora destinada ao PROINFA, no lado de baixa tensão do transformador.

Art. 10 Para cada EOL e PCH integrante do PROINFA devem ser arquivados os dados referentes à disponibilidade do recurso energético, para fins de fiscalização da ANEEL e ELETROBRÁS, conforme a seguir especificado:

I - no caso de EOL, o agente responsável deve manter ao longo de todo o período do contrato, os dados horários de velocidade e direção de vento, devidamente consistidos, não sendo admitidas ausências de dados superiores a:

a) 360 (trezentos e sessenta) horas no total e 72 (setenta e duas) horas consecutivas, para cada ciclo de 12 (doze) meses; e

b) 2.160 (dois mil cento e sessenta) horas, considerando todo o período de contrato.

II - no caso de PCH, o agente responsável deve manter os dados de vazão, conforme o disposto na Resolução Conjunta nº 3, de 10 de agosto de 2003;

III - no caso de UTE, o agente responsável deve manter dados mensais referentes ao consumo, em [kg/dia] ou [Nm³/dia], e ao PCI, em [kJ/kg] ou [kJ/Nm³], do combustível utilizado.

Art. 11 O agente responsável responde pela veracidade das informações referidas nos arts. 5º e 9º, inclusive por eventuais danos causados a terceiros, sem prejuízo das penalidades aplicáveis pela ANEEL.

Parágrafo único. Caso seja constatado erro ou inconsistência na documentação a que se referem os arts. 5º e 9º, ou mesmo modificação na CGEE que implique em alteração da capacidade de produção de energia elétrica, o montante de energia de referência estabelecido poderá ser modificado.

Art. 12 Especificamente no caso de EOL, para fins da adequação do preço da energia elétrica a cada Plano Anual do PROINFA, de que trata o inciso II, art. 12, do Decreto nº 5.025, de 2004, o fator de capacidade será obtido da razão entre a energia medida no ponto de conexão com a rede de distribuição ou Rede Básica, conforme o caso, em [MWh], e a potência instalada da central, em [MW], previamente multiplicada pelo fator 8.760 horas.

Art. 13 A energia a ser contratada pela ELETROBRÁS, no âmbito do PROINFA, deverá ser determinada com base na energia de referência de que trata esta resolução, subtraindo-a do consumo próprio e das perdas elétricas, conforme o disposto no art. 11 do Decreto nº 5.025, de 2004.

TÍTULO II

DO PADRÃO DE QUALIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS ALCANÇADAS PELA LEI Nº 12.783, DE 2013

Art. 14 Este título estabelece as disposições relativas ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica, prestado por concessionárias de usinas hidrelétricas alcançadas pelo Art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, ou licitadas, que tiveram garantia física de energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

CAPÍTULO I

DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE PELO OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

Art. 15 O padrão da qualidade do serviço de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS alcançadas por esse capítulo, será aferido com base no índice de indisponibilidade total verificada - $Indisp_{verificada}$, obtida da seguinte forma:

$$Indisp_{verificada} = 1 - (1 - TEIFa) \times (1 - TEIP)$$

onde:

TEIFa - Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada; e

TEIP - Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada.

§ 1º A concessionária deverá manter ou melhorar o índice de indisponibilidade total considerado no contrato de concessão - $Indisp_{referência}$, conforme inequação a seguir:

$$Indisp_{verificada} \leq Indisp_{referência}$$

onde:

$$Indisp_{referência} = 1 - (1 - TEIF) \times (1 - IP)$$

TEIF - Taxa equivalente de indisponibilidade forçada considerada no contrato de concessão; e

IP - Indisponibilidade Programada considerada no contrato de concessão.

§ 2º As taxas de indisponibilidade, exclusivamente para fins desta Resolução, serão apuradas pelo ONS a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, ou novo contrato de concessão, para os casos em que as concessões não foram prorrogadas.

§ 3º Para verificação do atendimento ao padrão de qualidade previsto neste artigo, serão considerados 60 (sessenta) valores mensais da TEIFa e da TEIP de cada usina, apurados nos termos do art. 34 desta Resolução, até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao do reajuste ou da revisão da receita da usina.

§ 4º Caso não se disponha dos valores mensais apurados que totalizem 60 (sessenta) meses, os valores faltantes deverão ser complementados utilizando-se os valores de referência considerados no cálculo da respectiva garantia física de energia da usina.

§ 5º Caso haja revisão do valor da garantia física de energia, passam a servir como referência as taxas de indisponibilidades adotadas na respectiva revisão.

§ 6º O ONS deverá desconsiderar das taxas apuradas os períodos de indisponibilidade em razão dos motivos previstos no inciso III do § 1º do art. 34 desta Resolução, desde que justificados adequadamente pelo agente de geração.

§ 7º O histórico de indisponibilidades desconsideradas pelo ONS, bem como o período total de indisponibilidade passível de desconsideração, serão iniciados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, ou novo contrato de concessão, para os casos em que as concessões não foram prorrogadas.

Art. 16 A cada reajuste anual e revisão de receita, deverá ser considerado na Receita Anual de Geração - RAG o atendimento ao padrão de qualidade com o acréscimo da parcela de ajuste pela indisponibilidade apurada ou desempenho apurado - AjI, a qual será calculada da seguinte forma:

$$AjI = GAG * (Indisp_{referência} - Indisp_{verificada})$$

onde:

GAG: Custo da Gestão de Ativos de Geração.

§ 1º A variação a menor do AjI estará limitada a 10% (dez por cento) do valor de GAG vigente para o reajuste ou revisão da receita no quarto e quinto ano de vigência do termo aditivo ao contrato de concessão, ou novo contrato de concessão para os casos em que as concessões não foram prorrogadas.

§ 2º A partir do 6º ano de vigência do termo aditivo ao contrato de concessão, ou novo contrato de concessão para os casos em que as concessões não foram prorrogadas, não haverá limite para variação do AjI.

Art. 17 O ONS deverá encaminhar à ANEEL, até 30 de abril de cada ano, os valores de $Indisp_{verificada}$ das usinas de que trata o art. 15.

CAPÍTULO II

USINAS HIDRELÉTRICAS NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE PELO ONS

Art. 18 O padrão da qualidade do serviço de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS alcançadas por esta Resolução, será aferido com base no índice de desempenho relativo à geração de energia, obtido da seguinte forma:

$$Ind_{Desemp} = \frac{GM}{máx\{GF; 0,40 \times PI\}} \times 100\%$$

Onde:

Ind_{Desemp}: Índice de Desempenho (%);

GM: geração média de energia elétrica;

GF: garantia física do empreendimento; e

PI: potência instalada.

§ 1º A Concessionária deverá manter ou melhorar o índice de desempenho, conforme as faixas de atendimento ao padrão de qualidade definido abaixo, onde m corresponde à quantidade de meses, múltipla de 12, contados a partir do 13º mês de operação comercial da primeira unidade geradora da usina, até o último mês do período de análise, considerados somente os meses com registros de energia medida na CCEE:

m	Lim_{Inf}
24 ≤ m < 36	≥ 10%
36 ≤ m < 48	≥ 55%
48 ≤ m < 60	≥ 60%
60 ≤ m < 72	≥ 65%
72 ≤ m < 84	≥ 70%
84 ≤ m < 96	≥ 75%
96 ≤ m < 120	≥ 80%
m ≥ 120	≥ 85%

onde:

Lim_{Inf}: Limite inferior da faixa de atendimento ao padrão de qualidade

§ 2º Para verificação do atendimento ao padrão de qualidade previsto neste artigo, será considerada a geração média calculada na forma do art. 32 dessa resolução, restringindo-se aos 60 (sessenta) meses anteriores a janeiro do ano do reajuste ou da revisão da receita da usina.

§ 3º Caso não se disponha dos valores mensais apurados que totalizem 60 (sessenta) meses, os valores faltantes deverão ser complementados utilizando-se o valor vigente da garantia física de energia da usina.

§ 4º O índice de desempenho, exclusivamente para fins deste Capítulo, será calculado pela ANEEL, considerando-se os valores de energia gerada a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, ou novo contrato de concessão, para os casos em que as concessões não foram prorrogadas, até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao do reajuste ou da revisão da receita da usina.

§ 5º Deverão ser desconsiderados, pela ANEEL, os meses impactados por obras de modernização ou de reforma do empreendimento que tragam ganhos operativos ao sistema elétrico, no período acumulado de até 12 meses no período de 30 anos de operação comercial, para cada unidade geradora, observado que, no caso de futuras obras, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG deverá ser previamente informada.

§ 6º Caso haja revisão do valor da garantia física de energia, o novo valor passa a servir como referência para análise do desempenho de que trata este artigo.

Art. 19 A cada reajuste anual e revisão de receita, deverá ser considerado na Receita Anual de Geração - RAG o atendimento ao padrão de qualidade com o acréscimo da parcela de ajuste AjI, a qual será calculada da seguinte forma:

I – Para $Ind_{Desemp} < Lim_{Inf}$:

$$AjI = GAG * (Ind_{Desemp} - Lim_{Inf}).$$

II – Para $Lim_{Inf} \leq Ind_{Desemp} \leq 100\%$:

$$AjI = 0.$$

III – Para $Ind_{Desemp} > 100\%$:

$$AjI = GAG * (Ind_{Desemp} - 100\%).$$

Parágrafo único. A variação do AjI estará limitada a 10% (dez por cento) do valor de GAG vigente, para mais ou para menos, em cada reajuste ou revisão da receita.

Art. 20 A CCEE deverá encaminhar à ANEEL, até 31 de março de cada ano, os valores de medição de energia e garantia física vigente das usinas de que trata o art. 20.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS DO PADRÃO DE QUALIDADE DO SERVIÇO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 21 Sem prejuízo das fiscalizações periódicas, os empreendimentos com desempenho inadequado poderão ser fiscalizados pela ANEEL para avaliação da prestação do serviço, sendo sujeita ainda às penalidades definidas nos termos da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, entre outras previstas na legislação e no contrato de concessão.

Parágrafo único. Caso haja suspensão da situação operacional nos termos do Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, ou regulamentação superveniente, o pagamento da parcela do custo da gestão dos ativos de geração referente à operação e manutenção será suspenso, durante esse período, na proporção da potência instalada afetada pela suspensão.

Art. 22 O AjI será considerado igual a zero até 31 de dezembro do terceiro ano de vigência do contrato.

Art. 23 Nas revisões periódicas de receita, a ANEEL poderá estabelecer novos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros do padrão de qualidade do serviço, mediante consulta pública.

Art. 24 O Mecanismo de Redução da Energia Assegurada - MRA de que trata o art. 50 desta Resolução, ou regulamentação superveniente, será suportado pelas concessionárias de distribuição cotistas, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.

Art. 25 Caso a usina hidrelétrica não participe do MRE, nos termos do Título III desta Resolução, a exposição ao mercado de curto prazo será suportada pelas concessionárias de distribuição cotistas, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.

Art. 26 Este Título não se aplica às prorrogações de concessão de autoprodução com potência instalada inferior a 50 MW.

TÍTULO III

DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO NÃO DESPACHADO CENTRALIZADO NO MRE

Art. 27 Este Título estabelece critérios e procedimentos para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

Art. 28 A adesão ao MRE de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente é opcional.

Parágrafo único. Para o exercício do direito de que trata o caput, o respectivo agente responsável deverá adotar as seguintes providências:

I- Formalizar o requerimento de adesão ao MRE, junto à CCEE, encaminhando as seguintes informações:

a) a capacidade instalada do empreendimento, em MW (megawatt), e respectivo registro, resolução autorizativa ou contrato de concessão, conforme o caso;

b) a data de início da operação comercial e respectivo despacho de liberação para início de operação comercial, conforme o caso;

c) o valor da garantia física vigente e o ato administrativo que o fixou;

II- Instalar o Sistema de Medição e Faturamento - SMF indicado, bem como atender às demais exigências previstas na regulação vigente.

Art. 29 Para empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente sua opção de adesão ou de desligamento do MRE poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá ser mantida por um período mínimo de 12 meses consecutivos.

Art. 30 Para fins de acompanhamento da produção de energia elétrica, o agente de geração deverá manter os registros dos seguintes dados relativos ao período de participação no MRE:

I- o(s) período(s) de indisponibilidade para cada unidade geradora da usina, com os respectivos fatos motivadores;

II- os registros da afluência média diária do local do empreendimento, em m3/s; e

III- o consumo mensal de energia referente ao sistema auxiliar da usina (MWmed).

Art. 31 A CCEE deverá manter em seu sítio da internet e atualizar, mensalmente, os dados registrados de geração média mensal de todos os empreendimentos participantes do MRE, bem como os respectivos valores de garantia física vigentes.

Art. 32 Para os empreendimentos alcançados por esta Resolução, a ANEEL calculará em agosto de cada ano a respectiva geração média de energia elétrica da seguinte forma:

$$GM = \frac{12}{8760} * \sum_{i=1}^{m} \frac{Egeri}{m} \text{ (MWmed)}$$

Sendo:

GM: geração média de energia elétrica calculada;

Egeri: montante de energia gerada no mês i referido ao ponto de conexão (MWh) e registrado na CCEE;

i: mês correspondente ao registro do montante de energia gerada; e m: quantidade de meses até o último mês do período de análise, múltiplo de 12, com registros na CCEE de montantes mensais de energia gerada.

§ 1º Para fins da aplicação da equação de que trata o caput deste artigo, somente serão contabilizados os meses de registros posteriores ao décimo segundo mês de operação comercial, contado do início de operação da primeira unidade geradora.

§ 2º A critério da ANEEL, poderão ser desconsiderados os meses impactados por obras de modernização ou de reforma do empreendimento que tragam ganhos operativos ao sistema elétrico, no período acumulado de até 12 meses no período de 30 anos de operação comercial, para cada unidade geradora, observado que, no caso de futuras obras, a SFG deverá ser previamente informada.

Art. 33 Caso a geração média de energia elétrica do empreendimento, calculada segundo o que dispõe o artigo anterior, não atenda os limites a seguir definidos, a ANEEL notificará ao agente responsável sobre a possibilidade de exclusão do MRE no cálculo subsequente.

Número de meses registrados na CCEE posteriores ao décimo segundo mês de operação comercial (m)	(GM/GF)*100
24 ≤ m < 36	≥ 10%
36 ≤ m < 48	≥ 55%
48 ≤ m < 60	≥ 60%
60 ≤ m < 72	≥ 65%
72 ≤ m < 84	≥ 70%
84 ≤ m < 96	≥ 75%
96 ≤ m < 120	≥ 80%
m ≥ 120	≥ 85%

Sendo:

m : definido no art. 32 desta resolução;

GM: geração média de energia elétrica, obtida do art. 32 desta Resolução; e

GF: garantia física do empreendimento vigente à época do cálculo.

TÍTULO IV

DA APURAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE UNIDADE GERADORA OU EMPREENDIMENTO DE IMPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA CONECTADOS AO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN E CRITÉRIOS DE APURAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

CAPÍTULO I

DO CÁLCULO E DA APLICAÇÃO DAS INDISPONIBILIDADES DE USINAS HIDRELÉTRICAS, TERMELÉTRICAS COM CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO DECLARADO DIFERENTE DE ZERO E EMPREENDIMENTOS DE IMPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DESPACHADOS CENTRALIZADAMENTE

Seção I

Do Cálculo das Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Programada e Forçada Apurada

Art. 34 O ONS deverá apurar mensalmente as indisponibilidades das usinas hidrelétricas, termelétricas com Custo Variável Unitário - CVU declarado diferente de zero e dos empreendimentos de importação de energia elétrica despachados centralizadamente.

§ 1º As indisponibilidades de que trata o caput serão apuradas por meio do cálculo da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada - TEIP e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada - TEIFa, calculadas considerando 60 (sessenta) valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente, conforme procedimentos a seguir:

I - para cada empreendimento de importação ou usina despachada centralizadamente com n unidades geradoras em operação comercial, deverão ser calculadas a TEIP e a TEIFa, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$TEIP = \frac{\sum_{j=1}^{60}\sum_{i=1}^{n} P_i \times (HDP + HEDP)_{ij}}{\sum_{j=1}^{60}\sum_{i=1}^{n} P_i \times (HP)_{ij}}$$

$$TEIFa = \frac{\sum_{j=1}^{60}\sum_{i=1}^{n} P_i \times (HDF + HEDF)_{ij}}{\sum_{j=1}^{60}\sum_{i=1}^{n} P_i \times (HDF + HEDF + HS + HDCE + HRD)_{ij}}$$

Onde:

i = índice da unidade geradora em operação comercial;

n = número de unidades geradoras em operação comercial;

j = índice do mês apurado;

P = potência instalada da unidade geradora;

HDP = número de horas de desligamento programado da unidade i no mês j;

HEDP = número de horas equivalentes de desligamento programado da unidade i no mês j (a unidade opera com potência nominal limitada, associada a uma condição programada);

HP = número de horas do período de apuração considerado no mês j para a unidade i;

HDF = número de horas de desligamento forçado da unidade i no mês j;

HEDF = número de horas equivalentes de desligamento forçado da unidade i no mês j (a unidade opera com potência nominal limitada, associada a uma condição forçada);

HS = número de horas em serviço da unidade i no mês j (número de horas equivalentes em serviço somado ao número de horas em que a unidade opera sincronizada ao sistema, sem restrição de potência);

HRD = número de horas de reserva desligada da unidade i no mês j (a unidade não está em serviço por interesse sistêmico, apesar de disponível para operação); e

HDCE = número de horas desligada por condições externas da unidade i no mês j (a unidade não está em serviço por condições externas às suas instalações);

II - para efetuar os cálculos de que trata o inciso anterior, caso não se disponha dos valores apurados mensais que totalizem 60 (sessenta) meses, os valores faltantes deverão ser complementados utilizando-se os valores de referência, considerados no cálculo da respectiva garantia física do empreendimento convertidos em número de horas de indisponibilidade; e

III - na apuração da TEIP e da TEIFa, o ONS poderá desconsiderar a indisponibilidade decorrente dos motivos apresentados na forma do Anexo I, desde que justificados adequadamente pelo agente de geração em até 90 (noventa) dias do início da ocorrência da indisponibilidade.

§ 2º No caso de unidades geradoras agrupadas, que possuam o mesmo Sistema de Medição para Faturamento - SMF, os eventos de mudança de estados operativos, condição operativa e disponibilidade devem ser registrados por unidade geradora equivalente.

§ 3º O ONS deverá publicar em sua página eletrônica na internet os valores de TEIP e TEIFa calculados conforme § 1º deste artigo.

Subseção I

Da Declaração de Inflexibilidade de Geração de Usinas Termelétricas com CVU Declarado Diferente de Zero Despachadas Centralizadamente

Art. 35 O agente de geração deverá submeter ao ONS, até 30 de novembro de cada ano, a declaração dos valores de inflexibilidade de geração da respectiva usina termelétrica com CVU declarado diferente de zero despachada centralizadamente, para os 5 (cinco) anos subsequentes, discretizados em base mensal e observando que:

I - caso a usina disponha de garantia física estabelecida pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e o montante de inflexibilidade considerado no cálculo seja diferente de zero, a média dos valores de que trata o caput deverá ser igual ao valor utilizado no cálculo da referida garantia física; e

II - os valores mensais de inflexibilidade poderão ser declarados de maneira a atender aos requisitos de sazonalidade de operação da usina.

Art. 36 O ONS deverá avaliar a declaração dos valores de inflexibilidade, considerando a otimização eletroenergética do SIN e, observado o disposto no art. 35, poderá sugerir ajuste nos referidos valores, o qual, caso não acatado pelo agente de geração, deverá ser por este devidamente justificado.

§ 1º Os valores de inflexibilidade, resultantes do procedimento de que trata o caput, passarão a ser considerados na elaboração do Planejamento Anual da Operação Energética e do Programa Mensal da Operação Energética - PMO, bem como das respectivas revisões, no decorrer do ano seguinte, sendo que o primeiro ano do horizonte será considerado para determinação do valor de referência para fins de apuração.

§ 2º Eventual redeclaração nos valores de inflexibilidade assim considerados deverá ser adequadamente justificada ao ONS, respeitada a média dos valores da declaração a que se refere o caput do art. 35, ficando mantido, para fins de apuração, o valor de referência de que trata o §1º deste artigo.

Art. 37. O ONS deverá, ao final de cada ano, apurar a média dos valores de inflexibilidade verificados nos últimos 5 (cinco) anos e, caso o valor obtido seja inferior à média dos valores declarados nos últimos 5 (cinco) anos, em observância ao art. 36, ou ao valor utilizado no cálculo da garantia física, o que for maior, a diferença deverá ser considerada, nos doze meses do ano seguinte, como indisponibilidade da respectiva usina.

§ 1º Para apuração de que trata o caput, serão considerados:

I - a média semanal dos valores verificados, limitada aos valores declarados previamente na revisão semanal do PMO; e

II - a média anual dos valores apurados conforme o inciso I, limitada a 110% (cento e dez por cento) do valor de referência de que trata o § 1º do art. 36.

§ 2º Para fins de apuração da média dos valores verificados a que se refere o caput, o ONS poderá desconsiderar a redução de inflexibilidade, motivada por necessidade sistêmica ou por indisponibilidade da usina, que torne inexequível a manutenção da média anual dos valores originalmente previstos na programação anual.

§ 3º O ONS deverá publicar em sua página eletrônica na internet o(s) relatório(s) de acompanhamento das inflexibilidades declaradas, verificadas e apuradas nos termos do caput, juntamente com a avaliação das motivações relacionadas às redeclarações de inflexibilidade.

Art. 38. Caso ocorra contingência no sistema elétrico, que não afete as condições operacionais de determinada usina termelétrica situada na região abrangida, o ONS deverá considerar como indisponibilidade, para fins da elaboração da programação diária, a eventual e posterior declaração de redução no valor de inflexibilidade.

Parágrafo único. O ONS deverá enviar cópia da declaração e justificativa do agente, para o caso mencionado no caput, à SFG, da ANEEL.

Art. 39. Excepcionalmente ao final do ano de 2021, o ONS deverá calcular a média dos valores de inflexibilidade verificados nos últimos 5 (cinco) anos e, caso o valor obtido seja inferior à média dos valores declarados nos últimos 5 (cinco) anos, em observância ao art. 35, a diferença deverá ser considerada, nos doze meses do ano seguinte, como indisponibilidade da respectiva usina.

Subseção II

Da Geração Fora da Ordem de Mérito de Custo para Compensar Indisponibilidades por Falta de Combustível

Art. 40. Os agentes de geração poderão compensar eventuais indisponibilidades de combustível por meio de usinas termelétricas, fora da ordem de mérito de custo, ou por meio de saldo de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo, acumulado até 29/10/2021.

Art. 41. A faculdade de que trata o art. 40 somente poderá ser exercida quando a geração termelétrica da usina despachada fora da ordem de mérito de custo exceder a inflexibilidade declarada, de acordo com a Subseção I da Seção I do Capítulo I do Título IV.

§ 1º Na hipótese de utilização do saldo da conta ou na ocorrência de vertimentos, o ONS deverá abater do saldo da conta do agente de geração o valor correspondente em MWh.

§ 2º Em caso de vertimentos, os créditos de energia associados à geração fora de ordem de mérito serão debitados em ordem cronológica inversa aos respectivos armazenamentos.

Art. 42. O agente poderá compensar indisponibilidade de combustível quando a usina termelétrica for despachada pelo ONS, por meio de:

I - utilização do saldo disponível em sua conta junto ao ONS, pelo período de até 4 (quatro) anos a contar de 29/10/2021; ou

II - geração de energia produzida por outra usina termelétrica, própria ou de terceiro, que não esteja despachada pelo ONS, podendo a outra usina termelétrica estar localizada em barra diferente, desde que não exista restrição de escoamento, conforme avaliação do ONS, a qual será divulgada ao agente que solicitou a geração substituta.

Parágrafo único. A utilização do saldo de que trata o inciso I do caput não poderá ser objeto de compensação de indisponibilidades quando:

I - a usina termelétrica for despachada por razões elétricas; ou

II - houver despacho de usina termelétrica por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE em qualquer subsistema, mesmo que a usina indisponível esteja despachada por ordem de mérito de custo; ou

III - houver imprescindibilidade de geração termelétrica identificada pelo ONS e informada previamente aos agentes durante o PMO referente e suas revisões.

Art. 43. Quando ocorrer a compensação de indisponibilidade, de acordo com o art. 42, o agente ficará dispensado da aplicação de qualquer penalidade por falta de combustível.

Art. 44. É vedada a utilização de usinas termelétricas que disponham de subsídio no combustível:

I - para geração de energia elétrica em substituição a outra usina termelétrica despachada pelo ONS.

Art. 45. O ONS deverá dar publicidade, até o dia 15 de cada mês:

I - das usinas que geraram em tempo real em substituição àquelas despachadas por ordem de mérito de custo; e

II - do saldo em conta disponível para cada agente em cada subsistema.

Art. 46. A geração substituta não é passível de destinação aos contratos de comercialização no ambiente regulado e será valorada no Mercado de Curto Prazo - MCP, ao PLD, em favor da usina substituta que realizou a geração.

Parágrafo único. A geração de que trata o caput não exime o agente das obrigações derivadas de possíveis exposições contratuais no mercado de curto prazo da CCEE, quando o mesmo for chamado a gerar por ordem de mérito.

Subseção III

Da Comprovação da Disponibilidade de Empreendimentos de Geração

Art. 47. Após a ocorrência de indisponibilidade programada ou forçada de unidade geradora de usinas hidrelétricas e termelétricas com CVU declarado diferente de zero despachadas centralizadamente, o ONS deverá considerar, na apuração das taxas equivalentes de indisponibilidade, a disponibilidade efetivamente comprovada pelo agente de geração.

§ 1º O agente poderá comprovar a disponibilidade por meio de teste por ele solicitado ou por atendimento a despacho do ONS.

§ 2º Caso a declaração de disponibilidade ocorra no período em que a usina esteja despachada pelo ONS, a capacidade de geração da unidade deverá ser comprovada por meio da operação a plena carga por, no mínimo, 4 (quatro) horas ininterruptas.

§ 3º Caso a declaração de disponibilidade ocorra no período que a usina não esteja despachada pelo ONS, poderá ser realizado teste para comprovação da capacidade de geração, que deverá seguir os seguintes critérios:

I - o agente deverá solicitar autorização ao ONS para a realização do teste;

II - os custos incorridos no referido teste serão de responsabilidade do agente de geração;

III - a unidade deverá operar a plena carga por, no mínimo, 4 (quatro) horas ininterruptas não se admitindo variações de geração de energia, ressalvadas aquelas situações comprovadas em que a geração à plena carga não é possível em razão de restrição de temperatura ambiente, restrição de queda líquida, indisponibilidade de fonte primária de usinas hidrelétricas, e falhas pontuais nos sistemas de transmissão ou distribuição.

IV - para o período compreendido entre a data solicitada pelo agente para realização do teste e a sua conclusão, será considerada a disponibilidade apurada no referido teste;

V - em casos específicos, caso o fato gerador da indisponibilidade afete mais de uma unidade geradora, o ONS poderá solicitar a geração de mais de uma unidade geradora simultaneamente para comprovação da capacidade de geração;

VI - a comprovação de disponibilidade causada pela falta de combustível deverá ser realizada por meio da geração de todas as unidades geradoras simultaneamente, podendo a ANEEL definir critérios que levem em consideração a logística de abastecimento simultâneo de combustível para conjuntos de usuários, sendo que os custos serão de responsabilidade do agente proprietário da usina indisponível.

§ 4º O ONS deverá considerar como indisponibilidade a diferença entre a capacidade de geração plena e a disponibilidade efetivamente comprovada pelo agente.

§ 5º A indisponibilidade de que trata o § 4º deverá ser considerada pelo ONS até que o agente comprove nova capacidade de geração por meio dos mecanismos previstos nos §§ 2º ou 3º, conforme o caso.

Art. 48. Os agentes estarão isentos da comprovação de que trata o art. 47, no caso de indisponibilidades motivadas por eventos específicos constantes do Anexo III.

Art. 49. A ANEEL, a qualquer momento, poderá solicitar a realização de teste para comprovação da disponibilidade de usina despachada centralizadamente, para o qual, no caso de central termelétrica, o custo decorrente da diferença entre o CVU e o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD será coberto por Encargos de Serviços do Sistema - ESS.

Parágrafo único. Na realização do teste a que se refere o caput, a ANEEL poderá definir critérios específicos para a referida comprovação, e será aplicado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 47.

Seção II

Da Aplicação das Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Programada e Forçada Apurada

Subseção I

Das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente e Participantes do MRE

Art. 50. Caso o Índice de Disponibilidade Verificada - IDv de uma usina hidrelétrica participante do MRE seja inferior ao Índice de Disponibilidade de Referência - ID considerado no cálculo da respectiva garantia física, a usina estará sujeita à aplicação de Mecanismo de Redução da Energia Assegurada - MRA modulada e referida ao centro de gravidade do submercado.

§ 1º O ONS deverá encaminhar à CCEE, no mês de referência da contabilização, os valores de TEIFa e TEIP de cada usina hidrelétrica, relativos aos 60 (sessenta) meses anteriores, calculados conforme § 1º do art. 34 desta Resolução.

§ 2º O MRA não poderá alterar a garantia física de usinas, para fins de verificação do lastro de venda de energia elétrica e do limite de contratação.

§ 3º O MRA consiste na utilização da Garantia Física Apurada - GFa como referência para alocação de energia do MRE, a qual é obtida conforme fórmula a seguir:

$$GFa = mín\,(GF, GF \times FID)$$

$$FID = \frac{IDv}{ID}$$

Onde:

GFa = garantia física apurada;

GF = garantia física vigente (MWmed);

FID = fator de disponibilidade de geração, valor adimensional, limitado (um).

$$IDv = (1 - TEIP) \times (1 - TEIFa)$$

$$ID = (1 - IP) \times (1 - TEIF)$$

IP = Indisponibilidade Programada, utilizada no cálculo para determinação da GF; e

TEIF = Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada, utilizada no cálculo para determinação da GF.

§ 4º As usinas em fase de motorização estarão sujeitas à aplicação do MRA apenas para as unidades geradoras em operação comercial.

§ 5º Para os fins e efeitos deste Título, a usina hidrelétrica em fase de motorização é aquela cuja quantidade de unidades em operação comercial é inferior ao número da unidade base, que consiste no menor número de unidades geradoras da usina em operação comercial cuja soma das suas garantias físicas individuais corresponde à garantia física da usina.

Subseção II

Das Usinas Termelétricas e Empreendimentos de Importação de Energia Despachados Centralizadamente

Art. 51. O ONS deverá disponibilizar à ANEEL, ao respectivo agente de geração e à CCEE, até 31 de agosto de cada ano, as indisponibilidades apuradas dos empreendimentos de geração termelétrica com CVU declarado diferente de zero e de importação de energia despachados centralizadamente, calculadas conforme § 1º do art. 34, as quais deverão ser consideradas para fins de verificação do lastro dos contratos de venda de energia, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano subsequente.

§ 1º Caso ocorra indisponibilidade de empreendimento de geração ou de importação de energia ocasionando insuficiência da garantia física própria para compor o lastro dos contratos de venda de energia, o agente vendedor deverá celebrar contrato de compra de energia, para garantir o contrato de venda original, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º Qualquer que seja o custo adicional incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra de energia, este não poderá ser repassado aos contratos de venda originais e às tarifas dos consumidores finais.

§ 3º Os contratos de venda originais citados no caput referem-se aos contratos efetuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e aos contratos registrados em data anterior a 16 de março de 2004.

Art. 52. Para fins de verificação do lastro dos contratos de venda de energia dos empreendimentos de que trata o art. 51, o valor a ser considerado como garantia física própria deverá ser:

I- a GFa calculada conforme § 3º do art. 50, no caso de empreendimentos que tenham a respectiva garantia física definida conforme metodologia publicada em Portaria do MME; e

II- a Disponibilidade Máxima - Dmax, calculada conforme fórmula a seguir, no caso de empreendimentos que não tenham a respectiva garantia física definida conforme metodologia publicada em Portaria do MME.

$$Dmax = Pefetiva \times FCmáx \times (1 - TEIFa) \times (1 - TEIP)$$

Onde:

Dmax = Disponibilidade máxima da usina (MW);

Pefetiva = Potência instalada, definida no ato autorizativo (MW); e

FCmax = Fator de capacidade máxima, considerado pelo ONS na elaboração do Programa Anual da Operação Eletroenergética.

Parágrafo único. O fator de capacidade máxima, citado no inciso II do caput, é aquele definido em conformidade com o art. 2º da Portaria MME nº 282, de 28 de outubro de 2004, e qualquer alteração de valor deverá ser previamente justificado à ANEEL pelo agente de geração.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO DA GARANTIA FÍSICA APURADA DE USINA EOLIOELÉTRICA E TERMELÉTRICA INFLEXÍVEL COM CVU NULO, CONECTADA AO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN, CUJA GARANTIA FÍSICA TENHA SIDO ESTABELECIDA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 53. As usinas eolioelétricas e termelétricas inflexíveis com CVU nulo, cujas garantias físicas tenham sido estabelecidas em legislação específica, terão a GFa obtida com base no FID, o qual será calculado e publicado pela CCEE até o dia 31 de agosto de cada ano, em conformidade com a seguinte fórmula:

$$FID = \frac{12}{8760} \times \frac{\sum_{i=1}^{m} Eger_i}{m \times GF}$$

Onde:

GF: garantia física publicada em legislação específica referenciada ao ponto de conexão (MWmed);

Eger: montante de energia gerada referenciado ao ponto de conexão e registrado na CCEE (MWh);

i: mês correspondente ao registro do montante de energia gerada; e

m: quantidade de meses considerados.

§ 1º A CCEE deverá proceder ao cálculo da GFa da seguinte forma:

I - caso o valor do FID da usina seja maior ou igual a 90% (noventa por cento) para os dois primeiros cálculos ou a 95% (noventa e cinco por cento) a partir do terceiro cálculo, GFa será igual a GF;

II - caso contrário, a GFa será dada por:

$$GFa = GF \times FID$$

§ 2º O FID será calculado considerando ciclos de 12 (doze) meses, com início em 1º de julho e término em 30 de junho, com um número mínimo m de 60 (sessenta) registros, observando os dispositivos de que tratam os §§ 3º a 9º deste artigo.

§ 3º Deverão ser considerados para o cálculo do FID somente os registros de medição de energia gerada a partir de setembro de 2013, inclusive, e a partir do 13º mês após a liberação da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da usina.

§ 4º Para usina termelétrica inflexível com CVU nulo, o FID será calculado utilizando-se os 60 (sessenta) meses mais recentes com registros de medição na CCEE.

§ 5º Para usina eolioelétrica, o FID será calculado utilizando-se o histórico crescente de registros de medição na CCEE.

§ 6º No caso de a CCEE não dispor de dados de medição que totalizem o mínimo de 60 (sessenta) meses de registro para o cálculo de que tratam os §§ 4º e 5º, os valores faltantes de Eger para o cálculo do FID deverão ser completados, respeitada a sazonalidade, com os valores de compromisso firme ou disponibilidade de energia mensal utilizados no cálculo da garantia física da usina.

§ 7º Nas hipóteses em que os valores mensais de disponibilidade de energia ou compromisso firme de entrega de energia não constem da Portaria que estabelece a garantia física, esses deverão ser solicitados pela CCEE à Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 8º Quando a garantia física, a disponibilidade de energia mensal ou o compromisso firme de entrega de energia não tiverem sido definidos referenciados ao ponto de conexão, a CCEE deverá abater as perdas internas médias e o consumo interno, em conformidade com as regras e procedimentos de comercialização vigentes.

§ 9º No caso de entrada escalonada de unidades geradoras em operação comercial, a GF deverá ser a média das garantias físicas do período em análise considerada cada fase de motorização da usina, em conformidade com as regras e procedimentos de comercialização.

§ 10. A critério da ANEEL, poderão ser desconsideradas as intervenções declaradas pelos agentes relativas à modernização ou reforma que tragam ganhos operativos ao sistema elétrico, limitadas a 12 (doze) meses para cada unidade geradora durante a vigência da autorização ou, no caso de registro, durante o período de 30 (trinta) anos de operação comercial, e ocorridas após 120 (cento e vinte) meses após a liberação para operação comercial, observado que, no caso de futuras obras, a SFG deverá ser previamente informada.

Art. 54. A GFa, calculada conforme art. 53, deverá ser considerada para fins de verificação do lastro dos respectivos contratos de venda de energia, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano subsequente ao seu cálculo e publicação.

Art. 55. Os critérios estabelecidos neste Capítulo não se aplicam às parcelas de energia abrangidas pelo disposto no Capítulo I do Título I desta Resolução.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. Caso seja constatado erro de qualquer informação prestada pelos agentes abrangidos por esta Resolução, independentemente de intenção, a ANEEL poderá determinar nova apuração de períodos anteriores, bem como a recontabilização financeira relacionada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57. Os anexos I, II e III da Resolução Normativa nº 65, de 5 de maio 2004, que tratam de Energia Assegurada (EA) de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, de Energia de Referência (ER) de usinas eolioelétricas - UEE e de Energia de Referência (ER) de usinas termelétricas - UTE a biomassa, respectivamente, são transcritos para fins de consolidação nos Anexos IV, V e VI desta norma de consolidação.

Art. 58. O anexo da Resolução nº 169, de 3 de maio de 2001, que define a Energia Assegurada das Usinas Hidrelétricas Não Despachadas Centralizadamente, consideradas na determinação dos volumes de Energia dos Contratos Iniciais é transcrito para fins de consolidação no Anexo VII desta norma de consolidação.

Art. 59. Ficam revogadas:

I - a Resolução nº 169, de 3 de abril de 2001;

II - a Resolução Normativa nº 62, de 5 de maio de 2004;

III - a Resolução Normativa nº 65, de 25 de maio de 2004;

IV - a Resolução Normativa nº 269, de 19 de junho de 2007;

V - a Resolução Normativa nº 409, de 10 de agosto de 2010;

VI - a Resolução Normativa nº 430, de 29 de março de 2011;

VII - a Resolução Normativa nº 492, de 5 de junho de 2012;

VIII - a Resolução Normativa nº 541, de 12 de março de 2013;

IX - a Resolução Normativa nº 614, de 3 de junho de 2014;

X- a Resolução Normativa nº 661, de 5 de maio de 2015;

XI - a Resolução Normativa nº 818, de 19 de junho de 2018;

XII - a Resolução Normativa nº 406, de 13 de julho de 2010;

XIII - a Resolução Normativa ANEEL nº 913, de 2 de fevereiro de 2021;

XIV - a Resolução Normativa ANEEL nº 944, de 17 de agosto de 2021; e

XV - a Resolução Normativa ANEEL nº 947, de 26 de outubro de 2021.

Art. 60. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO I - INDISPONIBILIDADES PASSÍVEIS DE DESCONSIDERAÇÃO

Indisponibilidades passíveis de desconsideração pelo ONS de que trata o § 1º do art. 2º da Seção I do Capítulo I:

a) ocorrências ou intervenções declaradas pelos agentes relativas ao início de operação comercial de unidade geradora nova, limitadas a 960 (novecentas e sessenta) horas nos primeiros 24 (vinte quatro meses) após a liberação para operação comercial;

b) intervenções declaradas pelos agentes relativas à modernização ou reforma que tragam ganhos operativos ao sistema elétrico, limitadas a 12 (doze) meses para cada unidade geradora durante a vigência de sua outorga ou da respectiva renovação, e ocorridas após 120 (cento e vinte) meses após a liberação para operação comercial, observado que, no caso de futuras obras, a SFG deverá ser previamente informada;

c) no caso de usinas hidrelétricas, medidas de caráter preventivo no combate à proliferação do mexilhão dourado e plantas aquáticas, para as quais deverá ser encaminhado relatório descritivo do serviço a ser realizado com o respectivo cronograma, para avaliação do ONS;

d) no caso de usinas hidrelétricas, intervenções relacionadas à limpeza, em função da proliferação do mexilhão dourado e plantas aquáticas, respeitado o limite total acumulado para a usina, equivalente a 360 (trezentas e sessenta) horas por unidade geradora, a ser considerado após 20/08/2021;

e) intervenções para instalação de sistemas e equipamento por determinação do ONS, CCEE ou ANEEL, tais como implantação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, SINOCON e sistemas para prestação de serviços ancilares;

f) intervenções necessárias a ensaios nos sistemas de autorrestabelecimento da central geradora;

g) restrição de potência em razão de queda útil, no caso de usinas hidrelétricas, desde que as respectivas tabelas que relacionam tais grandezas tenham sido previamente disponibilizadas pelo agente de geração ao ONS;

h) restrição parcial de disponibilidade de unidade geradora, até uma tolerância de 5% ou 5 MW, o que for menor;

i) restrição hidráulica conjuntural em função de usos múltiplos;

j) restrição elétrica conjuntural imposta por outros sistemas de transmissão, pelo sistema de distribuição ou, outras origens que não caracterizem responsabilidade do empreendimento de geração;

k) restrição devido ao meio ambiente, que não caracterize responsabilidade do agente, tais como: vazamento de material tóxico ou poluente por parte de terceiros que limite a geração da usina de forma a evitar agravamento da situação e redução de geração para captura ou salvamento de animais;

l) restrição para sincronização e obtenção da potência máxima de unidade geradora de usina termelétrica despachada centralizadamente pelo ONS, limitada ao tempo total considerado no modelo de despacho hidrotérmico de curtíssimo prazo.

m) restrição em unidade geradora que venha a ser suprida pela utilização de unidade geradora de contingência, em substituição à unidade geradora principal.

n) restrição para sincronização e obtenção da potência máxima de unidade geradora de usina hidrelétrica despachada centralizadamente pelo ONS, limitadas ao tempo total de 15 (quinze) minutos.

ANEXO II - ENERGIA MÁXIMA ARMAZENÁVEL

SUBSISTEMA	RIO	RESERVATÓRIO	ENERGIA MÁXIMA ARMAZENÁVEL (MWmed)	FATOR DE PROPORCIONALIDADE (%)
SE/CO	Grande	Furnas	35.110	27,2
		Marimbondo	5.474	4,2
		Água Vermelha	4.447	3,4
	Paranaíba	Emborcação	21743	16,9
		Nova Ponte	19.323	15,0
		Itumbiara	15.831	12,3
		São Simão	5.087	3,9
	Paraná	Ilha Solteira/Três Irmãos	6.155	4,8
	Tietê	Barra Bonita	2.731	2,1
		Promissão	1.833	1,4
	Paranapanema	Jurumirim	4.050	3,1
		Chavantes	3.300	2,6
		Capivara	3.943	3,1
TOTAL			129.027	100
SUL	Iguaçu	G.B.Munhoz	6.038	40,5
		S. Santiago	3.239	21,7
	Uruguai	Barra Grande	2.634	17,7
	Jacuí	Passo Real	2.985	20,1
TOTAL			14.896	100
NE	S. Francisco	Três Marias	16.085	34,8
		Sobradinho	30.183	65,2
TOTAL			46.268	100
N	Tocantins	Tucuruí	7.631	100
TOTAL			7.631	**100**

ANEXO III - EVENTOS QUE NÃO NECESSITAM DE COMPROVAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A comprovação de disponibilidade de que trata a subseção IV da Seção I do Capítulo I não será necessária quando:

a) a disponibilização da unidade geradora ocorrer em tempo inferior a 24 (vinte quatro) horas do início da indisponibilidade total ou parcial (desligamento ou restrição), exceto nos casos de indisponibilidade por falta de combustível;

b) ocorrerem desligamentos provocados por intervenção para limpeza de grades, devido à descida de mergulhadores de unidades adjacentes ou em tomadas d´água;

c) ocorrer desligamento forçado de unidade geradora em usina termelétrica:

(i) no procedimento de partida; ou

(ii) no processo de redução de geração para parada total da unidade geradora;

d) ocorrer desligamento de unidades a gás em usina termelétrica com ciclo combinado para possibilitar manobras nos "diverters dampers" e partida de unidade a vapor.

ANEXO IV - ENERGIA ASSEGURADA (EA) DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCH

Agente Responsável	Ato Autorizativo		Nome da Usina	EA (MWh/ano)
	Número	Data		
Agro Pastoril Novo Horizonte S.A.	Resolução nº 652	26/11/2002	Novo Horizonte	84.184
Amper Energia Ltda	Resolução nº 395	17/09/2001	Canoa Quebrada	195.173
Anhambi Agroindustrial Ltda.	Resolução nº 078	05/04/2000	Vitorino	24.966
Arcadis Logos Energia S.A.	Resolução nº 717	24/12/2003	Ponte Alta	85.848
Boa Sorte Energética S. A.	Resolução nº 040	03/02/2004	Boa Sorte	88.564
Buriti Energia Ltda.	Resolução nº 710	17/12/2002	Salto Buriti	69.116
C. J. Energética Ltda.	Resolução nº 650	26/12/2001	São Bernardo	71.306
Caeté Empreendimentos Energéticos Ltda.	Resolução nº 524	03/12/2001	Senador Jonas Pinheiro	33.288
Centrais Elétricas da Mantiqueira - CEM	Resolução nº 606	05/11/2002	Arvoredo	63.072
Centrais Elétricas da Mantiqueira - CEM	Resolução nº 587	29/10/2002	Alto Irani	120.012
Centrais Elétricas da Mantiqueira - CEM	Resolução nº 607	05/11/2002	Plano Alto	89.965
Central Hidrelétrica Salto das Flores Ltda.	Resolução nº 738	18/12/2002	Salto das Flores	33.814
CNBO Produtora de Energia Elétrica Ltda.	Resolução nº 672	26/12/2001	Areia	71.569
CNBO Produtora de Energia Elétrica Ltda.	Resolução nº 673	26/12/2001	Água Limpa	91.717
Construtora Gautama Ltda	Resolução nº 698	17/12/2002	Palma	101.879
Construtora Gautama Ltda	Resolução nº 697	17/12/2002	Muçungo	40.121
Curuá Energia Ltda.	Resolução nº 636	22/11/2002	Salto Curuá	160.746
Desenvix S.A.	Resolução nº 605	21/12/2001	Esmeralda	107.923
Eletroriver S.A.	Resolução nº 356	22/12/1999	Carangola	83.833
Eletroriver S.A.	Resolução nº 369	29/12/1999	Fumaça IV	22.864
Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda.	Resolução nº 139	06/04/2004	Queluz	187.464
Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda.	Resolução nº 138	06/04/2004	Lavrinhas	187.464
Engecon - Engenharia, Gerenciamento e Consultoria Ltda.	Resolução nº 198	04/05/2004	Figueirópolis	133.590
Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda., Linear Participaçõese Incorporaões Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 761	18/12/2002	Europa	21.024
GERMAT - Geradora de Energia do Estado do Mato Grosso Ltda.	Resolução nº 217	05/05/2004	Mestre	7.008
GERMAT - Geradora de Energia do Estado do Mato Grosso Ltda.	Resolução nº 210	05/05/2004	Santa Cecília	13.490
Guascor Geratec Ltda.	Resolução nº 709	24/12/2003	Monte Alegre	93.644
Guascor Geratec Ltda.	Resolução nº 748	18/12/2002	Posse	79.278
Guascor Geratec Ltda.	Resolução nº 716	24/12/2003	São Sebastião	80.680
Heidrich Geração Elétrica	Resolução nº 276	21/05/2002	Cachoeira do Rio Rauen	9.110
Hidropower Energia Ltda	Resolução nº 752	18/12/2002	Engª José Gelásio da Rocha	104.244
Hidrotérmica S.A.	Resolução nº 055	17/02/2004	Boa Fé	87.250
Hidrotérmica S.A.	Resolução nº 060	17/02/2004	São Paulo	63.948
Hidrotérmica S.A.	Resolução nº 064	18/02/2004	Autódromo	86.987
HP2 do Brasil Ltda.	Resolução nº 388	10/09/2001	Pipoca	104.244
Ibirama Energética S.A.	Resolução nº 024	27/01/2004	Ibirama	121.939
Indústria e Comércio de Madeiras - MAFRÁS Ltda.	Resolução nº 069	02/03/2004	Mafrás	26.543
Lagoa Grande Energética S.A.	Resolução nº 037	03/02/2004	Lagoa Grande	117.647
Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 23	27/01/2004	Divisa	73.847
Linear Participações e Incorporações Ltda., GERAOESTE - Usinas Elétricas do Oeste Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 760	18/12/2002	Sete Quedas Alta	81.468
Ludesa Energética S. A.	Resolução nº 705	17/12/2002	Ludesa	151.110
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 725	18/12/2002	Telegráfica	231.702
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 729	18/12/2002	Rondon	99.163
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 724	18/12/2002	Parecis	119.924
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 742	18/12/2002	Ilha Comprida	145.241
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 728	18/12/2002	Segredo	161.885
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 726	18/12/2002	Sapezal	123.691
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 723	18/12/2002	Jesuíta	172.747
Maggi Energia S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e MCA Energia e Barragem Ltda.	Resolução nº 743	18/12/2002	Cidezal	129.911
Paranatinga Energia Ltda.	Resolução nº 740	18/12/2002	Paranatinga I	76.300
Perdizes Energética Ltda.	Resolução nº 253	21/05/04	Lajinha	9.373
Porto Franco Energética S.A.	Resolução nº 039	03/02/2004	Porto Franco	169.068
Riacho Preto Energética S.A.	Resolução nº 038	03/02/2004	Riacho Preto	53.786
Rio do Sangue Energia Ltda.	Resolução nº 280	17/06/2003	Garganta da Jararaca	181.595
RTK Consultoria Ltda.	Resolução nº 195	04/05/2004	Pira	82.870
RTK Consultoria Ltda.	Resolução nº 234	05/05/2004	Contestado	29.784
RTK Consultoria Ltda.	Resolução nº 226	05/05/2004	Rodeio Bonito	68.240
RTK Consultoria Ltda.	Resolução nº 231	05/05/2004	Coronel Araújo	30.660
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas Ltda.	Resolução nº 510	26/11/2001	São Domingos II	185.712
São Tadeu Energética Ltda.	Resolução nº 700	17/12/2002	São Tadeu	79.804
SEBAND - Sociedade de Energia Bandeirantes	Resolução nº 541	03/10/2002	Anhanguera	99.601
SEBAND - Sociedade de Energia Bandeirantes	Resolução nº 706	17/12/2002	Palmeiras	70.956
SEBAND - Sociedade de Energia Bandeirantes	Resolução nº 549	03/10/2002	Retiro	71.044
Tupan Energia Elétrica Ltda	Resolução nº 755	18/12/2002	Rondonópolis	122.640
Usina Elétrica do Nhandu Ltda.	Resolução nº 438	17/11/2000	Rochedo	39.420
IRCEL - Irmãos Rodrigues Centrais Elétricas Ltda.	Resolução nº 043	03/02/2004	Rancho Queimado I	21.024

ANEXO V - ENERGIA DE REFERÊNCIA (ER) DE USINAS EOLIOELÉTRICAS - UEE

Agente Responsável	Ato Autorizativo		Nome da Usina Data	ER (MWh/ano)
	Número	Data		
Água das Dunas Empreendimentos Lagoas de Genipabu Ltda.	Resolução no 128	29/03/2004	UEE Lagoas de Genipabu	13.933
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 013	19/01/2004	UEE Millennium	34.681
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 106	16/03/2004	UEE Mataraca	11.190
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 099	16/03/2004	UEE Atlântica	10.670
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 100	16/03/2004	UEE Caravela	12.914
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 097	16/03/2004	UEE Coelhos I	12.163
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 713	24/12/2003	UEE Aralém	80.577

Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 096	16/03/2004	UEE Albatroz	12.560
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 094	16/03/2004	UEE Presidente	11.742
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 722	24/12/2003	UEE Fonseca	248.159
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 098	16/03/2004	UEE Coelhos III	11.545
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 720	24/12/2003	UEE Zumbi	91.902
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 95	16/03/2004	UEE Camurim	11.356
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 104	16/03/2004	UEE Coelhos II	11.581
Bioenergy Geradora de Energia Ltda.	Resolução no 105	16/03/2004	UEE Coelhos IV	11.545
Cardus Estratégias Urbanas Ltda	Resolução no 078	09/03/2004	UEE Vitória	11.844
Cataventos Paracuru Ltda.	Resolução no 227	06/05/2003	UEE Paracuru	395.438
Cataventos Ubajara Ltda.	Resolução no 228	06/05/2003	UEE Ubajara	285.062
Cedin do Brasil Ltda.	Resolução no 134	06/04/2004	UEE Alhandra	7.857
Compinvest Mercosul S.A.	Resolução no 195	09/04/2002	UEE Ponta do Mel	133.903
Cooperativa de Energia, Comunicação e Desenvolvimento do Vale do Siriji Ltda. - CERSIL	Resolução no 030	23/01/2002	UEE Pirauá	11.215
Eco Energy Beberibe Ltda	Resolução no 104	29/03/2001	UEE Beberibe	69.275
Eletrowind S.A.	Resolução no 776	23/12/2002	UEE Vale da Esperança	74.800
Eletrowind S.A.	Resolução no 659	16/12/2001	UEE Praia do Morgado	89.677
Eletrowind S.A.	Resolução no 526	24/09/2002	UEE Praia de Parajuru	81.091
Eletrowind S.A.	Resolução no 660	27/12/2001	UEE Volta do Rio	173.881
Eletrowind S.A.	Resolução no 762	20/12/2002	UEE Praia do Arrombado	64.660
Eletrowind S.A.	Resolução no 516	16/09/2002	UEE Ariós	43.658
EMEL - Empreendimentos em Energia Ltda.	Resolução no 217	24/04/2003	UEE Parque Eólico Caponga	22.721
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 581	19/12/2001	UEE RN 15 - Rio do Fogo	161.636
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 574	17/12/2001	UEE PE 2 - Serra da Macambira	213.182
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 652	26/12/2001	UEE RN 4 - Pititinga	164.224
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 717	31/12/2001	UEE PE 3 - Poção	75.283
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 578	17/12/2001	UEE RN 1 - Mel	329.579
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 656	26/12/2001	UEE RN 11 - Guamaré	412.035
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda.	Resolução no 567	17/12/2001	UEE RN 3 - Gameleira	144.603
Energias Alternativas do Ceará Ltda. - Enacel	Resolução no 625	12/11/2002	UEE UEE Enacel	69.497
Eólica Formosa Ltda.	Resolução no 307	04/06/2002	UEE Praia Formosa	209.992
Eólica Icaraizinho Ltda.	Resolução no 454	27/08/2002	UEE Icaraizinho	181.940
Eólica Maceió Ltda.	Resolução no 564	17/12/2001	UEE Maceió	565.396
Fruitrade Comércio e Exportação Ltda.	Resolução no 715	24/12/2003	UEE Xavante	10.826
Fruitrade Comércio e Exportação Ltda.	Resolução no 719	24/12/2003	UEE Mandacarú	11.614
Fruitrade Comércio e Exportação Ltda.	Resolução no 723	24/12/2003	UEE Santa Maria	10.571
Fruitrade Comércio e Exportação Ltda.	Resolução no 724	24/12/2003	UEE Gravatá Fruitrade	11.781
Fuhrlander Energia Brasil Ltda.	Resolução no 657	26/12/2001	UEE Pecém	55.290
Gamesa Serviços Brasil Ltda.	Resolução no 617	12/11/2002	UEE Pedra de Livramento	232.647
Gamesa Serviços Brasil Ltda.	Resolução no 619	12/11/2002	UEE Serra dos Antunes	306.757
Heraklion Participações S.A.	Resolução no 561	17/12/2001	UEE BA 3 - Caetité	724.267
New Energy Options - NEO	Resolução no 663	26/12/2001	UEE Eólica Alegria I	145.274
New Energy Options - NEO	Resolução no 662	26/12/2001	UEE Alegria II	255.207
Parque Eólico de Santa Catarina Ltda.	Resolução no 675	10/12/2002	UEE Água Doce	26.059
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 028	27/01/2004	UEE Aquibatã	78.004
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 058	17/02/2004	UEE Campo Belo	27.245
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 062	18/02/2004	UEE Amparo	58.363
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 056	17/02/2004	UEE Três Pinheiros	75.200
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 031	27/01/2004	UEE Rio do Ouro	73.928
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 063	18/02/2004	UEE Cruz Alta	79.788
Pégasus Desenvolvimento de Negócios SC Ltda.	Resolução no 041	03/02/2004	UEE Bom Jardim	69.549
Rosa dos Ventos Ltda.	Resolução no 329	18/06/2002	UEE Canoa Quebrada	38.319
Rosa dos Ventos Ltda.	Resolução no 596	11/11/2003	UEE Caraúbas	36.671
Rosa dos Ventos Ltda.	Resolução no 340	25/06/2002	UEE Lagoa do Mato	10.080
Santa Cruz Energia Ltda.	Resolução no 032	27/01/2004	UEE Salto	81.318
Santa Cruz Energia Ltda.	Resolução no 029	27/01/2004	UEE Santo Antônio	4.776
Santa Cruz Energia Ltda.	Resolução no 030	27/01/2004	UEE Cascata	12.888
Santa Cruz Energia Ltda.	Resolução no 027	27/01/2004	UEE Púlpito	76.246
Seawest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.	Resolução no 534	1/10/2002	UEE de Gargaú	63.870
Seawest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.	Resolução no 533	1/10/2002	UEE Pedra do Sal	68.463
Servtec Energia Ltda.	Resolução no 93	07/03/2003	UEE Bons Ventos	135.244
SES - Soluções de Energias Sustentáveis Ltda.	Resolução no 712	24/12/2003	UEE Paraíso Azul	136.423
SES - Soluções de Energias Sustentáveis Ltda.	Resolução no 299	04/06/2002	UEE Paraíso Farol	322.359
SIIF Energies do Brasil Ltda.	Resolução no 555	17/12/2001	UEE Quintanilha Machado I	288.553
SIIF Energies do Brasil Ltda.	Resolução no 460	27/08/2002	UEE Paracuru	68.028
SIIF Cinco Ltda.	Resolução no 306	04/06/2002	UEE Foz do Rio Choró	63.793
Ventos Energia e Tecnologia Ltda.	Resolução no 680	10/12/2002	UEE Canoa Quebrada	179.866
Ventos Energia e Tecnologia Ltda.	Resolução no 777	23/12/2002	UEE Taíba Águia	98.104
Ventos Energia e Tecnologia Ltda.	Resolução no 778	23/12/2002	UEE Taíba Albatroz	58.774
Ventos Energia e Tecnologia Ltda.	Resolução no 022	27/01/2004	UEE Parque Eólico Taíba Andorinha	59.136
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	Despacho no 063	14/02/2002	UEE da Fábrica da Winpower no Pacém	1.279
Água Doce Energia Ltda	Resolução no 227	05/05/2004	UEE do Vigia	79.550
Elebrás Projetos Ltda	Resolução no 495	04/09/2002	UEE Elebrás Cidreira I	220.310
Empresa Energética Santa Marta Ltda - ENERSAN	Resolução no 123	25/03/2003	UEE Santa Marta	128.122
Enerfin do Brasil - Produtora de Energia Ltda	Resolução no 690	17/12/2002	UEE dos Índios	154.647
Enerfin do Brasil - Produtora de Energia Ltda	Resolução no 692	17/12/2002	UEE Osório	155.151
Enerfim do Brasil - Produtora de Energia Ltda	Resolução no 767	23/12/2002	UEE Palmares	18.802
Enerfin do Brasil - Produtora de Energia Ltda	Resolução no 691	17/12/2002	UEE Sangradouro	160.438
Energia Regenerativa Brasil Ltda	Resolução no 534	14/10/2003	UEE Osório I	89.296
Energia Regenerativa Brasil Ltda	Resolução no 512	30/09/2003	UEE Casqueiro I	19.294
Energia Regenerativa Brasil Ltda	Resolução no 543	14/10/2003	UEE Casqueiro II	140.966
Energia Regenerativa Brasil Ltda	Resolução no 501	30/09/2003	UEE Xangri-lá I	76.345
Energia Regenerativa Brasil Ltda	Resolução no 511	30/09/2003	UEE Xangri-lá II	17.746

ANEXO VI - ENERGIA DE REFERÊNCIA (ER) DE USINAS TERMELÉTRICAS - UTE A BIOMASSA

Agente Responsável	Ato Autorizativo		Nome da Usina	Antes da Ampliação	Após a Ampliação ou Usina Nova
	Número	Data		ER (MWh/ano)	ER (MWh/ano)
ALCON-Companhia de Álcool Conceição da Barra S.A.	Resolução nº 207	05/05/2004	UTE ALCON	6.421	31.318 (Etapa 1) 63.724 (Etapa 2)
Antônio Ruette Agroindustrial Ltda.	Resolução nº 144	08/04/2004	UTE Ruette	12.714	102.074

Central Energética Jitituba Ltda.	Resolução nº 434	21/08/2002	UTE Jitituba Sto. Antônio	40.391	101.278
Central Energética Seresta Ltda.	Resolução nº 194	04/05/2004	UTE Seresta	20.988	45.422
Cocal Comércio Indústria Canaã	Resolução nº 183	04/05/2004	UTE Canaã	-	148.691
Açúcar e Álcool Ltda					
Companhia Agrícola Sonora Estância	Resolução nº 002	12/01/2004	UTE Sonora	15.049	121.362
Companhia Energética Santa Elisa	Resolução nº 271	17/07/2001	UTE Sta. Elisa	234.933	309.267
Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba Ltda.	Resolução nº 216	05/05/2004	UTE COOPERRUBI	12.606	84.659
COSAN S.A. Indústria e Comércio - Filial Costa Pinto	Resolução nº 238	05/05/2004	UTE Costa Pinto	41.341	219.632
COSAN S.A. Indústria e Comércio - Filial Rafard	Resolução nº 79	09/03/2004	UTE Rafard	29.517	156.529
COSAN S.A. Indústria e Comércio - Filial Santa Helena	Resolução nº 145	08/04/2004	UTE Santa Helena	15.799	114.118
COSAN S.A. Indústria e Comércio - Filial São Francisco	Resolução nº 76	09/03/2004	UTE SãoFrancisco	19.787	100.881
COSAN S.A. Indústria e Comércio- Filial Diamante	Resolução nº 107	18/03/2003	UTE Diamante	15.839	146.457
CRV Industrial Ltda.	Resolução nº 229	05/05/2004	UTE CRV	10.735	100.421
DASA-Destilaria de Álcool Serra dos Aimorés S.A.	Resolução nº 200	04/05/2004	UTE DASA	7.021	34.182
Destilaria Água Bonita Ltda.	Resolução nº 75	09/03/2004	UTE Água Bonita	6.133	80.206
Destilaria Carvão Ltda.	Resolução nº 215	05/05/2004	UTE Iolando Leite	-	21.900
Destilaria Pioneiros S.A.	Resolução nº 125	29/03/2004	UTE Pioneiros	15.452	99.393
Destilaria WD Ltda.	Resolução nº 166	29/04/2004	UTE WD	10.290	24.081
DISA-Destilaria Itaúnas S.A.	Resolução nº 218	05/05/2004	UTE DISA	13.138	143.100
Eletron Centrais Elétricas Ltda.	Resolução nº 223	05/05/2004	UTE Brasilândia	16.504	77.310
Eletron Centrais Elétricas Ltda.	Resolução nº 87	16/03/2004	UTE Sidrolândia	13.891	92.462
Energia Ambiental Ltda.	Resolução nº 162	29/04/2004	UTE Energia Ambiental	22.171	133.586
Energia Ambiental Ltda.	Resolução nº 222	05/05/2004	UTE Energia Ambiental 2	-	12.727
FBA-Franco Brasileira S.A. Açucar e ÁlcoolFilial Ipaussu	Resolução nº 169	29/04/2004	UTE Ipaussu	22.341	146.616
GEEA-Geradora de Energia Elétrica Alegrete	Resolução nº 205	05/05/2004	UTE GEEA Alegrete	-	60.960
Giasa S.A.	Resolução nº 220	05/05/2004	UTE Giasa II	38.089	84.961
Goiasa-Goiatuba Álcool Ltda.	Resolução nº 95	11/03/2003	UTE Goiasa	17.186	145.669
Jalles Machado S.A.	Resolução nº 209	12/06/2001	UTE Jalles Machado S.A. - Central Elétrica	111.066	150.507
JB Açucar e Álcool Ltda.	Resolução nº 522	03/12/2001	UTE JB	10.220	125.757
LASA-Linhares Agroindustrial S.A.	Resolução nº 127	29/03/2004	UTE Lasa	8.743	39.862 (Etapa 1) 106.707 (Etapa 2)
Nova Geração Comércio e Serviços Ltda.	Resolução nº 221	05/05/2004	UTE Nova Geração	22.677	105.547
S.A. Usina Coruripe Açucar e Álcool	Resolução nº 228	05/05/2004	UTE Coruripe	70.028	150.520
USACIGA-Açucar, Álcool e Energia Elétrica Ltda.	Resolução nº 196	04/05/2004	UTE USACIGA	22.318	213.786
Usina Caeté S.A - Filial Marituba	Resolução nº 159	27/03/2002	UTE Marituba	28.959	72.397
Usina de Açucar Sta. Terezinha Ltda.-USAÇUCAR	Resolução nº 202	04/05/2004	UTE Sta. Terezinha	11.514	180.970
Usina Estivas S.A.	Resolução nº 365	03/07/2002	UTE Estivas	41.989	58.148
Usina Goianésia S.A.	Resolução nº 167	29/04/2004	UTE Goianésia	10.930	32.608
Usina Mandu S.A.	Resolução nº 574	29/10/2003	UTE Mandu	25.763	100.854
Usina Santo Ângelo Ltda.	Resolução nº 140	06/04/2004	UTE Santo Ângelo	11.585	68.706
Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Resolução nº 259	14/05/2002	UTE Baía Formosa	21.211	92.720
Usina Caeté S.A - Filial Delta	Resolução nº 139	25/03/2002	UTE Delta	118.653	189.631
Usina Caeté S.A - Filial Volta Grande	Resolução nº 138	25/03/2002	UTE Volta Grande	92.857	204.591
Usina Cerradinho	Resolução nº 047	01/02/2001	UTE Cerradinho	111.645	270.559
Açúcar e Álcool S.A					
Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE	Resolução nº 212	05/05/2004	UTE Agrovale	20.798	28.468
Ecoluz do Paraná Ltda.	Resolução nº 300	27/07/2001	UTE Ecoluz	0	83.254
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Resolução nº 208	05/05/2004	UTE Battistella	27.316	131.439
Winimport S.A.	Resolução nº 505	30/09/2003	UTE Winimport	0	94.618

ANEXO VII - ENERGIA ASSEGURADA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE, CONSIDERADAS NA DETERMINAÇÃO DOS VOLUMES DE ENERGIA DOS CONTRATOS INICIAIS

EMPRESA	USINA	ENERGIA ASSEGURADA (MW médio)
CERJ	AREAL	9
	CHAVE DO VAZ	0,3
	EUCLIDLANDIA	0,7
	FAGUNDES	2,7
	FRANCA AMARAL	4,5
	MACABU	7,33
	PIABANHA	6,5
	TOMBOS	1
	VENÂNCIO	0,35
CELG	MAMBAI	0,25
	MOSQUITO	0,26
	ROCHEDO	3
	SÃO DOMINGOS	8
ESCELSA	ALEGRE	1,20
	FRUTEIRAS	5,56
	JUCU	2,91
	MANGARAVITI	1,68
	MIMOSO	0,63
	RIO PRETO	0,05
	RIO BONITO	8
	SUIÇA	15
EMAE	BOCAINA	0,4
	ISABEL	0,6
	PORTO GOES	4
	RASGÃO	5
	SALESÓPOLIS	1,4
	SODRÉ	0,4
CEB	PARANOÁ	13
CPFL	AMERICANA	9
	BURITIS	0,9
	CAPÃO PRETO	1
	CHIBARRO	0,7
	DOURADOS	5,8
	ELOY CHAVES	12,2
	ESMERIL	1
	G.PEIXOTO	2,2
	JAGUARI	9
	LENÇÓIS	1,68
	PINHAL	3,7
	SALTO GRANDE	3,3
	SANTANA	2,9
	SÃO JOAQUIM	2,9
	SOCORRO	0,6
	TRÊS SALTOS	0,6
CEMAT	ARAGUAIA	0,72
	PARAGUAI	1,51
	BRAÇO NORTE	3,67
	CASCA2	3,08
	CASCA3	7,73
	CULUENE	1,18
	POXORÉO	0,55
	PRIMAVERA	4,2
	TORIXORÉO	0,65
CEMIG	ANIL	0,8
	B.J.GALHO	0,13
	CAJURU	3,86
	DONA RITA	0,84
	GAFANHOTO	6,68
	JACUTINGA	0,47
	JOASAL	5,2
	LUIZ DIAS	1,04
	MACHADO MIN.	1,14
	MARMELOS	1,55
	MARTINS	2,8
	PACIÊNCIA	2,13
	PANDEIROS	2,07
	PARAÚNA	1,9
	PETI	6,51
	PIAU	8
	POÇO FUNDO	4,16
	RIO DAS PEDRAS	4,6
	SÃO BERNARDO	3,79
	S.MARTA	0,5
	S.MORAIS	0,82
	SUMIDOURO	1,03
	TRONQUEIRAS	4,60
	XICÃO	0,61
CGEET	CORUMBATAI	1

	MOGI GUAÇU	4,4
ELEKTRO	EMAS NOVA	3
	LOBO	1,5
CELESC	BRACINHO	8
	CAVEIRAS	2,5
	CEDROS	7,1
	CELSO RAMOS	3,8
	GARCIA	7,1
	I.SILVEIRA	2
	PALMEIRAS	13,32
	PERY	4
	PIRAI	0,4
	R.PEIXE	0,5
	SALTO	8,8
	SÃO LOURENÇO	0,18
ENERSUL	COXIM	0,3
	MIMOSO	20,9
	SÃO JOÃO I	0,6
	SÃO JOÃO II	0,5
COPEL	APUCARANINHA	6,71
	CAVERNOSO	0,86
	CHAMINÉ	11,6
	CHOPIM I	1,27
	DESVIO JORDÃO	5,85
	GUARICANA	13,6
	MARUMBI	6,56
	MELISSA	0,57
	MOURÃO	5,3
	PITANGUI	0,57
	R.PATOS	1,13
	S. DO VAU	0,6
	SÃO JORGE	1,62
CEEE	BUGRES	10
	CANASTRA	24
	CAPIGUI	1,4
	ERNESTINA	3,6
	FORQUILHA	1
	GUARITA	1,1
	HERVAL	0,3
	IJUIZINHO	0,5
	IVAI	0,5
	P. INFERNO	0,3
	S. ROSAS	0,7
	TOCA	0,2
RGE	ANDORINHAS	0,1
	GUAPORÉ	0,3
	INGLÊS	0,1
	PIRAPÓ	0,1
	SALTINHO	0,6
	TOUROS	0,1
COELBA	ALTO FÊMEAS	9
	CORRENTINA	8
CHESF	ARARAS	2
	CUREMAS	2
	FUNIL	15,5
	PEDRA	7,2
CELTINS	AGRO TRAFO	6,8
	CORUJÃO	0,5
	LAGES	1,5

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.034, DE 26 DE JULHO DE 2022

Estabelece prazos e condições para sazonalização e modulação de garantia física de usinas de geração de energia elétrica, bem como para sazonalização da energia vinculada referente à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; no art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; no art. 2º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; no art. 1º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004; no art. 23 do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998; e o que consta dos Processos nº 48500.003201/2013-87, 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71 resolve:

Art. 1º Estabelecer prazos e condições para sazonalização de garantia física de usinas de geração de energia elétrica para fins de lastro e das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para fins de alocação de energia.

Parágrafo único. As sazonalizações de que trata o caput restringem-se às usinas com garantia física publicada em ato específico.

DA SAZONALIZAÇÃO DE GARANTIA FÍSICA DE USINAS DE GERAÇÃO

Art. 2º As sazonalizações de que trata o art. 1º deverão ser realizadas anualmente para o ano de referência até três dias úteis antes do Programa Mensal de Operação - PMO realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em dezembro de cada ano, referente a janeiro do ano seguinte, observadas as seguintes condições:

I - até as operações de contabilização de energia referentes a dezembro de 2026, os agentes poderão realizar a sazonalização de garantia física para fins de lastro e para fins de alocação de energia no MRE, no caso de usinas participantes do mecanismo.

II - a partir das operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2027, os agentes poderão realizar a sazonalização de garantia física para fins de lastro.

Parágrafo único. O cronograma de etapas das sazonalizações será estipulado e comunicado aos agentes anualmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até o dia 1º de dezembro de cada ano.

Art. 3º A sazonalização da garantia física para fins de lastro e para fins de alocação de energia no caso de usina hidrelétrica participante do MRE deverão ser efetuadas separadamente.

§ 1º Para as duas sazonalizações de que trata o caput, a CCEE deverá considerar para cada usina que:

I - a soma dos valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de lastro e para fins de alocação de energia no MRE, em MWh, não pode ser superior ao valor de garantia física anual em MWh;

II - os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de lastro não podem ser superiores à potência instalada da usina;

III - até as operações de contabilização de energia referentes a dezembro de 2021, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação no MRE não podem ser superiores à potência instalada, exceto para as usinas que se enquadrarem no § 3º deste artigo;

IV - no período entre as operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2022 e dezembro de 2026, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE devem constar do intervalo entre 80% (oitenta por cento) e 120% (cento e vinte por cento) do perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física, exceto para as usinas que se enquadrarem no § 3º deste artigo.

V - a partir das operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

§ 2º A sazonalização da garantia física para fins de lastro deverá ser uniforme, proporcional à quantidade de horas de cada mês do ano, para:

I - a Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu;

II - as usinas cotistas de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013;

III - as parcelas de energia de usinas comprometidas com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA;

IV - as Usinas Termelétricas Angra 1 e Angra 2;

V - as usinas até o mês de término da fase de motorização, devendo ser compatível com o montante de garantia física das unidades geradoras instaladas;

VI - as usinas com final de concessão durante o ano de referência, desde o mês de final de concessão até dezembro do ano de referência, devendo o montante em MWh ser proporcional a esse período; e

VII - as usinas sem declaração de valores nos prazos definidos no art. 2º.

§ 3º A sazonalização para fins de alocação de energia no MRE seguirá o perfil de sazonalização dos demais agentes participantes do MRE para:

I - a UHE Itaipu;

II - as usinas cotistas de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013;

III - as usinas em fase de motorização durante o ano de referência, devendo ser compatível com o montante de garantia física das unidades geradoras instaladas;

IV - as usinas com final de concessão durante o ano de referência, desde o mês de final de concessão até dezembro do ano de referência, devendo o montante em MWh ser proporcional a esse período;

V - a parcela de aumento ou redução de garantia física estabelecida em legislação específica, com início de vigência durante o ano de referência;

VI - as usinas sem declaração de valores nos prazos definidos no art. 2º; e

VII - as demais usinas que assim optarem.

§ 4º Na hipótese de nenhuma usina participante do MRE declarar valores no prazo definido no art. 2º, a sazonalização para fins de alocação de energia no MRE deverá:

I - ser uniforme, proporcional à quantidade de horas de cada mês do ano de referência para todas as usinas, até as operações de contabilização de energia referentes a dezembro de 2021;

II - atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física, no período entre as operações de contabilização de energia referentes a janeiro de 2022 e dezembro de 2026.

§ 5º A CCEE deverá sazonalizar, para fins de lastro, para o ano de referência, com base na sazonalização originalmente realizada para a usina, a parcela de aumento ou redução de garantia física estabelecida em legislação específica com início de vigência durante o ano de referência, caso o agente não tenha feito a declaração de valores nos prazos estabelecidos nos Procedimentos de Comercialização da CCEE.

§ 6º Para o caso de aumento de garantia física estabelecida em legislação específica, com início de vigência durante o ano de referência, a CCEE deverá considerar, para fins de lastro, no ano seguinte ao de referência, o montante residual, em MWh, da parcela de aumento da garantia física que não foi sazonalizado no ano de referência, em razão de a parcela de aumento da garantia física, em MWh, ter sido superior à diferença, em MWh, entre a capacidade máxima de geração da usina acumulada até o fim do ano de referência e o montante originalmente sazonalizado para esse mesmo período.

§ 7º Para o caso de redução de garantia física estabelecida em legislação específica, com início de vigência durante o ano de referência, a CCEE deverá:

I - considerar, para fins de lastro, no ano seguinte ao de referência, eventual montante residual, em MWh, da parcela de redução da garantia física que não foi sazonalizado no ano de referência, em razão de essa parcela, em MWh, ter sido superior ao montante originalmente sazonalizado no ano de referência;

II - sazonalizar, para fins de alocação de energia no MRE, para o ano de referência, a parcela de redução de garantia física conforme o perfil de sazonalização dos demais agentes participantes do MRE, limitada ao montante, em MWh, tal que não existam valores mensais negativos de garantia física sazonalizada; e

III - considerar, para fins de alocação de energia no MRE, no ano seguinte ao de referência, eventual montante residual, em MWh, da parcela de redução da garantia física não sazonalizado conforme o inciso anterior.

Art. 4º A modulação da garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE deverá ser efetuada, para cada período de comercialização, de acordo com o perfil de geração total das usinas do MRE.

Art. 5º A sazonalização da energia vinculada referente à UHE Itaipu deverá ser uniforme, proporcional à quantidade de horas de cada mês do ano e a modulação deverá ser igual ao disposto no art. 4º.

Parágrafo único. A CCEE deverá proceder à sazonalização de que trata o caput para o ano de referência observando o prazo estabelecido no art. 2º.

Art. 6º As Superintendências de Regulação dos Serviços de Geração - SRG e de Estudos de Mercado - SRM deverão apresentar avaliação dos efeitos desta Resolução até dezembro de 2015.

Art. 7º Ficam revogados:

I - os arts. 1º e 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 899, de 1º de dezembro de 2020;

II - a Resolução Normativa nº 638, de 9 de dezembro de 2014; e

III - a Resolução Normativa nº 584, de 29 de outubro de 2013.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.035, DE 26 DE JULHO DE 2022

Consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020; nos Decretos nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; nº 2.655, de 2 de julho de 1998; e nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e o que consta dos Processos nº 48500.000373/2019-94, 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71 resolve:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os atos regulatórios relativos à metodologia de compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicadas pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e pela geração termelétrica fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

§ 1º Os empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação de que trata o caput são as usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, doravante Usinas Estruturantes.

§ 2º Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE que fazem jus à compensação de que trata o caput são aqueles cuja outorga da usina hidrelétrica estava vigente na data de publicação da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

§ 3º Não são objeto da compensação de que trata o caput as seguintes usinas:

I - Itaipu Binacional;

II - usinas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, na parcela contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR.

III - centrais geradoras que não sejam objeto de outorga.

Art. 2º Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE serão compensados pelos efeitos causados pelas Usinas Estruturantes decorrentes de restrições ao escoamento de energia em função do atraso na entrada em operação ou da entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão destinadas ao escoamento, retroativamente entre a data em que se iniciaram as restrições de escoamento e o mês da referência temporal contábil estabelecido nesta Resolução.

§ 1º Para as usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, as instalações de transmissão destinadas ao escoamento e que causaram as restrições de escoamento na forma do caput são os dois bipolos, em corrente contínua que interligam a SE Coletora Porto Velho à SE Araraquara 2 e os dois Back-to-Back da SE Coletora Porto Velho.

§ 2º O atraso na entrada em operação das instalações de transmissão citadas no § 1º é o período entre a data de entrada em operação comercial estabelecida no ato de outorga das instalações de transmissão e a data de disponibilização ao SIN estabelecida nos termos de liberação emitidos para essas instalações.

§ 3º Para a usina hidrelétrica Belo Monte, as instalações de transmissão destinadas ao escoamento e que causaram as restrições de escoamento na forma do caput são a SE Serra Pelada, LT 500 kV Xingu / Serra Pelada - C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada / Miracema C1 e C2 e LT 500 kV Serra Pelada / Itacaiúnas, outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 03/2018-ANEEL.

§ 4º O atraso para a entrada em operação das instalações de transmissão citadas no § 3º é o período entre 1º de agosto de 2016 e a data de disponibilização ao SIN estabelecida nos termos de liberação emitidos para essas instalações.

§ 5º O período de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão citadas nos §§ 1º e 3º se encerra na data de entrada em operação comercial definitiva dessas instalações estabelecida no respectivo Termo de Liberação Definitivo - TLD.

§ 6º O ONS deverá encaminhar à ANEEL em até 10 (dez) dias após a publicação desta Resolução, as seguintes informações, em base horária:

I - a geração bruta de energia por Usina Estruturante;

II - o fluxo de potência nos corredores de escoamento de energia das Usinas Estruturantes;

III - a capacidade operativa dos corredores de escoamento de energia das Usinas Estruturantes em decorrência do atraso ou da entrada em operação em condição técnica insatisfatórias das instalações de transmissão destinadas ao escoamento;

IV - a geração potencial de energia elétrica, dada pelo montante de energia vertida turbinável em cada Usina Estruturante, em MWh, calculado considerando:

a) a disponibilidade das unidades geradoras;

b) a energia natural afluente, observada a produtividade cadastral;

c) a existência de restrições operativas, verificadas na operação real, associadas às características técnicas das Usinas Estruturantes; e

d) a capacidade operativa das instalações de transmissão.

§ 7º O Anexo I apresenta a metodologia de cálculo da geração potencial de energia elétrica, para compensar os titulares do MRE devido ao atraso ou à entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão destinadas ao escoamento das Usinas Estruturantes.

§ 8º O ONS deverá encaminhar, no mesmo prazo estabelecido no caput, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, as informações do inciso IV do § 6º.

§ 9º O efeito energético apurado para atendimento ao caput será dado pela nova energia alocada às usinas no MRE obtida a partir da geração potencial de energia elétrica calculada conforme este artigo, abatidas as perdas internas e referenciada ao centro de gravidade, distribuída proporcionalmente à garantia física ajustada das usinas do MRE.

§ 10. O montante financeiro da compensação dar-se-á pelo efeito energético de que trata o parágrafo anterior multiplicado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do submercado da usina beneficiária no momento da restrição e a Tarifa de Otimização de Energia - TEO referente às Usinas Estruturantes.

Art. 3º Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE serão compensados pelos efeitos causados pela usina hidrelétrica de Belo Monte decorrentes de restrições ao escoamento de energia em função do atraso na entrada em operação comercial ou da entrada em operação comercial em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão destinadas ao escoamento, entre o mês seguinte ao da referência temporal contábil estabelecida nesta Resolução e a data atestada como de esgotamento desses efeitos.

§ 1º As instalações de transmissão destinadas ao escoamento e que causaram as restrições de escoamento na usina hidrelétrica de Belo Monte são as mesmas definidas no § 3º do art. 2º.

§ 2º Para apuração dos efeitos de que tratam o caput deverá ser considerado o período de atraso para entrada em operação comercial ou da entrada em operação comercial em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão citadas no § 3º do art. 2º, entre o mês seguinte ao da referência temporal contábil estabelecida nesta Resolução e a data de disponibilização ao SIN estabelecida nos termos de liberação emitidos para essas instalações. Para o caso de condição técnica insatisfatória dessas instalações, deverá ser seguido o critério estabelecido § 5º do art. 2º.

§ 3º A apuração dos efeitos energéticos e montantes financeiros para atendimento do caput deverá respeitar os critérios e procedimentos estabelecidos no art. 2º desta Resolução, observando os seguintes prazos:

I - o ONS deverá encaminhar à ANEEL as informações referidas no § 6º do art. 2º desta Resolução em até 10 (dez) dias após a data atestada como de esgotamento dos efeitos a que se refere o caput;

II - o ONS deverá encaminhar, no mesmo prazo estabelecido no inciso anterior, à CCEE, as informações referidas no inciso IV do § 6º do art. 2º desta Resolução; e

III - a CCEE deverá apresentar o cálculo do montante financeiro da compensação juntamente com os dados necessários e suficientes para a reprodutibilidade dos cálculos, em até 60 (sessenta) dias após a data atestada como de esgotamento dos efeitos a que se refere o caput.

§ 4º A ANEEL deverá efetivar a extensão do prazo da outorga das usinas hidrelétricas em até 90 (noventa) dias a partir da data de emissão de ato da ANEEL atestando o esgotamento dos efeitos de que trata o caput para atendimento ao inciso I, do § 5º, do art. 2º-A da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

§ 5º A ANEEL instruirá processo administrativo específico para cada usina hidrelétrica enquadrada no inciso II, do § 5º, do art. 2º-A, da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Art. 4º Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE, incluídas as Usinas Estruturantes, serão compensados pelos efeitos da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização às Usinas Estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme critérios técnicos aplicados pelo poder concedente às demais usinas hidrelétricas, retroativamente, desde a data em que se iniciaram as respectivas diferenças de garantia física.

§ 1º A garantia física outorgada de que trata o caput é aquela estabelecida no Contrato de Concessão firmado por cada uma das usinas ou em Portarias do Ministério de Minas e Energia - MME, conforme a vigência de cada um dos atos.

§ 2º O marco final dos efeitos da diferença de garantia física de que trata o caput consiste na data da entrada em operação comercial da última unidade geradora de cada uma das Usinas Estruturantes.

§ 3º Aos valores de garantia física informados pela EPE deverão ser aplicados os mesmos critérios de sazonalização, modulação, abatimento de perdas internas, referência ao centro de gravidade e mecanismo de redução de garantia física orginalmente considerados nas contabilizações e recontabilizações de energia pela CCEE.

§ 4º O efeito energético apurado para atendimento ao caput, ressalvado o disposto no § 5º, será dado pela diferença entre:

I - a nova energia alocada às usinas no MRE obtida a partir de novo processamento da alocação de energia do MRE que utilize os valores de garantia física das Usinas Estruturantes informados pela EPE; e

II - a energia alocada originalmente às usinas no MRE nos processos ordinários de contabilização e recontabilização de energia.

§ 5º O efeito energético apurado para atendimento ao caput, para as Usinas Estruturantes, será dado pela diferença entre:

I - a nova energia alocada obtida a partir da aplicação do novo fator de ajuste do MRE, resultado do novo processamento de que trata o inciso I do § 4º, aos valores de garantia física estabelecidos em ato de outorga, observados os mesmos critérios de sazonalização, modulação, abatimento de perdas internas, referência ao centro de gravidade e mecanismo de redução de garantia física originalmente considerados nas contabilizações e recontabilizações de energia pela CCEE; e

II - a energia alocada originalmente às usinas no MRE nos processos ordinários de contabilização e recontabilização de energia.

§ 6º O montante financeiro da compensação dar-se-á pelo efeito energético de que trata o parágrafo anterior multiplicado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do submercado da usina beneficiária e a Tarifa de Otimização de Energia - TEO de compra médio do MRE.

Art. 5º Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE serão compensados pelos efeitos decorrentes da geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação sem garantia física, retroativamente, desde 1º de janeiro de 2013 até o mês de dezembro de 2020.

§ 1º O montante de energia de importação sem garantia física proveniente de outros países elegível ao deslocamento de geração hidrelétrica é aquele que não tenha sido programado por ordem de mérito, descontados os montantes de energia importados com fundamento na Portaria MME nº 339, de 15 de agosto de 2018.

§ 2º O montante de geração de energia de usina termelétrica despachado fora da ordem de mérito por razões de segurança energética elegível ao deslocamento de geração hidrelétrica é aquele verificado por ocasião de deliberação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.

§ 3º O montante de geração de energia de usina termelétrica despachado fora da ordem de mérito por razões de restrição elétrica elegível ao deslocamento de geração hidrelétrica é aquele verificado por ocasião de restrições elétricas que produzam efeitos sobre o Sistema Interligado Nacional - SIN de modo generalizado, conforme classificação efetuada pelo ONS dada pelo Agrupamento de submercado (SUB_SS) igual a SIN do Módulo Encargos das Regras de Comercialização.

§ 4º Não são elegíveis ao deslocamento de geração hidrelétrica, os montantes de geração de energia de usina termelétrica verificados decorrentes de:

I - representação nos modelos computacionais de programação da operação Newave, Decomp e Dessem ou resultantes deles;

II - necessidade de recuperação de reserva de potência operativa classificados como restrição elétrica;

III - aplicação da Resolução Normativa nº 822, de 26 de junho de 2018, determinados na programação diária ou em tempo real;

IV - atendimento às Portarias do MME nº 41, de 26 de fevereiro de 2015; nº 180, de 11 de maio de 2016; e nº 406, de 6 de novembro de 2020; e

V - inflexibilidade.

§ 5º O ONS deverá informar à CCEE e à ANEEL a classificação da geração de energia de usina termelétrica despachada fora da ordem de mérito por razões de restrição elétrica conforme critérios definidos nos §§ 2° e 3° deste artigo, em até 10 (dez) dias após a publicação desta Resolução.

§ 6º O efeito energético apurado para atendimento ao caput e o montante financeiro da compensação de cada usina do MRE deverão ser apurados conforme critérios definidos nos arts. 2°, 3°, 4° e 8° da Resolução Normativa n° 764, de 18 de abril de 2017, ou a que vier a sucedê-la, exceto pela formulação dos parâmetros INDISPTenergético e INDISPTelétrico, os quais deverão obedecer às seguintes formulações:

$$INDISPT_{energético} = INDISPT \times \frac{GTSE + ILEGF}{GTSE + ILEGF + GTRE + GTRE_{nelg}}$$

$$INDISPT_{elétrico} = INDISPT \times \frac{GTRE}{GTSE + ILEGF + GTRE + GTRE_{nelg}}$$

Onde:

INDISPTenergético: parcela da indisponibilidade verificada das usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, em MWh;

INDISPTelétrico: parcela da indisponibilidade verificada das usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, em MWh;

INDISPT: indisponibilidade verificada das usinas termelétricas despachadas centralizadamente por ordem de mérito de custo, em MWh;

GTSE: geração termelétrica verificada por razão de segurança energética, em MWh;

GTRE: geração termelétrica elegível pelo ONS por razão de restrição elétrica, em MWh;

GTREnelg: geração termelétrica não elegível pelo ONS por razão de restrição elétrica, em MWh; e

ILEGF: importação líquida de energia sem garantia física, não programada por ordem de mérito e proveniente de outros países, em MWh.

§ 7º Para cálculo do efeito energético, devera ser subtraído o efeito energético já contabilizado quando da aplicação da Resolução Normativa n° 764, de 18 de abril de 2017, ou a que vier a sucedê-la, a partir de abril de 2017 até o mês de dezembro de 2020.

Art. 6º Os prazos de extensão de outorga das usinas do MRE com outorga vigente na data de publicação da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, bem como os valores apurados referentes ao art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015, serão calculadas pela CCEE e informados à ANEEL para cada usina participante do MRE, até 3 de março de 2021.

§ 1º Os montantes financeiros da compensação de cada usina do MRE estabelecidos conforme arts. 2º, 4º e 5º deverão ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como pela taxa de desconto de 9,63% ao ano, ressalvado o disposto no § 2º, desde o mês de referência da contabilização original até o mês de dezembro de 2020.

§ 2º Os montantes financeiros de compensação tratados no § 1º referentes a períodos em que a usina teve o fator de ajuste do MRE limitado por decisão judicial serão atualizados apenas pelo IPCA durante o período em que não houve dispêndio financeiro.

§ 3º Os montantes financeiros de compensação de cada usina do MRE, atualizados conforme §§ 1º e 2º, deverão ser levados a valor futuro pela taxa de desconto de 9,63% ao ano até a data de fim da outorga vigente.

§ 4º O prazo da extensão da outorga será calculado a partir dos montantes financeiros de compensação de cada usina do MRE, calculados conforme o § 3º, e da margem líquida unitária de referência, calculada em R$/MWh, a data base do mês de dezembro de 2020, conforme a seguinte equação:

$$ML_{ref\,ACL} = (P_{ref} \times (1 - PIS\&COFINS - TFSEE - P\&D) - OPEX_{ref}) \times (1 - IRPJ\&CSLL)$$

Onde:

$ML_{ref\,ACL}$: Margem líquida unitária de referência;

P_{ref}: Preço a ser praticado na extensão do prazo de outorga, equivalente a R$153,77/MWh à data base de janeiro de 2015;

PIS&COFINS: Soma das alíquotas do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, de 9,25%;

TFSEE: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, de 0,40%;

P&D Encargo de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, de 0,9075%;

$OPEX_{ref}$: Custo operacional de referência, equivalente a R$29,88/MWh à data base de janeiro de 2015, incluídos os custos de uso da rede e as estimativas de Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH e de pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP;

IRPJ&J&CSLL: Somatório das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 34%.

§ 5º O prazo total da extensão de outorga decorrente do somatório dos efeitos a que se referem os arts. 2º, 4º e 5º desta Resolução estará limitado a 7 (sete) anos.

§ 6º O prazo total da extensão de outorga decorrente do somatório dos efeitos a que se refere o art. 3º desta Resolução estará limitado a 7 (sete) anos.

§ 7º O prazo de extensão da outorga será calculado com base na parcela de energia, desde que o agente titular da outorga vigente de geração, cumulativamente:

I - tenha desistido da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciado a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação;

II - não tenha repactuado o risco hidrológico nos termos do art. 1º da Lei nº 13.203, de 2015, para a respectiva parcela de energia.

§ 8º De acordo com o § 9º do art. 2º-B da Lei nº 13.203, de 2015, para o período anterior ao início dos efeitos da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física da usina será considerada como parcela de energia não repactuada para fins da aplicação do inciso II do § 7º.

§ 9º A ANEEL deverá publicar, por meio de Resolução Homologatória, o prazo da extensão da outorga de cada usina do MRE apurado conforme arts. 2º, 4º, 5º e 6º desta Resolução, bem como os valores apurados referentes ao art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015, em até 30 (trinta) dias da data de eficácia das Regras de Comercialização aprovadas pela Aneel.

§ 10. Durante o prazo de extensão de outorga, os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE disporão livremente da energia.

Art. 7º A ANEEL autorizará a extensão da outorga de cada usina do MRE com outorga vigente na data da publicação da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, conforme prazos estabelecidos em Resolução Homologatória, e estabelecerá os atos necessários para efetivação da extensão das outorgas.

§ 1º A aplicação do disposto neste artigo é condicionada ao pedido do interessado em até 60 (sessenta) dias contados da data da publicação pela ANEEL do prazo da extensão da outorga de cada usina do MRE conforme § 9º do art. 6º, bem como ao cumprimento das condições de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º-B da Lei nº 13.203, de 2015.

§ 2º A desistência e a renúncia de que trata o inciso I do caput do art. 2º-B da Lei nº 13.203, de 2015, serão comprovadas por meio de cópia do protocolo do requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 3º Na hipótese em que o agente não seja litigante ou que não seja apontado como beneficiário na inicial da ação ajuizada por associação representativa de classe da qual o titular faça parte, a aplicação do disposto neste artigo fica condicionada à assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia disposto no Anexo II, com declaração de renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE para a usina hidrelétrica objeto do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia.

§ 4º A extensão do prazo das outorgas cuja titularidade seja exercida por empresas reunidas em consórcio está condicionada ao cumprimento das condições de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º-B e § 1º do art. 2º-B, da Lei nº 13.203, de 2015, pela totalidade dos agentes titulares da outorga objeto da extensão de prazo pretendida.

§ 5º A desistência e a renúncia que trata o inciso I do caput do art. 2º-B da Lei n.º 13.203/2015 e a sua respectiva comprovação, na forma do §2º deste artigo, nas hipóteses em que o interessado for titular de mais de um empreendimento enquadrado nos requisitos indicados no art. 1º desta Resolução, poderá se dar somente à pretensão de discussão judicial do empreendimento objeto da extensão da outorga, indicado pelo interessado na forma da presente Resolução Normativa.

Art. 8º Para apuração dos efeitos energéticos e montantes financeiros de que tratam os arts. 2º, 4º e 5º, a CCEE deverá considerar como parâmetros de entrada do cálculo os eventos de contabilização ou recontabilização realizados até o processamento da contabilização referente ao mês de dezembro de 2020.

§ 1º Na apuração de que trata o caput, a CCEE deverá respeitar decisões judiciais em vigor que têm como parte usinas hidrelétricas participantes do MRE, mas cujos objetos não se referem à isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

§ 2º Eventual reversão de decisão de que trata o § 1º implicará em recálculo do prazo de extensão da outorga estabelecido no Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia firmado pelo agente cuja usina hidrelétrica era beneficiada pela decisão judicial e não implicará em recálculo do prazo de extensão de outorga das demais usinas hidrelétricas não beneficiadas pela decisão judicial.

Art. 9º Na data de 3 de dezembro de 2020, fica atestado o esgotamento dos efeitos referidos nos incisos I e II do art. 2º-A da Lei nº 13.203, de 2015, para as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, e do inciso II para a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Parágrafo único. A ANEEL emitirá ato que atesta o esgotamento dos efeitos referidos no inciso I do art. 2º-A da Lei nº 13.203, de 2015, para a usina hidrelétrica de Belo Monte, o qual será estabelecido pela data de entrada em operação comercial das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 03/2018-ANEEL definida no Termo de Liberação Definitivo - TLD das instalações de transmissão.

Art. 10 Fica aprovado o módulo específico das Regras de Comercialização para atendimento à Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, conforme Anexo III.

Parágrafo único. A eficácia do módulo específico das Regras de Comercialização se dará na data em que a CCEE apresentar os cálculos e resultados dos prazos de extensão de outorga das usinas do MRE conforme art. 6º.

Art. 11 Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa ANEEL nº 895, de 1º de dezembro de 2020;

II - a Resolução Normativa ANEEL nº 930, de 30 de março de 2021; e

II - a Resolução Normativa ANEEL nº 945, de 14 de setembro de 2021.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

ANEXO I

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA ENERGIA VERTIDA TURBINÁVEL ELEGÍVEL PARA COMPENSAR OS TITULARES DO MRE DEVIDO AO ATRASO OU À ENTRADA EM OPERAÇÃO EM CONDIÇÃO TÉCNICA INSATISFATÓRIA DAS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO DESTINADAS AO ESCOAMENTO DAS USINAS ESTRUTURANTES.

1. Usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio

1.1. Corredores de Escoamento

Os Corredores de Escoamento das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio são:

i. Os dois Bipolos, em corrente contínua, que interligam a SE Coletora Porto Velho à SE Araraquara 2; e

ii. Os dois Back-to-Back - BTB, em corrente contínua, da SE Coletora Porto Velho.

1.2. Capacidade Operativa dos Corredores de Escoamento (CO_{CE})

As Capacidades Operativas dos Corredores de Escoamento - CO_{CE} das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio são:

$$CO_{CE} = 0{,}95 * CO_{IO\_MOP\_SGI}, \quad se\ F_{CE} < 0{,}95 * CO_{IO\_MOP\_SGI}$$
$$CO_{CE} = F_{CE}, \quad se\ F_{CE} \geq 0{,}95 * CO_{IO\_MOP\_SGI}$$

Onde:

$CO_{IO\_MOP\_SGI}$ = Capacidade Operativa dos Corredores de Escoamento estabelecida pelas Instruções de Operação - IO, Mensagens Operativas - MOP e Recomendações em Registros de Intervenção - SGI emitidas pelo ONS e relacionadas ao atraso ou à entrada em operação em condição técnica insatisfatórias das instalações destinadas ao escoamento das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio.

F_{CE} = Fluxo de Potência nos Corredores de Escoamento das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio.

O Limite de Transmissão do Complexo Madeira - $LIMITE_{Madeira}$ é dado por:

$$LIMITE_{Madeira} = CO_{CE\_Bipolos} + F_{CE\_BTB}, se\ CO_{IO\_MOP\_SGI\_Bipolos} < 6300$$
$$LIMITE_{Madeira} = CO_{CE\_Bipolos} + CO_{CE\_BTB}, se\ CO_{CE\_Bipolos} \geq 6300$$

Onde:

$CO_{CE\_Bipolos}$ = CO_{CE} considerando apenas os bipolos;

$CO_{IO\_MOP\_SGI\_Bipolos}$ = $CO_{IO\_MOP\_SGI}$ considerando apenas os bipolos;

CO_{CE_BTB} = CO_{CE} considerando apenas o BTB; e

F_{CE_BTB} = F_{CE} considerando apenas o BTB.

1.3. Energia Vertida Turbinável Elegível (EVT_E)

A Energia Vertida Turbinável Elegível - EVT_E para compensar os titulares do MRE devido ao atraso ou à entrada em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão destinadas ao escoamento das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio é dada por:

$$EVT_E = 0, se\ GB < LIMITE_{Madeira}$$
$$EVT_E = EVT_{Madeira\_Ajustada}, se\ GB \geq LIMITE_{Madeira}$$

Onde:

GB = Geração Bruta das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio;

$EVT_{Madeira\_Ajustada}$ = Energia Vertida Turbinável (EVT) das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio limitada à capacidade máxima de escoamento dos bipolos e do BTB.

1. Usinas hidrelétricas Belo Monte

2.1. Corredores de Escoamento

Os Corredores de Escoamento da usina hidrelétrica Belo Monte são:

i. Os Bipolos Xingu / Estreito e Xingu / Terminal Rio (CC);

ii. a Interligação Norte-Sul - FSN (CA);

iii.o Recebimento Nordeste - RNE (CA); e

iv.a LT Itacaiúnas / Colinas (CA).

2.2. Capacidade Operativa dos Corredores de Escoamento (CO_{CE})

As Capacidades Operativas dos Corredores de Escoamento - CO_{CE} da usina hidrelétrica Belo Monte são:

$$CO_{CE} = 0{,}95 * CO_{IO\_MOP\_SGI}$$

Onde:

$CO_{IO\_MOP\_SGI}$ = Capacidade Operativa dos Corredores de Escoamento estabelecida pelas IO, MOP e SGI emitidas pelo ONS e relacionadas ao atraso ou à entrada em operação em condição técnica insatisfatórias das instalações destinadas ao escoamento da usina hidrelétrica Belo Monte.

2.3. Energia Vertida Turbinável Elegível (EVT_E)

A Energia Vertida Turbinável Elegível - EVT_E para compensar os titulares do MRE devido ao atraso ou à entrada em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão destinadas ao escoamento da usina hidrelétrica Belo Monte é dada por:

$$EVT_E = EVT_{Belo\ Monte}, se:$$

$$(F_{CE\_Bipolos} \geq CO_{CE\_Bipolos}) e [(F_{CE\_FNS} \geq CO_{CE\_FNS}) ou (F_{CE\_RNE} \geq CO_{CE\_RNE}) ou (F_{CE\_Itacaiúnas} \geq CO_{CE\_Fluxo\_Itcaiúnas}) ou (I_{CE\_Itacaiúnas} \geq CO_{CE\_Corrente\_Itcaiúnas})]$$

Caso contrário, $EVT_E = 0$

Onde:

$EVT_{Belo\ Monte}$ = Energia Vertida Turbinável da usina hidrelétrica Belo Monte;

$CO_{CE\_Bipolos}$ = CO_{CE} considerando apenas os bipolos;

CO_{CE_FNS} = CO_{CE} considerando apenas a Interligação Norte / Sul;

CO_{CE_RNE} = CO_{CE} considerando apenas o Recebimento Nordeste;

$CO_{CE\_Fluxo\_Itacaiúnas}$ = CO_{CE} considerando apenas o fluxo de potência da LT Itacaiúnas / Colinas;

$CO_{CE\_Corrente\_Itacaiúnas}$ = CO_{CE} considerando apenas a Corrente Elétrica da LT Itacaiúnas / Colinas;

$F_{CE\ Bipolos}$ = Fluxo de Potência nos Corredores de Escoamento considerando apenas os Bipolos Xingu / Estreito e Xingu / Terminal Rio;

$F_{CE\ FNS}$ = Fluxo de Potência nos Corredores de Escoamento considerando apenas a Interligação Norte / Sul;

$F_{CE\ RNE}$ = Fluxo de Potência nos Corredores de Escoamento considerando apenas o Recebimento Nordeste;

$F_{CE\ Itacaiúnas}$ = Fluxo de Potência nos Corredores de Escoamento considerando apenas a LT Itacaiúnas / Colinas; e

$I_{CE\_Itacaiúnas}$ = Corrente elétrica na LT Itacaiúnas / Colinas.

ANEXO II

TERMO DE ACEITAÇÃO DE PRAZO DE EXTENSÃO DE OUTORGA E DE DESISTÊNCIA E RENÚNCIA AO DIREITO DE DISCUTIR A ISENÇÃO OU A MITIGAÇÃO DE RISCOS HIDROLÓGICOS RELACIONADOS AO MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA - MRE

Pelo presente instrumento, a(s) empresa(s)

<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA A>, com sede na <ENDEREÇO COMPLETO>, município de <MUNICÍPIO>, estado de <ESTADO>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seu <CARGO>, <NOME REPRESENTANTE>, inscrito no CPF sob o nº <CPF> e por <CARGO>, <NOME REPRESENTANTE>, inscrito no CPF sob o nº <CPF>, e-mail <ENDEREÇO DE E-MAIL>;

<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA B>, com sede na <ENDEREÇO COMPLETO>, município de <MUNICÍPIO>, estado de <ESTADO>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seu <CARGO>, <NOME REPRESENTANTE>, inscrito no CPF sob o nº <CPF> e por <CARGO>, <NOME REPRESENTANTE>, inscrito no CPF sob o nº <CPF>, e-mail <ENDEREÇO DE E-MAIL>;

(...)

<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA N>, com sede na <ENDEREÇO COMPLETO>, município de <MUNICÍPIO>, estado de <ESTADO>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, representada na forma de seu Estatuto Social pelo seu <CARGO>, <NOME REPRESENTANTE>, inscrito no CPF sob o nº <CPF> e por <CARGO>, <NOME REPRESENTANTE>, inscrito no CPF sob o nº <CPF>, e-mail <ENDEREÇO DE E-MAIL>;

detentor(as) de outorga(s) para geração de energia elétrica, doravante denominada(s) simplesmente GERADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolve(m) firmar o presente TERMO de acordo com as condições e cláusulas a seguir.

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este TERMO dispõe sobre as obrigações e condições as quais o GERADOR se compromete a cumprir livre e espontaneamente, para fins de atendimento ao art. 2º da Lei n. 14.052, de 8 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2020.

Este TERMO relaciona as principais condições estabelecidas pela Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2020, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, que dispõe sobre a compensação pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para o(s) empreendimento(s) a seguir listados, participantes do MRE.

Empreendimento	CEG	Ato de Outorga	Potência Instalada (kW)	Extensão do Prazo (dias)	Nova vigência
					/ /

Subcláusula Primeira - O GERADOR declara a aceitação do(s) prazo(s) de extensão de outorga apresentado(s) na tabela acima, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº ___, de __ de _____ de 20__.

Subcláusula Segunda - O GERADOR declara ciência de que o(s) prazo(s) de extensão de outorga foi calculado considerando decisões judiciais, em vigor na data de publicação da Resolução Normativa nº ___, de ___ de _____ de 2020, cuja reversão não ensejará o recálculo do(s) prazo(s), salvo se o empreendimento do GERADOR fizer parte da ação cuja decisão foi revertida, caso em que o presente TERMO será aditado para considerar o novo prazo de extensão de outorga recalculado.

CLAUSULA SEGUNDA - DA RENÚNCIA AO DIREITO DE AÇÃO

O GERADOR, em caráter irrevogável e irretratável, compromete-se a desistir de eventuais ações judiciais, processos administrativos ou litígios arbitrais que tenha proposto cujo objeto trata a respeito da isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, bem como renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se fundam as respectivas ações.

Subcláusula Primeira - A desistência e a renúncia de que tratam o caput da Cláusula Segunda deverão ser comprovadas por meio da apresentação pelo GERADOR de cópia do protocolo do requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487, do Código de Processo Civil, devidamente anexada ao presente TERMO.

CLAUSULA TERCEIRA - DA REPACTUAÇÃO CONFORME ART. 1º DA LEI 13.203/2015

O GERADOR declara não ter repactuado o risco hidrológico, conforme disciplina o art. 1º da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para a respectiva parcela de energia objeto do acordo que se pretende estabelecer com o presente TERMO.

CLAUSULA QUARTA - DO COMPROMISSO DE RENÚNCIA À PRETENSÃO JUDICIAL

Na hipótese em que o GERADOR não seja litigante ou que não seja apontado como beneficiário na inicial da ação ajuizada por associação representativa de classe da qual o titular faça parte, o GERADOR declara a renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, em conformidade com o que estabelece o §1º do art. 2º-B, da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O GERADOR declara e garante que está autorizado, nos termos da lei e de seu Estatuto Social, a assumir as obrigações e a cumprir as disposições deste TERMO, da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº ___, de ___ de _____ de 2020.

Este TERMO DE ACEITAÇÃO é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

(Local de assinatura), em (dia) de (mês) de (ano).

GERADOR:

(assinado digitalmente por todos os representantes acima qualificados)

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

ANEXO III

Módulo específico "Apuração dos Impactos do GSF - Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020" das Regras de Comercialização

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.036, DE 26 DE JULHO DE 2022

Consolida os atos regulatórios relativos aos requisitos para a certificação de centrais geradoras termelétricas na modalidade de geração distribuída, para fins de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, na forma do artigo 14, inciso II, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos incisos IV e IX, do art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nos arts. 1º, incisos II, IV e VIII e 2º, inciso I da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nos arts. 13, inciso III, e 14, inciso II, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta dos Processos nº 48500.003674/2005-30, 48500.005003/2020-87 e 48500.003434/2022-71, resolve:

Art. 1º Consolidar, nos termos desta Resolução, os atos regulatórios relativos aos requisitos para certificação de centrais geradoras termelétricas na modalidade de geração distribuída, com vistas à comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, conforme disposto no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Art. 2º O disposto nesta Resolução aplica-se ao empreendimento que esteja conectado diretamente no sistema elétrico de distribuição do comprador, devendo o agente gerador ser:

I - pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que produzam ou venham a produzir energia elétrica destinada ao serviço público ou à produção independente; ou

II - pessoa física, pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que produzam ou venham a produzir energia elétrica destinada à autoprodução, com excedente para comercialização eventual ou temporária.

CAPÍTULO I

DOS REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

Art. 3º A central geradora termelétrica, para fins de certificação na modalidade de geração distribuída, deverá atender os seguintes requisitos:

I - estar regularizada perante a Agência, atendendo ao disposto na legislação específica e na Resolução Normativa nº 876, de 10 de março de 2020;

II - Preencher os requisitos mínimos de racionalidade energética, mediante o cumprimento da inequação a seguir:

$$\frac{Et}{Ef} + \frac{Ee}{Ef} \geq 75\%$$

Onde:

Energia da fonte (Ef): energia recebida pela central termelétrica, no seu regime operativo médio, em kWh, com base no conteúdo energético específico, que no caso dos combustíveis é o Poder Calorífico Inferior (PCI);

Energia da utilidade eletromecânica (Ee): energia cedida pela central termelétrica, no seu regime operativo médio, em kWh, em termos líquidos, ou seja, descontando da energia bruta gerada o consumo em serviços auxiliares elétricos da central;

Energia da utilidade calor (Et): energia cedida pela central termelétrica, no seu regime operativo médio, em kWh, em termos líquidos, ou seja, descontando das energias brutas entregues ao processo as energias de baixo potencial térmico que retornam à central (aplicada apenas aos casos de centrais de cogeração);

Eficiência Energética: índice que demonstra o quanto da energia da fonte foi convertida em utilidade eletromecânica e utilidade calor (75%);

§ 1º As energias Ef, Ee e Et devem ser consideradas para um mesmo período.

§ 2º Os requisitos do inciso II deste artigo não se aplicam às centrais geradoras que utilizam biomassa ou resíduos de processo como fonte primária, estando automaticamente enquadradas na modalidade de geração distribuída, para fins de comercialização de energia elétrica no ACR, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

CAPÍTULO II

DA SOLICITAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Art. 4º A certificação de central geradora deverá ser objeto de requerimento à ANEEL, acompanhado de relatório contendo as informações a seguir especificadas:

I - memorial descritivo simplificado da central geradora e do processo associado;

II - planta geral do complexo destacando onde está inserida a central geradora;

III - diagrama elétrico unifilar geral da central geradora;

IV - caracterização do calendário do ciclo operativo da central, com indicação do seu regime operativo e o consequente fator de utilização média das instalações;

V - balanço da energia elétrica em kW, indicando, tanto para "carga plena" quanto para "carga média", as informações referentes a:

a) geração bruta;

b) consumo em serviços auxiliares da central geradora;

c) consumo no processo associado; e

d) intercâmbio externo, se houver importação ou exportação;

VI - fluxograma do balanço térmico na "carga plena" e na "carga média", indicando para cada situação a vazão mássica e as variáveis de estado de todos os fluidos envolvidos, na entrada e saída dos principais equipamentos e instalações da central geradora;

VII - demonstração da eficiência energética individual dos principais equipamentos integrantes do ciclo térmico; e

VIII - demonstração do atendimento ao requisito de racionalidade a que se refere o inciso II do art. 3º.

Parágrafo único. A documentação técnica, em todas as suas partes, deverá estar assinada pelo engenheiro responsável pelas informações, incluindo a comprovação de sua carteira-inscrição e certificado de regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Art. 5º O requerimento da qualificação deverá considerar os dados energéticos extraídos da efetiva operação da central, podendo, na sua falta, ser baseado no planejamento operativo.

Art. 6º A ANEEL poderá solicitar outros dados e informações adicionais ou a complementação daqueles já apresentados, para melhor instrução e análise da qualificação requerida.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DO GERADOR DISTRIBUÍDO CERTIFICADO

Art. 7º Uma vez reconhecida a qualificação, o agente obriga-se a manter em arquivo o registro mensal dos montantes energéticos referentes à Ef, Ee e Et, bem como o demonstrativo de sua apuração, com base na efetiva operação da central termelétrica, observando os seguintes procedimentos:

I - os arquivos anteriores aos últimos sessenta meses perdem a validade para fins de comprovação à ANEEL.

II - no caso da qualificação tiver sido outorgada com base nas informações do planejamento operativo, o agente deverá encaminhar à ANEEL, até nove meses após o início da operação, a apuração e a demonstração do atendimento aos requisitos de racionalidade a que se refere o inciso II do art. 3º, em base mensal, bem como o acumulado dos seis primeiros meses de operação.

Parágrafo único. Deverão ser informadas à ANEEL as alterações que impliquem a violação de qualquer das condições de qualificação da central termelétrica.

Art. 8º O desatendimento às condições de certificação da central geradora termelétrica sujeitará o agente ao cancelamento da certificação e às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, e legislação específica.

Art. 9º Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa nº 228, de 25 de julho de 2006; e

II - a Resolução Normativa nº 284, de 16 de outubro de 2007.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 2.056, DE 28 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta nos Processos nº 48500.001329/2016-59 e nº 48500.006572/2014-00, decide conhecer do pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo apresentado pela Termelétrica Rio Grande S.A. em face do Despacho nº 1.044, de 2022, para, no mérito, negar-lhe provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 3.067, de 12 de julho de 2022, publicada no D.O. n. 132, de 14 de julho de 2022, Seção 1, página 128, constante do Processo n. 48500.000395/2022-50, n. 48500.000394/2022-13 e n. 48500.000424/2022-83, substituir os arquivos "Anexo VI - Ciclo 2022-2023", que consta na pasta "06 - Anexo VI - PA", e "Lista PA 2022-2023_Final", que consta na pasta "11 - Anexo XI - Planilhas", para compatibilizar os valores homologados de Demais Instalações de Transmissão dos contratos de concessão nº 017/2009 e nº 015/2008 com os valores aprovados pela Diretoria.

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 3.068, de 12 de julho de 2022, publicada no D.O. n. 134, de 18 de julho de 2022, Seção 1, página 67, constante do Processo n. 48500.004632/2022-51, retificar os valores da usina Santa Rosa que constam no Anexo V. Onde se lê no Anexo V:

Usina Hidrelétrica	Código CIE	Concessionária	RAG (R$) - Ciclo 2022-2023 (Julho a dezembro de 2022)	Receita Mensal (R$) Julho a dezembro de 2022
Santa Rosa	026730-9	Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica-CEEE G	525.823,26	87.637,21

Leia-se:

Usina Hidrelétrica	Código CIE	Concessionária	RAG (R$) - Ciclo 2022-2023 (Julho a dezembro de 2022)	Receita Mensal (R$) Julho a dezembro de 2022
Santa Rosa	026730-9	Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica-CEEE G	535.445,08	89.240,85

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.068, DE 29 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.002447/2022-22. Interessado: Painitec Energia I SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Morro Do Chapéu, no estado de Bahia. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.073, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.004105/2002-87. Interessado: Hidroelétrica Cachimbo Alto Ltda. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da alteração do projeto básico da PCH Cachoeira Cachimbo Alto, com 12.002,00 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - PCH.PH.RO.030573-1.01, localizada no rio Branco, integrante da sub-bacia 15, na bacia hidrográfica do Rio Amazonas, cuja casa de força localiza-se no município de Alta Floresta D'Oeste, estado de Rondônia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na linha referente à UFV Caetité 03, no Anexo da íntegra do Despacho nº 1.920, de 19 de julho de 2022, constante do Processo nº 48500.005785/2014-14, disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br, publicado no D.O. de 21.07.2022, Seção 1, p. 37, v. 160, n. 137, onde se lê: "UFV Solar Caetité 02", leia-se: "UFV Solar Caetité 03".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 29 DE JULHO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 30 de julho de 2022.

Nº 2.062 Processo nº: 48500.000672/2020-62. Interessados: Oitis 8 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Oitis 8. Unidades Geradoras: UG6, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 2.064 Processo nº: 48500.006393/2019-79. Interessados: São Pedro do Lago S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL São Pedro do Lago. Unidades Geradoras: UG13, de 3465 kW. Localização: Município de Sento Sé, no estado de Bahia.

Nº 2.065 Processo nº: 48500.000695/2020-77. Interessados: Janaúba I Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Janaúba 1. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.066 Processo nº: 48500.000697/2020-66: Janaúba III Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Janaúba 3. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.067 Processo nº: 48500.000698/2020-19. Interessados: Janaúba IV Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Janaúba 4. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.070 Processo nº: 48500.005497/2021-81. Interessados: Povoação Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Povoação 1. Unidades Geradoras: UG7, de 9.370,00 kW. Localização: Município de Linhares no estado do Espírito Santo.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 2.063, DE 29 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005491/2012-12, decide liberar a unidade geradora UG3, de 47.300,00 kW, da UHE São Roque, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UHE.PH.SC.030938-9.01, localizada nos municípios de Brunópolis, Curitibanos, Frei Rogério, São José do Cerrito e Vargem no estado de Santa Catarina, de titularidade da São Roque Energética S.A., para início da operação comercial a partir de 1º de agosto de 2022.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

DESPACHOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 2 de agosto de 2022.

Nº 2.078 Processo nº: 48500.002673/2020-41. Interessados: Sol Serra do Mel II SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Serra do Mel II. Unidades Geradoras: UG15 a UG18, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.079 Processo nº: 48500.005497/2021-81. Interessados: Povoação Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Povoação 1. Unidades Geradoras: UG6, de 9.370,00 kW. Localização: Município de Linhares, no estado do Espírito Santo.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.032, de 28 de julho de 2022, publicado em resumo no D.O. de 29.07.2022, Seção 1, p. 95, v. 160, n. 143., constante do processo nº 48500.002320/2019-16, onde se lê: "totalizando 4.949.984,00 kW de capacidade instalada", leia-se: "totalizando 49.500,00 kW de capacidade instalada".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.075, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.005750/2015-58 Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar, para os consumidores interligados ao SIN, a bandeira tarifária Verde com vigência no mês de agosto de 2022, nos termos da versão 1.8 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 2.071, DE 29 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005746/2022-19, decide por conhecer do requerimento interposto pelo consumidor Silva Pereira Duarte, CPF nº ***.723.602-**, de restituição de valores decorrentes de extensão de rede elétrica para a ligação das unidades consumidoras nº 11702931 e nº 1.170.133-1 e no mérito negar-lhe provimento, e, por conseguinte, determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES

DESPACHO Nº 2.072, DE 29 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000008/2021-02, decide por (i) conhecer do requerimento interposto pelo Município de Governador Jorge Teixeira, em face da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON sobre restituição de valores decorrentes de antecipação de obras de extensão de rede elétrica e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, e, por conseguinte: (i.a) indeferir o pleito para a unidades consumidoras nº 11919000 e nº 2753030; (i.b) determinar que a distribuidora realize o levantamento, a incorporação dos ativos e a restituição dos valores das redes que interligam as unidades consumidoras nº 5997488, 12869724, 12869740, 13487485, 2630508, 2630516, 2630494, 2753537, 5945089, 5997496, 10234365, 5984785, 6003192, 5959713, 5974453 e 5974461, à rede da distribuidora e os processos referentes a construções de trechos de redes de distribuição, sem unidades consumidoras identificadas; (i.c) determinar que o cálculo da restituição deve ser realizado nos termos da Resolução nº 223, de 2003 e das Resoluções Normativas nº 229, de 2006, nº 250, de 2007, nº 414, de 2010 e nº 1.000, de 2021, conforme a data de energização, com atualização monetária e juros de mora, quando aplicável; e (i.d) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 170/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.820/2018-JOSE ALCANJO VALERIO-OF. N°32077/2022/DIOUT-MG/ANM
832.137/2009-ALMERITO ROCHA-OF. N°32604/2022/DIOUT-MG/ANM
831.049/2016-MINERAÇÃO VITÓRIA EIRELI-OF. N°31229 /2022/UAPC-MG/ANM
830.418/2015-EMPRESA MINERADORA RIO PARDO LTDA ME-OF. N°31427/2022/UAPC-MG/ANM
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
831.991/2013-MINERADORA JARDEL AVELAR EIRELI - AI N°º 9391/2020/GER-MG/DIREM-MG, publicado no DOU de 22/01/2021 - (PROCESSO ADM.: 48054.934500/2020-08)
833.071/2013-RAVENAGRAN LTDA ME - AI N°º 9627/2020/GER-MG/DIREM-MG, publicado no DOU de 22/01/2021 - (PROCESSO ADM.: 48054.934516/2020-11)
832.008/2013-ROMES PEREIRA FROIS - AI N°º 9427/2020/GER-MG/DIREM-MG, publicado no DOU de 22/01/2021 - (PROCESSO ADM.: 48054.934503/2020-33)
831.682/2013-MARIA DE CASSIA SANTOS - AI N°9383/2020/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.934497/2020-14)
831.919/2013-FERNANDO ANTONIO NONATO DA SILVA - AI N°º 9387/2020/GER-MG/DIREM-MG, publicado no DOU de 22/01/2021 - (PROCESSO ADM.: 48054.934499/2020-11)
831.054/2013-COPEM MINERAÇÃO LTDA - AI N°Nº 9487/2020/GER-MG/DIREM-MG, publicado no DOU de 22/01/2021 - (PROCESSO ADM.: 48054.934518/2020-00)
831.533/2013-MATTOS COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME - AI N°Nº 9382/2020/GER-MG/DIREM-MG, publicado no DOU de 22/01/2022 - (PROCESSO ADM.: 48054.934496/2020-70)
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.300/1983-FRUTTY REFRIGERANTES LTDA.-OF. N°32163/2022/DIOUT-MG/ANM
830.441/1983-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°33468/2022/DIFIL-MG/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
834.878/2010-EMPÓRIO TODO DIA LTDA- Interessado: Água Mineral Berzalai Ltda. - Nome da Fonte: Berzalai I - Marca: Pura da Serra - Volumetria: 20L, sem gás- GRÃO MOGOL/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
001.154/1936-ESPOLIO DE EDUARDO COZAC-OF. N°33174/2022/DIFIL-MG/ANM
832.156/2005-MINERACAO GUTE SICHT LTDA-OF. N°33197/2022/DIFIL-MG/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
833.333/2010-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-JAMPRUCA/MG, NOVA MÓDICA/MG - Guia n° 158/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-6.360,0 t/ano-GRANITO (revestimento)- Vigência da Guia:03 (três) anos após publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro). Eficácia da GU a partir da Emissão da Licença Ambiental
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
833.333/2010-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°31446/2022/UAGV-MG/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.081/2016-WILTON FERNANDES MONTEIRO DA MATA- Registro de Licença N° 5283/2020 - Vencimento em 18/09/2022.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.376/2015-ORBITAL EXTRACAO MINERAL E AREIA LTDA-OF. N°33457/2022/DIFIL-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
830.933/1999- NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.948/1990-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA-OF. N°32632/2022/DIOUT-MG/ANM
831.533/1998-ALBMINER LTDA ME-OF. N°30852/2022/DIOUT-MG/ANM
834.585/1995-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°30802/2022/DIOUT-MG/ANM
830.621/1985-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°30140/2022/UAPC-MG/ANM
833.925/2007-CONSTRUTORA PAULO AFONSO LTDA-OF. N°30484/2022/UAPC-MG/ANM.
831.714/1998-MINAS RIO MINERADORA LTDA-OF. N°33204/2022/DIFIL-MG/ANM
833.825/2011-EXTRACAO PEDRAS SERRA GRANDE LIMITADA-OF. N°31145/2022/UAPC-MG/ANM
831.305/1999-REYNALDO GUAZZELLI FILHO-OF. N°33169/2022/DIFIL-MG/ANM
830.247/1982-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°33390/2022/DIOUT-MG/ANM
830.245/1982-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°33392/2022/DIOUT-MG/ANM
830.311/1982-VERMELHAO MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°33388/2022/DIOUT-MG/ANM
830.237/1987-FERTIBRITA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E BRITA LTDA-OF. N°33383/2022/DIOUT-MG/ANM
803.394/1976-VALE S.A.-OF. N°33228/2022/DIOUT-MG/ANM
832.067/2009-POMBOGRAN MINERACAO LTDA-OF. N°33120/2022/DIOUT-MG/ANM
834.174/2011-EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA E PEDREGULHO ITACAMBIRA LTDA EPP-OF. N°33648/2022/DIOUT-MG/ANM
830.043/2012-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°32876/2022/DIOUT-MG/ANM
830.374/1982-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°32813/2022/DIOUT-MG/ANM
830.982/2009-COMERCIO DE AREIA PALMARES LTDA-OF. N°32801/2022/DIOUT-MG/ANM
Reitera exigência(366)
832.618/2012-CERÂMICA NOSSA SENHOR DE FÁTIMA LTDA-OF. N°30699/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias
Despacho publicado(356)
837.967/1994-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Decreto 9406/2018, Art. 31, § 4º. - Ofício nº 32498/2022/UAPM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.593/2003-MINERMANG MINERACAO DE MANGANES LTDA-OF. N°33218/2022/DIFIL-MG/ANM-60 dias
830.609/2014-JACINTO JUNIOR BARBOSA SARAIVA-OF. N°33245/2022/DIFIL-MG/ANM-60 dias
832.534/2003-VALE S.A.-OF. N°33171/2022/DIFIL-MG/ANM-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.075/2022-ALESSIO DE OLIVEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.977/2022-CASCALHEIRA SANTO ANTONIO DO ENGENHO LTDA-OF. N°32260/2022/DIOUT-MG/ANM
830.987/2022-MARCO TULIO PAOLINELLI-OF. N°32261/2022/DIOUT-MG/ANM
831.063/2022-AUGUSTUS EXTRACAO DE CASCALHO E EMPREENDIMENTOS - EIRELI-OF. N°32267/2022/DIOUT-MG/ANM
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
830.726/2021-MARCELO LACERDA DE MESQUITA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.361/2022-EMS - EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVICOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.903/2022-ETRA PESQUISA MINERAL LTDA-OF. N°32814/2022/SECOR-MG/ANM
831.199/2022-JF AREIA E ARGILA LTDA ME-OF. N°32511/2022/SECOR-MG/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
831.044/2022-EMPRESA DE MINERACAO GUARIBAS LTDA
831.059/2022-MINERACAO CHP MENDONCA EIRELI
830.909/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA
830.948/2022-MINERACAO RIO SUL LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
831.061/2022-MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-OF. N°32258/2022/DIOUT-MG/ANM
831.293/2022-MUNICIPIO DE DORES DO TURVO-OF. N°30898/2022/DIOUT-MG/ANM
831.290/2022-MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA-OF. N°30894/2022/DIOUT-MG/ANM
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
831.076/2022-MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO SUACUI- Registro de Extração N°9/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2022 de 18/07/2022

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 174/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
832.674/2015-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-ALVARÁ N°1776/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.782/2021-MARINGA FERRO-LIGA S.A -Alvará N°399/2022
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.825/2017-CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.225/2020-MINERADORA POR DO SOL LTDA-SANTA RITA DO ITUETO/MG - Guia n° 160/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-11.200,0 t/ano-GRANITO (Uso Revestimento)- Vigência da Guia:03 (três) anos a partir da publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro).
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.514/1995-MINERACAO ALTO DAS PERDIZES LTDA-OF. N°32886/2022/DIOUT-MG/ANM
931.344/2005-VALE S.A.-OF. N°33146/2022/DIFIL-MG/ANM
830.046/1985-MINERAÇÃO SANTA CRUZ LTDA-ME-OF. N°33483/2022/DIFIL-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.514/1995-MINERACAO ALTO DAS PERDIZES LTDA- AI N° 4882/2022/DIOUT-MG/ANM. - (Proc.Adm.48054.933110/2022-74)
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
831.621/2015-CAVI MINERACAO LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.541/2014-RIACHO NOBRE MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.072/2016-HERMES DE DEUS MENDONÇA ME- Registro de Licença N° 5073/2018 - Vencimento em Indeterminado
834.913/2007-W.J.RIBEIRO COMERCIO LTDA ME- Registro de Licença N° 3407/2009 - Vencimento em 20/09/2027.
832.358/2008-CERÂMICA FORTE LTDA- Registro de Licença N° 3.538/2010 - Vencimento em Indeterminado
830.912/2016-MARINA DE PAULA ALVES CPF:078920966-71- Registro de Licença N° 4849?/2017 - Vencimento em 08/06/2025.
830.770/2015-AREIAS BELA VISTA LTDA- Registro de Licença N° 5.009?/2018, - Vencimento em 08/06/2025.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.072/2016-HERMES DE DEUS MENDONÇA ME-OF. N°32758/2022/DIOUT-MG/ANM
834.913/2007-W.J.RIBEIRO COMERCIO LTDA ME-OF. N°33434/2022/DIOUT-MG/ANM
830.770/2015-AREIAS BELA VISTA LTDA-OF. N°32746/2022/DFMNM-MG/ANM
830.969/2012-BRITADOR SAO GERALDO EIRELI-OF. N°33243/2022/SECOR-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.079/1981-VALE S.A.-OF. N°32650/2022/DIOUT-MG/ANM
832.020/2016-CENTRO MINAS EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°33544/2022/DIOUT-MG/ANM
830.230/2010-TRATOR ITA LTDA ME-OF. N°33540/2022/DIOUT-MG/ANM
831.380/1999-CURRAIS BRASIL PREMOLDADOS LTDA-OF. N°33528/2022/DIOUT-MG/ANM
833.324/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°25726/2022/DFMNM-MG/ANM
830.570/2009-MINERAÇÃO CONSELHEIRO MATA LTDA-OF. N°33153/2022/DIFIL-MG/ANM
831.396/1988-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°35201/2021/DFMNM-MG/ANM
834.808/1993-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°32504/2022/DFMNM-MG/ANM
834.566/2011-CONCRETOS VICO LTDA-OF. N°32572/2022/DFMNM-MG/ANM
833.236/2015-R&M MINERACAO LTDA-OF. N°32392/2022/DFMNM-MG/ANM
830.305/2021-BLACK SLATE INDUSTRIA DE ARDOSIA LTDA-OF. N°33076/2022/DFMNM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
831.660/2005-T. G. MINERAÇÃO LTDA. EPP-OF. N°33523/2022/DIOUT-MG/ANM-60 dias
832.184/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO SEARA LTDA.-OF. N°33485/2022/DIFIL-MG/ANM-60 dias
832.119/2008-CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA-OF. N°33476/2022/DIFIL-MG/ANM-60 dias
832.649/2002-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°33488/2022/DIFIL-MG/ANM-60 dias

Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2176)
833.280/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 11932 PUBLICADO NO DOU EM 29/10/2009.
833.272/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 14088 PUBLICADO NO DOU EM 03/12/2009.
833.268/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 1841 PUBLICADO NO DOU EM 12/03/2010.
Despacho publicado(356)
836.788/1993-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º -Ofício nº 32509/2022/DFMNM-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
833.286/2015-VALE E CORREA EXTRACAO E COMERCIO LTDA-JUIZ DE FORA/MG - Guia n° 362/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.500 toneladas/ano-SAIBRO (uso: Agregado na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.671/2021-MINERACAO RCV LTDA-OF. N°33534/2022/DIOUT-MG/ANM
830.939/2022-CERÂMICA NORTESUL LTDA-OF. N°28511/2022/SECOR-MG/ANM
830.440/2022-MINERACAO DO BOSQUE LTDA-OF. N°32396/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.161/2022-EDSON ANTONIO GONTIJO 35120207634
831.143/2022-JAIME JOSÉ MORO
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.926/2016-ALEX DA CUNHA PIMENTA FILHO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.401/2022-COMERCIAL ARDUINI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI-OF. N°33569/2022/SECOR-MG/ANM
830.391/2022-DANIEL CHAVES CAMARGOS-OF. N°33575/2022/SECOR-MG/ANM
830.900/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°33584/2022/SECOR-MG/ANM
830.896/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°33581/2022/SECOR-MG/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.877/2021-AZS GEOAGRO ENGENHARIA LTDA
830.353/2022-MINAS GERAIS PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA
830.429/2022-MINAS MINERAÇÃO
830.937/2022-RODRIGO DE PAULA MACHADO CHAVES
830.500/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.
830.917/2022-LM MINING COMPANY EIRELI
831.103/2022-SILICON MINING EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA
830.600/2022-MINERACAO FLAMINGOS AGROBUSINESS LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
830.189/2021-ESTER COSTA CARDOSO 07117642637

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 175/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
830.073/2007-MBS COMERCIO E LOCACAO EIRELI - Publicado DOU de 12/02/2014, Relação n° 86/2014, Seção , pág. - Onde se lê: ... A área foi reduzida de 203,03 ha para 50,00 ha ..." "Leia-se: ... A área foi reduzida de 253,02 ha para 50,00 ha"

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 176/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
830.440/2022-MINERACAO DO BOSQUE LTDA-Registro de Licença N° 103/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 16/2022

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra ANM(2199)
002.967/1965-MINERAÇÃO CÉU AZUL LTDA- Portaria , nº 80.365/1977, publicada no DOU de 21/09/1977- Cessionário:Metalmig Mineração Indústria e Comércio S A- CNPJ CNPJ 34.456.038/0001-95.
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
886.292/2014-COOPERMETAL - COOPERATIVA METALURGICA DE RONDONIA-OF. N°25102/2022/SEFAM-RO
886.292/2014-COOPERMETAL - COOPERATIVA METALURGICA DE RONDONIA-OF. N°25105/2022/SEFAM-RO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
886.236/2009-TCNOWELDO MINERAÇÃO COMERCIO ATACADISTA E EXPORTAÇÃO DE PEDRTAS PRECIOSAS LTDAME
886.179/2010-JOSÉ SAMPAIO LEITE
886.230/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
886.537/2011-MINERAÇÃO FARROUPILHA LTDA ME
886.379/2013-AMAZON LIFE INDUSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
886.278/2015-KLAYSON PEREIRA DE MEDEIROS VELOSO
886.167/2016-MINERACAO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
886.250/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME
886.137/2019-FELIPE ELIAS REGINO
886.532/2014-JOSÉ SAMPAIO LEITE
886.062/2020-ALTAIR LEONARDO DA SILVA
886.110/2020-3MARIA MINERACAO LTDA
886.111/2020-3MARIA MINERACAO LTDA
886.044/2019-SAMI HASSAN AKL

MARY LÚCIA DA SILVA NOGUEIRA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 427/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78) Andresa Dias da Silva - me - 830498/13 - Not.263/2022 - R$ 204,45 Carlos Lacerda de Campos - 831149/18 - Not.215/2022 - R$ 4.088,67
Carlucio Mendes de Almeida - 830355/19 - Not.299/2022 - R$ 238,69
Cidef do Brasil Ltda - 832848/14 - Not.236/2022 - R$ 7.272,74, 832853/14 - Not.238/2022 - R$ 3.547,51, 832854/14 - Not.240/2022 - R$ 511,46, 832842/14 - Not.271/2022 - R$ 1.673,11, 832843/14 - Not.273/2022 - R$ 5.570,23, 832847/14 - Not.275/2022 - R$ 2.696,54, 832965/14 - Not.281/2022 - R$ 8.666,16
Civenil da Luz Moreira - 832144/18 - Not.286/2022 - R$ 670,28
Dalvo Moreira Chaves - 831179/11 - Not.259/2022 - R$ 859,94
Dan Indústria Comércio e Transportadora Ltda - 830284/18 - Not.242/2022 - R$ 9.234,10
Diamandel Mineracao Ltda - 830818/19 - Not.248/2022 - R$ 5.117,17, 830819/19 - Not.250/2022 - R$ 4.509,27
Divino Messias Neto - 832286/14 - Not.269/2022 - R$ 527,97
Ednaldo de Jesus Lima Cunha - 831716/18 - Not.213/2022 - R$ 214,05
Fabiano Felix Ferreira - 833353/13 - Not.265/2022 - R$ 238,49
Isaias Dionisio da Silva Junior - 833377/12 - Not.261/2022 - R$ 2.646,51
Izabel Cristina Barbosa Anghinetti - 830164/09 - Not.207/2022 - R$ 1.062,38
Jardel Leone Queiroz de Freitas - 831334/13 - Not.218/2022 - R$ 4.234,51
João Bosco Fonseca Bartolomeu - 832961/14 - Not.279/2022 - R$ 12.660,97
Jose Silveira - 832369/18 - Not.291/2022 - R$ 3.822,28
Julio Cesar Silva - 831669/17 - Not.232/2022 - R$ 2.540,93
M.S.M. - Mariana Soapstone Mining Mineração e Comércio Ltda - 833180/07 - Not.302/2022 - R$ 6.258,81
Marcelo Moreira de Melo Cpf 03385966663 me - 831799/17 - Not.244/2022 - R$ 9.191,69
Marciano de Almeida Freire - 832933/14 - Not.277/2022 - R$ 861,13
Mario Rangel da Silva - 832151/14 - Not.253/2022 - R$ 41,10
Pedro Camila & Cia - 832420/13 - Not.255/2022 - R$ 4.764,11
Sérgio Luiz Durço - 831890/18 - Not.211/2022 - R$ 5.592,61
w t Junior me - 832289/18 - Not.289/2022 - R$ 850,59, 830019/19 - Not.293/2022 - R$ 8.644,91, 830022/19 - Not.295/2022 - R$ 4.201,90, 830048/19 - Not.297/2022 - R$ 3.949,12
Zenilda Scaramussa Moulin - 832258/14 - Not.267/2022 - R$ 1.431,50

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 428/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Admilson Gonçalves da Silva - 831025/17 - Not.221/2022 - R$ 8.782,54
Alexandre Adolfo da Silveira - 831325/20 - Not.193/2022 - R$ 4.372,12
Anderson Assis Carvalho - 830246/17 - Not.210/2022 - R$ 4.453,47
Andresa Dias da Silva - me - 830498/13 - Not.264/2022 - R$ 9.179,98
Ativa Mineracao e Extracao Mineral Ltda - 831151/18 - Not.198/2022 - R$ 4.421,03
Carlos Lacerda de Campos - 831149/18 - Not.216/2022 - R$ 9.104,40
Carlucio Mendes de Almeida - 830355/19 - Not.300/2022 - R$ 9.179,98
Cerâmica J.T. Faria Ltda me - 831968/14 - Not.224/2022 - R$ 4.453,47
Cidef do Brasil Ltda - 832848/14 - Not.237/2022 - R$ 9.179,98, 832842/14 - Not.272/2022 - R$ 9.179,98, 832843/14 - Not.274/2022 - R$ 9.179,98, 832847/14 - Not.276/2022 - R$ 9.179,98, 832965/14 - Not.282/2022 - R$ 9.179,98, 832853/14 - Not.239/2022 - R$ 9.179,98, 832854/14 - Not.241/2022 - R$ 9.179,98
Civenil da Luz Moreira - 832144/18 - Not.287/2022 - R$ 9.179,98
Dalvo Moreira Chaves - 831179/11 - Not.260/2022 - R$ 9.179,98
Dan Indústria Comércio e Transportadora Ltda - 830284/18 - Not.243/2022 - R$ 7.475,01
Diamandel Mineracao Ltda - 830818/19 - Not.249/2022 - R$ 4.589,99, 830819/19 - Not.251/2022 - R$ 4.589,99
Divino Messias Neto - 832286/14 - Not.270/2022 - R$ 9.179,98
Ednaldo de Jesus Lima Cunha - 831716/18 - Not.214/2022 - R$ 9.104,40
Fabiano Felix Ferreira - 833353/13 - Not.266/2022 - R$ 9.179,98
Isaias Dionisio da Silva Junior - 833377/12 - Not.262/2022 - R$ 9.179,98
Izabel Cristina Barbosa Anghinetti - 830164/09 - Not.208/2022 - R$ 9.028,07
Jardel Leone Queiroz de Freitas - 831334/13 - Not.219/2022 - R$ 9.104,40
João Bosco Fonseca Bartolomeu - 832961/14 - Not.280/2022 - R$ 9.179,98
José Calixto Milagres - 832170/18 - Not.288/2022 - R$ 9.179,98
Jose Silveira - 832369/18 - Not.292/2022 - R$ 9.179,98
Jose Waldivino Dos Reis - 831705/20 - Not.196/2022 - R$ 4.421,03
Julio Cesar Silva - 831669/17 - Not.233/2022 - R$ 9.239,69
Julio Magalhães Moraes - 833700/13 - Not.197/2022 - R$ 4.421,03
Larissa Couto Faria - 830176/16 - Not.283/2022 - R$ 9.179,98
lf Mineração e Beneficiamento Ltda - 831401/16 - Not.301/2022 - R$ 3.793,95
M.S.M. - Mariana Soapstone Mining Mineração e Comércio Ltda - 833180/07 - Not.303/2022 - R$ 3.793,95
Magno Lavorato - 832843/16 - Not.226/2022 - R$ 4.562,96
Manoel Lima Caetano - 831460/20 - Not.194/2022 - R$ 4.372,12
Marcel Guimaraes Siqueira - 831566/17 - Not.228/2022 - R$ 4.583,58
Marcelo Moreira de Melo Cpf 03385966663 me - 831799/17 - Not.245/2022 - R$ 7.475,01
Marciano de Almeida Freire - 832933/14 - Not.278/2022 - R$ 9.179,98
Marcos Antônio Dos Santos - 830660/20 - Not.220/2022 - R$ 4.552,20
Mario Rangel da Silva - 832151/14 - Not.254/2022 - R$ 9.179,98
Mendes e Felix Center Couros Ltda me - 830988/20 - Not.223/2022 - R$ 4.552,20, 830910/20 - Not.191/2022 - R$ 4.372,12
Miguel Coelho de Andrade - 830976/17 - Not.230/2022 - R$ 9.239,69
Mineracao Dutra Eireli - 830734/19 - Not.258/2022 - R$ 4.589,99
Nair Pereira - 831768/18 - Not.285/2022 - R$ 9.179,98
Paulo Cesar de Lima Satolo - 830919/20 - Not.192/2022 - R$ 4.372,12
Pedro Camila & Cia - 832420/13 - Not.256/2022 - R$ 9.179,98
Predominio EXTRACAO,BENEFICIAMENTO,COM. e Transp.de PROD. Minerais Ltda me - 832251/16 - Not.225/2022 - R$ 4.453,47
Raimundo Carvalho de Oliveira - 831758/12 - Not.217/2022 - R$ 9.183,95
Sérgio Luiz Durço - 831890/18 - Not.212/2022 - R$ 9.104,40
Sm5 Participações LTDA. - 830918/18 - Not.284/2022 - R$ 9.179,98, 830921/18 - Not.252/2022 - R$ 9.179,98
Valter Rodrigues Batista - 832179/18 - Not.257/2022 - R$ 4.589,99
w t Junior me - 830048/19 - Not.298/2022 - R$ 9.179,98, 830022/19 - Not.296/2022 - R$ 9.179,98, 830019/19 - Not.294/2022 - R$ 9.179,98, 832289/18 - Not.290/2022 - R$ 9.179,98
Xtz Minerium Ltda - 830150/18 - Not.201/2022 - R$ 8.890,97
Zenilda Scaramussa Moulin - 832258/14 - Not.268/2022 - R$ 9.179,98

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DIVISÃO NACIONAL DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 426/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Carlos Magno Chaves Brandao - 831185/19
Dadiva Engenharia Ltda - 832133/14
Demater Diesel Empreendimentos Ltda me - 833000/13, 833001/13, 833002/13, 833003/13, 833004/13, 833005/13
Draga Empreendimentos Ltda - 831996/14
Geologos Geologia e Mineração Ltda - 832445/14
Graniteks Argamassas e Refratarios Ltda - 832307/12
José Alipio de Oliveira - 831721/18
Jose Maria da Silva - 831317/20
Leidiane Aparecida Dos Reis Santos - 830142/17
Mineração Lagoa Brilhante LTDA. me - 832891/14
Minerbras Minerações Brasileiras Ltda me - 831733/12
Ouro Campo Stone Importacao e Exportacao Ltda - 830911/20
Rubia Julio - 830213/18
Silicon Mining Extracao e Comercio de Areia Ltda - 830494/19
Tammaro Empreendimentos Ltda me - 833351/13
Thiago de Souza Amorim - 832058/18, 832059/18
Trater Pesados Rental Ltda - 833444/13.

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 58/2022

Fase de Requerimento de Lavra
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2132)

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 244/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.688/2011 -EXTRACAO DE AREIA SAO SEBASTIAO LTDA - AREIA - Municipio(s) de GONÇALVES/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 245/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.867/2011 -A.GRANUSO LTDA EPP - AREIA - Municipio(s) de PIRANGUINHO/MG, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 266/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 815.310/2017 -BRITAGEM VOGELSANGER LTDA - QUARTZITO, SAIBRO - Municipio(s) de JOINVILLE/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 262/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 820.096/2015 -MINERAÇÃO E CALCÁRIO VITTI LTDA. - CALCÁRIO - Municipio(s) de SALTINHO/SP

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 220/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 896.416/2000 -GRANCOSER GRANITOS LTDA - GRANITO - Municipio(s) de BARRA DE SÃO FRANCISCO/ES, MANTENÓPOLIS/ES

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 242/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.922/2011 -ALV QUARTZITO EXTRACAO LTDA - AREIA, SAIBRO - Municipio(s) de ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 234/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.191/2008 -OLARIA SÃO BENEDITO LTDA ME - ARGILA - Municipio(s) de CAMBUÍ/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 247/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 872.975/2011 -MINERACAO GRAJUMAR LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 219/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.864/1999 -PR PEDRAS - EIRELI - QUARTZITO - Municipio(s) de ALPINÓPOLIS/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 250/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.219/2012 -PECUARIA MORRINHOS LTDA - ARDÓSIA - Municipio(s) de PAPAGAIOS/MG, POMPÉU/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 255/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 821.320/2014 -OCTOPLUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ARGILA - Municipio(s) de ITAÍ/SP

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 252/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 834.390/2012 -MAIS MINERAÇÃO LTDA. - CALCÁRIO - Municipio(s) de SÃO FRANCISCO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 233/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.634/2007 -CARLOS PAULO MACHADO - AREIA - Municipio(s) de FRUTAL/MG, PLANURA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 222/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.636/2002 -GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA - GRANITO - Municipio(s) de ARAÇUAÍ/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 221/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.503/2002 -CERÂMICA MARJU LTDA - ARGILA - Municipio(s) de SÃO MATEUS DO SUL/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 235/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.477/2009 -ARAUCO FOREST BRASIL S.A. - SAIBRO - Municipio(s) de RIO NEGRO/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 227/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.439/2006 -ARAUCO FOREST BRASIL S.A. - SAIBRO - Municipio(s) de RIO NEGRO/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 229/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 896.959/2006 -MINERCOL MINERAÇÃO COLLODETTI LTDA-ME - GRANITO - Municipio(s) de CASTELO/ES

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 248/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.184/2012 -PEDREIRA R. A . LTDA ME - BASALTO - Municipio(s) de ITAIPULÂNDIA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 249/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.725/2012 -ANDREIS MINERAÇÃO LTDA - AREIA, CASCALHO - Municipio(s) de GUAÍRA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 256/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.356/2014 -AVP EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de ARAUCÁRIA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 240/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.957/2010 -JOSE IGNACIO LINO DA SILVA CPF 151.976.706.49 - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de MARTINHO CAMPOS/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 263/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.644/2015 -MINERACAO SANTA INES LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 231/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.229/2007 -FLORESTAL VALE DO CORISCO S.A. - SAIBRO - Municipio(s) de SENGÉS/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 241/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.218/2011 -CTG MINÉRIOS LTDA ME - ARGILA, AREIA - Municipio(s) de MANDIRITUBA/PR, TIJUCAS DO SUL/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 232/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.520/2007 -MAGNESITA REFRATARIOS S.A - ARGILA - Municipio(s) de UBERABA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 260/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.367/2014 -CERÂMICA CARMELITANA LTDA - ARGILA - Municipio(s) de COROMANDEL/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 261/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 848.079/2014 -POLIMIX CONCRETO LTDA - CALCÁRIO - Municipio(s) de QUIXERÉ/CE, BARAÚNA/RN

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 258/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.798/2014 -FREIRE EMPREENDIMENTOS E TERRAPLENAGEM LTDA - MIGMATITO, SAIBRO - Municipio(s) de QUITANDINHA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 236/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.717/2009 -MINERADORA SANTA ELIZA LTDA - BASALTO - Municipio(s) de SERTANÓPOLIS/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 239/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.459/2010 -MARISA DELINSKI - AREIA - Municipio(s) de PONTA GROSSA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 271/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.013/2020 -PARANÁ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de ARAUCÁRIA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 267/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.042/2017 -CRUZ E SILVA CIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de ARAPOTI/PR, TOMAZINA/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 265/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.356/2016 -R MINAS LTDA - AREIA - Municipio(s) de INÁCIO MARTINS/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 268/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.070/2017 -GNATTA & BATISTA LTDA - AREIA - Municipio(s) de MORRETES/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 238/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 860.146/2009 -MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA - CALCÁRIO CALCÍTICO - Municipio(s) de ANICUNS/GO

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 224/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 830.247/2004 -TUPY PEDRAS LTDA ME - QUARTZITO - Municipio(s) de LUMINÁRIAS/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 214/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 890.080/1982 -EXTRACAO IPIRANGA LTDA - CALCITA, MÁRMORE - Municipio(s) de CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 225/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.199/2005 -RD MINERACAO E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - AREIA - Municipio(s) de RESPLENDOR/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 237/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 846.117/2009 -MIGRA MINERAÇÃO GRAMAME LTDA - ARGILA - Municipio(s) de JOÃO PESSOA/PB

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 223/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.869/2003 -JADER DE CASTRO - AREIA - Municipio(s) de SANTANA DE PIRAPAMA/MG, GOUVEIA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 270/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.702/2017 -MINERADORA SAN LORENZO LTDA - DIABÁSIO - Municipio(s) de GUAMIRANGA/PR, PRUDENTÓPOLIS/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 230/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.228/2007 -FLORESTAL VALE DO CORISCO S.A. - SAIBRO - Municipio(s) de SENGÉS/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 257/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.604/2014 -CTG MINÉRIOS LTDA ME - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de MANDIRITUBA/PR, TIJUCAS DO SUL/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 251/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.717/2012 -MINERAÇÃO VEC EIRELI - QUARTZITO - Municipio(s) de SÃO TOMÉ DAS LETRAS/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 243/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.224/2011 -MINERACAO AZUL TROPICAL LTDA - GRANITO - Municipio(s) de SANTA RITA DO ITUETO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 217/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 874.579/1993 -DEIL MINERAÇÃO LTDA - CALCÁRIO - Municipio(s) de ITAPETINGA/BA

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 254/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.043/2013 -MARIA APARECIDA SOARES DIAS ME - GNAISSE - Municipio(s) de PASSA TEMPO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 216/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 890.114/1990 -MINERAÇÃO MÁRMORE BRANCO MAR DE ESPANHA LTDA - CALCÁRIO - Municipio(s) de CAMBUCI/RJ

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 264/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.185/2016 -MINERAÇÃO DE AREIA YPIRANGA LTDA - AREIA - Municipio(s) de ALTO PARANÁ/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 269/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 826.277/2017 -CHAMA MINERACAO E COMERCIO LTDA - AREIA - Municipio(s) de PONTAL DO PARANÁ/PR

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 272/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 830.270/2020 -LUCIANO HENRIQUE FERREIRA ME - AREIA - Municipio(s) de MONTE BELO/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 246/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 834.410/2011 -MINERACAO DO PORTO LTDA - AREIA - Municipio(s) de AGUANIL/MG, BOA ESPERANÇA/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 253/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 800.330/2013 -NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de MORRINHOS/CE, SANTANA DO ACARAÚ/CE

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 226/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 896.405/2005 -ALBRAS SERVICOS EM ROCHAS LTDA - GRANITO - Municipio(s) de AIMORÉS/MG, AFONSO CLÁUDIO/ES

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 215/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 890.527/1985 -GRANITOS ITAGUACU LTDA - CHARNOQUITO - Municipio(s) de ITAGUAÇU/ES

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 259/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 831.095/2014 -DIRCE DE CAMPOS SOUZA - AREIA - Municipio(s) de POUSO ALTO/MG, SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 218/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 833.914/1995 -GOIANINHOS LTDA - ME - AREIA - Municipio(s) de CACHOEIRA DE MINAS/MG, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 228/2022, de 1 DE AGOSTO DE 2022 - Processo nº 832.106/2006 -MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA - GRANITO - Municipio(s) de TAIOBEIRAS/MG

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 73/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

5170/2022-831.200/2022-JF AREIA E ARGILA LTDA ME-
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5171/2022-830.098/2022-AKO AREIA COMERCIO E MINERACAO LTDA-
5172/2022-830.312/2022-JVS MINERAÇÃO LTDA-
5173/2022-830.404/2022-MINERAÇÃO RIO PARDO LTDA-
5174/2022-831.001/2022-FORTALEZA DE SANTA TERESINHA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.-
5175/2022-831.003/2022-ANDRADE E SOARES LTDA ME-
5176/2022-831.004/2022-RAFAEL JORGE ALEXANDRE DE JESUS-
5177/2022-831.010/2022-RAFAEL JORGE ALEXANDRE DE JESUS-
5178/2022-831.026/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
5179/2022-831.027/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
5180/2022-831.030/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
5181/2022-831.042/2022-NAVIGRAN MINERACAO GRANITOS LTDA-
5182/2022-831.046/2022-HALEF VINICIUS ANDRADE-
5183/2022-831.065/2022-AKM MINERACAO LTDA-
5184/2022-831.157/2022-IMPERIO MINERACAO NATALANDIA LTDA-
5185/2022-831.179/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
5186/2022-831.183/2022-EXPLOGRAN EXPLOSIVOS LTDA-
5187/2022-831.185/2022-HALEF VINICIUS ANDRADE-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5188/2022-831.235/2020-ORION CONSULTORIA, REPRESENTAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-
5189/2022-832.134/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES-
5190/2022-832.136/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES-
5191/2022-832.477/2021-ECO QUARTZ TRANSPORTES E MINERACAO LTDA-
5192/2022-832.661/2021-NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME-
5193/2022-830.069/2022-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA-
5194/2022-830.096/2022-EMPREENDIMENTO AREEIRO FILADELFIA COMERCIO DE AREIA LTDA-
5195/2022-830.100/2022-OTACÍLIO FERRAZ-
5196/2022-830.211/2022-FREDERICO OLIVEIRA BONITO-
5197/2022-830.501/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
5198/2022-830.511/2022-ETRA PESQUISA MINERAL LTDA-
5199/2022-830.513/2022-ETRA PESQUISA MINERAL LTDA-
5200/2022-830.514/2022-ETRA PESQUISA MINERAL LTDA-
5201/2022-830.515/2022-ETRA PESQUISA MINERAL LTDA-
5202/2022-830.516/2022-GEOBDR ENGENHARIA EIRELI-
5203/2022-830.586/2022-RAFAEL LOPES GUARCONI-
5204/2022-830.589/2022-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5205/2022-830.590/2022-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
5206/2022-830.627/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
5207/2022-830.630/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
5208/2022-830.738/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
5209/2022-830.790/2022-ISNALDO RODRIGUES-
5210/2022-830.847/2022-AKAI MINERACOES E CONSTRUCOES LTDA-
5211/2022-830.874/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
5212/2022-830.901/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
5213/2022-830.921/2022-GUSTAVO DA COSTA E SILVA-
5214/2022-830.945/2022-ANÍSIO GENESIO DE SALES-
5215/2022-831.014/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
5216/2022-831.037/2022-ODX MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-
5217/2022-831.038/2022-FERNANDO DA DORES FERREIRA-
5218/2022-831.062/2022-GERACAO LOCACOES E PARTICIPACOES LTDA-
5219/2022-831.064/2022-JACKSON MAGELA MARTINS-
5220/2022-831.176/2022-ELTHON DOS SANTOS SANTANA-
5221/2022-831.186/2022-RAY CHARLES CASTRO PUNGIRUM-
5222/2022-831.226/2022-MINERACOES DO BRASIL LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 74/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5226/2022-868.143/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-
5230/2022-868.168/2021-MAYKEL HUDSON BRITO BRANDOLIS-
5229/2022-868.173/2020-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-
5228/2022-868.171/2020-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-
5227/2022-868.170/2020-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-
5225/2022-868.140/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-
5224/2022-868.139/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-
5223/2022-868.133/2020-MARCO AURELIO DA COSTA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 75/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5231/2022-800.082/2022-SANTA HELOISA EMPREENDIMENTOS LTDA-
5232/2022-800.099/2022-AGRO AQUICULTURA E BIOTECNOLOGIA PENTECOSTE LTDA-
5233/2022-800.136/2022-JOSE APARECIDO SOUZA ARAUJO-
5234/2022-800.201/2022-MILGRAN INDUSTRIA E COMERCIO DE GRANITOS LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5235/2022-800.084/2022-ALSANIE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA-
5236/2022-800.096/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5237/2022-800.097/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5238/2022-800.102/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5239/2022-800.105/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5240/2022-800.110/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5241/2022-800.112/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5242/2022-800.121/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5243/2022-800.126/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5244/2022-800.127/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5245/2022-800.137/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5246/2022-800.139/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5247/2022-800.140/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5248/2022-800.141/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5249/2022-800.143/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5250/2022-800.144/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5251/2022-800.147/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5252/2022-800.148/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5253/2022-800.149/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5254/2022-800.150/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5255/2022-800.151/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5256/2022-800.152/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5257/2022-800.154/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5258/2022-800.157/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5259/2022-800.158/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5260/2022-800.159/2022-TATIANA BARBOSA DE SOUZA LIBARDI-
5261/2022-800.165/2022-ELISANGELA RIBEIRO-
5262/2022-800.166/2022-ARISTON ARAÚJO CAJATY-
5263/2022-800.168/2022-ELISANGELA RIBEIRO-
5264/2022-800.173/2022-SAMERCA COMERCIO E EXPORTACAO DE MINERIOS EIRELI-
5265/2022-800.174/2022-SAMERCA COMERCIO E EXPORTACAO DE MINERIOS EIRELI-
5266/2022-800.179/2022-A F PINTO EXPORTACAO E DISTRIBUICAO-
5267/2022-800.180/2022-A F PINTO EXPORTACAO E DISTRIBUICAO-
5268/2022-800.206/2022-MINERAÇÃO BRACHI LTDA-
5269/2022-800.209/2022-ARISTON ARAÚJO CAJATY-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 77/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5270/2022-800.462/2016-P. W. VASCONCELOS-
5271/2022-800.216/2020-CLAUDIO GONCALVES ESMERALDO-
5272/2022-800.364/2021-MARCEL MINERACAO LTDA-
5273/2022-800.417/2021-FOROSOJA INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME-
5275/2022-800.538/2021-CERAMICA FLORESTA CAPUAN EIRELI-
5276/2022-800.787/2021-RODRIGUES E MELO CONSTRUCOES LTDA-
5277/2022-800.792/2021-WEST STONES LTDA-
5278/2022-800.819/2021-TEMPEST STONES LTDA-
5279/2022-800.001/2022-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
5274/2022-800.524/2021-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5280/2022-800.423/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-
5281/2022-800.484/2021-RP MINERAÇÃO LTDA-
5282/2022-800.594/2021-KÉNTRON MINERAÇÃO LTDA-
5283/2022-800.595/2021-JMN MINERAÇÃO S.A.-
5284/2022-800.675/2021-318798 APOIO EM GESTAO AMBIENTAL LTDA-
5285/2022-800.676/2021-318798 APOIO EM GESTAO AMBIENTAL LTDA-
5286/2022-800.729/2021-MINERAÇÃO BRACHI LTDA-
5287/2022-800.782/2021-AGROFORT FERTILIZANTE MINERAL LTDA-
5288/2022-800.807/2021-AMG BRASIL S.A.-
5289/2022-800.810/2021-SAMIR DAOUD-
5290/2022-800.812/2021-FLAPA ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA.-
5291/2022-800.813/2021-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
5292/2022-800.831/2021-MAE RAINHA URBANISMO LTDA-
5293/2022-800.836/2021-ADRIANA COSTA-
5294/2022-800.838/2021-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-
5295/2022-800.019/2022-GRANISTONE AMAZON MINERACAO LTDA-
5296/2022-800.022/2022-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
5297/2022-800.023/2022-CROSS SECTION CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
5298/2022-800.025/2022-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-
5299/2022-800.036/2022-ALSANIE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA-
5300/2022-800.049/2022-SAMERCA COMERCIO E EXPORTACAO DE MINERIOS EIRELI-
5301/2022-800.050/2022-SAMERCA COMERCIO E EXPORTACAO DE MINERIOS EIRELI-
5302/2022-800.055/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5303/2022-800.056/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5304/2022-800.057/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5305/2022-800.058/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5306/2022-800.059/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5307/2022-800.060/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5308/2022-800.062/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-
5309/2022-800.063/2022-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO - EIXO NORTE

DESPACHO
Relação nº 1/2022

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência -- Prazos estabelecidos em ofício:(2368)
Bacias: B1, 2, 1A, B4, B5, 3, 5C, 5B, 6A, de Segurança e 1B - IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.-815.104/1971-OF. N°Ofício nº 34018/2022/SEFBM-N/ANM
Autoriza o desembargo da barragem de mineração.(2530)
BACIA B1, BACIA DE CONTROLE AMBIENTAL E DEPÓSITO DE REJEITOS R4 (TERMO DE DESINTERDIÇÃO Nº 41/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-N/SEFBM-N)-PARA PIGMENTOS S A-850.038/1988
Barragem do Mirante I e II (TERMO DE DESINTERDIÇÃO Nº 42/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-N/SEFBM-N)-CADAM S.A.-950.240/1985
Nega o pedido de desembargo da barragem de mineração.(2525)
BARRAGEM I (AUTO DE EMBARGO Nº 15/2022/GER-PA/SESBM-PA)-CELESTA MINERACAO S.A-850.421/2009

GLÓRIA LORENA SOUSA SENA
Assessora Técnica da Diretoria Colegiada (DIRC)

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO-EIXO SUL

DESPACHO
Relação nº 1/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Unidade I, Unidade IB, Unidade II, Unidade IIB-CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA.-801.244/1968-OF. N°
Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza a desinterdição da barragem de mineração(2375)
BACIA DE REJEITOS-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME-866.592/2007

ALVARO ANDRÉ VON GLEHN DOS SANTOS
Pesquisador em Geociências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 525, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.206730/2022-84, resolve: autorizar a empresa CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ nº 01.597.589/0005-43, a operar a instalação de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP) envasado e a granel, localizada a Rodovia Governador Mario Covas 7161, Padre Mathias, Cariacica/ES, 29158-900 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -21:43:11,000; -41:36:27,000 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 430,00 toneladas. Ficam revogadas a Autorização SDL-ANP n.º 267, de 15 de junho de 2011, e a Autorização SDL-ANP nº 551, de 3 de setembro de 2010.

VASO	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m^3)	Capacidade (t)	Classe	Tipo
01	3,62	25,46	247,36	125,00	I	Horizontal aéreo
02	3,62	25,46	247,36	125,00	I	Horizontal aéreo
03	2,75	21,00	117,00	60,00	I	Horizontal aéreo
04	2,75	21,00	120,00	60,00	I	Horizontal aéreo
05	2,75	21,00	120,00	60,00	I	Horizontal aéreo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 526, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 18, de 19/06/2009, e considerando o que consta no Processo 48610.215010/2022-18, resolve: autorizar a filial da empresa TORK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - CNPJ 10.208.792/0001-48, a exercer a atividade de Produtor de Óleos Lubrificantes Acabados Automotivos e Industriais - Produçao em terceiros com a empresa INCOL-LUB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 04.338.434/0001-57.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 527, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.217941/2022-42. resolve: Autorizar a empresa WORTEC COMÉRCIO DE COMPRESSORES EIRELI, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 1.105/2015.

CNPJ
07.902.374/0001-41

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 528, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.218723/2022-25. resolve: Autorizar a empresa OXO PACK DO BRASIL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo.

CNPJ
03.142.257/0001-76

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.035, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0228698	AMPARO POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	45.150.663/0001-20	48610.209816/2022-69
PR/SP0228658	AUTO POSTO DE SERVICOS ITAVUVU LTDA	45.785.718/0001-79	48610.216987/2022-44
PR/MG0228622	AUTO POSTO PADRE LIBERIO II LTDA	47.033.854/0001-38	48610.218787/2022-26
PR/BA0228696	AUTO POSTO SAUBARA EIRELI	21.334.485/0001-20	48610.218465/2022-87
PR/PE0228657	AUTO POSTO SILVIO GOMES E CIA LTDA	11.687.885/0001-65	48610.218838/2022-10
PR/RS0228621	AUTO POSTO WESTFALEN LTDA	45.276.925/0001-06	48610.218752/2022-97
PR/RS0228623	DSL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	19.139.482/0006-06	48610.218806/2022-14
PR/RJ0228656	FERCELLO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	34.688.874/0001-03	48610.204457/2022-53
PR/MA0228697	POSTO INTEGRAL LTDA	17.304.428/0001-20	48610.218370/2022-63
PR/MG0228676	POSTO PATATIVA LTDA	05.755.911/0004-95	48610.218482/2022-14

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.036, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPSP0405055	AUTO POSTO CASARAO DE CONCHAS LTDA	01.588.769/0001-35	48610.218437/2022-60
GLPSP0405094	AUTO POSTO QUATRO RODAS LTDA	43.637.289/0001-67	48610.215910/2022-57
GLPSP0405051	B S DE MIRANDA GAS	39.998.792/0001-70	48610.218403/2022-75
GLPSP0405070	BELO GAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	46.928.383/0001-63	48610.216907/2022-51
GLPMG0405066	BREDOFF COMERCIO DE GAS LTDA	46.870.095/0001-03	48610.216019/2022-38
GLPSE0405027	EDILENE DOS REIS PINA	18.464.497/0001-64	48610.218385/2022-21
GLPSP0405096	FABIANO PINHEIRO DA SILVA COMERCIO DE GAS GLP LTDA	46.838.661/0001-91	48610.218474/2022-78
GLPCE0405053	FRANCISCA AURENICE SOUSA ALENCAR	29.969.832/0001-00	48610.218425/2022-35
GLPPR0405088	FS GAS LTDA	44.313.522/0001-19	48610.218469/2022-65
GLPSP0405086	J. DA SILVA VASCONCELOS COMERCIO DE GAS	23.081.824/0001-39	48610.218462/2022-43
GLPMA0405047	J L G DA SILVA	46.785.128/0001-09	48610.215785/2022-85
GLPCE0405068	L G CAUCAIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.209.959/0002-18	48610.207846/2022-31
GLPRS0405030	LUCILENE FIORI CASTELLI LTDA	31.636.789/0001-03	48610.218387/2022-11
GLPCE0405042	LUIZETE ALVES PEREIRA	07.100.840/0001-75	48610.218391/2022-89
GLPAM0405098	MARINES DOS SANTOS NOGUEIRA	08.755.212/0001-90	48610.218478/2022-56
GLPPE0405045	MARQUES E RODRIGUES COMERCIO DE GAS LTDA	34.498.056/0001-30	48610.204209/2022-11
GLPCE0405092	MONOLITOS COMERCIO DE GAS LTDA	06.330.967/0003-80	48610.218749/2022-73
GLPRS0405090	NOE KIST DEPRA	44.522.669/0001-19	48610.218471/2022-34
GLPSP0405082	NUNES COMERCIO DE GLP LTDA	47.219.418/0001-58	48610.218441/2022-28
GLPRJ0405049	P F C REVENDEDORA DE GAS LTDA	44.414.715/0001-66	48610.218395/2022-67
GLPMG0405072	QUERO MAIS GAS - COMERCIO DE GAS LTDA.	46.718.941/0001-66	48610.218440/2022-83
GLPBA0405063	R.V.S COMERCIO DE GLP E AGUA LTDA	46.259.632/0001-75	48610.218352/2022-81
GLPPI0405061	S R PINHEIRO DA SILVA	43.514.933/0001-00	48610.217330/2022-02
GLPCE0405057	SOMA COMERCIO DE GAS LTDA	47.224.454/0001-00	48610.218285/2022-03
GLPMG0405040	SUPERMERCADO SAO JANUARIO LTDA	02.109.372/0001-86	48610.217797/2022-44
GLPSP0405059	TAMIRES ABADE SANTOS	25.683.011/0001-44	48610.216548/2022-31
GLPSP0405084	UNIAO GAS E AGUA ADAMANTINA LTDA	41.303.602/0002-86	48610.218446/2022-51

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 524, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso II, art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.204683/2018-58, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da COCAL COMÉRCIO INDÚSTRIA CANAÃ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA., CNPJ nº 44.373.108/0006-00, com capacidade de produção de 1.200 m³/d de etanol hidratado e 800 m³/d de etanol anidro, localizada na Municipal NRD, s/n, Fazenda Mosquito, Narandiba - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 766, de 08/11/2017, publicada no DOU de 09/11/2017.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 6ª SESSÃO DO CONSELHO
A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2022

A COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, por meio de seu PRESIDENTE, torna pública, a todos os interessados, a presente PAUTA, e informa que no dia 23 de agosto de 2022, a partir das 08:30hrs, no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar - Sala 1005-B, realizar-se-á a Sessão de análise de requerimentos do Conselho da Comissão de Anistia.

Os requerentes de processos pautados, bem como aos procuradores devidamente constituídos que desejarem realizar sustentação oral, deverão se inscrever pelo e-mail institucional: comissaodeanistia@mdh.gov.br, até o dia 22 de agosto; ou pessoalmente, com pelo menos 30 minutos de antecedência do horário fixado para início da sessão.

I. Processos remanescentes de sessões anteriores - Adiados:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1	2009.01.65015	A	Pedro Pereira da Souza *post mortem*	Fábio Henrique Santos de Medeiros vista Aécio de Souza Melo Filho	Adiado
2	2010.01.67542	A	Wilson Roberto Arrighi	Luiz Eduardo Rocha Paiva vista José Augusto da Rosa Valle Machado	Adiado

II. Processos com observância da ordem cronológica de PROTOCOLO - Artigo 22 da Portaria nº 376, de 27 de março de 2019:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
3	2013.01.72038	R A	Tajira Kilima dos Santos Echalar da Silva Taiguara Chalar da Silva *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
4	2013.01.72699	A	Jorge Luiz da Silveira	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
5	2014.01.73906	A	Altamir Pereira Viana	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
6	2014.01.74239	A	Maria Lucia de Souza Carvalho Couto	Dionei Tonet	Protocolo
7	2015.01.74666 (08000.006771/2015-15)	A	Maria Eliana Facciolla Paiva	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
8	2015.01.74681 (08000.006911/2015-47)	A	Claudino Nunes Ferreira Neto	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
9	2015.01.74949 (08000.017094/2015-52)	A	Oscar Giacomello	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
10	2015.01.75050 (08802.004061/2015-15)	A	Amaury Pinto de Castro Monteiro Junior	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
11	2015.01.75570 (08000.038332/2015-63)	A	Angela Soares de Azevedo	Robson Crepaldi	Protocolo
12	2015.01.78302 (08000.018006/2015-30)	A	José Olindo de Araujo	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
13	2016.01.76072 (08000.020183/2016-67)	A	Francisca Maria Ribeiro da Silva	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
14	2016.01.76073 (08000.020180/2016-23)	A	Edgard Abreu Melo Filho	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
15	2016.01.76105 (08000.023596/2016-01)	R A	Maria Tereza Rocha de Queiroz Campos Wilson de Queiroz Campos *post mortem*	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
16	2016.01.76612 (08000.057503/2016-34)	A	Osmarino Amâncio Rodrigues	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
17	2016.01.76728 (08000.023816/2015-16)	A	Rogério Tosca de Freitas	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
18	2016.01.76728 (08000.026860/2016-51)	A	Inocencio Alves Barbosa	Dionei Tonet	Protocolo
19	2018.01.77825 (08000.014807/2018-79)	A	Adelmo Raimundo da Silva	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
20	2022.01.79183 (00135.204740/2022-10)	A	Hélio Marcos Prates Doyle	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo

III. Processos para procedimento de revisão Instrução Normativa n°2/2021:

N°	REQUERIMENTO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
21	2001.01.02281	Adelmo Justino	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
22	2001.01.02321	Marli Moraes Destro Alfredo Matos Destro *post mortem*	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
23	2001.01.03483	Zenilda Trigueiro e outros Gilson Trigueiro Martins *post mortem*	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
24	2001.01.03630	Walquiria Rodrigues Pereira Annibal Gonçalves Pereira Filho *post mortem*	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
25	2001.01.03703	Vergilino Rodrigues Correa	Robson Crepaldi	Protocolo
26	2001.01.04072	Lucia Maria Jose Dias Barbosa e outros Luiz Carlos Monteiro da Silva *post mortem*	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
27	2001.01.04078	Jose Ducilio da Silva	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
28	2001.01.04128	Ana Elizabeth Ferreira da Costa Raimundo Marques da Costa *post mortem*	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
29	2001.01.04544	Geraldo Moura	Dionei Tonet	Protocolo
30	2001.01.04654	Nedyluce Verônica Casimiro Zaidan e outros Nedivaldo Rodrigues Zaidan *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
31	2001.01.04660	Neide Maria Romao Veloso e outros Luiz Brasiliano de Macedo *post mortem*	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
32	2001.01.05300	Joanice da Paixão Ventura Ivanir de Oliveira Ventura *post mortem*	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
33	2001.01.05389	Elson Antonio Cesar Falcão	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
34	2001.01.05408	Cosma Maria Rodrigues de Souza e outros Inaldo Rodrigues de Souza *post mortem*	Robson Crepaldi	Protocolo
35	2001.01.05425	Waldemar Garcia Rosa Filho	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
36	2001.01.05653	Avany da Costa Ventura e outros Joceyr Fernandes Ventura *post mortem*	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
37	2001.01.05671	Eliana Lobo Gonçalves Valcir Ignácio Gonçalves *post mortem*	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
38	2001.01.05683	Antônio Osório da Silva	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
39	2002.01.06247	Sergio Roberto Rezende Juliano	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
40	2002.01.06267	Terezilda de Oliveira Suzano Davio de Freitas Suzano *post mortem*	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
41	2002.01.06799	Edison Nunes da Silva	Dionei Tonet	Protocolo

42	2002.01.06871	Antonio Gomes de Oliveira	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
43	2002.01.06892	Ademir Hórta Ribas	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
44	2002.01.06955	Maria Luiza do Nascimento Jeronymo Sergio Alcides Jeronymo *post mortem*	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
45	2002.01.07022	Edialeida Pereira Serpa Jesus do Nascimento Serpa *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
46	2002.01.07030	Raimundo Nascimento Nery	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
47	2002.01.07880	Gildath Pereira de Souza	Robson Crepaldi	Protocolo
48	2002.01.08600	Rosalvo Ramos dos Santos	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
49	2002.01.08807	Rouzivaldo Batista de Brito	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
50	2002.01.08817	Aldemir Santos de Oliveira	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
51	2002.01.08874	Maria de Lourdes da Silva França Romildo Luiz de França *post mortem*	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
52	2002.01.09543	Ruth Mar Ferreira Santos Paulo da Silva Santos *post mortem*	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
53	2002.01.09580	João Herculano da Silva Filho	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
54	2002.01.09841	Eunice Vasconcelos da Silva José Lima de Moura *post mortem*	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
55	2002.01.09918	Débora Dias de Souza e outros Orlando Cidriano de Souza *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
56	2002.01.10084	Antonieta Francisca da Silva Sergio Ferreira da Silva *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
57	2002.01.10103	Alcideá Cunha da Silva Lauro José de Oliveira *post mortem*	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
58	2002.01.10241	Maria Neize Oliveira Centurião Marcolino e outros Francisco Monteiro Marcolino *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
59	2002.01.10900	Euridice Ferreira Ugatti Helvecio Ugatti *post mortem*	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
60	2002.01.10911	José Carlos Pinto	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
61	2002.01.11141	Francisco Leomar Bezerra	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
62	2002.01.11157	Roberto Nóvoa Vaz	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
63	2002.01.11395	Julio Crisóstomo de Moura	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
64	2002.01.11447	Gilson de Almeida Bernardes	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
65	2002.01.11582	Irineu Saraiva Rodrigues	Dionei Tonet	Protocolo
66	2002.01.11584	Francisco Martins de Oliveira	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
67	2002.01.11585	Antônio Carlos Nunes de Lima	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
68	2002.01.11755	Claude Lucia Nascimento e outros Anagildo do Nascimento *post mortem*	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
69	2002.01.11774	Jaime Rocha	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
70	2002.01.11788	Divino Teodoro Martins	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
71	2002.01.12093	Jorge Cruz Gomes	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
72	2002.01.12750	Genival Dias de Lima	Dionei Tonet	Protocolo
73	2002.01.12764	Arlenio Carega	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
74	2002.01.12821	Maria José da Silva Nascimento Raimundo Francelino do Nascimento *post mortem*	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
75	2002.01.13170	Roberto Manoel	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
76	2002.01.13226	Gildésio Sales Santos	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
77	2002.01.13235	José Martins Pereira	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
78	2002.01.13302	José Amorim de Albuquerque	Robson Crepaldi	Protocolo
79	2002.01.13408	Maria Alda da Silva Carlos da Silva *post mortem*	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
80	2002.01.13433	Carlos Botelho de Azevedo	Dionei Tonet	Protocolo
81	2002.01.13437	Lindomar Carvalho de Oliveira	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
82	2002.01.13558	José Lazaro Soly Duarte	Robson Crepaldi	Protocolo
83	2002.01.13590	Sonia da Silva Sousa Valmir de Sousa *post mortem*	Robson Crepaldi	Protocolo
84	2002.01.13682	Nilton Lopes Ferreira	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
85	2002.01.14229	Benedita Maria Rodrigues da Silva e outros Jaime Alfeu da Silva *post mortem*	Robson Crepaldi	Protocolo
86	2003.01.14526	Manoel Gomes da Costa	Dionei Tonet	Protocolo
87	2003.01.14599	Afonso José Pavani	Dionei Tonet	Protocolo
88	2003.01.14767	Mauro Coelho	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
89	2003.01.15741	Alaíde da Silva Paixão Epitácio Jose da Paixao *post mortem*	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
90	2003.01.15967	Divo Carlos de Oliveira Costa	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
91	2003.01.17323	Mario Ritacco Dell'Armi	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
92	2003.01.17611	Décio Teixeira Paredes	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
93	2003.01.20509	Antônio Martinho Rodrigues	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
94	2003.01.21155	Joelma Paul Ribeiro Domingos Gonçalves Ribeiro *post mortem*	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
95	2003.01.22630	Paulo Maciel Cunha	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
96	2003.01.22654	Ranulfo Lopes Filho	Dionei Tonet	Protocolo
97	2003.01.27532	Edilma Lemos Monteiro dos Santos Nilton Barroso *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
98	2003.01.27800	Eunice Mariane Renilson Pereira da Silva *post mortem*	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
99	2003.01.28467	Nilton de Oliveira	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
100	2003.01.36017	Adilson Calvão	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
101	2003.01.37343	Ivam Henriques Lessa	Robson Crepaldi	Protocolo
102	2004.01.40101	Helio Paulo de Freitas	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
103	2004.01.40807	Marlene Moraes da Silva Aparicio Pereira da Silva *post mortem*	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
104	2004.01.40845	Edivaldo Nazare Lara Tavares	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
105	2004.01.41124	Carlos Carneiro de Lemos	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
106	2004.01.41143	Roberval Fernandes	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
107	2004.01.41560	Acyr Machado	Francisco Antônio de Camargo Rodrigues de Souza	Protocolo
108	2004.01.43404	Maria Julia da Silva Ferrer Tasso Ferrer Mateus *post mortem*	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
109	2004.01.43515	Waldir Barbosa da Luz	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
110	2004.01.44257	Mario Vicenta da Silva	Fábio Henrique Santos de Medeiros	Protocolo
111	2004.01.44878	Ronaldo Cunha Siqueira e outros Luiz Antonio Alves Siqueira *post mortem*	Dionei Tonet	Protocolo
112	2004.01.45489	Affonso Ligori Conceição	Henrique Carvalho de Araújo	Protocolo
113	2004.01.45637	Raul Martins Valadão	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
114	2004.01.45735	Joao Rodrigues Itaboray	Júlio César Martins Casarin	Protocolo
115	2004.01.46450	Alexandrina da Costa Santo João Gregório dos Santos *post mortem*	Aécio de Souza Melo Filho	Protocolo
116	2004.01.47087	Paulo do Espirito Santo	José Augusto da Rosa Valle Machado	Protocolo
117	2004.01.48606	Irineu de Azevedo Sobrosa	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
118	2005.01.50653	Angelo de Quadros Sampaio	Tarcísio Gabriel Dalcin	Protocolo
119	2005.01.50963	Ademir Firmino de Souza	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Protocolo
120	2005.01.51059	Delmir de Souza Dutra	Robson Crepaldi	Protocolo

A - Anistiando
R - Requerente

JOÃO HENRIQUE NASCIMENTO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Anistia

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA SNDCA Nº 5, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) de que trata o Decreto n.º 11.072, de 17 de maio de 2022, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Processo: 00135.211429/2022-19.

O SECRETÁRIO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 89, de 10 de janeiro de 2022; o artigo 4º da Portaria nº 3.489, de 28 de dezembro de 2020, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia; o Decreto n.º 11.072, de 17 de maio de 2022, e tendo em vista a autorização da Ministra de Estado no Processo SEI 00135.211429/2022-19, resolve:

Art. 1º. Esta portaria dispõe sobre os procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Art. 2º. Ficam estabelecidos, na forma do Anexo I, Anexo II e Anexo III, a seguir especificados, os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), autorizado por ato da Ministra de Estado no Processo SEI n.º 00135.211429/2022-19:

I - Anexo I: Manifestação de Interesse da Administração e Regramento para Adesão; II - Anexo II: Tabela de Atividades; e

III - Anexo III: Termo de Ciência e Responsabilidade.

Art. 3º. São esperados os seguintes resultados e benefícios com a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD):

I - aumento da produtividade e da qualidade das atividades realizadas, com resultados de impacto institucional e social;

II - aumento da qualidade técnica dos trabalhos e dos procedimentos adotados;

III - desenvolvimento de práticas e instrumentos de gestão que forneçam organização, padronização e mensuração de processos de trabalho;

IV - aperfeiçoamento da organização e da gestão interna;

V - melhoria de qualidade de vida dos participantes;

VI - manutenção e atração de novos talentos na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA);

VII - redução da ociosidade pela sistematização e informatização das demandas;

VIII - redução dos níveis de absenteísmo em decorrência de doenças ocupacionais;

IX - redução dos prazos de atendimento tanto para as atividades finalísticas, como também nas demandas de caráter urgentes e prioritárias da área-meio; e

X - redução nos gastos com custeio.

Art. 4º. O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) ocorre em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do participante.

Parágrafo único. Nos termos do §2º, do artigo 5º, da Instrução Normativa n.º 65 de 30 de julho de 2020, o teletrabalho não poderá:

I - abranger atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo; e

II - reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

Art. 5º. A adesão ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), poderá atingir até 100% (cem por cento) dos seguintes servidores públicos lotados na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA):

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores e os empregados públicos em exercício na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA);

III - os ocupantes de Funções Gratificadas (FG), Funções Comissionadas Técnicas (FCT), Gratificações de Representação (GR) e de Cargos e Funções Comissionadas dos níveis de 1 a 9.

IV - contratados por tempo determinado, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e

V - estagiários, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 6º. A Ministra de Estado poderá, excepcionalmente, suspender, alterar ou revogar a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentadas.

§ 1º A suspensão será definida por prazo certo.

§ 2º A alteração que implique adaptação do participante às novas regras deverá mencionar o prazo para que o faça.

Art. 7º. O participante continuará em regular exercício das atividades no Programa de Gestão e Desempenho (PGD) até que seja notificado da suspensão, alteração ou revogação de que trata o item 12 do Anexo I.

§ 1º A notificação a que se refere o caput deverá prever o prazo de trinta dias para que o participante retorne à atividade presencial no órgão ou na entidade de exercício.

§ 2º Se o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) for suspenso ou revogado, o prazo previsto no § 1º poderá ser reduzido mediante apresentação de justificativa das autoridades competentes.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

assinado eletronicamente

MAURÍCIO JOSÉ SILVA CUNHA

ANEXO I

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO E REGRAMENTO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)

(Portaria SNDCA nº 5, de 1º de agosto de 2022)

1.ATIVIDADES ENQUADRADAS EM TELETRABALHO

1.1.As atividades passíveis de serem adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos e de comunicação são as listadas na Tabela de Atividades (Anexo II) e registradas no sistema informatizado apropriado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

1.2.Observadas as possibilidades e limitações de enquadramento de atividades em teletrabalho previstas na Instrução Normativa nº 65, de 2020, e avaliada a relevância de determinada atividade para os objetivos do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), os titulares de cargos de nível 4 poderão propor ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) a inclusão ou supressão de atividade na Tabela de Atividades, de ofício ou mediante provocação dos servidores.

1.3.Além das atividades previstas no item 1.1, é permitida a execução das atividades transversais constantes da Tabela específica aprovada pela Secretaria-Executiva.

1.4.A exclusão de atividade não implica nova publicação da Tabela de Atividades e deve ser amplamente divulgada na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), bem como deixar de ser considerada pela chefia imediata na assinatura dos novos Planos de Trabalho acordados e excluída daqueles em andamento.

1.5.A inclusão de atividade implica nova publicação da Tabela de Atividades e pode ser objeto de novo acordo nos Planos de Trabalho em andamento.

2.UNIDADES ABRANGIDAS

2.1.A possibilidade de execução do teletrabalho no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) poderá alcançar até 100% (cem por cento) dos servidores em exercício nas Unidades integrantes da estrutura regimental aprovada para a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA):

2.2.Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA);

2.2.1.Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (GAB.SNDCA);

2.2.2.Coordenação de Gestão da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CG.SNDCA);

2.2.3.Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);

2.2.4.Coordenação-Geral de Políticas Temáticas (CGPTDCA);

2.2.5.Coordenação de Políticas Temáticas (CPTDCA);

2.3.Departamento de Promoção e Fortalecimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (DEPFDCA);

2.3.1.Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CGPDCA);

2.3.2.Coordenação de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CPDCA);

2.3.3.Coordenação-Geral de Fortalecimento de Garantias de Direitos (CGFGD);

2.3.4.Coordenação de Fortalecimento de Garantias de Direitos (COFGD);

2.4.Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente (DEEVDCA);

2.4.1.Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CGDDCA);

2.4.2.Coordenação de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CODEF);

2.4.3.Coordenação-Geral de Assuntos Socioeducativos (CGAS); e

2.4.4.Coordenação de Assuntos Socioeducativos (COASO).

3.PARTICIPANTES AUTORIZADOS

3.1.São autorizados a participar do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), independentemente do tempo de exercício na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA):

a)servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

b)servidores e os empregados públicos em exercício;

c)os ocupantes de Funções Gratificadas (FG), Funções Comissionadas Técnicas (FCT), Gratificações de Representação (GR) e de Cargos e Funções Comissionadas dos níveis de 1 a 9.;

d)contratados por tempo determinado, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e

e)estagiários, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

3.2.O início do exercício no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pode coincidir com o início da execução do Programa de Gestão (PGD), em qualquer de seus regimes, na forma do disposto no item 4 desta norma.

3.3.Na modalidade presencial, o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) poderá ser adotado para todos os servidores a que se referem os subitens "a", "b", "c", "d" e "e" do item 3.1, a critério da avaliação da Chefia Imediata e validado pela autoridade máxima da Unidade.

3.4.O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) não se aplica aos militares das Forças Armadas, em atenção ao disposto no §2º do art. 2º do Decreto nº 11.072, de 2022.

4.DAS MODALIDADES DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD) E DOS REGIMES DE EXECUÇÃO DO TELETRABALHO

4.1.O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) será executado sob as seguintes modalidades:

4.1.1.Presencial: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante é realizado dentro das dependências físicas do órgão para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência; e

4.1.2.Teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência.

4.1.2.1.A modalidade teletrabalho será executada sob os seguintes regimes:

a)Regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico em dias, semanas ou meses alternados, dispensado do controle de frequência; e

b)Regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência.

4.2.A modalidade e o regime de execução podem ser alterados ao longo da execução do Plano de Trabalho, mediante comum acordo entre chefia imediata e participante.

4.3.A alteração para a nova modalidade e o novo regime somente poderá ser deferida pela chefia imediata após atendidas todas as inscrições da nova adesão para o respectivo regime e ainda pendentes por excesso de inscritos em relação às vagas.

4.4.Em quaisquer das modalidades e dos regimes de execução, até a conclusão do seu Plano de Trabalho, o participante mantém:

a)toda sua cadeia de subordinação imediata e continuará respondendo à chefia imediata de vinculação; e

b)a sua lotação, ainda que desenvolva Plano de Trabalho em conjunto com qualquer outra Unidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) ou do Órgão.

4.5.A alteração de lotação somente será permitida após a chefia imediata dar por concluído o Plano de Trabalho do participante, após a conclusão de todas as entregas pactuadas.

5.CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO PESSOAL DO PARTICIPANTE À UNIDADE

5.1.A convocação a serviço para comparecimento pessoal do participante à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) se dará sempre que sua presença for necessária e houver interesse da Administração Pública ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, desde que devidamente justificado pela chefia imediata e respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que regem a Administração Pública.

5.2.O prazo de antecedência mínima de convocação do participante é de:

a)quarenta e oito horas, quando se encontre no Distrito Federal e localidades do entorno; ou

b)dez dias úteis, quando se encontre em outro ponto do território nacional.

5.3.O participante que puder atender a convocação em prazo menor dos que os mínimos previstos, comunicará essa possiblidade à chefia imediata, em cada convocação.

5.4.A convocação se dará obrigatoriamente por envio de mensagem para o e-mail institucional do participante e poderá ser acrescida de envio para seu e-mail pessoal ou para aplicativo de mensagem de seu telefone cadastrado, com prazo a contar da data do envio.

5.5.O participante deverá dar ciência do recebimento da convocação à chefia imediata, pelos meios mencionados neste item e comunicar eventual afastamento legal, licença ou outro impedimento que o impeça de comparecer no prazo.

5.6.O comprovante da convocação deverá ser usado como prova documental em caso de dúvida quanto ao cumprimento do prazo para o comparecimento pessoal.

5.7.Todas as despesas necessárias ao comparecimento pessoal do participante à Unidade correrão por conta do participante convocado.

6.CONVOCAÇÃO PARA AFASTAMENTO A SERVIÇO

6.1.Sem prejuízo da convocação de que trata o item 5, o participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) que convocado para viagens a serviço, independentemente de previsão em seu Plano de Trabalho e que seja no interesse da Administração, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana utilizando como ponto de referência:

a)a localidade a partir da qual exercer as suas funções remotamente; ou

b)caso implique menor despesa para a administração pública federal, o endereço do órgão ou da entidade de exercício.

6.2.O participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) na modalidade teletrabalho que residir em localidade diversa da sede do órgão ou da entidade de exercício não fará jus a reembolso de qualquer natureza ou a diárias e passagens referentes às despesas decorrentes do comparecimento presencial à unidade de exercício.

7.PRAZO DE PERMANÊNCIA NO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD) E PLANO DE TRABALHO

7.1.O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) ocorre em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do participante.

7.2.Não há restrição temporal para a permanência do participante no Programa de Gestão e Desempenho (PGD), seja na modalidade presencial ou teletrabalho, observadas as hipóteses de desligamento e as situações excepcionais de suspensão, alteração ou revogação da implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA).

7.3.O tempo de permanência, convertido em horas da jornada semanal de trabalho, é vinculado à assinatura e duração do Plano de Trabalho em execução.

7.4.O tempo poderá se estender mediante sucessivos e ininterruptos acordos, assinaturas e início de execução de novos Planos de Trabalho.

7.5.Admitir-se-á interregno não superior a cinco dias úteis entre a data de conclusão de um Plano de Trabalho e a data de início de execução de um novo, sendo as horas utilizadas nesse interregno contabilizadas no novo Plano de Trabalho.

7.6.O inscrito selecionado pelo titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) para participar do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) deverá assinar o Plano de Trabalho, que conterá:

a)data de início e de término;

b)atividades a serem executadas pelo participante, na forma do Anexo II;

c)metas e prazos; e

d)termo de ciência e responsabilidade, na forma do Anexo III.

7.7.O Plano de Trabalho será registrado em sistema informatizado apropriado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

7.8.A chefia imediata, de comum acordo com o participante, poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

7.9.As metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade e apresentadas na Tabela de Atividades na forma do Anexo II.

7.10.As metas semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho do participante no Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

8.ADESÃO

8.1.A adesão ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD) poderá ser efetuada ao longo de seu período de vigência, respeitados os critérios estabelecidos no item 3.

8.2.A Adesão ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD) é facultativa, não gera direito adquirido à permanência em tal modalidade e não implica em alteração de lotação e de exercício.

8.3.Ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) caberá:

a)Deliberar, em Processo SEI, sobre os requerimentos de adesão, fundamentando sua decisão em despacho no processo individual aberto pelo interessado e validado pela Chefia Imediata e respectivo Diretor;

b)Deliberar, em Processo SEI, os recursos previstos nesta norma no processo individual aberto pelo interessado;

c)Publicar em Boletim Interno de Serviço o extrato do resultado de suas decisões.

9.FORMA DE ADESÃO

9.1.A adesão se dará mediante requerimento em processo individual aberto pelo interessado no SEI e dirigido aos respectivos Coordenadores-Gerais e Diretores para anuência prévia e posterior envio ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) para deliberação.

9.2.A adesão implicará na concordância plena e integral com os termos desta norma, do Decreto n.º 11.072, de 17 de maio de 2022; da Instrução Normativa nº 65, de 2020; e da Portaria n.º 3.489, de 28 de Dezembro de 2020, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

9.3.Serão indeferidas pelo titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) os requerimentos de adesão:

a)efetuados por terceiros em nome do interessado;

b)que não atendam ao perfil pessoal, às habilidades e ao conhecimento técnico requerido; e

c)em desacordo com a presente norma e a Instrução Normativa nº 65, de 2020.

10.ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PARTICIPANTE - AVALIADO

10.1.São atribuições e responsabilidades do participante:

a)atender às convocações para participação em ações de capacitação, realizadas a distância ou de forma presencial;

b)manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

c)consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH);

d)permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia imediata, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;

e)manter a chefia imediata informada, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

f)comunicar por e-mail institucional à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

g)zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação; e

h)retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade.

11.ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CHEFIA IMEDIATA - AVALIADOR

11.1.São atribuições e responsabilidades da chefia imediata:

a)utilizar o sistema informatizado apropriado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados do Programa de Gestão e Desempenho (PGD);

b)assinar previamente ao início da execução do Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade, na forma do Anexo III;

c)acompanhar a qualidade e a adaptação do participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD);

d)manter contato permanente com o participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

e)aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas:

f)em até quarenta dias da data de conclusão, mediante análise fundamentada quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas, valorando-as de 0 a 10, onde 0 é a menor nota e 10 a maior nota;

g)concedendo oportunidade para que o participante que tiver a sua entrega não aceita pelo valor igual ou inferior a 4 conheça expressamente os motivos;

h)acatando reparos na entrega não aceita, se ainda tempestiva, e mediante reprogramação no Plano de Trabalho sem aumento da carga horária total;

i)dando ciência formal ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) da entrega não aceita, mesmo após reparada;

j)incluir o participante, em comum acordo, em ações de capacitação;

k)dar ciência ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) sobre a evolução do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação dos relatórios; e

l)registrar a evolução das atividades do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) nos relatórios periodicamente.

12.DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE

12.1.O titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) deverá desligar o participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD):

a)por solicitação do participante, observada antecedência mínima de trinta dias, desde que as entregas planejadas estejam concluídas;

b)no interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de trinta dias;

c)pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no Plano de Trabalho, considerando como agravantes a reincidência contumaz de entregas não aceitas e de descumprimento de prazos reprogramados;

d)pelo descumprimento do Termo de Ciência e Responsabilidade;

e)pelo decurso de prazo de participação no Programa de Gestão e Desempenho (PGD), quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo mediante sucessivos e ininterruptos acordos, assinaturas e início de execução de novos Planos de Trabalho;

f)pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no item 10.

12.2.Se o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) for suspenso ou revogado, o prazo de trinta dias poderá ser reduzido mediante apresentação de justificativa das autoridades competentes.

13.INFRAESTRUTURA REMOTA MÍNIMA NECESSÁRIA AO PARTICIPANTE

13.1.Quando estiver em teletrabalho, caberá ao participante providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

14.DOS RECURSOS

14.1.No âmbito dos procedimentos do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), são admitidos os seguintes recursos, encaminhados no processo individual para inscrição aberto pelo interessado no SEI:

a)recurso contra o indeferimento de adesão: de formato livre e interposto pelo próprio interessado ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), no prazo de sete dias da data do conhecimento da decisão de indeferimento exarada no mesmo processo e comunicado pelo e-mail institucional; e

b)recurso contra o desligamento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no Plano de Trabalho e do Termo de Ciência e Responsabilidade ou pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no item 10: de formato livre e interposto pelo próprio interessado ao titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), no prazo de quinze dias úteis da data de tramitação da decisão de desligamento exarada no mesmo processo e comunicado pelo e-mail institucional.

14.2.O recorrente deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.

14.3.O titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) poderá recorrer ao Comitê Consultivo do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDDH) para subsidiar a tomada de decisão para aqueles recursos interpostos que requeiram análise aprofundada do Comitê e nos casos omissos.

14.4.Os recursos serão apreciados e decididos no prazo de quinze dias úteis, por decisão no mesmo processo, o qual poderá ser prorrogado se a questão for submetida para decisão fora da estrutura da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA).

14.5.O participante continuará em regular exercício das atividades no Programa de Gestão e Desempenho (PGD) até que seja decidido o recurso contra o desligamento.

15.INDENIZAÇÕES E VANTAGENS INCOMPATÍVEIS COM O PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)

15.1.O interessado em participar do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) ficará vedado a:

a)prestação de serviços extraordinários, sendo que o cumprimento de metas superiores às metas previamente estabelecidas não configura a realização de serviços extraordinários.

b)adesão ao banco de horas de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

c)concessão de ajuda de custo quando não houver mudança de domicílio em caráter permanente, no interesse da Administração e, ainda, será restituída a ajuda de custo paga nos termos do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, quando antes de decorridos três meses do deslocamento, o servidor regressar ao seu domicílio de origem em decorrência de teletrabalho em regime de execução integral.

d)auxílio-transporte nos dias em que não houver deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa nº 207, de 21 de outubro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

e)auxílio-moradia ao participante em teletrabalho quando em regime de execução integral.

f)pagamento de adicional noturno aos participantes do programa de gestão na modalidade de teletrabalho e, ainda, aos casos em que for possível a comprovação da atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata mediante justificativa quanto à necessidade da medida, considerando-se a natureza da atividade exercida.

g)pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas, ou quaisquer outras relacionadas à atividade presencial para os participantes do programa de gestão na modalidade de teletrabalho.

16.DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1.Todos os procedimentos referidos nesta norma, de execução em Processo SEI, poderão ser substituídos gradualmente pela execução no sistema informatizado apropriado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

16.2.O participante desligado do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) fica impedido de realizar nova adesão pelo prazo de seis meses a contar de seu desligamento, salvo nas hipóteses previstas nos subitens "a" e "b" do item 12.1.

16.3.O servidor que tiver sua lotação alterada, a seu pedido, de outra Unidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), fica impedido de realizar nova adesão pelo prazo de seis meses a contar da publicação da portaria que efetivar a alteração, salvo se ambas as unidades formalmente dispensarem o cumprimento de prazo ou fixarem prazo menor.

16.4.Os casos omissos serão decididos pelo titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA).

ANEXO II - TABELA DE ATIVIDADES

(Portaria SNDCA nº 5, de 1º de agosto de 2022)

TABELA DE ATIVIDADES - PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)			
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SNDCA)			
Área de Atuação/Coordenação:			
CÓDIGO	ATIVIDADE	ENTREGAS ESPERADAS	COMPLEXIDADE
SNDCA - 1	Gestão da unidade	Planejamento, coordenação, gestão de desempenho, levantamento de indicadores, acompanhamento orçamentário e outras questões relacionadas à equipe e ao acompanhamento dos processos de trabalho da unidade	IV, V, VI
SNDCA - 2	Atividade de acompanhamento e monitoramento	Planilhas de acompanhamento preenchidas, painéis desenvolvidos/atualizados; informações publicadas	II, III
SNDCA - 3	Requisições de dados, juntos aos estados, para subsidiar elaboração de diagnóstico referente a política da criança e do adolescente	Requisições de dados, juntos aos estados, para subsidiar elaboração de diagnóstico referente a política da criança e do adolescente; Acompanhamento/Monitoramento das devolutivas estaduais; tabulação dos dados; elaboração e publicação de diagnóstico referente à política da criança e do adolescente	IV, V, VI
SNDCA - 4	Desenvolvimento e autodesenvolvimento	Cursos realizados, participação em ações de capacitação e desenvolvimento, estudo técnico para aprimoramento profissional	II, III, IV
SNDCA - 5	Atuação em Colegiados	Participação em reuniões e atividades decorrentes da atuação como titular ou suplente em grupos de trabalho, comitês, conselhos e congêneres	I
SNDCA - 6	Participação de reuniões de equipe	Participação em reuniões de equipe e atividades de pontos de controle	I
SNDCA - 7	Elaboração e revisão de atos normativos das políticas finalísticas	Revisão e elaboração de atos normativos	IV, V, VI
SNDCA - 8	Repostas SIC e Ouvidoria Nacional	Elaboração de resposta e registros no SEI	II, III
SNDCA - 9	Participação em reuniões	Participação em reuniões de alinhamento com a equipe, com as unidades do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e público externo	I
SNDCA - 10	Elaboração de despachos, ofícios, briefings, pautas, atas, memórias e resumos executivos de reuniões.	Elaboração de despachos, ofícios, briefings, pautas, atas, memórias e resumos executivos de reuniões.	I, II
SNDCA - 11	Realizações de contatos telefônicos	Contatos telefônicos com parceiros para alinhamento, articulação e comunicação dentro das competências da unidade	I
SNDCA - 12	Levantamento de informações	Informações consolidadas para subsídio em tomadas de decisões	I, II
SNDCA - 13	Produção de documentos no SEI	Avaliação, análise e elaboração de ofício, notas técnicas, pareceres técnicos, despachos e congêneres	I, II
SNDCA - 14	Demandas de controle interno e externo	Análise, instrução e atendimento de demandas de órgãos interno e externos: Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Judiciário, Ministério Público (MP)...	II, III
SNDCA - 15	Elaboração de relatórios diversos	Relatórios que retratam as atividades desenvolvidas pelo setor.	II, III
SNDCA - 16	Planejamento de atividades	Planos de ação e planejamento de atividades visando atingir os objetivos do setor.	II, III, IV
SNDCA - 17	Controle dos processos recebidos via SEI	Distribuição processual entre as unidades, realização do acompanhamento da aposição de assinatura dos documentos produzidos (Bloco de Assinaturas) e tramitação.	I
SNDCA - 18	Gestão de TI	Execução de atividades previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação para a unidade, realização de reuniões para criação/aperfeiçoamento de sistemas, preenchimento de sistemas de controle e monitoramento para criação e validação de funcionalidades nos sistemas da área	III, IV, V, VI
SNDCA - 19	Tarefas administrativas	Realizar tarefas administrativas inerentes à competência da unidade, tais como, responder e-mails, mensagens do Teams, abrir chamados na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), acompanhar serviços diversos executados no âmbito da unidade	I
SNDCA - 20	Atos de recursos humanos: nomeação/designação, exoneração/dispensa, substituição, movimentação/cessão/requisição, férias/afastamentos, ajuda de custo/auxílio-moradia, licenças	Contato com o servidor; registro interno da Secretaria Nacional e instrução do processo no SEI	I, II
SNDCA - 21	Controle de frequência	Controle da entrega das frequências; preenchimento de planilhas de controle	I, II
SNDCA - 22	Gestão de Desempenho	Avaliação de Desempenho Individual - Requisitados, encaminhamento da Avaliação de Desempenho; Avaliação de Desempenho Individual - ATPS, operacionalização e processamento da Avaliação de Desempenho	II, III
SNDCA - 23	Processos de contratações de empresas	Instrução processual; pesquisa de preços e de mercado, documento de oficialização da demanda, estudo técnico preliminar, projeto básico, nota técnica	II, III, IV
SNDCA - 24	Atividades do processo de licitação/contratação	Dispensa/Inexigibilidade: planejamento, documento de oficialização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência/projeto base, nota técnica, pesquisa de preço, mapa de riscos, mapa de comparativo de preços.	IV, V, VI
		Pregão: planejamento, documento de oficialização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência/projeto base, nota técnica, pesquisa de preço, mapa de riscos, mapa de comparativo de preços.	IV, V, VI
SNDCA - 25	Gestão de contratos	Análise processual e atividades de gestão dos contratos	IV, V, VI
SNDCA - 26	Análise documental de contratos e convênios	Análise documental das notas fiscais de pagamento e de regularidade fiscal dos beneficiários dos processos de convênios, termos de convênios, acordos de cooperação técnica e contratos administrativos.	III, IV
		Análise documental dos pedidos de ajustes e prorrogação de Termos de Fomentos, Convências e instrumentos congêneres, e emissão de parecer técnico sob o resultado da análise.	III, IV
SNDCA - 27	Acompanhamento técnico da execução de convênios destinados à infraestrutura (construção/reforma) de unidades socioeducativas	Realizar visitas in loco para vistorias de obras	III, IV
		Análise documental e emissão de notas técnicas e/ou pareceres técnicos com resultado da análise	III
SNDCA - 28	Plataforma +Brasil	Consultas de documentos para fins de análise de prestação de contas e consultas para atendimento de diligências	I
		Análisar dos pedidos de ajustes de plano de trabalho e prorrogação de instrumentos; inserção de informações necessárias para aprovação e/ou reprovação do pedido	I, II
SNDCA - 29	Realização de vistorias in loco da execução de instrumentos de transferências voluntárias	Executar as atividade de fiscalização in loco de forma articulada com a Coordenação de Monitoramento e áreas finalísticas.	V, VI
	Comunicação com convenentes	Comunicar aos convenentes e OSCs parceiras sobre orientações, advertências, respostas a solicitações e/ou justificativas, decisões e eventuais diligências/solicitações no acompanhamento, monitoramento e avaliação dos instrumentos de transferências voluntárias.	II, III

SNDCA - 30	Relatórios de acompanhamento da execução dos instrumentos de transferências voluntárias	Elaborar relatórios de acompanhamento da execução das transferências voluntárias para prevenir e corrigir eventuais iinconsistências ou irregularidades detectadas durante a execução do instrumento na Plataforma +Brasil, visando a boa e regular aplicação dos recursos e a adequada prestação de contas.	IV, V
	Fiscalização de contratos administrativos	Atividades técnicas e administrativas, voltadas à verificação do cumprimento, pelas contratadas, das obrigações estabelecidas em contrato sob gestão da unidade	V, VI
SNDCA - 31	Gestão orçamentária	Atividades de gestão orçamentária, preenchimento de planilhas e controles	I, II
	Gestão financeira	Atividades de gestão financeira da unidade, pagamentos no Siafi, levantamento de saldos e projeções de gastos	III, IV
SNDCA - 32	Fornecer assessoria técnica para a construção de notas, resoluções, recomendações, relatórios, manifestações e pareceres	Assessoria técnica fornecida para viabilização de atividades de reuniões em geral, eventos e missões da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), incluindo o planejamento de ações, articulação interinstitucional e produção de documentos e informações.	III, IV, V
	Emissão de passagem/Diárias/Auxílio- Transporte	Análise documental, consulta/registro sistêmico, autorização de emissão e prestação de conta	I, II
SNDCA - 33	Publicações Diário Oficial da União (D(OU)/Boletim de Serviço	Análise documental e registro no sistema	I
	Acompanhamento de publicações no Diário Oficial da União	Atualização e divulgação da legislação vigente referente a orçamento, finanças e execução orçamentária e financeira	I
SNDCA - 34	Organização de eventos/seminários/palestras e/ou encontros	Fornecimento do poio administrativo, técnico e logístico necessário para a execução do evento	III, IV
	Elaboração e revisão de atos normativos das políticas finalísticas	Revisão e elaboração de atos normativos	II, III, IV

FAIXA DE COMPLEXIDADE	
Parâmetro adotado para definição das faixas de complexidade: tempo de execução.	
O tempo de execução estimado em horas não difere em função do regime (presencial, parcial ou teletrabalho integral) e, como há manutenção do nível de produtividade, o ganho percentual de produtividade estabelecido é nulo.	
NÍVEL	TEMPO DE EXECUÇÃO (HORAS)
I	4
II	8
III	16
IV	40
V	80
VI	160

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIIDADE

(Portaria SNDCA nº 5, de 1º de agosto de 2022)

Nome do(a) Servidor(a)/Empregado(a):	
Matrícula SIAPE:	
Cargo/Função:	
Unidade de Exercício:	
Celular Institucional:	
Celular Pessoal:	
E-mail Institucional:	
E-mail Pessoal:	
Portaria da Unidade:	
Modalidade de Trabalho (presencial ou teletrabalho):	
Regime de Execução do Teletrabalho (parcial ou integral):	
Nome da Chefia Imediata:	
Cargo da Chefia Imediata	

Por este TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, DECLARO, para participação no Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da unidade a qual estou vinculado:

1.QUE atendo às condições para participação no Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

2.QUE a participação no Programa de Gestão e Desempenho (PGD) não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas.

3.QUE não faço jus ao pagamento das vantagens e das restrições a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65/SGP/SEDGG/ME, de 2020.

4.QUE não me utilizarei de terceiros para a execução dos trabalhos acordados no Plano de Trabalho.

5.QUE tenho ciência:

a)de que devo atender as convocações para comparecimento pessoal, observada a indicação de datas informadas pela chefia imediata, que o fará atentando-se ao prazo de antecedência mínima estabelecido.

b)das responsabilidades a mim atribuídas enquanto participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), bem como das metas e resultados a serem alcançados com o

meu Plano de Trabalho e com elas estou de acordo.

c)de que devo dispor da infraestrutura necessária para executar as atividades afetas ao teletrabalho e estou devidamente treinado e capaz de operá-la.

d)de que devo adotar as providências cabíveis para assegurar o cumprimento das normas e orientações afetas à segurança da informação e à salvaguarda de documentos

durante a execução das atividades previstas.

e)do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber; e

f)das orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

g)das disposições do Decreto n.º 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional; da Instrução Normativa nº 65/SGP/SEDGG/ME de 30 de 2020, publicada no DOU de 30 de julho de 2020; da Portaria Nº 3.489 de 28 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2020; e da Portaria da Unidade que dispõe sobre os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

Com a assinatura deste Termo, AUTORIZO o fornecimento do número de telefone pessoal aos servidores e colaboradores em exercício no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às minhas atividades profissionais.

[Cidade/UF], [DIA] de [MÊS] de [ANO].

Documento assinado eletronicamente

Servidor(a)/Empregado(a)

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

Chefia

1. OBSERVAÇÃO: Este documento deve ser assinado pelo SERVIDOR(A)/EMPREGADO(A) e sua

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.179, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Suspende na parcela maio de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária, com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, identificadas no SCNES fevereiro e março de 2022; e

Considerando as informações técnicas pertinentes a esta Portaria constantes do Processo Administrativo de Número Único de Protocolo - NUP 25000.105548/2022-90 do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Saúde (SEI/MS), resolve:

Art. 1º Suspender na parcela maio de 2022 a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária dos municípios constantes nos Anexos I e II a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES por duas competências consecutivas.

Parágrafo único. As informações sobre a suspensão de que trata esta Portaria estão disponibilizadas no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

Art. 2º A partir da regularização da informação do profissional no SCNES, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

Equipes (INE) suspensas por duplicidade profissional na parcela maio de 2022

UF	IBGE	Município	INE	Tipo de equipe
AM	130080	BORBA	0001772481	Equipe de Saúde Bucal
AM	130160	FONTE BOA	0002144689	Equipe de Saúde Bucal
BA	290380	BOA VISTA DO TUPIM	0001764772	Equipe de Saúde Bucal
BA	291040	ENCRUZILHADA	0001940996	Equipe de Saúde Bucal
BA	292050	MARACÁS	0001936484	Equipe de Saúde Bucal
BA	292050	MARACÁS	0001953508	Equipe de Saúde Bucal
BA	292050	MARACÁS	0001953605	Equipe de Saúde Bucal
BA	292220	MUNIZ FERREIRA	0002062291	Equipe de Saúde Bucal
GO	520810	FORMOSO	0002061457	Equipe de Saúde Bucal
MA	210210	BREJO	0002059142	Equipe de Saúde Bucal
MG	312700	FRONTEIRA	0002057794	Equipe de Saúde Bucal
MG	312700	FRONTEIRA	0002057808	Equipe de Saúde Bucal
MG	312700	FRONTEIRA	0002057832	Equipe de Saúde Bucal
MG	314020	MARIPÁ DE MINAS	0001817086	Equipe de Saúde Bucal
MS	500150	BANDEIRANTES	0002045206	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099691	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100037	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100150	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100193	Equipe de Saúde Bucal
PR	412700	TEIXEIRA SOARES	0001885499	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330040	BARRA MANSA	0001718568	Equipe de Saúde Bucal
RS	431940	SÃO PEDRO DO SUL	0002094525	Equipe de Saúde Bucal
RS	431940	SÃO PEDRO DO SUL	0002094533	Equipe de Saúde Bucal
RS	432320	VICTOR GRAEFF	0002090619	Equipe de Saúde Bucal
RS	432375	VITÓRIA DAS MISSÕES	0002042193	Equipe de Saúde Bucal
SC	420020	AGROLÂNDIA	0001842315	Equipe de Saúde Bucal
SP	350520	BARIRI	0002155850	Equipe de Saúde Bucal
SP	350520	BARIRI	0002155877	Equipe de Saúde Bucal
SP	350520	BARIRI	0002155885	Equipe de Saúde Bucal
SP	354680	SANTA ISABEL	0001944894	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002099101	Equipe de Saúde Bucal
SP	355290	TACIBA	0002066270	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001637959	Equipe Saúde da Família
AL	270440	MAJOR ISIDORO	0002238209	Equipe Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0000011002	Equipe Saúde da Família
BA	290140	ANGICAL	0001488422	Equipe Saúde da Família
BA	290265	BANZAÊ	0000181196	Equipe Saúde da Família
BA	290320	BARREIRAS	0001673521	Equipe Saúde da Família
BA	290600	CAMPO FORMOSO	0000185310	Equipe Saúde da Família
BA	291005	DIAS D'ÁVILA	0001528491	Equipe Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0000212555	Equipe Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0000212733	Equipe Saúde da Família
BA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA	0000212989	Equipe Saúde da Família
BA	292937	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	0000215031	Equipe Saúde da Família
BA	293180	TREMEDAL	0000217913	Equipe Saúde da Família
BA	293240	UIBAÍ	0000218421	Equipe Saúde da Família
CE	230750	LAVRAS DA MANGABEIRA	0000096121	Equipe Saúde da Família
CE	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0000103454	Equipe Saúde da Família
DF	530010	BRASÍLIA	0002063484	Equipe Saúde da Família
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001527002	Equipe Saúde da Família
ES	320332	MARATAÍZES	0001692232	Equipe Saúde da Família
GO	520010	ABADIÂNIA	0000453307	Equipe Saúde da Família
GO	521250	LUZIÂNIA	0002182149	Equipe Saúde da Família
GO	521250	LUZIÂNIA	0002169282	Equipe Saúde da Família
MA	210530	IMPERATRIZ	0000050717	Equipe Saúde da Família
MG	310500	BALDIM	0001479717	Equipe Saúde da Família
MG	310670	BETIM	0001488899	Equipe Saúde da Família
MG	311787	CONFINS	0001581481	Equipe Saúde da Família
MG	313170	ITABIRA	0000248258	Equipe Saúde da Família
MG	315710	SALTO DA DIVISA	0000267864	Equipe Saúde da Família
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	0000271284	Equipe Saúde da Família
MG	316890	TIROS	0000274550	Equipe Saúde da Família
MG	316960	TUPACIGUARA	0000275050	Equipe Saúde da Família
MS	500320	CORUMBÁ	0000441252	Equipe Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0000018201	Equipe Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0000018228	Equipe Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0000018023	Equipe Saúde da Família
PA	150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	0000021636	Equipe Saúde da Família
PA	150345	IPIXUNA DO PARÁ	0000024503	Equipe Saúde da Família
PA	150460	MOCAJUBA	0000026557	Equipe Saúde da Família
PA	150460	MOCAJUBA	0000026611	Equipe Saúde da Família
PB	251315	SANTA CECÍLIA	0000130966	Equipe Saúde da Família
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0000398365	Equipe Saúde da Família
RJ	330040	BARRA MANSA	0001552716	Equipe Saúde da Família
RJ	330550	SAQUAREMA	0000314269	Equipe Saúde da Família
RS	430230	BOM JESUS	0000420417	Equipe Saúde da Família
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0000422746	Equipe Saúde da Família
RS	431240	MONTENEGRO	0001685791	Equipe Saúde da Família
RS	431240	MONTENEGRO	0001705202	Equipe Saúde da Família

RS	431490	PORTO ALEGRE	0000431494	Equipe Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001699822	Equipe Saúde da Família
RS	431531	QUATRO IRMÃOS	0000431753	Equipe Saúde da Família
RS	431720	SANTA ROSA	0000433438	Equipe Saúde da Família
RS	432300	VIAMÃO	0001480693	Equipe Saúde da Família
SC	420460	CRICIÚMA	0000404276	Equipe Saúde da Família
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0000405671	Equipe Saúde da Família
SC	421080	MELEIRO	0000412155	Equipe Saúde da Família
SC	421130	NAVEGANTES	0000472131	Equipe Saúde da Família
SC	421140	NOVA ERECHIM	0001620738	Equipe Saúde da Família
SC	421875	TUNÁPOLIS	0000417971	Equipe Saúde da Família
SP	350280	ARAÇATUBA	0001641069	Equipe Saúde da Família
SP	350320	ARARAQUARA	0000318299	Equipe Saúde da Família
SP	350460	BADY BASSITT	0001639242	Equipe Saúde da Família
SP	352480	JALES	0000335908	Equipe Saúde da Família
SP	352940	MAUÁ	0000339180	Equipe Saúde da Família
SP	354130	PRESIDENTE EPITÁCIO	0000346241	Equipe Saúde da Família
SP	354560	SANTA ADÉLIA	0001549871	Equipe Saúde da Família
SP	355030	SÃO PAULO	0000365025	Equipe Saúde da Família
SP	355040	SÃO PEDRO	0001531204	Equipe Saúde da Família
80 MUNICÍPIOS			99 EQUIPES	

ANEXO II
Quantidade de Agentes Comunitários de Saúde suspensos por duplicidade profissional na parcela maio de 2022

UF	IBGE	Município	Quantidade
BA	290600	CAMPO FORMOSO	1
BA	292740	SALVADOR	5
CE	230765	MARACANAÚ	1
DF	530010	BRASÍLIA	9
ES	320320	LINHARES	1
ES	320510	VIANA	1
ES	320520	VILA VELHA	2
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	1
GO	520860	GOIANÉSIA	2
GO	521250	LUZIÂNIA	1
GO	521760	PLANALTINA	1
GO	521935	SANTA ISABEL	1
MA	210405	ESTREITO	1
MA	210825	PEDRO DO ROSÁRIO	1
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	1
MA	211130	SÃO LUÍS	11
MA	211223	TRIZIDELA DO VALE	1
MG	310620	BELO HORIZONTE	2
MG	310750	BOM JARDIM DE MINAS	1
MG	312980	IBIRITÉ	7
MG	313230	ITAIPÉ	4
MG	313652	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS	3
MG	313720	LAGOA DA PRATA	1
MG	315670	SABARÁ	2
MS	500620	NOVA ANDRADINA	1
MT	510610	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	1
PA	150140	BELÉM	1
PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	1
PE	260170	BELO JARDIM	1
PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	1
PR	411810	PARANACITY	1
RJ	330045	BELFORD ROXO	2
RJ	330270	MARICÁ	1
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	2
RJ	330550	SAQUAREMA	1
RN	240810	NATAL	2
RO	110005	CEREJEIRAS	8
RS	430700	ERECHIM	1
RS	430720	ERVAL GRANDE	3
RS	431240	MONTENEGRO	2
RS	431490	PORTO ALEGRE	1
RS	432020	SEBERI	1
SC	420060	ÁGUAS MORNAS	1
SC	420210	BARRA VELHA	3
SC	420230	BIGUAÇU	3
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	1
SC	420930	LAGES	1
SC	421000	LUIZ ALVES	1
SC	421110	MONTE CASTELO	1
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	1
SP	350460	BADY BASSITT	1
SP	351907	HORTOLÂNDIA	1
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	3
SP	352590	JUNDIAÍ	2
SP	352940	MAUÁ	2
SP	353110	MONGAGUÁ	1
SP	354100	PRAIA GRANDE	1
SP	354520	SALTO	1
SP	355030	SÃO PAULO	2
TO	171110	ITAPORÃ DO TOCANTINS	1
60 MUNICÍPIOS			119 ACS

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 814, DE 29 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Instituto Olga Kos Inclusão Cultural.

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Município/UF: São Paulo/SP.

Título do projeto: Cidade Inclusiva - Mobilidade e autonomia.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: Exercício de 2021.

Processo NUP: 25000.006594/2019-10

Embasamento: Parecer de Mérito nº 341/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0027543287).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 816, DE 29 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÍRIA

CNPJ: 60.453.024/0001-28

Município/UF: São Paulo/SP.

Título do projeto: "Capacitação para Mensageiro e Auxiliar Administrativo Hospitalar para Pessoas com Deficiência"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.013622/2019-47

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 361/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028088163).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 817, DE 29 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

Razão Social: Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES

CNPJ: 28.127.926/0001-61

Município/UF: Vila Velha/ES.

Título do projeto: "Capacitação e Desenvolvimento"

Órgão responsável pela análise: Secretaria Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.160244/2014-85

Período analisado: Exercício 2016.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 8/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0024738787) e Despacho GAB/SGTES (0026925629).

Resultado: REPROVADA

Art. 2º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

Razão Social: Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES]

CNPJ: 28.127.926/0001-61

Município/UF: Vila Velha/ES.

Título do projeto: "Capacitação e Desenvolvimento"

Órgão responsável pela análise: Secretaria Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.160244/2014-85

Período analisado: Exercício 2017.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 40/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0025833772) e Despacho GAB/SGTES (0026925629).

Resultado: REPROVADA

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 818, DE 29 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

Razão Social: Instituto de Câncer de Londrina.

CNPJ: 78.633.088/0001-76

Município/UF: Londrina/PR.

Título do projeto: Humanização do HCL 50 anos.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.053613/2015-65

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 58/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0026182098) e Despacho GAB/SGTES (0026979481).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

CONSULTA PÚBLICA Nº 100, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10º da Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 05 de janeiro de 2000, deliberou, por ocasião da 17ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada realizada em 01 de agosto de 2022, a realização da seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberta Consulta Pública com prazo de 20 (vinte) dias, do dia 03/08/2022 a 22/08/2022 , para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução Normativa que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que estabelece a cobertura assistencial obrigatória a ser garantida nos planos privados de assistência à saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999 e naqueles adaptados conforme previsto no artigo 35 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; fixa as diretrizes de atenção à saúde; e altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021.

Art. 2º A proposta de Resolução Normativa bem como todos os documentos que a subsidiam estarão disponíveis na íntegra durante o período de consulta na página da ANS, www.gov.br/ans, em "Acesso à informação", no item "Participação da Sociedade", no subitem "Consultas Públicas", https://www.gov.br/ans/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-da-sociedade/consultas-publicas.

Art. 3º As sugestões e comentários poderão ser encaminhados, por meio do endereço eletrônico mencionado no artigo anterior, através do preenchimento de formulário disponível na página da ANS.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

DECISÃO DE 18 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei 9.961 de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 575ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 18 de julho de 2022, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33910.004507/2019-47

Decisão: Aprovado por unanimidade o Voto nº 9/2022/COAJU/ASSNT-DIFIS/ASSTF/DIRAD-DIFIS/DIFIS pela declaração do cumprimento das Cláusulas Terceira, Quinta, Sexta e Sétima do TCAC nº 004/2020, mas pelo descumprimento da Cláusula Quarta, o que gera a revogação da suspensão do curso dos atos objeto de apuração nele arrolados, a aplicação da multa total de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e a vedação de celebrar novo TCAC pelo prazo 2 (dois) anos.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 592, DE 1° DE AGOSTO DE 2022

Estabelece a sub-rogação de Contratos Administrativos Remanescentes celebrados pela CVPAF-CE, Unidade Gestora da ANVISA que integrava a extinta Regional Nordeste 01, para a Unidade Gestora 253002 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Sede.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 172, XII, aliado ao art. 203, III, 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 585, de 10 de dezembro de 2021; e,

Considerando a Portaria nº. 1.694, de 16 de outubro de 2019, que determina à Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira (GGGAF) adoção de procedimentos para a centralização na Unidade Gestora 253002 (ANVISA-Sede) dos processos de contratações de bens e serviços e da execução orçamentária, financeira e patrimonial das demais Unidades Gestoras da ANVISA nos estados; e

Considerando o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº. 130, de 26 de fevereiro de 2021, que estabelece a sub-rogação de Contratos Administrativos celebrados pelas Unidades Gestoras da ANVISA que integram a que integravam a antiga Regional Nordeste 01, compreendendo os estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí, para a Unidade Gestora 253002 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Sede, resolve:

Art. 1º Ficam sub-rogados os Contratos Administrativos constantes no Anexo desta Portaria para a Unidade Gestora 253002 - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CNPJ nº. 03.112.386/0001-11.

Art. 2º Esta de Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

RELAÇÃO DE CONTRATOS SUB-ROGADOS

Estado	UASG	Nº. Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto
Ceará	253018	01/2013	COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	07.223.670/0001-16	Termo de Cessão de uso de área localizada no Porto de Fortaleza
Ceará	253018	FOR.06.2020.0003	FRAPORT BRASIL S.A. AEROPORTO DE FORTALEZA	27.059.565/0001-09	Termo de Cessão de uso de área localizada no Aeroporto Internacional de Fortaleza Pinto Martins

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.491, DE 1° DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 5º, seus parágrafos e incisos, da Resolução RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada e considera estritamente a condição já registrada.

Art. 4º A empresa detentora do registro do medicamento objeto desta resolução deverá notificar a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos na ocorrência do caso previsto no Art. 15 da Resolução RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
TEICOPLANINA 25351326927200531
4224186223 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
4231101222 GENÉRICO - Inclusão crítica de testes ou métodos
4211117220 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
4231079222 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
4231107221 GENÉRICO - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
4231111220 GENÉRICO - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
4231109228 GENÉRICO - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
4231113226 GENÉRICO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
BENZETACIL 2599200568252
4437196229 NOVO - Inclusão maior de equipamento
4438227228 NOVO - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
4438237225 NOVO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
4438234221 NOVO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
---
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.
PREDSIM 25351261692201513
3057648202 NOVO - Alteração maior de produção do IFA
3057650204 NOVO - Ampliação dos limites de especificação
3057728204 NOVO - Mudança maior de método analítico
3057732202 NOVO - Mudança maior de método analítico
3057726208 NOVO - Mudança maior de método analítico
3057658200 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3057654207 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3057652201 NOVO - Ampliação dos limites de especificação
PREDSIM 25351262449201590
3054496203 SIMILAR - Alteração maior de produção do IFA
3054510202 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3054506204 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3054512209 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3054336203 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3054514205 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
3054588209 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3054590201 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3054592207 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3054594203 SIMILAR - Mudança maior de método analítico

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
prednisolona 25351544442202228
4363677222 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3057648202 - 25351261692201513)
4363626228 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3057650204 - 25351261692201513)
4363593228 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3057732202 - 25351261692201513)
4363689226 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3057728204 - 25351261692201513)
4363614224 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3057726208 - 25351261692201513)
4363661226 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3057658200 - 25351261692201513)
4363663222 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3057654207 - 25351261692201513)
4363673220 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3057652201 - 25351261692201513)
fosfato sódico de prednisolona 25351544441202283
4363653225 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior de produção do IFA - 3054496203 - 25351262449201590)
4363681221 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3054510202 - 25351262449201590)
4363620229 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3054506204 - 25351262449201590)
4363647221 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3054512209 - 25351262449201590)
4363651229 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3054336203 - 25351262449201590)
4363607221 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3054514205 - 25351262449201590)
4363624221 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3054588209 - 25351262449201590)
4363603229 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3054590201 - 25351262449201590)
4363611220 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3054592207 - 25351262449201590)
4363697227 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3054594203 - 25351262449201590)

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.487, DE 1° DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: J L CARNEIRO COMERCIO ATACADISTA DE GASES - EIRELI - CNPJ: 24.149.654/0001-40
Produto - Apresentação (Lote): TODOS OS GASES MEDICINAIS (TODOS OS LOTES);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4216131/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso Recolhimento
Motivação: Por descumprimento das Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais, referente às Não Conformidades: artigo 62 da Lei 6360/76; parágrafo 1º do artigo 37 da Instrução Normativa 129 de 30 de março de 2022; item IV do artigo 20 da IN 129/22; artigo 44 da IN 129/22; artigo 110 da RDC 658/2022; consubstanciado no Art. 6º da Lei 6.360/1976 Inciso XV, art. 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.490, DE 1° DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: CASAXA COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA - CNPJ: 25141438000110
Produto - (Lote): TODOS (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4484255/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a fabricação, distribuição e comercialização de alimentos por empresa sem a devida licença sanitária emitida por órgão competente, infringindo: infringindo os Arts. 45, 46 e incisos I e II do Art. 48 do Decreto-Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969; tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 2.348, de 14 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 134, de 18 de julho de 2022, Seção 1, pág. 95:
Onde se lê
"Considerando Laudos de Análise Fiscal de amostras dos produtos Neozyme V, lote 009110, e Neozyme VII, lote 009125"
Leia-se
"Considerando Laudos de Análise Fiscal de amostras dos produtos Nexzyme V, lote 009110, e Nexzyme VII, lote 009125"

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:
1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.002683/2018-73	214349128	Adenilza Santos Nascimento 65299655568	SE
2	46221.009119/2017-09	213215314	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
3	46221.009122/2017-14	213215373	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
4	46221.009126/2017-01	213215420	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
5	46221.009124/2017-11	213215390	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
6	46221.009125/2017-58	213215411	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
7	46221.002086/2019-20	217015263	Auto Posto Senhor do Bomfim Ltda	SE
8	46221.010142/2016-57	210704616	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
9	46221.010143/2016-00	210704608	CLIMEDI - Clínica de Medicina Nuclear Endocrinologia e Diabete Sociedade Simples	SE
10	46221.008119/2018-64	215776356	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
11	46221.004067/2018-57	214755045	Dimadeira Industria de Moveis Ltda	SE
12	46221.004069/2018-46	214754723	Dimadeira Industria de Moveis Ltda	SE
13	46221.004071/2018-15	214754626	Dimadeira Industria de Moveis Ltda	SE
14	46221.004072/2018-60	214754685	Dimadeira Industria de Moveis Ltda	SE
15	46221.007675/2018-13	215653858	Dimadeira Industria de Moveis Ltda	SE
16	46221.006645/2018-90	215355105	Escolinha Sossego da Mamãe Ltda	SE
17	46221.009380/2017-09	213371391	Felipe Maia Nunes	SE
18	46221.009383/2017-34	213371570	Felipe Maia Nunes	SE
19	46221.009395/2017-69	213372517	Felipe Maia Nunes	SE
20	46221.009483/2016-80	210587679	Fundação Climedi Assistência Social	SE
21	46221.009484/2016-24	210587652	Fundação Climedi Assistência Social	SE
22	46221.009485/2016-79	210587547	Fundação Climedi Assistência Social	SE
23	46221.010136/2016-08	210704292	Fundação Climedi Assistência Social	SE
24	46221.010140/2016-68	210704241	Fundação Climedi Assistência Social	SE
25	46221.001127/2019-61	216739934	GL Empreendimentos Ltda	SE
26	46221.001128/2019-13	216738709	GL Empreendimentos Ltda	SE
27	46221.001129/2019-50	216739845	GL Empreendimentos Ltda	SE
28	46221.001130/2019-84	216739152	GL Empreendimentos Ltda	SE
29	46221.001526/2019-21	216863058	GL Empreendimentos Ltda	SE
30	46221.001527/2019-76	216862914	GL Empreendimentos Ltda	SE
31	46221.001528/2019-11	216863252	GL Empreendimentos Ltda	SE
32	46221.000786/2018-07	213920476	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
33	46221.000815/2018-22	213921359	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
34	46221.000816/2018-77	213921391	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
35	46221.000817/2018-11	213921383	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
36	46221.000818/2018-66	213921324	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
37	46221.000819/2018-19	213921430	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
38	46221.000820/2018-35	213921481	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
39	46221.000821/2018-80	213921448	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
40	46221.009546/2015-17	207774315	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	SE
41	46221.001907/2018-74	214161862	SMGS Construcoes Ltda - Epp	SE
42	46221.001908/2018-74	214161811	SMGS Construcoes Ltda - Epp	SE
43	46221.008263/2017-10	212851292	SMGS Construcoes Ltda - Epp	SE
44	46221.008264/2017-64	212851284	SMGS Construcoes Ltda - Epp	SE
45	46221.008272/2017-19	212851306	SMGS Construcoes Ltda - Epp	SE
46	46221.001117/2018-44	213994437	Tobiasnet - Internet Tobiense Ltda - Me	SE

1.2 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.009120/2017-25	213215331	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
2	46221.009121/2017-70	213215349	Antonio dos Santos-Tonho de Andre - Me	SE
3	46221.001315/2018-16	214044823	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades	SE
4	46221.003452/2018-87	214603482	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	SE

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.
2.1 Pela improcedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46221.001060/2019-64	216731429	Eulidia Manutencao e Instalacao de Bombas Ltda	SE
2	46221.009008/2019-56	218853319	Laelson Meneses da Silva CEI 2200300149 / 85	SE
3	46221.003973/2019-15	217543421	Matheus Sales de Mendonca Eireli	SE
4	46221.001515/2019-41	216858721	Michel Cury	SE
5	46221.001617/2019-67	216886589	Michel Cury	SE
6	46221.003916/2019-36	217530966	Milplan Engenharia S.A.	SE
7	46221.002901/2019-51	217224687	Mja Montagens de Estruturas Metalicas Ltda	SE
8	46221.008945/2019-94	218841205	Pasteis da Jane Eireli	SE
9	46221.004059/2019-91	217573690	Planes Engenharia e Construcao Ltda	SE
10	46221.003202/2019-28	217321810	Reframax Engenharia Ltda	SE
11	46221.000192/2019-79	216546893	Restaurante Casa da Sogra Eireli - Me	SE
12	46221.008702/2019-56	218796773	Torc Terraplenagem Obras Rodoviarias e Construcoes Ltda	SE
13	46221.003277/2019-17	217330797	Usina Sao Jose do Pinheiro Ltda	SE
14	46221.003278/2019-53	217330835	Usina Sao Jose do Pinheiro Ltda	SE
15	46221.003279/2019-06	217330801	Usina Sao Jose do Pinheiro Ltda	SE
16	46221.003936/2019-15	217521746	VN Construcoes e Servicos Eireli	SE

3- Arquivamento:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.006825/2016-18	209951303	Aço Sergipe Indústria Metalúrgica Ltda.	SE
2	46221.001737/2015-31	25931377	Agro Industrial Campo Lindo Ltda.	SE
3	46221.001738/2015-85	25931385	Agro Industrial Campo Lindo Ltda.	SE
4	46221.011060/2016-20	210873167	APL Comércio de Pisos Ltda.	SE
5	46221.011062/2016-19	210873523	APL Comércio de Pisos Ltda.	SE
6	46221.011063/2016-63	210873647	APL Comércio de Pisos Ltda.	SE
7	46221.011064/2016-16	210873680	APL Comércio de Pisos Ltda.	SE
8	46221.003735/2018-29	214682374	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
9	46221.003736/2018-73	214682366	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
10	46221.003737/2018-18	214682293	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
11	46221.003738/2018-62	214682277	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
12	46221.003739/2018-15	214682251	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
13	46221.003740/2018-31	214682226	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
14	46221.003741/2018-86	214682196	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
15	46221.003742/2018-21	214682102	Artline Ind e Com de Moveis Ltda	SE
16	46221.009262/2018-73	216017769	BGNS Bar e Restaurante Ltda	SE
17	46221.009754/2015-16	207609365	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
18	46221.012851/2015-96	208450629	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
19	46221.012852/2015-31	208450807	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
20	46221.012853/2015-85	208450831	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
21	46221.012854/2015-20	208450882	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
22	46221.012855/2015-74	208450912	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
23	46221.012856/2015-19	208450963	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
24	46221.012857/2015-63	208450971	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
25	46221.012858/2015-16	208451048	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
26	46221.012859/2015-52	208451099	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
27	46221.012861/2015-21	208451111	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
28	46221.012862/2015-76	208451137	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
29	46221.012863/2015-11	208451196	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
30	46221.012864/2015-65	208451200	Camel Empreendimentos e Construções Ltda.	SE
31	46221.010348/2017-68	213604507	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
32	46221.010352/2017-26	213605252	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
33	46221.010353/2017-71	213605201	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
34	46221.007484/2018-51	215610539	Centro Educacional Universo do Saber Ltda	SE
35	46221.003065/2016-89	209147288	Cervejaria Petrópolis S/A	SE
36	46221.003442/2016-80	209204648	Cervejaria Petrópolis S/A	SE
37	46221.003443/2016-24	209204656	Cervejaria Petrópolis S/A	SE
38	46221.003444/2016-79	209204664	Cervejaria Petrópolis S/A	SE
39	46221.003445/2016-13	209204672	Cervejaria Petrópolis S/A	SE
40	46221.003446/2016-68	209204681	Cervejaria Petrópolis S/A	SE
41	46221.005507/2017-11	212394479	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
42	46221.005508/2017-57	212394487	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
43	46221.005509/2017-00	212394495	Companhia de Saneamento de Sergipe Deso	SE
44	46221.013515/2015-61	208568395	Construtora Augusto Vieira Ltda - Epp	SE
45	46221.004068/2018-00	214755029	Dimadeira Industria de Moveis Ltda	SE
46	46221.008481/2017-54	213118581	Estrela - Servicos Terceirizados Ltda	SE
47	46221.004088/2017-91	211977993	F A Dos Santos - Sportos Transporte Rodoviario - Me	SE
48	46221.004089/2017-36	211978159	F A dos Santos - Sportos Transporte Rodoviario - Me	SE
49	46221.009242/2014-79	204606063	Fausto Tavares da Conceição - Me	SE
50	46221.001289/2015-75	205892183	Fazenda de Cana de Açúcar Taquari Ltda.	SE
51	46221.001290/2015-08	205891560	Fazenda de Cana de Açúcar Taquari Ltda.	SE
52	46221.000740/2017-07	211204609	Flana Logística e Serviços Ltda - Epp	SE
53	46221.004421/2016-81	209393424	Gralha Azul Refeicoes Eireli	SE
54	46221.010215/2017-91	213553813	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
55	46221.010216/2017-36	213553881	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
56	46221.010217/2017-81	213553902	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
57	46221.010218/2017-25	213553856	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
58	46221.008012/2012-21	17998069	Imperial Brasil Indústria e Comércio Ltda - Imperial Brasil	SE
59	46221.007451/2017-21	212851071	Imperial Construtora e Empreendimentos Ltda	SE
60	46221.001009/2018-71	213967928	Imperial Vidros e Acessorios Ltda - Me	SE
61	46221.001244/2018-43	214018661	Imperial Vidros e Acessorios Ltda - Me	SE
62	46221.006797/2017-10	212749625	Ipatinga- Comercio e Industria de Tecidos Ltda.	SE
63	46221.006798/2017-56	212749641	Ipatinga- Comercio e Industria de Tecidos Ltda.	SE
64	46221.006799/2017-09	212749668	Ipatinga- Comercio e Industria de Tecidos Ltda.	SE
65	46221.006800/2017-97	212749714	Ipatinga- Comercio e Industria de Tecidos Ltda.	SE
66	46221.006801/2017-31	212749757	Ipatinga- Comercio e Industria de Tecidos Ltda.	SE
67	46221.004855/2015-09	206635010	Irmãos Martins Ltda - Me	SE
68	14152.099058/2021-14	217712614	Itabaiana Comercio Importacao de Veiculos Peças e Servicos Ltda	SE
69	46221.000442/2017-17	211158861	J. L. Assessoria, Consultoria e Serviços Contábeis Ltda.	SE
70	46221.010930/2016-43	210865229	Janiclea Souza Santos - Pousada - Me	SE
71	46221.010932/2016-32	210865199	Janiclea Souza Santos - Pousada - Me	SE
72	46221.004463/2016-12	209404361	JFC Trade Center	SE
73	46221.004306/2017-98	212065572	Joao Pacifico de Andrade Neto - CEI 22008003878-7	SE
74	46221.004307/2017-32	212065394	Joao Pacifico de Andrade Neto - CEI 22008003878-7	SE
75	46221.004308/2017-87	212065343	Joao Pacifico de Andrade Neto - CEI 22008003878-7	SE
76	46221.006880/2013-57	201610060	José Nunes de Oliveira Filho	SE
77	46221.004916/2016-19	25935186	Lojas Guido Comércio Ltda.	SE
78	46221.008529/2011-39	17980381	Meta Distribuidor Ltda	SE
79	46221.009063/2017-84	213305615	Michel da Mota Souza - Me	SE
80	46221.009064/2017-29	213305577	Michel da Mota Souza - Me	SE
81	46221.009065/2017-73	213305623	Michel da Mota Souza - Me	SE
82	46221.004239/2018-92	214771130	Monteiro Instituicao de Ensino Ltda - Me	SE
83	46221.004243/2018-51	214782476	Monteiro Instituicao de Ensino Ltda - Me	SE
84	46221.004245/2018-40	214785432	Monteiro Instituicao de Ensino Ltda - Me	SE
85	46221.000944/2015-78	205810683	Nety Transportes & Construções Ltda - Epp	SE
86	46221.002403/2018-27	214146553	Olaria Novo Tempo Ltda.	SE
87	46221.001217/2015-28	205782426	Pavotec - Pavimentação e Terraplenagem Ltda.	SE
88	46221.001218/2015-72	205782434	Pavotec - Pavimentação e Terraplenagem Ltda.	SE
89	46221.004531/2018-13	214842991	Rede de Postos Presidente Ltda	SE
90	46221.006638/2017-15	212672886	Rinaldo de Oliveira Cunha - Me	SE
91	46221.005377/2017-16	212373323	Robson Ferreira dos Santos - Me	SE
92	46221.005379/2017-05	212373251	Robson Ferreira dos Santos - Me	SE

93	46221.004103/2019-63	217587623	Samam Agricola Ltda	SE
94	46221.011918/2018-18	216504317	Samam Agricola Ltda	SE
95	46221.011919/2018-62	216504384	Samam Agricola Ltda	SE
96	46221.005979/2008-74	17917204	Sandro José Machado Figueiredo - Me	SE
97	46221.000440/2016-39	208764763	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
98	46221.000441/2016-83	208764780	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
99	46221.000442/2016-28	208764755	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
100	46221.000443/2016-72	208764771	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
101	46221.000444/2016-17	208764798	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
102	46221.000445/2016-61	208764801	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
103	46221.000447/2016-51	208764810	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
104	46221.000448/2016-03	208764861	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
105	46221.000449/2016-40	208764844	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
106	46221.000450/2016-74	208764895	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
107	46221.000451/2016-19	208764887	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
108	46221.000452/2016-63	208764933	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
109	46221.003297/2016-37	208648836	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
110	46221.004174/2016-13	208648976	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
111	46221.004742/2016-86	208649026	Socorro Tubos Ltda - Epp	SE
112	46221.002461/2017-70	211576662	Telecell Ltda - Me	SE
113	46221.006307/2011-81	17972400	Transur Recursos Humanos Ltda.	SE
114	46221.007265/2016-19	210058021	Undação de Beneficência Hospital de Cirurgia	SE
115	46221.009114/2017-78	213328071	Walter Lopes Engenharia Ltda	SE

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47187.000533/2016-90	210582324	Alimeng Refeicoes Coletivas e Congelados Ltda - Epp	RS
2	46274.001894/2016-10	210175648	Bramoto Motocicletas Ltda	RS
3	47187.000641/2016-62	210829371	Caroline Pereira - Me	RS
4	46272.003610/2016-31	210404957	Centro de Oncologia Clinica Erechim Ltda	RS
5	46272.003611/2016-86	210404922	Centro de Oncologia Clinica Erechim Ltda	RS
6	46275.002307/2016-91	210792388	Cladimir R. de Lima - Me	RS
7	46272.002500/2016-52	209829028	Claudinei Dalcin	RS
8	46272.001981/2016-89	209607432	Cleber Turismo e Viagens Ltda	RS
9	46272.001982/2016-23	209607394	Cleber Turismo e Viagens Ltda	RS
10	46272.001983/2016-78	209607386	Cleber Turismo e Viagens Ltda	RS
11	46272.004729/2016-21	210878126	Comercial de Combustiveis Erechim Ltda	RS
12	46272.003451/2016-75	210333928	Comercio de Confeccoes Dom Frank Ltda - Me	RS
13	46274.002776/2016-11	210734035	Comercio e Transporte P G A Ltda	RS
14	47157.001905/2016-52	210646268	Dobler Comercio de Autopecas Ltda	RS
15	46272.002596/2016-59	209839627	Edemar Schrader & Lara Ltda	RS
16	46274.002003/2016-34	210234555	Eletro Pecas Santamariense Ltda	RS
17	47157.001596/2016-11	210263407	Elton Alves Calcados Ltda - Me	RS
18	46272.004463/2016-17	210753561	Escritorio Valor Contabil Ltda - Me	RS
19	46272.004464/2016-61	210753579	Escritorio Valor Contabil Ltda - Me	RS
20	46272.004465/2016-14	210753587	Escritorio Valor Contabil Ltda - Me	RS
21	46277.000973/2016-75	210638915	Fast Transportes E Comercio Ltda	RS
22	46272.003004/2016-16	210098384	Idelso Pereira - Me	RS
23	46272.003077/2016-16	210128852	Instaladora Eletrica Barolli Ltda - Epp	RS
24	46272.003078/2016-52	210128861	Instaladora Eletrica Barolli Ltda - Epp	RS
25	46272.003079/2016-05	210128879	Instaladora Eletrica Barolli Ltda - Epp	RS
26	46274.002598/2016-28	210489651	Ismar Annoni	RS
27	47157.002361/2016-46	211066885	Joel Jorge Gularte Moreira	RS
28	46272.002866/2016-21	209984201	Lauro Eduardo Beltrame - Me	RS
29	47157.000866/2016-76	209456671	Luvit Comercial de Combustiveis Ltda	RS
30	47191.000754/2016-07	210106115	Lyder Recursos Humanos Ltda - Epp	RS
31	46277.000282/2016-71	209099640	Maria Edivanir do Carmo - Me	RS
32	46275.002450/2016-83	210675195	Mariano Palinski - Me	RS
33	46274.002819/2016-68	210770651	Nicola Veiculos Ltda	RS
34	46275.002527/2016-15	210895055	Padaria e Confeitaria do Gringo Ltda - Me	RS
35	46274.002102/2016-16	210275235	Peninha Auto - Posto Ltda	RS
36	46272.003581/2016-16	210340801	Piccoli Comercio de Materiais Eletricos e Hidraulicos Ltda.	RS
37	46272.004776/2016-75	210888202	R. Origem Alimentos Ltda	RS
38	47157.001890/2016-22	210622580	Ramon Ariel Bonilla Cabrera - Me	RS
39	47157.002002/2016-99	210729635	Ramon Ariel Bonilla Cabrera - Me	RS
40	47157.002044/2016-20	210781106	Recabine Solucoes em Renovacao de Veiculos Comerciais Ltda	RS
41	46272.002966/2016-58	210090685	Refrimendes & Refrigerao Ltda - Me	RS
42	46272.002967/2016-01	210090715	Refrimendes & Refrigerao Ltda - Me	RS
43	46272.002968/2016-47	210090731	Refrimendes & Refrigerao Ltda - Me	RS
44	46276.000465/2016-05	210760648	Reserv Hotel Ltda - Me	RS
45	46274.002384/2016-51	210413174	Ricardo L. Castro & Filho Ltda	RS
46	46274.002867/2016-56	210684453	Rui Prates Reis - Me	RS
47	46274.002868/2016-09	210684844	Rui Prates Reis - Me	RS
48	46277.000387/2016-21	209444401	Ruver Transportes Internacionais Ltda	RS
49	46272.002439/2016-43	209683180	Sementes Webber Ltda - Epp	RS
50	47192.000164/2016-66	210784954	Sergio Evair Machado - Me	RS
51	46274.001750/2016-55	210026804	Sergio Martins Pietro 00695279033	RS
52	46275.002487/2016-10	210705060	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Angelo	RS
53	47182.000248/2016-19	209921501	Solenge Construcoes Ltda	RS
54	46274.002635/2016-06	210503513	Vilvi Jose Montagner Antoniazzi	RS

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com amparo no capítulo XV, seção I, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, em continuidade ao cumprimento de Decisão Judicial (26771735), Processo nº 5008233-40.2022.4.03.6100, proveniente da 9ª Vara Cível Federal de São Paulo, determinando o desarquivamento dos autos e a prorrogação do prazo para apresentação da solução do conflito até a realização de audiência a ser designada pela Central de Conciliação entre o SINTRARESP (impugnado) e o SINDEEPRES, Impugnação nº 19964.117110/2021-82 (20933850), CNPJ: 96.287.487/0001-04 (21110766); e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 293/2022 (26766290), resolve: a) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.116423/2021-13 (20612753), de interesse do SEERC GUARULHOS - Sindicato dos Empregados em Refeições Coletivas, CNPJ: 04.649.747/0001-26 (21099931), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; b) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.116795/2021-40 (20799473), de interesse do SINDI BARUERI - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Rápidas e Fast Food de Barueri e Região, Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46257.003398/2017-81 - SC19259 (26781526), CNPJ: 27.931.257/0001-13, nos termos do art. 249, inciso I, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista que a entidade encontra-se com o respectivo Processo indeferido desde 11/01/2022; c) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.116794/2021-03 (20798994), de interesse do SINDI FAST - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food) de São Paulo - SP, CNPJ: 01.480.456/0001-69 (21102807), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; d) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.116891/2021-98 (20832102), de interesse do SINTERCATER - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas de Itaquaquecetuba e Região, CNPJ: 01.511.780/0001-05 (21106014), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; e) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.117016/2021-23 (20891891), de interesse do SEERCO OSASCO - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas de Osasco e Região, CNPJ: 65.690.208/0001-25 (26829331), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; f) INDEFERIR a Impugnação nº 14022.168921/2021-68 (20841204), de interesse do SINDIREFEIÇÕES/SP - Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas de São Paulo, CNPJ: 60.539.053/0001-07 (21107446), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; g) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.117110/2021-82 (20933850), de interesse do SINDEEPRES - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo, CNPJ: 96.287.487/0001-04 (21110766), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; h) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.117222/2021-33 (20997563), de interesse do SINDALIG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos, CNPJ: 49.088.800/0001-03 (26789353), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; I) INDEFERIR a Impugnação nº 19964.117188/2021-05 (20973312), de interesse do SINTHORESP - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo, CNPJ: 62.657.168/0001-21 (26829518), nos termos do art. 249, inciso IV, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista a perda do objeto, ocasionada pela retirada do conflito; j) DEFERIR o Registro Sindical (RES) ao Sindicato dos Garçons, Cozinheiros, Sommeliers e Demais Empregados em Restaurantes e Empresas do Comércio e Serviço de Alimentação Preparada e Bebida a Varejo de São Paulo e Região (impugnado), Processo nº 46219.020997/2016-35 - SC18747, CNPJ: 26.554.970/0001-22, para representar a Categoria dos Trabalhadores Empregados no Comércio de Alimentação Preparada e Bebidas a Varejo. Consideram-se trabalhadores no segmento gastronômico em empresas do comércio e serviço de alimentação preparada e bebida a varejo para efeito de representação sindical da categoria profissional, todo empregado que exerça suas atividades laborais em e ou para empresas como: RESTAURANTES, BARES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, BUFFETES, LANCHONETES, PIZZARIAS, CAFÉS, LEITERIAS, SALSICHARIAS, SORVETERIAS, E DEMAIS ESTABELECIMENTOS E OU RECINTOS DE GASTRONOMIA, cuja atividade econômica seja o comércio e serviço de alimentação preparada e bebida a varejo. EXCETUANDO: Fast Food (refeições rápidas) no município de São Paulo/SP, Garçons Autônomos, Hoteleiros, Padeiros, Alimentação (indústria), Refeições Coletivas, e Serviços Terceirizados; inclusive dentre essas entidades àquelas que acomodam termos genéricos, nos exatos termos da lei, na base territorial ora representada pelo Sindicato dos Garçons, antigo SINTRARESP, com Abrangência Intermunicipal e Base Territorial nos Municípios de Arujá, Atibaia, Barueri, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Salesópolis, Santana de Parnaíba, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, no Estado de São Paulo, nos termos do art. 252, inciso II, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista o indeferimento das impugnações, ocasionada pela retirada do conflito.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1640 (SEI 26647949), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PEDRO REGIS/PB, CNPJ 01.957.099/0001-87, Processo 19964.106890/2022-16, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Pedro Régis/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Pedro Régis, Estado da Paraíba, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1647 (26666292), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.110356/2022-12, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Muniz Ferreira/BA, CNPJ 01.608.781/0001-64, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, assim considerados os proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados., com abrangência municipal e base territorial no município de Muniz Ferreira, Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1615 (nº SEI 26536443), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.107833/2022-54, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito de Minas/MG, CNPJ n.º 05.364.760/0001-00, para a representação da categoria profissional Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safrista e eventuais na agricultura, criação de animais, hotifruticultura; agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietário até dois módulos

rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados (as) rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Bonito de Minas, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1641 (SEI 26648189), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.110233/2022-73, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BOA VISTA/PB), CNPJ 01.769.955/0001-70, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Boa Vista/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Boa Vista, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1635 (SEI 26625413), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.110173/2022-99, de interesse do SINDICATO DOS(AS) PESCADORES(AS) PROFISSIONAIS, ARTESANAIS, AQUICULTORES(AS), MARISQUEIROS(AS), CRIADORES(AS) DE PEIXES, MARISCOS E TRABALHADORES(AS) NA PESCA DO MUNICIPIO DE DUQUE BACELAR/MA - SINPESDUQUE, CNPJ 17.852.692/0001-07, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores(as) em pesca, criação artesanal de peixe e marisco, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e trabalhadores(as) na pesca compreendendo os que exercem atividades como assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as) e criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individual, em parceria ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executando em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial no Município de Duque Bacelar, Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1634 (26618586), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.110237/2022-51, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Municipais das Prefeituras, Câmaras e Autarquias da Microrregião do Planalto de Araxá - SINPLALTO, CNPJ n.º26.041.228/0001-13, para representação da categoria dos servidores públicos Municipais das Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Empresas Públicas, Guardas municipais, Agentes de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde, representante da categoria profissional dos servidores públicos civis em nível municipal dos Poderes Executivo e Legislativo. ocupantes de cargos, empregos e funções públicas, ativos e inativos da Administração Pública, Direta e Indireta, Órgãos, autarquias empresas públicas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Araxá, Cruzeiro da Fortaleza, Medeiros, Nova Ponte, Pedrinopolis, Perdizes, Pratinha, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, São Gotardo, Serra do Salitre e Tapira, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1628 (26598976), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.110235/2022-62, de interesse do Sindicato dos Servidores de Fiscalização Estadual Agropecuária de Alagoas - SINFEAGRO, CNPJ 15.360.131/0001-57, para representação da categoria dos servidores da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Alagoas, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1631 (Nº do SEI 26607957), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.110232/2022-29, de interesse do SINDICATO DOS SALOES, INSTITUTOS E CENTROS DE BELEZA E ESTÉTICA DO DISTRITO FEDERAL - SIMBELEZA /DF, CNPJ 00.484.196/0001-37, para representação da categoria econômica integrante do 5º grupo - Turismo e Hotelaria do plano da CNC, que abrange as categorias de empresas que atuam com: Centros técnicos e profissionalizantes de formação, capacitação e aperfeiçoamento nas áreas de beleza, estética e cabeleireiros, clínicas de depilação, foto depilação, SPA, manicura, pedicura, podologia, visagismo, massoterapia, maquiagem e limpeza de pele, assim como estabelecimentos que exploram as atividade de salões de cabeleireiros, barbeiros, massagista, escovista, manicuras, pedicuras, calistas, esteticistas, podólogos, maquiagem, design de sobrancelha, limpeza de pele e depilação, institutos de beleza, clínicas de podologia e estética facial e corporal, micropigmentador, tatuador, extensão de cílios e clínicas de terapias holísticas, com abrangência Estadual e base territorial no Distrito Federal, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, na Análise Técnica 291 (26752848), resolve NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Icó Ceará - SINTRAF DE ICÓ, Processo de Pedido de Registro Sindical nº 14022.174787/2022-15 - SC21951, CNPJ: 24.010.656/0001-53; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de ICO - CEARA (impugnante), CNPJ: 07.669.476/0001-69 (26753120), Impugnação 19964.110538/2022-85; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do artigo 247 e 248, § 1º, § 2º e § 3º, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1644 (26658510), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.108253/2022-84, de interesse do SINTRAF IGUATU - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Iguatu- Ceara, CNPJ 25.066.704/0001-98, tendo em vista a ausência de saneamento no prazo legal, por inércia da entidade após devidamente notificada, nos termos do art. 253, inciso I, da Portaria 671/2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 678, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003779/2022-85, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano CERES-FLEXCERES, CNPB nº 2007.0008-65, administrado pelo CERES Fundação de Seguridade Social, CNPJ nº 00.532.804/0001-31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO CDE Nº 4, DE 29 DE JULHO DE 2022

Aprova a alteração no Orçamento-Programa 2022 da Embratur.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II e IV, do artigo 18, do Estatuto da Embratur, de 19 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO:

I. a competência da Diretoria-Executiva para propor e a do Conselho Deliberativo para aprovar a alteração no Orçamento-Programa 2022 da Embratur, na forma do inciso II, do artigo 15, e da letra "b", do inciso II, do artigo 10, ambos do Estatuto da Embratur; e

II. proposta encaminhada pela Diretoria-Executiva, de forma a possibilitar a aprovação da alteração no Orçamento-Programa 2022 da Embratur, resolve:

Ad referendum do Conselho Deliberativo da Embratur:

1) Aprovar a alteração no Orçamento-Programa 2022 da Embratur, na forma do anexo único.

2) Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Min. CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO

ANEXO I - RECEITAS

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

Código	Especificação	Valor
	TOTAL DA RECEITA PREVISTA	315.094.774
1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	106.289.749
1.2.0.0.00.0.0	Receita de Contribuições	
1.2.1.0.00.0.0	Contribuições Sociais	
1.2.1.0.99.1.0	Outras Contribuições Sociais	
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial	17.838.755
1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários	
1.3.2.1.00.1.0	Remuneração de Depósitos Bancários	17.838.755
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços	88.450.994
1.6.9.0.00.0.0	Serviços de Marketing, Comunicação e Inteligência	88.450.994
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	208.805.025
2.4.0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital	
2.4.0.0.00.1.0	Demais Receitas de Capital (saldos de exercícios anteriores + Reserva de Contingência + Provisões + garantias contratuais)	208.805.025

ANEXO II (A) - PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EMBRATUR

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Função: (04) Administração
Subfunção: (122) Administração Geral
Programa: Gestão e Manutenção da EMBRATUR

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Valores em R$ Mil
(6) Aperfeiçoar a Governança, Integridade, Gestão de Riscos, Controles Internos e a Gestão Corporativa;	Conforme ANEXO I - Caderno de Indicadores e Metas, do Plano Estratégico da EMBRATUR 2021-2023	45.335.556
(11) Otimizar a Gestão Financeira, de Aquisições, Contratações e Serviços;		
(13) Desenvolver competências, integrar e motivar pessoas;		
(14) Aprimorar ferramenta de TIC para promover segurança, transformação digital e ampliar os canais de comercialização;		
(15) Estabelecer estratégia para aquisição de sede própria e maximizar a gestão de infraestrutura e segurança.		

Título	Produto	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
Manutenção e Melhoria das Atividades Administrativas e da Estrutura Física.	Gestão e Manutenção das Atividades Administrativas	1. Pessoal e Encargos Sociais	27.953.138
		2. Outras Despesas Correntes	17.382.418
		2.1. Governança e Processos	-
		2.2. Gestão e Administração	17.382.418

ANEXO II (B) - PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Função: (23) Comércio e Serviços
Subfunção: (695) Turismo
Programa: Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Valores em R$ Mil
(1) Contribuir para o aumento do número de visitantes estrangeiros;	Conforme ANEXO I - Caderno de Indicadores e Metas, do Plano Estratégico da EMBRATUR 2021-2023	177.490.225
(2) Contribuir para a geração de receita, emprego e renda;		
(3) Promover produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros com ferramenta de Marketing, Mídias e Eventos;		
(4) Promover a "Marca Brazil";		
(5) Promover e apoiar a comercialização da oferta turística para os mercados interno e externo;		
(7) Promover a cooperação e integração entre os atores do turismo;		
(8) Fortalecer e ampliar parcerias nacionais e internacionais;		
(9) Assegurar fonte de recursos;		
(10) Propor normas e medidas à execução da Política Nacional de Turismo;		
(12) Gerar Inteligência de Mercado sobre oportunidades, customização de destinos, produtos e serviços.		

Título	Produto	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
Mecanismos de Promoção do Turismo	Projetos e Ações de Promoção do Turismo	1. Pessoal e Encargos Sociais	34.008.480
		2. Outras Despesas Correntes	143.481.745
		2.1. Promoção do Turismo	143.481.745
		2.2. Operações Especiais	-

ANEXO II (C) - PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO DE RESERVAS

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Função: (99) - Reservas
Subfunção: (999) - Reservas
Programa: Reservas

Objetivo Estratégico		Indicadores	Valores em R$ Mil
Garantir uma reserva de recursos que permita à EMBRATUR viabilizar sua continuidade operacional, em face a incertezas do cenário econômico.		-	92.268.993
Título	Produto	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
-	-	1. Reserva de Contingência	92.268.993
		2. Reserva Gerencial	-

ANEXO III - FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO DA DESPESA PROGRAMA

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

Função	Subfunção	Programa	Valores em R$ Mil
Código	Código	Descrição	Total
04	122	Gestão e Manutenção da EMBRATUR	45.335.556
23	695	Desenvolvimento e Promoção do Turismo	177.490.225
99	999	Reservas	92.268.993
Total			315.094.774

ANEXO IV - NATUREZA DE DESPESA

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

							Valores em R$ Mil
1	2	3	4	5	6	99	Total
Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reservas	
61.961.618		160.864.163				92.268.993	315.094.774

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Valores em R$ Mil

Receita	
Especificação	Total
Receitas Correntes	106.289.749
Déficit Corrente	
Receitas de Capital	208.805.025
Déficit de Capital	
SUBTOTAL	315.094.774
Déficit do Exercício	
TOTAL	315.094.774
Resumo	
Receitas Correntes	106.289.749
Receitas de Capital	208.805.025
Déficit do Exercício	

Despesa	
Especificação	Total
Despesas Correntes	222.825.781
Superávit Corrente	
Despesas de Capital	
Superávit de Capital	
Reservas	92.268.993
SUBTOTAL	315.094.774
Superávit do Exercício	
TOTAL	315.094.774
Resumo	
Despesas Correntes	222.825.781
Reservas	92.268.993
Superávit do Exercício	

ANEXO VI - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Órgão: (54000) Ministério do Turismo - MTUR
Unidade: EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Valores em R$ Mil

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL - JAN-JUN
Pessoal e Encargos Sociais	2.138.350	2.060.032	2.149.420	2.025.570	2.373.935	2.682.911	13.430.218
Outras Despesas Correntes	651.954	749.081	775.535	857.773	814.067	985.236	4.833.646
Subtotal	2.790.304	2.809.113	2.924.955	2.883.343	3.188.002	3.668.147	18.263.864
Pessoal e Encargos Sociais	1.989.748	2.100.186	2.298.691	2.358.951	2.442.488	2.728.178	13.918.242
Outras Despesas Correntes	4.356.906	5.330.573	8.100.036	9.123.030	9.850.320	8.960.258	45.721.123
Subtotal	6.346.654	7.430.759	10.398.727	11.481.981	12.292.808	11.688.436	59.639.365
Reserva de Contingência							0,00
Subtotal							0,00
Sub Total	9.136.958	10.239.872	13.323.682	14.365.324	15.480.810	15.356.583	77.903.229

MÊS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL JUL- DEZ
Pessoal e Encargos Sociais	2.785.593	2.145.292	2.238.474	2.191.883	2.528.497	2.633.181	14.522.920
Outras Despesas Correntes	1.202.030	1.665.236	1.858.963	2.271.483	2.698.362	2.852.698	12.548.772
Subtotal	3.987.623	3.810.528	4.097.437	4.463.366	5.226.859	5.485.879	27.071.692
Pessoal e Encargos Sociais	2.641.803	3.200.025	3.286.400	3.209.944	3.629.707	4.122.359	20.090.238
Outras Despesas Correntes	12.271.163	16.356.256	16.365.214	17.256.987	17.895.632	17.615.370	97.760.622
Subtotal	14.912.966	19.556.281	19.651.614	20.466.931	21.525.339	21.737.729	117.850.860
Reserva de Contingência						92.268.993	92.268.993
Subtotal						92.268.993	92.268.993
Sub Total	18.900.589	23.366.809	23.749.051	24.930.297	26.752.198	119.492.601	237.191.545
TOTAL							315.094.774

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

PORTARIA CNPC/SECULT/MTUR Nº 3, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Altera o calendário de realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, instituído pela Portaria CNPC/SECULT/MTur nº 2, de 3 de maio de 2022.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE CULTURA e PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010; pelos Decretos nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 e nº 9.891, de 27 de junho de 2019; e considerando o disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; no Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021 e na Portaria SECULT/MTur nº 38, de 24 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria CNPC/SECULT/MTur nº 2, de 3 de maio de 2022, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A etapa nacional da 4ª CNC será realizada no período de 4 a 8 de dezembro de 2023, na modalidade virtual, por meio de plataforma disponibilizada pela organização da conferência." (NR)

"Art. 8º .....:

I - Convocatória dos estados para etapa municipal: até 28/2/2023;

II - Etapa Municipal ou Intermunicipal: de 1º/3 a 31/5/2023;

III - Relatório da etapa municipal para etapa estadual: até 15/6/2023;

IV - Etapa Estadual e do Distrito Federal: de 1º/7 a 31/8/2023;

V - Envio do Relatório da etapa estadual para nacional: até 30/9/2023.

§ 1º Cabe à comissão organizadora estadual a definição do cronograma de realização das etapas municipais ou intermunicipais - respeitando o prazo limite até 31 de maio de 2023 -, o número de delegados(as) da etapa municipal para a etapa estadual e o prazo para envio do relatório da etapa realizada para sistematização e discussão na etapa estadual.

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º.....

§ 5º As Comissões Organizadoras das Etapas Estaduais e do Distrito Federal deverão encaminhar os relatórios das conferências realizadas para a Câmara Temática da 4ª Conferência Nacional de Cultura até 30 de setembro de 2023." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 440, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212525 - Eco Ópera
GRP CONSULTORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.765.970/0001-80
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 8.095,00
Valor total atual: R$ 595.177,50

PORTARIA Nº 441, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211306 - DANÇAS ARTES & TRAMAS 2022 - EVENTOS VIRTUAIS
FRED - UMA ALTERNATIVA A REINTEGRAÇÃO
CNPJ/CPF: 03.691.369/0001-86
Cidade: Contagem - MG;
Valor Reduzido: R$ 107.658,00
Valor total atual: R$ 1.277.905,14

191590 - Circuito Carnavalesco Cidades Históricas -Diamantina Tradição e Memória
PULSAR CULTURA E ESPORTE EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 23.377.031/0001-61
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 13.255,00
Valor total atual: R$ 1.430.332,50

212586 - NATAL DE ÁGUA E LUZES 2021 (Titulo Provisorio)
MESSE PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 00.777.418/0001-00
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 169.600,00
Valor total atual: R$ 1.844.760,00

202356 - Natal Luz para Todos 2020
AM PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 2.367.728,89
Valor total atual: R$ 802.909,13

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184023 - CONCERTOS ITINERANTE DO CONTESTADO
ORFACJ - ORQUESTRA FILARMÔNICA AMIGOS DA CULTURA JOAQUINENSE
CNPJ/CPF: 05.693.513/0001-49
Cidade: São Joaquim - SC;
Valor Reduzido: R$ 0,10
Valor total atual: R$ 444.660,00

182140 - Leva Viola - circulação de orquestras
ALPHA PRODUCOES CULTURAIS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 10.361.232/0001-29
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 138.919,00
Valor total atual: R$ 689.689,00

220126 - Plano Anual do Programa de Educação Musical - Academia para Jovens Músicos
Associação Amigos da Música de Piracicaba - AMPI
CNPJ/CPF: 15.024.077/0001-79
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Reduzido: R$ 24.570,00
Valor total atual: R$ 1.854.804,25

211430 - Simão Wolf - Show na rua
SIMAO ELIAS WOLF - ME
CNPJ/CPF: 09.356.573/0001-27
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Reduzido: R$ 9.320,00
Valor total atual: R$ 884.944,80

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
201284 - Exposição de Arte Destaque das Bienais 2020
Archimidia Produções Ltda - ME
CNPJ/CPF: 03.734.964/0001-51
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 47.817,00
Valor total atual: R$ 605.464,20

212648 - Túnel do tempo
GRP CONSULTORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.765.970/0001-80
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 68.329,00
Valor total atual: R$ 819.209,41

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
181607 - Projeto Cultura e Cidadania Integrada
ASSOCIACAO DESPORTIVA, CULTURAL E ARTISTICA DE CAPOEIRA E CIDADANIA INTEGRADA,
CNPJ/CPF: 30.302.264/0001-60
Cidade: Ponte Nova - MG;
Valor Reduzido: R$ 17.858,00
Valor total atual: R$ 355.634,34

PORTARIA Nº 442, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 178300 - Grande Reinado do Rosário de Itapecerica, publicado na portaria nº 0769/17 de 18/12/2017, no D.O.U. de 19/12/2017.

Onde se lê: O projeto visa a comemoração de 200 anos e a preservação da manifestação popular de valor cultural do Congado na cidade de Itapecerica - MG, através da Associação do Reinado do Rosário de Itapecerica, compreendendo 6 dias de festa com encenações, rituais, musicalidade, dança, devoção, a um público de aproximadamente 4 mil pessoas, de todas as faixas etária e gratuitamente.

Leia-se: O projeto visa a comemoração do Grande Reinado do Rosário de Itapecerica e a preservação da manifestação popular de valor cultural do Congado na cidade, através da Associação do Reinado do Rosário de Itapecerica, com encenações, rituais, musicalidade, dança, devoção, de forma gratuita.

PRONAC: 184818 - A Beleza Sombria dos Monstros: 13 Anos da Arte de Tim Burton, publicado na portaria nº 0770/18 de 14/12/2018, no D.O.U. de 17/12/2018.

Onde se lê: "Monstros, Desajustados e Maravilhas" é uma exposição de artes visuais que apresentará, a partir da exploração cenográfica e conceitual das páginas do livro "A arte de Tim Burton" de suas páginas, desenhos e pinturas por meio das artes tradicionais e da linguagem digital para recriar, no espaço expositivo, uma experiência expandida de leitura.

Leia-se: "A Beleza Sombria dos Monstros: 13 Anos da Arte de Tim Burton" é uma exposição de artes visuais que apresentará, a partir da exploração cenográfica e conceitual das páginas do livro "A arte de Tim Burton" de suas páginas, desenhos e pinturas por meio das artes tradicionais e da linguagem digital para recriar, no espaço expositivo, uma experiência expandida de leitura.

PRONAC: 203826 - Movimenta! Festival de Música Instrumental Brasileira, publicado na portaria nº 0580/20 de 28/09/2020, no D.O.U. de 29/09/2020.

Onde se lê: O projeto prevê a realização de uma série de concertos de música instrumental. Os shows acontecerão a cada dois meses no ano de 2021, prevendo assim 06 datas ao longo do ano. O evento também terá, a cada edição, a apresentação de duas bandas de música instrumental brasileira de artistas renomados da cena instrumental. Dentro do projeto também serão realizadas oficinas musicais presenciais a cada dia dos concertos, oficinas online durante todo o projeto e encontros com professores e estudantes da rede pública de ensino, como forma de contrapartida social.

Leia-se: O projeto prevê a realização de uma série de concertos de música instrumental. Os shows serão realizados em 02 edições (uma em agosto/2022 e outra antes do final do ano) , prevendo assim 06 datas ao longo do ano. O evento também terá, a cada dia, teremos a apresentação de duas bandas de música instrumental brasileira de artistas renomados da cena instrumental. Dentro do projeto também serão realizadas oficinas musicais presenciais a cada dia dos concertos, oficinas online durante todo o projeto e encontros com professores e estudantes da rede pública de ensino, como forma de contrapartida social

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 0332/2022, de 10/06/2022, referente a homologação de complementação no valor do projeto, publicada no D.O.U. nº 111 de 13/06/2022, Seção 1, págs. 116, relativo ao Projeto "Recanto Musical" - Pronac: 18-4044:

Onde se lê: Valor Complementado: R$ 681.356,00
Valor total atual: R$ 4.242.478,00
Leia-se: Valor Complementado: R$ 681.356,00
Valor total atual: R$ 2.212.530,00

Na portaria nº 0436/2022, de 29/07/2022, referente a homologação de complementação no valor do projeto, publicada no D.O.U. nº 144 de 01/08/2022, Seção 1, págs. 157/158, relativo ao Projeto " Plano Bianual de Atividades do Museu do Futebol - 2021/2022" - Pronac: 20-4732:

Onde se lê: Valor Complementado: R$ 2.285.006,25
Valor total atual: R$ 7.123.910,24
Leia-se: Valor Complementado: R$ 2.285.006,25
Valor total atual: R$ 7.041.685,24

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 45, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) nesta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

210124 - Filme Documental - Tecendo Histórias: A arte de Viver da Lã
Danilo César Maia de Siqueira
CNPJ/CPF: 028.276.876-90
Cidade: São Francisco de Paula - RS;
Valor Complementado: R$ 14.228,00
Valor total atual: R$256.017,85

Art. 2.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) nesta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

182538 - Music Video Festival 2018
Cinnamon Comunicação e Audiovisual Ltda EPP
CNPJ/CPF: 05.207.056/0001-35
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 274.330,00
Valor total atual: R$ 719.235,00

220028 - SPIELBERG
CONDE DE IRAJA PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.763.281/0001-83
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 6.341,40
Valor total atual: R$ 393.658,43

Art. 3º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/1991, Decreto nº 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínio.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I - Artigo 18, , § 1º

220549 - 1ª Mostra Cinema na Escola
DUOBR EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.020.443/0001-40
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 117.337,65
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Mostra itinerante em Escolas do Ensino Básico Fundamental do Municipio de Chapecó/SC, de filmes curta-metragem produzidos no Oeste de Santa Catarina, realizada ao longo de seis meses, em 30 dias não consecutivos.

220550 - Documentário Toca 12
BORN MIDIA LTDA
CNPJ/CPF: 38.314.188/0001-15
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 499.400,07
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto vai viabilizar a produção de um documentário de média metragem com duração entre 40 a 50 minutos, no formato 4K (3.840 x 2.160), que vai acompanhar a rotina diária, contando as histórias de meninos e meninas, moradores de comunidades e que treinam nas escolinhas de futebol das favelas, em sua preparação para um grande torneio da modalidade. As filmagens serão realizadas em comunidades carentes e no local do torneio, quando serão registradas a preparação e a expectativa de atletas e familiares para a participação das equipes dessas comunidades no Torneio Toca 12, apadrinhado pelo jogador Marcelo do Real Madri.

220551 - UM MUNDO MAIS HUMANO
TIAGO JOSE ILHA ZUCCOLO
CNPJ/CPF: 029.835.099-82
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 499.725,60
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O documentário investigativo UM MUNDO MAIS HUMANO vai buscar as origens das desigualdades sociais e a relação delas com o desequilíbrio ambiental. O média-metragem, em formato HD, terá cerca de 50 minutos de duração e classificação Livre.

220553 - Protagonistas que plantam sustentabilidade
ASSOCIACAO AVENTURA DE CONSTRUIR
CNPJ/CPF: 23.417.416/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.685,12
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar um documentário de media-metragem em FULLHD de 30 minutos intitulado Protagonistas que plantam sustentabilidade - com a temática centrada no fortalecimento de Microempreendedores No Mercado De Orgânicos: Da Semeadura Do Produtor Para A Mesa Do Consumidor Garantindo Sustentabilidade. Será conduzido para a população de baixa renda e para divulgar a sua cultura empreeendedora.

220554 - MOSTRA MC: METAVERSO BRASIL - TERRITÓRIOS BRASILEIROS - AÇÃO CONTINUADA
ES BRAZIL PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA
CNPJ/CPF: 36.384.022/0001-40
Cidade: Castelo - ES;
Valor Aprovado: R$ 2.312.398,75
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Experiências imersivas de projeções audiovisuais integram a programação do Festival Audiovisual MoV.Mostra: Edição Metaverso Brasil, uma itinerância inédita pelas cinco regiões brasileiras com mostras de cinema realizadas em experiências de mundo virtual. Estas mostras audiovisuais tentam replicar a realidade através de dispositivos digitais num espaço coletivo compartilhado com jovens, adultos e idosos prioritariamente de escolas públicas destas regiões. A proposta é reproduzir até 05 filmes que proponham experiências de metaverso, realizadas em 05 capitais representantes de 05 regiões brasileiras. As mostras pretendem exibir filmes de curta-metragem nos gêneros de documentário, ficção, animação e experimentais com até 30 min de duração. Em cada local a mostra terá de 1 a 3 dias de duração. Atividades como bate-papos e shows musicais enriquecem a programação audiovisual.

220555 - 26o forumdoc.bh - Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte
Associação Filmes de Quintal
CNPJ/CPF: 03.241.398/0001-46
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 209.752,40
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização da 26ª edição do Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte: forumdoc.bh.2022. Serão apresentadas sessões de filmes e debates com entrada gratuita em sala pública de cinema e demais espaços culturais municipais e exibições online em plataforma virtual específica.

ARTIGO 26
220552 - Comunicação Artística e Cultural
NELSON BERTOLINO CAVALCANTE DA SILVA
CNPJ/CPF: 047.087.304-38
Cidade: Maceió - AL;
Valor Aprovado: R$ 140.690,55
Prazo de Captação: 02/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A Comunicação Artística e Cultural é uma websérie, gênero: programa em full HD com 10 episódios e cada um destes terá em média a duração de 30 minutos e serão apresentados no decorrer de 20 dias, produzidas exclusivamente para as redes sociais; focada na promoção de conteúdo e que em seu primeiro bloco apresentará informações sobre: obras artísticas produzidas recentemente, eventos culturais e ações estatais da atualidade, na segunda parte será focada nas produções regionais; abrindo espaço para autores e produtores locais demonstrarem seu potencial, e finalizaremos com uma homenagem aos artistas e comunicadores que foram marcantes na sociedade.

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SG/MPU Nº 52, DE 26 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, considerando o contido na Informação 12053/2022 ASTECC/SGP (PGR-00292079/2022) e, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR/MPU n° 683, de 26 de setembro de 2013 e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º da Lei n° 13.316/2016, de 20 de julho de 2016, resolve:

Publicar o quadro-resumo, constante do anexo desta portaria, demonstrando a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão do Ministério Público da União, com dados vigentes em 30 de junho de 2022.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2022								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	647	80,47%	43	5,35%	5	0,62%	109	13,56%	804
FC-2	1.698	92,38%	72	3,92%	7	0,38%	61	3,32%	1.838
FC-3	435	92,75%	12	2,56%	-	0,00%	22	4,69%	469
Subtotal FC	2.780	89,36%	127	4,08%	12	0,39%	192	6,17%	3.111
CC-1	118	84,89%	4	2,88%	15	10,79%	2	1,44%	139
CC-2	869	51,48%	33	1,95%	623	36,91%	163	9,66%	1.688
CC-3	200	79,68%	4	1,59%	41	16,33%	6	2,39%	251
CC-4	298	61,95%	13	2,70%	159	33,06%	11	2,29%	481
CC-5	120	56,07%	46	21,50%	47	21,96%	1	0,47%	214
CC-6	33	48,53%	16	23,53%	15	22,06%	4	5,88%	68
CC-7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CNE	-		2		-		-	0,00%	2
Subtotal CC	1.638	57,62%	118	4,15%	900	31,66%	187	6,58%	2.843
TOTAL	4.418	74,20%	245	4,11%	912	15,32%	379	6,37%	5.954

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2022								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	56	72,73%	20	25,97%	-	0,00%	1	1,30%	77
FC-2	403	88,38%	34	7,46%	-	0,00%	19	4,17%	456
FC-3	255	82,26%	49	15,81%	-	0,00%	6	1,94%	310
Subtotal FC	714	84,70%	103	12,22%	-	0,00%	26	3,08%	843
CC-1	213	62,83%	21	6,19%	101	29,79%	4	1,18%	339
CC-2	144	70,24%	21	10,24%	39	19,02%	1	0,49%	205
CC-3	28	84,85%	2	6,06%	3	9,09%	-	0,00%	33
CC-4	72	73,47%	9	9,18%	15	15,31%	2	2,04%	98
CC-5	10	55,56%	4	22,22%	4	22,22%	-	0,00%	18
CC-6	-	-		-		-		-	-
CC-7	-	-		-		-		-	-
Subtotal CC	467	67,39%	57	8,23%	162	23,38%	7	1,01%	693
TOTAL	1.181	76,89%	160	10,42%	162	10,55%	33	2,15%	1.536

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.
(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.
(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.
(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2022								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	49	48,04%	46	45,10%	-	0,00%	7	6,86%	102
FC-2	65	72,22%	17	18,89%	-	0,00%	8	8,89%	90
FC-3	97	94,17%	5	4,85%	-	0,00%	1	0,97%	103
Subtotal FC	211	71,53%	68	23,05%	-	0,00%	16	5,42%	295
CC-1	49	66,22%	2	2,70%	22	29,73%	1	1,35%	74
CC-2	44	77,19%	1	1,75%	12	21,05%	-	0,00%	57
CC-3	20	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	20
CC-4	14	66,67%	-	0,00%	7	33,33%	-	0,00%	21
CC-5	10	71,43%	-	0,00%	4	28,57%	-	0,00%	14
CC-6	-	0,00%	1	50,00%	1	50,00%	-	0,00%	2
CC-7	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Subtotal CC	137	72,87%	4	2,13%	46	24,47%	1	0,53%	188
TOTAL	348	72,05%	72	14,91%	46	9,52%	17	3,52%	483

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.
(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.
(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.
(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2022								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	88	70,97%	33	26,61%		0,00%	3	2,42%	124
FC-2	350	86,63%	46	11,39%		0,00%	8	1,98%	404
FC-3	129	87,16%	18	12,16%		0,00%	1	0,68%	148
Subtotal FC	567	83,88%	97	14,35%	-	0,00%	12	1,78%	676
CC-1	103	67,32%	6	3,92%	44	28,76%		0,00%	153
CC-2	313	52,96%	18	3,05%	252	42,64%	8	1,35%	591
CC-3	45	54,88%	10	12,20%	24	29,27%	3	3,66%	82
CC-4	128	60,09%	9	4,23%	75	35,21%	1	0,47%	213
CC-5	2	28,57%	1	14,29%	4	57,14%		0,00%	7
CC-6	2	40,00%		0,00%	3	60,00%		0,00%	5
CC-7		-		-		-		-	-
Subtotal CC	593	56,42%	44	4,19%	402	38,25%	12	1,14%	1.051
TOTAL	1.160	67,17%	141	8,16%	402	23,28%	24	1,39%	1.727

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.
(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.
(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.
(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2022								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FC-2	3	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	3
FC-3	28	87,50%	2	6,25%	-	0,00%	2	6,25%	32
Subtotal FC	31	88,57%	2	5,71%	-	0,00%	2	5,71%	35
CC-1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CC-2	15	55,56%	1	3,70%	10	37,04%	1	3,70%	27
CC-3	4	50,00%	2	25,00%	2	25,00%	-	0,00%	8
CC-4	2	40,00%	1	20,00%	2	40,00%	-	0,00%	5
CC-5	1	33,33%	1	33,33%	1	33,33%	-	0,00%	3
CC-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CC-7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal CC	22	51,16%	5	11,63%	15	34,88%	1	2,33%	43
TOTAL	53	67,95%	7	8,97%	15	19,23%	3	3,85%	78

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.
(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.
(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.
(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 25, DE 26 DE JULHO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 24, referente à sessão realizada em 19 de julho de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos de nºs TC-029.626/2014-5 e TC-047.313/2020-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 3940 a 4150.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4151 a 4243, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-029.118/2019-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Sebastião Pedro da Ilva Júnior produziu a sustentação oral em nome de Carla Andréa Santos Cardoso. Acórdão n° 4151.

Na apreciação do processo TC-032.825/2013-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Ângelo Franco Gomes de Rezende não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Paulo César Bahia Falcão. Acórdão n° 4152.

Na apreciação do processo TC-002.528/2020-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Leandro Madureira Silva produziu sustentação oral em nome de Paulo Abrão Pires Júnior. Acórdão n° 4153.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo nº 004.962/2022-2, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, foi adiada para a sessão ordinária da Primeira Câmara de 30 de agosto de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 3940/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Maria Goreti Raupp Pereira, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Maria Goreti Raupp Pereira e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-004.307/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Goreti Raupp Pereira (437.633.400-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 3941/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência desta deliberação, para que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região cumpra as determinações exaradas no Acórdão 3098/2022-TCU-1ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-008.112/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Ivani da Silva (003.730.458-59).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3942/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Lucio Flavio Salazar Primo Junior, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proposta pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal (ANAJUSTRA);

Considerando, ainda, que o pagamento de quintos/décimos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos após 4/9/2001 não está abrangido pela modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento definitivo do RE 638.115/CE, devendo, assim, ser excluído do ato de concessão;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 11/3/2022, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Lucio Flavio Salazar Primo Junior e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-009.560/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lucio Flavio Salazar Primo Junior (191.267.863-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova a exclusão do pagamento de quintos/décimos decorrentes de funções exercidas após 9/4/2001;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 3943/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Vilma Gomes de Holanda, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.
Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;
Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;
Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proposta pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal (ANAJUSTRA);
Considerando, ainda, que o pagamento de quintos/décimos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos após 4/9/2001 não está abrangido pela modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento definitivo do RE 638.115/CE, devendo, assim, ser excluído do ato de concessão;
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 2/7/2020, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);
Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Vilma Gomes de Holanda e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-036.673/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vilma Gomes de Holanda (553.302.409-30).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova a exclusão do pagamento de quintos/décimos decorrentes de funções exercidas após 9/4/2001;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 3944/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Tania Barleta Basilio, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.
Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;
Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;
Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proposta pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal (ANAJUSTRA);
Considerando, ainda, que o pagamento de quintos/décimos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos após 4/9/2001 não está abrangido pela modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento definitivo do RE 638.115/CE, devendo, assim, ser excluído do ato de concessão;
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 12/5/2020, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);
Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Tania Barleta Basilio e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-037.111/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tania Barleta Basilio (522.495.659-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova a exclusão do pagamento de quintos/décimos decorrentes de funções exercidas após 9/4/2001;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 3945/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de Danilo Viana Barbosa, emitido pela Empresa Brasileira de Correis e Telégrafos (ECT).
Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação do interessado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelo Edital 11/2011-ECT;
Considerando que o presente ato de admissão decorreu de decisão judicial transitada em julgado, proferida pela Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sede de Recurso Ordinário (Processo 0000933-74.2016.5.10.0012), que determinou que a ECT convocasse o interessado para a realização de exames médicos admissionais e, caso lograsse êxito, procedesse na sequência à sua contratação;
Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);
Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de Danilo Viana Barbosa, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato; dar ciência desta deliberação à ECT e ao interessado.

1. Processo TC-004.830/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Danilo Viana Barbosa (028.329.301-23).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3946/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de Ricardo Bonfim de Souza, emitido pela Empresa Brasileira de Correis e Telégrafos (ECT).
Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação do interessado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelo Edital 11/2011-ECT;
Considerando que o presente ato de admissão decorreu de decisão judicial transitada em julgado, proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sede de Recurso Ordinário (Processo 0001038-84.2016.5.10.0001), que determinou que a ECT convocasse o interessado para a realização de exames médicos admissionais e, caso lograsse êxito, procedesse na sequência à sua contratação;
Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de Ricardo Bonfim de Souza, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato; dar ciência desta deliberação à ECT e ao interessado.

1. Processo TC-004.832/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo Bonfim de Souza (017.114.791-01).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3947/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "d" do RI/TCU, em determinar o apostilamento do Acórdão 2463/2022-TCU-Primeira Câmara, Sessão de 3/5/2022, Ata 13/2022, para corrigir o erro material a seguir transcrito, conforme proposta da unidade técnica, que teve a anuência do MP/TCU, mantendo-se inalterados os seus demais termos:

Item 9.3:

Onde se lê:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
12/03/2012	2.486,07	D
12/03/2012	14,10	D
27/03/2012	2.426,13	D
27/04/2012	4.360,56	D
(...)		
31/0/2013	25,80	D

(...)
Leia-se:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
12/03/2012	2.486,07	D
12/03/2012	14,10	D
27/03/2012	2.426,13	D
27/04/2012	4.360,56	D
(...)		
31/05/2013	25,80	D

(...)

1. Processo TC-010.257/2019-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francy Neudes Ferreira Correa (618.796.147-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Gustavo Regis Nunes Semblano (113.655/OAB-RJ), representando Francy Neudes Ferreira Correa.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3948/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Universidade Federal Fluminense, para o cumprimento de determinações expedidas no Acórdão 17.251/2021-TCU-1ª Câmara, por 90 (noventa) dias;

Considerando que a Universidade Federal Fluminense vem demonstrando esforço para cumprir a totalidade das determinações;

Considerando a complexidade dos trabalhos necessários ao cumprimento das determinações, associada à alegação da jurisdicionada de que vem enfrentando surtos de COVID-19, desde de dezembro de 2021, e de síndrome gripal, no Rio de Janeiro, os quais ocasionaram número significativo de afastamentos do trabalho dos respectivos servidores, impossibilitando de concluir todos os procedimentos determinados;

Considerando que o prazo fixado no Acórdão 17.251/2021-TCU-1ª Câmara encontra-se expirado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", do RI/TCU, em prorrogar o prazo por 90 (noventa) dias, excepcionalmente a contar da data de publicação desta decisão, com fulcro no art. 157, do mesmo normativo, para que a Universidade Federal Fluminense cumpra as determinações constantes do Acórdão 17.251/2021-TCU-1ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-032.147/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Universidade Federal Fluminense (28.523.215/0001-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3949/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.472/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Conceicao dos Santos (293.546.335-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3950/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.997/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nei Yoshihiro Soma (977.612.068-72).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3951/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.029/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ednaldo Souza Vieira (225.984.725-00); Lucimeire Magalhaes Pinto (124.880.115-68).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3952/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo:

1. Processo TC-014.671/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: 1.1. Interessados: Flávia Mascarenhas Gomes (038.802.217-58); Flávio de Oliveira Vieira (082.881.897-50); Francesco Di Nubila (119.136.887-47); Francisco José Ramos da Silva (906.697.975-53); George Tavares Bessa (034.443.817-19); Gersonita Regis da Silva Lima (058.887.515-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3953/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.950/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Isabel Rodrigues Cruvinel Ferreira Monteiro (391.254.161-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3954/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.130/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Beatriz Leite Mattos (142.673.087-05); Dafne Ingrid Lopes Nunes (054.855.221-57); Danielle Leite Batista (013.353.157-05); Eugênio Cesar Fonteles Cabral (262.175.547-04); Rosany Lopes Nunes (339.934.161-04).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3955/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.482/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo (043.086.224-50); Maria Jose de Luna Maximo (821.825.154-53).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3956/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.489/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Zenilda do Espirito Santo Beltrami (026.830.058-57).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3957/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em converter o presente julgamento em diligência para adoção da providência a seguir:

1. Processo TC-010.588/2022-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Rebecchi Pereira (667.268.247-34); Marco Antônio Rebecchi Pereira (543.732.717-04); Maria Cristina Rebecchi Pereira (717.167.857-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Comando da Marinha que convoque, no prazo de quinze dias, o sr. Marco Antônio Rebecchi Pereira a optar entre a pensão militar e a aposentadoria que recebe do Instituto Nacional do Seguro Social.

ACÓRDÃO Nº 3958/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.053/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Benedita Dutra do Nascimento (671.009.884-20); Marise de Castro Bessa (506.474.827-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3959/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.059/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Adriana Cerqueira de Lima (504.061.246-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3960/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em retornar os autos para a unidade técnica para proceder à avaliação a seguir determinada:

1. Processo TC-012.490/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Naimar de Barros Sismil (631.953.217-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que examine, em instrução fundamentada e detalhada, para fins de subsidiar a apreciação do ato de pensão instituída pelo sr. Joel Thomaz Borges, a legalidade do pagamento da rubrica "C12-AD CORG PQDT (Vantagem de caráter pessoal - Adicional/retribuição decorrente de titulação/qualificação) - Decisão judicial (Anexo "Sentença Judicial (cumprimento de julgado)";
1.7.2. determinar ao Comando do Exército que faça juntar a estes autos, no prazo de quinze dias, os elementos com base nos quais foi admitida a existência de união estável entre o instituidor e a beneficiária, tais como declaração de imposto de renda, comprovantes de residência, inscrição em plano de saúde ou similar, conta bancária conjunta, entre outros.

ACÓRDÃO Nº 3961/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno dos autos à unidade técnica para a adoção da providência a seguir especificada:

1. Processo TC-012.491/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria Cristina Vinas Gomes da Silva (292.971.090-04); Maria Elisabeth Gomes da Silva Itusarry (248.032.860-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que esclareça a natureza da parcela "DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", no montante de R$ 8.712,97, recebida pela sra. Maria Elisabeth Gomes da Silva Itusarry da Universidade Federal do Rio Grande, a despeito de não guardar relação direta com a pensão milita ora em exame.

ACÓRDÃO Nº 3962/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura em desfavor de Marca Alpha Gestão Estratégica Eireli e Rebecca Brogglio Pivetta, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, captados por força do projeto cultural Pronac 131690, cujo nome é "Gastronomia Arte",

Considerando que, após regular citação, a empresa Whirlpool S/A requereu o parcelamento do débito em 60 meses;

Considerando que, na jurisprudência do Tribunal, há manifestações no sentido de conceder, em caráter excepcional, parcelamento de débito em número de parcelas superior ao limite legal (Acórdãos 5.919/2011-1ª Câmara, 6.537/2016-1ª Câmara e 2.395/2017-1ª Câmara);

Considerando que a avaliação da boa-fé e a eventual incidência dos juros de mora serão examinados no julgamento de mérito deste processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

a) autorizar o recolhimento parcelado do débito abaixo discriminado, atualizado monetariamente, a partir da data especificada, até o prazo abaixo fixado, aos cofres do Tesouro Nacional, em sessenta parcelas mensais e consecutivas;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
31/10/2013	400.000,00

b) fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de correção monetária sobre o valor de cada parcela;

c) alertar a responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

d) dar ciência desta deliberação, aos responsáveis e ao Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura; e

e) remeter o processo à Secretaria de Gestão de Processos - Seproc/Secef para que adote as medidas administrativas sob sua responsabilidade.

1. Processo TC-033.912/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Incubadora Social Gastromotiva (08.505.223/0001-12); Marca Alpha Gestão Estratégica Eireli (15.871.224/0001-46); Rebecca Brogglio Pivetta (364.786.638-50); Whirlpool S.A (59.105.999/0001-86).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: André Macedo de Oliveira (15014/OAB-DF), representando Associação Incubadora Social Gastromotiva; Flávia Ferraciolli Manso (265654/OAB-SP), Cesar André Machado de Morais (415844/OAB-SP) e outros, representando Whirlpool S.a.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3963/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara¸ ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do seguinte processo, dando-se ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Banco do Nordeste do Brasil S. A., de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.218/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Fundação Marcos de Bruin (41.409.236/0001-63); Renata Alves de Melo (791.495.453-53).
1.2. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3964/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143 e 235 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.170/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3965/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.529/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Braga Cavalcante (122.502.603-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3966/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS em favor de Mireza Faria Marti.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 30/8/2010, proferida nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre (RS) e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe);

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Mireza Faria Marti (443.558.740-87), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-004.880/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mireza Faria Marti (443.558.740-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3967/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em favor do ex-servidor André Luiz Reis.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de André Luiz Reis (090.658.142-72), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-004.914/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: André Luiz Reis (090.658.142-72).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3968/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor de Eliane Rodrigues.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 023.177/2021-7 (Acórdão 12.741/2021-TCU-1ª Câmara), em que se verificou como irregularidade a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP;

Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP cadastrou novo ato informando que a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília e que foi movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que há comprovação nos autos demonstrando que a ação mencionada, de fato, beneficia a interessada;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 6.542/2022) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 47.690/2018, já apreciado no TC 023.177/2021-7;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Eliane Rodrigues (110.440.258-08), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-004.915/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Eliane Rodrigues (110.440.258-08).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3969/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo extinto Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), em favor da ex-servidora Katia Elizabete Landim Barrocas Tavares.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento das rubricas "Decisão judicial (16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO)", no valor de R$ 83,00, e "Decisão judicial (16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO)", no valor de R$ 290,50;

Considerando que as referidas parcelas se referem à vantagem denominada "complemento salarial" de que trata o Decreto-Lei 2.438/88 e Lei 11.314/2006, aos servidores do Dnocs (e àqueles do Dnocs transferidos para o Ministério da Fazenda);

Considerando que a jurisprudência desta Corte tem afirmado reiteradamente que o provimento judicial que amparou o recebimento das referidas rubricas não afastou a obrigatoriedade de ulterior absorção pelos aumentos deferidos à carreira. Nessa linha os Acórdãos 4.975/2017 e 451/2020, ambos da 1ª Câmara e de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Considerando que a parcela ora impugnada foi originalmente instituída pelo Decreto-Lei 2.438/1988, a título de "complementação salarial", restabelecida pela Lei 11.314/2006 e, finalmente, fixada pelo art. 14 da Lei 12.716/2012, que possui o seguinte teor:

"Art. 14. A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI de que trata o art. 9º da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, a partir de 1º de fevereiro de 2012, será devida nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os ocupantes de cargos de nível intermediário, incidentes sobre o vencimento básico do respectivo padrão em que o servidor se encontrava posicionado em 1º de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas na Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza e estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais."

Considerando que vantagem em questão deveria ser paga na forma de VPNI, e que sua base de cálculo seria o vencimento básico de fevereiro/2012, estando sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral dos servidores federais e devendo ser gradativamente absorvida no caso de promoções, progressões ou reestruturação de cargos;

Considerando a inobservância de obrigatória absorção da parcela pelas alterações de remuneração posteriores à concessão da vantagem;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Katia Elizabete Landim Barrocas Tavares (213.650.673-00), recusando o respectivo registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério da Economia, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-004.945/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Katia Elizabete Landim Barrocas Tavares (213.650.673-00).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Economia que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3970/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar da data desta deliberação, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 2.400/2022-TCU-1ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-004.979/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos de Lima Fernandes (035.656.374-04).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3971/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Valeria Rodrigues da Silva.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 037.025/2021-0 (Acórdão 17.263/2021-TCU-1ª Câmara), em que se verificou como irregularidade a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

Considerando que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região cadastrou novo ato informando que a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 7/3/2013, proferida nos autos da Ação Ordinária 2003.38.00.051846-4/MG, que tramitou na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 151.347/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 30.487/2019, já apreciado no TC 037.025/2021-0;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Valeria Rodrigues da Silva (493.924.096-72), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-005.043/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valeria Rodrigues da Silva (493.924.096-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3972/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Rochele Beresniak Shucster.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 022.890/2021-1 (Acórdão 11.525/2021-TCU-1ª Câmara), em que se verificou como irregularidade a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

Considerando que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região cadastrou novo ato informando que a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 30/8/2010, proferida nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre (RS) e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe);

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 153.572/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 52.186/2018, já apreciado no TC 022.890/2021-1;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rochele Beresniak Shucster (349.480.900-34), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-005.626/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rochele Beresniak Shucster (349.480.900-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3973/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal de Uberlândia em favor de Carlos Roberto Lobato.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de anuênio em percentual (18%) superior ao efetivamente devido (11%);

Considerando que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial proferida em 11/9/2018, nos autos do processo 1000077-34.2018.4.01.3803, que tramitou na 1ª Vara Federal Cível de Uberlândia/MG e cuja sentença foi no sentido de impedir que o órgão reduza o percentual de anuênios de 18% para 11%;

Considerando que a referida decisão judicial não transitou em julgado e aguarda julgamento de recurso de apelação no âmbito da 2ª Turma do TRF da 1ª Região desde 20/5/2019;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Carlos Roberto Lobato (255.026.386-34), recusando o respectivo registro;

encaminhar à Advocacia-Geral da União (AGU), com ciência à Consultoria Jurídica deste Tribunal (Conjur), as informações necessárias ao acompanhamento do processo 1000077-34.2018.4.01.3803, que tramitou na 1ª Vara Federal Cível de Uberlândia/MG e que atualmente está pendente de julgamento de recurso de apelação no âmbito da 2ª Turma do TRF da 1ª Região desde 20/5/2019;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-005.700/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Roberto Lobato (255.026.386-34).
1.2. Órgão: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que:
1.7.1. acompanhe o deslinde do processo 1000077-34.2018.4.01.3803, que aguarda julgamento de apelação no âmbito da 2ª Turma do TRF da 1ª Região desde 20/5/2019 e, caso o desfecho seja desfavorável ao interessado, adote as medidas administrativas necessárias à exclusão da parcela judicial que amparou o pagamento de anuênios em percentual superior ao devido para o interessado, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;
1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3974/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em favor de Ilka Maria Anselmo Nogueira.
Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;
Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;
Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 18.152/2021-TCU-2ª Câmara, já havia apreciado pela ilegalidade o ato e-pessoal 41.808/2020, emitido em favor da Sra. Ilka Maria Anselmo Nogueira, em razão da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 149.140/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 41.808/2020;
Considerando que o Acórdão 18.152/2021-TCU-2ª Câmara, a despeito de determinar o destaque da parcela de quintos incorporados entre 9/4/1998 e 4/9/2001, não determinou o cadastramento de novo ato;
Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (e-pessoal 149.140/2021) emitido em favor de Ilka Maria Anselmo Nogueira (162.705.092-20), recusando o respectivo registro;
esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-pessoal.

1. Processo TC-006.732/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ilka Maria Anselmo Nogueira (162.705.092-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3975/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA em favor de Elzita de Andrade Franco Brandão.
Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;
Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;
Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 11.378/2021-TCU-2ª Câmara, já havia apreciado pela ilegalidade o ato e-pessoal 5.860/2020, emitido em favor da Sra. Elzita de Andrade Franco Brandão, em razão da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 5.079/2022) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 5.860/2020;
Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (e-pessoal 5.079/2022) emitido em favor de Elzita de Andrade Franco Brandão (133.625.345-20), recusando o respectivo registro;
esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-pessoal.

1. Processo TC-006.739/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elzita de Andrade Franco Brandão (133.625.345-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3976/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.831/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fabiana Aparecida Manieri (554.258.441-15); Volnei Ataide de Farias (680.056.609-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3977/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.848/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Claudia Colaco Potter (457.702.554-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3978/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.850/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Edileusa Moura da Silva Melo (207.770.783-68); Ruth Mary Alves dos Santos (151.903.313-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3979/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.889/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Claudece Viturino de Holanda (153.107.604-15); Joao Carlos da Silva Correia (127.356.204-68); Ozias Elias Ferreira (083.250.734-20); Patricia Maria Travassos de Arruda (342.725.934-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3980/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.896/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Delapaz Batista Moreira Costa (513.628.136-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3981/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.918/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosangela Ferreira Araujo (339.762.601-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3982/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.926/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Edneide Valeria Branco Oliveira Coelho (279.907.884-20); Marisa Maria Colombo (334.518.690-04); Valeria Eliane Gozzo Antonietto (496.058.959-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3983/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.466/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aurissonia Alves de Lucena Arantes (271.140.311-49); Dario Ferreira da Silva (252.210.519-15); Elizanira Ribeiro Alves de Mendonca (078.601.532-20); Ignes Maria da Conceicao Martins Lisboa (032.472.522-15); Maria Aparecida Sobral Santos (359.247.215-15).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3984/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em favor do ex-servidor Orlando Paulino da Silva.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Orlando Paulino da Silva (028.431.612-15), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-007.994/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Orlando Paulino da Silva (028.431.612-15).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3985/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.120/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Henrique Teixeira Padua (081.935.086-96).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3986/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.122/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Cristina Pedreira (292.358.800-25); Maria Cristina Schneider (381.668.100-00); Neyde Gloria Moreira Garrido (013.720.578-38); Pedro Nasare Pimentel (057.849.722-00); Vania Maria Queiroz Felipe (593.521.247-15).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3987/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.175/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fabio de Freitas Pereira (160.090.454-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3988/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em favor de Regis Cunha Paiva.

Considerando que, no ato em epígrafe, a Sefip identificou, como irregularidade, o pagamento judicial da parcela denominada GDAR, consoante os excertos da instrução de peça 5 a seguir transcritos:

A rubrica judicial se refere à GDAR que teve origem no Mandado de Segurança Coletivo 0018381-85.2014.4.01.3400, impetrado pela Associação dos Servidores Federais em Transportes (ASDNER), com pedido de liminar, a fim de suspender a aplicação da Mensagem 554726/MPOG, que determinou a absorção integral das VPNIs relativas à

GDAR, bem como descontos nos proventos dos beneficiários, a título de reposição ao Erário, dos valores decorrentes de VPNIs recebidas.

(...)

Diante do contexto judicial apresentado, o Tribunal de Contas da União está impedido de determinar a suspensão da referida parcela. Entretanto, em face da independência das instâncias, pode decidir a questão posta a sua análise com base nos documentos acostados aos autos e na sua jurisprudência, não se vinculando aos provimentos judiciais eventualmente existentes.

Deste modo, considerando a jurisprudência da Corte de Contas, o ato de aposentadoria constante dos autos deve ser considerado ilegal, com negativa de registro, devido ao pagamento irregular de rubrica referente à Gratificação de Desempenho de Atividades Rodoviárias (GDAR), extinta pelo art. 28, inciso III, da Lei 8.460/1992, que não foi corretamente absorvida mesmo após a implantação de novas estruturas remuneratórias na carreira dos interessados.

Registre-se que não há necessidade de comprovação de que o(a) interessado(a) era filiado(a) a Associação na época do trâmite da Ação que ampara o referido pagamento, e que autorizou a referida entidade a defender os seus interesses na aludida ação. (...)

Considerando que, na sentença definitiva, o juízo titular da 6ª Vara Federal/DF concedeu parcialmente a segurança aos interessados, ratificando o deferimento parcial do pedido liminar, para determinar à autoridade coatora que não procedesse aos descontos determinados pela Mensagem 554726/MPOG, a título de reposição ao Erário, dos valores decorrentes de VPNIs recebidas pelos filiados da impetrante da ação;

Considerando que, posteriormente, a ASDNER, insatisfeita com as consequências da negativa sofrida em recurso de apelação, que recebeu o recurso apenas no seu efeito devolutivo, o que acarretaria a pronta supressão da parcela indigitada dos proventos dos interessados, interpôs o Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, com o intuito de que fosse concedido efeito suspensivo à referida apelação;

Considerando que, acatando o pedido, o TRF da 1ª Região deu provimento ao agravo de instrumento, recebendo o recurso tanto no seu efeito devolutivo como no suspensivo;

Considerando que, em pesquisa realizada no portal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, verificou-se que o Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF ainda se encontra pendente de julgamento definitivo pela Turma, o que faz com que a decisão liminar, que recebeu o recurso nos seus efeitos devolutivo e suspensivo, ainda esteja em vigor, impedindo a suspensão do pagamento da parcela ora tratada nos autos;

Considerando que, nessa situação, o TCU está impedido de determinar a suspensão da referida parcela em razão de existir decisão judicial precária que ampara seu pagamento;

Considerando o princípio da independência das instâncias, que permite ao TCU decidir a questão posta à sua análise com base nos documentos acostados aos autos e na sua jurisprudência, não se vinculando aos provimentos judiciais eventualmente existentes;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Regis Cunha Paiva (394.151.206-49), recusando o respectivo registro;

b) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-008.871/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Regis Cunha Paiva (394.151.206-49).

1.2. Órgão: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

1.7.1. acompanhe o deslinde do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, que tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, caso o desfecho seja desfavorável ao interessado, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do pagamento da VPNI relativa à GDAR, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;

1.7.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3989/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.978/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar Lima (213.168.056-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3990/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.989/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Narciso Saraiva Pelaes (060.034.002-34).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3991/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE em favor de Armanda Pereira de Melo Lins.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília e que foi movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que há comprovação nos autos demonstrando que a ação mencionada, de fato, beneficia a interessada;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Armanda Pereira de Melo Lins (075.137.554-34), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-009.463/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Armanda Pereira de Melo Lins (075.137.554-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3992/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.584/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vailton Alves da Silva (222.268.695-49).

1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3993/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Otacílio Godinho dos Santos.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 16.594/2021-TCU-2ª Câmara, já havia apreciado pela ilegalidade o ato e-pessoal 84.807/2018, emitido em favor do Sr. Otacílio Godinho dos Santos, em razão da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 158.500/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 84.807/2018;

Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Otacílio Godinho dos Santos (332.529.399-91), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-pessoal.

1. Processo TC-009.903/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Otacilio Godinho dos Santos (332.529.399-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3994/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor de Marco Antônio Costa Domingues.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília e que foi movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que há comprovação nos autos demonstrando que a ação mencionada, de fato, beneficia o interessado;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Marco Antônio Costa Domingues (748.474.737-87), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, em relação à concessão emitida em favor do Sr. Marco Antônio Costa Domingues.

1. Processo TC-010.317/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marco Antônio Costa Domingues (748.474.737-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3995/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais em favor de Tânia Mara Dussin.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas ou fundamentadas em decisão judicial não transitada em julgado, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, no caso dos autos, a parcela de quintos foi incorporada com fundamento em decisão judicial não transitada em julgado, proferida nos autos do processo 0028066-61.2006.4.01.3800, que tramita no juízo da 18ª Vara Federal de Belo Horizonte;

Considerando que, nos casos de concessões fundamentadas em decisões judiciais não transitadas em julgado, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Tânia Mara Dussin (356.557.126-87), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Universidade Federal de Minas Gerais, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-010.341/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tânia Mara Dussin (356.557.126-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
1.7.1. promova o destaque da parcela excedente de quintos incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, tendo em vista que a vantagem decorre de decisão judicial não transitada em julgado;
1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 3996/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Ana Cristina Thiers Reis Lamartine Melo.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 13.907/2021-TCU-2ª Câmara, já havia apreciado pela ilegalidade o ato e-pessoal 95.995/2018, emitido em favor da Sra. Ana Cristina Thiers Reis Lamartine Melo, em razão da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 159.858/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 95.995/2018;

Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (e-pessoal 159.858/2021) emitido em favor de Ana Cristina Thiers Reis Lamartine Melo (104.745.013-53), recusando o respectivo registro;

esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-pessoal.

1. Processo TC-010.403/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Cristina Thiers Reis Lamartine Melo (104.745.013-53).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3997/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Sandra Regina da Silva Gaspar.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 2/3/2011, proferida pela 22ª Vara Federal de São Paulo, nos autos da ação ordinária 2004.61.00.000292-1, que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo - Sintrajud;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Sandra Regina da Silva Gaspar (066.028.728-50), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-010.427/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sandra Regina da Silva Gaspar (066.028.728-50).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3998/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.479/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Regina Nercolini (489.501.579-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3999/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.483/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer (829.521.837-91); Sonia Regina Cataldo (696.614.807-53); Suzana de Fatima Leal Vianna (612.637.107-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4000/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, atos de concessão de aposentadoria, inicial e alteração, emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB em favor de Francisca Helena de Jesus Vidal.

Considerando que o ato inicial (e-pessoal 123.186/2019) reúne condições para receber a chancela da legalidade, uma vez que a versão submetida para análise do Tribunal (peça 3) não apresenta irregularidades;

Considerando que o ato de alteração (e-pessoal 23.082/2020, peça 4) contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar legal o ato inicial (e-pessoal 123.186/2019) referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Francisca Helena de Jesus Vidal (109.558.874-53), concedendo o respectivo registro;

b) considerar ilegal o ato de alteração (e-pessoal 23.082/2020) referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Francisca Helena de Jesus Vidal (109.558.874-53), recusando o respectivo registro;

b.1) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

b.2) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-010.855/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Francisca Helena de Jesus Vidal (109.558.874-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de quintos incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 4001/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Alagoas, em favor do ex-servidor Lauro Farias Junior.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Lauro Farias Júnior (112.919.904-53), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal de Alagoas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-010.869/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lauro Farias Junior (112.919.904-53).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 4002/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Vera Lúcia Caldana.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 2/3/2011, proferida pela 22ª Vara Federal de São Paulo, nos autos da ação ordinária

2004.61.00.000292-1, que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo - Sintrajud;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Vera Lúcia Caldana (156.921.358-50), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-010.911/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vera Lúcia Caldana (156.921.358-50).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4003/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.999/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Goretti Araujo dos Santos (179.430.513-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4004/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.015/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Clemente de Lima (491.381.707-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4005/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.028/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marta Maria Pinheiro de Sousa (045.106.903-04).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4006/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.037/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Argolo (182.445.481-34); Josefa Estevao da Silva (114.178.622-20); Juracy Maria de Oliveira (087.999.621-87); Luiza dos Anjos Santos (025.899.742-72).
1.2. Órgão/ Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4007/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.055/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Regina Celia Ferreira Gomes da Silva (551.009.967-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4008/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.901/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ovidio dos Santos Oliani (003.421.358-99).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4009/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.932/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marli Aparecida de Crescenzo (118.319.898-16).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4010/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto por Antônio Luiz Felix Mathias, contra o Acórdão 233/2022-TCU-1ª Câmara (peça 8), por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal ato de aposentadoria emitido em favor do recorrente.

Considerando que, regularmente notificado, em 22/2/2022 (peça 15, p. 2), da deliberação recorrida, o recorrente somente compareceu aos autos em 17/3/2020, oportunidade em que protocolizou seu pedido de reexame (peças 17);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "o prazo começa a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 185, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 23/2/2022, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 9/3/2022;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, uma vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que o recorrente não traz aos autos documentos que demonstrem a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 48, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso II, e 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Antônio Luiz Felix Mathias, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos; e

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-022.290/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Antonio Luiz Felix Mathias (110.296.331-34).
1.2. Interessado: Antonio Luiz Felix Mathias (110.296.331-34).
1.3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Fabrizio Costa Rizzon (OAB/SC 19.111) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4011/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.421/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Araujo Antunes (047.102.951-31); Josiel Cardoso Londono (020.893.461-83); Maira Marques Marcelino (021.830.531-19); Pedro Gomes (013.288.051-23); Rodrigo Lopes de Marques (021.731.021-41).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4012/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.190/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria da Luz Santos de Moura (048.456.974-08); Risomar Silveira Lima (025.947.302-20); Terezinha Nunes de Souza (627.835.804-20).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4013/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.106/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rozeane Macedo de Lucena (280.512.704-87).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4014/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.169/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Claudia Badan Ribeiro (278.498.908-92).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4015/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.170/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Elhenice Grock (497.560.790-53); Joao Marcelo Correa Ramos (662.553.840-04); Marcia Bins Di Napoli (315.618.100-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4016/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.038/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Neusa Maria Romanzini Pires Cerveira (000.562.304-94).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4017/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.290/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Frederico Alexandre Lobo de Toledo (701.463.961-70).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4018/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-009.175/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Thereza de Carvalho Soares (410.017.296-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4019/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.666/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Agnes de Fatima Barcelos Paim (636.116.866-20); Neusa Mari Barcelos Paim (256.310.986-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4020/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.592/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Suzi Mara Piccolo (145.325.731-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4021/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.162/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Ivana Pereira Reis (030.106.847-03).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4022/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.171/2022-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Iolanda Vazques de Souza Silva (379.386.570-34); Mariza Souza Bulcao (216.044.280-15); Sadia Natercia Silveira Stainhausen (552.514.470-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4023/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.048/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Bernadete Pinheiro de Aquino (486.570.853-72); Silvana Casagrande (726.027.166-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4024/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.058/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Claudio Peres de Sales (593.539.455-34); Ed Cid da Silva Sales (051.746.677-57); Edda Maria Teixeira Simas (434.774.457-91); Kitia Silva Sales (051.746.657-03); Maria Cristina Goncalves Mandarino (546.411.367-34); Maria de Salete da Silva (401.939.697-34); Regina Maria Monteiro Teixeira (550.228.477-87); Stela da Silva Goncalves (546.411.957-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4025/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.187/2022-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Serafim (018.648.902-15); Marcondes Cavalcante Noronha (369.063.873-91).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4026/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os itens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 985/2022-TCU-1ª Câmara (peça 161), prolatado na Sessão de 22/2/2022 - Telepresencial, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os parecer emitido nos autos (peça 194):

Onde se lê:
"9.3. aplicar, individualmente, (...)"
"9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, (...)"
"9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado (...)"
"9.6. encaminhar cópia deste acórdão (...)"

Leia-se:
"9.4. aplicar, individualmente, (...)"
"9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, (...)"
"9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado (...)"
"9.7. encaminhar cópia deste acórdão (...)"

1. Processo TC-002.517/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91); José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.6. Representação legal: Maira Benarrosh Macedo (OAB/RO 9.402) e José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4027/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:
a) expedir quitação a Cristiano Dutra Vale (330.964.732-34), diante do recolhimento integral do débito a que se refere o item 9.6 do Acórdão 6.355/2018-TCU-1ª Câmara (peça 55);
b) julgar regulares com ressalva as contas de Cristiano Dutra Vale (330.964.732-34), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e
c) encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável.

1. Processo TC-006.882/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 005.369/2021-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.371/2021-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Cristiano Dutra Vale (330.964.732-34); Luis Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06).
1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Viseu/PA.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: Brenda da Silva Assis Araujo (OAB/PA 15.692).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4028/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de "pedido de reexame" interposto por Luciano Elói Santos em face do Acórdão 13.383/2021-TCU-1ª Câmara (peça 87).
Considerando que a peça recursal foi examinada com base nos requisitos estabelecidos para o recurso de reconsideração, cabível nestes autos, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992;
Considerando que, por meio do Acórdão 13.383/2021-TCU-1ª Câmara (peça 87), esta Corte de Contas julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o em débito;
Considerando que em face dessa deliberação o recorrente interpôs recurso de reconsideração, que foi conhecido, para, no mérito, ter seu provimento negado, de acordo com o Acórdão 2.436/2022-TCU-1ª Câmara (peça 103);
Considerando que o art. 278, § 4º, do Regimento Interno do TCU dispõe que "não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto";
Considerando, portanto, que o presente recurso não deve ser conhecido, por ser inadequado para combater deliberação que apreciou outro recurso interposto, nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno do TCU;
Considerando que a rediscussão de mérito solicitada pelo recorrente não se mostra mais possível em sede de recurso ordinário, em razão da preclusão consumativa, prevista no art. 278, § 3º, do Regimento Interno do TCU, que se operou devido ao recurso de reconsideração anteriormente interposto;
Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/1992 e que o recebimento da peça nessa modalidade seria prejudicial ao responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de revisão da decisão;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, 278, §§ 3º e 4º, e 285 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Luciano Elói Santos, em razão de ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto; e
b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-015.733/2018-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Dayson Honorio Martins (372.833.676-91); Luciano Eloi Santos (230.777.516-15).
1.2. Recorrente: Luciano Eloi Santos (230.777.516-15).
1.3. Entidade: Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Rodrigo da Costa Ferreira (OAB/MG 156.339).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4029/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 174, 175, 176, 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) declarar a nulidade da citação realizada em face do Sr. Francisco Muniz Coelho (014.752.314-15);
b) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e
c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e à Sra. Eugênia Alencar Coelho Máximo (029.710.934-09).
1. Processo TC-040.788/2019-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francisco Muniz Coelho (014.752.314-15).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Ouricuri/PE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4030/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;
b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e
c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-001.683/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Município de Mangaratiba.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4031/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência à Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Contrato 367/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

b.1) observe o § 2º do art. 4º da Lei 13.979/2020 sobre as informações alusivas ao prazo contratual, bem como opção de acesso à gravação de relatórios, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações nos termos do inciso II do § 3º do art. 8º da Lei 12.527/2011;

b.2) providencie, caso não o tenha ainda feito, as medidas corretivas, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 4º da Lei 13.979/2020 e na Cláusula Oitava do Contrato 367/2020;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre) e ao representante;

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-003.244/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Acre.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4032/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e à representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-003.348/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Global System Prevenção Contra Incêndio Eireli (08.388.644/0001-00).
1.2. Entidade: Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Marcio Gomes Leal (OAB/RJ 84.801).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4033/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) juntar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao TC 034.653/2018-0;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Instituto Vital Brazil S/A e à representante; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-004.362/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgãos: Ministério da Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4034/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Justiça Federal - Seção Judiciária/RS - TRF-4 e ao representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-012.501/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Justiça Federal - Seção Judiciária/RS - TRF-4.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4035/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação referente à licitação com número 42/2022, deflagrada pelo Departamento de Logística em Saúde (Dlog), na modalidade pregão eletrônico (Processo 25000.118731/2021-74, peça 18), que tem por objeto a contratação para a aquisição de Levonorgestrel Associado a Etinilestradiol (0,15mg + 0,03mg).

Considerando a descaracterização dos indícios de irregularidades suscitadas pela representante, nos termos analisados pela Selog às peças 22-24;

Considerando a proposta da unidade técnica de não conhecer da representação, por não atender os requisitos aplicáveis à espécie;

Considerando que a unidade instrutiva também propôs esclarecer à representante que eventual provocação deste Tribunal para o atendimento de interesses privados em detrimento do interesse público pode configurar litigância de má-fé, a ensejar aplicação de multa prevista no CPC;

Considerando, contudo, que as alegações constantes da representação buscaram evidenciar eventual prejuízo ao Erário, porém sem sucesso, conforme demonstrado pela Selog;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-012.505/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - MS.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4036/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades na utilização de cota parlamentar por Deputada Federal.

Considerando que os fatos ora analisados se revestem de interesse público e, caso materializados, ensejariam atuação desta Corte de Contas.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, e arquivar o processo, sem resolução de mérito; e

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante.

1. Processo TC-015.039/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Câmara dos Deputados.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4037/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) em relação ao responsável Sr. Antônio José Ferreira Simões:

b.1) acolher as razões de justificativa concernentes aos fatos informados no ofício de audiência, nas letras "a" e "a.2";

b.2) acolher parcialmente as razões de justificativa concernentes aos fatos informados no ofício de audiência, nas letras "a.1" e "a.3";

c) em relação ao responsável Sr. Ruy Carlos Pereira:

c.1) acolher as razões de justificativa concernentes aos fatos informados no ofício de audiência, nas letras "b", "c", "d";

c.2) acolher parcialmente as razões de justificativa concernentes aos fatos informados no ofício de audiência, nas letras "a" e "e";

d) em relação ao responsável revel Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, que sejam aproveitadas em seu favor as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Antônio José Ferreira Simões, nos termos do art. 161 do Regimento Interno do TCU;

e) com fundamento no art. 17 da Resolução-TCU 259/2014, que sejam desentranhadas deste processo as peças 211, 215, 216, 217, 218, relativas ao Processo Administrativo 09030.000047/2017-47 encaminhado pela Corregedoria do MRE;

f) dar ciência ao Ministério das Relações Exteriores, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que:

f.1) manter recursos transferidos, no âmbito do Convênio 1/2009-ICBV e Convênio 1/2012- ICBV, em agência de banco privado venezuelano localizada nas Ilhas Cayman, contrariou o disposto no art. 10, caput, do Decreto 6.170/2007, na redação dada pelo Decreto 6.428/2008; na Cláusula Quarta, § 1º, do Termo de Convênio 1/2009; na Cláusula Quarta, § 1º, do Termo de Convênio 1/2012; e nos Planos de Trabalho aprovados;

f.2) a ausência de análise da prestação de contas parcial referente à parcela "6", no âmbito do Convênio 1/2012-ICBV, contrariou o disposto nos arts. 65, caput, e 68, incisos I, II e IV, da PI-507/2011 e no subitem 7.7.5.1 do GAP/2011;

g) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério das Relações Exteriores;

h) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-015.130/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Antonio Jose Ferreira Simões (548.539.407-82); Jose Antonio Marcondes de Carvalho (469.003.657-87); Ruy Carlos Pereira (363.813.907-78).
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4038/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação da Selog acerca de indícios de irregularidade na Dispensa de Licitação 95/2020 e no contrato dela resultante (Contrato 19/2020 e seu termo aditivo), firmado entre a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (Sesapi) e a empresa Dimensão Distribuidora de Medicamentos Eireli, para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para enfrentamento à pandemia do Coronavírus, no valor total de R$ 11.964.104,81 (máscaras descartáveis com camada tripla, máscaras N95, luvas descartáveis, avental cirúrgico, álcool 70% em gel e etílico, protetor facial, sapatilha descartável, touca descartável).

Considerando a ocorrência de pagamento em quantitativo e preços unitários distintos dos constantes no contrato firmado, bem assim de sobrepreço e superfaturamento de cerca de R$ 6 milhões;

Considerando que a unidade técnica propôs a citação solidária do secretário de saúde do Piauí, Sr. Florentino Alves Veras Neto, responsável por ratificar a DL 95/2020; do Diretor Administrativo da Sesapi, Sr. Igor Fontenele Cruz, responsável por atestar o recebimento dos itens em quantidades e valores distintos dos estabelecidos no Contrato 19/2020; e da empresa Dimensão Distribuidora de Medicamentos Eireli, por apresentar

proposta e assinar o Contrato 19/2020, bem como o 1º Termo Aditivo, com preços superiores ao preço médio praticado em compras semelhantes efetuadas por outros órgãos públicos, bem como efetuar a venda dos produtos por preços acima do contratado;

Considerando o entendimento da unidade técnica de que o secretário de saúde e a empresa respondem pelos valores correspondentes à diferença entre o valor contratado e o valor de mercado, enquanto o diretor administrativo e a empresa são responsáveis pelos valores correspondentes à diferença entre o valor pago e o valor contratado; e

Considerando, entretanto, a pertinência de serem arrolados nos autos, quanto à diferença entre o valor contratado e o valor de mercado, além do secretário de saúde e a empresa, os responsáveis pela orçamentação da contratação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACÓRDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, incisos III e V, alínea "g", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 252 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) converter o presente processo em tomada de contas especial, para citação dos responsáveis indicados na proposta de peça 46, p. 23/24;

c) expedir a determinação constante no item 1.7; e

d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos responsáveis, com fundamento no art. 198, parágrafo único, do RITCU;

1. Processo TC-022.063/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (06.553.564/0001-38).

1.2. Entidade: Governo do Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Selog que identifique os responsáveis pela orçamentação que embasou a Dispensa de Licitação 95/2020 e os cite, em solidariedade com o secretário de saúde do Piauí, Sr. Florentino Alves Veras Neto, e com a empresa Dimensão Distribuidora de Medicamentos Eireli, pela diferença entre o valor contratado e o valor de mercado dos EPIs adquiridos.

ACÓRDÃO Nº 4039/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog/TCU) acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico SRP 3/2021, promovido pela Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPur/Funai), para fornecimento de farinha de mandioca e cestas básicas de alimentos

Considerando a realização de pesquisa de preços em desconformidade com a metodologia estabelecida no art. 6º da Instrução Normativa-Seges 73/2020 (apenas com fornecedores), sem justificativa plausível para a estimativa dos quantitativos licitados e mediante a inserção de critérios restritivos à competitividade no certame (atestados de qualificação técnica que demonstre capacidade de entrega das cestas básicas em locais remotos no prazo exíguo prazo de 48 horas e exigência de entrega por estabelecimentos locais);

Considerando que a medida cautelar concedida em 28/12/2021 para que a Coordenação Regional Médio Purus-FUNAI e participante do PE SRP 3/2021 adquirissem apenas o estritamente necessário para atender às demandas indígenas urgentes, abstendo-se de autorizar novas adesões às ARPs 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 108;

Considerando que, nos termos do Acórdão 1.668/2021-TCU-Plenário, não se revoga medida cautelar nos casos em que a decisão de mérito a confirmar na íntegra; e

Considerando, por fim, o encaminhamento uniforme no âmbito da Selog;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) fazer as determinações constantes do item 1.7;

c) comunicar o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas a respeito das adesões feitas pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc-AM) e pela Fundação Estadual do Índio/AM (FEI) às atas de registro de preços decorrentes do Pregão Eletrônico SRP 3/2021, realizado pela Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPur/Funai), tendo em vista a existência de critérios restritivos adotados no certame, que podem ter elevado substancialmente os preços registrados e resultado em prejuízo à Administração Pública, encaminhando-se cópia da instruções da unidade técnica às peças 33 e 122, bem assim do presente acórdão;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPur/Funai);

e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação expedida.

1. Processo TC-040.721/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas.

1.2. Órgão: Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPur/Funai).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Luiz Henrique Braz Junior (OAB/AM 4.652, representando R.S.S. Vieira Comercio Varejista de Artigos de Informática Ltda.; Humberto Abrao de Aguiar, representando H.A. de Aguiar-comercial; Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB/AM 4.000), Thamilly Queiroz Cunha (OAB/AM 14.367) e outros, representando Rodione das Gracas Pavon Silva Eireli. 1.7. Determinar:

1.7.1. à Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPur/Funai), com fundamento no art. 4º, I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, promova a anulação das Atas de Registro de Preços 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 108, firmadas em decorrência do Pregão Eletrônico SRP 3/2021, devendo informar ao Tribunal as medidas adotadas;

1.7.2. à Selog que realize as audiências propostas à peça 122, encaminhando-se aos responsáveis cópia da referida instrução.

ACÓRDÃO Nº 4040/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) dar ciência desta decisão ao representante, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-042.226/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgãos: Câmara dos Deputados; Senado Federal.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4041/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) dar ciência desta decisão ao representante, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-042.354/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Senado Federal.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4042/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, "e", do RITCU, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Fundação Nacional do Índio, por mais trinta dias, contados da ciência desta deliberação, para atendimento das determinações constantes no Acórdão 2.588/2022-1ª Câmara, e em dar ciência desta deliberação àquela Fundação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.443/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Paulo Fernando da Silva (102.234.364-53) e Ruth Helena Sousa da Silva (185.252.022-15).

1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4043/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Valkiria Alves de Souza, emitido pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de rubrica relativas a planos econômicos, determinada por decisão da Justiça Trabalhista;

considerando que a irregularidade identificada envolve questão jurídica de solução já compendiada na Súmula da Jurisprudência desta Corte de Contas, conforme Enunciado 241: "As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112/1990, de 11/12/1990, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido até então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal";

considerando as parcelas relativas a planos econômicos reconhecidas por meio de decisões judiciais não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, pois têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais havidas até então, o que ocorreria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado, conforme sistemática aprovada pelo Plenário desta Corte no Acórdão 2.161/2005;

considerando que não infringe a coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, conforme Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência/TCU e decisão do STF em sede de repercussão geral no RE 596.663/RJ;

considerando, todavia, que o recebimento da parcela em questão se encontra respaldado por decisão proferida pelo Juiz Federal da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco-AC, no âmbito do processo 0130400-66.1991.5.14.0402, conforme identificado por este Tribunal quando da prolação dos Acórdãos 3055/2021 e 10.546/2021, ambos da 1ª Câmara;

considerando que, por meio do Acórdão 8784/2021-1ª Câmara esta Corte já determinou o envio de informações à Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica do TCU, visando ao acompanhamento da referida ação trabalhista;

considerando que o artigo 143, inciso II, do Regimento Interno prevê a possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução assentada na Súmula da Jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Valkiria Alves de Souza e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-006.692/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Valkiria Alves de Souza (079.377.332-68)

1.2. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:

1.7.1. na eventualidade de superveniente decisão judicial desfavorável à interessada no âmbito do processo 0130400-66.1991.5.14.0402, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da notificação da decisão, fazer cessar os pagamentos da correspondente parcela indevida no ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação deste Acórdão, de seu inteiro teor à interessada;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação deste Acórdão, comprovante da data de ciência do teor desta decisão pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4044/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Amarildo Wilxenski, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou os décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Amarildo Wilxenski;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-008.089/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amarildo Wilxenski (397.064.009-15)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 4045/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Edgard Barreto, emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando, no entanto, a existência de decisão judicial sem trânsito em julgado, por meio do qual o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília - SINTFUB/DF obteve liminar impedindo a suspensão da rubrica referente à URP (26,05%);

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Edgard Barreto;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-009.545/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edgard Barreto (281.689.841-53)
1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
1.7.1. uma vez desconstituída a Ação que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica judicial ora impugnada, adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor em sentido contrário;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 4046/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.473/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlyse Barbosa da Fonseca e Albuquerque (309.760.063-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4047/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.495/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Erica Telles Moreira de Carvalho (815.866.127-00); Flavia Telles Moreira (450.128.656-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4048/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.502/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Christina Kneib (500.206.509-06); Eliane de Cassia Gatto Malhadas (059.416.618-78); Getulio Luiz Scopel (299.656.089-20); Mario Henrique Oliveira de Moura (366.741.099-91); Paulo Emilio Teixeira Neto (242.862.579-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4049/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos ao ato de aposentadoria de Wania Lucia de Souza, emitido pelo Tribunal de Contas da União e submetido a esta Corte para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019 - Plenário (Relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

"9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (opção), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria."

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU e na Súmula TCU 106, em: considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Wania Lucia de Souza; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-010.943/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Wania Lucia de Souza (339.692.481-91)
1.2. Unidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria-Geral de Administração desta Corte que:

1.7.1. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2. em quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação:
1.7.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. em trinta dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe ao TCU o comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4050/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Gildete Ferreira da Silva emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Gildete Ferreira da Silva;
b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-010.956/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gildete Ferreira da Silva (084.873.832-20)
1.2. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:
1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, interrompendo o pagamento de todas as rubricas judiciais referentes a planos econômicos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;
1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;
1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4051/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.996/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Dilza Teresinha Ambros Ribeiro (287.056.370-15); Simone da Cruz Chaves (183.167.512-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4052/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.064/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alberto Cordeiro Santos e Santos (064.281.693-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4053/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rose Mary Martins da Silva, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, da qual a interessada consta da relação de beneficiários (peça 2, p. 9/38);

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rose Mary Martins da Silva;
b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-011.864/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rose Mary Martins da Silva (848.561.067-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4054/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.893/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Elizabeth Malard Quinaud (456.428.186-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4055/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Danilce Vanessa Arte Ortiz Camy emitido pelo Ministério Público Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos de funções comissionadas exercidas anteriormente à posse no cargo de Procurador da República, remunerado por meio de subsídio;

considerando que o art. art. 39, § 4º, da Constituição Federal, estabeleceu como forma de pagamento aos membros de poder, a parcela única, denominada subsídio, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.041/2021, 7.636/2021, 7.635/2021, 11.282/2020, 11.283/2020, todos da 1ª Câmara, além do Acórdão 1.121/2020-Plenário;

considerando a orientação estabelecida por este Tribunal ao Ministério Público Federal por meio do Acórdão 3.332/2015-Plenário;

considerando que o entendimento do TCU está alinhado com o do Supremo Tribunal Federal - STF, em tese fixada com sede de repercussão geral no Recurso Extraordinário 587.371, segundo a qual "não encontra amparo constitucional a pretensão de acumular, no cargo de magistrado ou em qualquer outro, a vantagem correspondente a quintos, a que o titular fazia jus quando no exercício de cargo diverso";

considerando que regulamentos editados pelo CNMP com fulcro no art. 130-A, § 2º, I, da Constituição Federal, não obstam nem condicionam o exercício da competência conferida ao TCU pelo art. 71, inciso III, da mesma Constituição, e pelo art. 1º, inciso V, da Lei 8.443/1992, de verificar a aderência de atos de aposentadoria à legislação aplicável;

considerando que os atos de aposentadoria somente passam a estar plenamente formados, válidos e eficazes a partir do momento em que recebem o registro da Corte de Contas;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessadoa;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Danilce Vanessa Arte Ortiz Camy e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-043.683/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Danilce Vanessa Arte Ortiz Camy (422.032.951-04)
1.2. Unidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Ministério Público Federal que:
1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes da parcela impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;
1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;
1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre parcela de incorporação de quintos, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4056/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.799/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Franciliane Castro Santiago Martins (058.821.306-38).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4057/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.947/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Felipe Cesar Jardim (456.512.198-03); Geiza Carla Jardim (426.642.748-48); Gezica Martines Peres Jardim (173.995.468-86).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4058/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.288/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Yane dos Santos Machado (393.156.579-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4059/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.845/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Rosemari Gomes Costa (953.839.307-44); Valdeci Pereira Lima (875.520.867-34).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip para que proceda à exclusão do Ato 93602/2021 da base do sistema e-Pessoal.

ACÓRDÃO Nº 4060/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.185/2022-8 (REFORMA)
1.1. Interessado: Artur Silva Santos (725.048.977-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4061/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a soma do débito apurado não ultrapassa o valor estabelecido nos normativos próprios deste Tribunal para prosseguimento desta tomada de contas especial, de modo a evitar que o custo da cobrança seja superior ao benefício.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 6º, I c/c o artigo 19, da IN TCU 71/2012, e no artigo 169, VI, c/c artigo 213 do RITCU, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento deste processo, sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida, em razão do baixo valor do dano apurado, a cujo pagamento continuarão obrigados os responsáveis, fazendo a determinação abaixo e encaminhando cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta ao Ministério da Cidadania, ao Fundo Nacional de Assistência Social e aos responsáveis, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.134/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Helenito Barreto Pinto Junior (204.617.555-72) e Município de Parecis - RO.
1.2. Entidade: Fundo Nacional de Assistência Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. informar ao Ministério da Cidadania e ao Fundo Nacional de Assistência Social, que deve ser mantida responsabilidade pelo débito apurado do responsável Helenito Barreto Pinto Junior e inscrita a responsabilidade Município de Parecis - RO, nos termos do artigo 16, II, da IN/TCU 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 4062/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que recursos repassados por meio do TC/PAC 0613/08 foram integralmente geridos por Francisco Freire Furtado, prefeito de Coivaras/PI entre 1º/1/2009 e 23/8/2012;

considerando que, passados mais de dez anos desde a última liberação de recursos relativos ao TC/PAC 0613/08, ocorrido em 6/9/2010, o chamamento do espólio de Francisco Freire Furtado se mostra inviável, uma vez que representaria enorme dificuldade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

considerando que caberia à sucessora acionar judicialmente seu antecessor, para que apresentasse a documentação faltante, porém, o falecimento do gestor, neste caso, tornou essa ação infrutífera e desnecessária;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, V, "a", 212 e 169, VI, do RITCU c/c o artigo 6º, II, da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, ACORDAM em determinar o arquivamento deste processo, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular e encaminhar cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta à Edimê Oliveira Gomes Freitas, Marcelino Almeida de Araújo, ao Município de Coivaras/PI e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.971/2021-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Edimê Oliveira Gomes Freitas (347.800.333-49) e Marcelino Almeida de Araújo (353.940.563-15).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 excluir da relação processual Edimê Oliveira Gomes Freitas e Marcelino Almeida de Araújo.

ACÓRDÃO Nº 4063/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.945/2020-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Evilasio Formiga Lucena Neto (013.963.244-10); Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada - PB (08.999.682/0001-08).
1.2. Unidade: Município de São José da Lagoa Tapada - PB.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Lincon Bezerra de Abrantes (12060/OAB-PB), representando Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada - PB.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4064/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTA e relacionada esta tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 11ª Região Militar - MD/CE, em desfavor de Odette Carneiro Lapa, em razão de dano resultante de suposta acumulação irregular de benefícios previdenciários.
Considerando que a Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE) e o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), em pareceres uniformes, opinaram pelo acatamento parcial das justificativas da responsável e pela regularidade com ressalvas de suas contas, com quitação, ante a constatação de boa-fé;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso I, 207 e 214, inciso II, do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:
acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Odette Carneiro Lapa e reconhecer sua boa-fé;
julgar regulares com ressalvas as contas de Odette Carneiro Lapa e dar-lhe quitação;
dispensar o ressarcimento das quantias percebidas de boa-fé;
enviar cópia deste Acórdão ao Comando da 11ª Região Militar - MD/CE e à responsável;
arquivar os autos.

1. Processo TC-039.292/2020-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Odette Carneiro Lapa (001.998.691-20)
1.2. Unidade: Comando da 11ª Região Militar - MD/CE
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
1.6. Representação legal: Dilemon Pires Silva (12596/OAB-DF), representando Odette Carneiro Lapa
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4065/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se constatou a inocorrência de débito imputável ao responsável nesta tomada de contas especial.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos artigos 143, V, "a", 169, VI, e 212 do RITCU, ACORDAM em determinar o arquivamento destes autos, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, e em encaminhar cópias deste deliberação e da instrução que a fundamenta ao responsável, à Caixa Econômica Federal e ao Município de Esmeraldas/MG, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.759/2020-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Márcio Antônio Belém (087.418.086-49).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4066/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando-se que não há plausibilidade jurídica nas alegações de irregularidade apresentadas pela representante.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos artigos 237, VII, parágrafo único, e 250 , I, do RITCU, c/c artigo 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a e encaminhando cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta à representante e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte/Serviço Social do Transporte, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.731/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Norte Serviços de Engenharia Ltda.-ME
1.2. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte/Serviço Social do Transporte - Sest-Senat
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Heitevaldo Neto Gomes Picanço (11.312/OAB-AM).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4067/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, , com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 143, III, 235, 237, VII e 250, I, do RITCU e no artigo 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando os autos, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta à representante e à Indústria de Material Bélico do Brasil, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.587/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Ana Carolina de Araújo Marçal Vieira (CPF: 354.312.838-80), em nome Augusto Pneus Eireli.
1.2 Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4068/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vista e relacionada esta representação formulada pelo Ministério Público do Trabalho, sobre supostas irregularidades em casos de ascensão funcional nos quadros da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - Nuclep.
Considerando que a Nuclep vem agindo para determinar o reenquadramento dos empregados impactados pelas ascensões funcionais irregulares, observadas as cláusulas fixadas no Termo de Conciliação Judicial, celebrado com o Ministério Público do Trabalho; e
considerando, essencialmente, que a Nuclep vem adotando providências necessárias à correção dos atos apontados como irregulares nesta representação;
os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, III, 235, 237, I, e 250, I, do RITCU c/c o artigo 6º, XVIII, "c", da Lei Complementar 75/1993, e no artigo 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e arquivá-la, com envio de cópias desta deliberação da instrução que a fundamenta ao Ministério Público do Trabalho e à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.285/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apenso: 020.304/2018-8 (Solicitação)
1.2. Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
1.3. Interessado: Ministério Público do Trabalho.
1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEletrica).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4069/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não há, nos autos, elementos aptos a confirmar as supostas irregularidades no procedimento de contratação direta realizado por Furnas Centrais Elétricas S.A, objetivando o aluguel de sua nova sede administrativa, objeto desta representação;
os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, III, 235, 237, VI, e 250, I, do RITCU, c/c o artigo 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante, com o envio de cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.574/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEletrica).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4070/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetida a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;
Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
Considerando que, no caso concreto, o pagamento das parcelas incorporadas após a vigência da Lei 9.624/1998 está amparado na Ação Ordinária 2004.61.00.000292-1 que tramitou na 22ª Vara Federal de São Paulo, ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Estado de São Paulo (SINTRAJUD), e transitada em julgado em 2/3/2011;
Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:
a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Soraya de Moura Campos, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, a despeito da negativa de registro do ato de aposentadoria da interessada, os "quintos" ou "décimos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez amparados por decisão judicial transitada em julgado, poderão subsistir, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato concessório;
c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-002.751/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Soraya de Moura Campos (021.589.428-60).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4071/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, e submetida a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento das parcelas incorporadas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Cintia Ribeiro Libório, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:

b.1.) se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;

b.2.) se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, as parcelas deverão ser destacadas e transformadas em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-002.945/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cintia Ribeiro Liborio (229.831.805-06).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4072/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à aposentadoria de Virginia Maria Torres Felippe de Almeida, concedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região submetida a este Tribunal para fins de registro, em cujos proventos foi contemplada parcela de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função (ões) comissionada (s) após o advento da Lei 9.624/1998.

Considerando que, na espécie, o STF, no âmbito do RE 638.115/CE, ao deliberar acerca do tema, concluiu que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal", sendo este o entendimento pacífico adotado por esta Corte de Contas;

Considerando que, conforme consta da peça 3, a interessada ocupou função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.624/1998, cuja parcela foi incorporada aos seus proventos;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida mediante decisão judicial transitada em julgado, por decisão judicial não passada em julgado ou, ainda, por decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos adotada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, poderá ser mantido o pagamento da parcela incorporada de quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que na hipótese de incorporação de quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, a vantagem incorporada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, deve ser convertida em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, ainda, que o ato em análise deu entrada nesta Corte de Contas em prazo inferior a cinco anos, bem como a boa-fé da interessada, fato que atrai a aplicação do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal quanto ao ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Virginia Maria Torres Felippe de Almeida, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas

c) determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

c.1) promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada de quintos ou décimos pelo exercício de função comissionada entre o período de 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória que deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos termos do RE 638.115/CE, caso a incorporação tenha se dado por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

c.2) dê ciência à interessada, no prazo de quinze dias contados da notificação desta deliberação, do inteiro teor deste decisum, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente;

c.3) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, comprovantes da data em que a interessada teve ciência do teor desta deliberação.

1. Processo TC-007.416/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Virginia Maria Torres Felippe de Almeida (701.982.097-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4073/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, o pagamento da parcela incorporada após a vigência da Lei 9.624/1998 está amparado na Ação Ordinária 2004.61.00.000292-1/SP, que tramitou na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD), transitada em julgado em 2/3/2011;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Lucimar Garcez Moura da Silva, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que, a despeito da negativa de registro do ato de aposentadoria da interessada, os "quintos" ou "décimos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez amparados por decisão judicial transitada em julgado, poderão subsistir, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-008.876/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lucimar Garcez Moura da Silva (101.652.618-03).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4074/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), com a ressalva de que a sra. Ana Margareth Leite Gress não recebe mais a rubrica referente à URV (3,17%), conforme pareceres convergentes constantes dos autos.

1. Processo TC-009.037/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Margareth Leite Gress (210.784.240-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4075/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento das parcelas incorporadas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Rosemary da Silva Fernandes, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

b.1.) se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;

b.2.) se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, as parcelas deverão ser destacadas e transformadas em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-010.309/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosemary da Silva Fernandes (776.636.407-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4076/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.508/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Doris Nobrega de Pontes (237.593.304-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4077/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.522/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Ferreira de Souza (178.212.403-97).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4078/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à aposentadoria de Rosilene Oliveira e Silva Avelar, concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região submetida a este Tribunal para fins de registro, em cujos proventos foi contemplada parcela de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função (ões) comissionada (s) após o advento da Lei 9.624/1998.

Considerando que, na espécie, o STF, no âmbito do RE 638.115/CE, ao deliberar acerca do tema, concluiu que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal", sendo este o entendimento pacífico adotado por esta Corte de Contas;

Considerando que, conforme consta da peça 3, a interessada ocupou função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.624/1998, cuja parcela foi incorporada aos seus proventos;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida mediante decisão judicial transitada em julgado, por decisão judicial não passada em julgado ou, ainda, por decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos adotada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, poderá ser mantido o pagamento da parcela incorporada de quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que na hipótese de incorporação de quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, a vantagem incorporada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, deve ser convertida em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, ainda, que o ato em análise deu entrada nesta Corte de Contas em prazo inferior a cinco anos, bem como a boa-fé da interessada, fato que atrai a aplicação do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal quanto ao ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Rosilene Oliveira e Silva Avelar, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas

c) determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

c.1) promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada de quintos ou décimos pelo exercício de função comissionada entre o período de 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória que deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos termos do RE 638.115/CE, caso a incorporação tenha se dado por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

c.2) dê ciência à interessada, no prazo de quinze dias contados da notificação desta deliberação, do inteiro teor deste decisum, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente;

c.3) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, comprovantes da data em que a interessada teve ciência do teor desta deliberação.

1. Processo TC-010.896/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosilene Oliveira e Silva Avelar (315.282.441-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4079/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, o pagamento das parcelas incorporadas após a vigência da Lei 9.624/1998, conforme os termos informados na instrução, está amparado na Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, ajuizada pela ANAJUSTRA, entidade a qual a interessada consta como associada, com trâmite na 7ª Vara Federal do Distrito Federal, transitada em julgado em 1º/8/2006;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Rosemere de Sousa, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que, a despeito da negativa de registro do ato de aposentadoria da interessada, o pagamento decorrente dos "quintos" ou "décimos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez amparados por decisão judicial transitada em julgado, poderá subsistir, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-011.685/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosemere de Sousa (356.995.825-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4080/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.906/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Speziali (076.309.136-72).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4081/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.938/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosilene Rodrigues Cavalcante (130.253.843-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4082/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, a vantagem de "quintos/décimos" incorporados após a edição da Lei 9.624/1998 já foram transformados em "Parcela Compensatória" pelo órgão de origem, do que se dessume que a incorporação foi determinada por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Silvana Helena Vasconcellos Garcia Deitos, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que a "Parcela Compensatória" objeto da transformação dos "quintos/décimos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, seja por força de decisão judicial não transitada em julgado ou mediante decisão administrativa, deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a modulação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, sendo desnecessária a emissão de novo ato concessório;

c) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-040.967/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Silvana Helena Vasconcellos Garcia Deitos (334.869.050-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4083/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.548/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rosangela Nascimento Magalhaes (449.842.865-04).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4084/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Tamara Garcia Turci nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão Tamara Garcia Turci, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor da interessada, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-012.321/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tamara Garcia Turci (000.302.882-82).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4085/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.951/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Gorete Farias Lima (132.766.198-57).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4086/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.552/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Martha Platon Tavares da Silva (088.624.002-68); Rosangela Belz (244.632.804-00); Vivian Belz (035.357.994-73).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4087/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.295/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Arabella Correa da Silva Zimpel (059.654.316-60); Maria Beatriz Zimpel (303.432.830-34); Nicholas de Barros Lima (849.899.710-00); Ronette Kappel Griva (430.033.890-68); Rossana Kappel Saurin (935.287.600-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4088/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.106/2022-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maise Carneiro Resnick (739.595.457-20); Marcelle Cristine Macedo Capute (105.961.967-92); Maria Jose Mello da Silva (019.602.408-03); Renata Varella Correa (224.701.581-68); Talita Brito de Souza (632.733.497-00); Vera Lucia Fagundes (333.169.536-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4089/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.136/2022-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Joaquina Barros de Andrade (527.217.604-91); Jonia Maria Lemos Vaz de Oliveira (888.306.164-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4090/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.137/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Cleusa Teresinha Ferreira dos Santos (294.471.191-15); Vera Lucia dos Santos (133.577.078-02).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4091/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e na forma prevista no Acórdão 2100/2010-TCU-Plenário, em atribuir, no sistema Sisac, a chancela de "exclusão por duplicidade" nos atos de concessão a seguir relacionados e determinar o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.361/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Francinete Souza de Freitas (084.514.388-30).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4092/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-006.832/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Iraneude Gadelha Rodrigues (222.799.461-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4093/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-006.882/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Juarez Costa (266.782.841-00); Dilvanice Rodrigues Silva (290.041.791-00); Genilde Alves Duarte (340.553.471-20); Luis Gonzaga Soares da Silva (055.020.391-53); Maria Jose Fernandes de Araujo (308.580.621-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4094/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-006.984/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gutenberg Jose Martins da Costa (187.335.494-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4095/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-008.167/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vera Lucia Rodrigues Vieira (229.755.946-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4096/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos e fazer a determinação conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-008.181/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Lopes Vasconcelos (036.488.933-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao órgão/entidade Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:
1.7.1.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica ora impugnada por esta Corte, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 4097/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-008.939/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Olinda de Farias Leite Neta (229.543.762-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4098/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-008.972/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Antonio Viana Nascimento (290.285.409-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4099/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.006/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabeth Crocetta da Silva (753.926.319-91); Eunice Lima Silva (312.885.965-53); Francisco Araujo de Almeida (095.863.185-91); Nelson Antonio Barbosa dos Santos (070.577.845-20); Raimundo Abraao Lima (046.713.173-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4100/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.012/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Lourdes Batista Bezerra (184.763.761-20); Sebastiao Bandeira David (144.169.481-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4101/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.030/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Lais Ferreira Lima Lourenco (059.036.963-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4102/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.632/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mario Sergio Costa Vieira (281.488.196-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4103/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, e fazer as determinações conforme proposto nos autos.

1. Processo TC-009.635/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimunda Gomes de Araujo Filha (162.501.922-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:
1.7.1.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.2.2 na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da rubrica judicial, faça cessar o seu pagamento, ora impugnado por esta Corte, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 4104/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.946/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Tadeu Oliveira da Silva (146.117.161-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4105/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.949/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Genivan Piones da Silva (177.451.874-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4106/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.447/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Oniezer Lima e Silva (118.622.623-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4107/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.464/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carmo Manoel Pereira (298.567.289-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4108/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.474/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Simao Fernandes da Cunha Junior (211.523.221-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4109/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.485/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Costa Santos (402.886.846-72); Vania Aparecida Bellotti Ferassoli (102.387.348-62).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4110/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.503/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcides Guimaraes Filho (319.053.079-34); Celia Bertoldi Artigas (318.438.599-04); Simone Maciel Fernandes (562.273.299-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4111/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.510/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Eliza Portela Carvalho (070.248.878-00); Tania Maria Pereira Correa (605.654.626-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4112/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-010.526/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilson Delage (016.592.279-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4113/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.018/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Willes Rosa Martins (097.248.691-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4114/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.021/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lana Cristina Conceicao Nunes Reis (767.372.927-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4115/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.023/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Kaiser (187.576.690-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4116/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.030/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonia Torreao Herrera (075.078.365-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4117/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.031/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcia Esther Coelho Procopio (130.232.332-68); Marco Aurelio de Medeiros Cursino (111.081.502-68); Segismundo Jose do Nascimento (061.523.172-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4118/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.038/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio de Almeida Franco (445.155.884-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4119/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.043/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Conceicao Lessa Cezar (110.306.825-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4120/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.899/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jonas Tobias dos Santos (066.388.482-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4121/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas entre o advento da Lei 9.624/1998 e a edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que há, nos autos, informação de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado, em ação ordinária 0039464-12.2004.4.01.3400 (7ª Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal/DF), impetrada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra);

Considerando, porém, que não há provas de que o interessado tenha dado autorização expressa à associação civil que figura como parte da referida ação judicial, conforme repercussão geral dado ao acórdão no âmbito do RE 573.232/CS, pelo Supremo Tribunal Federal (STF);

Considerando que, em linha de entendimento do STF, esta Corte entende que os efeitos de decisão judicial em ação coletiva movida por associação civil sobre atos sujeitos a registro somente alcançam os interessados que se encontravam filiados à entidade na data de propositura da ação e tenham apresentado autorização expressa para que a entidade os representasse na demanda judicial (jurisprudência selecionada, acórdão 3529/2021, 998/2022, 12096/2021, 12478/2020 e 11014/2021-TCU-1ª-Câmara);

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade, por decurso de prazo (decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no âmbito do RE 636.553: "em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas");

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-036.671/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Olimpio Comerlato (327.204.750-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. caso haja comprovação de que o interessado era filiado à Anajustra, à época do trâmite da ação ordinária 0039464-12.2004.4.01.3400, adeque a parcela referente à incorporação de quintos/décimos dos proventos, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, ou, caso não haja a referida comprovação, suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado;
1.7.2.2. comunique a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;
1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4122/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-006.545/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Silva Almeida (025.772.611-01).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4123/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-012.325/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Santos de Brito (026.224.541-80); Gabriel Diogo de Araujo (028.018.031-46); Gustavo Duarte Lepesteur da Costa (023.423.861-50); Loyana Cristina Andrade Santos (025.431.641-70); Luiz Gustavo Ferreira de Souza (023.877.301-94).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4124/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.084/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alberto Abud Nunes Nasser (458.038.698-13); Carlos Alberto Nasser (114.039.878-40); Eduardo Abud Nunes Nasser (458.039.418-67); Felipe Abud Nunes Nasser (458.039.018-06); Valdilea Marcia Gimenes Lontra (708.660.408-97).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4125/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.097/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jacinta Ferreira de Medeiro (523.665.372-04); Marcia Ferreira Lobo (828.884.181-34); Maria de Lourdes Silva Ramos (422.086.022-34); Nathalia Carvalho de Freitas (271.473.802-82); Nelsina Campos Santos (390.044.142-15); Teresinha Fontoura (350.626.732-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4126/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.956/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Delsa Pereira Amanajas (152.238.332-87); Edmar Lima Oliveira (007.903.382-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4127/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-007.015/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Cecilia Maria Pereira da Silva (891.515.187-91); Denise Alves da Silva (807.070.337-72); Eliane Franco da Silva Reis (008.375.847-01); Graciete de Santana Bruce (810.993.204-53); Gracimeire de Santana Bruce (151.330.038-54); Irglateia Bruce Gois (997.011.547-20); Iridea Bruce Kind (997.011.627-49); Jurema da Mota Barros (713.415.104-25); Nadja Volia Xavier e Souza (257.940.357-49); Reginalda Tania Bruce Alves Rego (774.378.967-53); Sara Aparecida da Silva Braga (006.189.497-47); Selma Santiago de Araujo (671.632.114-49); Yolanda da Silva Barros (906.057.137-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4128/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-007.019/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria Lenice Gomes da Silva (342.766.294-20); Maria Lenilda Gomes (298.741.304-15); Maria Lenira Gomes de Franca (066.261.144-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4129/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-007.538/2022-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Cleude Sousa Chaves (198.287.052-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4130/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-007.554/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Helena Maria Farias Correa Padilha (720.377.417-15); Jane Mauro Padilha (650.864.739-34); Sandra Mauro Padilha (657.996.239-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4131/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-008.253/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andrea Cristina Martins Azambuja (038.353.526-36); Evelise de Lima Moraes (041.006.399-10); Jaqueline do Rocio de Lima Moraes (768.309.189-87); Vera Regina de Moraes (567.218.469-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4132/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-008.294/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ivana Valeria Lira Travassos (449.341.304-20); Nina Catia Lira de Almeida (530.047.604-87); Tereza Cristina Castro Lira (180.941.474-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4133/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.108/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Maria do Socorro Silva de Freitas (799.665.604-59).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4134/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-009.978/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Nilda Afonso Ferreira (343.638.401-10); Nilma Afonso Ferreira (558.369.921-34); Nilmara Afonso Ferreira (744.045.041-87); Nilva Afonso Ferreira (256.300.401-20); Rosa Cardoso da Silva (366.479.931-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4135/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-012.060/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Cleuza Verginia Conceicao Silveira (462.614.600-78); Karize da Silveira Avila (009.317.950-28); Luciana Silveira Avila (670.662.080-72); Natasha da Silveira Avila (014.981.720-75); Rose Mariza Morales Alves (418.277.830-87); Vera Lucia Morales Alves (219.453.140-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4136/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.104/2021-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Paloma Petzinger da Cunha (037.461.080-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4137/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212 c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

1. Processo TC-012.313/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Gabriel Alves Maciel (067.417.894-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4138/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer do Ministério Público, ACORDAM, por unanimidade, em expedir quitação ao Sr. Luis Gustavo de Almeida, em relação ao item 9.3 do acórdão 7454/2016-TCU-1ª Câmara, ante o recolhimento da multa a ele imputada, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução e do parecer de peças 95 e 97, ao responsável e à Fundação Universidade Federal do Acre (UFAC), para conhecimento.

1. Processo TC-016.429/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 008.021/2017-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsável: Luis Gustavo de Almeida (037.058.747-21).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4139/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "d", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade em apostilar o Acórdão 8169/2021 - TCU - 1ª Câmara, para que, no item 9.3, onde lê: fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.", Leia-se: "(...) fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional."

1. Processo TC-029.200/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associacao das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (03.425.488/0001-97); Sammy Gesteira Roiter (248.524.575-49).
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Luís Vinícius de Aragão Costa (22104/OAB-BA), Caroline Dantas da Gama (17068/OAB-BA) e outros, representando Sammy Gesteira Roiter; Pablo Dias Freire de Mello (48679/OAB-BA), representando Jose Paulo Crisostomo Ferreira.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4140/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a discussão destes autos está relacionada ao desvio de finalidade na aplicação de recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, visando atender a obras emergenciais em situação de risco, que teriam sido utilizados para outras obras que não se enquadrariam nos exatos objetivos da modalidade de transferência;
Considerando que foi citado o município de Pracinha/SP e chamado em audiência o ex-prefeito Waldomiro Alves Filho, que não apresentou razões de justificativa, podendo ser caracterizada sua revelia;
Considerando que o município de Pracinha/SP, representado por seu prefeito atual, apresentou suas alegações de defesa, sem colacionar à defesa cópia de qualquer elemento que embasasse seus argumentos, mas confirmou que "(...) teria destinado parte da verba do presente convênio para parte da cidade que também necessitava de reparos, em razão de fato idêntico que ensejou a solicitação/destinação da verba em comento" (peça 66, parágrafo 35.3), fato que "(...) reforça o apontamento de desvio de finalidade, uma vez que não demonstrou que tais obras tenham sido emergenciais devido ao desastre" (peça 66, parágrafo 66);
Considerando que devem ser integralmente acolhidas a instrução da Secex-TCE e o parecer do MP/TCU:

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em considerar revel o responsável Waldomiro Alves Filho, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo; rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo município de Pracinha/SP; fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, para que a municipalidade efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se na oportunidade os valores já ressarcidos, se for o caso; cientificar o município de Pracinha/SP de que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, saneará o processo e as respectivas contas poderão ser julgadas regulares com ressalvas, dando-se lhe quitação, uma vez comprovada a boa-fé, nos termos do art. 202, § 4º, do RI/TCU; e encaminhar cópia desta deliberação, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 66), aos responsáveis e ao Ministério de Desenvolvimento Regional.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Identificador da parcela
8/4/2011	360.000,00	D1
27/9/2013	7.319,03	C1

Valor atualizado do débito (sem juros) em 13/5/2022: R$ 689.336,75 (peça 65).

1. Processo TC-039.252/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: município de Pracinha/SP (67.662.007/0001-40); Waldomiro Alves Filho (167.487.478-21).
1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4141/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em tornar insubsistentes as determinações dos acórdãos 6323/2018 - TCU - 1ª Câmara e 11781/2020 - TCU - 1ª Câmara, e promover o apensamento definitivo destes autos ao processo originador TC 000.116/2016-5.

1. Processo TC-020.079/2020-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Farmácia.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4142/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar atendidas as medidas solicitadas no item 1.7.1 do Acórdão 11459/2021-TCU-1ª Câmara, encaminhar cópia desta deliberação, assim como da instrução da unidade técnica, peça 40, ao Ministério da Cidadania para conhecimento, e encerrar o processo e arquivar os autos.

1. Processo TC-037.527/2021-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria-executiva do Ministério da Cidadania.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4143/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no item 1.8.1. do Acórdão 19051/2021-TCU-1ª Câmara, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 12) à Caixa Econômica Federal para conhecimento, e determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 011.673/2020- 6.

1. Processo TC-045.086/2021-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4144/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "c", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em expedir a determinação seguinte e encaminhar cópia desta deliberação, assim como da instrução da unidade técnica (peça 29), ao Crea/RO para conhecimento.

1. Processo TC-000.915/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Carlos Antonio Xavier (835.658.338-15); Francisco Lopes Coelho (043.318.772-72); Iris da Silva Borges (614.462.542-91); Rafael de Souza Macedo (518.714.752-87).
1.2. Interessado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia (04.920.948/0001-16).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.7. Representação legal: Patrícia Silva dos Santos (4089/OAB-RO), representando Rafael de Souza Macedo; Patrícia Silva dos Santos (4089/OAB-RO), representando Carlos Antonio Xavier.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
18.1. determinar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia (Crea/RO), que, caso ainda não tenha finalizado, dê prosseguimento e encerre, em até 90 (noventa) dias, a TCE instaurada por meio Portaria - AD nº 060/2020/PRES/Crea/RO, seguindo os trâmites e os procedimentos normatizados na Instrução Normativa - TCU nº 71, de 28/11/2012, sob pena de multa em caso de descumprimento do novo prazo concedido.

ACÓRDÃO Nº 4145/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 7), ao representante.

1. Processo TC-007.255/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: MPTCU - Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4146/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 27), ao representante, ao Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro e à Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública.

1. Processo TC-008.439/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público junto ao TCU.
1.2. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4147/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o exame da Secretaria de Controle Externo de Aquisições de Logística - Selog (peça 49) no sentido de que para fins da licitação ora em análise, a empresa contratada (Lapa Terceirizações e Planejamento Ltda. - Em Recuperação Judicial) "informou à Fiocruz corretamente o seu enquadramento fiscal, no tocante ao regime de desoneração da contribuição previdenciária, ao que não se verifica falha na condução do certame pela Fiocruz";

Considerando, entretanto, a ponderação da unidade instrutiva de que "o enquadramento da Lapa no regime previsto na Lei 12.546/2011 decorre de ato declaratório, o qual não foi, necessariamente, objeto de análise pela autoridade tributária", no caso a Receita Federal do Brasil.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão e da instrução da unidade técnica (peça 49) ao representante, à Fundação Oswaldo Cruz e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), encaminhando, também, à RFB cópia das peças 32, 33, 36, 38, 40, 42, 43 e 44, para que adote as providências que entender cabíveis .

1. Processo TC-010.203/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Agile Corp Serviços Especializados Ltda. (CNPJ: 00.801.512/0001-57).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Luiz Carlos Vils Rolo (160498/OAB-RJ) e Diego Vianna Langone (164605/OAB-RJ), representando Masan Serviços Especializados Ltda.

ACÓRDÃO Nº 4148/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 12), ao representante e à Caixa Econômica Federal - Central Nacional de Contratações em Belo Horizonte.

1. Processo TC-011.458/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Foco Comércio e Serviços Gerais Ltda. - EPP (FOCO) (CNPJ 26.875.741/0001-00).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - CN Contratacões - Cecot/BR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Elicleide de Sousa Costa, representando Foco Comercio e Servicos Gerais Ltda-EPP.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4149/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 13), ao representante e à Administração Regional do Sesc no Distrito Federal, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.770/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Johnson Industrial do Brasil Ltda. (09.197.394/0001-94)
1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc no Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Carolina da Fonte Batistela (406450/OAB-SP), representando Johnson Industrial do Brasil Ltda.
1.7. Determinações:
1.7.1. dar ciência à Administração Regional do SESC no Distrito Federal, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedades/falha, identificada no Pregão Eletrônico 54/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: a justificativa técnica apresentada para a indicação de marcas dos equipamentos a serem adquiridos, prevista no art. 13, §1º, da Resolução - Sesc 1.252/2012, não se mostrou adequada e suficiente, existindo instrumentos mais adequados para garantir a qualidade mínima necessária para atendimento das necessidades dessa unidade.

ACÓRDÃO Nº 4150/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não foram apresentados pontos omissos, contraditórios ou obscuros na decisão embargada;

Considerando que os argumentos apresentados pelo embargante se referem à exceção de suspeição examinada no âmbito do TC 002.389/2018-5;

Considerando, ademais, que os referidos argumentos foram examinados por meio de embargos de declaração apresentados naqueles autos, no qual a deliberação deste Tribunal, no mérito, foi no sentido de rejeitá-los e considerar os embargos protelatórios (Acórdão 328/2022-TCU-Plenário);

Considerando que também nestes autos os presentes embargos possuem caráter manifestamente protelatórios;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "f" e §3º do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração de peça 79, determinar o imediato cumprimento do acórdão 18906/2021-TCU-1ª Câmara e dar ciência a Ailton Diogo Morilhas Rodrigues do teor do presente acórdão, ressaltando o item 1.10 desta deliberação.

1. Processo TC-034.465/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 006.108/2018-0 (DENÚNCIA)
1.2. Responsável: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (065.541.211-53).
1.3. Recorrente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (065.541.211-53).
1.4. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Odontologia.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.9. Representação legal: Suzana de Camargo Gomes (16222/OAB-MS), representando Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Andréa Damm da Silva Brum da Silveira (79208/OAB-RJ), Vanessa Alves de Lima Mota Pires (26.603/OAB-CE) e outros, representando Conselho Federal de Odontologia; Genesio Pessoa de Albuquerque Neto (34074/OAB-PE) e Joao Guilherme Cavalcanti de Albuquerque (34612/OAB-PE), representando Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.10.1 dar ciência a Ailton Diogo Morilhas Rodrigues de que o entendimento desta Corte é no sentido de que o manejo de embargos de declaração manifestamente protelatórios enseja multa, nos termos do §2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil, c/c o caput do art. 58 da Lei 8.443/1992, na forma do art. 298 do RI/TCU, conforme restou decidido no Acórdão 593/2017-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 4151/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 029.118/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Carla Andrea Santos Cardoso (177.188.208-58).
3.2. Recorrente: Carla Andrea Santos Cardoso (177.188.208-58).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Francisco Augusto Zardo Guedes (35.303/OAB-PR), representando Carla Andrea Santos Cardoso.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração apresentado pela Sra. Carla Andréa Santos Cardoso contra decisão proferida no âmbito do Acórdão 8.888/2021-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com base nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. comunicar o teor da presente deliberação à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4151-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4152/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.825/2013-7

1.1. Apensos: 001.652/2014-1; 030.613/2014-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes/Interessados:

3.1. Recorrentes: Paulo César Bahia Falcão (081.888.315-49) e Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/BA (13.607.213/0001-28)

3.2. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia (26.989.350/0017-83)

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/BA

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Ângelo Franco Gomes de Rezende (OAB/BA 16.907), Salomão Costa Barreto (OAB/BA 35.025) e outros

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelo Município de Amélia Rodrigues/BA e pelo sr. Paulo César Bahia Falcão contra o Acórdão 11.254/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos do art. 33 da Lei 8.443/1992, não conhecer do recurso interposto pelo Município de Amélia Rodrigues/BA, ante a inexistência de interesse recursal;

9.2. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração pelo sr. Paulo César Bahia Falcão para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.3. manter inalterados os termos do acórdão recorrido; e

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/BA e à Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4152-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4153/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.528/2020-7.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação

3. Responsável: Paulo Abrao Pires Junior (003.029.806-79).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e Segurança Pública.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

8. Representação legal: Mauro de Azevedo Menezes (19241/OAB-DF) e outros, representando Paulo Abrao Pires Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada para verificar o cumprimento do item 1.8.2.1 do Acórdão 339/2020 - TCU - 1ª Câmara, peça 3, Relator Ministro Vital do Rêgo, proferido nos autos da Prestação de Contas da Secretaria Executiva do então Ministério da Justiça (SE/MJ), relativa ao exercício de 2014 (TC 027.940/2015-2),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Paulo Abrão Pires Júnior;

9.3. tornar insubsistente o subitem 1.8.2.1 do Acórdão 339/2020-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo, no que se refere à apuração de omissão do Ministério da Defesa na implementação Portaria 875/2017, editada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado da instrução de peça 91, à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica; e

9.5. encerrar o presente processo e arquivá-lo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4153-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4154/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.320/2020-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Cedeps - Assessoria e Consultoria em Políticas Públicas - Eireli (09.015.382/0001- 00); Vilson Rogério Goinski (780.586.009-20).

3.2. Recorrente: Vilson Rogério Goinski (780.586.009-20).

4. Órgão: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Luiz Gustavo de Andrade (OAB/PR 35.267), Valmor Antônio Padilha Filho (OAB/PR 36.343), Luiz Fernando Zornig Filho (OAB/PR 27.936), Marco Aurélio Pereira Machado (OAB/PR 66.281) e outros, representando Vilson Rogério Goinski.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Vilson Rogério Goinski ao Acórdão 3.030/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Vilson Rogério Goinski para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar ao recorrente que a oposição de novos embargos de declaração com intuito manifestamente protelatório ensejará a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e à Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4154-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4155/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.961/2022-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Eni Edi Gregório (487.313.669-53).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. determinar à Sefip que:

9.1.1. faça consignar, na base de dados do sistema e-Pessoal, a anotação de registro tácito do ato tratado neste processo;

9.1.2. adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário, as medidas pertinentes com vistas à imediata revisão de ofício da aposentadoria de interesse da sra. Eni Edi Gregório (número 68183/2020), levando em conta, para tanto, a irregularidade identificada nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4155-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4156/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.069/2021-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Reinan Sousa de Matos (108.222.325-53).

4. Órgão: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Ministério da Economia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de interesse do sr. Reinan Sousa de Matos;

9.2. determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema e-Pessoal:

9.2.1. da informação relativa ao regime jurídico do servidor antes da Lei 8.112/1990;

9.2.2. do tempo ficto computado em favor do interessado, conformando-o com aquele noticiado pelo órgão de origem.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4156-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4157/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.554/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Danivalda da Paixão Costa (109.829.575-72); Irã Ribeiro Alves (847.211.705-72); Vivalda Moreira Alves (136.445.485-87).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pensão civil cuja responsabilidade de pagamento ora recai sobre o Ministério da Economia,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegais as pensões instituídas pelo srs. Helmano dos Santos Alves, em favor de Vivalda Moreira Alves (ex-esposa pensionada) e de Irã Ribeiro Alves (filho inválido), e pelo sr. Vangivaldo Moreira da Costa, em favor de Danivalda da Paixão Costa;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, em boa-fé, pelos interessados, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.3. determinar ao Ministério da Economia que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação às sras. Vivalda Moreira Alves e Danivalda da Paixão Costa e ao representante legal do sr. Irã Ribeiro Alves;
9.3.2. faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos no prazo de trinta dias;
9.3.2. suspenda os pagamentos feitos com base nos atos ora impugnados no prazo de quinze dias;
9.4. recomendar ao Ministério da Economia que avalie a possibilidade de criar rotinas para evitar as alterações de informações no Siape que dão ensejo à elevação do percentual do adicional por tempo de serviço e da proporcionalidade da aposentadoria, entre outros, sem lastro em processo administrativo e na edição de atos de alteração de fundamento legal de aposentadoria devidamente publicados;
9.5. determinar à Sefip que identifique, em suas fiscalizações continuadas de folha de pagamento no sistema Siape, alterações de vantagens que ensejam a emissão de atos de alteração de fundamento legal de aposentadoria, a exemplo dos percentuais do adicional por tempo de serviço e da proporcionalidade dos proventos, e as coteje com o sistema e-Pessoal, de modo a instar os órgãos e entidades do Poder Executivo a emitirem os respectivos atos ou a apurar a autoria das ações que infligem prejuízo ao Erário.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4157-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4158/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.593/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Rosangela Vieira Freire (400.832.093-87).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Rosangela Vieira Freire, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Rosangela Vieira Freire, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4158-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4159/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.608/2022-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: João Heleno Milan Kelbouscas (333.843.390-53).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. João Heleno Milan Kelbouscas, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. João Heleno Milan Kelbouscas teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4159-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4160/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.713/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Emanuel Guerra de Barros Filho (139.566.474-91).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Emanuel Guerra de Barros Filho, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Emanuel Guerra de Barros Filho, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4160-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4161/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.837/2022-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Sergio de Freitas Pedrosa (212.359.106-87).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Fundação Universidade de Brasília,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Sergio de Freitas Pedrosa, recusando seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10288 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga ao sr. Sergio de Freitas Pedrosa, restabelecendo aquele verificado em novembro de 2006, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26156, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura, presentemente, a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. sobrevindo sentença de mérito transitada em julgado no processo judicial acima referido, proceda à emissão de novo ato de aposentadoria para o sr. Sergio de Freitas Pedrosa, submetendo-o, na forma regulamentar, ao exame desta Corte;

9.2.4. dê ciência desta deliberação ao sr. Sergio de Freitas Pedrosa, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4161-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4162/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.278/2021-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessadas: Claudia de Abreu Martins (364.646.191-87); Thais Cavalcanti de Assis (287.724.071-15).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pelo Tribunal de Contas da União,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Thais Cavalcanti de Assis, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Claudia de Abreu Martins, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar à Secretaria-Geral de Administração desta Corte que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Claudia de Abreu Martins teve ciência desta deliberação;

9.5. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4162-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4163/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.914/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Jeferson Rocha de Siqueira Ge (276.879.707-30).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Jeferson Rocha de Siqueira Ge, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Jeferson Rocha de Siqueira Ge teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4163-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4164/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 014.955/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Instituto Brasil de Arte, Esporte, Cultura e Lazer - Inbrasil (08.262.493/0001-40); Sérgio Eustáquio Assunção (091.211.966-72).

3.2. Recorrente: Sérgio Eustáquio Assunção (091.211.966-72).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Isabella Guimaraes Castro Reis (58.682/OAB-DF), Monique Rafaella Rocha Furtado (34131/OAB-DF) e outros, representando Sérgio Eustáquio Assunção.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Sérgio Eustáquio Assunção ao Acórdão 3.365/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com base no art. 287 do Regimento Interno do TCU para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. cientificar o recorrente acerca do teor desta decisão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4164-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4165/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.170/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ênio Cesar Martins (295.138.630-34).

3.2. Recorrente: Ênio Cesar Martins (295.138.630-34).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Pedro Maurício Pita Machado (OAB/RS 24.372) e outros, representando Ênio Cesar Martins.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 13.388/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciado o ato de aposentadoria do sr. Ênio Cesar Martins,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Ênio Cesar Martins para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4165-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4166/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 024.621/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsável: Nilton Ferreira da Silva (291.706.056-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Corinto - MG.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Adrianna Belli Pereira de Souza (54000/OAB-MG), representando Nilton Ferreira da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Nilton Ferreira da Silva, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União

por meio do Convênio 01160/2010, registro Siafi 741695, firmado entre o MTur e município de Corinto/MG, cujo objeto era a realização do evento "Forró de Corinto - 2010",

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Nilton Ferreira da Silva;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Nilton Ferreira da Silva, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c art. 210 do Regimento Interno do TCU, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Identificador da parcela
22/11/2010	137.142,86	D1

Valor atualizado do débito (sem juros), em 30/1/2022: R$ 293.990,50

9.3. aplicar ao Sr. Nilton Ferreira da Silva, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, a multa no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma delas, corrigidas monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia desta decisão:

9.6.1. à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6.2. ao Ministério do Turismo e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4166-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4167/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.893/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Alberto da Silva (104.797.948-98); Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas (725.652.921-04); Manoelina Pereira Medrado (813.428.531-72); e Marcos José Consalter de Mello (387.938.149-68).

3.2. Recorrente: Marcos José Consalter de Mello (387.938.149-68).

4. Entidades: Município de Colorado - PR e Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: João Vitor Borges Paulino (108.186/OAB-PR), Valeria Manganotti Oliveira (61.582/OAB-PR) e outros, representando Marcos José Consalter de Mello.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Marcos José Consalter de Mello ao Acórdão 471/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, com o fim de tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3 e 9.5.1 do Acórdão 471/2022-1ª Câmara;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, § 1º, da Lei 8.443/1992 e do art. 202, § 3º, do Regimento Interno do TCU, para que o Sr. Marcos José Consalter de Mello comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias indicadas a seguir aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas, até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor	Data
40.000,00	1º/6/2011
13.249,00	30/6/2011

9.3. cientificar o referido responsável de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443, de 1992, e da legislação específica que rege a matéria;

9.4. sobrestar a apreciação do recurso de reconsideração apresentado pelo Sr. Carlos Alberto da Silva até o julgamento das contas do Sr. Marcos José Consalter de Mello.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4167-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4168/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.695/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Saúde.

3.2. Responsáveis: Aline Feitosa Teixeira (001.350.693-51); Ana Nisia Veras Cutrim Ferreira Lima (616.661.493-49); Carlos Alberto da Silva (081.027.833-20); Dayana da Silva Feitosa (023.390.683-55); Denya Cristiane Castor de Siqueira Freire (646.579.573-68); Glorismar Rosa Venâncio (146.995.593-87); Grupo Rode Construções Ltda. - Me (10.637.144/0001-07); Karla da Costa Bastos (427.820.403-59); L F S Lima Eventos (09.212.461/0001-00); Luís Fábio Souza Lima (562.465.013-20); Luiz Carlos Teixeira Freitas (215.685.023-20); Rode Serviços e Comércio Ltda. (10.741.466/0001-00); Rodolfo Meneses Costa (473.230.191-68); Vera Lúcia Sousa Ramos (011.775.053-04); Wellington do Nascimento - Me (02.125.889/0001-69).

3.3. Recorrente: Karla da Costa Bastos (427.820.403-59).

4. Entidade: Município de Paço do Lumiar - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Carlos Armando Alves Serejo (OAB/MA 6.921), Frederico de Sousa Almeida Duarte (OAB/MA 11.681), Sebastião Moreira Maranhão Neto (OAB/MA 6.297), Thaynara Costa O. A. Teixeira (OAB/MA 13.525), Samara Costa Brauna (OAB/MA 6.267), Carlos José Luna dos Santos Pinheiro (OAB/MA 7452), Manuela de Castro Nogueira Correa (OAB/MA 19.377), Juliana Dias Ribeiro (OAB/MA 19.368), Miqueias Albuquerque Santos (OAB/MA 21.847) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela sra. Karla da Costa Bastos, ex-Secretária de Saúde de Paço do Lumiar/MA, ao Acórdão 2.152/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela sra. Karla da Costa Bastos para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4168-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4169/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.237/2018-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: José Maria Braz Filho (112.836.703-30); Manoel Jucá da Silva (089.884.393-68).

3.2. Recorrentes: José Maria Braz Filho (112.836.703-30); Manoel Jucá da Silva (089.884.393-68).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rodrigo Antônio Maia Barreto (12.176/OAB-CE), representando José Maria Braz Filho; Rodrigo Antônio Maia Barreto (12.176/OAB-CE), representando Manoel Jucá da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 127/2020-1ª Câmara (rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:

9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito:

9.1.1. conceder provimento parcial ao recurso interposto pelo sr. Manoel Jucá da Silva e reconhecer o registro tácito de seu ato de aposentadoria, nos termos do RE 636.553/RS;

9.1.2. negar provimento ao recurso interposto pelo sr. José Maria Braz Filho;

9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que adote os procedimentos cabíveis para proceder à revisão de ofício do ato de aposentadoria do sr. Manoel Jucá da Silva;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação aos recorrentes e à Universidade Federal do Ceará.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4169-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4170/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.187/2021-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Sandra Galvão Rodrigues da Silva (313.887.285-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidora do TRT da 5ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71. III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria à sra. Sandra Galvão Rodrigues da Silva e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Sandra Galvão Rodrigues da Silva no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. adote, no prazo de trinta dias, medidas tendentes a implementar a modulação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE relativamente às parcelas de "quintos" incorporadas com base em tempo de função exercido após 8/4/1998, de modo a:

9.3.2.1. atribuir à servidora apenas os "quintos" anteriormente incorporados;

9.2.2.2. constituir parcela compensatória com a diferença apurada, a ser absorvida em razão de todos e quaisquer reajustes concedidos a partir do trânsito em julgado do mencionado recurso extraordinário.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4170-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4171/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.095/2021-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Francisco Jonil de Sousa Ferreira (143.773.061-20).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei .443/1992, arts. 1º, V, 39, II, e 45, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. Francisco Jonil de Sousa Ferreira e a ele negar registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. dê ciência ao sr. Francisco Jonil de Sousa Ferreira do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. faça cessar, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.3. corrija o valor das parcelas associadas à incorporação de funções comissionadas nos rendimentos da interessado, com a exclusão dos reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados às Leis 11.170/2005, 12.300/2010, 12.779/2012 e 13.302/2016;

9.3.4. promova, na sequência, o destaque da parcela excedente de 8/10 de FC-6, vinculada ao exercício da função comissionada posteriormente a 8/4/1998 e transforme-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4171-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4172/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.222/2015-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Anísio Mioto Eventos & Cia. Ltda. - ME (10.895.535/0001-21).

4. Entidade: Município de Jales - SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Alan Rodrigo Borim (OAB/SP 207.263) e Edmilson Marcos Alves de Oliveira (OAB/SP 128.352).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos pela empresa Anísio Mioto Eventos & Cia. Ltda - ME, em face do Acórdão 3.544/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, os embargos de declaração opostos pela empresa Anísio Mioto Eventos & Cia. Ltda - ME, para, no mérito, acolhê-los, tornando sem efeito o Acórdão 3.544/2022-TCU-1ªCâmara;

9.2. dar provimento ao recurso de reconsideração interposto pela empresa Anísio Mioto Eventos & Cia. Ltda - ME contra o Acórdão 1.852/2019-TCU-1ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas das empresas L S Music Produções Artísticas Ltda., F & S Produções Artísticas Ltda. e Anísio Mioto Eventos & Cia. Ltda - ME, dando-lhes quitação plena;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Humberto Parini, condenando-o ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.2.1. (insubsistente)

9.2.2. débito individual de Humberto Parini:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
200.000,00 (D)	01/7/2010
196,16 (C)	23/7/2010

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Humberto Parini multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;"

9.3. manter inalteradas as demais disposições do Acórdão 1.852/2019-TCU-Plenário;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação à empresa recorrente, ao Sr. Humberto Parini e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4172-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4173/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.663/2021-0.

1.1. Apenso: 043.327/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Zilson Sá Martins (049.422.213-15).

4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pelo ex-servidor Zilson Sá Martins em face do Acórdão 17.632/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4173-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4174/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.738/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Rita de Cassia Mello Bomicieli (448.553.620-34).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Roberto Mello (e-Pessoal 123.658/2019) em favor da beneficiária Rita de Cassia Mello Bomicieli (448.553.620-34);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. esclareça à beneficiária Rita de Cassia Mello Bomicieli quanto ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, já que, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei 3.765/1960, só é permitida a acumulação de uma pensão militar com outro benefício oriundo de outro regime;

9.3.3. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.4. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4174-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4175/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.744/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Lourdes Maria Gori Braga (571.656.536-00).
4. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em favor da ex-servidora Lourdes Maria Gori Braga;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Lourdes Maria Gori Braga (571.656.536-00), recusando o respectivo registro;
9.2. esclarecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, motivada pelo pagamento a maior da GDIBGE, os efeitos do título concessório subsistem, uma vez que a parcela impugnada se encontra amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à interessada e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4175-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4176/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.526/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ademar Gomes de Oliveira (184.997.671-68).
4. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em favor do ex-servidor Ademar Gomes de Oliveira;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ademar Gomes de Oliveira (184.997.671-68), recusando o respectivo registro;
9.2. esclarecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria do interessado, motivada pelo pagamento a maior da GDIBGE, os efeitos do título concessório subsistem, uma vez que a parcela impugnada se encontra amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.
9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao interessado e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4176-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4177/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.907/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Nadjane Maria Costa Caldas (150.138.394-91).
4. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em favor da ex-servidora Nadjane Maria Costa Caldas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Nadjane Maria Costa Caldas (150.138.394-91), recusando o respectivo registro;
9.2. esclarecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, motivada pelo pagamento a maior da GDIBGE, os efeitos do título concessório subsistem, uma vez que a parcela impugnada se encontra amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à interessada e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4177-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4178/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.057/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Márcia Cristina de Ascenção Medeiros (089.957.478-54).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor da ex-servidora Márcia Cristina de Ascenção Medeiros;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Márcia Cristina de Ascenção Medeiros (089.957.478-54), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4178-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4179/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.823/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Odália Pereira Gomes Magalhães (057.081.331-04).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal em favor da ex-servidora Odália Pereira Gomes Magalhães;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Odália Pereira Gomes Magalhães (057.081.331-04), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. ajuste a composição da parcela de quintos nos proventos da interessada, nos termos do parecer emitido pelo Controle Interno do Senado Federal;
9.2.2. após a correção mencionada no subitem 9.2.1, ajuste o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos da inativa, para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;
9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de quintos incorporados pela Sra. Odália Pereira Gomes Magalhães entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4179-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4180/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.887/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Jucinei Pereira Melo (281.812.551-00).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor da ex-servidora Jucinei Pereira Melo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Jucinei Pereira Melo (281.812.551-00), recusando o respectivo registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga à Sra. Jucinei Pereira Melo, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para a Sra. Jucinei Pereira Melo, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4180-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4181/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.917/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Expedito Alves da Silva (185.670.451-34).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor do ex-servidor Expedito Alves da Silva;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Expedito Alves da Silva (185.670.451-34), recusando o respectivo registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga ao Sr. Expedito Alves da Silva, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para o Sr. Expedito Alves da Silva, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4181-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4182/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.079/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessadas: Mara Liliane Rangel da Silva (474.140.570-20); Marcela Rangel da Silva Gonzalez (900.193.420-04).
4. Órgão: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Geraldo Marcondes da Silva (024.503.130-87);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Aeronáutica, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;
9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Aeronáutica; e
9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4182-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4183/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.436/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Moacir da Cruz dos Reis (042.476.471-72).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados em favor do ex-servidor Moacir da Cruz dos Reis;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Moacir da Cruz dos Reis (042.476.471-72), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar o pagamento decorrente do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Moacir da Cruz dos Reis para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;
9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4183-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4184/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.544/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessada: Maria Nazaré Machado de Araújo (204.632.864-72).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Antônio Carvalho de Araújo (e-pessoal 25.505/2017), negando o respectivo registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. proceda à regularização dos soldos que servem de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal;
9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.4. esclareça à Sra. Maria Nazaré Machado de Araújo quanto ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, já que, nos termos da redação vigente do art. 29 da Lei 3.765/1960, não é permitida a acumulação de duas pensões militares;
9.3.5. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército; e
9.3.6. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4184-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4185/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.365/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Aldenira Maria Piedade de Faria (244.279.001-78); Deisimar Marcelino (347.643.726-49); Lenora Lobo Valença (425.508.407-63).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Aldenira Maria Piedade de Faria (244.279.001-78), Deisimar Marcelino (347.643.726-49) e Lenora Lobo Valenca (425.508.407-63), recusando os respectivos registros;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos das interessadas para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;
9.2.2. exclua, dos proventos da interessada Deisimar Marcelino, a parcela denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.3. emita novos atos livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.4. comunique às interessadas o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;
9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4185-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4186/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.148/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Edmundo Calhau Camurugy (079.988.135-04).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (OAB/BA 15.991).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pelo Sr. Edmundo Calhau Camurugy em face do Acórdão 14.722/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4186-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4187/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.600/2021-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Marliza Gomes Munhoz (068.617.762-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5.176).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Marliza Gomes Munhoz em face do Acórdão 11.379/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem "1.7.1" da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO no sentido de que:
9.1.1. verifique a pertinência entre as funções exercidas pela recorrente e os respectivos quintos relativos a elas, consoante constatação consignada no acórdão recorrido;
9.1.2. após a verificação mencionada no subitem 9.1.1, siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos, pelo exercício de funções entre 8/4/1998 e 4/9/2001, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial proferida nos autos do Processo 0000528-49.2004.4.01.4100, movido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre - Sinjustra, que tramitou no juízo da 1ª Vara Federal de Porto Velho e cuja sentença de mérito transitou em julgado em 6/10/2015;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4187-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4188/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.634/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Antônio Pedro da Silva Filho (260.310.601-59).
3.2. Recorrente: Câmara dos Deputados.
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 15.799/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido pelo órgão recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Câmara dos Deputados e ao interessado.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4188-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4189/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.281/2021-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: Ester Mirian Curvello da Costa Nemer (239.465.471-68).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos por Ester Mirian Curvello da Costa Nemer em face do Acórdão 3.350/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas negou provimento ao pedido de reexame interposto pela embargante em face do Acórdão 15.201/2021-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. notificar acerca da presente decisão a embargante e o Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4189-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4190/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.302/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Henrique Luiz Alves Rocha (402.739.116-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Tiago Cardoso Penna (OAB/MG 83.514).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Henrique Luiz Alves Rocha em face do Acórdão 13.345/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 9.3.4 da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos nos proventos do Sr. Henrique Luiz Alves Rocha nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial transitada em julgado;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4190-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4191/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.499/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Ivo Montenegro (281.087.951-68).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pelo ex-servidor Ivo Montenegro em face do Acórdão 11.506/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4191-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4192/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.810/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Recorrente: Rui Ribeiro da Silva (284.959.771-68).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Fernanda Porto Fernandes (OAB/DF 50.448) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos por Rui Ribeiro da Silva em face do Acórdão 3.002/2022-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. notificar o embargante e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios sobre a presente decisão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4192-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4193/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.172/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Camila Pita de Oliveira Gregório (CPF 313.318.088-63, CNPJ 11.385.274/0001-62).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (FNS/MS), em desfavor da empresária individual Sra. Camila Pita de Oliveira Gregório (CPF 313.318.088-63, CNPJ 11.385.274/0001-62), em razão da aplicação irregular dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular, no período de 28/9/2011 a 2/10/2014;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Camila Pita de Oliveira Gregório (CPF 313.318.088-63, CNPJ 11.385.274/0001-62), na condição de empresário individual, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. condenar a responsável identificada no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
28/09/2011	25,56	D
18/11/2011	25,56	D
09/12/2011	25,56	D
30/12/2011	76,68	D
13/02/2012	94,08	D
14/03/2012	68,52	D
27/03/2012	108,72	D
27/04/2012	108,72	D
12/06/2012	76,80	D
14/06/2012	76,68	D
26/07/2012	143,14	D
26/07/2012	166,20	D
23/08/2012	183,30	D
23/08/2012	102,24	D
10/09/2012	102,24	D
10/09/2012	193,50	D
08/10/2012	128,97	D
08/10/2012	88,50	D
08/11/2012	102,24	D
09/11/2012	221,10	D
18/12/2012	129,00	D
18/12/2012	180,09	D
30/12/2012	102,24	D
30/12/2012	114,00	D
19/02/2013	102,24	D
07/03/2013	171,90	D
14/03/2013	198,30	D
14/03/2013	127,80	D
08/04/2013	278,70	D
17/04/2013	141,26	D
31/05/2013	319,50	D
31/05/2013	180,09	D
04/06/2013	252,30	D
04/06/2013	141,26	D
02/07/2013	76,68	D
02/07/2013	120,30	D
25/07/2013	73,20	D
25/07/2013	230,04	D
30/08/2013	171,90	D

30/08/2013	153,36	D
01/10/2013	125,70	D
02/10/2013	153,36	D
12/11/2013	150,30	D
12/11/2013	153,36	D
09/12/2013	153,36	D
09/12/2013	250,50	D
30/12/2013	213,30	D
30/12/2013	153,36	D
07/02/2014	210,60	D
28/02/2014	153,36	D
28/02/2014	230,04	D
28/02/2014	935,55	D
28/02/2014	76,95	D
28/02/2014	140,90	D
05/03/2014	15,00	D
05/03/2014	14.265,60	D
05/03/2014	11,40	D
05/03/2014	66,40	D
16/04/2014	801,90	D
16/04/2014	15.918,60	D
16/04/2014	7,20	D
16/04/2014	153,36	D
16/04/2014	63,18	D
16/04/2014	75,31	D
16/04/2014	20,00	D
12/05/2014	13.644,30	D
12/05/2014	962,28	D
12/05/2014	153,36	D
12/05/2014	16,80	D
12/05/2014	89,91	D
12/05/2014	59,20	D
12/05/2014	75,31	D
12/05/2014	30,60	D
02/06/2014	24,00	D
02/06/2014	230,04	D
02/06/2014	1.336,50	D
02/06/2014	14.944,80	D
02/06/2014	48,80	D
02/06/2014	76,95	D
02/06/2014	30,60	D
02/06/2014	155,50	D
07/07/2014	167,13	D
07/07/2014	49,20	D
07/07/2014	1.389,96	D
07/07/2014	102,04	D
07/07/2014	29,60	D
07/07/2014	76,95	D
07/07/2014	19,20	D
07/07/2014	17.241,90	D
31/07/2014	7,20	D
31/07/2014	15.115,20	D
31/07/2014	30,60	D
31/07/2014	20,00	D
01/08/2014	230,04	D
01/08/2014	1.603,80	D
01/08/2014	89,91	D
01/08/2014	87,44	D
01/09/2014	64,80	D
01/09/2014	17.852,70	D
01/09/2014	20,00	D
01/09/2014	24,00	D
09/09/2014	255,60	D
09/09/2014	2.165,13	D
09/09/2014	89,91	D
09/09/2014	128,77	D
01/10/2014	4.270,50	D
01/10/2014	6,38	D
02/10/2014	561,33	D
02/10/2014	12,13	D

9.3. aplicar à Sra. Camila Pita de Oliveira Gregório (CPF 313.318.088-63) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar à responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e à responsável, bem assim ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4193-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4194/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.311/2018-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério da Cultura (extinto).
3.2. Responsável: Cláudio Fernando Brayer Pereira (400.879.050-00).
3.3. Recorrente: Cláudio Fernando Brayer Pereira (400.879.050-00).
4. Entidade: Município de Santa Vitória do Palmar/RS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Edson Luis Kossmann (OAB/RS 47.301), Oldemar Jose Meneghini Bueno (OAB/RS 30.847) e outros, representando Cláudio Fernando Brayer Pereira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, que nesta fase cuida da apreciação de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3.026/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal negou provimento ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.147/2021-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração por adimplir os requisitos de admissão tratados nos arts. 32, inciso II, e 34 do RITCU para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante da presente decisão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4194-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4195/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.926/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Reforma).
3. Recorrente: Wagner de Almeida Ferraz (656.752.746-34).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Wagner de Almeida Ferraz em face do Acórdão 5.406/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de reforma emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Comando do Exército.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4195-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4196/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.642/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Luciane Ramos Barros (442.525.870-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Felipe Néri Dresch da Silveira (OAB/RS 33.779) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Sra. Luciane Ramos Barros em face do Acórdão 17.756/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4196-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4197/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.195/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Rosa Maria Soares Gomes (122.426.402-91).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Luiz Gomes (OAB/RN 3.417).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela ex-servidora Rosa Maria Soares Gomes em face do Acórdão 16.914/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4197-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4198/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.247/2014-3
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
3. Embargante: Floriano Pastore Júnior (085.424.651-72)
4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (18596/OAB-DF), representando Floriano Pastore Júnior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Floriano Pastore Júnior em face do Acórdão 2.720/2022 - 1ª Câmara, que negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 4.815/2021-1ª Câmara, decisão esta que julgou irregulares as contas do embargante e o condenou ao pagamento de débito e multa em face da impugnação total das despesas realizadas no âmbito do Convênio 9/2006, celebrado entre a Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração e a União, com recursos do Fundo Nacional de Saúde.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. encaminhar cópia deste Acórdão ao embargante, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4198-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4199/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.335/2022-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Fredolino Reschke (247.066.390-34)
4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos que cuidam do ato de aposentadoria de Fredolino Reschke no cargo de Técnico do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social, submetido ao TCU para fins de registro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/19932, no art. 259, inciso II, do Regimento Interno, e ante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal no RE 636.553/RS, em:
9.1. reconhecer o registro tácito do ato de aposentadoria de Fredolino Reschke em 15/7/2021;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao interessado, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4199-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4200/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.603/2022-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Rita de Cássia Santos Gonzaga (056.920.658-86)
4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este ato de aposentadoria da ex-servidora do Instituto Nacional do Seguro Social Rita de Cássia Santos Gonzaga.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §1º e 262 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria de Rita de Cássia Santos Gonzaga;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, encaminhe a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao Instituto Nacional do Seguro Social, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4200-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4201/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.237/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessada: Francisca Marlene Ximenes Pinheiro (105.642.411-72)
4. Unidade: Comando do Exército
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de pensão militar instituída por Haroldo de Vasconcelos Pinheiro em benefício de sua esposa Francisca Marlene Ximenes Pinheiro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art.71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar instituída por Haroldo de Vasconcelos Pinheiro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data de ciência desta deliberação pelo órgão de origem;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação:
9.3.1.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.1.2. dê ciência desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento do apelo;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação:
9.3.2.1 encaminhe ao TCU comprovante da ciência da interessada; e
9.3.2.2. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e o encaminhe ao Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4201-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4202/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.449/2022-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Pompilio Geraldo Fidelis Neto (398.410.309-34)
4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais -Sefip
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de concessão de aposentadoria ao ex-servidor da Universidade Federal de Santa Catarina, Pompilio Geraldo Fidelis Neto.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260 e 262 do Regimento Interno e na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Pompilio Geraldo Fidelis Neto;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário;
9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira apontada, com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à Universidade Federal de Santa Catarina e ao interessado, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4202-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4203/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.288/2021-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Edson Luis Mesadri (356.972.029-20)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Marsico
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Edson Luis Mesadri contra o Acórdão 15.200/2021 - 1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato inicial de aposentadoria.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. tornar sem efeito o item 9.2.3. do Acórdão 15.200/2021 - 1ª Câmara;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que:
9.3.1. avalie, para o interessado nestes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida na Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, novo número 0039464-12.2004.4.01.3400, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal/DF, apresentada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232/SC, já que, para que o ex-servidor seja beneficiário do mencionado julgado, faz-se necessário que: (i) comprove ter concedido autorização expressa para que a aludida entidade associativa pudesse representá-lo na ação ordinária referida; e (ii) demonstre que, à época do protocolo da ação, era filiado à mencionada associação;
9.3.2. após a verificação do item 9.3.1, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de "quintos" pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos definida no Recurso Extraordinário 638.115/CE;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal documentos comprobatórios das providências adotadas em atendimento aos itens 9.3.1 e 9.3.2 acima, em conjunto com o novo ato de aposentadoria, a ser emitido por força do subitem 9.2.5 do Acórdão 15.200/2021 - 1ª Câmara;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão ao recorrente, com a informação de que o inteiro teor do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4203-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4204/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.127/2020-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Jorge da Silva Santos (091.253.613-68); Andreia Karla de Souza Justino (007.811.284-20) e Brasbio Industrial Ltda. (10.257.365/0001-50)
4. Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Michel Ricardo Silva de Paula (26930/OAB-PE), representando Andreia Karla de Souza Justino

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados à sociedade empresária BrasbioCombustíveis Engenharia Industrial Ltda. (atual Brasbio Industrial Ltda.), por meio do contrato de subvenção econômica APS-0368-3.05/88.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, inciso I; 20, § 8º; 209, inciso III; 210; 214, inciso III, alínea "a"; 212; e 217, §§ 1º e 2º; do Regimento Interno, em:
9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, em relação ao espólio de Jorge da Silva Santos;
9.2. declarar a revelia de Andreia Karla de Souza Justino e da sociedade empresária Brasbio Industrial Ltda.;
9.3. julgar irregulares as contas de Andreia Karla de Souza Justino e da sociedade empresária Brasbio Industrial Ltda;
9.4. condenar Andreia Karla de Souza Justino e a sociedade empresária Brasbio Industrial Ltda., solidariamente, ao recolhimento, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das respectivas datas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
27/07/2009	151.612,00
07/12/2011	37.903,00
07/12/2011	189.515,00

9.5. aplicar a Andreia Karla de Souza Justino e à sociedade empresária Brasbio Industrial Ltda. multas individuais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor, se pagas após o vencimento do prazo abaixo fixado;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.7. autorizar, se requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, com incidência, sobre cada parcela corrigida monetariamente, dos correspondentes juros de mora, no caso do débito, na forma da legislação em vigor;
9.8. alertar aos responsáveis que o inadimplemento de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. fixar prazos de 15 (quinze) dias para comprovação a este Tribunal do recolhimento integral das quantias acima indicadas ou, em caso de parcelamento, da primeira quota, e de 30 (trinta), a contar da quota anterior, do recolhimento das demais parcelas;
9.10. encaminhar cópia deste Acórdão aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4204-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4205/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.209/2021-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Joseni Lizandro (441.474.656-68)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Joseni Lizandro contra o Acórdão 16.696/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi julgado ilegal seu ato de aposentadoria, em razão da incorporação de "quintos" após 8/4/1998, com determinação para cessação dos pagamentos, destaque da rubrica em questão e sua transformação em parcela compensatória, a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo que:
9.1.1 caso o interessado comprove, perante o órgão de origem, ser beneficiário da ação de conhecimento transitada em julgado, seja mantido o pagamento da parcela de "quintos" imune à absorção por reajustes futuros, de acordo com a modulação de efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.1.2 caso a comprovação a que se refere o subitem 9.1.1 não ocorra, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporada pelo interessado, relativa ao exercício da função comissionada posteriormente a 8/4/1998, e a transforme em parcela compensatória, a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.2 encaminhar cópia desta decisão ao recorrente, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4205-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4206/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.157/2020-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge (502.824.921-00)
4. Unidade/Interessado:
4.1: Unidade: Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso
4.2. Interessado: Ministério do Turismo
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial -SecexTCE
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 01529/2008, firmado entre o Ministério do Turismo e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso, tendo por objeto o evento denominado "Realização do Leveger Folia de 20 a 24/02/2009".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel o responsável Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge;
9.2. julgar irregulares as contas de Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
10/6/2009	199.600,00	Débito
22/10/2009	26.246,10	Crédito

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas a notificação;

9.4. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação ao Ministério do Turismo, ao responsável e à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, com a informação de que o Relatório e o Voto que a fundamentam estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4206-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4207/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.221/2016-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)
3. Recorrente: Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira (071.080.014-20)
4. Unidade: Conselho Regional de Odontologia da Paraíba
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin)
8. Representação legal: José Edísio Simões Souto (5.405/OAB-PB) e outros, representando Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira contra o Acórdão 10.271/2021 - 1ª Câmara, que considerou não cumpridas as determinações dirigidas ao Conselho Regional de Odontologia da Paraíba pelos Acórdãos 6.327/2018 - 1ª Câmara e 13.178/2019 - 1ª Câmara, registrou o não atendimento a diligência deste Tribunal, e, por esses motivos, lhe aplicou multa de R$ 7.000,00.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. reduzir o valor da multa constante do item 9.2 do Acórdão 10.271/2021 - 1ª Câmara, que passa a ser de R$ 3.392,00 (três mil, trezentos e noventa e dois reais);
9.3 encaminhar cópia desta decisão ao recorrente, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4207-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4208/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.226/2021-5
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Regina Kanashiro (406.371.821-20)
4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Regina Kanashiro contra o Acórdão 18.363/2021-1ª Câmara, que julgou ilegal ato de aposentadoria de seu interesse e determinou a exclusão do pagamento de quintos/décimos decorrentes de função exercida após 4/9/2001.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial, para tornar insubsistentes os itens 9.2 e 9.3.1 do Acórdão 18.363/2021-1ª Câmara;
9.2. encaminhar cópia desta decisão ao TST e à recorrente, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4208-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4209/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.269/2020-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Nide Alves de Brito (075.009.126-68)
4. Unidade: Município de Nanuque/MG
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em nome de Nide Alves de Brito, ex-prefeito de Nanuque/MG, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social, na modalidade fundo a fundo, no exercício de 2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel o responsável Nide Alves de Brito;
9.2. julgar irregulares as contas de Nide Alves de Brito e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 43.968,75, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/12/2009 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.4. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;
9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;
9.6. alertar o responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. remeter cópia da presente deliberação ao FNAS e ao responsável, para ciência;
9.8. informar à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, ao FNAS e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4209-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4210/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.075/2014-1.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina; Ferrovia Tereza Cristina S.A. (01.629.083/0002-26).
3.2. Responsáveis: Carlos José Stüpp (378.961.219-72).
4. Entidade: Município de Tubarão/SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Marivaldo Bittencourt Pires Junior (OAB/SC 18096) e Marlon Collaço Pereira (OAB/SC 19062), representando município de Tubarão/SC; Mauro Antônio Prezotto (OAB/SC 12082) e Renata Pereira Guimarães (OAB/SC 34533), representando Carlos José Stüpp.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em desfavor do Sr. Carlos José Stüpp, referente ao convênio TT 53/2001, destinado à execução de obras e serviços de retirada de ramal ferroviário do perímetro urbano do referido município e da construção de novas edificações para a transferência das instalações administrativas, e da oficina de manutenção de locomotivas para posição menos central da cidade.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo município de Tubarão/SC, excluindo-o da relação processual;
9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Carlos José Stüpp;
9.3. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 18 e 23, II, da mesma lei, e nos arts. 1º, I, e 208, § 2º, e 214, II, do RI/TCU, as contas do Sr. Carlos José Stüpp, dando-lhe quitação;
9.4. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.5. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4210-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4211/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.793/2021-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessada: Simone Margit Voos (544.299.519-34).
4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal do Paraná.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Simone Margit Voos (27653/2018, peça 10), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, excluindo o valor da rubrica "vencimento básico complementar", com o consequente recálculo dos anuênios, nos proventos da interessada, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o, no prazo de 30 (trinta) dias, à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias.

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4211-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4212/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.798/2021-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessado: Aparecido Jose Fialho (273.315.396-04).
4. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Aparecido Jose Fialho (28483/2018, peça 10), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Universidade Federal do Triângulo Mineiro que:
9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, excluindo o valor da rubrica "vencimento básico complementar", com o consequente recálculo dos anuênios, nos proventos do interessado, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;
9.3.2. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o, no prazo de 30 (trinta) dias, à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias.
9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4212-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4213/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.285/2021-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Semirames Acioli Lins (169.665.704-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT-6).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT-6).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Semirames Acioli Lins (34776/2019, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, presumidamente, pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT-6) que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, ajuste os quintos incorporados à proporção de 5/5 da função efetivamente exercida até a edição da Lei 9.624/1998 (8/4/1998), conforme previsão dos § 3º e 4º do art. 62 da Lei 8.112/1997, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4213-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4214/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.334/2018-3.
1.1. Apenso: 047.466/2020-0
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Associação dos Criadores da Região de Entre Rios (14.704.530/0001-25); Joao Batista Ribeiro de Oliveira (014.005.525-83); Marcos Oliveira de Carvalho (041.827.235-20).
4. Órgão: Ministério da Cultura (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados para a realização do projeto cultural "Transbaião - A Cultura Viaja Aqui - Circuito Junino" (Pronac 12-2256).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. arquivar o processo, sem julgamento do mérito, em relação ao responsável João Batista Ribeiro de Oliveira, com fulcro no art. 212 do RI/TCU;
9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, a Associação dos Criadores da Região entre Rios (Acrer) e o Sr. Marcos Oliveira de Carvalho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.3. julgar irregulares as contas de Marcos Oliveira de Carvalho, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, e condená-lo, solidariamente à Associação dos Criadores da Região entre Rios (Acrer), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
300.000,00	17/7/2012
300.000,00	24/7/2012
60.000,00	29/8/2012

9.4. aplicar à Associação dos Criadores da Região entre Rios (Acrer) e Marcos Oliveira de Carvalho, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.7. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;
9.8. enviar cópia deste acórdão à Associação dos Criadores da Região entre Rios (Acrer) e Marcos Oliveira de Carvalho;
9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4214-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4215/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 042.838/2021-5.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.
3.2. Responsável: Euricélia Melo Cardoso (466.697.012-68).
4. Entidade: Município de Laranjal do Jari/AP.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao município de Laranjal do Jari/AP, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), para a execução dos programas Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2011.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Euricélia Melo Cardoso, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Euricélia Melo Cardoso, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, e condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir da data especificada até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/1/2011	6.300,00
23/2/2011	6.300,00
14/3/2011	6.300,00
26/4/2011	6.300,00
30/5/2011	6.300,00
8/6/2011	6.300,00
13/7/2011	6.300,00
14/8/2011	6.300,00
12/9/2011	6.300,00
18/10/2011	6.300,00
10/11/2011	6.300,00
21/12/2011	6.300,00
13/1/2011	2.512,50
9/3/2011	2.512,50
5/4/2011	2.512,50
12/1/2011	1.000,00
13/2/2011	1.000,00
16/3/2011	1.000,00
16/3/2011	1.000,00
5/5/2011	1.000,00
7/6/2011	1.000,00
10/7/2011	1.000,00
7/8/2011	1.000,00
11/9/2011	1.000,00
10/10/2011	1.000,00
21/11/2011	1.000,00
13/12/2011	1.000,00
3/2/2011	4.500,00
23/2/2011	4.500,00
27/3/2011	4.500,00
8/5/2011	4.500,00
30/5/2011	4.500,00
6/6/2011	4.500,00
11/7/2011	4.500,00
7/9/2011	4.500,00
17/10/2011	4.500,00
19/10/2011	4.500,00
23/11/2011	4.500,00
15/12/2011	4.500,00
12/1/2011	2.200,00
23/2/2011	2.200,00
27/3/2011	2.200,00
10/5/2011	2.200,00
30/5/2011	2.200,00
6/6/2011	2.200,00
10/7/2011	2.200,00
15/8/2011	2.200,00
12/9/2011	2.200,00
19/10/2011	2.200,00
12/12/2011	2.200,00
15/12/2011	2.200,00
16/1/2011	5.000,00
13/2/2011	5.000,00
16/3/2011	5.000,00
7/4/2011	5.000,00
10/5/2011	5.000,00
5/6/2011	5.000,00
10/7/2011	5.000,00
9/8/2011	5.000,00
7/9/2011	5.000,00
6/10/2011	5.000,00
20/11/2011	5.000,00
13/12/2011	5.000,00

9.3. aplicar à Euricélia Melo Cardoso, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amapá, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste acórdão a Euricélia Melo Cardoso e a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social;

9.8. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4215-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4216/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.942/2022-4.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Ana Terezinha Mitidieri de Oliveira, CPF 453.013.520-91.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar tacitamente registrado em 12/7/2021, o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Ana Terezinha Mitidieri de Oliveira, e encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário;
9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS;
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4216-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4217/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.877/2022-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ewerton Araujo de Moraes (720.104.362-53); Felipe Nogueira Tavares (005.069.242-97); Marco Antonio Neves da Silva (630.098.112-68); Rosane Guimaraes Magalhaes Serpa (025.071.007-29); Zeuner Guimaraes Povoa Junior (004.032.211-45).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Ewerton Araujo de Moraes, Felipe Nogueira Tavares, Marco Antonio Neves da Silva, Rosane Guimaraes Magalhaes Serpa e Zeuner Guimaraes Povoa Junior, negando-lhes registro;
9.2. esclarecer à entidade de origem que as presentes admissões poderão ser mantidas, em razão de estarem amparadas por decisão judicial transitada em julgado;
9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4217-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4218/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.231/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Geraldo Justino dos Santos, CPF 133.786.274-68.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 44207/2020), atinente à concessão inicial de a Geraldo Justino dos Santos, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte o Sr. Geraldo Justino dos Santos no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4218-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4219/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.739/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Marilia Therezinha Martins Rosa (599.546.046-34).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Benedicto Alves da Rosa Sobrinho em favor de Marilia Therezinha Martins Rosa, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;
9.3.3. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, com observância do correto posto de referência para cálculo do benefício e do teto remuneratório constitucional, que deve incidir sobre o somatório dos valores percebidos a título de proventos de aposentadoria e de pensão, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4219-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4220/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.233/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Sidnei de Souza Porto, CPF 242.078.020-53.
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 48834/2021), atinente à concessão inicial de a Sidnei de Souza Porto, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte o Sr. Sidnei de Souza Porto no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;
9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4220-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4221/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.552/2022-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ademir Martin Gonzales Junior (368.988.248-64); Andreia Pereira dos Santos (865.038.984-87); Fernanda Guimaraes de Oliveira Duraes (889.788.421-00).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Ademir Martin Gonzales Junior, Andreia Pereira dos Santos e Fernanda Guimaraes de Oliveira Duraes, negando-lhes registro;
9.2. esclarecer à entidade de origem que as presentes admissões poderão ser mantidas, em razão de estarem amparadas por decisão judicial transitada em julgado;
9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4221-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4222/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.339/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Orlando Batista Bento, CPF 317.161.484-72.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 63854/2019), atinente à concessão inicial de a Orlando Batista Bento, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte o Sr. Orlando Batista Bento no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;
9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4222-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4223/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.510/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Claudia Goncalves Muniz Barreto (800.284.977-91); Magali Goncalves Muniz Barreto (599.124.487-15); Sandra Goncalves Muniz Barreto (599.124.307-78); Solange Pereira Quintella (686.878.187-34).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Jorge Muniz Barreto em favor de Claudia Goncalves Muniz Barreto, Magali Goncalves Muniz Barreto, Sandra Goncalves Muniz Barreto e Solange Pereira Quintella, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pelas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. apresente à interessada Solange Pereira Quintella o direito à opção pela manutenção da pensão militar mediante renúncia a um dos benefícios acumulados indevidamente;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4223-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4224/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.702/2022-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Eliane Alves Cavalcanti, CPF 041.401.118-01.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado em 27/9/2021, o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Maria Eliane Alves Cavalcanti, e encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4224-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4225/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.521/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Raimunda Antonia Carneiro do Nascimento (233.739.382-87).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Raimundo Barbosa Nascimento em favor de Raimunda Antonia Carneiro do Nascimento, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4225-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4226/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.731/2022-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessada: Ivany Maria Lima Medeiros, CPF 449.767.989-68.

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 23/1/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Braz Horacio Medeiros em favor de Ivany Maria Lima Medeiros (ato nº 44254/2016);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que:

9.2.1. realize diligência junto à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica, com vistas a que, no prazo de 30 (trinta) dias, colha, de Ivany Maria Lima Medeiros, manifestação de opção pelo(s) benefício(s) legalmente acumulável(is), tendo em vista a indevida configuração, à vista do disposto no art. 29 da Lei 3.765/1960, da percepção de duas pensões militares por meio do ato nº 44254/2016, encaminhando a resposta obtida a este Tribunal - acompanhada da competente documentação comprobatória -, ou informando a ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.2.2. caso não obtido, por intermédio das diligências indicadas no subitem 9.2.1 acima, o devido saneamento do(s) ato(s), adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do(s) ato(s) não saneado(s);

9.2.3. adote providências com vistas à imediata autuação e prontos exame e encaminhamento para a apreciação por este Tribunal do ato de pensão militar de nº 97641/2018, com vistas a evitar que se configure seu registro tácito.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4226-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4227/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.215/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Helena Diniz Meira Batista (886.113.029-15); Ilka Cristina Batista (022.834.458-17); Maristela Assuncao Batista (483.304.009-30); Petronila Martinez (555.229.049-68).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão da pensão militar instituída por Laureano Manoel Batista em favor de Helena Diniz Meira Batista, Ilka Cristina Batista, Maristela Assuncao Batista e Petronila Martinez, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pelas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. esclareça a beneficiária Helena Diniz Meira Batista sobre o direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, desde que atendido o prescrito no art. 29 da Lei 3.765/1960.

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4227-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4228/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.339/2020-7.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: José Roberto de Sousa (429.303.674-15) e Marina Dias Marinho (058.436.154-80).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jandaíra/RN.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representações legais: Pablo de Medeiros Pinto (OAB/RN 6.330) e outros, representando Marina Dias Marinho, Afonso Adolfo de Medeiros Fernandes (OAB/RN 3.937) e outros, representando José Roberto de Sousa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de José Roberto de Sousa, ex-Prefeito de Jandaíra/RN, no período de 1º/1/2013 a 31/12/2016, e de Marina Dias Marinho, atual Prefeita, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa de Educação Infantil - Apoio Suplementar, no exercício de 2014,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar regulares as contas de José Roberto de Sousa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação plena;
9.2. julgar irregulares as contas de Marina Dias Marinho, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.3. aplicar a Marina Dias Marinho, com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 10.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação; e
9.5. enviar cópia deste Acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4228-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4229/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.226/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Karine Leticia Sierra Queiroz (592.876.592-49).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Arthur de Souza Wanderley Neto em favor de Karine Leticia Sierra Queiroz, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;
9.3.2. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.3. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4229-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4230/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.959/2021-9.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria da Consolação dAssunção Aguiar, CPF 293.824.326-04.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 46677/2021), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Maria da Consolação dAssunção Aguiar, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte à Sra. Maria da Consolação dAssunção Aguiar no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.3.4. promova a imediata supressão da fração de 1/5 de FC-05 atribuída à sra. Maria da Consolação dAssunção Aguiar, haja vista o não implemento, para sua incorporação, do requisito de doze meses de efetivo exercício até a edição da Medida Provisória 2.225-45/2001;
9.3.5. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 supra;
9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada;
9.4.3. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4230-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4231/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.549/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Denise Demetrio Kowalski (183.600.509-10).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal ato de concessão da pensão militar instituída por Benedito Demetrio em favor de Denise Demetrio Kowalski, negando-lhe registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;
9.3.2. comprove ao Tribunal, no prazo de sessenta dias, a ciência do teor desta deliberação pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. apresente à interessada Denise Demetrio Kowalski o direito à opção pela manutenção da pensão militar mediante renúncia a um dos benefícios acumulados indevidamente;
9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4231-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4232/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.156/2021-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Gloria Regina Silva Belmiro, CPF 484.912.417-87.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Gloria Regina Silva Belmiro, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Conta;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sr.ª Gloria Regina Silva Belmiro, no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita, no prazo de 30 dias, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, novo ato de aposentadoria livre da irregularidade ora apontada para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão;

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4232-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4233/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.952/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Djanira Cavalcanti de Oliveira (086.973.451-20)..

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Djanira Cavalcanti de Oliveira, negando-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos da interessada para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018;

9.3.5. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4233-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4234/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.374/2021-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Marcos Teixeira, CPF 225.506.581-91.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho da Justiça Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marcos Teixeira, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Conta;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Marcos Teixeira, no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita, no prazo de 30 dias, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, novo ato de aposentadoria livre da irregularidade ora apontada para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Conselho da Justiça Federal;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão;

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4234-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4235/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.283/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Raimundo Nonato Costa Neto (696.982.603-15).

4. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração e Logística.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Edilson Costa Véras (6894/OAB-MA), representando Raimundo Nonato Costa Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Diretoria de Administração e Logística, do Ministério da Economia, em desfavor de Raimundo Nonato Costa Neto, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta do Plano de Implementação 46958.000209/2011-26, registro Siafi 299863, firmado entre o extinto Ministério do Trabalho e Emprego e o Município de Turiaçu - MA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar Raimundo Nonato Costa Neto revel, para todos os fins, nos termos do art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Raimundo Nonato Costa Neto, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b e c, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), a devolução das referidas quantias ao Tesouro Nacional:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
53.555,04	30/4/2012
71.406,72	14/8/2012
124.961,76	27/12/2012

9.3. aplicar a MERGEFIELD responsável_nome Raimundo Nonato Costa Neto, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de 200.000,00 (duzentos mil reais) fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Maranhão, ao Ministério da Economia e ao responsável.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4235-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4236/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.300/2021-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Antonieta Cavalcanti de Albuquerque Tigre, CPF 337.108.214-87.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Maria Antonieta Cavalcanti de Albuquerque Tigre, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Conta;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sr.ª Maria Antonieta Cavalcanti de Albuquerque Tigre, no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita, no prazo de 30 dias, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, novo ato de aposentadoria livre da irregularidade ora apontada para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão;

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4236-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4237/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.043/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos (232.866.013-49).

4. Órgão/Entidade: Município de Crato - CE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos em razão de irregularidade na prestação de contas dos recursos repassados pela União por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/4/2013	1.993,81
16/5/2013	4.960,00
17/5/2013	7.072,89
22/5/2013	30.981,52
22/10/2013	712,50
12/11/2013	30.786,82
16/12/2013	87.064,28
17/12/2013	64.596,57

9.3. aplicar a Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor.

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis, para ciência, bem como ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4237-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4238/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.302/2021-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Silvana Cursino Cabral, CPF 391.187.974-15.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Silvana Cursino Cabral, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Conta;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sr.ª Silvana Cursino Cabral, no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita, no prazo de 30 dias, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, novo ato de aposentadoria livre da irregularidade ora apontada para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão;

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4238-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4239/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.158/2018-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Anderson Jose de Sousa (161.737.082-72).

3.2. Recorrente: Anderson Jose de Sousa (161.737.082-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Rio Preto da Eva - AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Eurismar Matos da Silva (9.221/OAB-AM), Geval de Oliveira (29235/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interposto por Anderson José de Sousa em face do Acórdão 7.676/2020-TCU-1.ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4239-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4240/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC - 043.659/2021-7

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: José Antônio Antunes Oliveira Pouey, CPF 188.246.920-87.

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de José Antônio Antunes Oliveira Pouey, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar ao órgão de origem que promova, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta deliberação, a exclusão da rubrica relativa aos 3,17% (URV) dos proventos da interessada, em face de sua manifesta ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando a esta Corte de Contas, no mesmo prazo, as providências adotadas;

9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Instituto Nacional do Seguro Social;

9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação inserta no item 9.2. deste Acórdão;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4240-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4241/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.123/2015-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: Cíntia Macedo Nunes (906.571.791-91); José de Sousa Nelci (549.376.046-00); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68); Pro Som Promocoes Ltda (02.033.589/0001-50)..
4. Órgão/Entidade: Município de São João do Paraíso - MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Marina Maldonado Paranhos (154.612/OAB-MG), Leonard Ziesemer Schmitz (380618/OAB-SP), Thales Marlon Roriz Nascimento (14972/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de José de Sousa Nelci, em razão de irregularidades na execução física e financeira do Convênio 703697/2009, cujo objeto era o apoio à realização do evento intitulado "Festas Juninas Tradicionais de São João do Paraíso/MG",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Mário Augusto Lopes Moyses, Cíntia Macedo Nunes e Marta Feitosa Lima Rodrigues;
9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas por José de Sousa Nelci;
9.3. considerar revel a empresa Pro-Som Promoções Ltda. - ME, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.4. julgar irregulares as contas de José de Sousa Nelci e da empresa Pro-Som Promoções Ltda. - ME, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, em regime de solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Responsabilidade solidária de José de Sousa Nelci e da empresa Pro-Som Promoções Ltda. - ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
94.500,00 (D)	20/8/2009

Responsabilidade individual de José de Sousa Nelci:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
3.250,00 (D)	20/8/2009

9.5. aplicar aos responsáveis, a seguir discriminados, a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR
José de Sousa Nelci	R$ 150.000,00
Pro-Som Promoções Ltda. - ME	R$ 150.000,00

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo e aos responsáveis, para ciência, bem como ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4241-25/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4242/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 044.864/2021-3.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.
3.2. Responsável: Jose Hernani Silveira (059.571.766-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Passos - MG.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Erick Freire Silveira (104552/OAB-MG), representando Maria da Penha Freire Silveira; Maria da Penha Freire Silveira, representando Jose Hernani Silveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em desfavor de Jose Hernani Silveira, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao município de Passos/MG, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social, na modalidade fundo a fundo, para a execução dos Programas Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2011,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo espólio do Sr. Jose Hernani Silveira (CPF: 059.571.766-72);
9.2. julgar irregulares as contas do responsável Jose Hernani Silveira (CPF: 059.571.766-72), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando seu espólio ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
12/1/2011	2.567,99
19/1/2011	908,04
25/1/2011	70,22
28/1/2011	6.980,74
2/2/2011	197,40
8/2/2011	72,39
14/2/2011	1.873,37
17/2/2011	283,59
25/2/2011	5.376,14
2/3/2011	72,39
11/3/2011	577,92
11/3/2011	1.873,37
14/3/2011	598,56
18/3/2011	62,07
21/3/2011	163,78
21/3/2011	222,12
30/3/2011	7.766,06
13/4/2011	1.365,33
19/4/2011	785,07
20/4/2011	681,12
28/4/2011	5.814,46
6/5/2011	3.600,83
12/5/2011	536,64
12/5/2011	876,10
12/5/2011	825,60
20/5/2011	170,10
20/5/2011	1.100,39
23/5/2011	631,98
30/5/2011	2.343,85
14/6/2011	411,44
14/6/2011	1.460,44
20/6/2011	1.263,06
29/6/2011	4.607,37
13/7/2011	1.796,25
20/7/2011	592,95
20/7/2011	1.335,55
21/7/2011	1.217,76
28/7/2011	5.853,60
11/8/2011	1.124,63
19/8/2011	1.352,47
22/8/2011	230,56
22/8/2011	100,31
22/8/2011	179,81
22/8/2011	252,05
25/8/2011	6,51
30/8/2011	4.901,06
14/9/2011	858,84
15/9/2011	211,68
19/9/2011	970,65
19/9/2011	261,38
19/9/2011	70,03
19/9/2011	259,30
19/9/2011	269,07
22/9/2011	6,51
22/9/2011	255,10
22/9/2011	210,66
29/9/2011	2.769,88
13/10/2011	1.194,65
20/10/2011	736,93
27/10/2011	3.172,12
10/11/2011	1.194,65
18/11/2011	918,87
29/11/2011	3.172,12
9/12/2011	2.604,50
13/12/2011	1.156,45
20/12/2011	918,87
20/12/2011	414,57
28/12/2011	5.220,42
5/1/2011	19,50
10/1/2011	630,50
19/1/2011	189,00
20/1/2011	420,70
20/1/2011	1.075,30
28/1/2011	2.375,86
14/2/2011	627,70
17/2/2011	257,51
25/2/2011	1.671,52
11/3/2011	557,28
11/3/2011	627,70
18/3/2011	886,02
18/3/2011	681,12
30/3/2011	1.671,52
12/4/2011	557,28
19/4/2011	482,82
28/4/2011	1.671,52
10/5/2011	619,20

12/5/2011	627,70
12/5/2011	248,40
20/5/2011	482,82
30/5/2011	1.671,52
14/6/2011	143,47
14/6/2011	601,60
16/6/2011	846,24
16/6/2011	1.259,04
20/6/2011	986,82
29/6/2011	1.591,48
13/7/2011	601,60
15/7/2011	1.155,84
20/7/2011	490,67
25/7/2011	328,00
26/7/2011	1.176,00
28/7/2011	1.591,48
5/8/2011	1.197,12
10/8/2011	1.083,60
11/8/2011	601,60
19/8/2011	1.941,34
14/9/2011	601,60
19/9/2011	460,54
29/9/2011	1.591,48
13/10/2011	601,60
13/10/2011	202,20
20/10/2011	1.957,18
27/10/2011	1.591,48
9/11/2011	115,00
10/11/2011	601,60
18/11/2011	474,14
29/11/2011	1.591,48
9/12/2011	1.952,33
20/12/2011	474,14
20/12/2011	422,09
28/12/2011	2.193,08
3/1/2011	774,00
5/1/2011	19,50
6/1/2011	630,50
12/1/2011	149,57
13/1/2011	191,57
14/1/2011	1.294,93

14/1/2011	44,72
14/1/2011	15,35
19/1/2011	467,10
21/1/2011	898,90
28/1/2011	390,96
14/2/2011	149,40
17/2/2011	113,40
23/2/2011	99,00
23/2/2011	27,00
24/2/2011	774,00
25/2/2011	390,96
10/3/2011	36,96
10/3/2011	10,08
11/3/2011	149,04
15/3/2011	99,00
15/3/2011	27,00
15/3/2011	288,96
18/3/2011	774,00
18/3/2011	699,00
30/3/2011	390,96
1/4/2011	1.316,07
6/4/2011	87,12
6/4/2011	23,76
6/4/2011	36,96
6/4/2011	10,08
8/4/2011	288,96
12/4/2011	681,12
13/4/2011	149,04
19/4/2011	339,00
26/4/2011	37,12
26/4/2011	136,12
27/4/2011	1.064,26
28/4/2011	390,96
9/5/2011	40,32
9/5/2011	94,08
11/5/2011	577,92
12/5/2011	149,04
13/5/2011	175,86
18/5/2011	1.080,39
20/5/2011	552,90
20/5/2011	247,00
30/5/2011	1.080,96
14/6/2011	86,10
14/6/2011	425,26
20/6/2011	509,55
20/6/2011	351,56
29/6/2011	1.115,54
29/6/2011	1.917,19
7/7/2011	97,44
8/7/2011	598,56
13/7/2011	425,26
20/7/2011	341,64
28/7/2011	1.597,04
3/8/2011	208,32
3/8/2011	84,00
10/8/2011	1.279,68
10/8/2011	516,00
11/8/2011	425,26
19/8/2011	741,16
30/8/2011	1.115,54
6/9/2011	22,44
6/9/2011	700,88
13/9/2011	43,92

13/9/2011	1.259,04
14/9/2011	425,26
19/9/2011	323,56
29/9/2011	1.992,77
30/9/2011	12,34
30/9/2011	11,22
30/9/2011	173,04
30/9/2011	350,44
30/9/2011	1.062,96
11/10/2011	80,64
11/10/2011	495,36
13/10/2011	761,07
20/10/2011	622,98
27/10/2011	2.298,71
10/11/2011	761,07
18/11/2011	661,52
29/11/2011	2.009,81
9/12/2011	1.107,10
20/12/2011	599,06
20/12/2011	343,45
28/12/2011	2.770,88
28/1/2011	6.262,90
25/2/2011	4.781,18
14/6/2011	160,94
14/6/2011	671,62
29/9/2011	1.788,54
13/7/2011	671,62
20/7/2011	550,43
11/8/2011	335,81
19/8/2011	516,63
30/8/2011	894,27
14/9/2011	335,81
19/9/2011	258,31
29/9/2011	894,27
13/10/2011	335,81
20/10/2011	258,31
27/10/2011	894,27
10/11/2011	335,81
18/11/2011	265,94
29/11/2011	894,27
9/12/2011	1.230,08
13/12/2011	647,87
20/12/2011	265,94
20/12/2011	265,94
28/12/2011	1.230,08
5/1/2011	70,22
12/1/2011	1.532,80
12/1/2011	1.784,47
19/1/2011	1.793,96
25/1/2011	70,22
7/2/2011	1.532,80
14/2/2011	1.784,47
17/2/2011	1.716,76
11/3/2011	2.098,32
18/3/2011	536,64
18/3/2011	1.825,47
30/3/2011	6.766,55
12/4/2011	536,64
13/4/2011	2.726,02
19/4/2011	1.986,42
28/4/2011	7.575,86
3/5/2011	2,17
6/5/2011	962,76
9/5/2011	70,22
11/5/2011	412,80
12/5/2011	2.566,58
20/5/2011	2.259,39
26/5/2011	89,00
30/5/2011	7.157,64
14/6/2011	667,61
14/6/2011	2.513,28
20/6/2011	2.190,35
29/6/2011	7.279,64
8/7/2011	3.435,18
13/7/2011	1.962,96
20/7/2011	2.196,71
28/7/2011	5.961,75
8/8/2011	1.238,40
11/8/2011	2.513,28
19/8/2011	2.481,20
22/8/2011	429,78
30/8/2011	7.371,90
14/9/2011	1.962,96
20/9/2011	2.075,88
29/9/2011	5.852,72
13/10/2011	1.962,96
20/10/2011	1.641,29
27/10/2011	5.768,85
18/11/2011	1.671,61
29/11/2011	5.852,72
7/12/2011	2.555,41
9/12/2011	7.397,54
9/12/2011	70,22
20/12/2011	1.689,75
20/12/2011	1.599,34
28/12/2011	5.993,49
2/2/2011	38.069,03
4/1/2011	1.812,56
13/1/2011	6,52
13/1/2011	405,00
21/1/2011	937,00
25/1/2011	210,65
2/2/2011	6,52
8/2/2011	210,65
20/4/2011	21,36
25/4/2011	1.469,30

27/4/2011	690,64
17/5/2011	21,63
18/5/2011	699,37
29/9/2011	25,60
30/9/2011	828,20
10/11/2011	14,12
16/11/2011	456,38
28/11/2011	10,97
29/11/2011	354,73
7/12/2011	14,51
8/12/2011	469,19

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e ao espólio do responsável, para ciência.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4242-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4243/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.355/2018-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Universidade Federal de Pelotas (92.242.080/0001-00).

3.2. Responsáveis: Alvaro Luiz Moreira Hypolito (207.244.380-68); Anna Lucia Rodrigues Pereira (432.279.880-20); Antonio Carlos de Freitas Cleff (301.942.700-25); Cynthia Oliveira da Rosa (000.877.070-04); Denis Teixeira Franco (620.269.250-20); Denise Marcos Bussoletti (458.648.530-20); Ediane Sievers Acunha (723.930.250-49); Eduardo Ferreira das Neves Filho (613.877.380-20); Eugenia Antunes Dias (898.652.430-91); Evaldo Tavares Kruger (322.730.100-87); Fabio Kellermann Schramm (620.904.020-91); Fernando da Silva Camargo (477.785.120-68); Flavio Fernando Demarco (384.204.220-53); Francisca Ferreira Michelon (429.215.380-91); Janaina da Silva Guerra (994.095.500-68); Joao Fernando Igansi Nunes (617.174.790-49); Julio Carlos Balzano de Mattos (620.715.990-04); Luciano Volcan Agostini (515.361.610-04); Luis Isaias Centeno do Amaral (447.847.590-34); Luiz Osorio Rocha dos Santos (106.773.640-91); Manoel Luiz Brenner de Moraes (256.874.090-68); Marcia Rosales Ribeiro Simch (462.646.630-34); Maria de Fatima Cossio (281.654.620-91); Mario Renato de Azevedo Junior (952.140.110-91); Matheus da Silva Cardoso (018.961.040-96); Mauro Augusto Burkert Del Pino (338.089.880-53); Noris Mara Pacheco Martins Leal (515.365.360-91); Otavio Martins Peres (003.415.690-97); Paulo de Almeida Afonso (788.547.170-53); Pedro Rodrigues Curi Hallal (966.240.940-87); Renato Brasil Kourrowski (919.359.200-06); Ricardo Hartlebem Peter (008.272.430-06); Rosane Maria dos Santos Brandao (540.151.620-72); Sergio Batista Christino (205.405.820-34); Tais Ullrich Fonseca (000.090.060-52); Vinicius Farias Campos (008.909.760-23)..

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual da Universidade Federal de Pelotas referente ao exercício de 2017

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Antônio Carlos de Freitas Cleff, Luiz Osório Rocha dos Santos, Mauro Augusto Burkert Del Pino, Otávio Martins Peres, Pedro Rodrigues Curi Hallal, Ricardo Hartlebem Peter, Sérgio Batista Christino, e dar-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I,16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar regulares as contas de Alvaro Luiz Moreira Hypolito, Anna Lucia Rodrigues Pereira, Cynthia Oliveira da Rosa, Denis Teixeira Franco, Denise Marcos Bussoletti, Ediane Sievers Acunha, Eduardo Ferreira das Neves Filho, Eugenia Antunes Dias, Evaldo Tavares Kruger, Fabio Kellermann Schramm, Fernando da Silva Camargo, Flavio Fernando Demarco, Francisca Ferreira Michelon, Janaina da Silva Guerra, Joao Fernando Igansi Nunes, Julio Carlos Balzano de Mattos, Luciano Volcan Agostini, Luis Isaias Centeno do Amaral, Marcia Rosales Ribeiro Simch, Maria de Fatima Cossio, Mario Renato de Azevedo Junior, Matheus da Silva Cardoso, Manoel Luiz Brenner de Moraes, Noris Mara Pacheco Martins Leal, Paulo de Almeida Afonso, Renato Brasil Kourrowski, Rosane Maria dos Santos Brandao, Tais Ullrich Fonseca, Vinicius Farias Campos, e dar-lhes quitação plena, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) que identifique, junto às bases do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão (Sisac), os atos de aposentadoria, bem assim os atos de pensão deles decorrentes, referentes aos servidores indicados nos itens 1.1.3.1 e 1.1.3.2 do relatório da CGU, com vistas à sua imediata instrução;

9.4. determinar à CGU que, caso ainda não o tenha feito, ultime as providências com vistas à conclusão da análise dos atos de aposentadoria tratados no item anterior e dos atos de pensão deles decorrentes;

9.5. determinar à UFPel:

9.5.1. a imediata suspensão do pagamento da Retribuição por Titulação, de que trata a Lei 12.772/2012, a Armando Rodrigues da Costa, visto que não possui a titulação necessária ao recebimento da gratificação;

9.5.2. a adoção de providências necessárias para identificar os valores indevidamente recebidos por Marcelo Amaral Bezerra, Rita de Cássia Tavares Medeiros, Leila Fagundes Conter e Armando Rodrigues da Costa a título de Retribuição por Titulação e efetuar a cobrança administrativa; caso não alcance êxito no intento, instaure a(s) pertinente(s) TCE, arrolando, em solidariedade, o(s) servidor(es) que deu (eram) causa a concessão indevida, cuja responsabilidade deve ser adequadamente apurada.

10. Ata n° 25/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4243-25/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 9 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição

Aprovada em 2 de agosto de 2022.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 25, DE 26 DE JULHO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Augusto Nardes; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz, e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes os Ministros Aroldo Cedraz, em razão de licença para tratamento de saúde, e Antonio Anastasia, justificadamente.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 24, referente à sessão realizada em 19 de julho de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-010.879/2022-6, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-000.291/2021-8, TC-004.177/2022-3, TC-006.605/2022-2, TC-006.614/2022-1, TC-008.001/2022-7, TC-008.060/2022-3, TC-008.067/2022-8, TC-008.818/2022-3, TC-008.850/2022-4, TC-008.861/2022-6, TC-008.899/2022-3, TC-008.911/2022-3, TC-009.047/2022-0, TC-009.427/2022-8, TC-009.507/2022-1, TC-009.527/2022-2, TC-009.544/2022-4, TC-009.879/2022-6, TC-009.922/2022-9, TC-010.353/2022-4, TC-010.368/2022-1, TC-010.372/2022-9, TC-010.373/2022-5, TC-010.379/2022-3, TC-010.383/2022-0, TC-010.389/2022-9, TC-010.501/2022-3, TC-010.865/2022-5, TC-010.876/2022-7, TC-010.894/2022-5, TC- TC-010.915/2022-2, TC-010.960/2022-8, TC-011.959/2022-3, TC-014.816/2021-0, TC-015.921/2009-0, TC-039.580/2020-2, TC-040.320/2018-9, TC-043.887/2021-0 e TC-044.971/2021-4, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz; e

- TC-005.154/2022-7, TC-023.528/2021-4, TC-025.360/2016-7, TC-033.464/2019-7 e TC-043.790/2021-6, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 3799 a 3885.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 3765 a 3798, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-030.255/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Huilder Magno de Souza não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Isaías Alves Alexandre e do Instituto Caminhos das Artes - ICA. Acórdão n° 3792.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 3765/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.221/2022-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria Consuelo Bernardo de Moura (138.388.812-49).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria de ex-servidora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de aposentadoria de Maria Consuelo Bernardo de Moura;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. envie a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, documentos comprobatórios de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.3.3. adote, uma vez desconstituída a ação judicial que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica ora impugnada por esta Corte, as medidas administrativas necessárias à regularização do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3765-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3766/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.717/2020-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).
3.2. Responsável: Celio Eduardo de Oliveira Lira (271.428.924-04).
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - CARUARU/PE - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito da Gerência Executiva do INSS em Caruaru/PE,
9.1. considerar revel o responsável Celio Eduardo de Oliveira Lira, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. excluir da relação processual os Srs. Alexandre Jorge Gomes do Carmo, Hamilton Gomes do Carmo e Jeova de Lima da Silva;
9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Celio Eduardo de Oliveira Lira e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefício previdenciário:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/3/2008	16.932,00
18/3/2008	380,00
18/3/2008	1.783,07
12/9/2007	41.427,31
12/9/2007	2.997,24
12/9/2007	905,63
12/9/2007	4.022,83
12/9/2007	452,81
3/10/2007	905,63
6/11/2007	905,63
5/12/2007	905,63
5/12/2007	452,81
7/1/2008	905,63
8/2/2008	905,63
5/3/2008	905,63
3/4/2008	950,91
6/5/2008	950,91
4/6/2008	950,91
3/7/2008	950,91
5/8/2008	950,91
3/9/2008	950,91
3/9/2008	475,45
3/10/2008	950,91
5/11/2008	950,91
3/12/2008	950,91
3/12/2008	475,46
6/1/2009	950,91
4/2/2009	950,91
22/4/2008	2.723,91
22/4/2008	239,03
22/4/2008	3.464,50

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992
9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Instituto Nacional do Seguro Social, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhes que o Relatório e Voto que o fundamentam podem ser acessados no sítio eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.7. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco que a decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3766-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3767/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.086/2018-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
3.2. Responsáveis: Eduardo Alencar dos Santos (CPF 38.702.112-53), Francisco Charliton Brandão de Souza (CPF 508.347.202-30), Francisco Euzir Da Costa (CPF 340.290.102 10), Francisco Sebastião Mendes (CPF 079.687.012-87), Manoel da Silva Almeida (CPF 051.330.092-91) e Maria Vaneima Brandão de Souza Magalhães (CPF 727.246.682-00).
4. Unidade jurisdicionada: Município de Manoel Urbano/AC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Laura Caroline Catão Silva de Brito (OAB/AC 4.174), representando Eduardo Alencar dos Santos (peças 41 e 42).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em desfavor dos ex-Secretários Municipais de Saúde do município de Manoel Urbano/AC, Srs. Francisco Euzir da Costa; Eduardo Alencar dos Santos; Francisco Charliton Brandão de Souza; e Maria Vaneima Brandão de Souza Magalhães e dos ex-prefeitos da municipalidade, Manoel da Silva Almeida e Francisco Sebastião Mendes, em razão de supostas irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos de 2009 a 2012,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel para todos os efeitos o Sr. Manoel da Silva Almeida, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;
9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis: Francisco Charliton Brandão de Souza, Maria Vaneima Brandão de Souza Magalhães, Francisco Euzir da Costa e Eduardo Alencar dos Santos;
9.3. excluir da relação processual os responsáveis Francisco Charliton Brandão de Souza, Maria Vaneima Brandão de Souza Magalhães, Francisco Euzir da Costa e Eduardo Alencar dos Santos;
9.4. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas dos Srs. Francisco Sebastião Mendes e Manoel da Silva Almeida e condená-los, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

- Débitos do Sr. Francisco Sebastião Mendes:

Valor Original (em R$)	Data da Ocorrência
17.670,00	06/09/2010
970,00	13/09/2010
760,00	17/09/2010
1.319,45	22/11/2010
299,00	26/11/2010
381,41	14/12/2010
225,00	23/05/2011
531,00	14/06/2011
531,00	14/06/2011
300,00	14/06/2011
300,00	16/12/2010
400,00	20/12/2010
1.100,00	25/02/2011
4.702,50	30/03/2011
1.560,00	08/04/2011
424,20	03/06/2011
531,00	17/06/2011
750,00	21/07/2011
1.083,00	16/08/2011
760,00	29/08/2011
2.320,00	22/09/2011
300,00	27/12/2011
300,00	27/12/2011
2 339,00	03/01/2012
300,00	10/01/2012
1.032,90	06/03/2012
1.800,00	06/03/2012

- Débitos do Sr. Manoel da Silva Almeida:

Valor Original (em R$)	Data da Ocorrência
124,00	11/03/2010
15.625,81	17/06/2010
6.849,16	28/12/2009
2.929,00	13/08/2009
31.811,16	29/09/2009
11.702,95	07/10/2009
1.870,00	16/12/2009
6.390,38	11/02/2010

9.5. aplicar ao Sr. Francisco Sebastião Mendes e ao Sr. Manoel da Silva Almeida, individualmente, respectivamente, as multas de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e R$ 7.000,00 (sete mil reais), prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, caso seja de interesse dos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e comunicar-lhe que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso haja interesse, o Tribunal pode enviar-lhe cópia desses documentos sem qualquer custo.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3767-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3768/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.164/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
3.2. Responsáveis: Construvale Estradas e Serviços Ltda. (69.655.454/0001-05); Denys Milhomem Arruda (127.458.473-68); Eunelio Macedo Mendonca (509.185.833-49); Perola Construção e Consultoria Ltda - Me (10.283.381/0001-17).
4. Órgão/Entidade: Município de Santo Antônio dos Lopes - MA.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Jeasy Nogueira Araújo Silva (15786/OAB-MA), representando Denys Milhomem Arruda; Jeasy Nogueira Araújo Silva (15786/OAB-MA), representando Perola Construção e Consultoria Ltda - Me.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, mandatária do então Ministério das Cidades (MCidades), em desfavor de Eunelio Macedo Mendonca, Denys Milhomem Arruda, Perola Construção e Consultoria Ltda. - ME e Construvale Estradas e Serviços Ltda., em razão de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, no Contrato de Repasse 0297487-41/2009, que tinha por objeto obras de pavimentação asfáltica no município de Santo Antônio dos Lopes/MA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revéis os responsáveis Eunelio Macedo Mendonca e Construvale Estradas e Serviços Ltda., para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis Denys Milhomem Arruda e Perola Construção e Consultoria Ltda. - Me;
9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Eunelio Macedo Mendonca, Denys Milhomem Arruda, Perola Construção e Consultoria Ltda. - Me e Construvale Estradas e Serviços Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/12/2014	205.931,20

Valor atualizado do débito (com juros) em 21/2/2022: R$ 321.407,55.

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis Eunelio Macedo Mendonca, Denys Milhomem Arruda, Perola Construção e Consultoria Ltda. - Me e Construvale Estradas e Serviços Ltda. a multa no valor R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com base no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.7. enviar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal, ao Município de Santo Antônio dos Lopes/MA e aos responsáveis, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado de MA, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3768-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3769/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.715/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Rodrigo Siqueira de Souza (121.073.197-58).
4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Moana Caroline Coelho de Sena (209738/OAB-RJ) e Leon Bravo Bezerra da Silva (205801/OAB-RJ), representando Rodrigo Siqueira de Souza.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em desfavor do Sr. Rodrigo Siqueira de Souza, em razão do descumprimento de Termo de Parcelamento firmado pelo beneficiário junto àquela entidade referente a débito resultante da não comprovação do cumprimento de disposição normativa inerente à concessão e à manutenção de bolsa para Doutorado no Exterior (GDE), pois o beneficiário não encaminhou ao CNPq comprovação de permanência no Brasil pelo mesmo período de vigência da bolsa no exterior (comprovante de interstício).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Rodrigo Siqueira de Souza, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculadas a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Identificador da parcela
15/5/2018	697.641,23	D1
23/5/2018	5.813,68	C1

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.3. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;
9.5. enviar cópia deste Acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao responsável, para ciência;
9.6. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer, sem custos, as correspondentes cópias, de forma impressa; e
9.7. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3769-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3770/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.832/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Geni Ribeiro (270.550.191-68).
3.2. Recorrente: Geni Ribeiro (270.550.191-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Katiuscia Pereira de Alvim (42511/OAB-DF), representando Geni Ribeiro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto por Geni Ribeiro contra o Acórdão 14.427/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Bruno Dantas,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Geni Ribeiro e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para tornar sem efeito o subitem "b.1" do item 1.7, alínea "b" do Acórdão 14.427/2021-TCU-2ª Câmara;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3770-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3771/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.261/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Dival Gomes da Costa (004.402.801-68).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria de ex-servidor do Instituto Nacional do Seguro Social,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de aposentadoria de Dival Gomes da Costa;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. comunique ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, que poderá escolher entre a vantagem decorrente de "quintos/décimos" e a derivada da "opção", uma vez que o percebimento cumulativo de ambas não era permitido pelo art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990, e é vedado pelo art. 7º, parágrafo único, da Lei 9.624/1998;
9.3.3. emita novo ato escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.3.4. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Instituto Nacional do Seguro Social.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3771-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3772/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.583/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Jose Daniel Liviski (320.122.509-63); L & K Projetos Culturais S/s (19.352.930/0001-32).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em desfavor de L & K Projetos Culturais S/S e José Daniel Liviski, em razão de omissão no dever de prestar contas, captados por força do projeto cultural Pronac 15-9691, cujo nome é "Caravana Teatral do Livro em Cena",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas de L & K Projetos Culturais S/S e de José Daniel Liviski, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

Valor do débito (R$)	Data de ocorrência	Débito/Crédito
110.000,00	11/2/2016	D
40.000,00	1/6/2016	D
25.000,00	5/7/2016	D
25.000,00	2/8/2016	D
26.000,00	11/10/2016	D
43.000,00	10/2/2017	D
43.000,00	6/3/2017	D
43.000,00	3/4/2017	D
52.000,00	11/7/2017	D
80,82	27/11/2018	C

9.2. aplicar individualmente a L & K Projetos Culturais S/S e a José Daniel Liviski, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. esclarecer ao responsável José Daniel Liviski que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade relativa ao não cumprimento do prazo para a apresentação da prestação de contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;
9.6. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Especial da Cultura e aos responsáveis, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;
9.7. informar à Procuradoria da República no Estado do Paraná, à Secretaria Especial da Cultura e aos responsáveis, que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e
9.8. informar à Procuradoria da República no Estado do Paraná que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3772-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3773/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.546/2013-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil (acompanhamento).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Janes da Silva Souza (746.633.217-04); Nemezio Christovão Deziderio (474.920.237-15).
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil objeto, anteriormente, do Acórdão 4.551/2014-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU, em caso de descumprimento, que:
9.1.1. submeta ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, via sistema e-Pessoal, nos termos do subitem 9.3.4 do Acórdão 4551/2014-TCU-2ª Câmara, proferido na Sessão de 2/9/2014, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, c/c o disposto na Instrução Normativa 78/2018, novos atos de pensão civil em favor dos beneficiários Janes da Silva Souza, CPF 746.633.217-04 (instituidor Antônio Alves da Cruz, CPF154.902.117-68) e Nemezio Christovão Deziderio, CPF 474.920.237-15 (instituidora Dulcineia dos Santos Valenza, CPF 789.420.047-68), livres das irregularidades apontadas na referida deliberação;
9.1.2. informe, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, as medidas adotadas para o cumprimento integral do Acórdão 4551/2014-TCU-2ª Câmara, apresentando, para tanto, os extratos dos benefícios pagos atualmente aos referidos pensionistas e as memórias de cálculo demonstrando a regularização dos pagamentos e as parcelas pagas irregularmente desde o momento em que tomou conhecimento do referido decisum, ocorrido em 1º de outubro de 2014, conforme Aviso de Recebimento 238818568CC, bem como os comprovantes dos descontos efetivados para reposição ao erário;
9.2. dar ciência desta deliberação à Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ e aos interessados.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3773-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3774/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.001/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Juliane Cristina Neves (521.237.159-72).
3.2. Recorrente: Juliane Cristina Neves (521.237.159-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Fabrizio Costa Rizzon (47.867/OAB-RS), Luciano Carvalho da Cunha (36.327/OAB-RS) e outros, representando Juliane Cristina Neves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto por contra o Acórdão 17.598/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Juliane Cristina Neves e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3774-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3775/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.653/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Aldo Andrade Mendes (054.856.901-06); Marli Alves de Queiroz (227.053.091-87); Raimundo Gil da Fonseca (179.149.061-15).
3.2. Recorrente: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados contra o Acórdão 6.857/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos interessados.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3775-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3776/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-005.673/2022-4.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Ferreira da Silva (228.592.683-91).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em benefício do Sr. José Ferreira da Silva.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. José Ferreira da Silva e negar registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. José Ferreira da Silva, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3776-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3777/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-006.664/2022-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria da Glória Fernandes Oliveira (256.179.661-20).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferida pela Fundação Universidade de Brasília em benefício da Sra. Maria da Glória Fernandes Oliveira.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria da Glória Fernandes Oliveira, com negativa de registro do correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, adote as seguintes medidas:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos da vantagem referente ao reajuste de 28,86% decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. acompanhe os desdobramentos do Mandado de Segurança 28.819/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à inativa, implemente providências administrativas, dentro do prazo de 30 (dias) contados da ciência da referida decisão judicial, para cessar os pagamentos decorrentes da parcela relativa à URP em 26,05%, bem como promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não disponha de modo contrário;
9.3.3. dê ciência deste Acórdão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e
9.4. restituir os autos à Sefip para que promova a correção do nome de Maria da Glória Fernandes Reis, grafado incorretamente no ato concessório de número 46361/2019, alterando-o para "Maria da Glória Fernandes Oliveira", de acordo com o registro constante do Cadastro de Pessoa Física número 256.179.661-20.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3777-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3778/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-007.993/2022-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Denize Bouttelet Munari (034.651.048-11).
4. Entidade: Universidade Federal de Goiás.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferida pela Universidade Federal de Goiás em benefício da Sra. Denize Bouttelet Munari.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Denize Bouttelet Munari e autorizar o registro do correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e
9.3. determinar à Universidade Federal de Goiás que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote providências para regularizar a falha financeira apontada, com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3778-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3779/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 008.018/2022-7.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Vicente de Paula Castro (066.126.793-87).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em benefício do Sr. Vicente de Paula Castro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. reconhecer o registro tácito do ato de aposentadoria de interesse do Sr. Vicente de Paula Castro, em consonância com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário 636.553;
9.2. restituir os autos à Sefip, para que observe o disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão 122/2021 - Plenário;
9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3779-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3780/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 008.086/2022-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Roberto Keiti Furuzawa (503.445.369-04).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social em benefício do Sr. Roberto Keiti Furuzawa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Roberto Keiti Furuzawa e negar registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Roberto Keiti Furuzawa, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. Roberto Keiti Furuzawa, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3780-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3781/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-008.916/2022-5.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo de Sá Coutinho (184.330.061-34).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferida pela Fundação Universidade de Brasília em benefício do Sr. Paulo de Sá Coutinho.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Paulo de Sá Coutinho, com negativa de registro do correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, adote as seguintes medidas:
9.3.1. acompanhe os desdobramentos do Mandado de Segurança 28.819/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao inativo, implemente providências administrativas, dentro do prazo de 30 (dias) contados da ciência da referida decisão judicial, para cessar os pagamentos decorrentes da parcela relativa à URP em 26,05%, bem como promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não disponha de modo contrário; e
9.3.2. dê ciência deste Acórdão ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3781-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3782/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-009.439/2022-6.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Lucas Rocha da Costa (327.090.216-68).
4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Lucas Rocha da Costa e negar registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Lucas Rocha da Costa, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência a este Tribunal; e
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do interessado, livre da irregularidade verificada, e promova seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3782-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3783/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 010.948/2022-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Helge Henriette Sokolonski (090.129.315-68).
4. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em benefício da Sra. Helge Henriette Sokolonski.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Helge Henriette Sokolonski e negar registro ao correspondente ato;
9.2. esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, as rubricas judiciais referentes ao Adicional de Tempo de Serviço, por estar amparada em decisão transitada em julgado, bem como à GDIBGE (Gratificação de Desempenho em Atividade de Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas), por estar sendo calculada em conformidade com a decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença, poderão subsistir, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório; e
9.3. determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação deste acórdão, dê ciência desta deliberação à interessada.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3783-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3784/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-024.310/2015-8.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Eliésio Rocha Adriano (576.699.458-34).
4. Entidade: Município de Bela Cruz/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).
8. Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar (6.854/OAB-CE), Lyanna Magalhães Castelo Branco (7.841/OAB-CE) e outros, representando Eliésio Rocha Adriano.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Eliésio Rocha Adriano, ex-prefeito de Bela Cruz/CE (gestão 2005-2008), em decorrência da impugnação total de despesas do Convênio CV-382/2008 (Siconv 633824), celebrado entre o Ministério do Turismo e o referido município, almejando promover o turismo por meio da realização do evento intitulado "Festival de Quadrilhas Juninas no Município de Bela Cruz/CE".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Eliésio Rocha Adriano e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 24/10/2008 até a data do efetivo recolhimento, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido, em 28/5/2009, de R$ 7.045,41 (sete mil e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos), nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência/TCU;
9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo, para conhecimento.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3784-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3785/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-027.135/2019-5.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Sebastiao Domingos de Oliveira (017.347.127-75, falecido).
4. Entidade: Município de Cuparaque/MG.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor de Sebastião Domingos de Oliveira, ex-Prefeito de Cuparaque/MG, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Convênio 01321/2010, cujo objeto era a realização da "26ª Festa Peão de Boiadeiro e do Cuparaquense Ausente".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Extraordinária da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Sebastião Domingos de Oliveira e condenar os seus herdeiros, Duilio Torbiane de Oliveira (108.906.176-51), Grasiane Henrique de Oliveira (124.381.986-30) e Creuza Maria de Oliveira (051.886.256-95), até o limite do patrimônio que lhes foi transferido, ao pagamento da quantia de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 24/05/2011 até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;
9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros), esclarecendo aos herdeiros do responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo, para ciência.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3785-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3786/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 029.111/2016-1
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Entidade: Município de Demerval Lobão/PI.
4. Responsáveis: Edilene Alves Pereira (349.888.153-15), Washington Marques Leandro (065.973.353-68) e Marca Engenharia Ltda. - EPP (07.686.082/0001-19).
4.1. Embargante: Marca Engenharia Ltda. - EPP (07.686.082/0001-19).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pela empresa Marca Engenharia Ltda. - EPP contra o Acórdão 7.950/2021 - 2ª Câmara, pelo qual foram julgadas irregulares as suas contas referentes ao Convênio 717/2005, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Demerval Lobão/PI com vistas à execução de obras de esgotamento sanitário, com condenação a pagar o débito solidário apurado e a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação à Embargante.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3786-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3787/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 002.571/2020-0.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (CNPJ 02.416.632/0001-66); Francisco Flávio Pereira Barbosa (CPF 841.796.273-53); e Francisco Lindemberg Pereira Alves (CPF 028.238.653-06).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Francisco Carlos Mourão Neto (26302/OAB-CE), representando a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa, João Paulo Pereira da Silva e Francisco Lindemberg Pereira Alves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor da Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa, João Paulo Pereira da Silva e Francisco Lindemberg Pereira Alves, como então dirigentes dessa entidade (gestões: 22/12/2005 a 29/1/2010, 30/1/2010 a 11/3/2012, e 12/3/2012 a 29/7/2015, respectivamente), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Contrato de Repasse n.º 0223.076-15/2007 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União aí representada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a referida associação para a "atualização do potencial produtivo e mercadológico, assessoria, promoção, acompanhamento e organização dos produtores e processos de implementação em diversos municípios do Estado do Ceará" sob o valor original de R$ 80.000,00 pelo aporte de R$ 79.000,00 em recursos federais e R$ 1.000,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido inicialmente estipulada para o período de 21/9/2007 a 30/5/2014;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. promover a exclusão de João Paulo Pereira da Silva na presente relação processual diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.2. rejeitar as correspondentes defesas oferecidas pela Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, com Francisco Flávio Pereira Barbosa, além de Francisco Lindemberg Pereira Alves;
9.3. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa, comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento do correspondente débito em favor do Tesouro Nacional, com a atualização monetária até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)	Observação
8/11/2007	55.000,00	-
9/12/2009	24.000,00	-
9/6/2015	1.149,49	já restituído
3/3/2017	88,49	já restituído
2/3/2018	700,00	já restituído

9.4. informar aos aludidos responsáveis indicados no item 9.3 deste Acórdão que a liquidação tempestiva do débito, com a incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da eventual aplicação de multa legal sob o valor de até 100% do débito atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;
9.5. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, diante da atual solicitação de parcelamento do débito, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais; e
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos aludidos responsáveis indicados no item 9.3 deste Acórdão, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo assinalado.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3787-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3788/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 006.997/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessadas: Antônila Starling Lopes (CPF 448.931.246-68); Oniola Starling Braga (CPF 176.047.456-87); Toniomar Lamounier Starling (CPF 568.913.856-87).
4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército em favor de Antônila Starling Lopes, Oniola Starling Braga e Toniomar Lamounier Starling a partir do falecimento de Dalnio Teixeira Starling;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Antônila Starling Lopes, Oniola Starling Braga e Toniomar Lamounier Starling (à Peça 3 sob o n.º 46839/2016), negando-lhe o respectivo registro, em função das seguintes ilegalidades: (i) o falecimento do instituidor teria ocorrido, em 4/6/2016, e, assim, não mais subsistiria a plausibilidade para a concessão da pensão militar "às irmãs germanas e consanguíneas, solteiras, viúvas ou desquitadas (...)", já que essa categoria de pessoas teria sido afastada do correspondente benefício a partir da suspensão decorrente da revogação promovida pela MP n.º 2.215-10, de 31/8/2001, sobre o art. 7º da Lei n.º 3.765, de 1960; (ii) a outra beneficiária (Toniomar Lamounier Starling) não figuraria como "irmã germana e consanguínea", pois seria apenas irmã por parte de pai (Peça 3, p. 5 e 14); (iii) a outra beneficiária (Oniola Starling Braga) acumularia a pensão militar com os outros dois benefícios previdenciários públicos, correspondendo à aposentadoria no cargo de professora do ensino básico, técnico e tecnológico junto ao Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (Peça 7) e à pensão civil junto ao INSS pela morte do seu cônjuge (José Helvécio Rolla Braga - Benefício 1291632708, desde 25/12/2008), mas isso contrariaria o art. 29 da Lei n.º 3.765, de 1960, pois vedaria expressamente a acumulação de mais de dois benefícios; e (iv) o instituidor (Dalnio Teixeira Starling) teria obtido os proventos calculados em 2 (dois) postos acima daquele ocupado na atividade, estando essa situação vedada, todavia, pelo art. 50, II, da Lei n.º 6.880, de 1980;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas no item 9.1 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3788-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3789/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.013/2012-9.
1.1. Apensos: TC 033.882/2020-7 (CBEX), TC 033.883/2020-3 (CBEX), TC 033.886/2020-2 (CBEX), TC 033.884/2020-0 (CBEX), TC 033.880/2020-4 (CBEX).
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: ACDC Construções Eireli - ME (CNPJ 13.690.292/0001-83); Orlando de Oliveira Filho (CPF 152.130.305-30); Município de Buerarema - BA (CNPJ 13.721.188/0001-09).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Vladimir Soares Santos (OAB-BA 40.043), entre outros, representando Orlando de Oliveira Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de monitoramento da determinação proferida pelo item 9.6 do Acórdão 5.683/2015-TCU-2ª Câmara, ao julgar a correspondente tomada de contas especial sobre os indícios de irregularidade no âmbito do Convênio 3.260/2001 (Siafi 436790) celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a efetiva operação do sistema de esgotamento sanitário, com a estação de tratamento, no bairro São Bento junto ao Município de Buerarema - BA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar, como prejudicado, o atual cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.6 do Acórdão 5.683/2015-TCU-2ª Câmara;
9.2. promover a pronta retirada do apensamento do TC 033.882/2020-7 (CBEX), TC 033.883/2020-3 (CBEX), TC 033.886/2020-2 (CBEX) e TC 033.884/2020-0 (CBEX), além do TC 033.880/2020-4 (CBEX), sobre o presente processo, tendo esse apensamento sido eventualmente feito, de forma espontânea, pela unidade técnica;
9.3. promover, se ainda não foi feito, o imediato andamento e prosseguimento do TC 033.882/2020-7 (CBEX), TC 033.883/2020-3 (CBEX), TC 033.886/2020-2 (CBEX) e TC 033.884/2020-0 (CBEX), além do TC 033.880/2020-4 (CBEX), tratando ali das respectivas cobranças executivas resultantes do Acórdão 5.683/2015 proferido pela 2ª Câmara do TCU no bojo do original processo de tomada de contas especial;
9.4. promover o específico arquivamento do presente TC 012.013/2012-9 em relação aí, apenas, ao cumprimento do item 9.6 do Acórdão 5.683/2015-TCU-2ª Câmara diante da atual inviabilidade de cumprimento da respectiva determinação do TCU;
9.5. solicitar que a Segecex informe a Seproc, entre outras unidades técnicas da Secretaria do TCU, sobre a necessidade de não promover, por iniciativa própria, o apensamento dos respectivos processos de cobrança executiva (CBEX) ao original processo de tomada de contas especial (TCE), quando esse original processo de TCE tiver o prosseguimento para a futura solução de outras questões processuais ou materiais adjacentes, pois o referido apensamento pode resultar no indesejado atraso sobre a efetiva execução nas CBEX do débito imputado ou da multa aplicada em desfavor dos responsáveis, sem prejuízo, todavia, de a unidade técnica poder realizar esse apensamento após o pleno e efetivo ajuizamento das correspondentes cobranças executivas em sintonia, entre outros, com o art. 81, III, da Lei n.º 8.443, de 1992;
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Município de Inhuma - PI e à Fundação Nacional de Saúde, para ciência; e
9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, além das cópias do parecer da unidade técnica e do relatório de visita pela Funasa (Peça 175), ao Ministério Público do Estado da Bahia e ao INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, para ciência e adoção das providências cabíveis em função aí, por exemplo, dos malsinados impactos da ausência de conclusão da ETE sobre as questões ambientais, a despeito de essa ETE estar prevista no aludido Convênio n.º 3260/2001.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3789-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3790/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.278/2020-7.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Cícero Sabino Neto (CPF 069.759.734-23); e Francisco das Chagas de Oliveira Silva (CPF 538.380.334-34).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: José Serafim Neto (7710/OAB-RN), representando o Município de Pilões - RN e Cícero Sabino Neto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em desfavor de Francisco das Chagas de Oliveira Silva e Cícero Sabino Neto, como então prefeitos de Pilões - RN (gestões: 2009-2012 e 2013-2016, além de 2017-2020 e 2021-2024, respectivamente), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos por meio do Convênio n.º 45/2010 (Siafi 748912) para a construção de "quatro Passagens Molhadas, uma no Sítio Glória, duas no Sítio Balisa e uma no Sítio Pilões", sob o valor original de R$ 408.200,00 pelo aporte de R$ 400.000,00 em recursos federais e R$ 8.200,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 15/10/2010 a 22/3/2017;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia de Francisco das Chagas de Oliveira Silva, além de Cícero Sabino Neto, nos termos do art. 12, § 3°, da Lei n.º 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Cícero Sabino Neto, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "a", 19, parágrafo único, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para lhe aplicar a multa prevista no art. 58, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.3. julgar irregulares as contas de Francisco das Chagas de Oliveira Silva, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da dívida em favor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
4/1/2011	R$ 130.000,00
21/12/2016	R$ 28.925,74

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor de Francisco das Chagas de Oliveira Silva sob o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e
9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3790-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3791/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 021.985/2019-7.
2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Responsáveis: Henrique Anatole Cardoso Ramos (CPF 055.111.807-50); José Sarney Filho (CPF 147.374.183-15); Ugo Eichler Vercillo (CPF 857.604.551-68); e Vinícius Scofield Siqueira (CPF 113.547.687-01).
4. Órgão: Ministério do Meio Ambiente (MMA).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público Federal, por intermédio da Exma. Sra. Procuradora da República Anelise Becker, sobre os indícios de irregularidade detectados na gestão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao promover a edição da Portaria MMA n.º 73, de 2018, alterando a Portaria MMA n.º 445, de 2014, para, assim, autorizar a eventual utilização das espécies ameaçadas de extinção na fauna aquática brasileira;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, anotar a sua procedência, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.2. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que, em consonância com os objetivos apontados pela Portaria MMA n.º 445, de 2014, buscando a preservação e a proteção no uso sustentável das espécies ameaçadas de extinção na fauna brasileira, o Ministério do Meio Ambiente adote as seguintes medidas:
9.2.1. atente para a efetiva necessidade de, na aplicação da Portaria MMA n.º 445, de 2014, com a alteração promovida, entre outras, pela Portaria MMA n.º 73, de 2018, observar os seguintes parâmetros técnicos:
9.2.1.1. o uso sustentável deve ficar restrito às espécies classificadas no grupo como "Vulnerável", não subsistindo a eventual plausibilidade de autorizar o uso das espécies classificadas nos grupos "Criticamente em Perigo" e "Em Perigo", já que o eventual direito subjetivo econômico à exploração lucrativa da fauna aquática no País tem de estar submetido ao princípio do não-retrocesso para o correspondente direito fundamental de 2ª dimensão, até porque, estando conjugada com a necessidade de efetiva preservação do meio-ambiente, não poderia a aludida exploração lucrativa ser quantitativa ou qualitativamente majorada com vistas a perigosamente comprometer os referidos grupos "Criticamente em Perigo" e "Em Perigo", pois a ameaça à adequada sobrevivência desses grupos seria técnica e juridicamente inadmissível, por ser possivelmente irreversível, não podendo o Estado aceitar ou permitir a deterioração ou a destruição dos referidos grupos no meio ambiente, até porque, nos termos, entre outros, do art. 225, § 1º, I e VII, da CF88, o poder público tem o efetivo dever de material e verdadeiramente preservá-los e protegê-los;
9.2.1.2. o uso de espécies classificadas nos grupos "Criticamente em Perigo" e "Em Perigo" somente pode ser excepcionalíssimo, devendo estar, assim, devidamente fundamentado em deliberação técnica previamente justificada, com a antecedente oitiva em audiência pública dos diversos setores públicos e privados envolvidos na exploração e na conservação ambiental, a exemplo, inclusive, do órgão competente do Ministério Público Federal e Estadual, não podendo o referido uso ser fixado unilateralmente, então, pelo MMA ou outra instituição equivalente, e deve observar, ainda, que esse uso deve estar condicionado pela estratégia de recuperação da espécie, reconhecendo que o seu potencial uso deveria garantir a sua proteção e conservação, sem comprometer a recuperação do seu estoque, como previsto no Decreto Legislativo n.º 2, de 1994, e no Decreto n.º 2.519, de 1998, ao tratarem da Convenção sobre Diversidade Biológica, com a adiciona observância da Lei Complementar n.º 140, de 2011, pois, como visto, a mínima ameaça à adequada sobrevivência desses grupos seria inadmissível, já que possivelmente irreversível, não podendo o Estado aceitar ou permitir a deterioração ou a destruição dos referidos grupos no meio ambiente, até porque, nos termos, entre outros, do art. 225, § 1º, I e VII, da CF88, o poder público tem o efetivo dever de material e verdadeiramente preservá-los e protegê-los;

9.2.1.3. os procedimentos devem, na prática, viabilizar a implementação do art. 3º da Portaria MMA n.º 445, de 2014, com a alteração promovida, entre outras, pela Portaria MMA n.º 73, de 2018, tendo a SecexAgroAmbiental assinalado a ausência de expressa previsão sobre os procedimentos necessários para promover a efetiva implementação dos requisitos tendentes a autorizar o correspondente uso sustentável em face aí, especialmente, dos procedimentos para a consecução do "Plano de Recuperação" das espécies no referido manejo, e, assim, os aludidos procedimentos devem, entre outras, contemplar as seguintes premissas: (i) elaboração de documentos técnicos para atender os critérios previstos no § 2º do atual art. 3º da Portaria MMA n.º 445, de 2014, com vistas a embasar o processo decisório em face da possibilidade, ou não, do uso de determinada espécie; (ii) avaliação da implementação das medidas previstas nos documentos técnicos tendentes a subsidiar o processo decisório; (iii) vinculação das medidas propostas nos documentos técnicos tendentes a subsidiar o processo decisório com a norma específica de ordenamento pesqueiro para a espécie ameaçada e passível de uso; (iv) avaliação das medidas de controle estabelecidas pela norma específica de ordenamento pesqueiro para a espécie aquática ameaçada e passível de uso; e (v) eventual suspensão da autorização de uso diante da detecção de deficiências na sua implementação em consonância, aí, com os princípios administrativo-constitucionais da legalidade e publicidade;

9.2.1.4. o eventual manejo deve ser sustentável e ficar limitado às unidades de conservação federais enquadradas nas categorias de Reserva Extrativista (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS);

9.2.1.5. realize a efetiva divulgação oficial no site do MMA para todos os atos administrativos, com os estudos, as análises, os pareceres e as deliberações pelas instâncias e autoridades competentes, em cumprimento ao art. 3º da Portaria MMA n.º 445, de 2014, com a modificação pela Portaria MMA n.º 73, de 2018, tratando aí do processo de permissão de manejo sustentável para as espécies aquáticas ameaçadas de extinção, sem prejuízo de apresentar o formal pronunciamento para a devida publicidade e divulgação à sociedade, em geral, sobre o atendimento do inciso XVI do art. 7º da LC n.º 140, de 2011, em face, especialmente, das espécies de peixes e invertebrados aquáticos sobreexplotadas, em consonância com o princípio administrativo-constitucional da publicidade, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei n.º 9.784, de 1999, e dos arts. 6º, V, e 7º, da Lei n.º 12.527, de 2011, além do art. 2º, VII, da Lei n.º 10.650, de 2003;

9.2.2. promova, se ainda não fez, a efetiva criação de estrutura em grupo de trabalho ou em comissão de gestão para avaliar e recomendar as ações de conservação e uso sustentável das espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos em atendimento, assim, ao art. 6º, § 1º, da Portaria MMA n.º 445, de 2014, a partir da adoção de procedimento fixado anteriormente, por exemplo, para o grupo de trabalho então instituído pela Portaria MMA n.º 201, de 2017, em face, sobretudo, da heterogeneidade de ideias inerentes à preservação das espécies ameaçadas de extinção;

9.3. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.3.1. ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), para ciência e efetivo cumprimento do item 9.2 deste Acórdão, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação;

9.3.2. à Exma. Sra. Procuradora da República Anelise Becker e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para ciência e adoção das eventuais medidas cabíveis; e

9.4. promover o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover oportunamente, em sintonia com o item 9.2 deste Acórdão, a futura autuação do eventual processo de acompanhamento para, ao longo do tempo, aferir a adequação de toda a aplicação dos normativos destinados à proteção das espécies ameaçadas de extinção na fauna aquática brasileira.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3791-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente) e Augusto Nardes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3792/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.255/2015-5.
1.1. Apenso: 032.450/2017-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Instituto Caminho das Artes - ICA (03.572.065/0001-08); Isaias Alves Alexandre (795.260.201-20).
4. Unidades Jurisdicionadas: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura; Instituto Caminho das Artes - ICA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal: Huilder Magno de Souza (18.444/OAB-DF), representando Isaias Alves Alexandre e Instituto Caminho das Artes - ICA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Instituto Caminho das Artes - ICA e por Isaias Alves Alexandre contra o Acórdão 5.684/2020-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputou-lhes débito integral e aplicou-lhes multa, em razão de irregularidades na execução do Convênio 748225/2010/MINC/FNC, Pronac 10-3190, para a realização de oficinas e feira cultural.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso de reconsideração;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3792-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3793/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.840/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Maria das Graças de Sena Silva (034.974.788-14); Scena Filmes Ltda. (00.193.157/0001-80); Tizuka Yamasaki (259.032.927-04) e Ilya Yamasaki Deutsch Akiyoshi (349.353.328-40).
4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional do Cinema.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Paula Tupinamba da Silva (116.185/OAB-RJ), Flavio Pougy de Rezende Martins (107.127/OAB-RJ) e outros, representando Maria das Graças de Sena Silva; Flavio Pougy de Rezende Martins (107.127/OAB-RJ), Paula Tupinamba da Silva (116.185/OAB-RJ) e outros, representando Scena Filmes Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em desfavor de Scena Filmes Ltda. e seus sócios dirigentes, Tizuka Yamasaki, Maria das Graças de Sena Silva e Ilya Yamasaki Deutsch Akiyoshi, em razão da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos destinados à realização do filme de longa metragem intitulado "Encantados", originalmente chamado "Ilha de Marajó - A Revolta da Ave Caruana",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual Ilya Yamasaki Deutsch Akiyoshi;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Scena Filmes Ltda., Tizuka Yamasaki e Maria das Graças de Sena Silva, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
9.970,15	9/5/2007
2.029,85	11/5/2007
1.400,00	16/4/2008
1.400,00	16/4/2008
3.060,00	1/9/2008
1.200,00	17/9/2008
4.000,00	8/12/2009
4.000,00	3/12/2010

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste acórdão à Agência Nacional do Cinema, à Secretaria Especial de Cultura e aos responsáveis.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3793-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3794/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.933/2020-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto V - Reforma.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Antonio Carlos Gomes (129.272.607-53); Antonio Domingues de Carvalho (055.391.107-49); Cleiton Macedo da Silva (051.483.317-39); Joaquim Jorge Karlguth (018.653.156-72); Jose Antonio Gomes da Rocha (038.199.907-63); Luiz Cavalcante Ribeiro (592.109.237-15); Marcos Francisco Souza (013.125.217-83); Paulo Cesar Patricio Bezerra (548.034.897-34); Silvio Marques da Motta (500.215.757-20); Walter dos Santos (051.808.137-00).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de reforma militar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legais as reformas de Antonio Carlos Gomes, Cleiton Macedo da Silva, Luiz Cavalcante Ribeiro, Marcos Francisco Souza, Paulo Cesar Patricio Bezerra e Silvio Marques da Motta, concedendo o registro aos atos correspondentes;
9.2. considerar ilegais as reformas de Antonio Domingues de Carvalho, Jose Antonio Gomes da Rocha, Joaquim Jorge Karlguth e Walter dos Santos, negando o registro aos atos correspondentes;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.4. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;
9.5. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3794-25/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3795/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.824/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Paulo José de Brito Silva Albuquerque (433.317.342-68).
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério do Turismo; Município de Cutias/AP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Paulo José de Brito Silva Albuquerque, ex-prefeito do Município de Cutias/AP, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio 1744/2009 (Siafi 724156), que tinha por objeto a realização de campanha promocional do turismo na municipalidade,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar Paulo José de Brito Silva Albuquerque revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Paulo José de Brito Silva Albuquerque, condenando-o ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
22/11/2010	499.370,00	Débito
28/12/2012	60.986,92	Crédito

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Amapá, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3795-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3796/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.304/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Mariza Cristina Torres Talim (537.503.146-91).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Mariza Cristina Torres Talim, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3796-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3797/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.381/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Reforma.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Joao Carlos Dallavia (205.460.417-87); Nelson Manoel de Santana (263.517.227-72).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de reforma emitidos pelo Comando da Marinha;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legal a reforma de Nelson Manoel de Santana, concedendo o registro ao ato correspondente;
9.2. considerar ilegal a reforma de Joao Carlos Dallavia, negando o registro ao ato correspondente;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.4. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.5. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3797-25/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3798/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.715/2019-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Adilson Soares de Almeida (388.234.381-87); Carlos James Barro da Silva (398.083.943-53); Diâmetro Comércio e Construção Ltda. - ME (10.147.072/0001-10); Norte Sul Construções Eireli (11.238.010/0001-86).
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério das Cidades (extinto); Caixa Econômica Federal; Município de Rorainópolis/RR.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Paulo Sérgio de Souza (317B/OAB-RR), Karlo Giordano Leal de Souza (1.779/OAB-RR) e outros, representando Carlos James Barro da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato de Repasse CR.NR.0257675-82, firmado entre o extinto Ministério das Cidades e o município de Rorainópolis/RR, que tinha por objeto a construção de passeio público em avenidas do município;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar Adilson Soares de Almeida, Diâmetro Comércio e Construção Ltda. - ME e Norte Sul Construções Eireli revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Carlos James Barro da Silva, dando-lhe quitação;
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Adilson Soares de Almeida e das empresas Diâmetro Comércio e Construção Ltda. - ME e Norte Sul Construções Eireli, condenando-os ao pagamento dos débitos discriminados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, calculados desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.3.1. débito de responsabilidade da empresa Diâmetro Comércio e Construção Ltda. - ME:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
74.531,46	25/08/2010
68.868,63	14/01/2011

9.3.2. débito de responsabilidade da empresa Norte Sul Construções Eireli:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
292.098,42	05/07/2012

9.3.3. débito de responsabilidade solidária de Adilson Soares de Almeida e da empresa Norte Sul Construções Eireli:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
63.711,93	21/03/2013

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Adilson Soares de Almeida e às empresas Diâmetro Comércio e Construção Ltda. - ME e Norte Sul Construções Eireli multas individuais nos valores especificados a seguir, atualizados monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagos após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Valor da Multa (R$)	Responsável
11.000,00	Adilson Soares de Almeida
30.000,00	Diâmetro Comércio e Construção Ltda. - ME
65.000,00	Norte Sul Construções Eireli

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Roraima, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. encaminhar cópia deste acordão aos responsáveis, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

10. Ata n° 25/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3798-25/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3799/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Handerson Jorge Dourado Leite emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Handerson Jorge Dourado Leite; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-001.188/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Handerson Jorge Dourado Leite (296.306.815-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3800/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Raimilda Bispo dos Santos emitido pelo Senado Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a análise também detectou que os períodos anteriores a 8/4/1998 não são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos na forma concedida, havendo parcelas a maior e que o Senado Federal vem promovendo o reajuste indevido da vantagem de quintos/décimos, no mínimo, desde a edição da Lei 13.302/2016 (que promoveu reajuste na remuneração dos servidores do Senado Federal);

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que é firme o entendimento desta Corte em considrar irregular a incidência do reajuste autorizado pela Lei 13.302/2016 sobre as parcelas de VPNI de quintos e décimos incorporados, pois essa norma não se caracteriza como lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. O art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997 autoriza a atualização de valores da mencionada vantagem exclusivamente nessa circunstância;

Considerando que o ato em análise foi reajustado pela Lei 13.302/2016, que reajustou apenas as tabelas de vencimentos dos servidores do Senado Federal, não configurando reajuste geral do funcionalismo público, que possibilitaria o reajuste regular das vantagens pessoais;

Considerando que a interessada exerceu função FC-06 em tempo inferior ao necessário para a concessão nos termos constantes do presente ato, não configurando tempo suficiente capaz de justificar a proporção da concessão de referida parcela de 10/10;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Raimilda Bispo dos Santos; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-005.617/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raimilda Bispo dos Santos (339.974.111-15).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Senado Federal que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016 e o recálculo da vantagem de quintos na forma concedida, devido a incorporação de parcelas em proporção indevida;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3801/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Miriam Melo de Almeida Reis emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Miriam Melo de Almeida Reis; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-005.619/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Miriam Melo de Almeida Reis (366.717.701-15).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3802/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Alagoas em favor de Tais Bentes Normande, submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, relator Ministro Adylson Motta, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Tais Bentes Normande; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-006.608/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Tais Bentes Normande (140.004.664-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3803/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Lucio Martins da Silva emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Lucio Martins da Silva; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-006.612/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lucio Martins da Silva (253.702.191-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria do interessado indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência deste Acórdão ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3804/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Eliane Martins Vizeu emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Eliane Martins Vizeu; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-006.736/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eliane Martins Vizeu (834.018.578-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3805/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Cleonice Argenta Carlos emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Cleonice Argenta Carlos; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-006.780/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cleonice Argenta Carlos (121.487.841-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria da interessada indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência deste Acórdão à interessada e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3806/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Francisco das Chagas Dias da Silva emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos

Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Francisco das Chagas Dias da Silva; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-006.807/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco das Chagas Dias da Silva (226.843.521-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria do interessado indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência deste Acórdão ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3807/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Marco Antonio Amato emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Marco Antonio Amato; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-008.010/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marco Antonio Amato (042.539.301-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria do interessado indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência deste Acórdão ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3808/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Tatiana Wokmer Rovere Montezuma emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Tatiana Wokmer Rovere Montezuma; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-008.072/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Tatiana Wokmer Rovere Montezuma (424.717.700-10).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3809/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rosemary Sena Lima emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou

décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que o fato de o Gestor de Pessoal ter transformado o valor de R$ 596,89 em Parcela Compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, por referir-se a período após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rosemary Sena Lima; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-008.821/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rosemary Sena Lima (042.880.332-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, caso ainda não tenha sido feito, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3810/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Jose Carlos Barcellos Martins do Monte emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Jose Carlos Barcellos Martins do Monte; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-008.839/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Barcellos Martins do Monte (223.626.571-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria do interessado indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência deste Acórdão ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3811/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor de Olimpio Atanazio da Matta, submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, relator Ministro Adylson Motta, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, no entanto, o teor da decisão liminar em vigor - proferida em setembro de 2010, pela Ministra Cármen Lúcia, nos autos do Mandado de Segurança 28.819, impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB) - impedindo a adoção, pela administração, até a decisão final de mérito do processo, de quaisquer medidas que redundem na diminuição, suspensão ou retirada da URP/1989 dos rendimentos dos substituídos, entre eles o inativo tratado nestes autos;

Considerando que a medida liminar deferida pelo STF assegurou aos servidores substituídos, até o julgamento do mérito do mandamus, o direito de conservar em sua remuneração o quantum percebido sob o respectivo título em 16 de setembro de 2010, data da concessão da referida medida liminar;

Considerando que, embora não se possa determinar a supressão da URP/1989, em face da liminar concedida pelo STF, deve ser ordenado à Universidade de Brasília (conforme precedente do Acórdão 3.036/2022-TCU-Primeira Câmara, rel. ministro Benjamim Zymler) que avalie e, conforme suas conclusões, proceda à imediata correção do valor da URP, restabelecendo aquele percebido em setembro de 2010;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Olimpio Atanazio da Matta, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-008.847/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Olimpio Atanazio da Matta (226.692.991-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. analise e corrija, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "Decisão judicial (10289 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", paga a Olimpio Atanazio da Matta, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;

1.7.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura, presentemente, a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

1.7.3. sobrevindo sentença de mérito transitada em julgado no processo judicial acima referido, proceda à emissão de novo ato de aposentadoria para Olimpio Atanazio da Matta, submetendo-o, na forma regulamentar, ao exame desta Corte;

1.7.4. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

1.8. encaminhar cópia desta deliberação ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3812/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor de Jose Rubervaldo da Silva, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%) ; c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%) ; d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%) ; e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real) ; e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Jose Rubervaldo da Silva, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-009.443/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Rubervaldo da Silva (034.569.228-41).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes da URP, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3813/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Andrea Maria Coutinho Souto emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Andrea Maria Coutinho Souto; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-009.506/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Andrea Maria Coutinho Souto (342.627.921-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3814/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Jorge Alberto da Silva emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Jorge Alberto da Silva; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-009.547/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jorge Alberto da Silva (267.003.011-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria do interessado indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência deste Acórdão ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3815/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria do Socorro Cotrim da Silva Novaes emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria do Socorro Cotrim da Silva Novaes; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-009.900/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria do Socorro Cotrim da Silva Novaes (394.459.505-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3816/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Firmino Rodrigues de Amorim Neto emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Firmino Rodrigues de Amorim Neto; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-009.921/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Firmino Rodrigues de Amorim Neto (181.682.481-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3817/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rahme Barros Elghazzaoui emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rahme Barros Elghazzaoui; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.322/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rahme Barros Elghazzaoui (103.768.998-40).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3818/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maedes Jordao Santana emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maedes Jordao Santana; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.343/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maedes Jordao Santana (297.243.841-87).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3819/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA de Jose Lourenco Ferreira Neto emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/961/2006/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal, e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Jose Lourenco Ferreira Neto; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-010.390/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Lourenco Ferreira Neto (144.091.511-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:

1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria do interessado indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao interessado e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 3820/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Fatima Aparecida Pires Miguel emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Fatima Aparecida Pires Miguel; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.411/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fatima Aparecida Pires Miguel (083.371.768-57).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3821/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Malizia emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Claudia Malizia; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.413/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudia Malizia (806.866.487-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3822/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Leila Gonzaga de Macedo emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Leila Gonzaga de Macedo; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.868/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leila Gonzaga de Macedo (449.248.951-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3823/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Adilson Ferreira Martins emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Adilson Ferreira Martins; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.877/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Adilson Ferreira Martins (053.813.528-08).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3824/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao atos de aposentadoria, inicial e de alteração, de Marcelo Antonio Serra de Faria emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro aos atos de aposentadoria de Marcelo Antonio Serra de Faria; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.924/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcelo Antonio Serra de Faria (343.946.991-34); Marcelo Antonio Serra de Faria (343.946.991-34).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos do interessado, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3825/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Severino Silvio de Barros emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Severino Silvio de Barros; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.955/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Severino Silvio de Barros (089.678.814-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de

funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3826/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Josiane Aparecida Otterco emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Josiane Aparecida Otterco; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.961/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Josiane Aparecida Otterco (089.619.608-90).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3827/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Barroso Bona emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Claudia Barroso Bona; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.988/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudia Barroso Bona (732.537.587-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3828/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Valeria Soares Verardo emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Valeria Soares Verardo; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-011.809/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valeria Soares Verardo (372.847.461-49).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:
1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica "122 - VP/INCORPORADA LEI 9527/97 - PROVENTOS", nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;
1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;
1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3829/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ana Maria Schmitt, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.927/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Maria Schmitt (185.173.230-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3830/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.348/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Elizia Borges (542.177.418-04); Paulo Roberto de Souza (125.582.061-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3831/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Elisana de Melo Basso emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016);
Considerando que, por força de ordem judicial, proferida no Processo Judicial 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;
Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;
Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.
ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Elisana de Melo Basso, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as determinações do subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-012.324/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elisana de Melo Basso (011.869.050-77).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos do Processo Judicial 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença ora favorável à interessada;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 3832/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Maria do Carmo Nogueira Noronha Brasil, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.454/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria do Carmo Nogueira Noronha Brasil (118.065.403-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3833/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Janet Lima Dias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.028/2022-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Janet Lima Dias (035.480.999-71).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3834/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma de Odacir Aloisio Colombo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.188/2022-7 (REFORMA)
1.1. Interessado: Odacir Aloisio Colombo (297.416.960-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3835/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 169, inciso VI, 201, § 3.º, e 212 do Regimento Interno/TCU, em arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-047.798/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Brasileira de Eng. Sanitária e Ambiental Abes (33.945.015/0001-81); Francisco Vieira Paiva (122.887.483-20); Jose Sydriao de Alencar Junior (081.199.703-06).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3836/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-012.326/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonia Mayara Carneiro Sampaio (028.141.301-02); Higor Emanuel de Matos Costa (027.660.151-32); Veronica Leite Cavalcante (023.397.841-07).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3837/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-011.945/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Clara Ferreira de Araujo (016.137.052-71); Danilo Frederico Pereira (522.113.202-87); Eduardo Gomes Moreira (952.085.262-04); Gilbergues Moreira de Oliveira (114.091.182-15); Ignez Maria Dutra Maia (245.676.206-15); Joao Pedro Ferreira de Araujo (016.137.042-08); Laura Neitzke Porto (513.047.832-00); Maricelia Santos Ferreira de Araujo (108.263.328-38); Marina Neitzke Porto (627.311.142-15); Pedro Augusto Neitzke Porto (513.048.722-20); Rosa Marlene Frederico Pereira (602.669.022-00); Wilma Neitzke (107.110.152-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3838/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-033.846/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Creuza Maria da Silva (079.154.247-50).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3839/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se do processo o de contas anual do Senado Federal, relativo ao exercício de 2017;
Considerando o exame empreendido pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração (peça 74);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 163, inciso III, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nestes autos, dando-lhes quitação plena,
tornar insubsistentes as determinações contidas no subitem 1.7 do Acórdão 6.750/2016-TCU-Primeira Câmara e no subitem 1.7 do Acórdão 78/2016-TCU-Primeira Câmara;
considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.8 do Acórdão 3.043/2016-TCU-Primeira Câmara, juntando cópia desta deliberação aos autos do TC 007.850/2013-1;
considerar implementada a recomendação constante dos itens dos subitens 1.8.1.1, 1.8.1.2 e 1.8.1.3 do Acórdão 9.941/2017-TCU-Segunda Câmara, juntando cópia desta deliberação aos autos do TC 029.729/2016-5;
dar ciência ao Senado Federal, com fundamento no inciso III do art. 11 da IN TCU 63/2010, c/c o art. 9º, inc. I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as inconsistências nas informações relativas aos períodos de responsabilidade de seus gestores identificada no rol de responsáveis;
encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 74) ao Senado Federal; e
arquivar o processo.

1. Processo TC-033.759/2018-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Responsáveis: Cássio Rodrigues da Cunha Lima (427.874.324-68); Eunício Lopes de Oliveira (036.790.043-20); Gladson de Lima Cameli (434.611.072-04); Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago (488.284.161-49); Ilana Trombka (742.707.450-53); Jorge Ney Viana Macedo Neves (969.804.868-53); Jose Barroso Pimentel (065.325.353-20); Jose Perrella de Oliveira Costa (269.986.456-00); José Renan Vasconcelos Calheiros (110.786.854-87); Marcio Tancredi (462.916.106-63); Vicente Alves de Oliveira (159.659.611-20); Wanderley Rabelo da Silva (399.275.711-00).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3840/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pela Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa em desfavor de Joaquim Alves Lima, em razão de dano ao erário referente às parcelas que lhes foram pagas a título de Pensão Especial (Ex-Combatente), concedida em caráter provisório, a partir de julho de 2003, em cumprimento à tutela antecipada deferida pelo juiz da 2ª Vara Federal da Paraíba, nos autos da Ação de Rito Ordinário 2001.82.00.000104-03, e suspensa em março de 2006, por força do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU e art. 7º, inciso II, da Instrução Normativa-TCU 71/2012, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em determinar o arquivamento desta Tomada de Contas Especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

1. Processo TC-009.023/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Joaquim Alves Lima (003.375.444-68).
1.2. Unidade jurisdicionada: Base Administrativa da Guarnição de Joao Pessoa (fundo do Exército).
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3841/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente em desfavor de Ivana Maria Antunes Moreira, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio de registro Siafi 404842, firmado com o Estado do Amapá, e que tinha por objeto "apoiar a implementação do programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal - Proecotur no estado do Amapá";
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento arts. 20 e 21 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 211, §1°, do Regimento Interno/TCU e art. 16, inciso IV, da IN-TCU 71/2012, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar iliquidáveis as contas de Ivana Maria Antunes Moreira, ordenando seu trancamento e arquivamento, e encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 230) ao Ministério do Meio Ambiente.

1. Processo TC-016.339/2021-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Ivana Maria Antunes Moreira (776.243.607-30).
1.2. Unidade jurisdicionada: Ministério do Meio Ambiente.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3842/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao Estado do Rio Grande do Norte por meio do Convênio 940/2006 (Siafi 582056), celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, que tinha como objeto a "Ampliação de Unidade de Saúde, Aquisição de Equipamento e Material Permanente, Reforma de Unidade de Saúde para o Fortalecimento da Hemorrede Pública do Estado";
Considerando que o Estado do Rio Grande do Norte foi citado em razão da utilização de recursos em despesas estranhas à finalidade do Convênio, e da não devolução do saldo remanescente à conta específica do Convênio;
Considerando que a citação foi regular e válida, e que, mesmo assim, o Estado do Rio Grande do Norte permaneceu silente, razão por que, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992, deve ser considerado revel;
Considerando que não é possível a aferição da boa-fé do responsável, por se tratar o ente federativo de pessoa jurídica, nos termos do Acórdão 1.577/2007-TCU-Segunda Câmara, situação na qual, mesmo diante da revelia, deve ser aplicado ao caso o disposto nos §§ 3º ao 5º, do art. 202;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que o Estado do Rio Grande do Norte efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/2/2013	99.571,90
12/3/2013	1.488,47
26/3/2013	131.150,92
3/7/2013	1.102,99
31/7/2013	398,60
20/8/2013	422,86
4/12/2013	1.417,63
13/1/2014	486,33
20/1/2014	441,50
5/2/2014	3.639,93
7/2/2014	16.350,00
12/2/2014	65.000,00
18/2/2014	13.381,87
27/2/2014	175.490,92
28/2/2014	5.101,30
12/3/2014	11,37
13/3/2014	2.053,47
9/4/2014	437,92
14/5/2014	525,86
19/5/2014	440,55
16/7/2014	490,11
11/8/2014	537,04
15/8/2014	506,49
23/9/2014	560,54
17/10/2014	275,97
20/10/2014	196,99
19/11/2014	560,89
18/12/2014	526,56
10/2/2015	455,18
5/5/2015	506,10
25/5/2015	542,64
30/7/2015	1.206,78
20/8/2015	668,27
10/9/2015	30,12
30/9/2015	589,04
15/12/2015	642,26
17/12/2015	618,36
11/3/2016	503,80
15/3/2016	1.192,83
28/7/2016	2.998,49
25/8/2016	633,90
28/7/2016	2.998,49
25/8/2016	633,90
21/9/2016	557,96
18/10/2016	612,96
21/11/2016	614,92
15/12/2016	572,13
14/2/2017	634,08
15/2/2017	574,16
23/3/2017	460,99
16/5/2017	1.023,45
29/6/2017	513,49
13/9/2017	448,42
14/9/2017	997,59
16/10/2017	415,94
16/11/2017	415,94
19/12/2017	378,96
2/2/2018	354,21
24/9/2018	329,47
16/10/2018	270,30
11/12/2018	32.473,10
19/12/2018	123,00
22/1/2019	732,20
24/1/2019	1.354,72
7/2/2019	7,62
11/2/2019	19.567,50
20/2/2019	472,90
21/2/2019	4.640,10
22/2/2019	4.170,93
26/2/2019	450,00
27/2/2019	1.160,75
28/2/2019	24.748,77
28/2/2019	79.464,86

1. Processo TC-036.093/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Eulalia de Albuquerque Alves (704.105.344-04); George Antunes de Oliveira (123.537.604-49); Governo do Estado do Rio Grande do Norte (08.241.739/0001-05); Isau Gerino Vilela da Silva (086.217.214-49); Jose Ricardo Lagreca de Sales Cabral (043.276.324-49); Luiz Roberto Leite Fonseca (440.952.013-04); Marcia Cavalcante Vinhas Lucas (899.128.707-78); Sidney Domingos Ferreira de Souza e Santos (813.463.604-72).

1.2. Unidades jurisdicionadas: Fundo Nacional de Saúde/MS; Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Estado do Rio Grande do Norte de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

1.7.2. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 64) ao Estado do Rio Grande do Norte.

ACÓRDÃO Nº 3843/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb repassados ao Município de São Caetano/PE;

Considerando que a representação não está acompanhada de indício concernente às irregularidades ou ilegalidades denunciadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 237 e 235 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer a representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, remeter cópia desta deliberação e da instrução (peça 8) ao representante e ao Município de São Caetano/PE, e arquivar o processo.

1. Processo TC-007.787/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade jurisdicionada: Município de São Caetano/PE.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3844/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.722/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marise Carvalho Silveira (248.340.506-10).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3845/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Antelma Neves Pereira, emitido pelo Conselho da Justiça Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sra. Antelma Neves Pereira e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-006.725/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Antelma Neves Pereira (225.631.801-04).

1.2. Órgão: Conselho da Justiça Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Conselho da Justiça Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE; e

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3846/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.852/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Antonia Luciaelena Alves da Silva (182.779.851-34); Eunice Antonia Oliveira Bento (210.248.391-68); Maria Zeneide Camara Barros (056.283.342-00); Natalia dos Santos Ferreira (106.725.592-34); Rosa Maria Lobato Sasano (001.617.992-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3847/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Paulo Cesar Gonçalves Rodrigues, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Paulo Cesar Gonçalves Rodrigues e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-007.412/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar Gonçalves Rodrigues (669.581.487-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Paulo Cesar Gonçalves Rodrigues, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 3848/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.499/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ernesto Fernandes Bitencourtt (356.766.981-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3849/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Emmerich Beringer Júnior, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, em 01/08/2006 (Ação Ordinária n. 2004.34.00.048565-0 movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - ANAJUSTRA, peça 3, p. 38);

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Emmerich Beringer Júnior e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-008.105/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Emmerich Beringer Júnior (011.930.178-40).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 3850/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Vânia Maria de Lima Barbosa, emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que, por meio do Acórdão 1726/2021 - 2ª Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), o TCU, além de considerar ilegal o ato concessório de aposentadoria (número 38508/2017) da Sra. Vânia Maria de Lima Barbosa, determinou à Câmara dos Deputados que transformasse a vantagem de "quintos/décimos" atribuída à aludida interessada, decorrente do exercício de função comissionada posteriormente a 8/4/1998, em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

Considerando que o órgão de origem deu cumprimento à determinação do TCU, transformando a vantagem de "quintos/décimos" atribuída à Sra. Vânia Maria de Lima Barbosa, em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos moldes do mencionado Recurso Extraordinário 638.115;

Considerando que, mesmo com a implementação da parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, ainda assim a incorporação da vantagem de "quintos/décimos", decorrente do exercício de função comissionada posteriormente a 8/4/1998, é ilegal por falta de amparo na norma de regência;

Considerando, ainda, que este Tribunal, assim como em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados, verificou que aquele órgão promoveu reajuste indevido das parcelas de "quintos/décimos" com base na Lei 13.323/2016;

Considerando que os "quintos/décimos" incorporados até a edição da Lei 9.527/1997, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, devem ser atualizados conforme os critérios adotados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, pois desde então ostentam natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL 1.516.357 - RS. Relator: Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 21/6/2018);

Considerando que a Lei 13.323/2016, que reajustou a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados e disciplinou o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores, não se caracteriza como uma lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Considerando que, nos casos em que detectado o reajuste indevido da parcela de "quintos/décimos" pela Lei 13.323/2016, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos" para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência daquele diploma legal (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Vânia Maria de Lima Barbosa e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-008.808/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vânia Maria de Lima Barbosa (289.704.541-87).
1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Orientação:

1.7.1. determinar à Câmara dos Deputados que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. suprima os índices de reajuste aplicados à vantagem de quintos após a edição da Lei 13.323/2016, no valor da parcela compensatória e dos "quintos/décimos" incorporados, para que voltem a corresponder às quantias vigentes antes do advento da referida norma;

1.7.1.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.1.4. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor da interessada e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada neste processo (reajuste indevido das parcelas de "quintos/décimos" com base na Lei 13.323/2016), devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018; e

1.7.2. esclarecer à Câmara dos Deputados que, a despeito da negativa de registro do ato concessório, a vantagem de "quintos/décimos" incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez transformada em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE, não impõe a legalidade do ato.

ACÓRDÃO Nº 3851/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Jorge Luis Jardim Menezes, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Jorge Luis Jardim Menezes e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-008.855/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Luis Jardim Menezes (224.613.533-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por

decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 3852/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.948/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubem Carlos Araujo Guedes (032.565.374-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3853/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.955/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlito Ferreira Soares (157.250.906-63); Josue da Silva Leite (034.007.866-91); Nelise Marcia Sales (219.018.216-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3854/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.979/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gersuliano da Silva Pinto (039.797.172-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3855/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Joselita Pereira de Lima, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Joselita Pereira de Lima e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-009.451/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Joselita Pereira de Lima (064.518.498-55).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 3856/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Tercilia Maria Gonçalves de Oliveira Maestrali, emitido pelo Superior Tribunal de Justiça e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que os pareceres exarados nos autos são no sentido da ilegalidade do pagamento de anuênios, tendo em vista que o tempo de serviço da interessada estaria indevidamente majorado, com cômputo, para fins de anuênios, de períodos não contínuos;

Considerando, todavia, que é regular a contagem, para fins de anuênios, do tempo de serviço prestado por servidores públicos da União regidos pelo regime celetista antes da edição da Lei 8.112/1990, desde que tenham permanecido sob o regime da mencionada lei, em algum momento, no período entre 12/12/1990 e 10/12/1997, no caso de serviços prestados a sociedades de economia mista e a empresas públicas federais (v.g. Acórdão 11.318/2020 - 1ª Câmara, rel. min. Walton Alencar Rodrigues; Acórdão 3.416/2022 - 2ª Câmara, de minha relatoria; Acórdão 4.697/2014 - 1ª Câmara, rel. Benjamin Zymler; e Acórdão 2.306/2011 - 2ª Câmara, rel. min. subst. André de Carvalho);

Considerando, ainda, que o art. 100 da Lei 8.112/1990 ordenou a contagem, para todos os efeitos, do tempo de serviço público federal, sem ressalvar tempo de serviço público prestado em regime jurídico diverso nem interrupção de vínculo laboral com a Administração, não há ilegalidade no pagamento de anuênios à Sra. Tercilia Maria Gonçalves de Oliveira Maestrali;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Tercilia Maria Gonçalves de Oliveira Maestrali e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-009.513/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Tercilia Maria Gonçalves de Oliveira Maestrali (275.576.771-53).
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE; e
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3857/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.611/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dyeiglas Santos da Costa (075.685.502-06).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3858/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Rodrigo Vianna Speller, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de

parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Rodrigo Vianna Speller e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-009.898/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rodrigo Vianna Speller (246.977.026-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 3859/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília, em favor de Florencio Figueiredo Cavalcanti Neto (119.147.931-53), submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) apontam inclusão irregular nos proventos de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%, que já deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores na estrutura remuneratória dos servidores públicos federais;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de Súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então, o que se daria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (Acórdãos 1.614/2019 - Plenário e 12.559/2020 - 2ª Câmara);

Considerando, no entanto, que a unidade de origem anexou Mandado de Segurança, onde o sindicato da categoria obteve decisão judicial favorável aos seus filiados no sentido de manter os percentuais alusivos ao Plano Verão (URP de 26,05%);

Considerando que TCU pode promover apreciação de mérito pela ilegalidade de ato de pessoal, em posição contrária ao decidido pelo Poder Judiciário, ainda que persistam os efeitos dessa decisão, cabendo determinação ao órgão de origem para que acompanhe o desfecho da decisão judicial supracitada, devendo retirar a vantagem caso a União obtenha êxito no recurso ou ela seja modificada até o seu trânsito em julgado;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando que há muitos precedentes do TCU no mesmo sentido, a exemplo dos Acórdãos 1.357/2022-TCU-Plenário, Min. Vital do Rêgo, 3.036/2022-TCU-1ª Câmara e 2.829/2022-TCU-1ª Câmara, Min. Benjamim Zymler, 1.645/2021-TCU-2ª Câmara, de minha lavra.

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal presente concessão de aposentadoria e negar o respectivo registro, e de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC 010.385/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Florêncio Figueiredo Cavalcanti Neto (119.147.931-53).

1.2. Órgão: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Fundação Universidade de Brasília, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado, na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão judicial que a sustenta;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;

1.7.2. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 1.7.1. (e subitens) deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 3860/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Sergio de Sá Marinho, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que, segundo informações do controle interno do TRF/2ª Região, "a atualização/concessão da VPNI ocorreu por força de decisão administrativa proferida no Processo CJF nº 2004164940 c/c Processo STJ nº 2389/2002" (peça 3, p. 5);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Sergio de Sá Marinho e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-010.416/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sergio de Sá Marinho (606.880.097-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE; e

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3861/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria do Socorro Rodrigues Ibanez, emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pelo pagamento de algumas das seguintes rubricas, que devem ser absorvidas na estrutura remuneratória dos servidores públicos federais (ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso): a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%) ; c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; f) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; g) vantagem de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e h) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando que a sentença que reconhece ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos (RE 596.663/RJ, red. Acórdão min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 26/11/2014);

Considerando que não infringe a coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido (Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência/TCU e RE 596.663/RJ);

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de Súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, pois têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais havidas até então, o que ocorreria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (Acórdãos 1.614/2019 - Plenário e 12.559/2020 - 2ª Câmara);

Considerando que a despeito de restar configurada a eventual ilegalidade na correspondente parcela como URP, mas estando a aludida parcela sob os efeitos de decisão liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal no MS 26.156, o TCU deve deixar de determinar a imediata cessação dos correspondentes pagamentos;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria do Socorro Rodrigues Ibanez e negar registro ao correspondente ato, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-010.421/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Rodrigues Ibanez (182.522.491-91).
1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar à Fundação Universidade de Brasília, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos do Mandado de Segurança 26.156 /DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à inativa,
implemente providências administrativas, dentro do prazo de 30 (dias) contados da ciência da referida decisão judicial, para cessar os pagamentos decorrentes da parcela relativa à URP em 26,05%, bem como promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não disponha de modo contrário; e
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3862/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.512/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Murilo Rodrigues (056.768.944-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3863/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Denise Menusier Soares de Mello, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Denise Menusier Soares de Mello e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-010.903/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Denise Menusier Soares de Mello (689.323.917-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE; e
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3864/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Edson Gotardo, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Edson Gotardo e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-010.989/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edson Gotardo (742.464.027-53).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 3865/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.004/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisio de Araujo Costa (065.764.865-53); Selma Emilia Soares (052.246.288-06).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3866/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.047/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Henrique Gonsalves da Cruz (108.229.255-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3867/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa em favor da Sra. Viviane de Oliveira Maciel Farinassi.

Considerando que a admissão em foco decorreu de concurso público cujo prazo de validade estava expirado, porém com amparo em decisão judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista, que prorrogou a validade do referido certame público até o trânsito em julgado daquela decisão;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.106/2020-Plenário (relatora: Ministra Ana Arraes, revisor: Ministro Benjamin Zymler), segundo o qual "a expiração do prazo de validade de concurso público constitui óbice intransponível ao registro pelo TCU de atos de admissão efetuados posteriormente a essa data, devendo, no entanto, ser assegurada a produção dos efeitos das admissões enquanto subsistir decisão judicial favorável aos interessados";

Considerando que, em situações análogas às tratadas no presente processo, esta Corte tem entendido que se deve considerar ilegal a admissão efetuada após a validade do concurso, recusando-se registro ao ato, sem adotar providências para a cessação do vínculo do empregado com a empresa pública, ante a ausência do trânsito em julgado da ação judicial em que se discute a questão (Acórdão 7.120/2020, rel. Min. Augusto Nardes; Acórdãos 5.353/2020 e 13.295/2020, rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa; e Acórdãos 2.983 a 2.990/2021, rel. Min. Aroldo Cedraz; todos da 2ª Câmara; Acórdão 56/2021, rel. Min. Subst. Weder de Oliveira; e Acórdãos 2.400 a 2.409/2021, rel. Min. Vital do Rêgo, todos da 1ª Câmara);

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas; e

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, negando-lhe o correspondente registro, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.527/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Viviane de Oliveira Maciel Farinassi (796.167.719-49).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e, em caso de desconstituição da sentença, torne sem efeito o ato de admissão, bem como providencie o cadastramento do desligamento no sistema e-Pessoal; e
1.7.1.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada acima nominada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3868/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa em favor do Sr. Jose Reinaldo de Sousa Nascimento.

Considerando que a admissão em foco decorreu de concurso público cujo prazo de validade estava expirado, porém com amparo em decisão judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista, que prorrogou a validade do referido certame público até o trânsito em julgado daquela decisão;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.106/2020-Plenário (relatora: Ministra Ana Arraes, revisor: Ministro Benjamin Zymler), segundo o qual "a expiração do prazo de validade de concurso público constitui óbice intransponível ao registro pelo TCU de atos de admissão efetuados posteriormente a essa data, devendo, no entanto, ser assegurada a produção dos efeitos das admissões enquanto subsistir decisão judicial favorável aos interessados";

Considerando que, em situações análogas às tratadas no presente processo, esta Corte tem entendido que se deve considerar ilegal a admissão efetuada após a validade do concurso, recusando-se registro ao ato, sem adotar providências para a cessação do vínculo do empregado com a empresa pública, ante a ausência do trânsito em julgado da ação judicial em que se discute a questão (Acórdão 7.120/2020, rel. Min. Augusto Nardes; Acórdãos 5.353/2020 e 13.295/2020, rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa; e Acórdãos 2.983 a 2.990/2021, rel. Min. Aroldo Cedraz; todos da 2ª Câmara; Acórdão 56/2021, rel. Min. Subst. Weder de Oliveira; e Acórdãos 2.400 a 2.409/2021, rel. Min. Vital do Rêgo, todos da 1ª Câmara);

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, negando-lhe o correspondente registro, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.528/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Reinaldo de Sousa Nascimento (852.913.233-53).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e, em caso de desconstituição da sentença, torne sem efeito o ato de admissão, bem como providencie o cadastramento do desligamento no sistema e-Pessoal; e
1.7.1.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado acima nominado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3869/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa em favor do Sr. Rodrigo Scandolara Zeferino.

Considerando que a admissão em foco decorreu de concurso público cujo prazo de validade estava expirado, porém com amparo em decisão judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista, que prorrogou a validade do referido certame público até o trânsito em julgado daquela decisão;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.106/2020-Plenário (relatora: Ministra Ana Arraes, revisor: Ministro Benjamin Zymler), segundo o qual "a expiração do prazo de validade de concurso público constitui óbice intransponível ao registro pelo TCU de atos de admissão efetuados posteriormente a essa data, devendo, no entanto, ser assegurada a produção dos efeitos das admissões enquanto subsistir decisão judicial favorável aos interessados";

Considerando que, em situações análogas às tratadas no presente processo, esta Corte tem entendido que se deve considerar ilegal a admissão efetuada após a validade do concurso, recusando-se registro ao ato, sem adotar providências para a cessação do vínculo do empregado com a empresa pública, ante a ausência do trânsito em julgado da ação judicial em que se discute a questão (Acórdão 7.120/2020, rel. Min. Augusto Nardes; Acórdãos 5.353/2020 e 13.295/2020, rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa; e Acórdãos 2.983 a 2.990/2021, rel. Min. Aroldo Cedraz; todos da 2ª Câmara; Acórdão 56/2021, rel. Min. Subst. Weder de Oliveira; e Acórdãos 2.400 a 2.409/2021, rel. Min. Vital do Rêgo, todos da 1ª Câmara);

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas; e

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, negando-lhe o correspondente registro, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.535/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Scandolara Zeferino (919.375.230-04).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e, em caso de desconstituição da sentença, torne sem efeito o ato de admissão, bem como providencie o cadastramento do desligamento no sistema e-Pessoal; e
1.7.1.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado acima nominado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3870/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.410/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Monteiro de Queiroz (011.448.671-93); Marcelo Vicentini Ribas (011.928.470-75).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3871/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.368/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Valdivia Maria Goncalves de Almeida Morano (071.328.038-75).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3872/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de pensão militar à Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Fontes, emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou que a interessada recebe recursos do erário por três fontes (a pensão militar, uma aposentadoria e uma pensão pagas pelo INSS);

Considerando que a redação original do art. 29 da Lei 3.765, de 04/05/1960, permitia a acumulação: a) de duas pensões militares; ou b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil;

Considerando que o art. 29 da Lei 3.765/1960, com a redação dada pela Medida Provisória 2.215, de 31/08/2001, passou a permitir a acumulação: I) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria; ou II) de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal consolidou o entendimento de que, em qualquer das situações acima descritas, é ilegal a acumulação de três rendimentos, devendo o benefício previdenciário do INSS ser computado no limite estabelecido no art. 29 da Lei 3.765/1960, nos termos dos Acórdãos 4.847/2017 e 3.653/2011 (rel. Ministro-Substituto André de Carvalho), e 3.038/2022, 7.942/2018 e 8.721/2017 (rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), todos da 2ª Câmara, bem como dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (v.g. AgRg no Resp 989.802/RJ e no Resp 1.434.168/RS) e dos Tribunais Reginais Federais (v. Apelação Cível nº 2005.33.000084718 - TRF 1ª Região e Apelação em Mandado de Segurança 70012 - TRF 2ª Região);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de pensão militar à Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Fontes e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-005.733/2022-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria de Lourdes Ribeiro Fontes (283.973.868-66).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. oriente a interessada, Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Fontes, sobre a possibilidade de optar, a qualquer tempo, pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos das disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, comprovando eventual opção ao Comando da Aeronáutica; e

1.7.1.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Tribunal o comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 3873/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.527/2022-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Leane Maria dos Santos Santana da Silva (397.854.409-15); Leoneide Luzia dos Santos (699.631.009-10); Marcia Aparecida Mendes de Almeida (011.080.517-82); Maura Lucia Mendes de Almeida da Silva (624.902.737-87); Mirian Mendes de Almeida (816.338.587-15); Monica Cristina Aparecida Mendes de Almeida (081.493.947-37).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3874/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão inicial de pensão militar instituída pelo Sr. Marley de Albuquerque Araujo em favor da Sra. Gisele de Albuquerque Araujo (filha do instituidor), emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

Considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé da interessada no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato da pensão militar instituída pelo Sr. Marley de Albuquerque Araujo em favor da Sra. Gisele de Albuquerque Araujo, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-009.100/2022-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Gisele de Albuquerque Araujo (047.452.947-94).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Comando da Aeronáutica, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de pensão militar em favor da interessada e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 3875/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.120/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adriana Vasconcelos da Nobrega (616.189.503-04); Ana Karina Vasconcelos da Nobrega (514.884.503-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3876/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.121/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Maria Elisa de Oliveira Santos (073.938.718-90); Virginia Maria de Oliveira Santos (042.629.051-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3877/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato da pensão militar instituída pelo Sr. José Maria Botelho em favor das Sras. Ana Maria Vale Farias (ex-esposa pensionada) e Fátima Eugenia Salomão Botelho (cônjuge), emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

Considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé das interessadas no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar instituída pelo Sr. José Maria Botelho em favor das Sras. Ana Maria Vale Farias (ex-esposa pensionada) e Fátima Eugenia Salomão Botelho (cônjuge), dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-010.546/2022-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Maria Vale Farias (234.856.633-87) e Fátima Eugenia Salomão Botelho (081.572.433-00).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Comando do Exército, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovantes das referidas ciências; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor das interessadas e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 3878/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.580/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Admilson Leite da Silva (742.985.501-68); Eliane Roberta Andrade Dias (095.715.628-66); Margareth da Silva (404.599.691-53); Maria das Graças Cotinhola Tupikin (317.421.491-20); Marilene da Silva Mufalo (366.458.181-49); Marily Leite da Silva Ajala (861.707.911-87); Rita Cassia de Arruda (100.414.748-13); Tania Mara de Arruda Nascimento (408.162.301-53); Tania Regina Leite da Silva (742.844.011-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3879/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 827/2020 - 1ª Câmara e remeter o processo à Secretaria de Gestão de Processos - Seproc, para a adoção das providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.008/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-025.893/2021-1 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsável: Ivon Rates da Silva (321.920.102-49).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Envira/AM.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Katiuscia Raika da Camara Elias (5225/OAB-AM), representando Ivon Rates da Silva; Luciene Helena da Silva Dias (4.697/OAB-AM), representando Prefeitura Municipal de Envira/AM.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3880/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Deise Fernandes Ferraz;

Considerando que, em 31/5/2022, ao assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Deise Fernandes Ferraz (à Peça 3 sob o n.º 37736/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função, a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 2.803/2022 pela seguinte linha:

"(...) 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;(...);"

Considerando que a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 26.353/2022-TCU/Seproc (Peça 11), tendo a ciência do expediente ocorrido em 13/6/2022 (Peça 13);

Considerando que, em 23/6/2022, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região compareceu à Peça 15, por intermédio de Rodrigo Oliva Monteiro como Juiz-Federal Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, e solicitou a prorrogação, por mais 20 (vinte) dias, do prazo fixado para o integral cumprimento das determinações prolatadas pelos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.803/2022-TCU-2ª Câmara, ao ter, para tanto, apresentado a seguinte motivação: "Considerando as dificuldades de localização da servidora e a eventual necessidade de envio do Processo de Revisão de Aposentadoria ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para expedição de novo ato concessório, alterando a fundamentação original (...)";

Considerando que, à Peça 19, a Sefip teria emitido o seu parecer pelo deferimento do aludido pedido de prorrogação de prazo por mais 20 (vinte) dias, "a contar da decisão que vier a ser proferida", podendo esse parecer ser incorporado a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça 15 por Rodrigo Oliva Monteiro, como Juiz-Federal Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, e, assim, autorizar excepcionalmente a prorrogação, por 20 (vinte) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 2.803/2022-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir da notificação da presente deliberação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-001.224/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Deise Fernandes Ferraz (CPF 004.090.728-77).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do novo prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 3881/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em favor de Gilmar Ferre Cavalcante;

Considerando que, em 17/5/2022, ao assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Gilmar Ferre Cavalcante (à Peça 3 sob o n.º 69289/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção das parcelas fixadas como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessas parcelas, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 2.441/2022 pela seguinte linha:

"(...) 9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Gilmar Ferre Cavalcante (à Peça 3 sob o n.º 69289/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção das parcelas fixadas como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessas parcelas, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado apontado no item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.";

Considerando que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi notificado sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 22613/2022-TCU/Seproc (Peça 11), tendo a ciência do expediente ocorrido em 24/5/2022 (Peça 12);

Considerando que, em 28/6/2022, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária compareceu às Peças 13 e 14, por intermédio de Carlos Augusto de Almeida como o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Incra - DOH, e solicitou a prorrogação, por mais 20 (vinte) dias, do prazo fixado para o integral cumprimento das determinações prolatadas pelo item 9.3 do Acórdão 2.441/2022-TCU-2ª Câmara, ao ter, para tanto, apresentando a seguinte motivação: "Em conformidade com as informações prestadas pela Divisão de Administração de Pessoal (DOH-2), desta Coordenação, conforme o Despacho-DOH-2 SEI n.° 13115921, ainda não foi obtida a notificação, devidamente recibada, pelo servidor aposentado, GILMAR FERRE CAVALCANTE, em cumprimento ao Acórdão n.º 2441/2022-TCU-2ª Câmara, encaminhado pelo Ofício 22613/2022-TCU/Seproc, de 20/05/2022";

Considerando que, à Peça 16, a Sefip teria emitido o seu parecer pelo deferimento do aludido pedido de prorrogação de prazo por mais 20 (vinte) dias, "a contar da decisão que vier a ser proferida", podendo esse parecer ser incorporado a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada às Peças 13 e 14 por Carlos Augusto de Almeida, como Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Incra - DOH, e, assim, autorizar excepcionalmente a prorrogação, por 20 (vinte) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 2.441/2022-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado partir da notificação da presente deliberação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-004.224/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilmar Ferre Cavalcante (CPF 150.849.221-20).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do novo prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 3882/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.186/2022-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Paulo Sampaio (105.378.807-04).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3883/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em promover a retificação, por erro material, do item 9.3 do Acórdão 3.293/2022 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão de 5/7/2022 (Ata nº 22/2022), mantendo inalterados todos os demais termos do referido acórdão, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, sem prejuízo, para tanto, de prolatar as seguintes medidas:

(i) onde se lê:

"(...) 9.3. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que a Fundação Padre Leonel Franca comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento do correspondente débito em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a atualização monetária até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
31/3/2000	2.545,33
31/3/2000	6.010,33
(...)	(...)
18/10/2000	4.728,68
18/10/2000	1.349,75
18/1020/00	8.185,12
18/10/2000	2.751,63
20/10/2000	830,00
(...)	(...)

(...)";

(ii) leia-se:

"(...) 9.3. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que a Fundação Padre Leonel Franca comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento do correspondente débito em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a atualização monetária até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
31/3/2000	2.545,33
31/3/2000	6.010,33
(...)	(...)
18/10/2000	4.728,68
18/10/2000	1.349,75
18/10/2000	8.185,12
18/10/2000	2.751,63
20/10/2000	830,00
(...)	(...)

(...)";

(iii) e proferir a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-016.330/2018-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Padre Leonel Franca (CNPJ 28.019.214/0001-29) e Laércio Dias de Moura (CPF 603.262.637-72).

1.2. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Denise Kahl Stuart Beck (OAB/RJ 93.572) e Cristiana Mantuano Muanis Trindade (OAB/RJ 83.337), representando a Faculdades Católicas; e

1.6.2. Sylvia Braga Tavares Paes (OAB/RJ 77.583), representando a Fundação Padre Leonel Franca.

1.7. Providência: promover, por intermédio da Seproc, o célere prosseguimento do feito.

ACÓRDÃO Nº 3884/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Presencial (PP) n.º 1/2022 conduzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte (Senar-RN) para a contratação de empresa especializada em gerenciamento de frota, abrangendo o controle e a aquisição de combustíveis e lubrificantes, além da lavagem veicular, implantação e operação de sistema informatizado e integrado via WEB, com a disponibilização de cartão magnético a ser utilizado no fornecimento de combustíveis, lubrificantes e lavagem veicular através de postos credenciados, para atender a frota de veículos da regional, além de veículos locados, sob o valor estimado de R$ 298.300,00;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica teria sugerido o não conhecimento da presente representação, pois a ora representante teria, concomitantemente, apresentado o respectivo recurso junto ao certame no Senar-RN, salientando que, após a análise do referido recurso, o Senar-RN teria retificado o edital com vistas a excluir as falhas noticiadas;

Considerando, então, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, contudo, de assinalar que não caberia ao Tribunal atuar como mera instância recursal em face da decisão tomada anterior e originalmente pela administração do Senar-RN no referido certame, ao passo que, após a análise do referido recurso, o Senar-RN teria retificado o edital com vistas a excluir as falhas noticiadas;

Considerando, portanto, que o TCU deve promover o conhecimento da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada diante da superveniente perda do objeto;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de anotar como prejudicado o correspondente pedido de cautelar suspensiva, por perda de objeto, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-003.256/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte (Senar-RN)

1.2. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ: 05.340.639/0001-30).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Mateus Cafundo Almeida (395031/OAB-SP), entre outros, representando a Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte, para ciência; e

1.7.2. promover o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169 do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 3885/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação formulada pela SecexDesenvolvimento sobre os indícios de irregularidade nas Concorrências 1/2022, 2/2022 e 3/2022 promovidas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para a concessão em direito real de uso dos 258 lotes destinados à implementação de projetos agropecuários, agroindustriais e aquícolas, além de mineração e de turismo, sob o valor de R$ 79.038.926,97;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a ora representante teria apontado, em síntese, os seguintes indícios de irregularidade: (i) escolha do menor valor de avaliação para os lotes como parâmetros a serem usados na concessão do direito real de uso para terceiros; e (ii) ausência de previsão editalícia sobre os requisitos de habilitação fiscal previstos na Lei n.º 8.666, de 1993, e na Resolução CAS-Suframa n.º 71, de 2019;

Considerando que, após a pertinente diligência junto à Suframa, a unidade técnica teria assinalado que as informações apresentadas seriam suficientes para esclarecer a questão da avaliação dos bens integrantes das Concorrências 2/2022 e 3/2022, já que a decisão de conferir o menor valor aos bens licitados, entre as três faixas avaliativas, estaria fundamentada em normativo do órgão colegiado da autarquia, sem prejuízo da plausibilidade e motivação para a implementação de medidas que facilitassem a aquisição de grandes áreas por terceiros interessados em desenvolver atividades produtivas nesses locais;

Considerando, ainda, que a Secex-Desenvolvimento emitiu o seu pronunciamento no sentido de que as informações apresentadas pela Suframa não teriam sido suficientes para eliminar as inconsistências formais apontadas nos editais das Concorrências 1/2022, 2/2022 e 3/2022 em face, principalmente, da falta de exigência dos seguintes requisitos: (i) documento indicativo da eleição de administradores da empresa para as sociedade por ações; (ii) certidões negativas tributárias; e (iii) balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis;

Considerando que, após a análise final do feito (Peças 23-25), a unidade técnica propôs o conhecimento da presente representação para, no mérito, assinalar a sua parcial procedência, promovendo o envio de ciência preventiva e corretiva à Suframa sobre as falhas identificadas nos aludidos certames para serem adotadas as medidas cabíveis com vistas à futura prevenção dessas falhas detectadas no presente processo;

Considerando, contudo, que a aceitação da proposta de preços vencedora nas aludidas concorrências não impediria a necessária revisão contínua dos valores para o respectivo direito real de uso, buscando assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do correspondente contrato, nos termos do art. 40, XI, 55, III, e 65, II, "d", da Lei n.º 8.666, de 1993, além do art. 37, XXI, da Constituição de 1988, até porque o contrato para a respectiva concessão em direito real de uso teria a vigência pelo longo período de dez anos, com as renovações em iguais e sucessivos períodos;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, todavia, de promover o envio de ciência preventiva e corretiva sobre a contínua necessidade de, ao final de cada período de 12 meses, passar a, se for o caso, exigir a revisão dos valores para o respectivo direito real de uso, buscando assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do correspondente contrato de concessão, nos termos do art. 40, XI, 55, III, e 65, II, "d", da Lei n.º 8.666, de 1993, além do art. 37, XXI, da Constituição de 1988;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, assinalar a sua parcial procedência, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-005.564/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (Secex-Desenvolvimento).

1.2. Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: SecexDesenvolvimento.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que, doravante, a Superintendência da Zona Franca de Manaus abstenha-se de incorrer nas falhas ora identificadas no presente processo e, especialmente, nas seguintes irregularidades:

1.7.1.1. inexistência de previsão no edital para os licitantes apresentarem o documento indicativo da eleição de administradores da empresa, nas sociedades por ações, diante das falhas ora verificada nos editais das Concorrências 1/2022, 2/2022 e 3/2022 em desacordo com o art. 28, III, da Lei n.º 8.666, de 1993, e o art. 35, caput e § 5º, da Resolução-CAS Suframa n.º 71, de 2019;

1.7.1.2. falta de exigência para os licitantes apresentarem as certidões negativas sobre a dívida ativa e os tributos administrados pela receita estadual e municipal para o domicílio ou a sede do licitante, sem prejuízo de outra equivalente, diante das falhas observadas nos editais das Concorrências 1/2022, 2/2022 e 3/2022, com os respectivos projetos básicos, contrariando o art. 29, III, da Lei n.º 8.666, de 1993, e o art. 35, caput e § 5º, da Resolução-CAS Suframa n.º 71, de 2019;

1.7.1.3. falta de exigência para a apresentação de balanço patrimonial, além das demais demonstrações contábeis, para o último exercício social, além dos índices contábeis tendentes a comprovar a boa situação financeira do licitante, diante das falhas constatadas no edital da Concorrência n.º 2/2022, com o respectivo projeto básico, em dissonância com o art. 31, I, e § 5º, da Lei n.º 8.666, de 1993, e o art. 35, caput e § 5º, da Resolução-CAS Suframa n.º 71, de 2019;

1.7.2. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que, ao longo de toda a vigência do correspondente contrato, a Superintendência da Zona Franca de Manaus atente sobre a contínua necessidade de, ao final de cada período de 12 meses, promover a análise no mercado com vistas a, se for o caso, realizar a devida revisão dos valores para o respectivo contrato em direito real de uso, buscando assegurar, com isso, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da correspondente concessão, nos termos do art. 40, XI, 55, III, e 65, II, "d", da Lei n.º 8.666, de 1993, além do art. 37, XXI, da Constituição de 1988, sem prejuízo de, para tanto, fazer registrar essa análise,

com toda a documentação e motivação para o ato de anual revisão, ou não, do contrato, no correspondente processo administrativo;

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, à Superintendência da Zona Franca de Manaus, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 1.7.1 e 1.7.2 deste Acórdão; e

1.7.4. promover o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169 do RITCU.

ENCERRAMENTO

Às 10 horas e 57 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 2 de agosto de 2022.

BRUNO DANTAS
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 385-CJF, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

Disciplina aspectos operacionais para implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho da Justiça Federal adotar as medidas administrativas necessárias à instalação e ao bom funcionamento do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Lei n. 14.226/2021, art. 11);

CONSIDERANDO que compete ao Presidente do Conselho da Justiça Federal disciplinar os aspectos operacionais para implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Resolução CJF n. 742/2021, art. 11);

CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do Conselho da Justiça Federal editar os atos complementares para cumprimento da Lei n. 14.226/2021 e da Resolução CJF n. 742/2021 (Resolução CJF n. 742/2021, art. 9º);

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI n. 0002206-43.2022.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Após a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, poderão os servidores efetivos atualmente lotados na Seção Judiciária de Minas Gerais e suas Subseções, pertencer ao quadro de pessoal do 2º grau da 6ª Região, limitado aos quantitativos fixados no anexo I da Resolução CJF n. 742/2021.

§ 1º Caberá ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, por ato próprio, definir quais os servidores efetivos da Seção Judiciária de Minas Gerais e de suas subseções serão lotados no Tribunal, observando os quantitativos máximos de cargos fixados nos anexos da Resolução CJF n. 742/2021.

§ 2º Os atuais ocupantes do cargo de agente da Polícia Judicial da capital serão lotados no Tribunal.

§ 3º Os cargos vagos devem ser considerados na contagem dos quantitativos máximos.

§ 4º Caso a alocação de servidores prevista neste artigo acarrete mudança de sede, deverão ser observadas as normas relativas à remoção ex officio, com o respectivo pagamento das verbas dela decorrentes (ajuda de custo, despesas com passagens aéreas e transporte etc.).

Art. 2º Definidos os servidores efetivos que integrarão os quadros de pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, as movimentações futuras nos quadros de pessoal, a designação para as funções comissionadas e a nomeação para os cargos em comissão serão efetivados pelo Tribunal e pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 3º Ficam suspensos o expediente externo e os prazos processuais, em 1º e 2º graus na 6ª Região, no período de 22 a 31 de agosto de 2022, para efetivação da transferência do acervo processual do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, reconfiguração dos sistemas informatizados e redistribuição de processos em decorrência da extinção de varas federais (art. 8º da Resolução CJF n. 742/2021).

§ 1º Poderá haver prorrogação da suspensão do expediente externo e dos prazos processuais de que trata o caput deste artigo por ato do Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, se houver necessidade para conclusão dos procedimentos de instalação do Tribunal.

§ 2º Durante a suspensão do expediente externo e dos prazos processuais a que se refere o caput, o 1º e 2º graus da 6ª Região funcionarão em regime de plantão judiciário extraordinário.

§ 3º No plantão judiciário extraordinário de 1º e 2º graus da 6ª Região, deverão ser realizadas as audiências de custódia preferencialmente por meio de videoconferência, devendo ser divulgados com destaque no portal eletrônico do tribunal e da seção judiciária os contatos do telefone de plantão para atendimento dos advogados, bem como o endereço do correio eletrônico (e-mail) para peticionamento, especificados por subseção judiciária, que constituirá em único meio de apresentação dos pedidos urgentes durante no período a que se refere o caput.

Art. 4º A expedição de certidões judiciais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, durante o plantão extraordinário a que se refere o artigo anterior, deverá observar o disposto nas resoluções CNJ nº 121 e CJF nº 680, bem como o Provimento COGER do TRF1 nº 10126799 e respectivas alterações.

§ 1º A emissão da certidão judicial será automática, pela internet, utilizando-se do Sistema de certidão on-line do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, caso não haja processos em que a pessoa pesquisada figure no polo passivo, abrangendo o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

§ 2º Com o fim do plantão extraordinário no âmbito da 6ª Região restará revogada automaticamente a autorização para emissão de novas certidões judiciais pelo Sistema de certidão on-line do Tribunal Regional Federal da 1ª Região abrangendo o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Art. 5º As unidades jurisdicionais vinculadas ao 1º grau na capital constituirão a Subseção Judiciária de Belo Horizonte, que será dirigida pelo Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, competindo ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região regulamentar as atribuições administrativas da Seção Judiciária de Minas Gerais e das subseções judiciárias.

Parágrafo único. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região deverá promover as adequações necessárias nos sistemas processuais e administrativos relativas à Subseção Judiciária de Belo Horizonte.

Art. 6º As requisições de pequeno valor (RPVs) e os precatórios apresentadas pelos juízos da execução vinculados à 6ª Região continuarão a ser direcionadas ao sistema próprio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região até 31 de dezembro de 2022.

§ 1º Compete ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região receber, requisitar, processar administrativamente e efetuar os pagamentos das RPVs apresentadas a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 2º Os precatórios apresentados a partir de 03 de abril de 2022 ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região pelos juízos da execução vinculados à 6ª Região deverão ser migrados para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região até 15 de janeiro de 2023, a quem competirá requisitar os precatórios em 02 de abril de 2023, promovendo o seu processamento e pagamento nos prazos e forma constitucionalmente fixados.

§ 3º Em caso de reinclusão de precatórios cancelados e de complementação de pagamento, a partir de 1º de janeiro de 2023, as novas requisições de pagamento deverão ser apresentadas pelo juízo da execução vinculado à 6ª Região diretamente ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região que procederá na forma regulamentada pelo Conselho da Justiça Federal visando sua vinculação à requisição originária.

Art. 7º O banco de dados dos magistrados existente no sistema SARH do Tribunal Regional Federal da 1ª Região será mantido em comum com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, até a regulamentação do art. 8º, parágrafo único da Lei nº 14.226/2021 pelo Conselho da Justiça Federal e disponibilização de ferramenta eletrônica que possibilite a aferição do merecimento e o tratamento adequado aos lançamentos dos registros e eventos funcionais, bem como viabilize a migração de dados.

§ 1º O acesso ao banco de dados único do sistema SARH do Tribunal Regional Federal da 1ª Região será compartilhado com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região que terá atribuição para lançar os eventos e registros dos juízes federais e juízes federais substitutos vinculados à 6ª Região.

§ 2º O fluxo das rotinas de férias e das atividades afins deverá ser alterado para que, a partir de sua marcação, seja enviado à aprovação da respectiva Corregedoria Regional da Justiça Federal, conforme a lotação do magistrado interessado.

Art. 8º O Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região poderá convocar juiz federal para atuar nos gabinetes vagos de desembargador federal, para exercer a função de auxílio junto à Presidência, à Corregedoria Regional e aos demais órgãos administrativos do tribunal em que haja necessidade de atuação de magistrados, bem como para participar de mutirões de julgamento em 2º grau, observando-se os normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente do Conselho

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 30, DE 23 DE MARÇO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 001/2022. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-CE Nº 024/2020. 539ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Unanimidade dos votos. Infração aos artigos 26, 64, 70, 72 e 80 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 564/2017. Cassação do exercício profissional por 10 (dez) anos.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Presidente da Mesa

IVONE AMAZONAS MARQUES ABOLNIK
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO COFEN Nº 76, DE 26 DE JULHO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 074/2021. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-PR n° 011/2018. 543ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer e dar provimento ao recurso. Maioria dos votos. Reforma da Decisão Coren-PR nº 104/2020. Absolvição.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Presidente da Mesa

SÍLVIA MARIA NERI PIEDADE
Conselheira com voto vencedor

